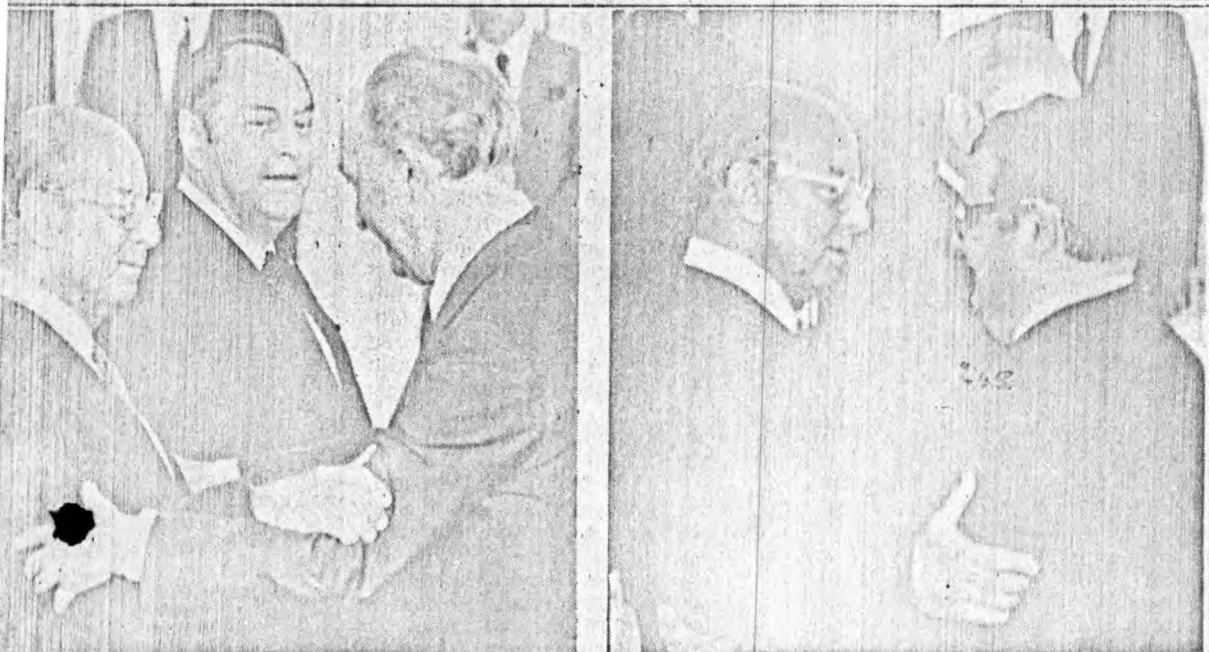


e soberania nacional ao reassumir

Fotos Moreira Mariz



Juruna e Presidente atraem atenção com diálogo descontraído

BRASILIA — Entre os vários interlocutores do gen. João Batista Figueiredo, logo após a reassunção do Presidente da República, nenhum deles provocou maior curiosidade que o índio xavante Juruna, deputado pelo PDT do Rio de Janeiro.

Ao se aproximar de Figueiredo descontraidamente, Juruna provocou comentários de congressistas que falavam com o Presidente e que arrancaram risos do chefe do governo.

"Isso val ser uma conversa de caciques" — brincou o dep. João Carlos Fonseca, do PDS capixaba.

"O Presidente é branco mas é meu irmão" — atalhou Juruna, após cumprimentos ao gen. Figueiredo batendo-lhe nos ombros e até sobre o peito.

"O senhor agora está bem, pode brigar" — disse o deputado.

"É, mas você — retrucou o Presidente —, pelo que soube, anda falando mal de mim."

O índio, que havia respondido anteriormente a um pronunciamento presidencial, sobre o fato de que o eleitorado do Rio tinha votado no silvícola, enquanto os eleitores de Mato Grosso (Estado de maior população indígena do País) haviam sufragado o nome do embaixador Roberto Campos, devolveu a crítica imediatamente:

"Mas o senhor quis me deixar com o eleitor do Rio de Janeiro..."

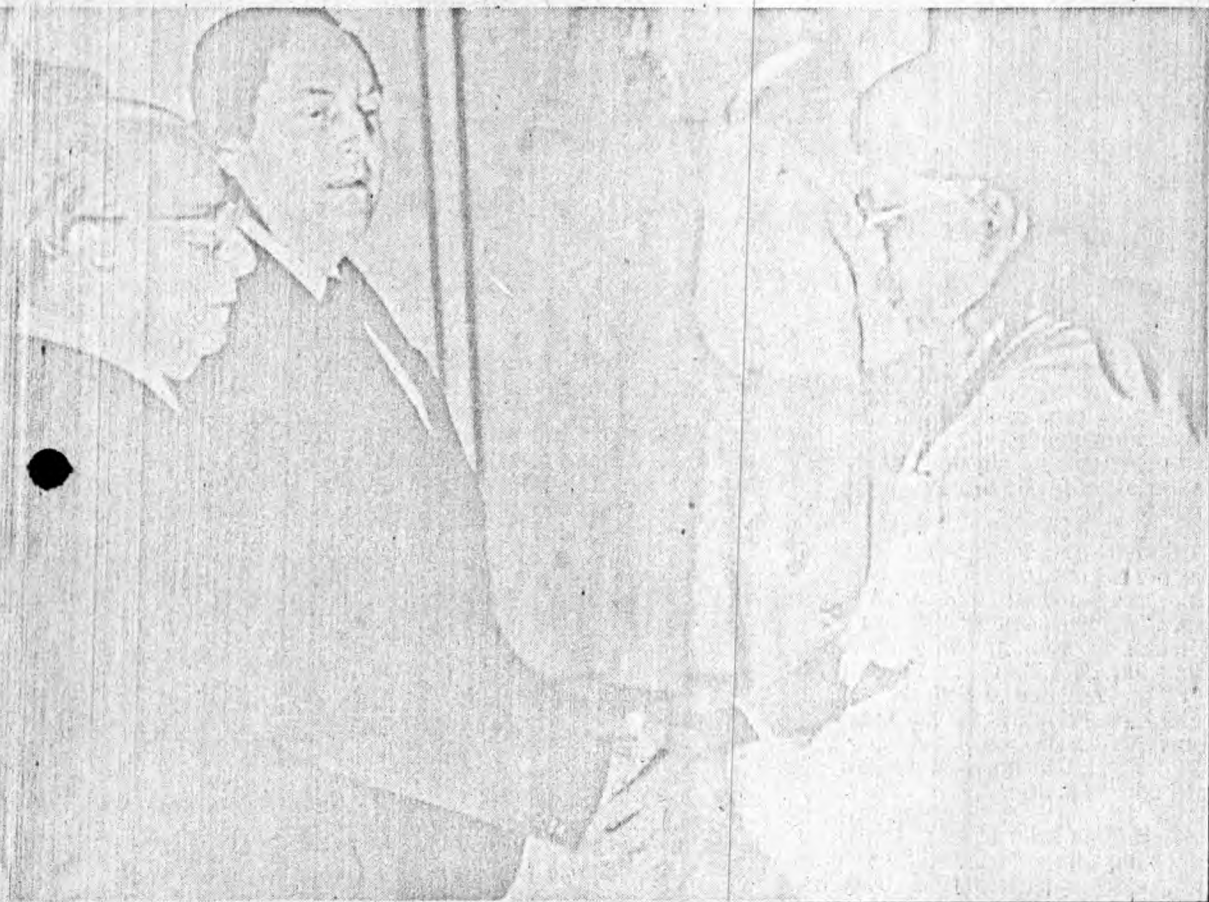
O presidente voltou a rir. O deputado Juruna elogiou a aparência do Presidente, tornando a empurrá-lo pelo peito e disse que gostaria muito de falar em particular.

"Há muito tempo venho pensando em lhe pedir audiência" — frisou Juruna, continuando com a mão sobre o peito do Presidente, perto da recém-operada. "Posso procurá-lo?"

"Pode. Venha dentro de dois meses" — frisou o gen. Figueiredo.

"Dois meses? É muito tempo tornou Juruna.

"É, mas até lá — respondeu Figueiredo — estarei forte e poderei aguentar seus trancos".



Indo de Aureliano, o presidente Figueiredo recebe cumprimentos de Franco Montoro, Delfim Neto e Mário Juruna

Juruna conversa com Figueiredo, tenta e consegue audiência

Eymar Mascaro

Brasília — A conversa mais longa que o Presidente Figueiredo sustentou ontem não foi com nenhum dos Governadores, Ministros ou Senadores que participaram da solenidade no Palácio do Planalto. Foi com o Deputado Mário Juruna, que vestia um terno claro em perfeita combinação com a gravata escura, camisa branca e cabelos rigorosamente bem escovados. Durou cinco minutos.

O Presidente Figueiredo conversava com um grupo de Deputados no mezanino do Palácio quando Juruna, segundo relato que ele próprio fez depois ao JORNAL DO BRASIL, se aproximou: "Senhor Presidente, eu quero conversar com você, quero marcar uma ausência (audiência)". O Presidente — contou Juruna — "veio com brincadeira pra mim, mas me cumprimentou com muito respeito".

Juruna aproveitou a oportunidade: "Eu quero falar com o senhor pessoalmente. Eu já tentei conversar com você várias vezes e até agora não tem solução para falar com o senhor. Eu tenho conversado com Casa Civil, com Vice-Presidente".

Figueiredo disse a Juruna: "Olha, eu vou cobrar essa audiência e saber por que ela não foi marcada". Segundo Juruna, o Presidente completou, em tom de brincadeira: "Quando o senhor vir para a audiência, não venha com borduna nem com flecha". Ao que o Deputado diz ter respondido: "Graças a Deus eu não sou homem de bater em ninguém. Sou homem simples. Quem anda com pau de fogo é muita gente daqui, segurança do senhor, gente que anda com pau de fogo debaixo do paletó."

Problemas e risos

— O Presidente me disse — continuou Juruna — que não pôde me receber porque eu estava atacando ele. Não é que eu tava atacando o nome do senhor (respondeu Juruna ao Presidente). O senhor tinha provocado o pessoal do Rio de Janeiro, falando que não sabia votar e que votou para índio Juruna. Daí eu respondi que você estava provocando a minha candidatura e que o senhor foi nomeado por uma pessoa, Ernesto Geisel.

— Sobre que problema você quer conversar comigo? — perguntou-lhe Figueiredo.

— Então — contou o Deputado — eu respondi: vários problemas para falar com o senhor pessoalmente, como homem da nação e representante do povo e do Brasil. Problema da inflação, problema da fome, problema da miséria e problema da dívida externa. Ai todo mundo ficou rindo.

O Governador Leonel Brizola ouviu parte da conversa, numa roda em que estavam diversos Deputados, entre eles Joacil Pereira, Gerson Peres e José Carlos Fonseca. "Então — disse Juruna — o Presidente voltou a responder sério para dar tempo a ele e eu falei pra ele que tava alegre com sua volta ao Brasil com saúde de Deus, com graça de Deus. Então nós podemos discutir, a minha esperança é que ele pode fazer alguma coisa pra Brasil."

— Você me dá tempo, dois meses para marcar sua audiência, você sabe: não estou bom ainda — disse Figueiredo, segundo reproduziu o Deputado.

Juruna voltou ao assunto de sua candidatura a Deputado pelo PDT do Rio: "O senhor não estava contente com minha candidatura? Para o Brasil nunca tinha acontecido um candidato índio, e pude ocupar plenário e a tribuna. Minha esperança é que amanhã um índio pode ocupar cadeira de Presidente da República."

Figueiredo respondeu: "Não vai demorar muito tempo, quem sabe amanhã um índio assume o poder."

JB 27/8/8

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - ACS

veículo: JORNAL DA TARDE/SAO PAULO

data: 30.08.83

página: 06

**Juruna**
para presidente

Num discurso emocionado, da tribuna da Câmara, o deputado Mário Juruna (PDT-RJ) explicou ontem o motivo de sua candidatura à Presidência da República em 1989: "É para devolver o Brasil para o povo brasileiro". O cacique recebeu aplausos, quando se confessou um parlamentar independente: "Eu quero que cada companheiro entenda que sou homem de vocês. Não sou contra nada, ninguém, porque quero trabalhar com vocês e aprovar projeto para a comunidade indígena". Juruna ainda fez um relato sobre sua viagem ao Ceará: "Voltei muito triste". E acusou: "Meia dúzia de ministros depositam dinheiro na Suíça e aqui o povo passa fome".

Juruna se diz candidato à sucessão presidencial

BRÁSILIA (O GLOBO) — O Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) disse ontem, da tribuna, que embora muita gente não aceite a sua candidatura, vai concorrer à Presidência da República — e para isso pretende preparar-se até 1989 — para “poder devolver o Brasil ao povo brasileiro e não para entregá-lo a mau caráter”.

Mário Juruna ocupou a tribuna no horário da Liderança do PDT para lamentar a situação que viu há duas semanas no interior do Ceará, onde esteve como membro de uma comissão de Deputados federais de oposição para examinar “in loco” a situação da seca que há cinco anos se abate sobre o Nordeste.

Segundo disse da tribuna, ficou muito chocado e triste com a situação de fome e miséria do povo cearense, ele criticou o Governo, “que pouco dá em matéria de atenção ao Nordeste”. E chegou a dizer que “Ministros de Estado estão engordando e depositando dinheiro em caderneta de poupança na Suíça”.

● O Decreto-Lei baixado pelo Presidente interino, Aureliano Chaves, que restabelece a autonomia política do município de Santos, em São Pau-



lo, foi lido ontem à noite em sessão conjunta do Congresso Nacional. A comissão mista — formada de 22 parlamentares — que o examinará em 20 dias deverá ser instalada amanhã.

● Conhecido na Câmara como “Hulk”, o Deputado Gilson de Barros (PMDB-MT) denunciou ontem, da tribuna, que partiu do Presidente João Figueiredo a ordem ao Líder do PDS na Câmara, Nelson Marchezan, para que criasse o tumulto de quarta-feira da semana passada a fim de empanar as repercussões do discurso do Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - A.C.S.

veículo:	ÚLTIMA HORA DE BRASÍLIA
data:	30.08.83
página:	03

PINGA-FOGO**Juruna fala emocionado**

O deputado e cacique Mário Juruna (PDT-RJ) voltou ontem a ocupar a Tribuna da Câmara, para fazer um relato de sua viagem à área da seca, no Ceará - "Voltei muito triste, muito chateado", disse, e explicou porque se lançou candidato à Presidência da República, em 1989: "para devolver o Brasil para o povo brasileiro".

Juruna fez um discurso emocionado e desceu da tribuna sob aplausos tanto da bancada da oposição quanto da bancada governista, depois de dizer que ele é um deputado independente, "um homem livre". "Eu quero - foram suas palavras - que cada companheiro entenda que eu sou homem de vocês, de qualquer partido: PDS, PMDB, PDT, PT. Não sou contra nada, ninguém, porque quero trabalhar com vocês e aprovar projeto para comunidade indígena".

Cacique visita Governador

Quando a rigidez da sua agenda de despachos foi quebrada, ontem à tarde pela visita do cacique Augusto Werchita, da aldeia Xavante de Sangradouro, o governador Julio Campos não sabia que estava próximo a receber um título inédito em sua carreira, o de "Stsiwayuptabi" ou seja, "grande amigo dos índios".

Nos pouco mais de 15 minutos em que esteve no gabinete do governador, o cacique também confessou a Julio Campos que agora pode ir cuidar da sua vida na tribo "porque o governo está apoiando mais o índio". Augusto também revelou, ao deixar o Palácio Paiaçu, que está marcada a visita de Campos a Sangradouro.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: Jornal "GAZETA DO POVO"

data: 19/9/83

página: 32a.

Juruna critica a atuação da Funai

O Núcleo de Estudos de Ciências Sociais da Universidade Católica do Paraná lavrou importante tento à causa indígena ao trazer a Curitiba na última terça-feira o deputado estadual e cacique xavante Mario Juruna, durante a realização da Semana de Estudos de Ciências Sociais, no anfiteatro da UCP.

A presença do parlamentar, compondo mesa de debates com Carlos Frederico Marés de Souza, diretor da Fundação Cultural de Curitiba, deputado Oswaldo Alencar Furtado e a índia Muriaquitã, entre outros, movimentou o plenário de aproximadamente 300 estudantes, permitindo a colocação de diversos aspectos da problemática indígena.

INVERSÃO DE VALORES

Firme em suas colocações, o cacique Juruna falou da situação enfrentada pelo Brasil nos últimos anos, onde a população indígena, a exemplo dos demais segmentos minoritários ou de pouca expressão econômica, é relegada a um segundo plano, exatamente porque todos procuram encontrar soluções para os grandes problemas com injunções internacionais, sem tratar de suas próprias feridas.

No seu entender, como entidade tutelar dos indígenas, a Funai deveria proteger suas terras, garantir-lhes saúde, educação e trabalho, facilitar a integração social do índio, respeitar seus direitos como primeiros habitantes do continente americano e, como tal, "dos nós da terra".

"O índio entregou tudo aos portugueses - afirmou - e o que recebeu do branco? Somente pinga, cigarro e sal. Segundo ele, o indígena, na sua inocência, foi tão manipulado como as classes trabalhadoras, camponeses e posseiros estão sendo na atualidade. "Num país tão rico, com tanto carvão, petróleo, tudo, só temos pessoal comprometido com estrangeiro, americano. A terra era nossa, mas nossa Pátria há muito tempo foi entregue. Uma prova disso é que até o nosso salário é resolvido lá fora".

Dizendo-se indiferente às ameaças e repressões do sistema contra a sua pessoa e ao papel que representa, o deputado federal pelo Rio de Janeiro, falou na criação de uma "Comissão do Índio", para fiscalizar a atuação da Funai e proteger o indígena contra os desmandos muitas vezes cometidos em nome daquele órgão, sem que ninguém saia em sua defesa. "Tudo que é feito de mal para o índio - concluiu - é encoberto. Quando os portugueses chegaram, éramos 6 milhões, hoje somos pouco mais de 180 mil, mas pouca gente reconhece a gravidade deste genocídio".

veículo: Jornal "O ESTADO DO PARANÁ"
data: 19/9/83
página: 13a.

PSS.481, p. 7/398

Cacique expulsou inclusive o filho

FOZ DO IGUAÇU (Sucursal) - A única tribo de índios Avá-Guarani do Paraná está em séria crise interna. Aos poucos, as famílias estão sendo expulsas da tribo pelo cacique Fernando "Cambai" Martinez. Os que deixam a reserva acusam o enfermeiro Reinoldo Regnis, da Funai, afirmando que ele impõe regras que o cacique obedece, como obrigar algumas famílias a derrubar matas para vender a madeira e a lenha, percebendo pelo serviço apenas cartões com direito a fazer compras num único mercado. O próprio filho do cacique foi expulso por "Cambai", a pedido do enfermeiro.

Esta tribo vivia na barranca do Rio Paraná, na localidade de Jacutinga, área inundada pelo lago de Itaipu. A binacional, em troca, cedeu uma área de 252 hectares em Santa Rosa do Cui, município de São Miguel do Iguaçu, transferindo as quase 100 famílias de Avá-Guarani para lá. Aos poucos os índios foram se acostumando com as "regras" da civilização. Hoje, seguem uma rotina quase militar, tanto que a tribo conta com o capitão Máximo Villalba, o tenente João Centurion e o sargento Pedro Alves, que obedecem as ordens do cacique "Cambai".

ORGIAS

Os índios que deixaram a reserva, entre eles Lucas Martínez, filho do cacique, San-

tiago Martini, Osvaldo Gonçalves e Paulo Bengac, afirmam que a culpa é do enfermeiro Reinoldo, da Funai, que reconduziu o cacique "Cambai" ao cargo, mesmo após ele ter perdido por 11 votos a 10, nas últimas eleições. É para "recompensar" o enfermeiro que o cacique "Cambai" faz tudo o que este determina.

O cacique é também acusado de se embriagar constantemente e de invadir as propriedades dos demais membros da tribo, praticando verdadeiras orgias sexuais com as mulheres. O tenente João Centurion diz que "Cambai" bebe muito "e obedece tudo o que a Funai diz. Fica dizendo que quem manda aqui é ele, mas todos sabem que a Funai é que manda aqui". O filho do cacique, por sua vez, contou que foi expulso pelo pai porque o enfermeiro da Funai o acusou de ter ido buscar alimentos no posto de saúde de São Miguel do Iguaçu, além de ter logrado alguns bônus-frias. O cacique se defende: "Eles foram expulsos porque não queriam trabalhar. Assim que acabou o dinheiro da indenização (referindo-se ao acordo com a Itaipu), todos continuaram comendo, mas não queriam trabalhar". As famílias expulsas já sabem a quem vão recorrer: ao cacique e também deputado federal, pelo Rio de Janeiro, Juruna.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - A.C.S

veículo: JORNAL DE BRASÍLIA

data: 02.09.83

página: 04

PSS. 481, p. 8/398

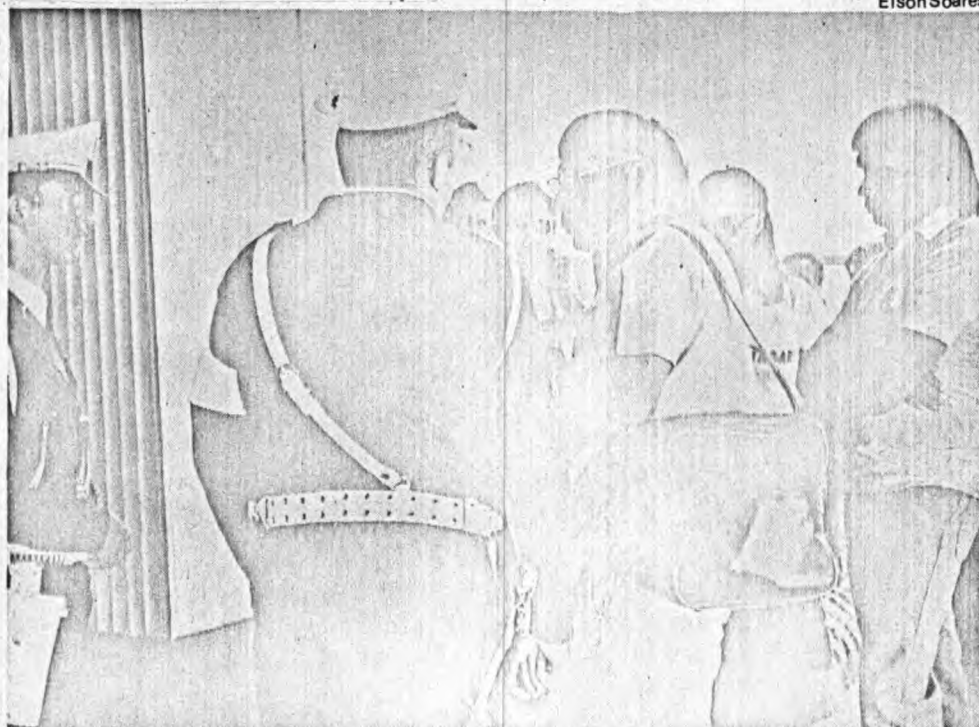
CÂMARA

Comissões

PDS adia Comissão

A falta de entendimento entre as lideranças partidárias acabou provocando ontem, o adiamento da instalação da Comissão do Índio. Os deputados indicados pelo PDS, alegaram não ter orientação do líder Nelson Marchezan para votar em Eduardo Suplicy (PT-SP) para presidente, e como estavam em maioria, já que de parte das oposições também não houve um contato maior entre lideranças e deputados, conseguiram adiar as eleições para o dia 14 de setembro. O deputado Eduardo Suplicy já havia preparado um roteiro de assuntos a serem debatidos pela comissão, entre eles, as irregularidades da Funai, e as questões com inúmeras tribos indígenas relacionadas a invasões de terras.

Elson Soares



O deputado Mário Juruna preferiu passar o feriado em Brasília, com a família

Crise impede brasiliense de viajar

Os efeitos da crise já atingem o orçamento da classe média. A cidade não para mais nos fins de semana e feriados, como antigamente. Somente as atividades políticas se arrefecem em Brasília nestes períodos. Poucas são as viagens, tanto de avião como de ônibus ou carros particulares. Na véspera do feriado de sete de setembro era pequeno o movimento nas principais saídas da cidade, no aeroporto e no terminal da Rodoferroviária.

Os dias de maior movimento de passageiros foram sexta-feira e sábado passados, mesmo assim, o movimento caiu bastante em relação ao ano passado, conforme observação dos gerentes de lojas de passagem. Dia 2, o terminal rodoferroviário de passageiros registrou um movimento de 5.043 embarques e 2.549 desembarques, atingindo o total de 7.592 pessoas que transitaram pelo local.

«Ninguém viaja mais, pois as passagens estão custando os olhos da cara, só mesmo por precisão se toma um avião hoje em dia», dizia uma senhora de meia idade que aguardava a chegada de sua filha, no aeroporto, ontem.

Também no sábado o movimento de passageiros na Rodoferroviária foi significativo, com pessoas que chegam de outros Estados aproveitando o feriado para visitar parentes e amigos, ou mesmo em viagem de negócios. Do total de 7.021 passageiros que transitaram por lá, 3.774 chegaram e 3.247 saíram de Brasília.

Além da falta de dinheiro, todos os gerentes de agências justificavam o fraco

movimento de ontem, sob a alegação de que a maioria das pessoas viajaram para seus Estados de origem no final da semana passada. «Os políticos, por exemplo, viajaram nos dias 2 e 3, por isto, a Câmara está sem movimento este início de semana», informava um executivo.

Juruna

Entre os políticos que chegaram ontem à tarde a Brasília um chamava a atenção no aeroporto, o folclórico Juruna, que voltava do Rio de Janeiro de onde é deputado pelo PDT. Recebido no aeroporto por um grupo de índios, ele procurava resolver o problema de um velho cacique que estava sem condução para ir à Funai.

Depois de dialogar com os guardas de serviço no terminal e não conseguir a carona para seu contêrâneo, Mário Juruna tomou o Opala verde, dirigido por sua esposa e foi para a Câmara.

Terminal aeroaviário

As obras de ampliação do terminal aeroaviário de Brasília não param. Com a sua conclusão, a Infraero pretende desfogar o movimento de passageiros no aeroporto, que fica congestionado nos finais de semana e vésperas de feriados. Uma vez entregue aos usuários do aeroporto de Brasília, o novo balcão de desembarque atenderá a até 600 pessoas simultaneamente. Com isto dará vazão aos passageiros de três vôos ao mesmo tempo.

Elson Soares

JBR 07/9/83

FSP
8/9/83**Figueiredo recebe
o deputado Juruna**

O presidente Figueiredo recebe hoje, às 16 horas, o deputado Mário Juruna (PDT-RJ). No encontro, o parlamentar pedirá o afastamento do coronel Otávio Lima da presidência da Funai e denunciará o abandono das reservas indígenas, cujas demarcações estão paralisadas. Juruna quer ainda a anistia para os funcionários da Fundação demitidos em julho de 1980. PAG. 4

FOLHA DE SÃO PAULO
8/9/83

4 — POLÍTICA — Quinta-feira, 8 de setembro de 1983

**Juruna vai a Figueiredo
propor mudanças na Funai**

BRASÍLIA — O deputado Mário Juruna (PDT-RJ) será recebido hoje pelo presidente Figueiredo em audiência marcada para as 16 horas. Na ocasião, Juruna pedirá o afastamento do economista Otávio Lima, que há dois meses assumiu a presidência da Funai, e denunciará a situação de abandono das reservas indígenas, cujas demarcações estão paralisadas.

Juruna criticou a indicação do economista Otávio Lima desde o primeiro momento. Argumenta o deputado que "Otávio não vai mudar nada, é cabeça dura e está ligado ao coronel Nobre da Veiga (segundo presidente da Funai do governo Figueiredo). Não adianta mudar os coronéis se esse aí é a mesma coisa", diz Juruna, referindo-se ao atual presidente da Funai que tomou posse no dia seis de julho. Ele pedirá ao presidente Figueiredo um novo nome para a Funai, "um novo presidente que seja escolhido pelos índios ou então que seja amigo dos índios".

Quanto à demarcação das terras indígenas, afirma o deputado que a Funai "não está demarcando nada há muito tempo. Isso traz invasão do garimpeiro, posseiro e fazendeiro". As áreas sob constante ameaça, segundo

Juruna, são as dos Yanomami, em Roraima, e dos Vaimiri-Atroari, no Amazonas, além dos Cadiveu em Mato Grosso do Sul.

Anistia

O terceiro assunto do qual se ocupará Juruna durante a audiência refere-se aos funcionários demitidos da Funai em julho de 1980. Juruna pedirá anistia para os 39 funcionários, alegando que grande parte deles "são sertanistas e antropólogos que conhecem os índios e que trabalham pelos índios".

Afirma Juruna que "a Funai não aceita esses funcionários porque eles denunciaram toda a corrupção do coronel Nobre da Veiga, do coronel Zannoni Hausen e dos outros coronéis que já foram embora porque não prestavam mesmo. Só queriam emprego na Funai e nunca recebiam bem os índios".

A audiência foi solicitada por Mário Juruna logo após o retorno do presidente Figueiredo ao Brasil. Em princípio, ela deveria ocorrer dentro de dois meses, mas foi antecipada para hoje pelo próprio Palácio do Planalto.

Jornal do Brasil
08/09/83

08/09/83
**Troca de
siglas**

• Não será surpresa se na audiência de hoje que o Presidente Figueiredo concederá ao Cacique-Deputado Mario Juruna, o parlamentar vier a oficializar sua intenção de trocar o PDT pelo PDS.

• Ao mesmo tempo que Juruna está insatisfeito com a idéia de seu atual partido de socializar-se, anda excitadíssimo com a idéia de receber como dote, pela troca de siglas, algum cargo importante na Funai.

Coluna do 2º mto.

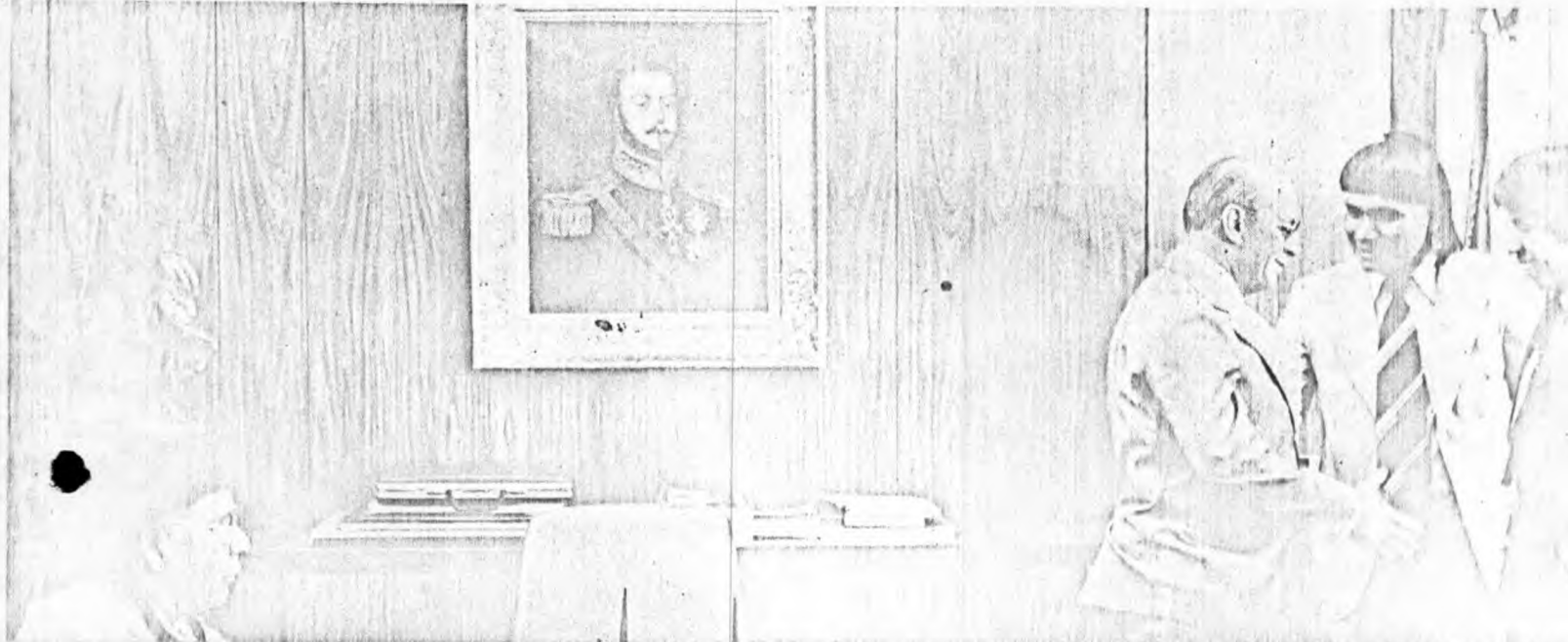
IO BRAZILIENSE

sociados"-Londres. 1808. Hipólito José da Costa-Brasília, 1960, Assis Chateaubriand

Brasília, sexta-feira, 9 de setembro de 1983

Exemplar

Givaldo Barbosa



Juruna foi a Figueiredo, pediu a cabeça de Delfim e saiu decepcionado porque não conseguiu que suas reivindicações fossem atendidas.

FIGUEIREDO A JURUNA:

Delfim não sai, e a dívida não é minha

No encontro que manteve ontem, com o presidente Figueiredo, o deputado Mário Juruna (do PDT-RJ), pediu o afastamento do ministro do Planejamento, Delfim Netto. A resposta do Presidente, de acordo com Juruna, foi de que "muitos deputados já pediram isso" ao mesmo tempo em que voltou a garantir que Delfim termina seu mandato no cargo. Figueiredo explicou ainda que não foi só Delfim quem gerou a dívida externa brasileira, debilitando-a a todos os governos da Revolução de 64, de Castello Branco a Ernesto Geisel. Ao sair da audiência, Juruna lamentou que saía sem solução para suas reivindicações, entre elas a de que o Presidente assumia um compromisso com o povo para renovar o Brasil. Figueiredo disse ao ex-cacique não

ser culpado pela situação e não poder mudar nada sozinho, responsabilizando, inclusive, a população brasileira pela crise por que passa o País. O deputado ainda disse ser contra todos os presidentes e acusou o ministro do Interior, Mário Andreazza, de ser "bom para acabar com a terra do índio". Dizendo-se independente, e por isso sem poder falar em Brizola, Juruna acha que Maluf não resolverá nada na Presidência. Quanto ao vice-presidente Aurélio Chaves, ele disse não saber "se é bom ou ruim, não vou acreditar em conversa de branco". Ontem mesmo, o porta-voz da Presidência da República, Carlos Atila, negou ter conhecimento das afirmações atribuídas por Juruna ao presidente Figueiredo. (Página 9)

Agência Globo

Figueiredo diz a Juruna que

Brasília — O Presidente João Figueiredo teve de fazer ontem um exercício de paciência de 20 minutos para explicar ao Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) por que não atendia ao seu pedido para demitir o Ministro Delfim Neto e decretar a moratória da dívida externa brasileira. O próprio Juruna reproduziu, à saída, seu diálogo com o Presidente.

— "O Delfim" — disse Figueiredo a Juruna, contou este depois aos jornalistas — "é homem da minha confiança e só sai quando eu terminar o meu mandato". O Presidente, segundo ainda o parlamentar, afirmou-lhe que "a maioria dos deputados quer a saída do Ministro, mas ele não é o único responsável pelo endividamento do país. São também responsáveis os Governos Castelo Branco, Costa e Silva, Médici e Geisel", argumentou o Presidente, de acordo com Juruna.

— Ele me disse também que não pode fechar negociação com estrangeiros porque não vão mais mandar petróleo. Ele só vai pedir para baixar os juros — contou o deputado.

Juruna saiu desanimado da audiência porque, como afirmou, não conseguiu nenhuma solução para os problemas que levou a Figueiredo. Nem mesmo a demissão do Presidente da Funai, que ele também pediu, foi negada porque o Presidente da República argumentou que o Ministro do Interior, Mário Andreazza, tem de ter no cargo uma pessoa da sua confiança. Mesmo assim ficou de conversar com o Ministro sobre o assunto.

Incidente

Juruna chegou ao Palácio do Planalto às 15h35min e a audiência estava marcada para as 16h. Na portaria criou logo um problema reagindo à colocação do adesivo da segurança que o líder Nelson Marchezan anunciou, na Câmara, ter sido abolido para os parlamentares. A portaria do Palácio explicou que a exigência permanecerá para as audiências com o Presidente.

— Índio não entra, mas estrangeiro entra direto pra falar com o Presidente? Foi como Juruna reagiu, irritado, ao ser informado, na portaria, que os dois outros índios, seus assessores, que o acompanhavam — José Maria (seu sobrinho, xavante) e Olair (Carajas) — não teriam acesso à audiência. Ele se queixou a Figueiredo que mandou chamar os dois para cumprimentá-los.

De terno cinza, camisa azul, gravata marrom, meias verdes e sapato vulcabras, Juruna desfilou pelo saguão do Palácio dizendo-se um homem livre, comprometido "apenas com o povo" e não com partidos. "Sou Juruna, índio" — justificou-se com orgulho, já em seu gabinete. Disse também ter cobrado de Figueiredo solução para o problema do Nordeste. O Presidente lhe respondeu que já liberou Cr\$ 600 milhões só para o Ceará, e que também precisa resolver outros problemas, como Itaipu.

— Como é que vou tirar 5 mil garimpeiros desta terra? Você quer é fazer guerra — disse Figueiredo a Juruna (conforme reproduziu mais tarde o Deputado) depois de ler parte do documento em que denunciava a presença de garimpeiros na reserva Caiapó de Cumaru, no Pará.

— Não precisa fazer guerra. Tem muita terra devoluta para o Governo colocar os garimpeiros e posseiros. Não é você quem manda no Brasil? — argumentou Juruna.

Figueiredo, segundo o Deputado, disse-lhe que iria entregar o documento para o Chefe do Gabinete Militar, General Rubem Ludwig, que depois lhe daria uma resposta. "Foi uma boa solução. É melhor que nada" — disse depois. Da sua conversa com o Presidente, Juruna reproduziu também uma exaltação que lhe fez para assumir compromisso unicamente com o povo, quando lhe disse que era "contra a miséria, contra a fome". Segundo Juruna, o Presidente lhe respondeu que não era ele o culpado pela miséria, que não poderia mudar o país sozinho.

— Peço que o Senhor tire a Funai do Ministério do Interior e coloque junto à Presidência ou crie Ministério do Índio.

— Todo mundo quer Ministério — exaltou-se Figueiredo, de acordo com a reprodução da conversa feita por Juruna. — Depois vem mulher e pede Ministério da Mulher, Ministério do Negro, do Posseiro.



sexta-f

Delfim é de

Brasília — Sonia Rêgo

sira, 9/9/83 □ 1º caderno □ 3

sse que é índio e

confiança

O porta voz

Carlos Átila, porta-voz da Presidência da República, advertindo que não poderia confirmar o que Figueiredo havia dito a Juruna, confirmou, entretanto, que o problema do endividamento externo não é só do atual Governo. "O pensamento do Presidente, e de todos nós, é que o processo de endividamento externo é contínuo e constante na vida do país. É uma realidade histórica, que se iniciou em Governos anteriores. Não se pode responsabilizar este ou aquele Governo, mas a todo processo. Ele, se referiu a isto com Juruna, apenas externou um fato já bem conhecido.

Juruna formula nova denúncia contra a Funai

BRASÍLIA — Dos 7,5 bilhões de cruzeiros do orçamento da Funai para este ano, 6,5 foram destinados à

manutenção da estrutura administrativa do órgão e somente um bilhão estão sendo gastos para assistência ao índio, que engloba demarcação de terras, atendimento à saúde, educação e projetos de desenvolvimento.

A denúncia está contida no documento entregue pelo deputado Mário Juruna (PDT-RJ) ao presidente Figueiredo na última quinta-feira. E, por essa razão, Juruna classifica a Funai como órgão "para

servir de cartório de registro sobre a questão indígena".

Além desse dado, Juruna levou ao presidente Figueiredo alguns exemplos dos problemas vividos pelas diferentes comunidades indígenas do País, entre eles, os dos Vaimiri-Atroari, dos Ianomami, dos Caiapó que vivem no sul do Pará, dos Javáé da Ilha do Bananal e dos Pataxó-Hã-Hã-Hãe e o da reserva Caramuru-Paraguaçu, em Pau Brasil (BA).

S. PAULO

Domingo, 11 de setembro de 1983 — POLÍTICA — 2.º caderno — 13

Sobre os Vaimiri-Atroari, afirma o documento que "a Funai, no ano de 1980, autorizou ilegalmente a empresa Paranapanema a realizar pesquisa de minérios dentro da reserva indígena. O resultado da pesquisa foi a localização de uma das maiores jazidas de cassiterita do Brasil. Foi elaborado pela Paranapanema o projeto Pitinga com previsão de investimento de 27 milhões de dólares, visando à exploração da

jazida. A Funai, sem nenhuma explicação plausível, a não ser os interesses da Paranapanema, propôs a extinção da reserva indígena. Vossa Excelência, atendendo exposição de motivos do Ministério do Interior, extinguiu a reserva indígena, transformando-a numa simples área interdita para fins de atração, liberando 516.700 hectares para a empresa Paranapanema".

Juruna pede ao presidente da Re-

pública que mande apurar as razões que levaram a Funai a propor a extinção da reserva e sugere a revogação do decreto de extinção, "devolvendo aos índios as terras que lhes pertencem".

O documento traz ainda três casos de invasão de terras indígenas. A da reserva dos Ianomami, em Roraima, onde três mil garimpeiros se espalharam na região de Santa Rosa, Urarica e Surucucus.

Journal "Ó" x "Ih" 9/9/83

• Para atender a um pedido do Cacique-Deputado Mário Juruna, que o visitou na segunda-feira nos estúdios da TV Globo, onde gravava seu programa, João Soares vai substituir no quadro do índio-parlamentar a expressão "Ó" por "Ih!"

• Juruna, que não gosta do quadro, começou pedindo sua retirada do programa, mas, depois de demoradas negociações com João, acabou ficando satisfeito com a substituição do "Ó".

• O próximo programa vai ao ar com o "Ih!", mas o outro já voltará a ser gravado com o "Ó". Para desespero de Juruna.

Funai investe em três novos projetos

Três projetos foram aprovados pela Funai em favor dos postos indígenas Bakairi, Santana e Umutina, todos em Mato Grosso, no valor total de Cr\$ 12 milhões. O objetivo é incrementar a agropecuária e bovinocultura desenvolvida naquelas comunidades, possibilitando ainda a elevação da qualidade de vida e do nível de renda.

Aos três postos foram destinadas parcelas iguais de Cr\$ 4 milhões, sendo que ao posto de Bakairi, com uma população de 301 índios, compete "explorar racionalmente uma área de 36 hectares de culturas diversas, visando a ampliação da já existente, além do cultivo da mandioca, capineira e cana".

JOR - 11/9/83

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - ACS

Veículo: JORNAL DA TARDE
 Data: 09.09.83
 Página: 2

CIMI - ITARIRI

O pedido dos guaranis de São Paulo ao secretário da Justiça

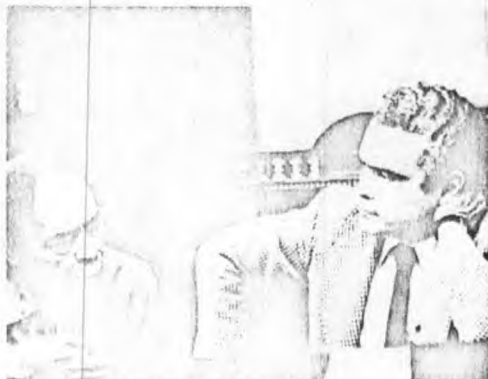
Um grupo de índios Guarani, das aldeias de Itariri, Rio Branco (em Itanhaém) e Ubatuba, foi ontem à Secretaria da Justiça, pedir ao secretário, José Carlos Dias, a demarcação de suas terras e a regularização jurídica com relação à sua posse. Em Itariri, a necessidade de uma ação do governo é mais urgente: de uns 20 dias para cá, cerca de 50 famílias estão invadindo a área indígena. José Carlos Dias afirma que já estão sendo tomadas providências, para solucionar esta questão:

— A Procuradoria do Patrimônio Imobiliário entrou em contato com a Polícia Florestal, para que se defenda o patrimônio dos índios. Estamos preparando material para requerer a instauração de inquérito policial, por crime de invasão de terra pública.

Na aldeia de Itariri, os primeiros conflitos mais sérios entre índios e posseiros aconteceram nos anos 40. Desde aquela época, o cacique Antonio Branco — que ontem também esteve na Secretaria da Justiça — não mede esforços para solucionar a questão. Hoje ele está com 82 anos, e chegou a conversar com o presidente Café Filho, para tentar resolver o problema.

Em janeiro de 63, pelo Decreto nº 41.538, o governo do Estado de São Paulo destinou aos Guarani 809,2 hectares, mas falhou em dois pontos: essas terras nunca foram demarcadas e o decreto não abrangeu a totalidade da área ocupada pelos Guarani — ficaram de fora 300 hectares, onde estão algumas casas e até o cemitério da aldeia.

A aldeia de Rio Branco, no município de Itanhaém, fica às margens do rio Branco, onde um grupo de índios mora desde o século passado. Mas foi só há cerca de 40 anos que sua presença foi oficialmente reconhecida, pelo interventor Fernando Costa. Em 1956 o governo do Estado fez uma demarcação preliminar das terras e por volta de 69 elas foram definitivamente demarcadas, sendo destinados, aos Guarani, 290 hectares. Em 1979, esses índios fizeram à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário um pedido de informações sobre a situação



Dias ouve as razões dos índios

jurídica das terras. E agora, em 83, o bispo de Santos — D. David Picão — encaminhou um ofício ao secretário da Justiça, requerendo a solução definitiva dessa área, que — apesar de já ter sido destinada aos índios — ainda não conta com nenhum decreto regularizando a situação.

Quanto à questão que envolve essa aldeia, de Rio Branco, José Milton Garcia explica:

— Essas terras foram incorporadas à Fepasa. E com ela que temos de discutir esse problema, para conseguir que as terras sejam finalmente destinadas aos índios.

Quanto à aldeia de Ubatuba, existe há pouco mais de 20 anos em terras do governo estadual, dentro do parque estadual da Serra do Mar. Mas desde 78 a área está sendo requerida em usucapião por um posseiro, que nunca viveu nas terras, mas usou os índios para caracterizar a posse. Em 1980, o Cimi — Conselho Indigenista Missionário — contestou esse posseiro, através de advogados da Comissão Justiça e Paz. E agora, em 83, foi solicitado ao secretário da Justiça por ofício, a destinação, aos Guarani, da área que ocupam. José Milton Garcia esclarece que, neste caso, será estudada a possibilidade de ajuizar uma ação discriminatória, para que as terras sejam declaradas devolutas e destinadas aos índios.

CL

Data: 10.09.83

Página: 3

Juruna nega que trocará PDT pelo PDS

O deputado Mário Juruna (PDT-RJ) negou ontem que tivesse pensado em deixar o seu partido para ingressar no PDS, em troca de algumas nomeações na Funai, conforme se noticiou no Rio de Janeiro. "Isto — desabafou — é uma calúnia e uma indignidade. Fui ao presidente Figueiredo reclamar do tratamento que vem sendo dado ao índio pela Funai, e pedir a substituição do seu presidente por uma pessoa que conheça os nossos problemas".

Juruna aproveitou para esclarecer que solicitou ao presidente Figueiredo a criação do Ministério do Índio, e que este alegou não poder atendê-lo, "porque o negro valia quer um Ministro, as mulheres outro e assim não é possível administrar um país". Prometeu, no entanto, conversar com o ministro Mario Andreazza "sobre a possibilidade de mudar novamente a direção da Funai".

Quanto à permanência de Delfim Netto, no Ministério do Planejamento, Juruna disse que Figueiredo "estranhou o fato de os mesmos companheiros do PDS que hoje pedem o seu afastamento terem sido aqueles que o indicaram, pois não pensava em Delfim". Acentuou ainda que Figueiredo acha que "de nada adiantaria substituí-lo agora, porque outro qualquer não resolveria nada". Em razão disso, Figueiredo não se considera "culpado pela nomeação de Delfim, pois apenas aprovou uma indicação dos seus companheiros do PDS".

Sobre as invasões de terras indígenas, Juruna disse que o Presidente encaminhou suas denúncias ao chefe da Casa Militar, general Rubem Ludwig, e que vai esperar uma resposta. Figueiredo, no tocante a dívida externa, informou ao parlamentar pedetista que não pretende decretar a moratória unilateral, "mas que vai pedir a redução das taxas de juros".

Veículo: O GLOBO

Data: 10.09.83

Página: 4

ampla Escritório da Funai na Câmara é desativado

BRASILIA (O GLOBO) — O Presidente da Câmara, Flávio Marçillo, determinou a desativação de uma sala no Anexo 2, que estava sendo ocupada pela Assessoria Parlamentar da Funai, sem que houvesse pedido formal para isso. A informação foi dada ontem através do gabinete do Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), que havia feito a denúncia da existência do escritório a Marçillo.

Segundo o Deputado xavante, a Funai contratou o ex-Deputado Athos Vieira de Andrade como assessor parlamentar, pagando-lhe salário mensal de Cr\$ 700 mil.

— Este senhor — disse Juruna — não conhece o problema do índio e está a serviço da administração da Funai, defendendo interesses particulares, como empregos para protegidos de Deputados do PDS, e procurando prejudicar o meu trabalho na Câmara.

O Deputado denunciou também a atual administração da Funai, dirigida pelo economista Otávio Ferreira Lima, que substituiu o Coronel Paulo Leal após uma crise entre este e os índios xavantes. Segundo ele, "em poucos dias de administração, a Funai voltou a ser ocupada por parentes e amigos de pessoas influentes no Ministério do Interior".

Juruna citou o caso do Chefe da Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério do Interior, Coronel Décio Cunha, que, segundo afirmou, tem na Funai um irmão, o Coronel Darci Cunha, como delegado da 5ª DR (Cuiabá-MT). Disse, também, que o filho do Coronel Décio foi contratado recentemente, sem concurso público, como auxiliar administrativo da 6ª DR (São Luís-MA), e classificado no mais alto nível da carreira, quando só poderia ser admitido na carreira inicial.



Figueiredo garantiu a Juruna que Delfim não cairá

Juruna exigiu a queda de Delfim

O presidente Figueiredo, ao receber ontem o deputado Mário Juruna, no Palácio do Planalto, refutou o pedido de afastamento de Delfim Netto, da Secretaria de Planejamento, garantindo que o ministro só deixaria o cargo quando ele (Figueiredo) terminaria o mandato, e "debitou" a dívida externa brasileira na conta dos ministros dos governos Castello Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici e Ernesto Geisel.

Ao manifestar esta decisão, o Presidente, segundo Mário Juruna, disse que não é a primeira vez que estão pedindo o afastamento de Delfim Netto: "A maioria dos deputados já pediu", teria observado. Mas não é só ele que deixou dívida externa, então é por isso que não pode tirar o Ministro do cargo enquanto estiver no Palácio do Planalto.

O deputado e ex-cacique dos índios Xavantes, Mário Juruna, explicou que saía da audiência sem solução, mas ia esperar uma resposta de Figueiredo sobre outras reivindicações, já que pediu o afastamento de Delfim Netto, "o do branco, o pai do Planejamento", mas este agora tem a segurança manifesta do Presidente da República.

Ante a declaração presidencial, Juruna observou que Delfim "vai sair só no fim do mandato, mas não sai pobre, não. Vai sair muito carregado com dólar do estrangeiro, para casa".

O parlamentar ressaltou aos jornalistas ter informado ao Presidente que "sou contra a miséria, contra a fome, contra que o povo sofra", e reivindicou: "Eu quero que você, como Presidente da República, assuma um compromisso com o povo e vamos renovar esse Brasil. Eu sou contra barreira, sou contra ditadura, sou contra corrupto, Presidente".

De acordo com Juruna, Figueiredo respondeu não ser culpado, não poder mudar, sozinho, a situação, e teria observado que as dificuldades são também culpa do povo.

SUCESSÃO

Na saída do Palácio do Planalto, depois da audiência de 20 minutos, e após ter enfren-

tado o cerimonial que queria impedir o acesso dos índios José Maria, xavante, e Elair, carajá, que o acompanhavam e tiveram que ser recebidos por Figueiredo só para um aperto de mão, o cacique Juruna, comentando a sucessão, foi contra todos os "presidenciais".

Sobre o ministro Mário Andreazza, afirmou que "ele é bom para acabar a terra do índio. Ele não é bom para defender a terra do índio. Quem acabou a terra do índio, cortou a terra é culpado, desde quando era ministro dos Transportes. Acabou a terra do índio e veio assumir o Ministério do Interior, e continuou acabando a terra do índio".

Em relação ao deputado Paulo Maluf, assegurou que "os paulistas não falam muito bem do companheiro. Muita gente faz queixa dele, que desprezou pessoas da favela, mandou polícia contra o povo, contra a gente pequena. Esse pessoal não vai adiantar nada. A gente tem que mudar".

Já referindo-se ao vice-presidente Aureliano Chaves disse não poder confirmar se ele é bom ou ruim, porque "ainda não tenho candidato, não posso crer em besteira, em conversa de branco, eu tenho que procurar gente que não é comprometida. Espero que o povo brasileiro indique um homem sem compromissos".

O parlamentar não quis falar nem sobre Leonel Brizola, presidente do seu partido, o PDT, alegando que "não posso confirmar porque sou um homem independente. Não tenho compromisso com ninguém. Sou Juruna, sou índio. Tenho partido, mas quem me deve é o partido".

Finalmente, em relação às demais reivindicações que fez na audiência, adiantou ter entregue documentos sobre problemas de terras indígenas, sem titulação, invasão de terras por posseiros e exploração de áreas com minérios. Segundo ele, Figueiredo recebeu a documentação e prometeu encaminhá-la aos ministérios competentes e depois dar uma solução.

Átila não soube de nada

O porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, ao comentar, ontem, as declarações do deputado Mário Juruna, assegurou não saber o que o Presidente da República teria dito, mas conhece que o pensamento de Figueiredo sobre a dívida externa é de que ela representa uma responsabilidade de todos os governos brasileiros.

Segundo Átila, a dívida externa não é um fenômeno que começou no governo Figueiredo, mas tampouco "é um fato, uma responsabilidade que possa ser assumida por qualquer governo, isoladamente". Trata-se no seu entender, de um processo contínuo, pois o

Brasil é um País que tradicionalmente tem sido obrigado a importar capitais sob a forma de empréstimos, desde a Independência.

O porta-voz lembrou que o primeiro contrato de empréstimo do País foi feito logo após a declaração de Independência "de forma que é uma realidade histórica, o presidente Figueiredo, ao comentar isso, está apenas lembrando um fato que é de público conhecimento".

Mas, ainda assim, Átila voltou a reafirmar que não sabe exatamente o que Figueiredo teria dito a Juruna, porque não se encontrou com ele depois da audiência.

CORRÊIO BRASILIENSE
10/09/83
NACIONAL

Juruna nega que trocará PDT pelo PDS

O deputado Mário Juruna (PDT-RJ) negou ontem que tivesse pensado em deixar o seu partido para ingressar no PDS, em troca de algumas nomeações na Funai, conforme se noticiou no Rio de Janeiro. "Isto — desabafou — é uma calúnia e uma indignidade. Fui ao presidente Figueiredo reclamar do tratamento que vem sendo dado ao índio pela Funai, e pedir a substituição do seu presidente por uma pessoa que conheça os nossos problemas".

Juruna aproveitou para esclarecer que solicitou ao presidente Figueiredo a criação do Ministério do Índio, e que este alegou não poder atendê-lo, "porque o negro vai querer um Ministério, as mulheres outro e assim não é possível administrar um país". Prometeu, no entanto, conversar com o ministro Mário Andreazza "sobre a possibilidade de mudar novamente a direção da Funai".

Quanto à permanência de Delfim Netto, no Ministério do Planejamento, Juruna disse que Figueiredo "estranhou o fato de os mesmos companheiros do PDS que hoje pedem o seu afastamento terem sido aqueles que o indicaram, pois não pensava em Delfim". Acentuou ainda que Figueiredo acha que "de nada adiantaria substituí-lo agora, porque outro qualquer não resolveria nada". Em razão disso, Figueiredo não se considera "culpado pela nomeação de Delfim, pois apenas aprovou uma indicação dos seus companheiros do PDS".

Sobre as invasões de terras indígenas, Juruna disse que o Presidente encaminhou suas denúncias ao chefe da Casa Militar, general Rubem Ludwig, e que vai esperar uma resposta. Figueiredo, no tocante à dívida externa, informou ao parlamentar pedetista que não pretende decretar a moratória unilateral, "mas que vai pedir a redução das taxas de juros".

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: JORNAL DE BRASÍLIA

data: 11.09.83

pagina: 4

denúncia invasões

...to que o deputado Mário Juruna — PDT — RJ esta semana ao presidente Figueiredo denuncia invasões das terras indígenas em vários Estados, a extinção de reservas indígenas para atender interesses de mineradoras, como a reserva dos índios Wajmiri-Atroari, em Roraima, e o corte de áreas indígenas por estradas, como está ocorrendo na ilha do Bananal com os índios Javas. O deputado pede a demarcação das terras ocupadas por tribos indígenas afirmando que a Funai não tem cumprido o Estatuto do Índio, colocando em risco o futuro dessas populações.

Juruna pediu também ao Presidente a anistia de cerca de 75 funcionários do órgão — indigenistas, sertanistas e antropólogos — afastados da Funai em junho de 1980 pelo ex-presidente da Fundação, coronel Nobre da Veiga. "Estes funcionários — afirmou Juruna — detectaram que a administração da Funai estava desviando-se dos objetivos previstos pela legislação e da boa tradição indigenista brasileira. Estas pessoas que tinham dedicado sua vida à causa indígena, foram simplesmente impedidos de continuar seus trabalhos e agora seus nomes constam de uma "lista negra" que impede o seu retorno à Funai. Estes indigenistas são os últimos cassados deste País".

Juruna pede também a Figueiredo que mande apurar as razões que levaram a Funai a propor a extinção da reserva Wajmiri-Atroari e defender a revogação do decreto que a extinguiu. Segundo o deputado a extinção da reserva está ligada à exploração de minério na área pela empresa Paranapanema que localizou na região uma das maiores jazidas de cassiterita do Brasil.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: O ESTADO DE SÃO PAULO

data: 11.09.83

pagina: 20

Juruna explica a Figueiredo todos os problemas dos indígenas

Da sucursal de
BRASÍLIA

O deputado Mário Juruna (PDT-RJ) pediu ao presidente Figueiredo, em encontro no Palácio do Planalto, esta semana, a demarcação das terras ocupadas por tribos indígenas, afirmando que a Funai não tem cum-

prido o Estatuto do Índio, colocando em risco o futuro dessas populações. No documento que entregou a Figueiredo, o deputado-cacique denuncia invasões de terras indígenas em vários Estados, a extinção de reservas indígenas para atender interesses de mineradores — como a reserva

dos waimiri-atroari, em Roraima — e o corte de áreas indígenas por estradas, como está ocorrendo na Ilha do Bananal com os índios javas. Juruna solicitou ainda que Figueiredo mande apurar as razões que levaram a Funai a propor a extinção da reserva waimiri-atroari e defender a revoga-

ção do decreto que a extinguiu. Segundo o deputado, a extinção da reserva está ligada à exploração de minério na área pela empresa Parapanema, que localizou na região uma das maiores jazidas de cassiterita do Brasil.

O deputado citou também várias

áreas que estão invadidas por garimpeiros. A terra dos yanomani, onde vivem dez mil índios, a maior parte ainda sem nenhum contato com a civilização, é uma delas: "É necessário que os garimpeiros sejam afastados imediatamente do local, pois a presença de pessoas não índias tem

provocado várias epidemias que resultam em mortes ou doenças causadoras de danos irreparáveis aos silvícolas". Juruna apontou, por fim, problemas com os índios kaipós, no sul do Pará, e paraxós, da Bahia, todos com litígios com mineradores e fazendeiros.

elo

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: FOLHA DE SÃO PAULO

data: 11.09.83

página: 13

denúncia contra a Funai

BRASÍLIA — Dos 7,5 bilhões de cruzeiros do orçamento da Funai para este ano, 6,5 foram destinados à

para administração de um bilhão para assistência à demarcação de terras, e o restante à saúde, educação e projetos de desenvolvimento.

A denúncia está contida no documento entregue pelo deputado Mário Juruna (PDT-RJ) ao presidente Figueiredo na última quinta-feira. E, por essa razão, Juruna classifica a Funai como órgão "para

servir de cartório de registro sobre a questão indígena".

Além desse dado, Juruna levou ao presidente Figueiredo alguns exemplos dos problemas vividos pelas diferentes comunidades indígenas do País, entre eles, os dos Vaimiri-Atroari, dos Ianomami, dos Caiapó que vivem no sul do Pará, dos Javaé da Ilha do Bananal e dos Pataxó-Hã-Hã-Hãe e o da reserva Caramuru-Paraguaçu, em Pau Brasil (BA).

Sobre os V... documento... ano de 1980, autoriz... a empresa Par... a realizar pesquisa de minérios dentro da reserva indígena. O resultado da pesquisa foi a localização de uma das maiores jazidas de cassiterita do Brasil. Foi elaborado pela Paranapanema o projeto Pitinga com previsão de investimento de 27 milhões de dólares, visando à exploração da

jazida. A Funai, sem nenhuma explicação plausível, a não ser os interesses da Paranapanema, propôs a extinção da reserva indígena. Vossa Excelência, atendendo exposição de motivos do Ministério do Interior, extinguiu a reserva indígena, transformando-a numa simples área interditada para fins de atração, liberando 516.700 hectares para a empresa Paranapanema".

Juruna pede ao presidente da Re-

pública que mande apurar as razões que levaram a Funai a propor a extinção da reserva e sugere a revogação do decreto de extinção, "devolvendo aos índios as terras que lhes pertencem".

O documento traz ainda três casos de invasão de terras indígenas. A da reserva dos Ianomami, em Roraima, onde três mil garimpeiros se espalharam na região de Santa Rosa, Urarica e Surucucus.

96

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

Título: JORNAL DE BRASÍLIA

Data: 14.09.83

Página: 07

**Juruna alerta para
conflito entre índios
e fazendeiros na BA**

Um grupo Pataxó Ha-Ha-Hae, armado e liderado pelos índios Nailton e Samado, invadiu, na manhã de segunda-feira, a fazenda Providência, que fica dentro da reserva Caramuru-Paraguaçu (BA) e que está arrendada para a fazendeira Idalina Gomes Neri. A informação foi dada ontem pelo deputado Mário Juruna (PDT-RJ), que advertiu para a possibilidade de um conflito entre índios e fazendeiros, caso a Funai não adote providências imediatas.

A Funai, através do assessor de imprensa Sidney Ribeiro, informou que já está na área o delegado do órgão em Governador Valadares (MG), Eustáquio Machado, que encaminhará um relatório ao presidente Otávio Ferreira Lima. A partir desse Relatório, a Funai decidirá o que deve ser feito: se mantém ou não os índios na fazenda ocupada.

O deputado disse ainda, segundo informações que obteve da própria Funai, que a fazendeira está tentando retirar os índios, por via judicial e, caso a solução não lhe seja favorável, agirá de violência contra os índios.

| ?

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

Título: CORREIO BRASILENSE

Data: 14.09.83

Página: 02

**Dois caciques**

Depois que Juruna teve pito para pedir a cabeça de Delfim Netto ao próprio Presidente Figueiredo, vários parlamentares se encheram de coragem para pregar, até, a renúncia do Chefe do Governo. A observação é do Senador Luiz Cavalcanti, do PDS, um crítico da política econômico-financeira. Ele adverte, porém, que só Juruna poderia usar de tanta franqueza com Figueiredo. "Afinal" - justifica - "ambos são caciques".

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

PSS. 481, p. 23/398

veículo: JORNAL DE BRASÍLIA

data: 14.09.83

página: 05

CÂMARA

Comissões

Impasse na Comissão do Índio

O PMDB não abre mão de eleger o deputado Eduardo Suplicy (PT-SP) para presidente da Comissão do Índio. A posição é do líder Freitas Nobre, que ontem esteve reunido com os líderes Nelson Marchezan (PDS) e Bocaiúva Cunha (PDT), para decidir sobre a eleição, que acontece hoje, às 10 h. O nome de Suplicy foi vetado pelos parlamentares pedessistas que se negaram a votar nele, na primeira reunião da Comissão, alegando que ele não "entende de índios". Marchezan, ontem, afirmou que está aberto ao diálogo, mas não aceita a proposta das oposições de eleger o deputado petista.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

PSS.481, p.24/398

veículo: JORNAL DE BRASÍLIA
 data: 15.09.83
 página: 1



O deputado federal Mário Juruna ocupou, ontem, a presidência da primeira Comissão do Índio criada pela Câmara Federal. Foi uma eleição de consenso, que Juruna selou com um discurso para uma assistência que incluía 15 índios de diversas tribos (Página 3)

Juruna já é presidente de comissão

Em acordo das lideranças do PDS, PMDB e PDT, foi eleito ontem presidente da Comissão do Índio da Câmara Federal, o deputado Mário Juruna (PDT-RJ). Agora, Freitas Nobre e Bocaiúva Cunha, líderes das oposições, precisarão cumprir a promessa de modificar o regimento interno da Câmara, para que Juruna possa ser reeleito no ano que vem, já que pelas determinações atuais, é proibida a reeleição. Juruna, que resolveu aceitar o cargo somente por estes três últimos meses, estava bastante contrariado com o acordo das lideranças, e demonstrou a contrariedade, não fazendo discurso de posse, como é de praxe nestas ocasiões. Ele apenas garantiu que "não vão existir barreiras, porque comigo sai serviço".

Foram eleitos vice-presidentes, Alcides Lima (PDS-RR) e Ricardo Ribeiro (PTB-SP), os quais se comprometeram a trabalhar para que a Comissão do Índio possa efetivamente lutar pelos interesses indígenas. Assim que foi divulgado o resultado da eleição, onde votaram 21 deputados, Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentou requerimento ao presidente Juruna, pedindo que diversas autoridades sejam convidadas a comparecer à Comissão, para explicar a construção da estrada Transaraguaia, que vai cortar o Parque Nacional do Araguaia, localizado na Ilha do Bananal. Entre os convidados, estão o superintendente da Sudeco, Renê Pompeo de Pina, Mauro Reis, presidente do IBDF, Dom Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix do Araguaia, e a ex-diretora do Departamento de Parques do IBDF, Maria Teresa Pádua.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

PSS. 481, p. 25/398

veículo:	JORNAL DE BRASÍLIA
data:	15.09.83
página:	3

Decálogo

■ Fatos, personagens, bastidores

7 Juruna promete a revolução

O deputado Mário Juruna selou sua escolha para primeiro presidente da recém-nascida comissão do Índio da Câmara dos Deputados com uma frase de efeito, que arrancou vibrantes aplausos dos outros 15 índios terena, xavante, karajá, bakairi e kaiapó que assistiram à cerimônia. Palavras de Juruna: "Esta comissão não vai ficar do lado da Funai, do ministro, do presidente da República. Aqui vai ser a comissão-revolução. Aqui a gente vai garantir a vida do índio".

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: O GLOBO
 data: 15.09.83
 página: 06

PSS-481, p.26/398



Juruna ao votar para Presidente da Comissão do Índio, na Câmara

Juruna: Comissão do Índio fará 'revolução'

BRASILIA (O GLOBO) — "Esta Comissão não vai ficar do lado da Funai, do Ministro, do Presidente da República. Aqui vai ser a comissão-revolução. Aqui a gente vai garantir a vida do índio". Estas afirmações foram feitas ontem pelo Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), após ser eleito o primeiro Presidente da recém-criada Comissão do Índio na Câmara dos Deputados, sob os aplausos de 15 índios Terena, Xavante, Karajá, Bakairi e Kaiapó.

Juruna enviou telex ao Presidente Figueiredo, ao Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, e ao Governador da Bahia, João Durval Carneiro, pedindo que intervenham no caso dos

índios Pataxó Ha-Ha-Hae. No início da semana, cerca de 60 índios da tribo invadiram a Fazenda Providência, que fica dentro da reserva Caramuru-Paraguaçu (BA), e se recusam a sair das terras que dizem ser de sua propriedade. Ontem, contudo, eles decidiram libertar a filha da proprietária da fazenda e uma criança que mantinham como reféns.

A escolha do novo cacique da reserva de Dourados, em Mato Grosso do Sul, poder. a provocar uma guerra entre os quatro mil índios Guaraní, Terena e Caiuá que vivem na área e não conseguiram resolver a questão através de eleições.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: JORNAL DO BRASIL

data: 15.09.83

página: 4

PSS.481, p.27/398

Partidos concordam e Juruna vai presidir a Comissão do Índio

Brasília — Após 10 dias de desavenças, as lideranças dos cinco partidos entraram em acordo, ontem, quanto à composição da presidência e vice da Comissão do Índio. O ex-cacique xavante, Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), foi eleito por unanimidade para presidir a comissão, sob aplauso de aproximadamente 15 representantes da sua tribo, dos terenas, carajás, caiapós e bacairis.

Até a última quarta-feira, estava acertado que o vice-líder do PT, Eduardo Suplicy (SP), presidiria a Comissão. O objetivo era evitar que Juruna cumprisse apenas mandato-tampão, de menos de três meses, pois o regimento interno da Câmara não permite reeleição. O PDS não concordou que o PT ficasse com a presidência de duas comissões permanentes: Trabalho e Legislação Social e, agora, a do Índio.

Apoio do PTB

A liderança pedessista mobilizou-se e acabou ganhando o apoio do PTB. Afinal, comentou Suplicy, "somos apenas seis representantes petistas na Câmara, enquanto o PTB, que tem 13 deputados, não preside comissão alguma". Com este argumento, PDS e PTB uniram-se, lançando o Deputado Ricardo Ribeiro (PTB-SP) para a presidência. Enquanto isto, um deputado do PMDB, membro da Comissão, comentava: "Esse PTB não é mesmo um partido em que possamos confiar".

Temendo que o acordo entre os dois partidos afetasse os trabalhos da Comissão, "especialmente no que se relaciona à apuração de denúncias contra órgãos governamentais", como disse Dante de Oliveira (PMDB-MT), "as lideranças do PT, PDT e PMDB resolveram relançar Juruna, que era o candidato de consenso". O deputado-cacique confessa que chegou a ficar preocupado e bravo: "Quando índio vai construir sua casa, chega um e tira a palha, chega outro e tira outra coisa. Sinto que estão tramando alguma coisa contra o trabalho sério desta Comissão", comentou.

Para permitir que o Deputado Mário Juruna prossiga seu trabalho em 84, as lideranças oposicionistas comprometeram-se a modificar o artigo do regimento que proíbe a reeleição, apresentando uma proposta a ser votada pelo plenário. Em seu discurso de posse, improvisado, Juruna pediu a colaboração de todos os membros da Comissão para que esta realize um trabalho sério em defesa do índio:

— A gente vai precisar de união, que faz a força, com mentalidade nova. Aqui vai ser comissão revolução, revolução de amor, contra corrupção, safadeza e roubo. Sou único índio brasileiro que vai incomodar Funai e todo o Ministério, para garantir terra, saúde e educação pro índio — disse Juruna. A seu lado estavam Alcides Lima (PDS-RR), eleito para a primeira vice-presidência, e Ricardo Ribeiro, escolhido segundo-vice.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

PSS.481, p.28/398

veículo: _____	FOLHA DE SÃO PAULO
data: _____	15.09.83
página: _____	7

Juruna eleito para Comissão do Índio

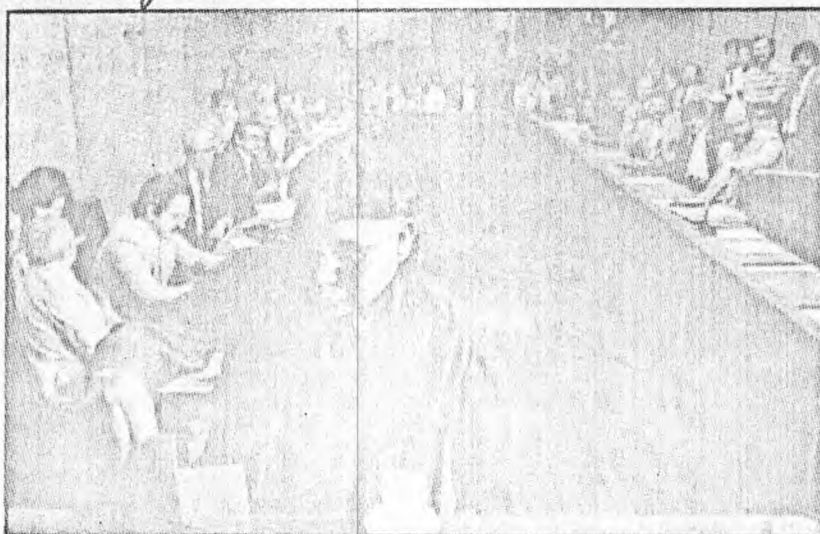
BRASILIA — Com 21 votos dos 25 votantes, o deputado Mário Juruna (PDT-RJ) foi eleito ontem presidente da Comissão do Índio. A escolha de Juruna foi feita em cima da hora, numa manobra dos partidos de oposição, para evitar que a Comissão fosse presidida pelo deputado Ricardo Ribeiro (PTB-RJ), que acabou sendo escolhido segundo vice-presidente.

Autor do projeto de criação da Comissão, Juruna acusou em seu primeiro discurso a Funai de discriminação na contratação de índios para seu quadro de funcionários: "Já chega de coronel, dentista, antropólogo branco. Índio tem capacidade para assumir postos dentro da Funai", disse o deputado, anunciando que "essa vai ser a Comissão—Revolução. Vamos incomodar todo mundo, toda autoridade que já está podre. Aqui, vamos trabalhar".

Logo depois de empossado na presidência, Juruna passou a palavra ao primeiro vice-presidente, deputado Alcides Lima (PDS-RR), e aceitou imediatamente o pedido feito pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), convocando para depor os dirigentes de autarquias envolvidas na construção da estrada Transaraguaia. A estrada corta a aldeia dos Javaé, em Boto Velho, na Ilha do Bananal. Entre os convocados encontram-se o superintendente da Sudeco, René Pompeu de Pina; o presidente do IBDF, Mauro Reis; o ex-presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga; d. Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix (MT); e o antropólogo André Toral.

O deputado Eduardo Matarazzo Suplicy (PT-SP) solicitou investigação das transações entre a Funai e a Capemi na exploração de madeira na área dos índios paracanás.

O Globo de 15.9.83



Juruna ao votar para Presidente da Comissão do Índio, na Câmara

Juruna: Comissão do Índio fará 'revolução'

BRASÍLIA (O GLOBO) — "Esta Comissão não vai ficar do lado da Funai, do Ministro, do Presidente da República. Aqui vai ser a comissão-revolução. Aqui a gente vai garantir a vida do índio". Estas afirmações foram feitas ontem pelo Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), após ser eleito o primeiro Presidente da recém-criada Comissão do Índio na Câmara dos Deputados, sob os aplausos de 15 índios Terena, Xavante, Karajá, Bakairi e Kaiapó.

Juruna enviou telex ao Presidente Figueiredo, ao Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, e ao Governador da Bahia, João Durval Carneiro, pedindo que intervenham no caso dos

índios Pataxó Ha-Ha-Hae. No início da semana, cerca de 60 índios da tribo invadiram a Fazenda Providência, que fica dentro da reserva Caramuru-Paraguaçu (BA), e se recusam a sair das terras que dizem ser de sua propriedade. Ontem, contudo, eles decidiram libertar a filha da proprietária da fazenda e uma criança que mantinham como reféns.

A escolha do novo cacique da reserva de Dourados, em Mato Grosso do Sul, poder. a provocar uma guerra entre os quatro mil índios Guaraní, Terena e Caiuá que vivem na área e não conseguiram resolver a questão através de eleições.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: JORNAL DO BRASIL

data: 16.09.83

página: 05

***Invasão de pataxós no
sul da Bahia agrava
tensão e risco de luta***

Salvador — Já na condição de presidente da Comissão do Índio da Câmara Federal, o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) deve seguir até segunda-feira para a área de Camacã, no Sul da Bahia, onde mais de 60 indígenas da tribo pataxós ha-ha-hae invadiram as fazendas Providência e Bom Jardim, expulsando os ocupantes. O clima na área é de muita tensão, segundo a polícia regional de Itabuna, pois tanto os índios quanto os fazendeiros da região que ameaçam reagir estão munidos de muitas armas.

Segundo informações da antropóloga Maria do Rosário Carvalho, conselheira da seção baiana da Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai-BA) — que conversou ontem com Juruna por telefone — o deputado, reconhecendo a gravidade da situação, está mantendo contatos constantes com a Funai e só não se deslocou logo para a área em conflito porque seu deslocamento como presidente depende das assinaturas de dois terços dos membros da Comissão do Índio e ele ainda não havia conseguido as 16 assinaturas necessárias até ontem à noite.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: ÚLTIMA HORA DE BRASÍLIA

data: 16.09.83

página: 03

- PINGA-FOGO -**Comissão do
Índio: Juruna
é presidente**

O deputado Mário Juruna foi eleito, ontem, presidente da Comissão do Índio, com 21 votos, colocando fim ao desentendimento entre os partidos de oposição e o PDS, que não aceitou o nome inicialmente indicado para o cargo, com o apoio do próprio Juruna, do deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, do PT de São Paulo. Juruna afirmou, ao ser eleito, que os índios "querem assumir o poder e sentar na cadeira do presidente da Funai".

"Chega de Funai, de antropólogo e de indigenista - disse Juruna - o índio agora provou que tem capacidade para lutar pelos seus próprios direitos. Não queremos receber a poeira da botina daqueles que estão dirigindo a Funai para não apoiar o índio, mas para garantir seus próprios interesses". "É preciso que todos saibam - prosseguiu - que o índio não é um bugre, um caboclo ou marginal. Ele já vivia no Brasil quando aqui chegaram os invasores".

Juruna alerta para conflito entre índios e fazendeiros na BA

Um grupo Pataxó Ha-Ha-Hae, armado e liderado pelos índios Nailton e Samado, invadiu, na manhã de segunda-feira, a fazenda Providência, que fica dentro da reserva Caramuru-Paraguaçu (BA) e que está arrendada para a fazendeira Idalina Gomes Neri. A informação foi dada ontem pelo deputado Mário Juruna (PDT-RJ), que advertiu para a possibilidade de um conflito entre índios e fazendeiros, caso a Funai não adote providências imediatas.

A Funai, através do assessor de imprensa Sidney Ribeiro, informou que já está na área o delegado do órgão em Governador Valadares (MG), Eustáquio Machado, que encaminhará um relatório ao presidente Otávio Ferreira Lima. A partir desse Relatório, a Funai decidirá o que deve ser feito: se mantém ou não os índios na fazenda ocupada.

O deputado disse ainda, segundo informações que obteve da própria Funai, que a fazendeira está tentando retirar os índios, por via judicial e, caso a solução não lhe seja favorável, agirá de violência contra os índios.

Polícia tenta evitar na Bahia conflito entre pataxós e fazendeiros

Camacã, BA — Mesmo com a chegada de 50 homens do 2º Batalhão da Polícia Militar para impedir o choque armado entre índios e fazendeiros, continuou bastante tensa, ontem, a situação neste município do Extremo Sul da Bahia, seis dias depois de um grupo dissidente da tribo pataxós ha-ha-hae ter ocupado as fazendas Providência e Bom Jardim, pertencentes aos agricultores Luís Alves de Lima e Idalina Gomes Neri.

Na madrugada de ontem, antes da chegada do reforço policial, um grupo de fazendeiros da região arrombou um dos portões de acesso ao local onde estão os índios, disposto a expulsar os pataxós "à força". Entretanto, negociações conduzidas por membros da Funai que já estão em Camacã evitaram o confronto armado, embora os índios tenham decidido continuar ocupando as fazendas.

Funai preocupada

O delegado da Funai na Bahia, Eustáquio Machado, que participou das negociações para evitar um conflito mais grave entre índios e fazendeiros na localidade de Jacareci, considerou a situação na área "muito tensa e difícil, mas cabe à Polícia Militar impedir o conflito armado. A nós, como funcionários da Funai, compete negociar e garantir a segurança dos indígenas".

Ontem de manhã chegou também a Camacã o diretor do Departamento de Assistência Indígena da Funai, Carlos Roberto Gross, acompanhado de vários assessores. Ele conversou detalhadamente com fazendeiros de cacau, pecuaristas da região e, em especial, com os indígenas, que não admitem a hipótese de abandonar as duas fazendas ocupadas há seis dias. O cacique Nailton Muniz Pataxó disse não admitir negociar a saída das terras ocupadas, que ele afirma serem propriedades dos índios.

— Viemos para este lugar porque esta terra é nossa e o meu grupo está desesperado. Nós precisamos de trabalho e não temos nenhuma opção. Na verdade, nossa terra é nossa casa, nossa vida e dela nós queremos viver — disse o cacique, que há mais de 200 índios dissidentes que saíram da reserva de Pau Brasil depois do assassinato do cacique Edísio, na área da reserva.

Ao afirmar que "sem terra não somos nada", Nailton Muniz advertiu: "Se alguém quiser nos convencer a sair, é melhor não vir para cá, porque a gente só sai em guerra. Se alguém tem terra e quer resolver o problema, que dê para os fazendeiros, porque nós viemos ocupar uma área que era nossa e foi tomada com muita violência".

Invasão de pataxós no sul da Bahia agrava tensão e risco de luta

Salvador — Já na condição de presidente da Comissão do Índio da Câmara Federal, o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) deve seguir até segunda-feira para a área de Camacã, no Sul da Bahia, onde mais de 60 indígenas da tribo pataxós ha-ha-hae invadiram as fazendas Providência e Bom Jardim, expulsando os ocupantes. O clima na área é de muita tensão, segundo a polícia regional de Itabuna, pois tanto os índios quanto os fazendeiros da região que ameaçam reagir estão munidos de muitas armas.

Segundo informações da antropóloga Maria do Rosário Carvalho, conselheira da seção baiana da Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai-BA) — que conversou ontem com Juruna por telefone — o deputado, reconhecendo a gravidade da situação, está mantendo contatos constantes com a Funai e só não se deslocou logo para a área em conflito porque seu deslocamento como presidente depende das assinaturas de dois terços dos membros da Comissão do Índio e ele ainda não havia conseguido as 16 assinaturas necessárias até ontem à noite.

16/9/83 - JBR

Associação acusa a Funai de autoritarismo e abandono aos Pataxós Ha-Ha-Hae

Salvador — Em documento divulgado ontem, a Associação Nacional de Apoio ao Índio — Seção da Bahia (Anai-BA) afirmou que a situação dos índios Pataxós, no momento à beira de um conflito armado com fazendeiros do Sul do Estado, numa disputa de terras em Camacã, "reflete o autoritarismo da Funai na condução dos problemas, além da sua interferência na organização desse grupo, dividindo-o internamente e fomentando uma disputa pelo poder, desonesta na medida em que compra lideranças através de concessões e benefícios".

Em relatório sobre uma viagem à Reserva Paraguaçu-Caramuru, no Sul da Bahia, onde há o conflito decorrente da invasão de duas fazendas — Bom Jardim e Providência — integrantes da Anai-BA denunciaram a situação de miséria dos índios. Em depoimento, segundo a antropóloga Maria do Rosário Carvalho, os Pataxós acusaram a Funai de ameaçá-los de morte, ter desviado verbas, promover a discriminação entre índios e outros problemas que, segundo a Anai-BA, requerem, no mínimo, apuração urgente e rigorosa.

No documento, a Associação Nacional de Apoio ao Índio denuncia o "total abandono" em que se encontram os Pataxós Ha-Ha-Hae, nas localidades de Coroa Vermelha e Boa da Mata. Os indígenas estão sem condições de caçar, plantar, comercializar e são assistidos precariamente pelo único posto de saúde existente em Barra Vermelha.

19/9/83 JBR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo:	JORNAL DO BRASIL
data:	16.09.83
página:	05

**Invasão de pataxós no
sul da Bahia agrava
tensão e risco de luta**

Salvador — Já na condição de presidente da Comissão do Índio da Câmara Federal, o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) deve seguir até segunda-feira para a área de Camacá, no Sul da Bahia, onde mais de 60 indígenas da tribo pataxós há-ha-e invadiram as fazendas Providência e Bom Jardim, expulsando os ocupantes. O clima na área é de muita tensão, segundo a polícia regional de Itabuna, pois tanto os índios quanto os fazendeiros da região que ameaçam reagir estão munidos de muitas armas.

Segundo informações da antropóloga Maria do Rosário Carvalho, conselheira da seção baiana da Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai-BA) — que conversou ontem com Juruna por telefone — o deputado, reconhecendo a gravidade da situação, está mantendo contatos constantes com a Funai e só não se deslocou logo para a área em conflito porque seu deslocamento como presidente depende das assinaturas de dois terços dos membros da Comissão do Índio e ele ainda não havia conseguido as 16 assinaturas necessárias até ontem à noite.

veículo: O GLOBO

data: 16.09.83

página: 10

PSS-481, p. 34/398

Índio sem cacife

Numa entrevista de TV, e a propósito do Deputado Mário Juruna, o indigenista Orlando Villasboas fez duas revelações que vale a pena lembrar:

1. Não existe liderança de nenhuma espécie entre os índios. Nem na tribo, nem em grupos, nem no próprio casal. Índio não segue o caminho de ninguém, não tem líder, só faz o que lhe dá na cabeça. Logo, Juruna não lidera nada, embora não haja qualquer mal ou desavença em que

fale em nome da comunidade indígena.

2. Enquanto não emancipado, o índio é juridicamente irresponsável. A sua posição perante a lei é igual à do menor. O índio pode, entretanto, pedir a sua emancipação, coisa que ele comumente evita para não contrair também obrigações.

Acontece que o cacique Juruna até hoje não requereu a sua emancipação e continua, portanto, sob a tutela do Estado, particularmente da Funai.



Juruna

veículo: O GLOBO
data: 19.09.83
página: 06

Índios continuam nas fazendas invadidas

SALVADOR — Os índios pataxós ha-ha-hae, que no início da semana passada invadiram as fazendas Bom Jardim e Providência, no município de Camacá, a 510 quilômetros desta capital, continuavam ontem ocupando as terras, apesar das tentativas de negociação desenvolvidas pelo Delegado Ezequildes Nunes, Diretor Regional de Polícia de Itabuna, para retirá-los do local. Eles alegam que as propriedades estão dentro da área da reserva Paraguaçu-Caramuru.

veículo: JORNAL DA TARDE

data: 16.09.83

página: 02

E mais:

O DELEGADO da Funai, Eustáquio Machado, enviado à Bahia para apurar a invasão da fazenda "Providência", em Camacá, por 70 índios pataxó, no início da semana, continuava ontem, em meio a um clima de grande tensão, a negociar com os índios

para resolver o impasse. Prometeu mandar relatório, no final da tarde, ao presidente do órgão, em Brasília. A fazenda "Providência" fica perto dos limites da área da reserva original de 36 mil hectares, que está sendo reclamada na Justiça Federal pela própria Funai, em ação contra os fazendeiros que a ocuparam e o governo do Estado, que forneceu os títulos de propriedade.

Ao mesmo tempo em que a Prefeitura carioca briga com moradores do bairro do Catumbi sobre a construção de arquibancadas fixas para os desfiles das escolas de samba, uma delegação da cidade francesa de Nive está no Rio com a finalidade de preparar uma manifestação de cultura brasileira quando da comemoração dos cem anos do carnaval de Nive, em 1984.

veículo: O ESTADO DE SÃO PAULO

data: 16.09.83

página: 10

Funai negocia com os pataxós

O delegado da Funai Eustáquio Machado, enviado à Bahia para apurar a invasão da fazenda Providência, em Camacá, por 70 índios pataxó ha-ha-hae, no início da semana, continuava ontem, em meio a um clima de grande tensão, a negociar com os índios para resolver o impasse.

A fazenda fica dentro dos limites da área da reserva original, de 36 mil hectares, que está sendo reclamada na Justiça Federal pela própria Funai,

em ação contra os fazendeiros, que a ocuparam, e o governo do Estado, que forneceu os títulos de propriedade.

A Polícia Federal em Ilhéus explicou ontem que desde o início da semana foi comunicada da invasão pela Funai, mas se tem limitado a ficar em alerta para qualquer eventualidade, aguardando a convocação do órgão para intervir.

veículo: ÚLTIMA HORA DE BPAS

data: 20.09.83

página: 03

Juruna diz que é candidato e ataca ministro

João Pessoa — Ao encerrar ontem em João Pessoa, uma visita de três dias a Paraíba, o deputado Mário Juruna (PDT-RJ) se lançou candidato à Presidência da República em 1989, comparou o PDS ao "partido do Diabo" e disse que a candidatura do ministro Mário Andreazza à sucessão não é confiável, "pois ele já roubou terra de índio, vai roubar terra do povo".

Sempre acompanhado por dois deputados federais do PMDB, Raymundo Asfora e José Maranhão, Juruna esteve ontem com o governador Wilson Braga e o prefeito da capital, Oswaldo Trigueiro, ambos do PDS, a quem pediu empenho com vistas a demarcação da reserva indígena dos Potiguares, em Bala da Traição, no litoral paraibano.

PSS-481, p. 35/398

veículo: JORNAL DO BRASIL

data: 19.09.83

página: 04

Associação acusa a Funai de autoritarismo e abandono aos Pataxós Ha-Ha-Hae

Salvador — Em documento divulgado ontem, a Associação Nacional de Apoio ao Índio — Seção da Bahia (Anai-BA) afirmou que a situação dos índios Pataxós, no momento à beira de um conflito armado com fazendeiros do Sul do Estado, numa disputa de terras em Camaca, "reflete o autoritarismo da Funai na condução dos problemas, além da sua interferência na organização desse grupo, dividindo-o internamente e fomentando uma disputa pelo poder, desonesta na medida em que compra lideranças através de concessões e benefícios".

Em relatório sobre uma viagem à Reserva Paraguaçu-Caramuru, no Sul da Bahia, onde há o conflito decorrente da invasão de duas fazendas — Bom Jardim e Providência — integrantes da Anai-BA denunciaram a situação de miséria dos índios. Em depoimento, segundo a antropóloga Maria do Rosário Carvalho, os Pataxós acusaram a Funai de ameaçá-los de morte, ter desviado verbas, promover a discriminação entre índios e outros problemas que, segundo a Anai-BA, requerem, no mínimo, apuração urgente e rigorosa.

No documento, a Associação Nacional de Apoio ao Índio denuncia o "total abandono" em que se encontram os Pataxós Ha-Ha-Hae, nas localidades de Coroa Vermelha e Boa da Mata. Os indígenas estão sem condições de caçar, plantar, comercializar e são assistidos precariamente pelo único posto de saúde existente em Barra Vermelha.

veículo: JORNAL DO BRASIL

data: 19.09.83

página: 04

Zózimo

- O cacique Macuara demonstrou pela sua sensibilidade, conversa agradável, humor e inteligência que nem todo índio que se preza precisa necessariamente ser um Juruna para fazer sucesso no mundo civilizado.
- Pelo contrário.

JORNAL DA BRASÍLIA

DATA: 21 SET 83

Juruna ouve promessa de solução para índios

O deputado Mário Juruna obteve ontem a primeira vitória em suas incursões pelo Palácio do Planalto: a promessa do ministro extraordinário para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, de que vai resolver, o mais rápido possível, os problemas dos índios Potiguara, na Paraíba, e Pataxó, na Bahia.

O cacique-deputado entregou ao ministro Venturini um documento através do qual tenta provar "a incompetência" da Funai: "Com um quadro de 2.400 funcionários, um orçamento financeiro para 1983 de 7,5 bilhões de cruzeiros, dos quais 6,5 bilhões são destinados à manutenção do complexo administrativo, o órgão tem sido de uma ineficácia total, pois não chega a demarcar duas áreas indígenas por ano, além de não conseguir garantir aos índios a posse das reservas já demarcadas".

"Nesse sentido — afirmou o deputado Mário Juruna no documento entregue ao Ministro —, a omissão do órgão tutelar pode criar áreas de conflitos altamente explosivos e de efeitos imprevisíveis, como por exemplo, a área dos Pataxó, no sul da Bahia, demarcada desde 1936 e hoje totalmente ocupada por fazendeiros. Estes 2 mil índios Pataxó estão hoje expostos a toda sorte de penúria e condição subumana. Cansados de esperar pela Funai, sem terra para viver, eles vêm ocupando seu território tradicional, expondo-se aos perigos de uma represália por parte dos fazendeiros".



Mário Juruna, único índio na Câmara dos Deputados, garante que concorrerá à Presidência da República

SOBRE POLÍTICOS E MINISTROS

■ **Figueiredo:** "O Presidente não gosta de mim. A gente se atura. Ele não gosta porque eu tou aqui sempre metendo o pau no Governo. Se depender de mim, aposento ele. Sou contra reeleição. Na tribo, cacique não é reeleito. Se Figueiredo continua, os Ministros também continuam, tudo que é ruim continua, fica tudo a mesma coisa".

■ **Andreazza:** "Perigo, perigo demais se ele for eleito. Ele já foi chefe dos transportes, que acabou com ter-

ra de índio. Hoje é Ministro do Interior e continua acabando com terra de índio. Não muda nada. O índio revolta porque não tem bolsa-de-estudo, não tem remédio, não tem terra. Andreazza não tem espírito. Tem ódio ao povo, tem ódio ao índio".

■ **Maluf:** "Também tá do lado dos milicos. É ligado a coronel, a general, a major. Não vai mudar nada. É o mais perigoso, esse candidato".

■ **Venturini:** "Faz mais pelo índio do que Andreazza".

■ **Brizola:** "Eu espero que o Brizola se candidate a Presidente. É o candidato mais simpático. Mas não sei se vou trabalhar na campanha dele. Onde houver uma estrada melhor, quero passar".

■ **Delfim e Galvêas:** "Vendem o Brasil para Paris e Nova Iorque".

■ **Pastore:** "O Pastor também quer vender Brasil. Não é todo mundo que faz negócio com FMI. Eles fazem porque querem vender Brasil".

"£ 25/09/83

JURUNA DE OLHO NO

Teresa Cardoso

BRASILIA — "Brasil precisa sair da miséria. Antigamente, Brasil tinha fundo e hoje não tem, deve a todo mundo. Não está em cima da água como canoa. Já afundou". Com esta opinião, que pretende transformar em base de plataforma política, mais um **presidenciável** surge no cenário político, o cacique-deputado Mário Juruna, que pergunta: "Por que índio também não pode ser candidato à Presidência da República?"

No discreto gabinete no quinto andar da Câmara dos Deputados, à frente de um mapa do Brasil coberto pelas comunidades indígenas, Juruna diz que ainda não sabe se quer ser candidato em 1985 ou 1990, mas já faz algumas promessas, como a de "devolver o Brasil ao povo brasileiro".

— Em 1964, a gente **tava** dentro da canoa afundando. Hoje, o Governo afundou a canoa e ninguém consegue tirar o Brasil da água. Quero tirar canoa do fundo e salvar os que estão se afogando — afirma o cacique xavante, nos últimos dias, exibindo na lapela do paletó de tweed um adesivo contra o arrocho salarial.

Crítico severíssimo do Presidente Figueiredo, com quem se encontrou há um mês, e dos **presidenciáveis** Mário Andreazza e Paulo Maluf (veja quadro), Juruna admite que está gostando de ser deputado, mas acha muito pequeno o prazo de quatro anos para trabalhar pelas comunidades indígenas ("parece que quatro anos são quatro dias", queixa-se).

Como a maioria dos parlamentares, lamenta a falta de prerrogativas do Legislativo:

— Deputado devia ter mais poder — comenta. — Aqui no Brasil, Governo tem que reconhecer o poder do deputado que cria projeto de lei. Querem que deputado obedeça ao Palácio do Planalto, mas deputado tem que ser mais respeitado. Não é qualquer Ministro que pode **atravessar** deputado, senão não é democracia.

O lançamento da candidatura de Juruna se dá um mês depois de, em encontro com Figueiredo, o Presidente ter-lhe explicado que, como deputado federal, preenche os requisitos constitucionais para almejar o cargo. Mas o cacique não deixa de mostrar algumas dúvidas:

— Não sei se povo brasileiro vai entender minha candidatura. Quem rouba quer continuar roubando e não vai entender. Eu espero que o povo possa indicar Juruna... O Brasil já tá tomando consciência de que não gosta de miséria. Quem gosta do FMI? Eu **pensa** assim em me candidatar e assumir logo Governo. Se tanta gente que não tem mandato se candidata, por que índio não pode?

A seca no Nordeste é uma de suas munições para atacar o Governo: "Eu ver pobreza, ver sofrimento do povo, ver fome sem necessidade", diz. "Por que a pessoa é obrigada a sofrer e outra a ser rica? Por que neste país tem gente que **joga** comida fora, se nordestino não tem nada para comer? **Pra** se acabar seca, tem que acabar pouca vergonha dos Ministros também."

A crise econômica, contra a qual já fez dois discursos, leva Juruna a acreditar na responsabilidade pessoal dos Ministros da área. Ele votou contra o decreto-lei 2 024 e está certo de que as Oposições derrotarão o 2 045, "um golpe no trabalhador outra vez, é contra povo, porque **pra** Governo saída do povo é só morrer".

Em casa, a crise econômica é driblada com competência por Juruna. O apartamento de quatro quartos no centro de Brasília só tem os móveis cedidos pela Câmara e o carro que utiliza é a velha Brasília da campanha eleitoral. A mulher, Doralice, faz o papel de motorista; o filho Diogo, de 11 anos, estuda em escola pública; e uma tia de Doralice ajuda a cuidar da casa e do filho caçula, Flávio. Por isso, o cacique só protesta contra a inflação por motivos políticos:

— Inflação é culpa do Governo e quem sofre mais é branco, que gasta muito. Índio gasta pouco.

JORNAL DO BRASIL

PLANALTO

Doralice

Juruna acusa todo Ministério

Ao ocupar mais uma vez a tribuna da Câmara para defender a causa indígena, o deputado Mário Juruna (PDT-RJ) fez violentas críticas aos ministros de Estado, bem como o presidente da República. No seu carregado sotaque xavante, Juruna disse que "não tem ministro que presta" e que, para ele, todos os ministros são corruptos. "Todos ministros é ladrão, todo ministro é senvergonha, todo ministro é mau caráter", afirmou.

Mário Juruna disse que ninguém podeira dizer que ele não prestava. "Quem não presta é todo ministro, quem não presta é todo milico, esse pessoal que tira a polícia do quartel". O deputado carioca criticou ainda o ministro do Interior, Mário Andreazza, afirmando ser ele o responsável pela construção de estradas em terras indígenas. "O ministro da Funai é ministro do empresário e ainda está querendo ser o presidente da República, declarou o deputado.

Ao responder uma parte do deputado Siqueira Campos (PDS-GO), que pedira paciência a Juruna, já que não fazia trinta dias que havia sido recebido pelo presidente Figueiredo, o deputado retrucou que "o senhor vai esperar resolver problema do índio até o fim do mundo e hoje não é o fim do mundo não".

CANOA

Ao comparar o Brasil com uma canoa que está afundando por excesso de passageiros, Mário Juruna lembrou a substituição de Langoni no Banco Central. "Saiu e não conseguiu tirar mais a canoa, entregou a canoa para Pastore para tirar a canoa, mas ele não vai conseguir tirar e a canoa vai afundar mais".

"Todos nós estamos chamando o ministro Delfim Netto de la-

drão, o pior que existe no Brasil. Não é só Delfim que é ladrão. Não é só Delfim que está roubando a terra no Brasil. São todos os ministros, aquela meia-dúzia, aquela panelinha, todo este pessoal está roubando. Se tivesse só o ministro Delfim Netto roubando o dinheiro da Nação ele já tinha sido demitido há muito tempo. E, como o presidente da República, outros ministros também estão roubando" - afirmou Mário Juruna.



Juruna desancou os ministros e depois ouviu Curio

CORREIO BRAZILIENSE

27-09-83.

PSS. 481, p.40/398

JORNAL DO BRASIL

28/09/83

Agressão

Em meio à cerimônia de entrega das novas credenciais dos Embaixadores do Canadá e Romênia, ontem de manhã, no Palácio do Planalto, o Presidente Figueiredo não escondia sua irritação.

Por duas vezes, tirou do bolso do paletó um recorte de jornal, que exibiu, indignado, aos Ministros Leitão de Abreu e Rubem Ludwig.

Era um recorte da página 6 da edição de ontem do *Correio Braziliense*, que transcreve

o discurso de ontem, da tribuna da Câmara, do deputado Mário Juruna (PDT-RJ), que acusava:

— Todo ministro é ladrão, todo ministro é sem-vergonha, todo ministro é mau caráter.

Juruna fica sob ameaça de processo

Da sucursal de
BRASÍLIA

O deputado federal Mário Juruna, eleito pelo PDT do Rio de Janeiro, poderá ser processado por ofensa a ministros de Estado, já que acusou todos eles de "ladrões" em seu discurso na Câmara, segunda-feira. A afirmação é do ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, ressaltando que, como não se sentiu atingido, não tomará nenhuma iniciativa neste sentido.

"Mas há os que se sentiram ofendidos e, como este aspecto da honra é essencialmente subjetivo, poderão solicitar que o deputado seja processado" — afirmou Abi-Ackel, lembrando o processo que o ministro do Planejamento move contra o deputado Theodorico Ferraz (PDS-ES) que o acusou de "corrupto". Caso algum ministro venha a querer processar Juruna, o procedimento será enviar ao ministro da Justiça um aviso, que será encaminhado ao procurador-geral da República, Inocêncio Mártires Coelho, para definir que atitudes legais deverão ser tomadas.

Abi-Ackel afirmou, ainda, que o governo não pretende tomar nenhuma atitude de represália ao programa do PMDB, levado ao ar em cadeia nacional na semana passada. Abi-Ackel reconheceu, no entanto, que "a paixão das palavras e candência das críticas chegaram a causar mal-estar em determinadas áreas do governo".

O ESTADO DE SÃO PAULO
28 SET 83

28/9/83

Três dias depois de considerar publicamente Paulo Maluf como um homem muito perigoso, e que por isso não deveria ser Presidente da República, o deputado Mário Juruna voltou atrás para fazer uma declaração pública de apoio a Maluf, inclusive manifestando o propósito em percorrer o Brasil inteiro em seu favor.

PSS. 481, p. 41/398

Contra Andreazza, Juruna é malufista

"Se Baptista (Figueiredo) indicar Andreazza, vou percorrer o País apoiando a candidatura do Maluf, não por simpatia, mas para evitar que sejamos todos exterminados, assim como ele já exterminou os índios, quando chefe dos transportes e agora como ministro do Interior".
A declaração é do deputado Mário Juruna (PDT-RJ) ao comentar as consultas que o presidente Figueiredo vem fazendo em torno da sucessão presidencial. Em sua opinião, Baptista deve ampliar o leque, vindo toda a sociedade, através das eleições diretas, única forma de se obter o consenso".
Juruna mostra-se muito assusta-

do com a possibilidade do ministro Andreazza vir a ser o sucessor de Figueiredo. "Se — comentou — para evitar isto, a única forma for a candidatura do Maluf, não vejo outra solução se não sair pelo País afora denunciando as atrocidades do ministro do Interior, invadindo as terras dos índios e permitindo o nosso quase extermínio".
O ex-chefe indígena, contudo, não acredita que o presidente Figueiredo termine optando por essa candidatura, "até porque os militares já se manifestaram contra, não pelo que fez contra nós e sim porque não aceitam bater continência para um subordinado".

CORREIO BRAZILIENSE
28/9/83

Juruna: Índio agora quer é poder apitar

VALGÊNIO RANGEL

CECE / ARQUIVO

Correspondente

São Paulo — O deputado federal Mário Juruna (PDT-RJ) tem certeza de que a partir de agora, o índio brasileiro precisa alcançar o poder. "Já fomos muito injustiçados e massacrados e chegou o momento: queremos o poder. Não queremos mais apito. Índio não quer mais apito. Índio quer o poder que nos foi tomado e precisa lutar com suas forças para tomar este poder".



Deputado Juruna

Este trecho é de uma longa entrevista do deputado cacique gravada para "os brasileiros", uma série de dez programas que a TV Manchete vai transmitir a partir de domingo, patrocinado pelo Movimento Cultural Internacional de Seguros. Nesta entrevista, Juruna fala do relacionamento dos índios com a Igreja, do problema da posse da terra, do futuro dos índios e, finalmente, qual, na sua opinião, é a definição do brasileiro.

O MAL DO COLONIZADOR

O deputado federal Mário Juruna acha que se o colonizador português não tivesse chegado ao Brasil, hoje o índio não seria vítima de injustiças, não teria problemas, não seria sacrificado como acontece atualmente. Os índios receberam Pedro Álvares Cabral de braços abertos e, no entanto, ninguém reconhece a nossa luta do passado, preferindo nos chamar de subversivos e vagabundos. Mas somos melhores, muito melhores que os gringos que para cá vieram e tomaram conta do Brasil.

Antes havia mais felicidade e liberdade, não havia injustiças, respeitavam nações e culturas.

Segundo Juruna, a mesma situação vive o negro que também tem direito sobre a terra. "Foram injustiçados como os índios e além disso foram escravos do branco, situação que o índio não viveu. Hoje nós temos negros deputados como nossos companheiros Abdias do Nascimento e Ag-

naldo Timóteo, ambos nossos companheiros do PDT do Rio de Janeiro. E eu acho que como o índio, os negros também querem assumir o poder, que é um direito", afirma o deputado Juruna.
Ele diz que não se trata apenas disso e lembra que "há mais de 500 anos, nós éramos os donos deste País e hoje lutamos para conservar um pedaço de terra para nossa gente, para podermos sobreviver. O índio quer conservar, ao menos, a sua terra e continuar vivendo naturalmente, na sua mata. O sentido de minha luta e de todos os outros índios visa principalmente reconhecer a nossa vida. E todos deveriam compreender a vida e o regime do índio que é simples. Nós amamos e gostamos de vocês (os brancos)", diz Juruna no programa.
Ao se referir ao trabalho da Igreja, Mário Juruna lembra o trabalho de catequese da Igreja e a tarefa de atração dos índios pelos missionários em direção a Deus, à sua palavra afirmando que todos os índios, suas nações e tribos têm o seu Deus. "Mas o que foi feito, foi atrair os índios para o outro Deus tirando a sua liberdade, quando deveria ter sido o contrário, deixando o índio por conta da adoração de seus deuses, de sua tradição. Nós sabemos que existe Deus e não é justo que deixemos o nosso Deus, a nossa vida e nossa tradição para adorar outro Deus", afirma Mário Juruna.

Governo pede cassação de Juruna

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília, quinta-feira, 29 de setembro de 1978

3

PSS-481, p. 42/398

Punição não amedronta cacique

O diabo nunca foi cassado, por que eu então vou ser cassado? Essa foi a reação do deputado Mário Juruna ao responder a uma indagação se tinha medo de ser cassado. Afirmando ser um homem de vida revolucionária, o ex-cacique xavante lembrou que era "um homem como os ministros, sou homem brasileiro, não sou homem nomeado" e acrescentou: "É a verdade que machuca, é a verdade que dói".

Mário Juruna demonstrava tranqüilidade quando fez essas afirmações, ressaltando que não sabia de nada, até aquele momento, sobre os ofícios dos ministros pedindo providências à Mesa da Câmara. "Não tenho nada para dizer, só soube comentários", afirmou. Sobre as versões de sua cassação, Mário Juruna ironizou: "É aquela conversa de branco", e concluiu: "Não devo nada a ninguém, devo ao povo".

Um discurso do tipo "kamikaze"

O discurso do deputado Mário Juruna tinha como mote a defesa da propriedade indígena em terras da Bahia. Estimulado por apertes, o deputado foi se exaltando, alterando o tom da voz e carregando nos adjetivos, até chegar às acusações que lhe custaram o processo.

Logo no início de sua fala, ele disse que o ministro do Interior não tem coragem de defender os índios "e tem coragem para roubar terra do índio", acrescentando que "parece que toda autoridade aqui no Brasil é toda comprometida com fazendeiro", e emendando com "autoridade que não presta, autoridade que não vale nada, que puxa-saco de fazendeiro, autoridade que é mau-caráter", para encerrar o trecho afirmando que "é preciso revolução para acabar com esse pessoal".

Após um aparte do deputado Mansueto de Lavor (PMDB-PE), Juruna reiniciou sua fala e suas críticas começando pelo Marechal Rondon "que desprezava índio" e que "todos esses milicos, como Mário Andreazza, como o Presidente da República", não olham para o índio. Reclamando que ninguém atenta para o problema do índio, o deputado pelo Estado do Rio foi violento: "Não tem ministro nenhum que presta. Para mim todo ministro é corrupto, todo ministro é ladrão, todo ministro é sem-vergonha, todo ministro é mau-caráter" e "todo ministro é o mesmo saco que aproveita o suor do povo trabalhador".

Referindo-se ao Presidente, o deputado Mário Juruna diz que "o Presidente da República não está enxergando, mas quando vem dólar do estrangeiro ele tira areia dos olhos". E logo em

O líder do partido, deputado Bocayuva Cunha, ao defender o deputado afirmou que se deveria levar em consideração as palavras de Juruna. "A semântica dele é diferente da nossa". Bocayuva Cunha fez essa declaração momentos antes de se reunir, juntamente com os demais líderes oposicionistas, com o deputado Nelson Marchezan, líder do PDS. Segundo Bocayuva Cunha, Marchezan comunicou-lhe por telefone, na noite de terça-feira última, que o discurso de Juruna não havia agradado ao Palácio do Planalto.

Ao comentar o episódio, o líder do PDS na Câmara disse lamentar que o deputado Mário Juruna fizesse o discurso que fez. "Acho que os ministros têm todo o direito de defender a honra", acrescentou esclarecendo que o discurso do parlamentar do PDT "não se coaduna com a ação parlamentar".

seguida voltou ao ministro Andreazza, "o ministro da Funai, o ministro do empresário, e ainda está querendo ser Presidente da República". O "benefício do brasileiro o Governo já tem trazido", continuou Juruna: "A miséria, a fome, o preço do BNH, da gasolina", acrescentando logo após que "o Governo está resolvendo é pra matar nossa raça, nosso povo, roubando a terra do índio, entregando nossa pátria", e, quase em seguida, "quem está vivendo muito bem é doze ministros com o Presidente da República".

Com relação ao ministro do Planejamento, o deputado federal Mário Juruna disse que "não é só Delfim que é ladrão. Não é só Delfim que está roubando a terra no Brasil. São todos os ministros, aquela meia-dúzia, aquela panelinha, todo esse pessoal está roubando. Se tivesse só o ministro Delfim Netto roubando o dinheiro da nação ele já tinha sido demitido há muito tempo, e como o Presidente da República, como outros ministros também estão roubando, é o mesmo problema".

O deputado pedetista não perdeu nem a polícia, ao dizer que "todo Polícia Militar está tomando porre, tomando pinga e caindo no chão". Cedeu um aparte ao deputado José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE) e voltou para encerrar garantindo que vai continuar sua luta, que não pretende deixar o País, porque "Juruna não quer Nova Iorque, Juruna não quer Paris. Quem quer Paris é o Delfim, o João Baptista, o Mário Andreazza, o Ministro da Justiça, o Ministro do minério".

Governo pede cassação de Juruna

BRASIL, quinta-feira, 29 de setembro de 1983

Figueiredo foi quem se irritou mais

Uma fonte palaciana informou, terça-feira, que a matéria jornalística recortada pelo presidente Figueiredo e mostrada, com expressões de irritação, aos ministros Leão de Abreu e Rubem Ludwig, era relacionada com uma suposta tentativa do ministro Andreazza para pedir carona ao Chefe do Governo na sua viagem para São Paulo, ontem à tarde.

Mas a fonte se enganou: o que provocou no Presidente um sentimento de revolta, à leitura dos jornais na manhã de terça-feira, foi a matéria estampada na sexta página do **CORREIO BRAZILIENSE**, sob o título "Juruna acusa todo Ministério".

Figueiredo, nervoso e irritado, exibiu seguidamente o recorte, que ele mesmo tirou do jornal, aos dois ministros e a seu secretário especial, o coronel Luis Carlos Coutinho, após a solenidade de entrega de credenciais de dois novos embaixadores.

Naquela mesma noite, o ministro Walter Pires, já associado à revolta do Presidente, procurava por telefone o presidente da Câmara, Flávio Marçilio, para lhe consultar a respeito das providências já em curso pelo governo: processar o deputado Juruna.

Aparecido pede mais prudência

O deputado mineiro José Aparecido de Oliveira do PMDB, acha que o episódio do pedido de cassação do deputado Juruna é acontecimento político aparentemente sem importância, mas revestido da maior gravidade, porque se insere dentro de um quadro dos mais delicados, sujeito a acidentes de todo tipo e natureza. Segundo Aparecido, as sucessões presidenciais no Brasil sempre se constituíram em maus exemplos no decorrer de toda a nossa história desde Deodoro da Fonseca. Para o parlamentar mineiro é necessário nesta hora que as principais lideranças políticas, do Governo e das Oposições, se conduzam com a maior noção de equilíbrio e bom senso, a fim de evitar surpresas com fatos desagradáveis. Lembra que as Oposições brasileiras exercem hoje papel influente e decisivo sobre parcelas significativas da vida nacional, pois governam 70% da população brasileira, sendo que em vários casos no comando de Estados de importância decisiva. Nesse sentido, entende que o governador Tancredo Neves, de Minas Gerais, vem se portando com grande clareza e senso de responsabilidade histórica.

Aparecido declara que fala com a responsabilidade de quem já assistiu, sofreu, testemunhou e participou de acontecimentos históricos decisivos. Recorda a deposição do Presidente João Goulart, em 1964, quando era deputado federal, como agora, e teve o seu mandato cassado. Vinte e um anos depois de sua cassação está de retorno à Câmara dos Deputados. E há fatos que no seu modo de ver estão interligados como o pedido de cassação do mandato do Juruna e a recente votação no Congresso do Decreto-lei 2.024. Visitou ontem o senador Nilo Coelho, presidente do Senado, e comentou com ele todos os fatos ocorridos durante a votação do Decreto-lei 2.024. De acordo com Aparecido, opinião que transmitiu ao presidente do Congresso, ao fim da votação do Decreto-lei 2.024 ele, Aparecido, viu Nilo Coelho não como o orador que expressou suas opiniões da tribuna do Congresso, mas como alguém que se inseria numa página da própria história republicana.

VARGAS

Lembra que em 54 Getúlio Vargas deu um tiro no peito, suicidando-se. Mas antes dele houve fatos aparentemente desprovidos de significação, mas que viriam mais tarde a adquirir coerência com tudo o mais, como o inquérito parlamentar levantado a respeito dos empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil à "Última Hora", de Samuel Wainer, ou o soco com que o colce-de-mula, um policial, assassinou um jornalista no desvão de uma delegacia policial. De acordo ainda com Aparecido, é preciso não esquecer também a repercussão em 68 do ato provocado pelo discurso do ex-deputado Márcio Moreira Alves, o qual iria desaguar na edição do Ato Institucional nº 5.

*Onze ministros de Estado, com a anuência do presidente Figueiredo, solicitaram ontem ao Congresso Nacional a cassação do mandato do deputado federal Mário Juruna (PDT-RJ) em razão de discurso do parlamentar proferido no plenário na segunda-feira e publicado parcialmente com exclusividade pelo **CORREIO BRAZILIENSE**, na terça-feira. O pronunciamento de Juruna irritou em primeiro lugar o presidente Figueiredo, que logo na manhã de terça-feira, quando recebia as credenciais dos novos embaixadores do Canadá e Romênia — Anthony Tudor Eytton e Gheorghe Apostol —, com o recorte do **CORREIO BRAZILIENSE** no bolso, dirigiu-se aos ministros Leão de Abreu e Rubem Ludwig e ao assessor especial Luiz Carlos Coutinho, mostrando-lhes a matéria e, em seguida, guardando-a novamente no bolso.*

O pedido de cassação do deputado federal foi discutido pelo Presidente da República na reunião das nove horas de terça-feira e na de ontem com os "ministros da casa". Daí saíram logo as solicitações de Leão de Abreu, do Gabinete Civil, Rubem Ludwig, do Gabinete Militar, e Delfim Netto, do Planejamento.

O PEDIDO

Em Aviso ministerial simples, variando um pouco a redação de alguns, os ministros pedem ao presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marçilio e a Rubem Ludwig, o seguinte: "Em pronunciamento nessa Câmara dos Deputados, transcrito em parte na edição de 27 de setembro de 1983 do jornal **CORREIO BRAZILIENSE**, o deputado Mário Juruna utilizou expressões altamente ofensivas, injuriosas ao referir-se ao Excelentíssimo Presidente da República e a todos os Ministros de Estado e, conseqüentemente, ao signatário do presente. Pelo exposto, dirijo-me a Vossa Excelência a fim de solicitar as providências cabíveis, particularmente no que concerne ao item II do artigo 35 da Constituição. Apresento a Vossa Excelência os protestos de consideração e estima".

O dispositivo da Constituição Federal citado afirma que "perderá o mandato o deputado ou senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes". Até ontem haviam chegado ao Congresso os pedidos dos ministros Delfim Netto, do Planejamento, Maximiano da Fonseca, da Marinha, Walter Pires, do Exército, Délio Jardim de Mattos, da Aeronáutica, César Cals, das Minas e Energia, Octávio Medeiros, do

Serviço Nacional de Informações, Leão de Abreu, do Gabinete Civil, Rubem Ludwig, do Gabinete Militar, Danilo Venturini, dos Assuntos Fundiários, Ibrahim Abi-Ackel, da Justiça e Cloraldino Severo, dos Transportes.

Ontem o porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Atila, ao ser indagado se a atitude do Governo não iria criar um impasse institucional e até mais uma dificuldade para a aprovação do Decreto-Lei nº 2.045, que diminui o reajuste salarial dos trabalhadores, declarou que "as consequências políticas de um ato dessa natureza ocorrerão, mas se trata de um procedimento absolutamente compatível com a Constituição porque está, inclusive, fundamentado em seus artigos".

No seu entender, trata-se do funcionamento normal do regime democrático: "O que os ministros estão fazendo é recorrer a um direito que a Constituição lhes assegura".

O porta-voz não soube informar se os ministros, além do pedido de cassação do mandato de Mário Juruna, também o processarão na Justiça, como já ocorreu outras vezes em que autoridades, julgando-se ofendidas por parlamentares, até pediram enquadramento de alguns na Lei de Segurança Nacional.

Para explicar a nova atitude do Governo — a praxe de pedido de punição a parlamentares era pela via judiciária — Atila observou que "o Presidente da República e os ministros devem entender que o comportamento desse deputado já compromete a própria instituição parlamentar e a dignidade da atividade política. Não se trata do caso específico apenas do insulto em si, mas ele se insere dentro de um contexto comportamental".

Governo pede cassação de Juruna

PSS. 481, p. 44/398

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, quinta-feira, 29 de setembro de 1983.

PREOCUPADO

O presidente do PDS, senador José Sarney (MA), manteve demorado encontro com o líder do Governo na Câmara, deputado Nelson Marchezan (PDS-RS), para exame da situação. Sarney, que há tempos reuniu-se com os presidentes do Senado, Nilo Coelho (PDS-PE), e da Câmara, para lhes demonstrar a necessidade de providências contra os abusos em plenário, considera necessária uma reunião dos líderes da Câmara para contenção dos deputados.

Para Sarney, "é impossível viver com esta incontinência de linguagem e comportamento que não ajudam a democracia e desfiguram a imagem do Congresso. Os líderes oposicionistas têm de controlar, policiar, seu parlamentares porque se não passarão a ser responsáveis e solidários".

Condenou, também, as acusações contra familiares de ministros e até mesmo do presidente da República, o que demonstra a existência de uma campanha contra o Governo.

IRRITAÇÃO

O discurso de Mário Juruna irritou a todo o Ministério. Na última terça-feira, segundo as informações no Congresso, o presidente da República tomou conhecimento através do noticiário do CORREIO BRAZILIENSE, que lhe foi entregue pelo ministro Leitão de Abreu, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Pela manhã, após examinar os termos de Juruna com o ministro Leitão de Abreu, Marchezan telefonou ao presidente Flávio Marçilio, que se encontrava em Fortaleza. Disse-lhe que o PDS não admitiria mais o uso de palavras anti-regimentais e ofensas sucessivas às autoridades. Ele queria maior rigor da Mesa para conter os abusos.

Ainda na parte da tarde, da terça-feira, os ministros Walter Pires e Délio Jardim de Mattos, da Aeronáutica, estiveram no Palácio do Planalto. Estavam profundamente irritados. O ministro do Exército também ligou para Marçilio comunicando-lhe a reação dos militares e solicitando providências.

ADVERTÊNCIA

Na manhã de ontem, o líder Marchezan encontrou-se com o deputado Bocayuva Cunha (RJ), líder do PDT, a quem já havia advertido por telefonema, na noite de terça-feira, sobre as consequências do discurso. Bocayuva Cunha ponderou-lhe que Mário Juruna, pelas suas condições, tinha uma linguagem peculiar, mas prometeu tomar providências.

Encontrou-se, também, com o 1º vice-presidente da Câmara, Paulino Cicero (PDS-MG), que acentuou as preocupações da Mesa para impedir os excessos verbais. Quem estava presidindo a sessão da Câmara durante o discurso de Juruna era o deputado Walber Guimarães (PMDB-PR), 2º vice-presidente.

A vários deputados oposicionistas, Walber disse que o tratamento dispensado a Juruna tem de ser diferente. É preciso ter maior flexibilidade. Lembrou, também, que normalmente Juruna faz um discurso e encaminha outro para publicação. Não deu maior importância ao seu pronunciamento, que foi respondido pelo vice-líder em exercício do PDS, deputado Síqueira Campos (GO), em tom jocoso.

Há quatro meses Walber Guimarães teve sério problema com Mário Juruna quando o impediu de entrar no plenário em manga de camisa. Juruna brigou com vários seguranças e foi contido com muita dificuldade.

PROTESTO

Até às 18h30min, de ontem, haviam sido entregues na Câmara os ofícios dos seguintes ministros de Estado: Planejamento, SNI, Assuntos Fundiários, Marinha, Aeronáutica, Minas e Energia, Exército, Transportes, Casa Civil, Gabinete Militar, Transportes e Justiça. Todos os envelopes foram mantidos fechados pelo chefe de gabinete do presidente da Câmara, Hélio Dutra.

A Mesa da Câmara que decidirá o que fazer com as representações dos ministros é inte-

IMPASSE

Nessa exigência do Regimento da Câmara (arts. 253 e 265) começam as dificuldades do Governo e o impasse político. O PDS tem apenas 235 deputados, contra 244 das Oposições. Há, também, uma longa tradição do Parlamento de votar contra qualquer tentativa de processar um de seus integrantes. Por isto tem-se como certo que, havendo votação, o Governo perderá.

Para evitar novo choque entre a Câmara e o Executivo — na última semana foi rejeitado o decreto-lei 2.024 — está sendo articulada uma solução conciliatória. Esta seria a aplicação da censura, prevista no art. 260 do Regimento Interno da Câmara que estipula:

"O deputado que abusar das prerrogativas inerentes a seu mandato, ou praticar ato que afete a sua dignidade, está sujeito às seguintes medidas: I — censura; II — suspensão do exercício do mandato; III — perda do mandato.

Art. 261 — A censura constituir-se-á em: I — verbal; II — escrita.

Art. 262 — A censura será aplicada aos que: I — praticarem transgressão reiterada aos preceitos do Regimento Interno; II — perturbarem a ordem das sessões da Câmara ou das reuniões das Comissões; III — usarem, nos discursos ou pareceres, de expressões ofensivas a membros do Poder Legislativo ou às autoridades constituídas dos demais Poderes da República".

A censura seria justificada pelo fato de Mário Juruna ser primário, ou seja, não ter ainda sofrido outra punição.

CORRUPÇÃO

O líder Nelson Marchezan manteve, ao final da tarde, encontro com os líderes das Oposições. O líder do PDT reiterou sua defesa de que Juruna tem dificuldades de expressão, não devendo ser julgado como os outros. O líder do PMDB, deputado Freitas Nobre (SP), disse que seria melhor o Governo abrir inquérito administrativo para apurar as denúncias divulgadas diariamente na imprensa sobre desmandos econômicos e corrupção.

Marchezan defendeu os ministros de Estado e o Governo das acusações e ponderou que os parlamentares ficariam irritados se alguém dissesse que todos "os deputados são ladrões". Ao deixar o Congresso por volta das 18h, o presidente do Senado, Nilo Coelho (PDS-PE) comentou, com amigos, que já não agüentava mais os telefonemas e indagações sobre o que estava ocorrendo com Juruna. "Até de Paris recebi telefonemas" — observou.

JOGO DE CINTURA

Bocayuva Cunha, que esteve com Mário Juruna durante a campanha e hoje convive com ele no Parlamento, considera o deputado um homem sério, "profundamente preocupado em exercer a tarefa a que se propôs: a de ser realmente um representante das comunidades indígenas", concluiu: "É extremamente inteligente e tem jogo de cintura".

O deputado José Genoíno, vice-líder do Partido dos Trabalhadores, já participou de duas caravanas com Mário Juruna, ao Araguaia e ao Nordeste: "É um excelente companheiro e dono de uma grande sensibilidade humana e política". Para o parlamentar, "a sua ingenuidade está embutida por um grande senso de responsabilidade política".

TRANQUILIDADE

Enquanto a temperatura política atingia ontem níveis elevados, com as ameaças de até perda de mandato, o deputado Mário Juruna e sua longa cabeleira, circulavam pelos corredores demonstrando absoluta tranquilidade, como se o episódio não lhe dissesse respeito. Com paciência, Juruna atendia a todos que desejavam maiores detalhes da sua possível cassação. Bem vestido e usando uma gravata Pierre Cardin, o cacique repetia a todos que ainda não tinha tomado conhecimento oficial das representações feitas contra a sua pessoa, 11 ao todo. Ele passou todo o dia de ontem entre o seu gabinete, a comissão do Índio, da qual é presidente e o plenário da Câmara, palco, aliás, do seu discurso polêmico.

Governo pede cassação

PSS. 481, p. 45/398

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, quinta-feira, 29 de setembro de 1983



de Juruna

Juruna, tranqüilo, não acredita em cassação, sustenta o que disse e se defende: "Quem não deve, não teme"

Repercussão preocupa parlamentares

O presidente da Câmara, deputado Flávio Marcílio (PDS-CE), convocou para a próxima segunda-feira uma reunião extraordinária da Mesa a fim de examinar as representações de ministros de Estado contra o deputado Mário Juruna (PDT-RJ), que os acusou de desonestos. O presidente do Senado, Nilo Coelho (PDS-PE), saiu do Congresso mais cedo porque não agüentava a repercussão do caso. "Até de Paris me telefonaram", disse.

Os ministros pretendem que a Câmara explique o art. 35, item II, da Constituição, que prevê a cassação de mandato por falta de decoro parlamentar. A Mesa da Câmara tende, no entanto, a adotar a pena de censura, prevista no art. 260 do Regimento Interno, porque Mário Juruna é considerado primário, ou seja, não foi punido antes.

No Congresso havia ontem, à tarde, muita tensão porque se atribuía ao ministro do Exército, General Walter Pires, a seguinte afirmativa: "Se ele é irresponsável não pode ser deputado. Se ele é responsável tem de ser cassado". Os outros dois ministros militares concordariam com este posicionamento.

CAUTELAS

A noite, o ministro Leitão de Abreu reuniu-se com os líderes do Governo na Câmara e no Senado. Foi debatido o discurso de Juruna e suas consequências. Os dois líderes reconheceram a necessidade de providências para contenção da linguagem, examinando-se fatos recentemente ocorridos.

Propôs Marchezan resolver a questão Juruna com a Mesa da Câmara e os outros líderes partidários. Reconhecia o direito de mágoa dos ministros de Estado, mas lembrou que o discurso havia sido respondido e já estava retido por ordem da Presidência da Câmara. Outra ponderação sua foi a circunstância de ser o deputado Mário Juruna, que tem características próprias.

Dispôs-se o líder Marchezan, a defender essa sistemática junto ao Presidente da República. O seu receio era de que o processo contra Mário Juruna pudesse afetar a imagem do Governo. A audiência com o Presidente Figueiredo foi marcada para às 11h30min, mas perdeu o sentido com a chegada, às 9h10min, do primeiro ofício, assinado pelo ministro Danilo Venturini, dos Assuntos Fundiários. Logo depois foi entregue o do ministro Octávio Medeiros, do Serviço Nacional de Informações.

grada pelos deputados: Flávio Marcílio, Paulino Cicero, Walber Guimarães, Fernando Lyra (PMDB-PE), 1º secretário, Ari Kffury (PDS-PE), 2º secretário, Francisco Studar (PTB-RJ), 3º secretário e Amaury Muller (PDT-RS), 4º secretário.

O art. 35, item II da Constituição, invocado pelos ministros, é o seguinte: Perderá o mandato o deputado ou senador — Item II — "cujo procedimento foi declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes".

O ato da Mesa enquadrando o parlamentar neste artigo terá de ser aprovado pelo Plenário da Casa, em escrutínio secreto, presente a maioria absoluta, ou seja, 240 deputado.

Um político polêmico, mas respeitado

ZANONIAN TUNES

Da Editoria de Política

Respeitado pela maioria de seus colegas parlamentares, o cacique Mário Juruna, 40 anos, 10 filhos e um livro publicado, alcançou repercussão internacional quando presidiu, em 1980, o IV Tribunal Bertrand Russel, na Holanda. Eleito pelo PDT do Rio de Janeiro, o deputado cacique é tido, não só pelos companheiros de partido, mas pelos demais parlamentares como uma pessoa de excelente convivência. "É malandro como o branco" — afirma a deputada Cristina Tavares.

Mário Juruna é um dos parlamentares mais procurados pelos visitantes do Congresso. A todos atende com atenção. Seus colegas afirmam que Juruna é um excelente contador de piadas e tem bom gosto na escolha de tecidos para roupas de mulheres. Sabe ser irônico quando provocado. Bocalúva Cunha, seu líder do PDT, narrou um episódio ocorrido com Juruna no final da campanha eleitoral no ano passado. Em São Gancalo, Estado do Rio, Mário Juruna participava de um churrasco em homenagem a Brizola, quando foi abordado por um candidato a deputado federal que sugeriu a Juruna ser candidato a Senador. Irônico, Juruna respondeu: "Não Juruna bom deputado. Você é que é bom senador". O autor da proposta a Juruna ficou na 3ª suplência.

JOGO DE CINTURA

PSS-481, p. 46 / 398

WILSON PEDROSA



Acima, o último discurso de Chaplin. Será também o de Juruna?

Governo “Ó” em Juruna

Nada menos que 11 ministros de Estado pediram, ontem, com a anuência do Presidente da República, a cassação do mandato do deputado federal Mário Juruna, pelo discurso feito no último dia 26, em plenário, no qual disse que “todos os ministros são ladrões”, entre outras acusações. O pronunciamento de Juruna foi parcialmente publicado por um único jornal: o CORREIO BRAZILIENSE. O mais irritado com o discurso do cacique do PDT foi o próprio

presidente Figueiredo que, na manhã de terça-feira, durante solenidade de entrega de credenciais de novos embaixadores, no Planalto, mostrou aos ministros Leitão de Abreu e Rubem Ludwig o recorte do CORREIO e, em seguida, guardou-o novamente no bolso. O presidente da Câmara, Flávio Marcílio, já convocou para segunda-feira reunião extraordinária da Mesa da Câmara para examinar as representações dos ministros.

(Página 5)

Leitão “renuncia” vice-líder do PDS

Quem é esse?

Não é hoje que se vai resolver o desencontro da colonização com os interesses naturais deste solo chamado Brasil. Quem quiser cimentar a tese que preste atenção aos pronunciamentos do Deputado e Cacique Juruna. No seu "sem jeito para a democracia" detestado até pelo humorista Jô Soares justificando quadro de seu programa de TV, dá pra descerrar a figura de brasileiro, essa coisa que não se sabe de verdade até onde somos, quando começamos e se começamos. Quando o Cacique fala ficamos com aquele sorriso amarelo de quem está no palco sem saber qual instrumento vai tocar.

Deixando de lado a pretensão - por si só falida - de querer saber o que vai na cabeça dos parlamentares (nome justíssimo: como parlamentam! par-lam e lamentam) a nível político partidário, dá pra arrepiar quando Juruna acusa de cor-

rupção. Atira em 360 graus com uma espécie de dignidade que só ingênuos costumam ter. O que absolutamente não vem ao caso do resto do dito parlamento. Juruna não tem papas na língua e talvez isso lhe valha a "imcompreensão" dos democratas tipo Jô Soares.

"Os índios receberam Pedro Álvares Cabral de braços abertos e, no entanto, ninguém reconhece a nossa luta no passado, preferindo nos chamar de vagabundos e subversivos. Mas somos melhores, muito melhores que os gringos que para cá vieram e tomaram conta do Brasil".

A fala do Cacique me lembra o que aprendi na escola: índio brasileiro é vagabundo. Nunca gostou de trabalhar, etc. E nós, nessa história, quem somos? De que lado estamos? Talvez seja mais fácil achar ridículo o "índio". Uma expressão, aliás,

CECE



que sempre serviu para classificar vagabundo, burro, inculto e marginal.

Ridículo, inclusive na sua pretensão de chegar ao poder, como quer Juruna. E talvez até elegendo Presidente da República um ministro que conse-

guiu elevar pra muito alto a sifilização da Amazônia implantando uma estrada que levou grana mas não integrou nada. E cuja história se repete agora na Cuiabá/Porto Velho, que vai rasgar ao meio Parques Nacionais, reservas ecológicas e terras indígenas.

Governo manda cassar Juruna

Marcio di Pietro

Incentivados pelo presidente João Figueiredo, os ministros Leitão de Abreu, chefe do Gabinete Civil; Rubem Ludwig, chefe do Gabinete Militar; Delfim Netto, do Planejamento; e Danilo Venturini, de Assuntos Fundiários, pediram ontem ao presidente da Câmara dos Deputados o enquadramento do deputado Mário Juruna no artigo 35 da Constituição Brasileira que prevê: perderá o mandato o deputado ou senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes. Cinco outros ministros, inclusive o presidenciável Mário Andreazza, do Interior, também enviaram ontem ofícios à Câmara.

O governo, segundo o secretário de imprensa, Carlos Atila, considerou o discurso pronunciado pelo deputado Mário Juruna, no dia 26 último, na Câmara, "atentatório das instituições vigentes", já que ministros de Estado "são instituições". Juruna, entre outras coisas, afirmou que "não é só Delfim que é ladrão. Não é só Delfim que está roubando a terra no Brasil. São todos os ministros, aquela meia dúzia, aquela panelinha, todo esse pessoal está roubando. Se tivesse só o ministro Delfim Netto roubando o dinheiro da Nação ele já tinha sido demitido há muito tempo. E, como o presidente da República, outros ministros também estão roubando".

O presidente Figueiredo, assim que tomou conhecimento do deputado Mário Juruna, através da imprensa, terça-feira última, reuniu com os chamados "ministros da casa".

Nervosismo

No Congresso Nacional, o dia de ontem foi praticamente voltado para o já apelidado "Caso Juruna". Na noite de anteontem, o líder do governo, deputado Nelson Marchezan, procurou o líder do PDT, Bocaiúva Cunha, para lhe comunicar "a grande irritação" que o discurso do deputado pronunciado 2ª feira havia causado no Palácio do Planalto.

Em função deste fato, desde as primeiras horas de ontem, várias reuniões foram realizadas, sempre de forma nervosa, principalmente nos gabinetes dos líderes do PDT e do PDS. Todas tinham o mesmo objetivo: analisar os possíveis desdobramentos políticos do discurso do deputado — índio Mário Juruna, onde ele afirmou: "Para mim, todo ministro é corrupto, todo ministro é ladrão, todo ministro é sem vergonha, todo ministro é mal-caráter".

O presidente da mesa na Câmara, deputado Paulino Cicero (PDS-MG), que estava substituindo o deputado Flávio



Juruna: discurso atentatório

Alta pressão

A inédita situação de um deputado estar sob ameaça de julgamento pela Mesa da Câmara a pedido de nove ministros de estado indica que a paciência do Palácio do Planalto esgotou-se. Nove pedidos simultâneos para processar Mário Juruna não acontecem por acaso, mas ao contrário demonstram que as relações entre Legislativo e Executivo estão no nível máximo de tensão permitido pelas circunstâncias do momento. Outro aspecto do mesmo fenômeno está na punição exemplar aplicada ao Senador Carlos Alberto. Ele que pediu a exoneração do Ministro Leitão de Abreu, já não é mais vice-líder. A rejeição do 2.024 espalhou tensão pela praça dos Três Poderes.

Marcílio na presidência, tinha em seu poder no final da manhã, quatro ofícios dos ministros ligados diretamente ao Palácio do Planalto: Leitão de Abreu, Danilo Venturini, Delfim Netto e Ruben Ludwig. Paulino Cicero leu, pelo telefone, para o deputado Flávio Marcílio, que está em Fortaleza, o ofício do ministro chefe da Casa Civil, onde ele pede que a Mesa da Câmara examine a possibilidade de enquadrar o deputado Juruna nos artigos 32 e 35 da Constituição.

Por estes artigos e também pelo Regimento Interno da Câmara, Mário Juruna pode ter o seu mandato cassado por falta de decoro parlamentar. Mais tarde chegaram mais cinco ofícios: dos ministros do Exército, Aeronáutica, Marinha, Minas e Energia e também do Interior.

No início da tarde, após inúmeras negociações, ficou decidido que a Mesa da Câmara se reunirá na próxima segunda-feira para examinar a questão. Segundo o líder do PDS, depu-

tado Marchezan, "quem vai decidir se Juruna terá ou não o seu mandato cassado será a Mesa, que poderá levar a questão a plenário".

Precaução

Marchezan explicou que, ainda na terça-feira à tarde, manifestou ao presidente da Câmara, Flávio Marcílio, sua preocupação diante dos termos usados por Mário Juruna em seu pronunciamento, quando então Flávio Marcílio pediu que a publicação do discurso fosse sustada, até que ele examinasse o seu teor. No final da tarde — relata ainda Marchezan — ele teve notícia de que alguns ministros já haviam tomado a decisão de encaminhar representação junto à Câmara contra o parlamentar, o que, segundo o líder do governo, pode ser interpretado como um gesto de confiança das autoridades em relação à Casa, "já que todos pensávamos que os ministros fossem recorrer ao Poder Judiciário".

Questão semântica

Após uma longa reunião entre todos os líderes dos partidos atuantes do Congresso, o líder do PDT, Bocaiúva Cunha, deu uma entrevista afirmando que "o partido estava solidário com o deputado Juruna" e que não houve nenhuma "tentativa de desrespeito ao Executivo" no seu pronunciamento.

Antes de ser deputado, Mário Juruna é um índio. Para ele, o Brasil pertence aos índios. Para ele, todo branco é ladrão, porque rouba as terras dos índios. Tudo isto é uma questão semântica.

Segundo o líder do PTD, tudo será feito para que o mal-entendido venha a ser resolvido dentro do próprio Congresso Nacional.

Conversa de branco

Muito tranquilo, o deputado Mário Juruna deu ontem a seguinte entrevista:

"Não sei de nada e nada tenho para dizer. Tudo isso é conversa de branco. Ministro que se cuide primeiro. Quero que autoridade dê bom exemplo, nada mais. Se existe lei, tem que cumprir lei. Não disse nada oficial, contra ninguém. Falei de forma bem geral. Se estão dizendo que é mentira, podem me procurar para reunião ou discussão. Sou homem de peito. Sou homem e sou autoridade. Fui eleito pelo povo e não nomeado. A verdade machuca. Se eu fosse para plenário contar piada, todo mundo vinha me abraçar. Cristo foi pregado na cruz e foi sacrificado. Querem me sacrificar. Ninguém pode ficar contra gente séria, gente boa. Tenho que cumprir minha missão, sou homem revolucionário. Medo de ser cassado? Nunca tive medo. O Diabo nunca foi cassado, porque que eu vou ser".

Jornal

BRASÍLIA, DISTF

le Brasília

ERAL, QUINTA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 1983

Dias úteis Cr\$ 150,00, Domingos Cr\$ 200,00

Marcio di Pietro



al. Mas podem me procurar para reunião ou discussão

JURUNA

Insulto pode tirar-lhe o mandato

Por decisão do presidente Figueiredo, os quatro ministros do Palácio do Planalto — Leitão de Abreu, Rubem Ludwig, Delfim Neto e Danilo Venturini — pediram ontem o enquadramento do deputado Mário Juruna (PDT-RJ) no artigo 35 da Constituição que prevê a perda de mandato do parlamentar por ter dito, entre outras coisas, que "não é só Delfim que é ladrão. São todos os ministros, aquela meia dúzia, aquela panelinha, todo esse pessoal está roubando". Juruna fez as declarações em plenário, na última segunda-feira, e assim que Figueiredo tomou conhecimento do discurso, através da imprensa, na terça, reuniu os chamados "ministros da casa". O "caso Juruna" tomou conta, ontem, do Congresso. O líder do PDT, Bocayuva Cunha, disse que o partido está solidário com o parlamentar que "antes de ser deputado, é um índio. Para ele, todo branco é ladrão", o que, no seu entender, torna a questão semântica. Juruna, por sua vez, justificou-se: "Falei de forma bem geral. Se estão dizendo que é mentira, podem me procurar para reunião ou discussão" (Página 3)

NOVE QUEREM: CASSAÇÃO. ABI-ACKEL

O GLOBO Quinta-feira, 29/9/83

O PAÍS • 5

ACHA QUE 'CASO NÃO É EXTREMO'

'Todo Ministro é corrupto'

BRASÍLIA — "Não tem Ministro nenhum que presta. Para mim, todo Ministro é corrupto, todo Ministro é ladrão, todo Ministro é sem-vergonha, todo Ministro é mau-caráter".

Essas frases foram ditas em discurso, segunda-feira, no plenário da Câmara, pelo Deputado Mário Juruna, e publicadas apenas no jornal "Correio Braziliense", citado nos ofícios dos Ministros como fonte para provar as declarações do Deputado.

A tônica do discurso de Mário Juruna, ocupando horário do PDT, foi protestar contra o descaso das autoridades governamentais diante da situação do índio brasileiro. Logo de início, ele afirmava que não sabia para que existem, o Ministro do Interior e a Funai.

Mário Juruna acusava também, no seu discurso, que "autoridade não presta, não vale nada, autoridade puxa-saco de fazendeiro" contra os interesses indígenas. Em outro trecho, dizia:

-- Todos esses milicos, como Mário Andreazza, como o Presidente da República, não estão olhando o pobrezinho, o índio inocente. Este Presidente da República devia tomar conhecimento para queimar todo lixo, queimar toda sujeira que não presta para nós aqui no Brasil.

Senador culpa Leitão por deixar de ser Vice-Líder

BRASÍLIA — "Fui destituído da Vice-Liderança porque critiquei publicamente o Ministro Leitão de Abreu. Se ele continuar na coordenação política, o Governo irá ao caos" — afirmou ontem o Senador Carlos Alberto (PDS-RN), ao tomar conhecimento de que, duas horas antes, o Líder do PDS, Aloysio Chaves, havia comunicado à Mesa do Senado que ele, Carlos Alberto, renunciara à Vice-Liderança.

Carlos Alberto chegou a conversar durante 15 minutos com o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, que lhe pediu — e foi atendido — para cancelar um pronunciamento que faria da tribuna ontem mesmo, denunciando o que considera a "grave crise de relacionamento entre o Palácio do Planalto e o partido do Governo". O pronunciamento, informou o Senador, será transformado em documento a ser entregue pessoalmente ao Presidente Figueiredo, "se o Dr. Leitão assim o permitir".

Surpreso com a atitude do Senador Aloysio Chaves, Carlos Alberto encerrou sua destituição da Vice-Liderança — que exerceu desde a abertura desta legislatura — como "uma punição" pelas acusações que fez ao Chefe do Gabinete Civil da Presidência num artigo assinado pu-

blicado anteontem pelo "Correio Braziliense".

Terça-feira à noite, quando ainda preparava o discurso que ainda faria hoje no plenário para denunciar a falta de coordenação política do Governo, o Líder do PDS convocou-o para pedir o cancelamento do discurso, advertindo-o para o fato de que, como Vice-Líder do Governo, não podia escrever "artigos nos jornais contra a política do Governo". Carlos Alberto disse que seu Líder o chamou de "intempestivo" e mostrou irritação com o artigo publicado no jornal de Brasília.

Ainda como Vice-Líder, o Senador acatou a ponderação de Aloysio Chaves e decidiu não discursar. O mesmo pedido lhe foi feito ontem pelo Ministro Abi-Ackel, que considerou inoportuno o pronunciamento contra Leitão de Abreu, por ser necessário preservar a imagem do Presidente Figueiredo.

Carlos Alberto — um dos principais defensores do Presidente Figueiredo — reteirou, após receber a notícia de sua destituição, que considera indispensável a saída do Ministro Leitão de Abreu da coordenação política do Governo para que haja melhoria do relacionamento entre o PDS e o Governo.

Mandato não extingue a tutela

BRASÍLIA — O mandato parlamentar não retira do xavante Mário Juruna a condição de tutelado da Funai. Sua situação, segundo o próprio órgão tutor, é a de um índio "em vias de integração", sujeito ao regime tutelar, e cujos atos praticados com pessoas estranhas à sua comunidade só são anuláveis "se lhe forem prejudiciais".

Essas explicações sobre a situação do Deputado estão contidas em

um parecer emitido em maio de 1982 pelo Procurador-Geral substituto da Funai, Joaquim Jair Ximenes Aguiar, quando o então Cacique quis saber se poderia concorrer às eleições.

Segundo o parecer, "o xavante Mário Juruna, índio tutelado pela Funai, está em pleno uso e gozo de seus direitos políticos". O órgão o enquadra na situação de índio "em

vias de integração", sujeito ao regime tutelar, "cujos atos são válidos desde que não lhe sejam prejudiciais e de acordo com a extensão de seus efeitos". Os índios dessa categoria são "relativamente incapazes" e, verificada "a existência de compreensão e consciência de seus atos, instrução e formação, nada obsta que exerçam sua capacidade civil plena e os seus direitos de cidadania".

ACHA QUE 'CASO NÃO É EXTREMO'

Dez ministros pedem à Câmara providências contra Juruna

BRASILIA — Dez Ministros de estado haviam encaminhado até as 20 horas, à Mesa da Câmara dos Deputados, pedidos de providências contra o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), pelo discurso em que ele, indiscriminadamente, considerou todo o Ministério de Figueiredo "ladrão, corrupto, sem-vergonha e mau-caráter". Os demais Ministros deverão encaminhar hoje pedidos idênticos.

Dos Ministros, apenas o da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, não pediu a cassação de Mário Juruna (os outros invocaram o artigo 35, item 2º, da Constituição, que prevê a cassação por procedimento atentatório "das instituições vigentes"). Abi-Ackel disse que o caso não merece "medidas extremas", pedindo "medidas cabíveis".

A Mesa da Câmara reúne-se segunda-feira para examinar os ofícios dos Ministros e tem três alternativas de enquadramento de Mário Juruna: censura, suspensão do exercício do mandato ou perda do mandato.

CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS

O Porta-Voz do Palácio do Planalto, Carlos Atila, disse que a decisão dos Ministros de Estado "está fundamentada nos artigos da Constituição, de forma que se trata do funcionamento normal do regime democrático".

— O que os Ministros estão fazendo é recorrer a um direito que a Constituição lhes assegura — disse o Porta-Voz, admitindo, em seguida, que "as consequências políticas de um ato dessa natureza ocorrerão".

Carlos Atila disse que o pedido de providências contra o Deputado Mário Juruna foi feito pelos Ministros com a aprovação do Presidente Figueiredo. Disse, ainda, que foi a publicação do discurso do Deputado — que o Governo considerou ofensivo — pelo jornal "Correio Braziliense" que provocou a ação do Governo.

Na manhã de terça-feira, durante a solenidade de entrega das credenciais do novo Embaixador do Canadá, o Presidente Figueiredo tirou do bolso um recorte de jornal e mostrou aos Ministros Leitão de Abreu e Rubem Ludwig. O Presidente demonstrava grande irritação e pediu ao Ministro Leitão que tomasse providências.

DIFICULDADE SEMÂNTICA

Depois de uma reunião com o Líder do PDS, Nelson Marchezan, na qual tomou conhecimento oficial do pedido de providências contra o Deputado Mário Juruna, o Líder do PDT, Bocayuva Cunha, disse que "há uma dificuldade semântica para se entender a linguagem do Deputado Mário Juruna", que, como índio, tem o português como sua segunda língua:

— Como índio, ele sempre disse que "branco rouba o índio", ao descobrir e tomar posse do Brasil. As suas palavras, se proferidas por outro Deputado, teriam uma conotação diferente, mas, por sua condição de índio, devem ter um entendimento especial.

A explicação do Líder do PDT é compartilhada pelos Líderes dos outros partidos da Oposição, que tomaram parte na reunião com Marchezan.

O Líder Nelson Marchezan esclareceu também que antes de chegar à Câmara os pedidos dos ministros, ele já tomara a iniciativa de telefonar

ao Presidente da Casa, Flávio Marçílio, em Fortaleza, pedindo a não publicação do discurso de Juruna para exame da mesa diretora. Na entrevista que teria ontem com o Presidente Figueiredo, o Líder do PDS trataria desse assunto, mas diante do fato consumado — a chegada dos pedidos de providências — ele cancelou a audiência.

A defesa

— Eu estou falando linguagem nacional. Não estou apontando o dedo a ninguém. Mostro que há fome, miséria e repressão no Brasil, e acho que a autoridade tem poder para resolver estes problemas, disse ontem Mário Juruna, que se mostrou tranquilo quanto à reação de Ministros ao discurso que fez na Câmara.

Afirmou ele, ainda:

— Não fui nomeado, fui eleito pela população do Rio de Janeiro, cidade importante. Sempre fui homem de falar a verdade. Prova de que não minto é a situação do Brasil, que está afundando.

Mesa da Câmara examinará os ofícios segunda-feira

A Mesa da Câmara dos Deputados reúne-se segunda-feira, às 9 horas, para examinar os ofícios de Ministros pedindo providências contra o Deputado Mário Juruna.

Segundo o dispositivo constitucional invocado, "poderá perder o mandato o Deputado ou Senador" cujo "procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes", mas caberá, neste caso, à Câmara, um dos três procedimentos previstos no seu Regimento Interno: censura, suspensão do exercício do mandato ou perda do mandato.

Ausente de Brasília, o Presidente da Câmara, Flávio Marçílio, foi avisado dos ofícios encaminhados por Ministros de Estado, pelo Vice-Presidente da Casa, Deputado Paulino Cicero, e através dele mandou marcar a

reunião para a apreciação dos ofícios.

Caso a Câmara pretenda acolher a solicitação dos Ministros, uma comissão especial com o fim de apreciar os pedidos será formada, e a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara consultada sobre a constitucionalidade do pedido.

Até as 19 horas de ontem, a Mesa da Câmara havia recebido nove pedidos de providências, por parte dos seguintes Ministros: Leitão de Abreu (Gabinete Civil), General Rubem Ludwig (Gabinete Militar), General Danilo Venturini (Assuntos Fundiários), Delfim Netto (Planejamento), General Walter Pires (Exército), Almirante Maximiano Fonseca (Marinha), Brigadeiro Délio Jardim de Mattos (Aeronáutica), César Cals (Minas e Energia), e General Octávio Medeiros (Serviço Nacional de Informações — SNI).

Ministros de Figueiredo pedem a punição de Juruna

PSS-481, p. 52/398

JORNAL DO BRASIL
quinta-feira, 29/8/83

Saques e criminalidade

A análise das "possibilidades de convulsão social no Brasil", prossegue o documento do PDS do Rio de Janeiro, "não deve colocar seu foco na capacidade de ação do sindicalismo. Ele é muito frágil, tanto do ponto-de-vista quantitativo quanto do ângulo qualitativo".

Depois de assinalar que "a tolerância das classes subalternas é extensa, sua organicidade é baixíssima e os setores revolucionários de vanguardas são escassos e inconsistentes", conclui que o inconformismo social tem-se manifestado através de saques e do aumento da criminalidade.

"A evolução provável do quadro social brasileiro, caso de acentuem o desemprego, a depreciação de rendimentos e a variação desproporcional de preços, é a ocorrência, em bases anárquicas", de movimentos de explosão social que, segundo prevê o trabalho do PDS fluminense, se desdobrariam em duas etapas:

"(1) Massas famintas invadem armazéns de alimentos e satisfazem suas necessidades, numa escala insuceptível de ser controlada pelas forças da ordem; indivíduos desesperados cometem crimes;

"(2) Grupos extremistas, de esquerda ou de direita, aproveitam-se das condições sociais propícias para mobilizar multidões ou grupos e desfechar ações de saque numa escala insuceptível de ser controlada pelas forças da ordem."

Negociação

Tudo, segundo outro dirigente do PDS, terá de ser habilmente negociado até segunda-feira, porque as informações recebidas do Palácio do Planalto dão conta de que o Presidente Figueiredo exige uma punição. Não se sabe, todavia, se ele absorveria a fórmula da censura. De todo modo, informou um Ministro, o Governo entende que as críticas das Oposições, no Congresso, estão atingindo uma contundência que se aproxima mais da injúria do que da crítica parlamentar. E o discurso de Juruna, informou, teria sido "a gota d'água".

Ontem à noite, os líderes dos cinco Partidos — Srs Nelson Marchezan (PDS), Freitas Nobre (PMDB), Bocayuva Cunha (PDT), Celso Peçanha (PTB) e Ailton Soares (PT) — se reuniram por duas horas no gabinete do primeiro. À saída, Bocayuva Cunha minimizou o problema:

— Expliquei que há um problema de semântica. O Juruna sempre diz que o Brasil pertencia aos índios e que os brancos roubaram o país deles. Com o Juruna, a coisa tem de ser diferente. Ele é um digno representante da raça indígena.

Marchezan observou que, pessoalmente, relevaria as palavras do Deputado carioca. Mas justificou o comportamento dos Ministros: "Lamento, mas cabe a eles defenderem sua honra." Já o Deputado Juruna não se mostrou impressionado com o movimento em redor dele:

— Nunca vi o diabo ser cassado. Porque sou um homem bom, vou ser cassado? Os Ministros não deviam ter feito isso. Se eu falei mentira, marca reunião pra discutir de homem pra homem. contra gente boa sempre acontece coisa ruim — desculpou-se.

Uma fonte do Palácio do Planalto disse que o Tribunal Regional Eleitoral do Rio errou ao aceitar a candidatura de Juruna a deputado e muito mais ao diplomá-lo. Ele não sabe ler nem escrever e, analfabeto, além de expressar-se muito mal em português, não poderia ser eleito e diplomado.

Ministros de Figueiredo pedem a punição de Juruna

PSS-481, p. 53/398

Brasil/A. Dorgivan

JORNAL DO BRASIL

quinta-feira, 29/9/83



Ferraço(E), dissidente do PDS, procurou consolar Juruna

Artigo 35 prevê perda do mandato

Brasília — O Artigo 35, item II, da Constituição, no qual se fundamenta a maioria dos Ministros de Estado na representação encaminhada ao Presidente da Câmara contra o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), dispõe que "perderá o mandato o deputado ou senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes".

Ressalva, contudo, a Constituição, no parágrafo 2º do mesmo artigo que "a perda do mandato será declarada pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, mediante provocação de qualquer de seus membros, da respectiva Mesa ou de Partido político".

De acordo com o Regimento Interno da Câmara (Artigo 17, item 14) compete ao presidente da Mesa nomear a comissão especial, cujo número de membros ele fixará no ato de sua constituição, destinada a dar parecer sobre o processamento da representação; sobre perda de mandato por falta de decoro parlamentar; ou por procedimento atentatório às instituições vigentes.

A comissão especial, ainda de acordo com o Regimento da Câmara (Artigo 262), poderá recomendar à Mesa a aplicação da pena de censura ao deputado que "usar, nos discursos ou pareceres, de expressões ofensivas a membros do Poder Legislativo ou às autoridades constituídas dos demais Poderes da República". A censura, conforme o Regimento, será verbal ou

escrita. Noutra hipótese, de conformidade com o resultado da investigação, a Mesa poderá sugerir a suspensão do mandato. Essa penalidade é prevista para os reincidentes dos atos que implicaram censura.

Segundo o Regimento, a penalidade de suspensão, que não poderá exceder a 15 dias, será aplicada pelo plenário, aberta ao acusado a oportunidade de ampla defesa". Para decretar a suspensão do mandato do parlamentar, é necessário o voto favorável da maioria absoluta da Câmara (240 deputados). O PDS tem 235 deputados e a Oposição, reunida, 244.

Prevê ainda o Regimento que a perda de mandato por procedimento incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes, por proposta da comissão especial, dependerá da maioria absoluta da Casa.

A comissão especial, se for designada pelo Deputado Flávio Marçílio na próxima segunda-feira, terá representação proporcional ao número de integrantes das bancadas, a exemplo do que ocorre na Mesa Diretora e em todas as comissões permanentes, especiais e de inquérito.

Ontem à noite, um assessor do presidente da Câmara disse que o Deputado Flávio Marçílio, ao tomar conhecimento oficial das representações dos Ministros contra o Deputado Mário Juruna, poderá simplesmente mandar retirar do discurso, antes de mandar publicá-lo no Diário do Congresso, as expressões ofensivas às autoridades e encerrar o assunto.

Brizola já tem maioria legislativa

As articulações para a aprovação da mensagem de criação de nove novas Secretarias — que o Governador Leonel Brizola enviou ontem à Assembleia Legislativa — têm à frente dois nomes do PDT: o do Presidente da Casa, Deputado Paulo Ribeiro e o do Secretário de Governo, Cibilis Viana. Ribeiro esteve ontem com Brizola, enquanto Cibilis recebia uma comissão de sete deputados estaduais do PDS.

Se a votação da mensagem do Executivo fosse hoje, teria sua aprovação garantida. Quem, no plenário da Assembleia, contasse os votos a favor, encontraria o total de 47 (23 do PDT, cinco do PTB, seis do PMDB, dois do PT e 11 do PDS), número superior ao necessário para sua transformação em lei estadual. O projeto das novas Secretarias, depois de passar pelas comissões e receber emendas, entrará na pauta de discussões e deverá ser votado antes do dia 30 de novembro, data máxima para a aprovação do Orçamento para 1984.

Ministros de Figueiredo pedem a punição de Juruna

JORNAL DO BRASIL

quinta-feira, 28 8 83

As ofensas do Deputado

Brasília — “Para mim todo Ministro é corrupto, todo Ministro é ladrão, todo Ministro é sem-vergonha, todo ministro é mau caráter”. Este é um dos trechos do discurso pronunciado segunda-feira pelo Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), que provocou a reação dos Ministros e os levou a pedir providências contra o parlamentar à mesa da Câmara.

Juruna falou a um plenário quase vazio — havia menos de 20 dos 479 Deputados — e começou por atacar a Funai e o Ministério do Interior, ao tratar da briga entre índios pataxós e posseiros, no Sul da Bahia. Passou depois a generalizar os ataques aos Ministros e ao Presidente Figueiredo. “Como o Presidente da República, como outros Ministros estão roubando”, afirmou.

A linguagem

Estes são alguns dos principais trechos do discurso:

— Este Presidente da República devia tomar conhecimento para queimar todo lixo, queimar toda sujeira que não presta para nós aqui do Brasil. Parece que este Presidente da República também ele é contra a nação indígena, ele é contra o povo. Se fosse Presidente bom, tinha tomado atitude do que está acontecendo com o índio.

— Não tem Ministro nenhum que presta. Para mim todo Ministro é corrupto, todo Ministro é ladrão, todo Ministro é sem-vergonha, todo Ministro é mau caráter. (...) Ninguém pode dizer que Juruna não presta. Quem não presta é todo Ministro, quem não presta é todo milico, esse pessoal que tira a polícia no quartel contra índio.

— Onde está o direito do índio? Onde está o direito do ser humano? Só tem direito ser humano milico. Não tem direito ser humano gente pobre. Onde está o direito do povo? Aqui não tem direito nenhum, porque aqui direito do povo é fome, direito do povo é injustiça. O direito do povo é a miséria. Esse é o direito do povo. Mas não tem direito do povo para viver, para respirar, para comer, para cantar, para abraçar outro.

— Aqui no Brasil precisa ter gente. O Brasil precisa ter homens de capacidade, homens de coragem, homens que prestam.

Esse pessoal, eu não estou muito satisfeito com esses milicos. Estou muito chateado porque a guerra está aí, a fome está aí, expulsão está aí, injustiça está aí.

— Parece que o Presidente da República não está enxergando. Quando vem dólar do estrangeiro, ele tira areia dos olhos. Quando está acontecendo aqui no Brasil, ele pega a areia e joga nos olhos dele. Quando vem dólar do estrangeiro, faz a limpeza, mas a pobreza do povo ninguém enxerga.

— Queremos mudar o Brasil, o Brasil está precisando mudar. Não preciso do Brasil como está hoje.

— O Ministro Mário Andreazza está acabando com a gente. Como já disse, ele foi chefe do transporte e foi quem acabou terra do índio. Ele é responsável. Foi quem fez estrada na terra do índio. Em Waimiri-Atroari, na Amazônia, para fazer estrada, o índio chegava para defender sua terra. Mandava Exército matar índio, jogava bomba para cima do índio.

— O Ministro da Funai é Ministro do empresário e ainda está querendo ser Presidente da República e por quê?

— O Brasil, comparação, é como canoa que vai vazia. Canoa vai em cima da água e vai e encosta muito bem no barranco. Em volta vem muita gente em cima da canoa e canoa afunda até embaixo da água. O piloto sai, o resto morre. Então é mesma coisa com o Brasil, que está afundando. Como esse presidente do Banco Central, que saiu e não conseguiu tirar mais a canoa. Entregou a canoa para Pastore. Mas ele não vai conseguir tirar.

— Todos nós estamos chamando o Ministro Delfim Neto de ladrão, o pior que existe no Brasil. Não é só Delfim que é ladrão, não é só Delfim que está roubando a terra do Brasil. Se tivesse só o Ministro Delfim Neto roubando o dinheiro da nação, ele já tinha sido demitido há muito tempo. E como o Presidente da República, como outros Ministros também estão roubando. É o mesmo problema. É difícil. O Ministro não vai sair.

— Eu, Juruna, não quero Nova Iorque. Juruna não quer Paris. Quem quer Paris é o Delfim, o João Batista, o Mário Andreazza, o Ministro da Justiça, o Ministro do Minério...

“Pacotão”

O principal assunto, ontem, no Palácio Tiradentes, era a criação das novas Secretarias. O conjunto das mensagens logo assumiu o apelido de pacotão. No plenário, os deputados dos vários Partidos se dividiam no apoio ou na oposição ao projeto do Executivo. Alta fonte do PDS confirmou que um grupo de parlamentares teve ontem um encontro com o Secretário de Governo, Cibelis Viana, para tentar negociar algumas nomeações em troca do voto favorável. Entre os 11 pedessistas que aprovarão o pacotão, apontavam-se os nomes de Ludo Ammon, Aécio Nanci, Astor Mello, José Haddad, Jorge David, Flávio Palmier e Messias Soares.

No PMDB, os Deputados Sebastião Duque, Gilberto Rodriguez e Napoleão Veloso querem fechar questão para suprimir três Secretarias: Minas e Energia, Região Metropolitana e Promoção Social. Eles entendem que sua área de ação já está compreendida dentro de outras Secretarias. A Secretaria de Promoção Social — segundo a emenda que o PMDB pretende apresentar — seria extinta, na incorporação com a de Trabalho e Habitação.

Amadeu Chácar, José Paixão, Alberto Dauaire e Geraldo di Biase são apontados entre os pemedebistas que apoiam Brizola. O Governo espera também os votos dos dois petistas: Lúcia Arruda e Listz Vieira.

Durante o mês de outubro, o projeto que cria as nove Secretarias percorrerá as comissões — entre elas as de Justiça, Serviço Público, Orçamento e Finanças — a fim de receber sucessivos pareceres relacionados à sua constitucionalidade, à criação de novos cargos.

Estima-se que, no final do próximo mês, ele entrará em discussão, através da ordem do dia, até que se encerre a lista de oradores previamente inscritos. Hoje, em sessão solene comemorativa do Dia do Policial, o presidente da Assembleia, Paulo Ribeiro, fará a leitura da segunda mensagem do pacotão, que define o código de vencimentos e vantagens da Polícia Civil. A terceira mensagem do Executivo chegará amanhã e deverá ser a mais polêmica de todas: o Orçamento do Estado para 1984.

Em Brasília

Hoje à noite, em Brasília, o Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, vai se encontrar com o presidente nacional do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães. Tratarão da união das oposições contra o Decreto-Lei 2 045 e das eleições diretas para Presidente.

Ministros de Figueiredo pedem a punição de Juruna

JORNAL DO BRASIL

PSS-481, P-55/398

quinta-feira, 29/9/83

PDS do Rio diz que há risco de convulsão social

Em documento de trabalho intitulado "Análise da Conjuntura Social e a Previsível Redução da Oferta de Alimentos", o PDS do Rio de Janeiro adverte que o desemprego e "uma dramática redução da oferta de alimentos no país, com exacerbação de preços e desabastecimento", prevista para o fim do ano, poderão causar uma explosão de violência "em bases anárquicas."

O documento, que foi entregue pelo presidente da seção fluminense do PDS, Moreira Franco, ao Presidente João Figueiredo, na audiência de segunda-feira, conclui que, a partir da violência generalizada das "massas famintas", tanto poderá ocorrer "a restauração do autoritarismo" quanto "o nascimento de lideranças carismáticas e messiânicas que empolguem abruptamente o poder".

"Manifestações reservadas"

Com pouco mais de dez páginas, o estudo foi elaborado pela assessoria do PDS do Rio de Janeiro e constitui-se na primeira iniciativa desse gênero assumida por uma seção regional do Partido do Governo. Assessores de Moreira Franco disseram que, embora a sucessão presidencial tenha motivado sua ida ao Palácio do Planalto, na segunda-feira, ele procurou mostrar ao Presidente Figueiredo que os pedessistas fluminenses estão mais preocupados com a crise econômico-social do país.

O documento, que será distribuído aos órgãos do PDS no Estado a partir de amanhã, afirma que "autoridades e agricultores estão considerando, em manifestações ainda reservadas, a possibilidade de que venha a ocorrer proximamente uma dramática redução da oferta de alimentos no país, com exacerbação de preços e desabastecimento. O fenômeno poderá se manifestar já no fim do ano em curso e certamente se expressará ao longo de 1984."

O cálculo que o Governo fez no início do ano, assinala o documento, previa uma safra de 55,5 milhões de toneladas em grãos. "Considera-se agora que o cálculo estaria defasado negativamente em algo como 20%, tendo em vista que o desvio de recursos do crédito reduziu a área plantada e tendo em vista a produtividade média por hectare caiu em consequência das restrições de uso de fertilizantes e de mecanização", acrescenta.

Recorrendo a "fatos informados pelo Governo", a análise sobre o desempenho da agricultura acentua que, mesmo na hipótese do cálculo inicial estar correto, "persistiria o risco de exacerbação de preços e desabastecimento" porque o excedente de 4,5 milhões de toneladas de grãos da safra de 1982 foi anulado pela quebra de 5,5 milhões de toneladas decorrente das chuvas do primeiro semestre no Sul. Daí, frisa o documento, surgiu um déficit de 1 milhão de toneladas, que é "o motivo pelo qual se importam agora milho, soja e feijão."

Crise social

Usando estatísticas do DIEESE, que considera "mais aproximados da realidade" que os indicadores do IBGE, o trabalho prevê que o índice de desemprego do período março-junho na Grande São Paulo deverá situar-se numa "magnitude aproximada de 18%". Acentua, ainda, que "o desemprego gerado pela recessão dos últimos três anos, aliás, afeta predominantemente as categorias de baixas rendas."

A recessão dos anos 80 está eliminando as conquistas dos anos 70", frisa o documento do PDS fluminense, lembrando que, "em relação à força de trabalho, sabe-se agora que 90% dela percebem até sete salários mínimos, exatamente a parcela dos trabalhadores mais duramente atingida pelo Decreto 2 045."

Cita ainda "estimativas realizadas em agosto pela Assessoria de Econometria do Ministério do Trabalho", indicadoras de que "a distribuição da renda está retomando os níveis anteriores ao período do chamado milagre econômico: os 60% mais pobres da população recebem apenas 23% da renda, enquanto os 5% ricos recebem 35% e o 1% mais rico recebe 15%".

Brasília — A punição do Deputado e ex-cacique xavante Mário Juruna (PDT-RJ) foi pedida ontem à Mesa da Câmara pelo Ministro Leitão de Abreu, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Juruna, segundo o Aviso nº 462/83, assinado por Leitão, pronunciou um discurso, segunda-feira, considerado "gravemente ofensivo à honra do Senhor Presidente da República e dos Ministros de Estado".

Em seu discurso, de improviso, Juruna disse que "todo Ministro é ladrão" e que "parece que o Presidente da República não está enxergando". A decisão de pedir a punição do Deputado foi tomada no fim da tarde de anteontem pelo Presidente João Figueiredo, por inspiração dos Ministros Walter Pires, do Exército, e Délio Jardim de Mattos, da Aeronáutica. Até ontem à noite, pelo menos 12 ministros enviaram à Câmara avisos semelhantes ao de Leitão.

Cassação

A maioria dos ministros, no pedido de punição, mencionou o Artigo 35, item II, da Constituição, que prevê a cassação do mandato. Os Ministros Délio Jardim de Mattos, da Aeronáutica, e Ibrahim Abi-Ackel, da Justiça — segundo informações de assessores — não citaram o Artigo 35. Mas o porta-voz palaciano, Carlos Átila, afirmou que o pedido é para cassar o mandato de Juruna. "O Artigo 35", explicou, "diz que perderá o mandato o parlamentar que insultar as instituições nacionais. Os Ministros são instituições."

O líder do PDS, Deputado Nelson Marchezan, sabia do episódio desde terça-feira e tentou, por duas vezes, contorná-lo no Palácio do Planalto, com a ajuda do Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel. Ontem, Marchezan contou a um amigo que o Ministro Leitão de Abreu também menosprezou a importância das acusações de Juruna, argumentando com o Ministro Walter Pires, do Exército, que ele é um índio e não sabe direito o que está falando. "Então não pode ser Deputado", teria respondido o General Pires, segundo a versão.

Os avisos de Ministros começaram a chegar à Câmara na noite de terça-feira, quando às 19h foi entregue o do Ministro Delfim Neto. Ontem de manhã, chegaram mais quatro, dos chamados Ministros da Casa (Rubem Ludwig, Leitão de Abreu, Danilo Venturini e Otávio Medeiros). Hoje, mais alguns deverão pousar na mesa do presidente da Câmara, Deputado Marcílio, que está em Fortaleza e marcou uma reunião da mesa da Câmara para segunda-feira, às 9h.

O líder Marchezan afirmou ontem que já estava preocupado com o discurso de Juruna antes mesmo de saber da reação do Planalto. Às 12h de terça-feira, recebeu um telefonema de Leitão de Abreu, que previu problemas com o discurso. Ele então procurou o presidente da Câmara, Flávio Marcílio, e este, de Fortaleza, decidiu suspender a publicação do Discurso — na versão pronunciada — No Diário do Congresso Nacional.

Quando Juruna falou, na tarde de segunda-feira, o Deputado Walber Guimarães (PMDB-PR), que estava na presidência, pensou em interrompê-lo e adverti-lo dos termos pouco protocolares:

— Mas fiquei receoso, porque ele sempre se irrita. Então, pensei: ele sempre traz um discurso escrito e fala outra coisa. Mas o que vale é o que está escrito. Então resolvi que orientaria a taquigrafia para validar, na hora da publicação, somente a parte escrita explicou Guimarães.

Marchezan, quando soube do pedido de punição a Juruna, na noite de terça-feira, imediatamente comunicou o fato ao líder do PDT, Bocayuva Cunha. E se disse surpreendido porque os Ministros não quiseram processar Juruna diretamente, preferindo a via do pedido à Câmara. "É uma atitude nova, uma demonstração de confiança na Câmara", disse ele ontem à tarde.

Mas um membro da direção nacional do PDS admitiu que o episódio estabelece uma espécie de confronto entre o Executivo e o Legislativo e que o Executivo pode ter decidido cobrar uma punição à Câmara exatamente para criar um impasse. Outros líderes do PDS reconhecem, entretanto, que é quase impossível que a Câmara casse o mandato do Deputado-Índio.

O ESTADO DE S. PAULO

QUINTA-FEIRA — 29 DE SETEMBRO DE 1955

Juruna sob
a ameaça
de puniçãoDa sucursal de
BRASÍLIA

"BODE EXPIATÓRIO"

Após reunir-se ontem reservadamente com o líder do PDT, Marchezan admitiu as dificuldades para uma punição drástica a Juruna e assumiu o compromisso de "negociar" com o governo uma punição mais branda — censura ou suspensão do mandato.

No gabinete de Bocayuva reuniram-se ontem deputados do PDT, do PMDB e do PT, para discutir o problema. A preocupação maior foi explicar a Juruna que não deveria mais acusar os ministros de "ladrões", genericamente, sem possuir provas. "A lei dos brancos não é igual à lei dos índios" — disse-lhe José Frejat (PDT-RJ).

Juruna, por sua vez, afirmou aos jornalistas que é um homem bom e sério, "mas sem papas na língua". E sempre perguntava: "Como repórter, diga a Juruna, sem piada: o que acontece no Brasil está certo? Não estão roubando muito?"

No "pinga-fogo" de ontem na Câmara, José Fogaça (PMDB-RS) observou que "o gesto dos ministros, se confirmado, não será contra Mário Juruna, mas sim o de procurar um bode expiatório, uma atitude de represália contra o Parlamento, uma vingança pela rejeição maciça do Decreto 2.024".

O líder governista Nelson Marchezan procurou atenuar as repercussões dos gestos dos ministros declarando à imprensa que eles "estão no direito de defender sua honra. O que todo mundo pensava é que recorressem ao Judiciário; preferiram que a Câmara decidisse" — acentuou.

No caso de se adotar uma punição branda pelo regimento interno da Câmara, Juruna está sujeito às seguintes medidas: censura, suspensão do mandato, perda do mandato. A censura poderá ser verbal ou escrita, enquanto a suspensão do mandato, aplicada pelo plenário, não poderá exceder 15 dias, aberta ao acusado a oportunidade de ampla defesa. Já a perda do mandato, pode ser invocada por qualquer parlamentar, dependendo porém do voto favorável da maioria absoluta da Câmara.

A Mesa da Câmara dos Deputados vai reunir-se, extraordinariamente, segunda-feira, às 9 horas, para examinar os pedidos do presidente Figueiredo e de diversos ministros de Estado — entre os quais Walter Pires, Délio Jardim de Mattos, Delfim Netto, Leitão de Abreu, Rubem Ludwig e Danilo Venturini — para que seja declarada a perda do mandato do deputado Mário Juruna (PDT-RJ), por abuso de suas prerrogativas. O deputado deverá, pelo menos, ser advertido publicamente pelo presidente da Câmara.

Os ministros se consideram ofendidos pelo pronunciamento de Juruna, feito da tribuna nesta segunda-feira. Alguns dos ofícios dirigidos ao presidente Flávio Marcílio pedem providências da Mesa Diretora e outros invocam o Artigo 35, item II da Constituição — perda do mandato do representante cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes.

Em seu discurso, Juruna disse que "os ministros são ladrões", citando nominalmente o ministro Delfim Netto.

"O diabo nunca foi cassado, por que vou ser cassado?" — perguntou ontem aos jornalistas o deputado, quando questionado sobre o pedido de providências dos ministros. Marcílio está desde terça-feira em Fortaleza e só retornará a Brasília sábado. Informado do problema por sua assessoria, ele determinou a convocação da Mesa Diretora para segunda-feira.

A Mesa reteve dois pronunciamentos de Juruna, evitando a publicação no Diário do Congresso Nacional. Um deles, por escrito, dado como lido, e outro do registro das notas taquigráficas, de improviso, no qual fez a acusação generalizada aos ministros. "O governo Figueiredo está roubando", disse ele no improviso. O vice-líder de plantão do PDS, deputado Siqueira Campos (GO), em aparte, contestou Juruna e defendeu o governo.

Na presidência da sessão, o deputado Walber Guimarães (PMDB-PR), 2º vice-presidente, não censurou o orador, apenas autorizou a publicação do discurso por escrito. Ontem, Walber Guimarães explicou que se interrompesse seria muito pior, "pois despertaria a atenção e o Juruna poderia discutir com a Mesa".

Segundo informações das lideranças partidárias, o problema poderá ser atenuado: Juruna seria apenas censurado publicamente pela presidência, conforme prevê o regimento. Há também o receio generalizado de que o plenário não aprovaria a perda do mandato de Juruna — o que só poderá acontecer com o voto favorável de pelo menos 240 deputados — maioria absoluta.

Os líderes Freitas Nobre (PMDB) e Bocayuva Cunha (PDT), porém, alertaram o governista Nelson Marchezan, anteontem e ontem, para a gravidade da questão: o plenário não iria aprovar a declaração de perda do mandato de Juruna, o que provocaria nova derrota política do governo Figueiredo; além disso, o assunto ganharia repercussão nacional e internacional, por tratar-se do primeiro índio parlamentar do Brasil.

Folha de SÃO Paulo

29/09/83

Marcílio examinará o caso só na segunda-feira

FORTALEZA — “Eu sempre defendi o Parlamento em tudo o que é necessário. Segunda-feira terei uma reunião com a Mesa da Câmara dos Deputados que já está convocada para examinar o problema do deputado Mário Juruna.” A declaração foi feita à “Folha”, ontem à noite, pelo deputado Flávio Marcílio (PDS-CE), presidente da Câmara.

Marcílio afirmou ainda que “minha primeira providência foi determinar que o discurso do deputado Mário Juruna não fosse publicado no “Diário do Congresso”. Marcílio não quis mais adiantar qual quer outra posição em relação ao problema, dizendo que “somente após a decisão da Mesa é que definirei a medida a ser adotada”.

À tarde, falando a um jornalista de Fortaleza sobre problemas do Congresso, Marcílio respondeu à seguinte pergunta: “Presidente: o sr. tem feito um esforço muito grande para devolver ao Legislativo as suas prerrogativas. Mais, V. Exa. tem encontrado, também, alguns percalços dentro da própria casa como o comportamento

do deputado Agnaldo Timóteo, que tem propiciado cenas de efeitos publicitários muito grandes gerando, em determinadas ocasiões, uma imagem negativa para o poder que o sr. preside. Como o sr. vê esse comportamento?”

“Vejo — disse Marcílio — como um fato natural em toda associação que represente um corte da sociedade brasileira. Então tem gente de todo comportamento. O que não se pode é julgar o Parlamento por um membro do Parlamento. Mais pelo conjunto do que esse Parlamento realiza.”

O repórter insistiu: “Mas dizem que o sr. já fez advertências severas ao deputado Agnaldo Timóteo.”

“Isto é obrigação minha. Não só chamarei a atenção do deputado Agnaldo Timóteo, como de qualquer outro que mereça ser chamado a essa atenção. Agora, o que eu afirmo é que a instituição não pode ser julgada pelo comportamento de um dos seus membros. Ela deve ser julgada é pelo que realiza. É pelo que ela faz. Pelo que ela representa.”

Marchezan quer Mesa agindo com mais rigor

BRASÍLIA — O líder da maioria na Câmara, deputado Néelson Marchezan, do PDS do Rio Grande do Sul, admitiu ontem em entrevista à imprensa, que a Mesa daquela Casa deve agir com mais rigor, no tocante aos discursos que se fazem em plenário, para coibir os excessos dos congressistas e evitar a radicalização política. Para o líder do PDT na Câmara, deputado Bocaiúva Cunha, o episódio que envolve o deputado Mário Juruna “é apenas uma questão de semântica”. Segundo o líder, para Juruna, ladrão é todo mundo que não presta. Ele raciocinaria sempre em termos de que o Brasil era a terra do índio e que foram os brancos que tomaram essa terra. “Portanto — explica Bocaiúva Cunha —, o branco é o ladrão do índio.”

O próprio Juruna lembrou ontem que, ao assumir seu mandato, manifestou o desejo de falar em sua própria língua, alegando que não conseguiria expressar-se bem em português.

O líder do PMDB na Câmara, Freitas Nobre, afirmou “preferir que o governo tivesse aberto inquérito para apurar as muitas denúncias de corrupção que têm surgido, sem que qualquer providência seja adotada”.

“Que autoridade alguém que representa contra um parlamentar com reconhecidas e naturais dificuldades de se expressar pode ter para tomar essa iniciativa, se não adota as providências que lhe competem para a apuração de irregularidades denunciadas?” — indagou Freitas.



Juruna reiterou o que disse, afirmou que vai continuar a falar e lembrou que não citou nomes

Ministros querem Parlamento cassando mandato de Juruna

Onze officios chegam à Câmara pedindo providências contra discurso do deputado

BRASÍLIA — Onze ministros de Estado, entre os quais todos os ocupantes de Pastas militares e os chamados ministros da Casa (Planejamento, Gabinete Civil, Gabinete Militar, Assuntos Fundiários e SNI), encaminharam ontem, individualmente, officios ao presidente da Câmara Federal, deputado Flávio Marcílio (PDS-CE), solicitando "providências em relação ao comportamento do deputado Mário Juruna (PDT-RJ), especialmente com vistas ao disposto no Parágrafo 2.º do Art. 35 da Constituição".

Estes foram os ministros que pediram providências contra Juruna: Leitão de Abreu, do Gabinete Civil; Rubem Ludwig, do Gabinete Militar; Delfim Neto, do Planejamento; Danilo Venturini, Assuntos Fundiários; Délio Jardim de Matos, da Aeronáutica; Valter Pires, do Exército; Maximiano da Fonseca, da Marinha; César Cals, Minas e Energia; Cloraldino Severo, dos Transportes; Mário Andreazza, do Interior; e Abi Ackel, da Justiça.

Juruna, em discurso proferido em plenário, disse que "todos os ministros são ladrões, os militares e o Presidente também".

O dispositivo invocado pelos ministros estabelece que "perderá o mandato o deputado ou senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes".

Na terça-feira, o presidente Figueiredo — logo após receber os prefeitos que foram ao Planalto pedir a reforma tributária — mostrou a Leitão de Abreu um recorte do jornal "Correio Braziliense" que transcrevia o discurso de Mário Juruna no dia anterior. À noite, o ministro do Exército, Valter Pires, telefonou para Fortaleza, no Ceará, onde se encontrava o deputado Flávio Marcílio, e advertiu sobre a si-

Leitão e Ludwig citam a Constituição

Os documentos enviados pelos ministros Ludwig e Leitão dizem o seguinte: "Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados:

"O discurso proferido pelo deputado Mário Juruna na tribuna da Câmara dos Deputados, sessão de ontem, dia 26 do corrente, além de gravemente ofensivo à honra do Senhor Presidente da República e dos ministros de Es-

tado, caracteriza procedimentos que incorrem na regra estabelecida no Artigo 35, Item 2, da Constituição Federal.

"Solicito, por isso, a Vossa Excelência, diante da gravidade do fato, as providências que o caso impõe.

"Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais alto apreço e consideração."

tuação. Pires ponderou o que poderá representar a falta de rigor por parte do Legislativo em relação ao caso.

Pela Constituição, no caso, a perda de mandato seria declarada pela Câmara de Deputados (ou pelo Senado, se o parlamentar fosse senador), mediante pedido de qualquer de seus membros, da respectiva Mesa ou de partido político.

Juruna tranquilo

Às 18 horas, no gabinete da Comissão do Índio da Câmara dos Deputados, Mário Juruna ainda não sabia quais eram os ministros que haviam pedido providências contra seu discurso. Informado por um repórter dos nomes, apenas indagava, "esse também?", e se disse tranquilo com a ameaça de perder o mandato.

"Quando governo der terra para os trabalhadores, quando índio for respeitado, quando povo não estiver mais passando fome, aí Juruna pára de falar. Enquanto não acontecer nada disso, podem até tirar mandato que eu vou continuar falando, denunciando, e todos vão me ouvir."

Acompanhado por um de seus assessores e pelo xavante Tibúrcio, Ju-

runa recebeu telefonema de sua esposa, que queria saber do problema, e explicou: "O governo deve entender que eu não aponte nome de ninguém. Estou querendo trazer união para comunidade. Não posso afobar e estou tranquilo. Sempre fui homem perseguido, visado, porque falo a verdade. Se eu não falar a verdade, quero que venham me dizer, 'olha Juruna, você está mentindo', mas agora falo a verdade. Isso que está acontecendo é da lei do branco: quem fala a verdade pode ser preso e quem rouba está solto, não acontece nada."

Juruna disse ainda que, durante seu discurso, quase chorou, "porque estava falando da barbaridade que estão fazendo com os Pataxós. Como é que se trata assim o índio? Onde está o tutor?" — indagou.

Em face da ausência do deputado Flávio Marcílio, coube ao primeiro vice-presidente da Câmara, deputado Paulino Cicero, do PDS mineiro, receber as primeiras representações dos ministros. Paulino se comunicou com Marcílio, no Ceará, e este, incontinentemente, convocou uma reunião extraordinária da Mesa diretora da Câmara para segunda-feira próxima.

Governo quer mesmo punir Mário Juruna

O governo não aceita qualquer reatuação do deputado Mário Juruna (PDT-RJ), pois não pediu e sim "oficiou à presidência da Câmara o seu enquadramento". A afirmação é do porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Atila, ao comentar o fato de todos os ministros de Estado terem solicitado, em ofício ao presidente da Câmara, Flávio Marcílio, o enquadramento do parlamentar no art. 35 da Constituição, Item II, que prevê a perda do mandato. Juruna prometeu voltar à tribuna para dizer novas verdades, mas está muito preocupado com a sua situação. Ontem esteve no gabinete do líder do governo, Nelson Marchezan, e de lá saiu mais tranquilo, após conversarem alguns minutos. (Página 3)



Marchezan deu conselhos a Juruna

Roque de Sa

As cadernetas de poupança renderão 10,04 por cento em outubro, incluídos os juros, considerando que a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) para o próximo mês foi fixada em Cr\$ 5.897,49. Esse reajuste é o mais alto registrado desde que o sistema foi criado. A inflação de setembro também será alta, devendo se fixar em 11 por cento, já deduzida a accidentalidade, segundo admitiu o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, ontem, em Washington. A se confirmar essa previsão, o índice inflacionário deste mês registrará uma queda de 0,4 por cento sobre agosto. Os preços dos carros a álcool para os motoristas de praça vão subir quase 60 por cento a partir de amanhã, com o fim da isenção de impostos, informou o secretário geral do Ministério da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Enquanto isso viaja-se menos para o exterior. Em Brasília, as vendas de passagens para o exterior já caiu 50 por cento, o que foi atribuído por 10 agências de turismo à redução para US\$ 500 o permitido para viagens internacionais (Páginas 8 e 13)

o discurso

O deputado Amaral Netto acha que o presidente João Figueiredo deveria honrar o discurso que fez recentemente aos oficiais gerais das três Armas, quando afirmou a intocabilidade de nossa soberania, começando por interpelar as figuras de governos estrangeiros e organismos internacionais, como o sr. Donald Regan, por suas interferências nas decisões políticas internas.

7 Pobre Ibrahim

O ministro Ibrahim Abi-Ackel dissera que não ia pedir o enquadramento do deputado Mário Juruna por não se considerar atingido e porque não achara o motivo relevante.

A noite, o seu ofício chegou à Câmara, empurrado por misteriosas pressões.

8 Baena fala pelo chefe

Não bastasse a desagradável situação em que meteram o ministro Ibrahim Abi-Ackel para provar que a atitude do Governo contra o deputado Mário Juruna teve um maestro ordenando que todos os músicos tocassem afinados, outro fato é bastante esclarecedor: embora em Nova Iorque, o ministro Saraiva Guerreiro também representou contra o sr. Juruna, por um ofício assinado pelo seu secretário-geral, Baena Soares.

Governo não

PSS-481, p. 60/398

Andreazza concorre até em pleito direto

Ainda que, no decorrer do período pré-eleitoral aconteçam mudanças que exijam eleições diretas, o ministro Mário Andreazza continuará candidato, foi o que assegurou, ontem, o deputado Edme Tavares (PDS-PB) — um dos coordenadores da campanha do ministro — para acrescentar, em seguida, que "ele, mais do que ninguém, conhece a fundo os problemas do país, e conta com respaldo popular".

Disse o parlamentar que, caso o ministro venha a ocupar o cargo de presidente da República, "não terá que acatar determinadas posições do atual governo, continuar o que foi feito sem êxito. Cada homem público tem um sistema próprio de administrar e deve se reforçar em ampliar o que, reconhecidamente, teve resultados objetivos em relação ao bem-estar social".

O deputado não quis confirmar que o nome do senador Marco Maciel já tenha sido escolhido como vice de Andreazza — num sistema de composição de forças com o grupo Geisel — mas admitiu que "a exemplo de outros nomes que vêm sendo citados, o dele também é da maior envergadura".

Ele disse, também, que ainda não foi definido quem substituirá o ministro, quando este se desincompatibilizar, mas adiantou que "tem que ser alguém de força, com sustentação no Nordeste. Tem que ser um homem que continue a sua trajetória, dando andamento à sua obra".

O deputado também defende a permanência de Andreazza no cargo até o período legal para a desincompatibilização, assegurando que "ele não está fazendo uso da máquina governamental em favor da sua campanha, porque já existe um programa definido, que tem que ser cumprido".

Edme fez questão de ressaltar que defende o nome de Andreazza como sucessor de Figueiredo "porque ele é um homem comprometido com o Nordeste, que precisa, para a solução de seus problemas, de uma definição política que decida alocar recursos suficientes para a perenização de rios e irrigação da área seca. E, ainda mais agora que após cinco anos de seca consecutiva, o CTA prevê mais dois. Caso não se tome uma posição definitiva para aquela região, o futuro será calamitoso e imprevisível".

PMDB festeja volta de Antônio Oliveira

O reingresso do ex-deputado Antônio Carlos de Oliveira do Mato Grosso do Sul, no PMDB, transformou-se ontem em ato político no gabinete do presidente Ulysses Guimarães. Antônio Carlos deixou o MDB em 1979 para ingressar no PT, e concorreu ao cargo de governador por aquela legenda em 1982.

Dezenas de deputados federais, jornalistas e amigos do ex-deputado estiveram presentes ao ato solene, contando ainda com a presença do senador Pedro Simon e do ex-senador Teotônio Vilela.

Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, saudou Antônio Carlos como um companheiro que volta às fileiras do partido sem nunca ter se distanciado, embora houvesse temporariamente escolhido uma outra legenda oposicionista como o PT; no entanto, sempre foi um combatente das causas do povo contra o arbítrio e a violência.

Freitas Nobre, líder do partido, salientou que Antônio Carlos retorna às fileiras do PMDB num momento difícil para a nação e, em particular, para o Congresso Nacional, quando o governo procura atingir a Câmara dos Deputados, fazendo uma representação contra um representante do PDT, deputado Mário Juruna.

Para Freitas Nobre, Antônio Carlos nesses anos continuou sua trajetória de lutas em defesa do Mato Grosso do Sul.

JORNAL DE BRASÍLIA 30/09/83 quer desculpas de Juruna



Juruna promete voltar à tribuna para dizer novas verdades

Pires não divulgará o relatório Saraiva

O ministro do Exército, Walter Pires, enviou ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a dívida externa brasileira, um ofício negando a divulgação do "relatório Saraiva" por tratar-se de documento secreto, cujo conhecimento público contraria o regulamento do Exército.

Alegando estar provisoriamente na presidência da CPI, o deputado Fernando Santana (PMDB-PA) não quis entregar o ofício do ministro à imprensa. Somente na próxima segunda-feira, quando o deputado Alencar Furtado (PMDB-PR) retornar a Brasília, para assumir a presidência, é que o documento será conhecido.

Mesmo assim, ao final da tarde de ontem, parte de seu conteúdo foi divulgado, e além da alegação de que o relatório é secreto, o ministro Walter Pires explica que as acu-

sações que estão sendo feitas na CPI não têm fundamento, podendo prejudicar a "imagem dos acusados".

Segundo o deputado Eduardo Suplicy (PT-SP), a não liberação do relatório Saraiva prejudica o trabalho da CPI, que teria, através dele, um instrumento sólido para apurar completamente as denúncias de corrupção, podendo inclusive, "inocentar os envolvidos".

Contudo, lembrou o parlamentar petista, os trabalhos não serão interrompidos, e já foram solicitadas as convocações dos diplomatas Guy Vasconcelos e Fernando Fontoura, e o testemunho por escrito, do banqueiro francês Jacques de Brossiard. Para o deputado Suplicy, estas três pessoas são a peça fundamental das investigações sobre o envolvimento de autoridades do governo em transações financeiras internacionais.

Governo não quer desculpas de Juruna

Todos os ministros de Estado solicitaram ontem, em ofício ao presidente da Câmara, Flávio Marcílio, o enquadramento do deputado Mário Juruna (PDT-RJ), no artigo 35 da Constituição, Item II, que prevê a perda do mandato.

O porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Atila, disse que o governo não aceitará qualquer retratação de Juruna, pois não a pediu e sim "oficiou à presidência da Câmara pedindo o seu enquadramento". Beltrão, através de telex enviado a Flávio Marcílio, ressaltou que não existe nenhum relacionamento entre a votação do 2045 e um acordo em relação ao deputado. Para ele, o comportamento de Juruna é incompatível com o decoro parlamentar e foi insultuoso, um agravo a instituições, ao presidente e aos ministros.

Volta à tribuna

Juruna prometeu ontem voltar a ocupar a tribuna da Câmara, muito em breve, "para dizer novas e mais verdades. Antes, porém, ele vai esperar que a poeira levantada por seu último pronunciamento "assente no chão" e que o Decreto 2045 venha ser rejeitado pelo Congresso:

"Eu sou pior que o 2.045?" perguntava Juruna ontem à tarde às pessoas que o cercavam no Salão Verde da Câmara, afirmando que apenas "tinha aberto uma caixa de marimbondos e eles estavam "mordendo todo mundo por aí".

O parlamentar afirmou que "nasci para lutar, para falar e para morrer. Depois disso a terra come a gente e não sobra nada. Será que existe lei para isso? Será que existe lei para branco que invade terra de índio? O branco, em geral, é corrupto, é pistoleiro e capataz. Esses não são processados. Por que eu vou ser?"

Em Fortaleza, o presidente da Câmara, Flávio Marcílio, admitiu que o parlamentar do PDT fluminense, ex-cacique dos Xavantes, deve ter ferido a legislação quando se tornou candidato. Para ele, "a candidatura de Juruna foi registrada pelo TRE do Rio, sem que, possivelmente, tivesse sido examinada a sua condição de relativamente incapaz, na conformidade do que preceitua o Código Civil.

Marcílio explicou que o caso criado pelo pronunciamento do parlamentar será examinado pela Mesa diretora da Câmara, em reunião convocada para segunda-feira. "O que pode acontecer a ele — disse Marcílio — é uma punição que vai desde a advertência, a repreensão, a suspensão do mandato e até, em último caso, a cassação do mandato".

Brizola

O governador do Rio, Leonel Brizola não descartou a possibilidade de falar com Figueiredo sobre a situação de Juruna. Ele disse que "nós lamentamos muito o que ocorre com o deputado, afirmando que espera a "compreensão porque ele tem uma situação especial que todos nós devemos considerar".

4 • SEXTA-FEIRA, 30/9/83

André Gustavo

Presidenciáveis terão que provar a sua fidelidade

A votação do Decreto-lei 2045 vai colocar sob forte pressão os três presidenciais, de quem, aliás, será cobrada a fidelidade que dizem ter ao presidente Figueiredo. Segundo o entendimento de assessores qualificados do governo federal, os governadores de oposição querem aprovar o 2045 para acertar suas contas nos estados. Mas não podem dizer isto de público, por causa da decisão do PMDB de fechar questão contra o Decreto-lei.

Sem qualquer auxílio da oposição, apesar do esforço para recompor algum tipo de unidade em torno do PTB, o Palácio do Planalto será levado a negociar com os presidenciais, que controlam votos dentro do PDS e trataram de alargar sua influência até o bloco oposicionista. Na votação do Decreto-lei 2024 os poucos pedessistas que decidiram abrir seu voto e opinar pela rejeição daquele documento pertencem a dois blocos distintos: partidários de Aureliano Chaves e de Paulo Maluf. Os parlamentares ligados ao Ministro Mário Andreazza seguiram a orientação do líder Marchezan.

Agora, diante da absoluta necessidade de aprovar o 2045, sofrendo violentas pressões externas, restará ao Planalto a negociação com os candidatos à sucessão de Figueiredo. Já se sabe que Andreazza conseguiu mobilizar seus seguidores para auxiliar o governo. Resta, portanto, conhecer a capacidade do Governo de negociar com Maluf e Aureliano Chaves o mesmo apoio.

Juruna

O processo contra o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), solicitado por treze ministros de Estado (ontem também os Ministros Amauri Stabile e Saraiva Guerreiro decidiram unir-se aos outros onze) é destes episódios destinados a provocar grande repercussão em torno de um assunto que, em verdade, não merece tanto destaque. Juruna, às vezes simpático, às vezes agressivo, com ou sem gravador, é uma espécie de patrimônio histórico ambulante com sua ingenuidade e o arsenal de soluções simples. Afinal de contas é um índio, que saiu há poucos anos do território xavante e conseguiu seu mandato de Deputado Federal.

Quando chamou todo mundo de ladrão, num discurso que sequer foi publicado pelo Diário do Congresso, utilizou-se de expressões vulgares e de termos chulos. Não é confortável ser taxado de ladrão, mas a tolerância existe para esses casos extremos, sobretudo quando o responsável pela acusação é um índio xavante, cheio de rancores e amarguras de quem viu sua terra ser progressivamente invadida pelo branco. Mas, agora é tarde e a solicitação para processar o xavante — deputado federal já está assinada por doze ministros de Estado.

Do ponto de vista político essa é uma ação destinada a ter muita controvérsia, porque Juruna é um deputado simpático, mesmo àqueles que não estão no bloco oposicionista. Seu comportamento ingênuo permite esse tipo de ação carinhosa dos companheiros de Congresso. Na outra ponta da linha, a feroz iniciativa governamental demonstra intolerância menos com o Juruna e mais com a evidente desagregação do país.

O caso Juruna é daqueles que podem desaguar em grande problema, pois a esta altura os solitários esforços do líder Nelson Marchezan, para superar o problema, estão condenados ao absoluto fracasso. Mas será difícil fazer a Mesa da Câmara aprovar uma moção de censura ao Deputado cacique, sem que o Planalto se envolva numa profunda batalha parlamentar. É de se perguntar: para quê? Diante da monumentalidade dos problemas inerentes à aprovação do 2045, uma disputa dentro do Congresso para conseguir processar o Deputado do PDT poderá significar uma batalha daquelas cujo melhor desfecho é não existir.

Discutir o caso Juruna às vésperas do 2045 é provocar uma excitação no Congresso que somente pode trazer dividendos negativos ao próprio governo federal. Tanto esforço para processar um índio, que se excedeu no discurso — é bom lembrar que Juruna fala português com dificuldade — é algo desproporcional com a gravidade do momento atual do país. É difícil entender a racionalidade da reação do governo. Talvez ela seja melhor explicada por alguma explosão emocional havida em gabinete importante do Palácio do Planalto.

EUA x URSS

Ontem fui procurado por algumas pessoas interessadas em saber com mais detalhes o episódio da invasão do território soviético por soldados norte-americanos. O incidente está referido no livro de Philip Knightley, A primeira vítima, e ocorreu na década de vinte. Os soldados norte-americanos, que não eram numericamente expressivos, entraram em território inimigo atravessando o Estreito de Bering. A meio do caminho houve uma série de problemas e a invasão frustrou-se. Curiosamente, quando em 1960, Nikita Krushev visitou os Estados Unidos fez referência ao episódio no discurso de saudação ao presidente Kennedy. E os norte-americanos não entenderam porque não conheciam a história. Esse caso é daqueles que a imprensa preferiu não comentar, nem enxergar.

André Gustavo Stumpf

Sistema vê Juruna como

Brasília, sexta-feira, 30 de setembro de 1983 — 5

um robô

Cont. AFINAL UMA
QUESTÃO DE SEMÂNTICA

— "Mário fala como cinco milhões de índios da história e fala de um modo muito claro, coerente e responsável. Ele vem falar da expropriação, do estado como um todo e não das pessoas", coloca Ana Gita de Oliveira, da área de pesquisa da Fundação pró-Memória.

Tem-se falado do desrespeito do deputado às autoridades do país, mas para Egon Dionísio, todos se esquecem do desrespeito que as chefias indígenas sofrem quando em contato com os brancos. "Ignora-se a chefia política dos índios. Há o desrespeito total ao líder de todo um povo. No entanto, isso não é comentado por ninguém. Inclusive, existe um discurso de um determinado deputado que, logo após a eleição de Juruna, colocou o problema do uso da tanga e outros adereços indígenas, com total desrespeito e o Deputado Mário Juruna não o processou.

Porém, na opinião de Rafael Bastos, essa situação "delicada" vem se desenrolando desde a eleição de Mário Juruna. "Mas qualquer coisa que se faça contra ele, será mais uma violência contra toda a nação indígena. É importante que as pessoas se conscientizem de que o Brasil tem diversos falares, verdadeiros dialetos, portanto, a palavra "ladrão" no vocabulário de Mário Juruna, não tem o mesmo significado que para uma pessoa com ensino superior".

Rafael Bastos compara o discurso de Juruna a um outro feito pelo Presidente João Figueiredo na ONU. "O Presidente falou na Organização a respeito de uma Ordem Internacional mais justa para os países do Terceiro Mundo. Ele verificou uma forma de exploração das grandes potências com os países ditos subdesenvolvidos. Em termos de Brasil, Juruna também falou contra uma ordem econômica; também se pronunciou neste contexto de exploração. E se existem pessoas que não concordam com o que ele diz a respeito da expropriação, que então provem que ela não ocorre e ocorreu. Seria o mesmo que dizer que o país não existe ou mesmo afogar esses cinco séculos de história."

Antropólogos são contra a punição

O deputado federal Mário Juruna, do PDT, não domina os "códigos sofisticados da elite". Ele não tem a noção exata das coisas, das palavras, não compreendendo, por exemplo, que uma frase pronunciada no Congresso Nacional, a partir do momento que foge ao decoro parlamentar, pode sofrer uma retaliação jurídica. Não merece, portanto, ser punido pelo pronunciamento que fez na última terça-feira, quando criticou violentamente o Governo.

Em resumo, é este o pensamento de três professores da Universidade de Brasília, os antropólogos Roque Larala, Priscila Faulber e Lia Machado, sobre o pronunciamento do parlamentar. Contra qualquer punição a Juruna, eles argumentam que o deputado pedetista representa segmentos de cultura popular e se comporta como tal.

Isto — disse a antropóloga Lia Machado — não é muito difícil de ser explicado. Como representante do segmento popu-

lar, com o qual mais se identifica, Juruna se expressa popularmente. Nas esquinas, nos bares, por exemplo, é muito comum uma pessoa do povo chamar este ou aquele ministro de ladrão. Pela diferença de cultura, por não ter absorvido, compreendido com exatidão uma certa ética que existe na sociedade, Juruna, na sua concepção das coisas, não achou nada de tão grave manifestar sua insatisfação da maneira como fez, já que se pronunciou utilizando a fórmula comum ao segmento da sociedade que representa. O que os antropólogos chamam de "códigos sofisticados da sociedade" são, em outras palavras, determinadas regras, etiquetas, que disciplinam o comportamento de qualquer cidadão. Um parlamentar, como é o caso de Juruna, tem que respeitar o decoro, deve, mesmo em seus pronunciamentos mais inflamados, seguir as normas internas da Casa. E isso ele não compreende.

Xavante: "Tudo em nome da verdade"

NELSON PANTOJA

Repórter Especial

A verdade, acima de tudo. Esta é a principal característica do povo Xavante. Ele é sincero, franco e direto. Pelos seus padrões, se achar que você é feio, ele dirá, na sua cara, que você é feio. Se achar que você é ladrão, ele dirá, na sua cara, que você é ladrão. Diz o que vem à cabeça, sem papas na língua. Tudo em nome do que considera verdadeiro.

Este o perfil que o indigenista Hélio Rocha, assessor da diretoria executiva da Funai, traçou ontem sobre o povo Xavante. Conhecedor profundo da tribo, por quem nutre clara simpatia, Rocha salientou bem esta característica xavante: "é um povo bonito pela sua franqueza".

De natureza passiva, o Xavante — como a gran-

de maioria das tribos brasileiras — sente grande dificuldade em assimilar o português. "Ele aprende as palavras, mas denota enorme dificuldade em compreender os números. Você, por exemplo, mostra para o xavante duas árvores, ele entende que aquilo mostrado representa duas árvores. Mas dificilmente entenderá se você codificar em número o que mostrou. Ele não consegue entender isso".

Esta pequena diferença dificulta em muito o convívio do xavante com o branco. E, não raro, mesmo depois de aprender o português, ele não deixa de confundir a real dimensão de cada palavra. "Ele não compreende as diferenças, embora jamais deixe de manifestar o que está sentindo. É um povo verdadeiro".

30/09/83

Brasília, sexta-feira, 30 de setembro de 1983

1

Afinal, seria só uma questão de Semântica?

CARMEM MORETZSOHN
Do Caderno 'A'

"Roubar: arrebatado. 1. Subtrair (coisa alheia móvel) para si ou para outrem, mediante ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistir..... 9. Assenhorar-se ou apoderar-se de; conquistar, cativar".

"Expropriar-se: Desapossar (alguém) de sua propriedade segundo as formas legais e mediante justa indenização".

O sentido das duas palavras foi tirado do Novo Dicionário Aurélio. Entre as duas percebe-se uma diferença fundamental: a existência, na segunda, dos itens "formas legais e justa indenização".

Partindo, agora, para a análise do processo histórico do índio, nestes cinco séculos de Brasil "civilizado", fica a questão: qual das duas palavras seria mais indicada para designá-lo?

O discurso do Deputado Federal pelo PDT Mário Juruna, tem causado grande polêmica, não só entre os parlamentares, mas também entre toda a população brasileira que, de uma maneira ou outra, procura pesquisar em que contexto o representante das comunidades indígenas fez certas acusações.

Para Rafael Bastos, coordenador geral da Associação Brasileira de Antropólogos, seção D.F., nesta atitude dos onze ministros revoltados com a acusação e também do Presidente João Figueiredo fica clara a oposição entre brancos e índios. "O Deputado Mário Juruna simplesmente colocou em bloco os ministros, para significar o país que tomou as terras dos índios. O discurso não se refere a uma pessoa determinada, mas a toda uma história. Não é casual que os ministros e o Presidente tenham se voltado contra ele. Juruna é o representante dos índios e as autoridades são os sucessores legais dos portugueses."

"Esta mesma acusação já foi feita por várias outras autoridades porque a 'expropriação' continua até hoje. E que a maneira do índio falar é mais direta. Juruna não é um bilingue completo. E quer se queira ou não, o país continua impondo o extermínio do índio", afirma Egó Dionísio, do Conselho Indigenista e Missionário.

Para Rafael Bastos, "é preciso ver exatamente o sentido sócio-linguístico das palavras. O deputado não tem uma formação universitária como qualquer ministro. E isso não o desmerece em nada. Ele tem que ser respeitado como um representante das minorias".

um robô

PSS-481, p. 64/398

Setores oficiais estão convencidos de que o deputado Mário Juruna (PDT-RJ) vem sendo utilizado por pessoas interessadas na desestabilização do Governo. Entre os que estariam com este objetivo, o antropólogo Darcy Ribeiro, vice-governador do Rio de Janeiro, seria o mais influente junto ao deputado Mário Juruna.

Juruna foi aconselhado a fazer um pronunciamento explicando que não teve intenção de ofender os militares e nem o Governo. Ele confessou que tem dificuldades para se expressar e, por isto, comete excessos. "Quería falar em xavante, não deixaram" — justificou-se.

CASSAÇÃO

Na tarde de ontem chegaram mais cinco ofícios de ministros de Estado solicitando que Mário Juruna seja enquadrado no art. 35, item II, da Constituição, que prevê a perda de mandato por falta de decoro parlamentar. Estão faltando os ofícios dos seguintes ministros: Trabalho, Educação e Cultura, Saúde, Previdência Social e Fazenda. Mas, segundo o porta-voz Carlos Atila, todo o Ministério processará o deputado.

Entre os ministros, o do Transporte foi o mais enfático. Além do enquadramento, ele adverte que se reserva o direito de recorrer à Justiça em defesa de sua honra, como acentuaram parlamentares a ele ligados. Houve um cuja datilógrafa trocou o número do artigo, de 35 para 15, que trata de assunto inteiramente diverso.

O líder do Governo na Câmara, deputado Nelson Marchezan (PDS-RS), acentuou que a decisão dos ministros de oficiarem ao presidente da Câmara demonstra a confiança depositada no Legislativo e a certeza de que serão adotadas as providências necessárias. Os ministros teriam, se o quisessem, o recurso de processar o deputado Mário Juruna no Supremo Tribunal Federal por crime previsto na Lei de Segurança Nacional.

Pela manhã, Marchezan foi procurado em seu Gabinete pelo deputado Mário Juruna, que explicou não estar interessado em ofender o Governo e pediu-lhe que fosse o seu defensor junto aos ministros de Estado. "Você precisa dizer que Juruna é gente bom" — comentou. O líder do Governo sugeriu-lhe que procurasse conversar com o líder do PDT, Bocaíva Cunha (RJ), um parlamentar de

ajudá-lo nesta emergência. Ressaltou que sua acusação foi pública e não adiantava pedido de desculpas em particular.

CONSELHOS

O dia de ontem foi de conselhos para o deputado Mário Juruna, que, inclusive, reuniu-se na Comissão do Índio, da qual é presidente, com alguns indígenas. A discussão foi em xavante, mas acredita-se que Juruna os tenha informado da situação em que se encontra.

Ele recebeu a sugestão de que fizesse de imediato um pronunciamento da tribuna da Câmara desculpando-se pelas ofensas dirigidas às autoridades governamentais. Explicou que realmente não teve esta intenção e justificou os excessos pela dificuldade de linguagem: "Quería falar em xavante, não deixaram" — comentou.

Quando assumiu seu mandato, em março, Juruna pediu à Mesa da Câmara que lhe fosse permitido falar em xavante, alegando, exatamente, a falta de conhecimento da língua portuguesa. Não conseguiu.

INFLUÊNCIA

No Congresso, que continua apreensivo com as prováveis consequências dos ofícios dos ministros de Estado, divulgou-se ontem, informalmente, que setores oficiais estavam convencidos de que Mário Juruna está sendo apenas utilizado. O objetivo seria aproveitar as suas condições peculiares para tentar desmoralizar o Governo e as Forças Armadas.

No seu pronunciamento, Juruna faz diversas vezes referências aos "milicos" e emprega um linguajar orientado. Chocou a setores oficiais as referências que fez ao Marechal Rondon, uma glória da Nação, ainda que fosse compreensível sua defesa dos índios.

Juruna estaria recebendo orientação de parlamentares radicais, que "estariam fazendo sua cabeça". Lembrou-se muito em setores oficiais que foi o vice-governador Darci Ribeiro quem deu todo o apoio à candidatura de Mário Juruna. Atribui-se também a Darci Ribeiro a carta em que o deputado criticou o ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos, por o haver chamado de aculturado.

O primeiro discurso de Juruna no Congresso Nacional, e encaminhado à taquigrafia, foi redigido por pessoas ligadas ao vice-governador Darci

Sistema vê Juruna como

Brasília, sexta-feira, 30 de setembro de 1983—5

um robô

PSS. 481, p. 65/398

Punição foi pedida por Pires e Délio

O pedido de cassação do mandato parlamentar do deputado federal Mário Juruna partiu dos ministros Walter Pires, do Exército; Maximiano da Silva Fonseca, da Marinha e Délio Jardim de Mattos, da Aeronáutica durante os despachos de terça-feira última dos chefes militares com o presidente João Figueiredo no Palácio do Planalto. afirmaram ontem fontes militares em Brasília. Segundo as mesmas fontes, após o presidente ouvir a posição dos ministros das forças de terra, mar e ar, convocou o ministro Leito de Abreu, a seu Gabinete e autorizou que este falasse com os ministros civis pedindo para que os mesmos procedessem da mesma maneira, já que a área militar exigia um procedimento austero do Parlamento contra o comportamento do cacique Juruna na tribuna da Câmara.

Oposições tentam salvar o deputado

Os líderes do PDT, Bocayuva Cunha, e do PMDB, Freitas Nobre, reuniram-se ontem com o presidente peemedebista Ulysses Guimarães, durante quase todo o dia, na busca de uma solução para a situação do deputado Mário Juruna, que teve sua cassação solicitada pela maioria dos ministros.

Em princípio, os oposicionistas, devidamente autorizados pelas lideranças do PT e o PTB, e que representam a maioria, tanto na mesa como no plenário da Câmara, decidiram que o Deputado deve ser ouvido, em reunião da direção daquela Casa, antes que seja tomada qualquer decisão sobre o pedido dos ministros.

Os oposicionistas mostraram-se ainda inclinados a não aceitar a cassação do deputado em nenhuma hipótese, alegando sua condição de índio e de representante da nação indígena, e desse modo descompromissado com os padrões da civilização ocidental.

Eles consideram igualmente que uma censura ou suspensão por parte da mesa ao deputado não se justificaria, porque representaria uma violência contra alguém que não tem consciência do que fala, nem em português, e para a sociedade a que se dirige. A melhor alternativa seria um trabalho de persuasão junto ao Deputado para levá-lo a policiar quando falar da tribuna, ou mesmo utilize um intérprete de sua língua, a linguagem xavante.

OPINIÃO

O tom do
ó no idioma

MANOEL VILELA

Certa feita, liguei para o Departamento de Letras da UnB e perguntei a um mestre amigo se determinada expressão, publicada na primeira página do jornal estava correta. A resposta não foi sim, mas também não foi não. Jornalisticamente, sim; gramaticalmente, não. O jornal ficou isento de culpa e a gramática estava salva.

Essa lembrança vem a propósito da manchete estampada ontem aqui mesmo no CORREIO BRAZILIENSE: Governo Ó em Juruna. Este Ó, que ainda parece entre aspas provavelmente não se transformou num neologismo, mas parece já ser de amplo domínio público, massificado pela veiculação eletrônica, diante do que o jornalismo impresso se sente autorizado a grafar essa expressão.

O idioma é, por natureza, extremamente dinâmico e, como essa qualidade coincide com uma das principais características do jornal, os gramáticos acabam nos perdendo por tais incursões. São pequenos deslizos, que não chegam a representar propriamente uma quebra do bom procedimento, mas cujo desfecho sempre oferece um neologismo, abrindo caminho para o emprego de palavras novas ou de palavras antigas com uma nova acepção.

Ó é uma interjeição, segundo os dicionários, destinada a chamar alguém, para invocar algo ou ainda para exprimir vários atetos e impressões da alma, como, por exemplo, ocorre na poesia de Castro Alves: "Deus! ó Deus! onde estás que não respondes?"

Na nova versão, à qual se liga o índio-deputado Juruna, a acepção é outra, muito difícil de explicar, mas, ao mesmo tempo, de uma clareza impressionante.

Com algumas ressalvas, que os próprios recursos do idioma sugerem, o uso dessa diminuta expressão vai sendo autorizada. Afinal, tantas outras expressões são acolhidas sem a menor cerimônia, todas elas originárias do chamado idioma economês.

Todas essas palavras forjadas na área econômica, a mais pródiga na criação de neologismos, são também acolhidas nos discursos parlamentares e a imprensa acaba se situando diante de complicados dilemas, sem saber até que ponto pode avançar. Ou, como diriam os homens da área econômica: qual o melhor posicionamento para tais situações? Com tantas inovações, ó no idioma.

CORREIO BRAZILIENSE

Sistema vê Juruna como

Brasília, sexta-feira, 30 de setembro de 1983—5

um robô



Juruna apelou a Marchezan e este lhe disse que uma retratação terá que ser pública

Cacique, tranqüilo, não se arrepende

"Não sou pior que o 2.045". Esta foi a frase do deputado Mário Juruna (PDT-RJ) ao ser interpelado ontem à tarde, no Congresso, por vários jornalistas: Juruna disse ainda que não apagava seu pensamento e que no regimento do povo não havia cassação de deputados. "O o quê que o Governo quer? Fechar o Congresso? Juruna afirmou também que não iria subir à tribuna da Câmara para se retratar ou mesmo para falar até que o Decreto-lei 2.045 fosse derrubado.

Para o deputado Mário Juruna, suas acusações dirigidas aos ministros serviram para "derrubar uma casa de marimbondos, que mordem os outros". Explicou que não vai pedir perdão porque não tem nada a temer, e foi mais longe: "Foi o branco que fez estrada para roubar a terra do índio. Eu trato todo mundo bem, com educação, dou cinco mil para ajudar na comida e passagem".

Mário Juruna declarou não ter medo de nada: "Quero que joguem o processo para frente. Estou firme e pronto pra me defender. Nasci para lutar, para falar, para morrer. Não sou nenhum capataz e não vou pagar pecado para ninguém. Se eu não ficar firme eles vão tirando um a um".

Diariamente Juruna, quando se encontra em Brasília, ao chegar à Câmara dirige-se ao gabinete do secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso, onde um grande número de deputados conversa descontraidamente, sendo o local, por isso, conhecido como Senadinho. Os jor-

nalistas que participam dessas conversas têm, inclusive, o compromisso de não divulgá-las.

— Preocupado Juruna? — Foi a pergunta que, em coro, fizeram os presentes.

— Não, porque não fiz nada. Disse apenas a verdade.

— Mas você chamou todos os ministros de ladrão? insistiram.

— Sim. Não aponte um ou dois ministros. Aponte todos, porque não sou contra ninguém, sou contra o sistema — respondeu, acrescentando que não tem provas concretas mas que os fatos por si justificam o que disse: "Quem não sabe que brasileiro está passando fome, que vive na miséria; que estão invadindo terra dos índios; quem é responsável pela inflação, pela dívida externa". Juruna, por outro lado, comentava que se tivesse seu mandato cassado "seria bom", porque "vou sair pelo estrangeiro denunciando tudo. Lá fora sou ouvido e mais respeitado que no Brasil. Presidi o Tribunal Bertrand Russel, na Holanda, onde existe outra gente, outra civilização".

Depois de explicar, por diversas vezes, que estava tranqüilo, "porque quem não deve não teme, e eu não roubei, nem matei", Juruna deixou o gabinete do secretário da Mesa da Câmara e dirigiu-se ao gabinete do líder do governo, deputado Nelson Marchezan.

Marchezan, segundo Juruna, disse-lhe para não ficar preocupado porque não havia problemas. "Vamos aguardar o regresso do presidente Flávio Marcillo".

Juruna, falando mais uma vez aos jornalistas que o acompanhavam, disse que Marchezan lhe recebeu "de cara fechada mas que depois se abriu, tendo me afirmado que não há problema e que vai aguardar segunda-feira, quando o presidente Marcillo deve chegar de Fortaleza".

— E você o que disse a ele, Marchezan? — indagou um parlamentar que ingressava no gabinete do líder governista.

— Disse que não sou contra ninguém, que sou contra sistema.

— Imagina se fosse — brincou Marchezan.

— Tanto — retomou Juruna a palavra — que não aponte um ou dois ministros, aponte o Governo todo.

Durante toda a manhã de ontem, Juruna por onde passava era cumprimentado e recebia a solidariedade de seus colegas. "Solidariedade ampla, geral e irrestrita", assegurou o deputado Farabullini Júnior (PTB-SP). A um repórter Juruna disse que já havia recebido a solidariedade dos líderes dos partidos de Oposição, que lhe comunicaram que iriam se reunir para traçar uma estratégia de ação para evitar a perda do seu mandato.

Sempre solícito com os jornalistas, Juruna, inclusive, concordou em retornar ao gabinete do líder Nelson Marchezan para que um fotógrafo registrasse o encontro deles. "pois cheguei tarde e só agora fui informado que o meu editor quer a foto".



Juruna não teme perder o mandato e se diz pronto a se defender pois "nasceu para falar, para morrer"

Governo vê Juruna como um fantoche

Setores oficiais estão convencidos de que o deputado Mário Juruna, ingenuamente, vem sendo utilizado por pessoas interessadas em desestabilizar o Governo e apontam o antropólogo e vice-governador do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro, entre os que estariam empenhados nesse objetivo, por ser o mais influente junto a Mário Juruna. O deputado foi aconselhado a fazer um pronunciamento explicando que não teve intenção de ofender os militares e nem o Governo, mas afirmou que só subirá à tribuna quando o Decreto-lei 2.045 for derrubado. Mário Juruna, no entanto, pediu ontem ao líder do PDS na Câmara, deputado Nelson Marchezan, que transmitisse aos ministros de Estado sua justificativa para o discurso que pronunciou, quando afirmou "que todo ministro é ladrão". O deputado alegou que não pretendeu ofender ninguém, invocando ainda sua dificuldade com a língua portuguesa que vem se esforçando para aprender. Ontem, elevou-se para 16 o número de ministros que pediram a cassação de Juruna com base no Artigo 35 da Constituição. O deputado xavante declarou, no entanto, que não tem medo de nada: "Quero que joguem o processo pra frente. Nasci para lutar, para falar, para morrer". (Página 5)

LÍDER: DESCULPA DEVE SER PÚBLICA

Juruna vai a Marchezan e diz que não quis ofender

BRASÍLIA — O Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) pediu ontem ao Líder do PDS, Deputado Nelson Marchezan, que transmitisse aos Ministros de Estado uma explicação a respeito do discurso em que afirmou que "todo o Ministro é ladrão": não pretendeu ofender a ninguém e qualquer mal-entendido deve ser atribuído à sua dificuldade com a língua portuguesa, que se esforça por aprender.

E levou-se para 16 o número de Ministros de Estado que pediram a cassação do mandato do Deputado Mário Juruna com base no Artigo 35 da Constituição. O Porta-Voz da Presidência da República, Carlos Atila, informou que todos os Ministros de Estado pedirão a punição de Juruna, numa demonstração de solidariedade ao Presidente João Figueiredo.

Na segunda-feira, a Mesa da Câmara, composta de sete membros, deverá reunir-se para apreciar o texto do discurso e deliberar sobre os pedidos dos Ministros. Antes disso, porém, os líderes Bocayuva Cunha, do PDT; Freitas Nobre, do PMDB; Aírton Soares, do PT, e Celso Peçanha, do PTB, reunir-se-ão com o Presidente Flávio Marçílio para apresentar o argumento oposicionista em defesa de Juruna: como índio, tendo o português como segunda língua, suas declarações merecem interpretação especial e não a conotação que teria na voz de um deputado branco.

Além da Oposição, manifestaram-se solidários com o Deputado Juruna o Conselho Missionário Indigenista (CIMI) e a Comissão Pró-Índio de São Paulo, que enviou telegrama ao Presidente da Câmara, Flávio Marçílio, afirmando que Juruna apenas denunciou "a grave situação dos índios pataxó, do Sul da Bahia". O Presidente do CIMI, Antônio Brand, afirmou que Juruna "expressou o sentimento das comunidades indígenas do Brasil".

Os insultos de Juruna

O CASO do Deputado Juruna pode ser visto de duas maneiras.

PODE-SE trabalhar com a premissa de que se trata de um irresponsável, que não sabe o que diz. Que devia ser tratado com aquele respeito supersticioso que na Idade Média era reservado aos loucos de aldeia, intocáveis mas não levados a sério.

A PARTIR dessa hipótese, chega-se com facilidade à conclusão de que o melhor seria esquecer o assunto, literalmente fingindo-se que nada aconteceu.

ESTA É a saída confortável, com o mérito inegável de evitar atritos entre Executivo e Legislativo.

DESCONFORTÁVEL, potencialmente perigosa mas infelizmente realista é a visão oposta. Nela se incluem os seguintes fatores: 1. Um Deputado federal não pode ser tido como irresponsável (se elegê-lo foi uma irresponsabilidade dos eleitores

é outra história) inclusive porque a simples aceitação dessa hipótese representa agrava ao Legislativo talvez maior do que a cassação de um mandato. 2. Um insulto, uma vez proferido e divulgado, ganha existência própria, que não desaparece com a desqualificação de quem o fez, e será injusto negar aos insultados os direitos que a Lei lhes dá.

TUDO ISTO posto, temos no episódio uma oportunidade para o exercício da negociação, tão universalmente exaltada nos últimos tempos. Ela será o caminho para desagravar os Ministros grosseiramente atingidos em sua honra, para punir o excesso cometido — e, finalmente, para limitar o ocorrido às suas devidas proporções.

AO MESMO tempo, que a lição aproveite àqueles que usam a ingenuidade — ou aparente ingenuidade — do Deputado-cacique para colocar lenha na fogueira da insensatez.



Nelson Marchezan recebe Juruna, mas se recusa a ser interlocutor

PSS-481, p. 69/398

DESCULPAS

Pela manhã, Juruna foi ao gabinete do Líder Marchezan, a quem afirmou:

— Juruna não quis ofender ninguém. Venho esforçando para aprender português, mas se tivesse falado em xavante, ninguém pensaria assim”.

Marchezan, entretanto, não aceitou ser o porta-voz do Deputado junto ao Ministério, explicando-lhe que “a ofensa agora é pública, já foi noticiada nos jornais, e os Ministros querem uma satisfação também pública pela ofensa que sofreram”.

Marchezan disse, entretanto, que o fato de os ministros se terem dirigido diretamente ao Parlamento, e não ao executivo, “é uma demonstração de apreço ao Legislativo, pois acreditam na capacidade de autodisciplina”.

O Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, reuniu-se com o Líder do PDT, Bocayuva Cunha, para discutir a conduta da oposição, decidindo que apresentarão ao Presidente Flávio Marçílio o argumento, já adotado pelo próprio Juruna: a dificuldade linguística deve dar margem a uma maior flexibilidade na interpretação do discurso.

MINISTROS

Até o fim da tarde de ontem, apenas os Ministros Murilo Macedo, do Trabalho; Waldyr Arcoverde, da Saúde, que está no exterior; Ernane Galveas, da Fazenda, que também está em Nova York; Esther Figueiredo Ferraz, da Educação, e Hélio Beltrão, da Previdência Social e Desburocratização, não haviam feito chegar seus ofícios à Mesa da Câmara. O Ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, tomou conhecimento do assunto em Nova York, e determinou que o Embaixador Baena Soares expedisse ofício em seu nome. Amaury Stabile, da Agricultura, qualificou o discurso de “virulento”.

Segundo um alto dirigente do PDS, o Ministro do Exército, Walter Pires, foi o primeiro a tomar a iniciativa, pois telefonou antes ao Presidente da Câmara para tratar do assunto. O mesmo dirigente disse que o Ministério não se satisfará se a Mesa não aplicar uma sanção a Mário Juruna, prevendo que uma punição deverá ser adotada: a cassação, recurso extremo que a Câmara não admitiria como precedente, ou ainda a censura ou a suspensão do mandato parlamentar por tempo determinado.

Alguns membros da Mesa Diretora estão fora de Brasília, como o 4.º Secretário Francisco Studart e o 3.º Secretário Fernando Lyra, mas na segunda-feira deverão estar presentes, juntamente com o Presidente Flávio Marçílio. Acredita-se que a Mesa não deliberará sem a participação de todos os seus sete membros, dada a gravidade da decisão.

Tancredo minimiza o fato. Brizola pede compreensão

BELO HORIZONTE - O Governador Tancredo Neves disse ontem, em entrevista, que está sendo atribuída uma importância exagerada ao discurso pronunciado pelo Deputado Mário Juruna na Câmara.

— Ele não dá nenhuma significação às palavras que pronuncia. O seu vocabulário é muito restrito, muito pobre, muito curto, em decorrência das mesmas deficiências de sua aculturação — disse Tancredo.

No Rio, o Governador Leonel Brizola disse que espera que a Mesa da Câmara “aprecie com generosidade” o pedido de providências dos Ministros de Estado contra o Deputado Mário Juruna.

LEITÃO

O Senador Carlos Alberto (PDS-RN), que deixou de pronunciar um discurso acusando o Ministro da Casa Civil, Leitão de Abreu, de responsável pela crise política do PDS, afirmou que o pedido de providências do Ministério “foi mais um erro do Ministro Leitão”, acrescentando que o próprio Líder Marchezan “tudo fez para evitar essa atitude que só servirá para transformar Juruna em herói”.

A posição oficial da Funai em relação a Juruna é de que ele, pelo Estatuto do Índio, é tutelado do Estado, já que nunca pediu sua emancipação em juízo. Com isso, a Funai tem obrigação de assisti-lo. Outras correntes dentro da Funai, entretanto, defendem o fim da tutela a Juruna, a partir do momento em que passou a exercer o mandato parlamentar.

— Lamento — disse — que essas providências tenham sido solicitadas. E preciso que haja compreensão com o Deputado Juruna, que tem uma situação excepcional na Câmara. Em primeiro lugar, ele é índio, cujo pensamento só pode se expressar com clareza em seu próprio idioma. Depois, Juruna tem feito um grande esforço para se expressar em português.

Em Fortaleza, o Presidente da Câmara, Deputado Flávio Marçílio, disse que tem procurado conter a linguagem usada na Câmara e já mandou retirar dos anais um discurso pronunciado pelo Deputado Mário Juruna.

Brizola adia encontro com Ulysses para terça-feira

BRASILIA — O Governador do Estado do Rio, Leonel Brizola, cancelou ontem o encontro que teria com o comando nacional do PMDB por causa da recomendação do protocolo de receber o Presidente Figueiredo, na Base Aérea do Rio. O encontro foi adiado para a próxima terça-feira, em Brasília.

O Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, disse que entendeu o cancelamento do encontro e, ao mesmo tempo, reafirmou sua disposição de avistar-se com Brizola, no local e data que este desejar. Segundo Ulysses, o encontro será importante não só para que o PDT tome conhecimento oficial da proposta alternativa do PMDB para a crise econômica como também para que se consolide a unidade das oposições, “tão vital nesta hora grave por que passa o País”.



JOHNSON & JOHNSON PATROCINA O CURSO PROBLEMAS DA CRIANÇA

O Curso Problemas da Criança, tradicional promoção da GLOBO, terá o patrocínio da Johnson & Johnson — Produtos para crianças — Departamento de Serviços a Consumidores. Na assinatura do acordo aparecem, do esquerdo para a direita: Milton Lisanti, Gerente Comercial da Sucursal de São Paulo da GLOBO; Léa Passos, Gerente do Departamento de Servi-

ços a Consumidores da Johnson & Johnson; Gilberto S. Pillegi, Gerente de Grupo de Produtos da Johnson & Johnson; e Reinaldo Ramirez, contato da GLOBO. O curso, que se destina a pais e educadores, começará no dia 11. As aulas serão às terças e quintas-feiras, no auditório da GLOBO, havendo uma taxa simbólica de inscrição de mil cruzeiros.

Bocaiúva lembra episódio de 68

RIO — O líder do PDT na Câmara Federal, deputado Bocaiúva Cunha, admitiu ontem que "o episódio Juruna parece tentar repetir o de Márcio Moreira Alves, em 1968, quando o Congresso foi fechado e saiu editado o AI-5. Mas, desta vez, isso não se repetirá porque não há apoio político para qualquer tipo de golpe, nem dentro nem fora do País. O que nós todos precisamos é de ajudar o Brasil a sair da crise".

Bocaiúva, que esteve reunido com o governador Leonel Brizola, no Palácio Guanabara, negou a convocação extraordinária da bancada federal para discutir o caso do parlamentar índio. "O partido só poderá tomar alguma decisão depois que a Mesa da Câmara se tiver reunido e comunicar qual a sua deliberação a respeito do assunto", explicou ele, acrescentando:

"Fui convidado para ir amanhã (hoje) a Brasília, o que é fora do meu habitual, para jantar com o presidente da Câmara, deputado Flávio Márcilio, que quer trocar impressões comigo a respeito do problema. E segunda-feira a Mesa se reúne, em caráter extraordinário, para examinar o pedido de enquadramento do nosso deputado no artigo 35 da Constituição Federal, que prevê ad-

vertência, suspensão e cassação de mandato."

Em sua análise da situação, o líder pedetista acha que "se tenta utilizar a ingenuidade política do Juruna para desviar a atenção da opinião pública de questões realmente graves como a fome".

Segundo Bocaiúva, "todo esse caso reflete um problema semântico. O Juruna sempre declarou, por exemplo, que o branco chegou ao Brasil e aqui já encontrou o índio, dono das terras. Ai o branco roubou as terras do índio, e por isso todo homem branco é ladrão. Ora, esse é o raciocínio intrínseco de sua raça, tão explorada e destruída pelos brancos, que somos nós".

Diante dessa realidade é que o líder do PDT não acredita que a Mesa decida pela cassação, e finaliza: "Nós, do Congresso, que convivemos permanentemente com o Juruna, sabemos da sua linguagem habitual, e da honestidade de suas intenções. Ele nunca quis prejudicar ninguém, muito ao contrário, sempre se esforçou na defesa de idéias quase puras, na prática de um discurso repleto de expressões ingênuas. E, por isso mesmo, aparentemente agressivas. Não se pode esquecer que a sua presença como índio no Parlamento ressalta o Brasil na história dos povos."

Defesa poderá ser feita por Brossard

PORTO ALEGRE — O ex-senador Paulo Brossard (PMDB-RS) disse ontem em entrevista coletiva ter sido "sondado" pelo PDT para fazer a defesa do deputado Márcio Juruna e que aceitará com satisfação este trabalho, mas que espera um convite oficial da agremiação. O jurista gaúcho não quis adiantar as bases em que fará a defesa, explicando que aguarda algumas peças do caso, como o discurso do deputado Juruna, que conhece "apenas pela imprensa". Brossard, no entanto, revelou que a decisão da Mesa da Câmara será irreversível e disse estranhar que o pedido de cassação apareça "exatamente no momento em que o secretário do Tesouro norte-americano, Donald Regan, investe contra o Congresso brasileiro".

"É uma coincidência curiosa, observou o ex-senador, que pode ser somada ao episódio do relatório Saraiva, ao caso das polonetas e à declaração de Jacques de Larosière, diretor do FMI, de que o Brasil pode desaparecer no ralo. Creio que a solicitação da cassação do deputado Juruna está servindo

de pretexto para desviar a atenção da opinião pública destes problemas".

No seu entender, a falta de investigação de casos de corrupção envolvendo autoridades federais termina por gerar "uma complacência da qual resulta a opinião de que os homens públicos são desonestos."

Caso aceite fazer a defesa de Juruna, este será o primeiro trabalho jurídico de Brossard para o PDT dentro do convite já feito pelo governador Leonel Brizola para que ele auxilie o partido em diversas questões. A partir de ontem, o ex-senador passou a acompanhar detalhadamente o assunto.

Por sua vez, o presidente nacional do PDT, Doutel de Andrade, disse ontem que a Câmara Federal saberá analisar "em alto nível" a questão da cassação de Juruna, "de forma a não violentar a sua soberania". Segundo o dirigente, "Juruna, por sua etnia, é uma figura singular no Parlamento. Não é um deputado qualquer e representa o resgate de uma população de cinco milhões de pessoas".

FOLHA DE SÃO PAULO

21/10/83

Flávio Rangel

Caciques

Acho que o governo devia convidar o Juruna para renegociar a nossa dívida externa.

Foi nisso que pensei assim que terminei o meu DDD — duplo devaneio diário — que faço a conselho psiquiátrico antes de abrir os jornais e enfrentar a nudez crua da verdade sem o manto diáfano da fantasia. Na primeira parte do DDD, deixei meu pensamento vagar em direção a Paulo Autran — e fiz uma silenciosa prece para que tudo lhe corresse bem no instante em que recebia cinco pontes safenas. (Ali mesmo na esquina, num hospital de São Paulo, com médicos brasileiros vivendo ao Sul de Cleveland). Há quem diga que Paulo pode ter sido vítima do excesso de fumo — ele destroça três maços por dia — mas sei que pode ter sido um excesso de emoção.

Nos últimos trinta anos, Paulo tem espalhado seu excepcional talento e seu invulgar brilho pelos palcos do País e do exterior: é dono da mais significativa carreira entre seus contemporâneos, e provavelmente é o mais importante ator da história de todo o teatro brasileiro. Além disso, é um perfeito cavalheiro, um homem de atitudes elegantes e corajosas, de absoluta correção e de nobreza de alma. A cirurgia deve ter sido no coração do coração —, o lugar onde Hamlet tinha Horácio. Foi bom saber que tudo correu muito bem — Paulo é forte como um touro — e que ele já estará pronto de novo a apresentar sua lucidez e sua renovada emoção por mais trinta anos, antes assim.

Na segunda parte do DDD, já que a lembrança de Paulo me levou ao teatro, refleti com tristeza sobre a fratura exposta revelada pela classe teatral, que está dividida, por questões de forma, num assunto em que noventa e nove por cento dela está de acordo: o fato de que o secretário de Cultura é desatento aos problemas da categoria, principalmente por não ser do ramo. E que, se for substituído, talvez seja melhor para todo mundo — inclusive para ele mesmo. Mas há uma triste confusão e baralhamento na história — “um caravancarai”, como diz Millôr Fernandes na sua bela tradução de “Rei Lear”. Caravancarai. Caravancarai é bonito. Não tinha sido, até agora, apresentado a tal palavra. Dou-a de presente, já que é domingo, a todos os leitores.

Depois de tão longo DDD — que na verdade já me ocupou dois terços da coluna, fui à luta, abri a sinópsese dos jornais que minha eficiente secretária Francelina prepara e dei uma espiada em como é que estão as coisas.

Agora estou apalpando os jornais com a fimbria dos dedos, para senti-los, algo à distância, primeiramente pelo tato, depois uso o sentido olfativo e dou uma inspirada. Isso porque, depois da rejeição do decreto sobre os salários, senti no ar um cheirinho de AI-5. Tal aroma — ou odor, que me parece mais apropriado ao caso — aumentou um tantinho assim que li a declaração das marchadeiras de 64, reclamando que foram à rua para lutar contra a corrupção, naquela época, e que agora a coisa está pior ainda. E senti um cheiro ainda mais forte ao saber que os ministros — especialmente os militares — querem a cassação do mandato do deputado-cacique Juruna, porque ele, na sua candura, disse “que todo ministro é ladrão”.

É dose. Nem vou comentar o assunto, que não sou besta. Mas me lembrei que o governo talvez pudesse utilizar o Juruna para resolver dois problemas: esse, o da cassação, e o da dívida externa. Juruna, como se sabe, opera com um gravador. Ia a Brasília e entrevistava as autoridades desse modo porque, segundo ele, “branco mente muito”. Acho que se for enviado a New York e a Paris, gravador em punho, dizento tudo que lhe passa à cabeça, é possível que o FMI e todos os bancos cortem relações conosco. E sendo assim, não precisaremos pagar mais nada, porque, enfim, eles é que brigaram.

E, além de tudo, essa nossa política econômica sendo, como é, uma verdadeira selva, nada como um cacique para dar uma flechada no assunto.

EST. SPARKS 19/10/83

Arquivo

Octávio Rezende diz que aviso de ministro é coisa séria e pede punição de Juruna

Andreazza nega ter pedido processo

Do correspondente
e da sucursal

O ministro do Interior, Mário Andreazza, negou ontem em São Luís que tenha autorizado qualquer processo contra o deputado Mário Juruna (PDT-RJ), por ofensas aos ministros de Estado, argumentando que o problema não envolve o seu Ministério e nem mesmo a Funai, enquanto no Rio o ministro Cloraldino Severo, dos Transportes, admitia a possibilidade de retiar o pedido de punição, caso o parlamentar se retrate das acusações feitas durante discurso na Câmara dos Deputados.

Cloraldino Severo afirmou que vai aguardar os acontecimentos e que não pode fazer julgamentos sobre as intenções de Mário Juruna. "O fato é que um deputado, perante todo o Brasil, disse que os ministros são corruptos. E o que cabe fazer quando dizem que você é corrupto? Como é que você chega a sua casa, enfrenta

seus filhos e amigos? Se alguém faz uma acusação e ela é pública, cabe à pessoa se retratar satisfatoriamente ou então a Justiça definirá se ela está ou não certa no que declarou", enfatizou o ministro dos Transportes.

Para o ministro, "é preciso que se acabe, no Brasil, com a irresponsabilidade das acusações sem provas", já que "isso cria nos brasileiros uma impressão de corrupção generalizada, de mar de lama. Nós estamos cansados de ver, ao longo da História desse país, homens acusados de corrupção passando por sérias dificuldades econômicas para se manterem, no futuro".

Cloraldino afirmou, finalmente, que o problema não o está preocupando, e que não tem mantido contato com outros ministros sobre o assunto, "pois acho que o que cabia fazer, foi feito: esperamos que o Congresso Nacional, dentro das responsabilidades que tem, tome as providências necessárias ao caso. Depois,

em função dessa decisão, nós sabemos que caminhos seguir".

Já o ministro da Desburocratização, Hélio Beltrão, mostrou-se solidário com os demais ministros. Disse que enviou, de Parnaíba, no Piauí, um telex neste sentido, colocando-se a favor do pedido de cassação.

TANCREDO

O governador de Minas Gerais, Tancredo Neves (PMDB), não tem a mesma opinião dos ministros, preferindo achar que "estão dando muita importância ao que ele disse. É preciso levar em consideração que o vocabulário do deputado, em português, é muito pequeno, e o valor de suas palavras não tem o mesmo sentido para nós. Não sei se a Câmara vai cassá-lo ou não — não posso fazer previsões —, mas é preciso considerar esse aspecto. Nós temos um quadro de referência e Juruna tem outro".

Marcílio diz que não aceita pressão

Da sucursal de
BRASILIA

"A Câmara examinará o caso com a seriedade e a atenção que os ministros merecem, mas não agirá sob pressão." A afirmação foi feita pelo presidente da Câmara, Flávio Marcílio, falando pelo telefone de Fortaleza, onde se encontra. Experientes parlamentares prevêem que a Mesa da Câmara deverá censurar, em sua reunião de segunda-feira, o deputado Mário Juruna (PDT-RJ), por haver feito discurso considerado ofensivo pelos ministros de Estado e pelo presidente da República, no dia 26.

Até mesmo os representantes da oposição Walber Guimarães (PMDB-PR), Fernando Lyra (PMDB-PE), Francisco Studart (PTB-RJ) e Amaury Muller (PDT-RS) deverão concordar com uma sanção, a fim de evitar o confronto com o Poder Executivo.

Eles viram, com otimismo, parte das declarações do porta-voz da Presidência da República, Carlos Ávila, qualificando o discurso de Juruna

como atentatório ao decoro parlamentar. "Ele qualificou o delito" — comentou um parlamentar, lembrando que contra a falta de decoro há várias reações. Do acionamento da campanha à cassação de palavra do deputado, da suspensão da sessão à censura pública, tudo pode ser feito pelo presidente da sessão. Somente a suspensão do mandato ou sua cassação dependem do plenário e este muito dificilmente concordará com medidas extremas.

Falando ontem ao telefone em Fortaleza, o presidente da Câmara, Flávio Marcílio, a princípio não quis comentar o assunto: "Não posso dar opinião. Trata-se de um colega". Terminou observando: "Juruna se excedeu. Tanto que, antes de qualquer solicitação, eu já proibira a publicação do discurso, conforme o Regimento determina. O que se deve ter em vista é que ele precisa de quem lhe chame a atenção. Por isso tenho tido uma paciência enorme com ele".

O presidente da Câmara ressalvou, porém, que não se pode perder

de vista que ele é índio aculturado, relativamente incapaz, pelo Código Civil. "Só pôde ser candidato porque não houve impugnação de sua candidatura. Tem de ser analisado pelo que significa. A Mesa vai examinar o caso como merecem os ministros, lembrando-se de que ele não tem a mesma noção do dever que nós temos. É relativamente incapaz, segundo o Código Civil", repetiu.

"Não tenho voto definido. Estou ouvindo o maior número de opiniões de colegas. O grande objetivo nosso deve ser decisão unânime da Mesa", ponderou o 1º vice-presidente, Paulino Cícero (PDS-MG).

"O Juruna é um deputado especial, que não conhece a língua portuguesa, e os ministros, por sua vez, não podem ser desrespeitados", observou o 2º vice-presidente, Walber Guimarães (PMDB-PR).

"Não vou antecipar meu voto, vou estudá-lo", argumentou, de Recife, o 1º secretário Fernando Lyra (PMDB-PE).

"A punição vai ser a mais suave, a da censura", previu o 2º secretário, Ary Kifuri (PDS-PR).

Exército deseja a cassação de

O porta-voz Otávio Resende afirma que "a perda do mandato é o que se espera

12/10/83

Fotos: Banco de Dario

BRASÍLIA — "A perda do mandato é o que se espera contra quem caluniou" — disse ontem o porta-voz do Exército, general Otávio Luís Resende, ao revelar trechos do ofício que o ministro Válder Pires encaminhou à presidência da Câmara Federal, solicitando a punição do deputado Mário Juruna (PDT-RJ), por seu discurso de críticas aos ministros de Estado.

No ofício — cujo teor completo não foi divulgado —, o general Pires manifesta seu repúdio — "a essa agressão gratuita, insólita e criminosa" de Juruna, pedindo que a Mesa da Câmara tome "as providências legais que se fazem necessárias, em nome da harmonia e do respeito que devem existir entre os poderes da República".

Segundo revelou o porta-voz do Exército, no documento o ministro não faz qualquer referência ao Artigo 35 da Constituição, que prevê a pena de cassação do mandato. E explicou: "Quem faz um aviso tão sério como esse — disse referindo-se ao ofício — espera a mais séria medida, que, no caso, seria a perda do mandato. Isso está implícito."

Ainda de acordo com o general Resende, os ministros não procuraram encaminhar a questão pela via do judiciário, como tem ocorrido até aqui, por um motivo simples: "Foi uma de-

PSS. 481, p. 74/398

conhecimento do pronunciamento. Na sua opinião, Juruna está investido na figura de congressista, e portanto "tem que respeitar as regras do jogo". "Ele não é mais um incapaz, pois afinal de contas foi eleito pelo Rio de Janeiro, aliás um Estado que não tem índios" — disse, para salientar que cabe ao Congresso definir as medidas a serem tomadas.

"Eles que decidam" — acrescentou.

Deputados oposicionistas dizem que governo ameaça o Congresso

BRASÍLIA — As declarações dos porta-vozes do Palácio do Planalto, Carlos Átila, e do Ministério do Exército, general Otávio Resende, salientando o interesse na cassação do mandato do deputado Mário Juruna, foram consideradas por parlamentares oposicionistas como parte do "contexto de intimidação geral contra o Congresso, com vistas à aprovação do decreto-lei 2.045", segundo as palavras do 1º vice-presidente do PMDB, Teotônio Vilela. No PDS, a cassação foi considerada extremamente improvável pelo senador Marco Antonio Maciel.

Teotônio criticou não só essas manifestações oficiais, como também o próprio comportamento da oposição, que, no seu entendimento, deveria estar mais articulada e ser mais enérgica na reação "a essas pressões que estão surgindo de todos os lados". A crítica de Teotônio coincidiu com a ausência, em Brasília, ontem, de todos os líderes das bancadas oposicionistas, apesar dos desdobramentos do caso Juruna.

O secretário-geral do PMDB, Francisco Pinto, declarou: "Não é das atribuições do Ministério do Exército definir o que seja harmonia entre os poderes. O que está provocando desarmonia são declarações como as do porta-voz Carlos Átila ou do ministro Delfim Neto, quando afirma que há muito vagabundo falando em nome do operariado."

"É claro — prosseguiu Francisco Pinto — que nem todos os ministros são desonestos, mas na verdade o deputado Juruna nada mais fez que reproduzir acusações de que alguns ministros são corruptos."

Segundo o secretário-geral do PMDB, essas declarações "visam a influenciar o estado de espírito dos parlamentares menos resistentes, a

exemplo do que tem ocorrido em outras ocasiões."

Para o vice-líder do PDT, Brandão Monteiro, "o governo federal está tentando criar uma crise artificial com o chamado caso Juruna e o que se pretende na verdade é encurralar o Congresso Nacional nas proximidades da votação do decreto-lei 2.045."

No PDS

As declarações do porta-voz do ministro Válder Pires foram recebidas com naturalidade pelo líder do governo no Senado, Aloísio Chaves. "No caso, a exigência que se pode fazer é quanto a uma apuração dos fatos, competindo à Câmara dos Deputados tomar as providências necessárias. É assim que eu entendo essa manifestação em nome do ministro Válder Pires", disse Aloísio.

O líder, no entanto, considera muito graves as afirmações do deputado Mário Juruna. "Ele envolveu a todos na mesma acusação. Qualificou os ministros de ladrões e de outras coisas mais. O que pode ser mais grave do que isso?" — indagou.

Para Aloísio, a decisão da Câmara sobre o caso "será uma decisão política. A Câmara terá que fazer uma avaliação desse episódio". Ele acha necessário coibir certos abusos e prega maior autocontrole dos parlamentares.

Também o senador Marco Antônio Maciel abordou o assunto ontem e prognosticou: "A cassação do mandato do deputado Juruna é extremamente improvável." Ele descartou a hipótese de que o governo esteja pretendendo reviver o clima que marcou, em 1968, a cassação do deputado Márcio Moreira Alves e observou que o estágio político atual é totalmente diferente do daquela época.

Exército deseja a cassação de Juruna

Otávio Resende afirma que "a perda do mandato é o que se espera contra quem caluniou"



Esboçou o discurso de Juruna de "agressão criminosa"

BRASÍLIA — "A perda do mandato é o que se espera contra quem caluniou" — disse ontem o porta-voz do Exército, general Otávio Resende, ao revelar trechos do ofício que o ministro Válder Pires encaminhou à presidência da Câmara Federal, solicitando a punição do deputado Mário Juruna (PDT-RJ), por seu discurso de críticas aos ministros de Estado.

No ofício — cujo teor completo não foi divulgado —, o general Pires manifesta seu repúdio — "a essa agressão gratuita, insólita e criminosa" de Juruna, pedindo que a Mesa da Câmara tome "as providências legais que se fazem necessárias, em nome da harmonia e do respeito que devem existir entre os poderes da República".

Segundo revelou o porta-voz do Exército, no documento o ministro não faz qualquer referência ao Artigo 35 da Constituição, que prevê a pena de cassação do mandato. E explicou: "Quem faz um aviso tão sério como esse — disse referindo-se ao ofício — espera a mais séria medida, que, no caso, seria a perda do mandato. Isso está implícito."

Ainda de acordo com o general Resende, os ministros não procuraram encaminhar a questão pela via do judiciário, como tem ocorrido até aqui, por um motivo simples: "Foi uma de-

monstração de consideração ao Poder Legislativo" — frisou.

O general Resende disse, por último, que estão levando longe demais um assunto que deveria estar sendo tratado apenas no Congresso. Mas recusou um tratamento mais condescendente ao deputado-cacique: "Não estamos tratando de um índio, mas de um deputado federal, até porque no Brasil não há distinção entre índios, brancos e negros, pois são todos brasileiros".

Valdir envia ofício

Também o ministro-chefe do Emfa, brigadeiro Valdir de Vasconcelos, encaminhou ontem ofício à Câmara pedindo a punição de Juruna por causa do discurso, "com expressões altamente ofensivas às autoridades constituídas e, indistintamente, a todos os ministros de Estado".

O brigadeiro disse aos jornalistas que ficou "muito indignado" ao tomar conhecimento do pronunciamento. Na sua opinião, Juruna está investido na figura de congressista, e portanto "tem que respeitar as regras do jogo". "Ele não é mais um incapaz, pois afinal de contas foi eleito pelo Rio de Janeiro, aliás um Estado que não tem índios" — disse, para salientar que cabe ao Congresso definir as medidas a serem tomadas.

"Eles que decidam" — acrescentou.

Deputados oposicionistas dizem que governo ameaça o Congresso

BRASÍLIA — As declarações dos porta-vozes do Palácio do Planalto, Carlos Atila, e do Ministério do Exército, general Otávio Resende, salientando o interesse na cassação do mandato do deputado Mário Juruna, foram consideradas por parlamentares oposicionistas como parte do "contexto de intimidação geral contra o Congresso, com vistas à aprovação do decreto-lei 2.045", segundo as palavras do 1º vice-presidente do PMDB, Teotônio Vilela. No PDS, a cassação foi considerada extremamente improvável pelo senador Marco Antonio Maciel.

Teotônio criticou não só essas manifestações oficiais, como também o próprio comportamento da oposição, que, no seu entendimento, deveria estar mais articulada e ser mais enérgica na reação "a essas pressões que estão surgindo de todos os lados". A crítica de Teotônio coincidiu com a ausência, em Brasília, ontem, de todos os líderes das bancadas oposicionistas, apesar dos desdobramentos do caso Juruna.

O secretário-geral do PMDB, Francisco Pinto, declarou: "Não é das atribuições do Ministério do Exército definir o que seja harmonia entre os poderes. O que está provocando desarmonia são declarações como as do porta-voz Carlos Atila ou do ministro Delfim Neto, quando afirma que há muito vagabundo falando em nome do operariado."

"É claro — prosseguiu Francisco Pinto — que nem todos os ministros são desonestos, mas na verdade o deputado Juruna nada mais fez que reproduzir acusações de que alguns ministros são corruptos."

Segundo o secretário-geral do PMDB, essas declarações "visam a influenciar o estado de espírito dos parlamentares menos resistentes a

exemplo do que tem ocorrido em outras ocasiões."

Para o vice-líder do PDT, Brandão Monteiro, "o governo federal está tentando criar uma crise artificial com o chamado caso Juruna e o que se pretende na verdade é encurralar o Congresso Nacional nas proximidades da votação do decreto-lei 2.045."

No PDS

As declarações do porta-voz do ministro Válder Pires foram recebidas com naturalidade pelo líder do governo no Senado, Aloísio Chaves. "No caso, a exigência que se pode fazer é quanto a uma apuração dos fatos, competindo à Câmara dos Deputados tomar as providências necessárias. É assim que eu entendo essa manifestação em nome do ministro Válder Pires", disse Aloísio.

O líder, no entanto, considera muito graves as afirmações do deputado Mário Juruna. "Ele envolveu a todos na mesma acusação. Qualificou os ministros de ladrões e de outras coisas mais. O que pode ser mais grave do que isso?" — indagou.

Para Aloísio, a decisão da Câmara sobre o caso "será uma decisão política. A Câmara terá que fazer uma avaliação desse episódio". Ele acha necessário coibir certos abusos e prega maior autocontrole dos parlamentares.

Também o senador Marco Antônio Maciel abordou o assunto ontem e prognosticou: "A cassação do mandato do deputado Juruna é extremamente improvável." Ele descartou a hipótese de que o governo esteja pretendendo reviver o clima que marcou, em 1968, a cassação do deputado Márcio Moreira Alves e observou que o estágio político atual é totalmente diferente do daquela época.

Bocaiúva lembra episódio de 68

RIO — O líder do PDT na Câmara Federal, deputado Bocaiúva Cunha, admitiu ontem que "o episódio Juruna parece tentar repetir o de Márcio Moreira Alves, em 1968, quando o Congresso foi fechado e saiu editado o AI-5. Mas, desta vez, isso não se repetirá porque não há apoio político para qualquer tipo de golpe, nem dentro nem fora do País. O que nós todos precisamos é de ajudar o Brasil a sair da crise".

Bocaiúva, que esteve reunido com o governador Leonel Brizola, no Palácio Guanabara, negou a convocação extraordinária da bancada federal para discutir o caso do parlamentar indio. "O partido só poderá tomar alguma decisão depois que a Mesa da Câmara se tiver reunido e comunicar qual a sua deliberação a respeito do assunto", explicou ele, acrescentando:

"Fui convidado para ir amanhã (hoje) a Brasília, o que é fora do meu habitual, para jantar com o presidente da Câmara, deputado Flávio Marcílio, que quer trocar impressões comigo a respeito do problema. E segunda-feira a Mesa se reúne, em caráter extraordinário, para examinar o pedido de enquadramento do nosso deputado no artigo 35 da Constituição Federal, que prevê ad-

vertência, suspensão e cassação de mandato."

Em sua análise da situação, o líder pedetista acha que "se tenta utilizar a ingenuidade política do Juruna para desviar a atenção da opinião pública de questões realmente graves como a fome".

Segundo Bocaiúva, "todo esse caso reflete um problema semântico. O Juruna sempre declarou, por exemplo, que o branco chegou ao Brasil e aqui já encontrou o índio, dono das terras. Aí o branco roubou as terras do índio, e por isso todo homem branco é ladrão. Ora, esse é o raciocínio intrínseco de sua raça, tão explorada e destruída pelos brancos, que somos nós".

Diante dessa realidade é que o líder do PDT não acredita que a Mesa decida pela cassação, e finaliza: "Nós, do Congresso, que convivemos permanentemente com o Juruna, sabemos da sua linguagem habitual, e da honestidade de suas intenções. Ele nunca quis prejudicar ninguém, muito ao contrário, sempre se esforçou na defesa de idéias quase puras, na prática de um discurso repleto de expressões ingênuas. E, por isso mesmo, aparentemente agressivas. Não se pode esquecer que a sua presença como índio no Parlamento ressalta o Brasil na história dos povos."

Defesa poderá ser feita por Brossard

PORTO ALEGRE — O ex-senador Paulo Brossard (PMDB-RS) disse ontem em entrevista coletiva ter sido "sondado" pelo PDT para fazer a defesa do deputado Mário Juruna e que aceitará com satisfação este trabalho, mas que espera um convite oficial da agremiação. O jurista gaúcho não quis adiantar as bases em que fará a defesa, explicando que aguarda algumas peças do caso, como o discurso do deputado Juruna, que conhece "apenas pela imprensa". Brossard, no entanto, revelou que a decisão da Mesa da Câmara será irrecorrível e disse estranhar que o pedido de cassação apareça "exatamente no momento em que o secretário do Tesouro norte-americano, Donald Regan, investe contra o Congresso brasileiro".

"É uma coincidência curiosa, observou o ex-senador, que pode ser somada ao episódio do relatório Saraiva, ao caso das polonetas e à declaração de Jacques de Larosière, diretor do FMI, de que o Brasil pode desaparecer no ralo. Creio que a solicitação da cassação do deputado Juruna está servindo

de pretexto para desviar a atenção da opinião pública destes problemas".

No seu entender, a falta de investigação de casos de corrupção envolvendo autoridades federais termina por gerar "uma complacência da qual resulta a opinião de que os homens públicos são desonestos".

Caso aceite fazer a defesa de Juruna, este será o primeiro trabalho jurídico de Brossard para o PDT dentro do convite já feito pelo governador Leonel Brizola para que ele auxilie o partido em diversas questões. A partir de ontem, o ex-senador passou a acompanhar detalhadamente o assunto.

Por sua vez, o presidente nacional do PDT, Doutel de Andrade, disse ontem que a Câmara Federal saberá analisar "em alto nível" a questão da cassação de Juruna, "de forma a não violentar a sua soberania". Segundo o dirigente, "Juruna, por sua etnia, é uma figura singular no Parlamento. Não é um deputado qualquer e representa o resgate de uma população de cinco milhões de pessoas".

Para ele, o romance é como o "vômito do inconsciente, um enredo de sonho"

Darcy Ribeiro, a utopia do intelectual indignado

HELOISA BUARQUE
DE HOLANDA,

especial para o "Folha"

Neste exato momento ele não está lançando livro nenhum. Mas, por outro lado, lança uma média de 350 idéias por minuto na categoria de secretário extraordinário de Ciência e Cultura. Considero, portanto, para nós, literatos, conveniente investigar o que pensa e como se situa, em termos de literatura, Darcy Ribeiro, que além de antropólogo e homem público é também um escritor best seller. "Maira", "O mulo" e "Utopia selvagem", romances esgotados, reeditados, traduzidos, amados e contestados, refletem uma opção clara de linguagem e de visão de mundo que se alinha na tradição de construção de uma literatura que procura expressar e interpretar nossa "brasilidade" ou, como prefere (e se empenha) seu autor, que procura realizar "um espelho para o brasileiro se ver".

"Folha" — Uma ocasião me lembro de ter observado que seu pulo da produção teórica para a literária havia se dado sem "rito de passagem". Como você descreveria as diferenças entre seu trabalho como romancista e como teórico?

Darcy Ribeiro — Para começar quero dizer que não sei como um livro se constrói dentro de mim. Sei, entretanto, como um ensaio de antropologia se constrói. O romance é como uma espécie de vômito do inconsciente, sai meio feito, como um enredo de sonho. O romance é construído numa área que você não controla e, na medida em que você queira controlar, ele deixa de sair. São sedimentos de pensamento que vão se acumulando até que, num determinado momento, eu sinto que posso parar e aí começa um trabalho tremendo porque para mim é muito difícil escrever, não só porque tenho uma preocupação grande com a forma mas também porque a forma me ofende. Há também o que eu chamo de "emsembler", juntar as peças, montar, que é outro trabalho difícil e lento. Aliás, um livro nunca se completa (o científico também não), chega um ponto em que você não aguenta mais e você larga. Outra coisa: literatura se faz a partir de uma dupla inocência. Primeiro, no sentido de que sai do fundo do inconsciente e de modo incontrolável, ao contrário da ciência. Segundo, porque é lida com inocência. O drama indígena que há em "Maira" parece entrar dentro do leitor de uma forma que nunca entraria se fosse uma discussão científica ou política. Mas não sei se tenho razão em falar de inocência quando parece que tudo isso é tão anti-inocência...

— O que me parece interessante nos seus romances é uma visão profundamente poética mas que não abandona o ponto de vista do antropólogo, ou seja, um olho que se identifica com o olho do outro. Fale um pouco disso.

Em "Maira" eu entro no corpo do índio e olho o mundo com os olhos do índio. Tento carnalizar a dor de ser índio, mas

é também um livro de gozo, da gente que não herdou a brutalidade, a bossalidade judaica-cristã, coisa que eu nunca poderia ter expressado como antropólogo. Já no "Mulo", entro no couro do meu povo, a classe dominante rústica brasileira, a classe mais bruta do mundo. Enquanto "Maira" é um livro solar, "O mulo" é um livro lunar, soturno... Por sua vez, a "Utopia selvagem" é um trabalho com os mitos elementares procurando expressar o nosso modo de ser brasileiro. Antropofagia e canibalismo, guerra e militarismo, componentes míticos e componentes factuais, atravessam o livro na busca de uma identidade étnica ou seja, atrás da pergunta "quem somos nós?"

"Gilberto Freyre é um reacionário, mas seu livro é importantíssimo"

— Como você vê a adequação do movimento antropofágico de 28 no Brasil de hoje, evidentemente muito mudado...

A Antropofagia do Oswald de Andrade era a expressão de um momento da literatura mundial e Oswald teve um talento formidável de devorar aquilo e dar uma linguagem para isso. Mas na realidade a antropofagia de Oswald é apenas uma promessa, de um vigor incrível, mas que nunca se completou como ato. Quem completa o ato é Mário de Andrade com "Macunaíma", um livro definitivo, feito de erudição, um dos textos mais belos e mais dignos que o Brasil já teve. Foi um movimento de encontro conosco mesmo, um movimento contra o endeuamento do gramaticismo, do retoricismo, do Helenismo, do francesismo de Bilac, do mundo gramatical de Rui Barbosa. A antropofagia é sempre importante porque expressa, dentro do Brasil, uma assunção do Brasil.

— Como se configura, na literatura brasileira, a brasilidade?

É uma consciência que se vai construindo, que ainda hoje está se construindo. No plano literário veja, por exemplo, Gonçalves Dias. Ele fez obra como etnólogo, mas a sua postura é uma postura de índio de papel, o índio que ele amava era o índio de Chateaubriand, um índio belo. Suas poesias são belas como poesias indígenas mas nunca brigou a favor dos índios, mas de qualquer forma é uma aproximação. Alencar também. Machado dá uma certa imagem de povo e de escravidão, mas certamente ajudou a gente a ser brasileiro. É quando você lê os nordestinos que vem um vento novo, uma lufada de ar: Jorge Amado, Zé Lins, Graciliano...

horroroso e não sei como aquele pobre ser pode escrever aquele livro enorme... Agora, ninguém ainda escreveu o "Senzala e casa grande", quer dizer, o drama visto do ponto de vista do negro com aquele sentimento, com aquela coragem, com aquela beleza. Sobre o Jorge Amado, para mim os textos dele estão crus, a linguagem é desleixada, mas tenho uma inveja brutal dele. Eu queria ter essa capacidade de sintonizar com o gosto do leitor brasileiro, contar histórias daquela forma fantástica e incomparável. Acho que o Jorge é muito importante porque, para mim, fazer literatura é fazer o espelho onde o povo se veja e quem deu mais espelho ao Brasil do que o Jorge? Ele educou o Brasil para aceitar sua raça, aceitar a sua cara, aceitar Prestes, aceitar que prostituta é gente, o orgulho da negritude, e isso é belíssimo. Quanto ao Glauber, penso que o povo brasileiro nunca falou tão alto, tão belo, quanto no seu cinema. É futebol ou Glauber, não é? Ele era um homem indignado que denuncia, que mostra o país, que encarna o povo brasileiro.

— Você gosta de dos iracundos...

Há duas formas de intelectuais: a mais numerosa é a dos áulicos, do ajudante de ordens, aquele que está contente com o mundo tal qual é, e fazem seu papel. E há os iracundos, os intelectuais raivosos como o Gregório de Matos que é uma beleza de iracundo, a primeira vez que o Brasil tem espírito é com Gregório... Ele é português, mas a primeira vez que o Brasil é brasileiro é com ele. Há ainda o iracundo Manuel Bonfim, o Silvio Romero que mostrou que o racismo é uma técnica européia de dominação colonial e declarou com todas as palavras que o mulato brasileiro funcionava perfeitamente bem.

— Em se falando de brasilidade, vamos direto para os três casos quentes que são Gilberto Freyre, Jorge Amado e Glauber Rocha.

Eu já disse, num prefácio, que o "Casa grande e senzala" é o livro mais importante que já se escreveu no Brasil e que o brasileiro que não o leu é um imbecil porque é um livro belíssimo, importantíssimo, com uma linguagem nova, uma expressão barroca... é dez mil vezes melhor que o Cervantes. No meu ensaio exponho minha perplexidade porque o Gilberto é um reacionário

"Em 'Maira', eu entro no corpo do índio e olho o mundo com olhos de índio"

**"A utopia não é projeto,
é apenas um contraste
para obrigar a pensar"**

— A quantas anda a literatura brasileira que se faz hoje?

Só posso dar exemplos, sou presidente do Sindicato dos Escritores... "O Sargento Getúlio", por exemplo, é um livro importante pela qualidade da linguagem, pela violência da história, é um livro que só poderia ter sido escrito no Brasil. Em termos de poesia, eu sou alimentado pelo Carlos Drummond, a ele dediquei "Maira", minha carne é carlosdrumônica. Mas há também o Cabral que traz um outro Brasil, estranho, belo. Mais recentemente, temos o "Poema sujo" do Gullar, que me comoveu porque é o que a poesia deve ser: berro, iracunda...

— Você é conhecido como o homem da utopia. Você acredita na eficácia da utopia enquanto projeto?

Não. Originalmente, no Thomas More, a utopia não era projeto, nem a minha utopia também não é projeto nenhum. É apenas uma máquina de pensar, um contraste para obrigar a pensar, uma forma de quebrar a ilusão das falsas utopias que nos oferece o desenvolvimento progressista. Assim, minha utopia é, na realidade, uma anti-utopia. Meu projeto utópico é para ser realizado aqui e agora. Qualquer coisa parente do neôsmulo da introdução à Constituição Utopica, inserido no meu livro a "Utopia selvagem".

F de São Paulo 12/10/83
**Cassação, é
o que espera
o Exército**

Ao revelar ontem trechos do ofício que o ministro Válder Pires enviou à Câmara, pedindo punição para o deputado Mário Juruna (PDT-RJ), o porta-voz do Exército, general Otávio Luis Resende, afirmou que "a perda do mandato é o que se espera contra quem caluniou".

No documento, o ministro manifesta seu repúdio "a essa agressão gratuita, insólita e criminosa" e pede providências.

O porta-voz revelou também que o ministro não fez, no documento, qualquer referência ao artigo 35 da Constituição, que prevê a cassação do mandato. Mas acrescentou: "Quem faz um aviso tão sério como esse espera a mais séria medida, que, no caso, seria a perda do mandato. Isso está implícito."

PÁG. 4

12/10/83

CC

Número 7518

**Sarney já
teme por
um novo 68**

"O Congresso não pode ser palco de bravatas nem de valentias, nem de abuso e irresponsabilidade de linguagem porque esses métodos são o caldo da degradação", declarou ontem o presidente do PDS, senador José Sarney, lembrando que em 1968, quando se configurou um quadro semelhante, foi impossível "deter a derrocada das instituições". Para o senador maranhense, sua obrigação como presidente do PDS é impedir que se estabeleça uma confrontação Partido-Governo, que poderia levar à repetição de momentos que hoje pertencem à História. Após condenar o terrorismo usado pelas Oposições, o Senador frisou que "é tarefa de todos empenharem-se em que o Congresso assuma o poder de controlar seus membros, fazendo-os assumir a responsabilidade de seus atos", pois pode sofrer agressões vindas de fora e por ele repelidas, e não dele próprio e por ele cultivadas. Destacou ainda José Sarney que a abertura política somente foi possível graças ao apoio das Forças Armadas, não podendo, portanto, ser transformada em tribunal dessas mesmas Forças. (Página 3)

**Pires exige
a cassação
de Juruna**

O ministro do Exército, Walter Pires, encaminhou, ontem, ao presidente da Câmara dos Deputados, Aviso Ministerial manifestando o repúdio do Exército "à agressão gratuita, insólita e criminosa do deputado Mário Juruna", solicitando providências legais que se fazem necessárias "em nome da harmonia e do respeito que devem existir entre os poderes da República". O general Otávio Luis de Resende, porta-voz do ministro Walter Pires, perguntado se o Exército tinha pedido a cassação do deputado, afirmou que "quem faz um aviso sério deste espera medidas sérias, que é a perda do mandato". O governador do Rio, Leonel Brizola, manifestou ao presidente Figueiredo a posição do PDT de que o caso do deputado Mário Juruna deve ser considerado com "generosidade". (Página 4)

fº 10/83

A "Operação Juruna"

Um pequeno fato, condenável mas sem maior importância, foi outra vez selecionado pelos estrategistas do Planalto, como instrumento para provocar uma confrontação com o Congresso, na tentativa de intimidá-lo, quando deve ele manifestar-se sobre um tema fundamental: o Decreto-Lei 2.045. Esse o sentido político real da "Operação Juruna", comandada diretamente pela Presidência da República, segundo se verifica a partir das atrevidas declarações de Carlos Atila. "Amo rico, laçao soberbo", diziam os antigos; compreende-se assim que esse funcionário secundário fale em tom de ultimato ao Congresso Nacional, proclamando que "o governo quer a cassação do Juruna" e que "qualquer decisão contrária será não atender o que o governo está pedindo".

O porta-mentiras já suprimiu, até, a qualificação de deputado do parlamentar cujo sacrifício exige, pois nem lhe passa pela cabeça que possa ocorrer o contrário. Depois de envolver quase todo o Ministério no episódio, a minoria palaciana esforça-se, assim, para que não haja espaço para nenhuma reparação ou entendimento.

A partir do instante em que corrigiu os despautérios, dando a óbvia e aceitável explicação de mau domínio da língua portuguesa, Juruna deixou de ser um agressor. Na medida em que busquem apenas defender a honrabilidade, os ministros podem satisfazer-se com aquela declaração ou com outra do mesmo gênero, pronunciada da tribuna da Câmara ou prestada à mesa diretora da Casa. Além desses limites, o assunto será pura matéria

Rio de Janeiro

de coação política, alimentada por interesses estranhos ao bem público, mas capazes de dar, a administradores envolvidos em favorecimentos ilícitos, o júbilo de ter a solidariedade de colegas honestos.

A Câmara e não ao governo cabe julgar as atitudes do deputado Mário Juruna, e, se achar necessário, aplicar-lhe a punição que julgue adequada, nos termos da legislação e do regimento em vigor. A tradição do Congresso, comum a seus dois ramos, tem sido defender seus integrantes e seria um retrocesso vergonhoso se abandonasse, agora, esse comportamento, pois ao ferir arbitrariamente um mandato, mais que à pessoa do parlamentar, vulnera-se o eleitor que o escolheu como delegado e atinge-se a instituição legislativa.

O caso Juruna deve e precisa ser tratado nas proporções que merece, não cabendo deixar que se transforme em núcleo polarizador, suscetível de desviar as atenções dos problemas vitais, ou agente perturbador da mobilização em processo contra a estagnação e subordinação do País, decorrente da orientação que lhe é imposta por Antônio Delfim e João Figueiredo. (Newton Rodrigues)

P.S. — Por motivos alheios ao articulista, o nome do ministro Abi Ackel deixou de ser suprimido na matéria de ontem, como necessário, uma vez que o personagem também participa da ação política desencadeada contra o deputado Juruna.

Militares esperam

10/10/83

Da sucursal de
BRASILIA

"A medida mais séria que se pode esperar é a perda de mandato do deputado Mário Juruna" — afirmou ontem o chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, general-de-brigada Octávio Luiz Rezende, devidamente autorizado pelo ministro Walter Pires. Segundo Rezende, o ministro, tão logo tomou conhecimento das declarações de Juruna, mandou estudar o problema e decidiu, em seguida, encaminhar o pedido ao presidente da Câmara. "Quem faz um aviso só pode esperar medida séria" — frisou o militar.

Ontem, o general Rezende convocou os jornalistas para explicar que o Exército espera que o Legislativo tome as providências solicitadas ao presidente da Câmara, deputado Flávio Marcolio, pelo ministro Pires. Depois de observar que "não se trata de um caso de um índio, mas sim de um deputado brasileiro", o general Rezende leu alguns trechos do pedido. O ministro manifesta "o repúdio do Ministério do Exército a esta agressão gratuita, insólita e criminosa do citado parlamentar", acrescentando: "Venho por meio desta solicitar, com meu discernimento, as providências legais que se fazem necessárias, em nome da harmonia e do respeito que devem existir entre os Poderes da República".

Também ontem foi divulgado pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, brigadeiro Waldir Vasconcelos, os termos do aviso que encaminhou ao deputado Flávio Marcolio: "Tenho a honra de me dirigir a v. exa. para solicitar as providências que entender cabíveis, quanto ao discurso proferido, dia 26 de setembro, na tribuna da Câmara dos Deputados, pelo deputado Mário Juruna, com expressões altamente ofensivas às autoridades constituídas e, indistintamente, a todos os ministros de Estado. Devo esclarecer que, por estar ausente de Brasília naquela ocasião, permiti-me enviar a v. exa. um telex relativo ao assunto".

SAÚDE

Por sua vez, o ministro interino da Saúde, Mozart de Abreu e Lima, revelou que, quinta-feira, encaminhou solicitação a Marcolio pedindo a punição que o presidente da Câmara julgar conveniente para o deputado Juruna. Mozart de Abreu e Lima disse que tomou essa decisão sem atender a nenhuma orientação do Palácio do Planalto, por entender que o ministro Waldyr Aroverde — que está em Washington participando da reunião da Organização Pan-Americana de Saúde — estava "arrolado no rol" da denúncia do deputado. Mas observou não saber que tipo de punição deve ser aplicado ao deputado. Segundo ele, esse assunto não é de sua alçada, mas do Parlamento.

"Tenho apenas que reclamar sobre a linguagem usada por um parlamentar, que foi ofensiva ao presidente da República e aos ministros de Estado" — concluiu.

Cassação de Juruna

F. SÃO PAULO
10/10/83

Pa

Na mira

O Palácio do Planalto já colocou na alça de mira outro deputado oposicionista, a exemplo do cacique xavante Mário Juruna.

Trata-se do baiano Elquisson Soares, do PMDB, que há dois dias vem afirmando, da tribuna da Câmara, que o objetivo do governo, ao propor a punição de Juruna, é desviar a atenção da opinião pública sobre o envolvimento de um dos filhos do presidente Figueiredo no processo da Capemil.

Escorregão

Ainda "indignado" com as polêmicas declarações de Juruna, o líder do governo na Câmara, deputado Nelson Marchezan, deixou escapar a seguinte afirmação, em conversa com jornalistas:

Ele (Juruna) chamou todos os ministros de ladrões, de sem-vergonhas. Ele não podia generalizar."

De fato, um infeliz escorregão.

O governo radicaliza

PSS-481, 8-8/398

para cassar Juruna

Da sucursal de
BRASÍLIA

As declarações de ontem do chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, general Octávio Resende, de que o Exército espera a cassação do mandato do deputado Mário Juruna, seguidas às do porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, anteontem, no mesmo sentido, caracterizam a deflagração formal das hostilidades entre o Executivo e o Legislativo. O general, sóbrio e comedido, não escondeu falar em nome do ministro Walter Pires. O diplomata, descuidado e prepotente, nem precisava acentuar que falava pelo presidente João Figueiredo. Ambos apenas referenciaram a ladainha de ofícios assinados por todos os ministros e dirigidos ao presidente da Câmara. Flávio Marçílio, nos últimos quatro dias, mas a iniciativa de convocarem a imprensa não deixa dúvidas. O governo não admite outra solução que a degola do cacique, mas, no gesto inusitado, vai muito mais. Se não é contra a instituição parlamentar que a guerra acaba de ser declarada, será pelo menos contra a Câmara e sua postura rebelde, dissidente e investigatória das semanas recentes.

Flávio Marçílio já declarou, nas últimas horas, que não decidirá sob pressão, embora negando que ela exista. Será negar o inegável, a partir de agora, sabendo-se que todo o Ministério forma na primeira linha do cadafalso onde se pretende sacrificar o "aculturado exótico", mas, na verdade, é o governo que tenta intimidar o Poder Legislativo.

Há quem estabeleça paralelos entre a situação atual e os acontecimentos do segundo semestre de 1968. Naquele tempo, foi também um discurso desimportante de um parlamentar que gerou toda a crise afinal cristalizada no Ato Institucional nº 5. Márcio Moreira Alves, representante do Rio de Janeiro, conclamou as donzelas a não dançarem com os jovens tenentes e cadetes, nos bailes comemorativos da Independência, bem como o povo a não comparecer às ruas para assistir aos desfiles de 7 de Setembro, tudo em referência ao fato de "os militares serem ditadores". Uma bobagem, num dia infeliz do jovem oposicionista, mas 48 horas depois a íntegra de seu pronunciamento circulava em todos os quartéis do País, entre observações de que o Legislativo contestava a Revolução. Os três ministros militares pediram a punição do orador, mesmo sabendo que vigorava o princípio da inviolabilidade parlamentar. A Câmara negou licença para que ele fosse processado e, a 13 de dezembro, o País amanheceu sob ditadura declarada, que durou dez anos.

A crise está deflagrada porque nem a Mesa da Câmara, reunida segunda-feira, aceitará a cassação — optando por adiar ou até suspender por 15 dias o mandato do deputado Mário Juruna —, nem o plenário, mais tarde, se a isso for chamado. É sempre bom não esquecer que as recentes atitudes de independência da Casa são resultantes da maioria oposicionista somada à dissidência do PDS.

Qual será a reação do governo quando, em poucas horas ou, no máximo, semanas, a Mesa ou o Plenário da Câmara recusarem a cassação do deputado? Carlos Átila, dentro de seu destempero, falou mais, há dois dias. Disse que a Câmara necessita dar dignidade à função pública, colocando um paradeiro no tipo de comportamento do deputado. Mais ainda, que não se transaciona com a dignidade, que não constitui moeda de barganha. O Palácio do Planalto não admite retirar os pedidos de cassação de Juruna nem sequer em troca da aprovação do Decreto-Lei nº 2.045, alternativa, aliás, jamais posta por alguém.

Configura-se não só a pressão do Executivo sobre o Legislativo. Está estabelecido o confronto em torno de um assunto menor do que aqueles que vêm, há semanas, dividindo os dois poderes. O caso Juruna, gota d'água, segue-se à recusa da Câmara em aprovar o Decreto-Lei nº 2.024, as previsões de que recusará o Decreto-Lei nº 2.045 e, em especial, o amplo debate havido a respeito de corrupção e de escândalos praticados no Executivo, movimentando as comissões e os plenários parlamentares. Diante disso é que o governo reage, mas matreiramente, fazendo de um episódio grotesco, menor e irrelevante, o cerne de toda a questão. Porque, nessa história, interessa cada vez menos o cacique. Ele não poderia, é óbvio, falar o que falou, chamando todos os ministros de ladrões, entre tantas outras barbaridades perpetradas anteriormente. É deputado, devendo enquadrar-se nos regulamentos e regulamentos congressuais, tanto quanto na Constituição e nas leis. Mas, acima e além da lei, existe alguma coisa chamada bom senso. Se Mário Juruna carece dele, o mesmo não poderia acontecer com o governo, composto de luminares, professores de Direito, chefes militares e expressões maiores do meio social.

A conjuntura é outra, os personagens, mais ou menos, mas o que desejaria o Palácio do Planalto ao exigir do Congresso uma cassação que não pode mais determinar? Fazendo justiça, não deve estar querendo o golpe, ao menos até prova em contrário. Ter lavada a honra do Ministério, de resto nem atingida pelo facape e a borduna do "aculturado exótico", precisamente por ser quem é? Colocar o Legislativo na defensiva e acudá-lo para que cesse a campanha de levantamento de escândalos e corrupção, bem como, intimidado, acabe aprovando o Decreto-Lei nº 2.045? Ou estaria em marcha uma espécie de reviravolta no processo sucessório, quem sabe com a intenção não declarada do general João Figueiredo de fazer-se suceder pelo general Walter Pires? Para que isso acontecesse, seria preciso elevar a temperatura; mas não é precisamente o que se verifica?

Há apreensão, mais do que preocupação, no Congresso. Os líderes do próprio governo reconhecem as dificuldades para atender à determinação oficial. Primeiro, porque as oposições têm maioria e decidirão contra a cassação. Depois, porque no PDS pelo menos a metade das bancadas se encontra em pé de guerra, rebelada e dissidente, sequiosa de proporcionar mais derrotas ao Executivo. Finalmente, porque a época das cassações por delito de opinião parece não haver passado...

C.C.

Sarney propõe "sanção"

Da sucursal de
BRASÍLIA

A aplicação imediata de sanção moral ao deputado Mário Juruna (PDT-RJ), por ter ofendido ministros de Estado e o presidente da Câmara em discurso da tribuna, foi o que o presidente do PDS, senador José Sarney, e seu líder Nelson Marchezan propuseram ao presidente daquela Casa, Flávio Marçílio. Eles acreditam que a punição urgente do parlamentar satisfará o Poder Executivo, esvaziando uma crise eventualmente nascida do conflito entre os dois Poderes. Ainda ontem, mais dois ministros juntaram-se aos outros 11 que enviaram pedidos de punição a Juruna: o chanceler Saraiva Guerreiro e o ministro da Agricultura, Amaury Stabile.

O ministro das Relações Exteriores, que está na Assembleia Geral das Nações Unidas, enviou seu ofício

à direção da Câmara através do secretário geral do Itamaraty, embaixador Baena Soares. Por considerar grave a acusação de "ladrão" feita por Juruna, Saraiva Guerreiro resolveu ignorar a repercussão internacional de qualquer represália contra o cacique, apesar de o Itamaraty dispor de um dossiê contendo seguidas críticas à política indigenista brasileira comunicadas pelas embaixadas do País no Exterior.

O presidente do PDS, senador José Sarney, não escondia seu nervosismo, ao procurar falar com o presidente da Câmara, Flávio Marçílio: "Devemos evitar é que o Congresso se converta em fator de crise. Quanto mais rápido se resolver isso, melhor".

O ex-presidente do Senado, Luiz Vianna Filho, ponderou: "Fico apreensivo. Afinal, porque alguém é senador ou deputado não pode ficar chamando todo o mundo de ladrão

impunemente. Isso pode gerar a justiça com as próprias mãos".

CASO ESPECIAL

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, reuniu-se ontem com os líderes Freitas Nobre (PMDB) e Bocayuva Cunha (PDT), para examinar o episódio. "Precisamos conversar com Marçílio antes de qualquer decisão da Mesa", disse o presidente nacional do PMDB. Para ele, não se pode endossar ou concordar com as declarações de Juruna da tribuna, "mas também não podemos concordar com o pedido de cassação de seu mandato". Lembrou que Juruna é um caso especial, com outra mentalidade, "um índio que sempre viu os brancos tomarem suas terras, e isso precisa ser entendido por todos nós".

Freitas Nobre, por sua vez, sugeriu que Juruna seja ouvido pela Mesa antes que o órgão tome uma decisão,

O ESTADO DE S. PAULO — 5

contra Juruna

enquanto o líder do PMDB no Senado, Pedro Simon (RS), mostrava-se irritado diante do fato de o governo pretender punir o deputado, ao mesmo tempo em que o ministro Delfim Netto, "grosseiramente", afirma que "tem muito vagabundo por aí falando em nome do trabalhador".

Freitas Nobre lembrou ainda que Juruna vem repetindo esse tipo de declarações desde quando assumiu o mandato, mas só agora, "diante de uma série de denúncias de corrupção em órgãos do governo e na véspera da decisão do Legislativo sobre o Decreto Lei nº 2.045, surge a iniciativa coletiva do Ministério contra o deputado do PDT".

O porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, porém, acredita que os ministros estão recorrendo "a um direito que a Constituição lhes assegura". Acentou ainda que "os ministros e o presidente da República devem entender que o comporta-

mento desse deputado compromete a própria instituição parlamentar e a dignidade da atividade política".

Para o governador do Rio, Leonel Brizola (PDT), no entanto, é preciso levar em consideração que se trata de um índio, cujos pensamentos pode expressar, com toda clareza em seu idioma e faz todo esforço para falar em português. Brizola prometeu fazer tudo para ajudar Juruna.

Também o Conselho Indigenista Missionário defendeu ontem o deputado pedetista, afirmando que "seu discurso representa o sentimento de todos os índios brasileiros que tiveram suas terras roubadas pelos brancos". O advogado do Cimi, Paulo Guimarães, acrescentou que ele "poderá ter a seu favor a posição já manifestada pela Funai, de que são anuláveis os atos prejudiciais contra índios em vias de integração, como é o caso de Juruna".

Militares esperam a punição

Da sucursal de
BRASÍLIA

O ministro do Exército, general Walter Pires, está aguardando a resposta do presidente da Câmara, deputado Flávio Marçílio, ao pedido que lhe foi encaminhado pedindo providências punitivas contra o deputado Mário Juruna (PDT-RJ). No entender de Walter Pires, o deputado faltou com o decoro parlamentar ao afirmar da tribuna que "os ministros são ladrões".

Na área do Exército, espera-se o enquadramento de Juruna no Regimento Interno da Câmara, que prevê até a perda do seu mandato parlamentar. "O deputado foi desta vez muito longe", comentaram diversos oficiais. A decisão de pedir a punição de Juruna foi tomada pelos ministros Walter Pires, do Exército, Délio Jardim de Mattos, da Aeronáutica, e Maximiano da Fonseca, da Marinha, durante despacho que tiveram com o presidente Figueiredo, no Palácio do Planalto, na terça-feira. "O ministro espera ser atendido naquilo que pediu por escrito", comentou ontem uma fonte militar.

Ministério do Interior
Fundação Nacional do Índio
Ass. Comunicação Social

Junina

NOTICIÁRIO
DO DIA

16 a 30/09/83

n: 159

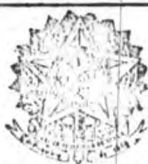
ACS

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Assessoria de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: DIÁRIO DA SERRA

DATA: 29.09.83

PÁGINA: 06 (SEIS)



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
9ª DELEGACIA REGIONAL
AVISO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 009/9ªDR/83
TOMADA DE PREÇOS

A FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO, através da Comissão Especial de Licitação designada pela Portaria Interna nº 065/9ªDR/83 de 26/09/83, nos termos do Decreto-Lei 200/67, torna público e faz ciência as firmas interessadas que, às nove (09:00) horas do dia 17 (dezessete) de Outubro do corrente ano, na Sede da Nona Delegacia Regional da FUNAI, sito à Rua 26 de Agosto nº 127, nesta Capital, estará recebendo e abrindo propostas para a alienação de madeira desvitalizada de diversas espécies, com predominância de peroba, canela e canafistula.

Os interessados poderão obter o Edital, bem como os demais esclarecimentos necessários, na Sede da 9ª DR, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas.

Campo Grande-MS, 27 de setembro de 1983

José Regina Fernandes Júnior
— Presidente da Comissão —

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: "Jornal do Comércio"
 data: 20/09/83
 página: 05 - 1º cad.

Valois fica solidário a Mário Juruna

O líder do PMDB e do governador Gilberto Mestrinho na Assembleia Legislativa do Estado, deputado Félix Valois, manifestou a sua solidariedade ao deputado federal Mário Juruna, do PDT, que está ameaçado de ter o seu mandato popular cassado, afirmando o parlamentar peemedebista que tal fato "é uma intromissão indevida do Executivo em questão estritamente de competência do Legislativo".

— Se alguém se sentiu ofendido, que promova as medidas judiciais cabíveis. A imunidade parlamentar não alcança os crimes contra a honra e essa amea-

ça de cassação só revela que o governo do presidente Figueiredo ainda sente saudade do tempo em que, o simples fato de um general acordar de mal-humor, colocava em risco todas as instituições — disse o líder peemedebista.

Posteriormente, Félix Valois declarou que, "só espera que os ministros se sentindo ofendidos não aproveitem o incidente para reeditar o episódio de 1968, quando o Congresso Nacional foi fechado pelo simples fato de ter se negado a conceder licença no sentido de processar o deputado Mário Moreira Alves, do extinto MDB, acusado

de haver pronunciado um discurso considerado ofensivo às Forças Armadas" — salientou.

Valois reportou-se a respeito da informação de que o deputado Mário Juruna, do PDT do Rio de Janeiro, teria proferido discurso ofensivo ao Governo Federal, particularizando quanto alguns integrantes do primeiro escalão, notadamente o Ministro Delfim Neto, do Planejamento.

Em razão disso, segundo o líder do PMDB, o presidente João Figueiredo teria oficializado uma representação à Câmara Federal, solicitando que a Mesa procedesse a cassação do parlamentar, sob a alegação de decoro parlamentar.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: "A Tribuna"
data: 30/09/83
página: 04- 1º C

Juruna

Ao que tudo indica, o deputado Mário Juruna será pelo menos advertido pela Câmara Federal, embora alguns ministros pretendam a cassação do mandato do ex-cacique xavante em face das acusações e linguagem que o parlamentar tem usado na tribuna. Juruna não só acusa os ministros de ladrões, mas afirma que só com a mudança do governo inteiro será possível uma alteração no atual quadro de crise. Como diz o personagem de Viva o Gordo, branco pela índio e ô!

Funai tem n Vândalos destru

A Funai está montando um esquema para resolver a situação do garimpo de ouro existente na área dos Kikretun, reserva dos Kaiapó, por considerar que a situação atual ali existente está causando um grave prejuízo aos índios, principalmente no que se refere ao aspecto cultural. Segundo o delegado regional da Funai, Salomão Santos, existe o grave perigo de marginalização rápida no que diz respeito à vida comunitária dos Kikretun, que estariam passando por um rápido processo de transformação de seu estilo de vida.

Atualmente, disse Salomão Santos, o garimpo dos Kikretun vem sendo explorado por comerciantes do Projeto Tucumã, com anuência do caçique do grupo, Tuto Pombo, que, segundo Salomão, vem recebendo, desde o final de agosto, três milhões por semana para permitir a exploração das jazidas. Salomão acredita que com a mudança do sistema atual dos índios poderão ter não só ganhos maiores mas também uma melhor orientação sobre a forma de aplicar o dinheiro arrecadado, para que não haja uma violência cultural contra a comunidade.

O esquema que está sendo estudado pela Funai é bem diferente da proposta do antigo delegado regional, Paulo César



Salomão: esquema diferente

Abreu, que era de retirar os garimpeiros da área, e os controladores do garimpo, que seria então assumido por uma empresa estatal — ele defendia a Doce-

geo — que, através de um sistema mecanizado, utilizaria a própria mão-de-obra indígena. Paulo César, inclusive, chegou a manter contatos com o DNPM para agilizar sua idéia que, ao que parece, não recebeu aprovação de Brasília.

Já em relação aos problemas que os Gorotire estão enfrentando em decorrência da poluição do Rio Fresco, pela lavagem de um material do garimpo de Cumaru, Salomão Santos enfatizou que essa poluição existe apenas a partir do Rio Ponte, onde é efetivamente realizada a lavagem do material recolhido pelos garimpeiros. O problema dos Gorotire, segundo Salomão, será resolvido pela própria coordenação do garimpo de Cumaru, que se comprometeu a fazer uma captação de água potável no igarapé Sonho; recuperar a barragem do Rio Fresco e fazer uma rede de distribuição da água captada no igarapé para 93 casas da aldeia. Resta ainda o problema da pesca, já que os Gorotire estão obrigados atualmente a uma longa caminhada em busca de local onde seja possível pescar, mas, segundo Salomão, a única solução para este problema seria cessar as atividades do garimpo de Cumaru, o que não é possível no momento.

VEÍCULO : JORNAL "A PROVÍNCIA DO PARÁ".
DATA : ... 27.03.83.
FOLHA : ... 14-1º CADERNO.

PSS. 481, p. 87/398

JORNAL "O LIBERAL"

28.09.83

05. 1º CADerno.

Juruna ameaça apoiar o nome de Paulo Maluf

BRASÍLIA — "Se Batista indicar Andreazza para sucedê-lo, vou percorrer o País apoiando a candidatura Maluf, não por simpatia mas para evitar que sejamos todos exterminados, assim como ele já exterminou os índios, quando chefe dos Transportes e agora como ministro do Interior".

A declaração é do deputado Mário Juruna (PDT-RJ) ao comentar as consultas que o Presidente Figueiredo vem fazendo em torno da sucessão presidencial. Em sua opinião, "Batista deve ampliar o leque, ouvindo toda a sociedade, através das eleições diretas, única

forma de se obter o consenso".

Juruna mostra-se muito assustado com a possibilidade do ministro Andreazza vir a ser o sucessor de Figueiredo. "Se — comentou — para evitar isto, a única forma for a candidatura Maluf, não vejo outra solução se não sair pelo País afora denunciando as atrocidades do ministro do Interior, invadindo as terras dos índios e permitindo o nosso, quase, extermínio".

O ex-chefe indígena, contudo não acredita que o Presidente Figueiredo termine optando por essa candidatura, "até porque os militares já se manifestam contra, não pelo que fez contra nós e sim porque não aceitam bater continência para um subordinado". Ele porém só apoiará um candidato que apresente um projeto de governo que tenha por princípio uma reforma agrária.

Terei a maior satisfação em apoiar um candidato que se comprometa em realizar uma ampla reforma agrária e que assegure ao índio o direito de continuar vivendo — afirmou.

Juruna, por outro lado, vem insistindo para que o presidente da Câmara, deputado Flávio Marcílio, aceite disputar a Presidência da República, "abrindo mão da vice-Presidência em meu favor". Segundo ele, esta seria a melhor chapa para disputar a sucessão de Figueiredo e Aureliano.

— Meu nome foi lançado para a Presidência. Mas, eu abro mão em favor de Flávio, desde que ele indique meu nome para seu companheiro de chapa. Faremos um bom governo, porque estarei ao seu lado, defendendo e lutando por reformas de base, a começar pela agrária. (ANDA)

JORNAL "O LIBERAL"

24.02.83

03- 1º CADERNO.

Exposição do índio na Itália

RIO (AG) — O ministro dos Bens Culturais e Ambientais da Itália, Antonio Gullotti, estará inaugurando, no próximo dia 28, a exposição Índios del Brasile, montada no prédio do Senado, no Fórum Romano, um dos espaços culturais mais nobres da Itália, só aberto a exposições muito especiais.

A exposição reunirá peças indígenas brasileiras, pertencentes a vários museus italianos, além de vasta iconografia — reproduções de pinturas, desenhos e ilustrações realizadas pelos viajantes europeus, além de diversas fotografias — painéis, com textos que explicam as atividades econômicas e os rituais indígenas, um panorama da situação atual do índio brasileiro e a apresentação de três estudos monográficos, feitos por três italianos que tiveram contato com índios brasileiros.

Índios del Brasile, promovida pelo Ministério dos Bens Culturais e Ambientais da Itália, Superintendência Arqueológica de Roma e Superintendência Especial do Museu Pré-Histórico e Etnográfico L. Pigorini, tem a coordenação da antropóloga brasileira Berta Ribeiro.

A exposição Índios del Brasile é o resultado de dois anos de pesquisas realizadas em diversas instituições italianas, para o levantamento e catalogação científica de peças e documentos etnográficos levados do Brasil para a Itália por missões religiosas e científicas, que percorreram o país até o final do século passado e meados deste.

As pesquisas para localização e catalogação científica de todas as peças e documentos da etnografia brasileira, existentes na Itália, integram um projeto desenvolvido, em conjunto com as instituições italianas, por entidades brasileiras: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (Condephaat) e Fundação Roberto Marinho. O projeto conta, ainda, com o apoio cultural do Banco Nordeste S/A.

Através deste trabalho, foram identificadas cerca de 1.150 peças — a maioria já sem similares no Brasil — em onze museus das cidades de Milão, Verona, Rimini, Rubano, Florença, Assis, Turim, Modena e Reggio Emilia, além de 4.500 peças pertencentes ao Museu L. Pigorini, de Roma.

TÍTULO : JORNAL "A PROVÍNCIA DO PARÁ"

DATA : ...23.09.83...

PÁGINA: 02-1º CADERNO

Indigenistas pedem intervenção de Dom Avelar pelos Pataxó

SALVADOR — Representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai) e do Centro de Trabalho Indigenista, pediram ontem ao arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, cardeal Avelar Brandão Vilela, que interfira em defesa dos índios Pataxó. Há-há-hae que há 11 dias invadiram mais duas fazendas no sul da Bahia, situadas na área da reserva Paraguaçu-Caramuru; e, segundo a comissão, estão ameaçados de uma massacre por parte de fazendeiros e da Polícia Militar.

Fábio Vilas, representante do Cimi para o Espírito Santo, Minas Gerais e Sul da Bahia, que participa nesta capital de um encontro sobre "a fome e a seca no Nordeste", denunciou que após a invasão das fazendas "Providência" e "Bom Jardim", os Pataxó Ha-ha-hae "estão cercados pelos fazendeiros e pela Polícia Militar, impedidos de saírem das propriedades e já começam a passar fome, caracterizando-se uma situação de extremo desespero".

— A reserva Paraguaçu-Caramuru tem 36 mil hectares, doados aos Pataxó desde 1926. Ao longo dos anos, as terras foram sendo invadidas por fazendeiros e os índios terminaram expulsos. Se refugiaram em outras reservas, em outros Estados ou passaram a trabalhar para os invasores. Agora, houve um movimento espontâneo de retomada das terras e a primeira fazenda foi invadida em abril do ano passado. Há 11 dias, duas outras fazendas foram retomadas e ninguém se mobiliza para defender os interesses dos índios, donos legítimos da área — relatou Fábio Vilas.

O coordenador do Cimi lembrou que "historicamente os índios Pataxó Ha-ha-hae vêm sendo perseguidos devido a omissão das autoridades. Em 1949, houve um massacre na reserva. Um pelotão da Polícia Militar comandada pelo major Liberato de Carvalho, convocado pelos fazendeiros para expulsar os índios sob o argumento de que eles formavam uma célula comunista, fez uma massacre. Morreram muitos índios e os sobreviventes contam que o Rio Colônia ficou vermelho porque jorrou muito sangue".

"FOLHA JORNAL" O LIBERAL.

DATA : 22.09.83

PÁGINA : 16-19 CADENHO

Juruna culpa Funai pelo surgimento dos conflitos com índios

BRASÍLIA (AE) — O deputado Mário Juruna entregou um documento ao ministro Danilo Venturini, de Assuntos Fundiários, responsabilizando a Funai pelo atraso na demarcação das reservas indígenas, o que favorece o surgimento de conflitos de terras, principalmente em função de invasões por parte dos brancos. Juruna trouxe o documento em atendimento a pedido do presidente Figueiredo, durante audiência há duas semanas.

Juruna comentou que existem 443 reservas indígenas no país e somente 246 foram demarcadas até hoje, sendo que em 225 delas existem sérios conflitos gerados por invasões. A culpa do atraso no trabalho de demarcação é da Funai, segundo o deputado do PDT, frisando que o desempenho do órgão em seus 16 anos de existência é negativo. Mário Juruna pediu também ao ministro Venturini solução sobre o caso dos Pataxós, na Bahia, que segundo ele enfrentam problemas há mais de 50 anos para a legalização de suas terras.

REUNIÃO

Fazendeiros do sul da Bahia, região onde índios da tribo Pataxós Ha-Ha-Hae tomaram fazendas e expulsaram os antigos ocupantes, reuniram-se ontem na cidade de Pau-Brasil para adotar medidas visando retomar as fazendas das mãos dos indígenas e proteger as outras contra possíveis novas invasões. Vários fazendeiros, que já estão armados com capangas para proteger as terras que ocupam com título de posse doados pelo governo estadual, vão propor o uso da violência, se for necessário, para recuperação das áreas.

Segundo o advogado dos fazendeiros de Pau-Brasil e de Camaca que disputam as terras com os índios, Altamirando Marques, os agricultores estão insatisfeitos com a atitude do governo, que vem se omitindo de solucionar o problema e tem feito apenas negociações consideradas estéréis.

Enquanto isso, o cacique Naiton Muniz, que lidera o grupo dos Pataxós dissidentes, responsáveis pela invasão das fazendas Providência e Bom Jardim, em Camaca, na semana passada, continua intransigente: "Não há nenhuma possibilidade de negociação", diz ele, argumentando que "aquelas terras fazem parte da reserva indígena Paraguaçu-Caramuru, criada por lei federal em 1926".

JORNAL "A PROVÍNCIA DO PARÁ"

DATA : 20.09.83

FOLHA : 13-1º QUADRO



"Zinho", malas prontas... rumo aos garimpos do Pará

"Zinho" representa coragem e perseverança na busca do ouro

Garimpar na Amazônia é sinônimo de risco, aventura, coragem e perseverança. E foi persistindo que o garimpeiro João Olímpio Sobrinho conseguiu montar no município de São Félix do Xingu o bem estruturado garimpo de Pista Nova, que já conta com vários requintes sociais, como farmácia, restaurante, cinema, entre outros, em benefício de seus 12 mil garimpeiros.

"Zinho" decidiu no dia 18 de maio de 1980 entrar na floresta paraense a procura do metal precioso, já inteiramente contagiado pela "febre do ouro" que tomou conta do Estado desde o início da exploração aurífera em Serra Pelada. Mas optou pelo garimpo de Cumaru, localizado na reserva indígena dos Kaiapó, onde começou a aprender as primeiras lições para vencer os inúmeros e sempre constantes problemas da atividade mineral.

Quase todo o ano de 1980 "Zinho" empreendeu árdua labuta no garimpo de Cumaru, apesar de ali ser proibida a entrada de pessoas estranhas, o que foi estabelecido pelos supostos proprietários da área. Tal proibição forçava os garimpeiros invasores a percorrerem 60 quilômetros, diariamente, trazendo nas costas o produto, até a pista de pouso. Isso levou "Zinho" a obter lucros apenas satisfatórios na área, até que o Governo Federal decidiu intervir no garimpo.

Depois da experiência inicial, "Zinho" buscou com suor e sacrifício alguma estabilidade econômica em outros garimpos da região do Xingu, sem entretanto auferir lucros significativos que o impediram sempre de permanecer por muito tempo num garimpo e melhor remunerar seus fiéis colaboradores. Assim, trabalhou por oito meses no garimpo de Pista Branca; por quatro meses no garimpo de Paxibal.

Depois disso, "Zinho" deslocou-se para o garimpo de Kikretum, também localizado na reserva indígena dos Kaiapó, onde partiu para um empreendimento mais estável e regularizador da produção: inaugurou no dia 10 de março de 1981 uma pista para pouso de aviões, trazendo benefícios tanto para os garimpeiros da área quanto aos índios comandados pelo cacique Tuto Pombo.

A pista de pouso é um marco na história recente do garimpo de Kikretum. Mas o metal precioso começou a rarear, colocando em risco todo o empreendimento já realizado. O jeito foi diversificar suas atividades, passando a trabalhar na exploração de cassiterita, o que fez até o início deste ano.

Mas a vocação de "Zinho" sempre foi a exploração aurífera. E a ela voltou, em 6 de março último, com toda a força de aventureiro nato: inaugurou uma pista de pouso no garimpo de Alto Bonito, por onde enviava aos garimpeiros gêneros alimentícios e outros produtos indispensáveis à sobrevivência, além de servir à comercialização do mineral.

A sorte, entretanto, ainda não correspondia a seu empenho. Em Alto Bonito, o ouro voltou a rarear, forçando a nova aventura em busca de melhores lucros e remuneração mais dignas a seus auxiliares. De lá partiu então para Pista Nova, onde ergueu outra pista de pouso. E desta vez o seu esforço mereceu a justa recompensa.

Em Pista Nova, "Zinho" prometeu instalar em breve um posto de revenda de motores com bombas para chupadeira, indispensáveis à exploração aurífera. Isto demonstrou os bons lucros que ele e mais 12 mil garimpeiros vêm conseguindo com luta, coragem, perseverança e fé.

FOLHA : JORNAL "O LIBERAL"

DATA : ... 20. 02. 83.

PÁGINA : 05-1.º CADERNO.

Juruna é o mais novo candidato à sucessão

JOÃO PESSOA (AE) — Ao encerrar ontem, em João Pessoa, uma visita de três dias a Paraíba, o deputado Mário Juruna (PDT-RJ) se lançou candidato a Presidência da República em 1989, comprou o PDS ao "Partido do Diabo", e disse que a candidatura do ministro Mário Andreazza à sucessão não é confiável, "pois ele já roubou terra de índio, vai roubar terra do povo". Sempre acompanhado por dois deputados federais do PMDB, Raymundo Asfora e José Maranhão, Juruna esteve ontem com o governador Wilson Braga e o prefeito da capital, Oswaldo Trigueiro, ambos do PDS, a quem pediu empenho com vistas à demarcação da reserva indígena dos Potiguara, em Baía da Traição, no litoral paraibano.

O parlamentar foi recebido sábado com festas na reserva, a 90 quilômetros de João Pessoa, onde ouviu denúncias dos remanescentes indígenas sobre invasões de terras e perseguições por parte de proprietários ali estabelecidos. Prometeu denunciar o fato da tribuna da Câmara e aos ministros Danilo Venturini e Mário Andreazza e voltou a criticar o tratamento dispensado pela Funai às comunidades indígenas do País, os Potiguaras homenagearam Juruna com a "Dança do Toré", em trajes típicos e empunhando arcos e flechas.

IMPRESSÃO ERRADA

O deputado visitou ainda outros municípios do brejo paraibano e em Campina Grande foi recepcionado por populares no "Calçadão", tradicional ponto de encontro da cidade. Ao retornar a João Pessoa, participou ontem de um programa de rádio, durante mais de uma hora, respondendo a inúmeras perguntas feitas pelos ouvintes por telefone. Ao falar sobre sua experiência como deputado, disse que "há muito jogo de interesse" na Câmara e que existem deputados que "são contra o povo e puxam saco de governo", acusando, em seguida, o PDS, de engavetar projetos de sua autoria em plenário.

Juruna causou estranheza ao dizer que "o povo da Paraíba vive muito bem, tem muita saúde" e que viu mais miséria no Estado do Ceará. Isso obrigou o deputado José Maranhão a explicar que Juruna teve tal impressão por ter visitado apenas o litoral, onde praticamente não houve seca, deixando de conhecer, por falta de tempo, regiões críticas como o Curimataú, o sertão e o Cariri. O deputado-cacique manifestou, então, o desejo de numa outra oportunidade, percorrer todo o Estado e disse ter esperança de que a "consciência do povo" em defesa dos seus direitos vai crescer no Nordeste.

TÍTULO: JORNAL "A PROVÍNCIA DO PARÁ"

DATA: 19.09.83

PÁGINA: ... 02-1º CADERNO: ...

Anai da Bahia acusa a Funai

SALVADOR — Em documento divulgado ontem, a Associação Nacional de Apoio ao Índio-Seção da Bahia (Anai-BA) afirmou que a situação dos índios Pataxos — no momento à beira de um conflito armado com fazendeiros do sul do Estado, numa disputa de terras em Camaca — "reflete o autoritarismo da Funai na condução dos problemas, além da sua interferência na organização desse grupo, dividindo-o internamente e fomentando uma disputa pelo poder, desonesta na medida em que compra lideranças através de concessões e benefícios".

Em relatório sobre uma viagem à reserva Paraguaçu-Caramuru no sul da Bahia, onde há o conflito decorrente da invasão de duas fazendas — "Bom Jardim" e "Providência" — integrantes da Anai-BA denunciaram a situação de miséria dos índios. Em depoimento, segundo a antropóloga Maria do Rosário Carvalho, os Pataxos acusaram a Funai de ameaçá-los de morte, ter desviado verbas, promover a discriminação entre índios e outros problemas que, segundo a Anai-BA, requerem, no mínimo, apuração urgente e rigorosa.

No documento, a Associação Nacional de Apoio ao Índio denuncia o "total abandono" em que se encontram os Pataxos Ha-Ha-Hae nas localidades de Coroa Vermelha e Boa da Mata. Os indígenas estão sem condições de caçar, plantar, comercializar e são assistidos precariamente pelo único posto de saúde existe em Barra Vermelha.

A antropóloga Rosário Carvalho, conselheira da Anai-BA, ressaltou que a presença dos índios em duas fazendas do município de Camaca desde o começo da semana passada não significa uma invasão, mas a retomada de uma área que faz parte da reserva indígena Paraguaçu-Caramuru, que lhes pertence desde 1926, quando foi criada por ato do Presidente da República. (AJB)

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Assessoria de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: DIÁRIO DA SERRA

DATA: 29.09.83

PÁGINA: 01

Juruna pode ser cassado

Os ministros João Leitão de Abreu, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, e Rubem Ludwig, chefe do Gabinete Militar, enviaram expedientes ao presidente da Câmara, deputado Flávio Marcellio, pedindo o enquadramento do deputado Mário Juruna no artigo 35 da Constituição Federal, item II, que estabelece que «perderá o mandato o deputado ou senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes». Eles alegaram que o parlamentar, em discurso proferido no dia 26, ofendeu a honra do Presidente da República e dos ministros de Estado.



Juruna: ameaçado

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Assessoria de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: DIARIO DA SERRA
DATA: 10.09.83
PÁGINA: 12 - REVISTA

UM SILVICOLA NO PLANALTO

O deputado Mário Juruna, cacique nas horas vagas, lançou-se candidato à Presidência da República, em discurso aos sertanejos cearenses, da região dos Inhamuns. Disse que ninguém melhor que um coleguinha de Tarzan para governar o Brasil.

Tratando-se da região mais assolada pela seca, no Ceará, se não ganhou adeptos às suas pretensões, em compensação o "show" de Juruna foi um gesto de gratificante solidariedade: divertiu um bocado os flagelados.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO

Assessoria de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: CORREIO DO ESTADO

DATA: 16.09.83

PÁGINA: 04

Bodoquena: União não reconhecerá *CO* a nova medição

A União vai reconhecer os títulos expedidos pelo Estado aos latifundiários que ocupam 165.511 hectares em Bodoquena, cuja área a FUNAI, baseada na revisão de medição feita pelo Exército, em 1981, diz pertencer à reserva dos Kadiwéus. A informação foi liberada ontem pelo diretor-geral do Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul - Terrasul, Euclides Faria, ao retornar de Brasília. Na Capital Federal esteve reunido por vários dias com o ministro Danilo Venturini, de Assuntos Fundiários, buscando soluções "a curto prazo" para as graves tensões sociais existentes no Estado devido a conflitos por terra.

Faria garantia, também, que as 3.957 famílias de posseiros sem terra, a maioria expulsa dela, hoje sem nenhuma perspectiva de trabalho ou de arrendamento, deverão ficar assentadas numa área global de 48.631 hectares, em Mato Grosso do Sul, correspondente às diversas alternativas apresentadas pelo Terrasul. "Teremos, em breve, uma solução global para os posseiros, com prioridade, em caráter emergencial, para as 1.145 famílias de Bodoquena, Porto Murinho, Taquarussu, Eldorado e Naviraí", disse o diretor-geral do órgão, acrescentando que a demarcação exata da reserva indígena e a fixação dos sem terra deverá ocorrer ainda este ano.

- Temos absoluta certeza de que nossos problemas fundiários serão solucionados a curto prazo e, quando isso ocorrer, podemos dizer que o Terrasul já desempenhou a sua função na atual administração estadual - afirmou Euclides Faria.

DIREITOS RECÍPROCOS

O litígio em Bodoquena, prolonga-se por mais de 80 anos. Em 1981, baseando-se em informações da Funai, o Exército procedeu a revisão da área e anexou as terras de propriedade dos latifundiários à reserva dos Kadiwéus, que passou a contar com 537.535 mil hectares. Essa demarcação duvidosa aumentou a tensão e os conflitos contínuos já provocaram até mortes, além da expulsão de posseiros que se assentaram na própria reserva.

O Governo Federal, segundo o Terrasul, vai definir a demarcação da área baseando-se na primeira medição, feita em 1899 por Barros Maciel, que considerou pertencer à reserva somente 373.024 hectares. "Propusemos a demarcação exata da área e o ministro nos garantiu que os direitos recíprocos serão respeitados", disse o diretor-geral, enfatizando que o ministro Danilo Venturini mostrou "a maior boa vontade em atender às reivindicações apresentadas pelo Governo do Estado".

CONSELHO DE SEGURANÇA

Nas audiências com Venturini, Euclides Faria apresentou-lhe duas pastas contendo farto material histórico e inclusive a relação nominal dos posseiros de 28 municípios. De imediato, a documentação foi encaminhada ao Conselho de Segurança Nacional, que estudará o problema de Bodoquena e definirá a viabilidade de assentamento das 3.957 famílias sem terra nas áreas propostas pelo Terrasul, que em breve será novamente convocado a Brasília para conclusões finais de todo o processo.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO

Assessoria de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: _____ DIARIO DA SERRA _____
 DATA: _____ 16.09.83 _____
 PÁGINA: _____ 03 _____

CASO BODOQUENA

Conselho de Segurança deverá solucionar logo

Enquanto o secretário de Justiça, Juarez Marques Batista, luta em prol dos posseiros no caso Bodoquena, o presidente da Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul, Otair Hidelbrand Ávila, disse ontem que está "brigando" pelos fazendeiros que estão para perder suas terras para os índios. Ele explicou que isso poderá ocorrer se a Fundação Nacional do Índio insistir que a terra dos índios Kadiwéus é compreendida em 538 mil hectares, e não os 376 mil que realmente pertencem àquela tribo, conforme provam documentos encaminhados ao Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, pela Famasul.

Otair Hidelbrand Ávila que se encontrava em Brasília desde segunda-feira, tratando de diversos assuntos relacionados com a agropecuária do Estado, retornou ontem.

"Agora — disse ele — só resta aguardar a decisão final da esfera federal a respeito da questão». Os documentos que levou dos produtores rurais de Mato Grosso do Sul àquele Ministério, foram escrituras das terras adquiridas legalmente pelos fazendeiros há muitos anos. Além disso, mapas comprovando a demarcação das terras de "brancos" e índios.

Ao todo são 80 fazendeiros que estão para perderem suas terras (alguns) ou parte delas. Apesar do conhecimento que o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários tem do caso, principalmente quando se criou um clima de guerra entre os posseiros e índios, a Famasul espera que com essa reivindicação dos produtores daquela região, a solução saia logo.

APOIO A MS

Em Brasília, o presidente da Famasul manteve também contato com o Ministério da Agricultura, ocasião em que entregou ao minis-

tro Amaury Stáble um documento pedindo mais apoio para agricultura do Estado, pois entende o presidente da Federação que «Mato Grosso do Sul é viável ao chamamento do Governo para a produção de alimentos».

Entre as reivindicações apresentadas ao ministro, a Famasul pede uma pequena mudança na distribuição das parcelas do Valor Básico de Custeio — VBC — que de acordo com as regras atuais uma parcela é dada no ato do contrato, outra em dezembro e a última no período de colheita. Convém para favorecer aos produtores de MS, segundo Hidelbrand, que sejam liberadas duas parcelas no ato do contrato e a outra na colheita.

Mais apoio aos produtores de sementes também foi reivindicado pela Federação. É preciso que os produtores tenham crédito para garantir as sementes da próxima safra. Entretanto, Hidelbrand Ávila descartou que em caso contrário venha faltar o produto como vêm sendo anunciado por pessoas a nível nacional. Para Hidelbrand isso significa apenas que é especulação de alguns interessados.

RETENÇÃO DE MATRIZES

Outro assunto bastante importante tratado com o ministro da Agricultura pela Famasul foi a necessidade de concessão de crédito aos pecuaristas do Estado para retenção de matrizes que atingiu índice alarmante no primeiro semestre, 54 por cento e nos últimos meses, quase na mesma proporção.

De acordo com informação de Hidelbrand Ávila, o Ministério da Agricultura ficou de consultar a área econômica da União para ver essa possibilidade. «É inacreditável que a pecuária de Mato Grosso do Sul não disponha de nenhuma linha de crédito», acrescentou o presidente da Famasul.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
Assessoria de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: _____ CORREIO DO ESTADO _____

DATA: _____ 16.09.83 _____

PÁGINA: _____ 01 _____

Área Kadiwéu será diminuída

A área da Reserva dos índios Kadiwéu deverá perder os 165.511 hectares que haviam sido incorporados a área tradicional com a medição feita pelo Exército. Isso é o que informa o diretor do Departamento de Terras do Estado-TERRASUL, Euclides Faria, que retornou ontem de Brasília. Segundo ele, a União vai reconhecer os títulos expedidos pelo Estado aos latifun-

diários que hoje ocupam os 151.511 hectares na Bodoquena. No Chapadão dos Gaúchos, 35 das 58 famílias de colonos que optaram pela transferência para Colíder, no Mato Grosso, estão viajando em cinco ônibus para a área, onde chegarão amanhã. As demais famílias não viajaram ontem. Deverão fazê-lo amanhã bem cedo, segundo as informações do TERRASUL.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

Assessoria de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: CORREIO DO ESTADODATA: 17 e 18.09.83PÁGINA: 13

Índios vão mesmo realizar eleição

A hipótese de intervenção federal na reserva de Dourados foi praticamente afastada ontem com o surgimento da tese de novas eleições entre os grupos que representam o ex-capitão Ramão Machado e Fernando Jorge. O delegado regional da Funai em Mato Grosso do Sul, Carlos Amaury Motta de Azevedo disse que toda e qualquer iniciativa que parta da comunidade indígena será acatada e apoiada e mostrou-se disposto a providenciar todos os instrumentos necessários para que as eleições se realizem.

Ele voltou a se referir a portaria n.º 836, de agosto deste ano, e ao Estatuto do Índio (Lei 6001) que determinam ser de iniciativa dos índios qualquer decisão referente a comunidade e sustentou que a Funai está servindo apenas de mediadora entre os grupos envolvidos no impasse, surgido depois da reunião de segunda-feira, onde o acordo entre os 10 líderes foi quebrado.

Ontem, com o surgimento da proposta de novas eleições, ventilada pelo índio Jorge Paredes, o delegado Carlos Amaury disse que a Funai montará todo o aparato necessário para a realização das eleições, inclusive com esquema de segurança e fiscalização até através do próprio Tribunal Regional Eleitoral, conforme solicitação dos índios. Segundo ele, o importante agora é que se encontre o consenso em torno de uma proposta que resolva o impasse,

restabeleça a tranquilidade na reserva e garanta a integridade física dos grupos.

O grupo de antropólogos, cientistas e indigenistas da Funai está dando sequência ao trabalho junto aos Terenas, Guaranis e Caiuás para sentir a tendência da comunidade. A situação na reserva está sob controle, segundo garantiu ontem o delegado regional da Funai.

NOTA

O deputado Roberto Orro, líder do PMDB na Assembleia Legislativa emitiu uma nota condenando a intervenção federal na reserva de Dourados e pedindo novas eleições na comunidade indígena. Segundo Orro, "os índios de Dourados sabem conduzir suas desavenças com responsabilidade". A intervenção, acrescenta o parlamentar peemedebista, "só virá obstaculizar o avanço da comunidade".

O delegado da Funai não pode usar de providências autoritárias para solucionar o problema". Ele diz ainda, referindo-se a hipótese de intervenção aventada inicialmente por Carlos Amaury, que isso "é um vício das autoridades federais, que ainda não aprenderam que só a democracia pode favorecer o povo". A nota do líder governista é exclusivamente a questão de Dourados e não menciona o problema dos kadiwéus, na reserva da Bodoquena, em Miranda.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Assessoria de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: CORREIO DO ESTADO

DATA: 17 e 18.09.83

PÁGINA: 04

Diretor do Terrasul contesta declaração

O diretor-geral do Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul - Terrasul -, Euclides Faria, negou ontem ter afirmado ao repórter do *Correio do Estado*, quinta-feira à tarde, em seu gabinete, que havia recebido a garantia do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários de que a área de 165.024 hectares, anexadas à reserva dos Kadiwéu, na Bodoquena, seria definitivamente entregue aos 80 fazendeiros que se apossaram das terras com a titulação feita pelo Estado.

Embora tenha feito a referida declaração, com o repórter na ocasião insistindo na pergunta, ao que respondeu que "a titulação será reconhecida", o diretor disse ontem que suas afirmações foram mal interpretadas, e que, agora, "poderiam prejudicar a tramitação do processo" na esfera federal, com a interferência de outros

órgãos, como a FUNAI. Euclides Faria afirmou que foi à Brasília, onde reuniu-se com o assessor especial do ministro Danilo Venturini, coronel Carlos Eduardo de Miranda Lisboa, "apenas para sugerir a demarcação da reserva, considerando a primeira medição, feita em 1.899", que não anexou as 165 mil hectares ao patrimônio indígena.

Nessa sugestão, contida em duas pastas com mapas e dados históricos da Bodoquena, o Terrasul propôs a revisão da medição nos confrontos Leste e Norte. Apresentando levantamentos feitos pelo órgão, Euclides Faria disse, também ontem, que os proprietários das 165.024 hectares "não podem ser chamados de *latifundiários* e sim de fazendeiros, que vêm utilizando a terra, dando sustentação econômica à região através da pecuária e lavouras".

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Assessoria de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: JORNAL DA MANHA

DATA: 18 e 19.09.83

PÁGINA: 01

Delimitação de reserva vai solucionar problema

Após ter encaminhado ao Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, relatório sobre a situação de 3.957 famílias - 1.145 das quais sob ameaça de iminente despejo - que em 28 Municípios estão necessitando de soluções urgentes, o diretor do Terrasul, Euclides de Faria, acredita que "a solução global para a situação dos posseiros em Mato Grosso do Sul e a definição exata dos limites leste e norte da reserva indígena Kadiwêu poderão acontecer a curto prazo". Continuando salientou que, "embora de forma precária, está reduzido para 339 o número de famílias

ameaçadas de despejo e que estão localizadas em Navirai, Eldorado e Taquarussu".

Com relação a reserva dos Kadiwêus, o Terrasul elaborou um relatório com 14 documentos de cunho histórico, técnico e social, contendo sugestões como: invalidação dos serviços de reavivitação promovidos pela Funai na confrontação leste e norte, pedindo ainda o encaminhamento da definição exata dos limites constituída por um grupo de trabalho que formalize de vez os problemas, dando fim imediato a briga entre brancos e índios. Página 2.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO

Assessoria de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: /5 JORNAL DA MANHA

DATA: 18 e 19.09.83

PÁGINA: 02

Terrasul acredita na solução fundiária

"A solução global para a situação dos posseiros em MS, e a definição exata dos limites leste e norte da reserva indígena Kadiwêu poderão acontecer a curto prazo", assegurou ontem o diretor geral do Departamento de Terras e colonização - Terrasul, Euclides de Faria, após retornar de Brasília, onde manteve contatos junto ao Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários.

Ele encaminhou ao Ministério relatório sobre a situação de 3.957 famílias — 1.145 das quais sob ameaça de iminente despejo — que em 28 municípios estão necessitando de soluções urgentes. Além do relatório foram apresentadas sugestões com alternativas de áreas num total de 48 mil hectares para reassentamento dos posseiros.

"Embora de forma precária — adiantou Euclides — está reduzido para 339 o número de famílias ameaçadas de despejo e que estão localizadas nos municípios de Naviraí, Eldorado e Taquarussu. As famílias restantes, em número de 806, localizadas na reserva indígena dos Kadiwêus e na localidade de Morraria, não deverão ser incomodadas pelo menos até que seja encontrada uma nova área de reassentamento. Segundo o diretor do Terrasul, o relatório foi encaminhado ao Conselho de Segurança Nacional e os assessores do Ministério Extraordinário para Assun-

tos Fundiários garantiram que a "curto prazo será encontrada uma solução global para o problema dos posseiros".

REAVIVENTAÇÃO

Com relação à reserva indígena dos Kadiwêus, o Terrasul elaborou um relatório com 14 documentos de cunho histórico, técnico e social, contendo as seguintes sugestões: invalidação dos serviços de reaviventaçao promovidos pela Funai na confrontação leste e norte da reserva; com a invalidação; revisão dos trabalhos com base em documentos históricos e técnicos, e que o encaminhamento da definição exata dos limites leste e norte seja feito pelo grupo de trabalho constituído através do decreto 88118 e formada por membros do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, Ministério do Interior, Funai, Incra além de outros órgãos federais e o próprio Terrasul.

Com resposta às sugestões oferecidas, o assessor do MEAF, coronel Carlos Eduardo de Miranda Lisboa, declarou que "para maior agilidade na definição deverá ser evitada a criação do grupo de trabalho, buscando soluções de outra forma". Garantiu o assessor que os limites da área da reserva deverão ser feitos com base nos primeiros trabalhos realizados em 1900 por José de Barros Maciel, que fixou a reserva indígena em 373.024 hectares.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Assessoria de Comunicação Social - ACS

PSS-481, p.104/398

VEÍCULO: _____ CORREIO DO ESTADO _____

DATA: _____ 19.09.83 _____

PÁGINA: _____ 02 _____

1) Aos kadiweus o que é dos kadiweus

Pelo que se depreende das declarações do Diretor do Departamento de Terras, depois de sua entrevista com o Ministro Danilo Venturini, dos Assuntos Fundiários, tudo se encaminha para a normalidade nessa novela kadiweliana, em que dona Funai, como tutora dos índios, queria, nada mais e nada menos, do que abiscoitar, em favor dos seus tutelados, 165.511 hectares de terras que nada tinham com a Reserva. Terras que já haviam sido tituladas, pelo Estado, a terceiros e em que já se fizeram melhoramentos.

Quando se falava na diferença entre as duas medições, a grande explicação da matrona tuteladora era que essa diferença em nada beneficiava os posseiros, mas correspondiam a títulos pertencentes a "latifundiários".

Esses proprietários legítimos na área contestada, embora muitos, eram chamados assim para tirar deles a simpatia popular, sem considerar-se que pior latifundiário seria a Funai se todas essas terras ficassem com ela, incorporada ao hiper-superlatifundiário que seria (e ainda é) o acervo dos índios.

E latifundiário explorador, arrendatário, não permitindo nunca que se introduzisse benfeitorias definitivas na área. Uma terra que ficaria "per omnia seculo seculorum" parada no tempo, sem gerar impostos, sem permitir desenvolvimento, tal e qual vai acontecer com esses 373.024 hectares "que sobrarão" aos pobres índios ricos e que, se fossem bem explorados, dariam para que cada índio remanescente vivesse numa situação muito folgada.

Entretanto, respeitar-se-á a "cultura" indígena e eles viverão a mesma vida primitiva dos seus maiores, até sua extinção como grupo étnico, solapados pelas doenças e vícios trazidos pelos civilizados.

Acabou-se o sonho de dona Funai sobre os gordos dividendos que lhe dariam esses 165.511 hectares. Não fosse a pressão dos posseiros, essa grita de centenas de famílias, os verdadeiros donos das terras teriam sido expoliados porque, latifundiários ou não, eles não tinham força para fazerem ouvir e seus protestos se perderiam no judiciário depois de anos e anos de trabalhos e de despesas.

Seria justo, por isso, que eles entrassem em acordo com o Governo do Estado e cedessem dez por cento dessa área, sob venda simbólica, para que o Departamento de Terras localizasse ali pelo menos duzentas dessas famílias, que estão por lá presionando e graças aos seus clamores o direito deles será reconhecido.

Há 3.957 famílias de colonos sem terra para alojar, a maioria despejados da Reserva. Dessas, 1.145, transferidos de Porto Murtinho, Taquarussu, Eldorado e Naviraí, têm problemas mais urgentes.

Estudam-se várias opções, com outras áreas e o ministro se tem mostrado muito compreensivo com o problema e disposto a colaborar da maneira que lhe for possível.

O Departamento de Terras e a Secretaria da Justiça, que vêm lutando pelo desfecho agora à vista, estarão de parabéns.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Assessoria de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: JORNAL DA MANHÃ

DATA: 29.09.83

PÁGINA: 01 (UM)

Pedida a cassação de Juruna

Os ministros João Leitão de Abreu, chefe do Gabinete Civil da Presidência, e Rubem Ludwig, chefe do Gabinete Militar, enviaram expediente ao presidente da Câmara, deputado Flávio Marçilio, pedindo o enquadramento do deputado Mário Juruna no Art. 35 da Constituição Federal, Item II, que estabelece que "perderá o mandato o deputado ou senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes". No "aviso", o ministro Leitão de Abreu afirma que "o discurso proferido pelo deputado Mário Juruna na Tribuna da Câmara dos Deputados, sessão do dia 26 do corrente, além de gravemente ofensivo à honra do senhor presidente da República e dos ministros de Estado, caracteriza procedimento que incorre na regra estabelecida no Art. 35, item II, da Constituição Federal". — "Solicito, por isso, a Vossa Excelência, diante da gravidade do fato, as providências que o caso impõe" — assinalou o ministro Leitão de Abreu. O ministro Rubem Ludwig, por sua vez, afirmou em seu aviso, de n.º 020-CH/GM: "Em pronunciamento nessa Câmara dos Deputados, de 27 de setembro de 1983, o deputado Mário Juruna utilizou expressões altamente ofensivas, injuriosas, ao referir-se ao Exmo. Senhor Presidente da República e a todos os ministros de Estado e, conseqüentemente, ao signatário do presidente".

"Pelo exposto, dirijo-me a Vossa Excelência, fim de solicitar as providências cabíveis, particularmente no que concerne ao Item II do Artigo 35 da Constituição".

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Assessoria de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: DIÁRIO DA SERRA

DATA: 29.09.83

PÁGINA: 05

Juruna agora tem o mandato ameaçado

Onze ministros de Estado com a audiência do Presidente Figueiredo solicitaram, ao Congresso Nacional a cassação do mandato do deputado federal Mário Juruna (PDT-RJ) em razão de discurso do parlamentar proferido em plenário, na segunda-feira. O pronunciamento de Juruna irritou em primeiro lugar o Presidente Figueiredo que logo na manhã de terça-feira, quando recebia as credenciais dos novos embaixadores do Canadá e Romênia — Antony Tudor Eyton e Gheorghe Apostol — com o recorte do jornal «Correio Braziliense» no bolso dirigiu-se aos ministros Leitão de Abreu e Rubem Ludwig e ao assessor Especial Luiz Carlos Coutinho, mostrando-lhes a matéria e, em seguida guardando-a novamente no bolso. O pedido de cassação do deputado federal foi discutido pelo Presidente da República na reunião das nove horas de terça-feira e de ontem com os «ministros da casa». Dali saíram logo

as solicitações de Leitão de Abreu, da Casa Civil, Rubem Ludwig, da Casa Militar, e Delfim Netto, do Planejamento. Em aviso ministerial simples, variando um pouco a redação de alguns, os ministros pederam, ao presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marclio, como Rubem Ludwig, o seguinte: «Em pronunciamento nessa Câmara dos Deputados, transcrito em parte na edição de 27 de setembro de 1983 do jornal «Correio Braziliense», o deputado Mário Juruna utilizou expressões altamente ofensivas, injuriosas ao referir-se ao excelentíssimo Presidente da República e a todos os ministros de Estado, e consequentemente, ao signatário do presente. Pelo exposto, dirijo-me a vossa excelência a fim de solicitar as providências cabíveis, particularmente no que concerne ao item II do artigo 35 da Constituição. Apresento a vossa excelência os protestos da consideração e estima».

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Assessoria de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: CORREIO DO ESTADO

DATA: 29.09.83

PÁGINA: 03 (três)

Juruna e o Governo

O ministro da Justiça manifestou-se contrário à idéia, nascida no Palácio do Planalto, de fazer o Governo representação à Câmara para pedir medidas punitivas contra o deputado Mário Juruna, que, em discurso, agrediu o presidente da República e outros ministros.

Carlos Castello Branco

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Assessoria de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: _____ CORREIO DO ESTADO _____

DATA: _____ 30.09.83 _____

PÁGINA: _____ 02 _____



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
9.ª DELEGACIA REGIONAL

AVISO

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 009/9.ª DR/83 -
TOMADA DE PREÇOS

A FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO, através da Comissão Especial de Licitação designada pela Portaria Interna n.º 065/9.ª DR/83 de 26/09/83, nos termos do Decreto-Lei 200/67, torna público e faz ciência às firmas interessadas que, às nove (09:00) horas do dia 17 (dezessete) de Outubro do corrente ano, na Sede da Nona Delegacia Regional da FUNAI, sito à Rua 26 de Agosto n.º 127, nesta capital, estará recebendo e abrindo propostas para a alienação de madeira desvitalizada de diversas espécies, com predominância de peroba, caroba e canafistula.

Os interessados poderão obter o Edital, bem como os demais esclarecimentos necessários, na Sede da 9.ª DR, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas.

Campo Grande-MS, 27 de Setembro de 1983

José Resina Fernandes Júnior
-Presidente da Comissão-

veículo: JORNAL DO COMÉRCIO

data: Recife, 30 de setembro de 1983

página: 3 NACIONAL

Deputado vê desvio de atenção

BRASILIA — O deputado Elquisson Soares (PMDB-BA) acusa ontem o presidente da República de silenciar sobre negócios irregulares praticados por um de seus filhos, ignorar as denúncias sobre a corrupção em seu Governo e proter desviar a atenção da opinião pública através da mobilização oficial para cessar o mandato do deputado cacique Mário Juruana, "que não domina perfeitamente o significado exato de certas palavras da língua portuguesa".

"Se o presidente da República não quisesse ser um falso catão — disse o deputado na sessão do Congresso realizada na manhã de ontem — teria que explicar à sociedade

brasileira de como podem integrantes de sua família estar participando de falcatruses praticadas diariamente contra o interesse do País.

Há um filho seu — disse Elquisson Soares — arrolado no processo Capemil e eu possuo documentação comprovando essa participação e a coloco à disposição do Presidente, se ele quiser".

O deputado pelo PMDB esclareceu que "a empresa de que faz parte o filho do Presidente compra prava madeira em Tucuruí, que, segundo dados oficiais, custava Cr\$ 31,00 o metro cúbico, por Cr\$ 9,00". Elquisson Soares considerou o contrato lesivo aos interesses nacionais e acrescentou que ele dava ao filho

do Presidente o direito de "refúgio" a madeira que julgasse inadequada, "direito" que ele exerceu em 90 por cento das vezes, ficando o "refúgio" para ele próprio, tudo segundo os termos contratuais.

O deputado Elquisson Soares acrescentou que "uma firminha com contrato social de 28 milhões de cruzeiros faz contratos com a Capemil, com cobertura oficial, da ordem de 1 bilhão e 600 milhões de cruzeiros, e concluiu advertindo que o Presidente da República sob pena de proceder como um falso catão, "está no dever de explicar como sua família está participando de um roubo praticado contra o povo".

Pedida sanção contra Juruana

A aplicação imediata de uma sanção moral sobre o deputado Mário Juruana, por haver ofendido ministros de Estado e o presidente da Câmara, em discurso proferido, terça-feira, foi o que o presidente do PDS senador José Sarney, e seu líder, deputado Nelson Marchezan, propuseram ao presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marçílio. Eles acham que a punição rápida do parlamentar satisfará ao Poder Executivo, esvaziando uma crise, eventualmente nascida do conflito entre os dois poderes.

Sarney conseguiu falar, ontem, ao meio dia, com Marçílio, que se encontra em Fortaleza, e recebeu dele a informação de que regressa sábado e segunda-feira, pela manhã, reúne-se com os outros membros da mesa diretora, a fim de oferecer soluções para o problema.

Ontem pela manhã, depois de conferenciar com o líder Nelson Marchezan, em seu gabinete, o deputado Juruana se mostrava muito tranquilo.

"Medo de cassação? Eu, não. Não devo nada a ninguém. Quem tem medo é quem faz mal aos outros. Disse que todo ministro não presta. Não aponte! nenhum. Não especifiquei. Não sou contra pessoas, sou contra o roubo, a repressão. O que não presta é todo o sistema".

DIÁRIO DE PERNAMBUCO

data: Recife, 30 de setembro de 1983.

página: 1ª e "3".

Não existe pressão para cassar Juruna

BRASÍLIA - "Providências legais; nada mais". É isso, segundo o general Octávio Rezende, chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, que o ministro Walter Pires quer em relação ao episódio do deputado Mário Juruna (PDT-RJ), que na última segunda-feira acusou os ministros de Estado de "corruptos e ladrões". Já o presidente da Câmara, deputado Flávio Marcílio, declarou categoricamente não existir pressão por parte do Governo para que a Casa casse o mandato de Mário Juruna. O parlamentar carioca explicou, ontem, aos jornalistas, que não teve a intenção de atingir pessoalmente a honra de ninguém, e enfatizou: "Eu bem que queria falar em xavante nos meus discursos, mas o regimento não deixa. Se Juruna fala em xavante, não tinha confusão, pois as palavras têm significado mais leve". - Mais notícias na página A-3

FORTALEZA - Embora sem emitir um prognóstico pessoal sobre que punição poderá sofrer o deputado Mário Juruna, acusado de ferir o decoro parlamentar por ofensas à honra dos ministros, o presidente da Câmara, Flávio Marcílio (PDS-CE), admitiu que o parlamentar do PDT fluminense, ex-cacique dos xavantes, deve ter ferido a legislação quando se tornou candidato.

A candidatura do deputado Mário Juruna foi registrada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, sem que, possivelmente, tivesse sido examinada a sua condição relativamente incapaz, na conformidade do que preceitua o Código Civil. Entre os relativamente incapazes, segundo o Código Civil, estão os indígenas - afirmou o deputado Flávio Marcílio.

O presidente da Câmara explicou que o caso criado pelo recente pronunciamento de Mário Juruna será examinado pela Mesa Diretora, na reunião já convocada para segunda-feira. O que pode acontecer a ele, dependendo da decisão inicial da Mesa, é uma punição na forma regimental, que vai desde a advertência, a repreensão, a suspensão do mandato até, em último caso, a cassação do mandato.

Cacique diz que falou a verdade

BRASÍLIA - "Ministros não 'quer' um deputado. Ministros 'quer' processar todos 'o' deputados. Ministros 'quer' processar instituição". Foi com esta convicção que o deputado Mário Juruna (PDT-RJ), depois de tomar conhecimento do noticiário dando conta de que cerca de doze ministros pediram a cassação do seu mandato, chegou, ontem, à Câmara, no horário habitual.

Diariamente, Juruna, quando se encontra em Brasília, ao chegar à Câmara, dirige-se ao gabinete do secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso, onde um grande número de deputados conversa descontraidamente, sendo por isso conhecido o local por "senadinho". Os jornalistas que participam dessas conversas têm, inclusive, o compromisso de não divulgá-las.

Preocupado, Juruna? Foi a pergunta que em coro fizeram os presentes.

Não, porque não fez nada. Disse apenas a verdade.

Mas, você chamou todos os mini tros de ladrão? - insistiram.

Sim. Não aponte um ou dois ministros. Aponte todos, porque não sou contra ninguém, sou contra o Sistema - respondeu, acrescentando que não tem provas concretas, mas que os fatos por si se justificam. "Quem não sabe que brasileiro está passando fome, que vive na miséria, que estão invadindo terras dos índios. Quem é responsável pela inflação, pela dívida externa?"

Juruna também comentava que, se tivesse seu mandato cassado "seria bom", porque "vou sair pelo estrangeiro denunciando tudo. Lá fora sou ouvido e mais respeitado que no Brasil. Presidi o Tribunal Bertrand Russel, na Holanda, onde

existe outra gente, outra civilização".

Você tem passaporte? - indagou um repórter. - Sim - respondeu.

Agora é passaporte diplomático - interveio Paulo Afonso.

Depois de explicar, por diversas vezes, que estava tranqüilo, "porque quem não deve não teme, e eu não roubei, nem matei", Juruna deixou o gabinete do secretário da Mesa da Câmara e dirigiu-se ao gabinete do líder do Governo, deputado Nelson Marchezan.

Juruna, você está tranqüilo? - indagou o deputado Rui Codo (PDS-GO).

Acabei de repetir que sim, porque não devo; por isso, nada tenho a temer. Durmo tranqüilo e levanto tranqüilo. Agora, quem deve não consegue dormir e se levanta de orelha em pé - observou.

Marchezan, segundo Juruna, disse-lhe para não ficar preocupado "que não havia problema. Vamos aguardar o regresso do presidente Flávio Marcílio".

CARA FECHADA

Juruna, falando mais uma vez aos jornalistas que o acompanhavam, disse que Marchezan lhe recebeu "de cara fechada, mas que depois se abriu, tendo me afirmado que não há problema e que vai aguardar até segunda-feira, quando o presidente Marcílio deve chegar de Fortaleza".

E você o que disse a ele, Marchezan? - indagou um parlamentar que ingressava no gabinete do líder governista.

Disse que não sou contra ninguém, que sou contra Sistema.

Imagina se fosse - brincou Marchezan.

Tanto - retomou Juruna a palavra - que não aponte um ou dois minis-

tros, aponte o Governo todo.

Juruna disse ainda estranhar o fato de os ministros, "não sendo político, ter oficiado à Mesa da Câmara pedindo minha demissão (cassação de seu mandato), quando deputados todos os dias faz requerimento de pedindo informação e ministro não responde, e ninguém é processado. Ninguém processa ninguém" - desabafou.

Do gabinete do líder Marchezan, Juruna, às 10h10min, dirigiu-se para a sala de reuniões da Comissão do Índio, por ele presidida. Lá chegando, tomou conhecimento de que não havia quórum para iniciar a reunião, e apenas lamentou.

Juruna - comentou o deputado Domingos Leonelli -, mais uma vez não temos quórum.

Não temos sorte - disse Juruna, em resposta.

Em face disso, Juruna e o 1º vice-presidente da Comissão do Índio, deputado Alcides Lima (PDS-RO), resolveram endereçar ofício aos líderes dos Partidos com representantes no órgão, solicitando a substituição "daqueles que não estão interessados com os problemas indígenas". "É possível que isto se deva ao fato de alguns terem sido indicados na última hora" - procurou justificar o deputado Luiz Guedes (PDS-MG).

Durante toda a manhã de ontem, Juruna por onde passava era cumprimentado e recebia a solidariedade de seus colegas. "Solidariedade ampla, geral e irrestrita", assegurou o deputado Farabulini Júnior (PTB-SP). A um repórter disse que já havia recebido a solidariedade dos líderes dos Partidos de oposição, os quais lhe comunicaram que iriam se reunir para traçar uma estratégia de ação, a fim de evitar a perda do seu mandato.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social A C S

veículo: DIÁRIO DE PERNAMBUCO
data: Recife, 22 de setembro de 1983.
página: A-12

Ministros pedem à Câmara que casse o mandato de Juruna

BRASÍLIA - Os ministros João Leitão de Abreu, chefe do Gabinete Civil da Presidência, e Rubem Ludwig, chefe do Gabinete Militar, enviaram expediente ao presidente da Câmara, deputado Flávio Marçílio, pedindo o enquadramento do deputado Mário Juruna no art. 35 da Constituição Federal, item II, que estabelece que "perderá o mandato o deputado ou senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes".

No "aviso", o ministro Leitão de Abreu afirma que "o discurso proferido pelo deputado Mário Juruna na tribuna da Câmara dos Deputados, sessão de terça-feira, dia 26 do corrente, além de gravemente ofensivo à honra do presidente da República e dos ministros de Estado caracteriza procedimento que incorre na regra estabelecida no art. 35, item II, da Constituição Federal".

"Solicito, por isso, a Vossa Excelência, diante da gravidade do fato, as providências que o caso impõe" - assinalou o ministro Leitão de Abreu.

O ministro Rubem Ludwig, por sua vez, afirmou em seu aviso, de nº 020-CH/GM:

"Em pronunciamento nessa Câmara dos Deputados, transcrito em parte na edição 27 de setembro de

1983 do jornal "Correio Braziliense", o deputado Mário Juruna utilizou expressões altamente ofensivas, injuriosas, ao referir-se ao exmo. senhor presidente da República e a todos os ministros do Estado e, conseqüentemente, ao signatário do presente.

"Pelo exposto, dirijo-me a Vossa Excelência, a fim de solicitar as providências cabíveis, particularmente no que concerne ao item II do artigo 35 da Constituição".

"Apresento a Vossa Excelência os protestos de consideração e respeito".

O aviso do ministro Leitão de Abreu é o seguinte: "Excelentíssimo sr. presidente da Câmara dos Deputados:

O discurso proferido pelo deputado Mário Juruna na tribuna da Câmara dos Deputados, sessão de terça-feira, dia 26 do corrente, além de gravemente ofensivo à honra do sr. presidente da República e dos ministros de Estados, caracteriza procedimento que incorre na regra estabelecida no artigo 35, item II, da Constituição Federal.

Solicito, por isso, a Vossa Excelência, diante da gravidade do fato, as providências que o caso impõe.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu alto apreço e consideração".

Deputados decidem na 2ª como reprimir pedetista

O presidente da Câmara, deputado Flávio Marçílio, marcou para segunda-feira a reunião da mesa para deliberar sobre a representação remetida por diversos ministros de Estado pedindo à Casa para coibir o procedimento do deputado Mário Juruna que, na segunda-feira, chamou todos os ministros de ladrões, sem vergonha e mau-caráter. Invoca o artigo 35, item II da Constituição, para pedir atenção especial, pois nele está prevista a pena de até perda de mandato para o deputado que faltar com o decoro parlamentar.

O Regimento Interno da Câmara estabelece três tipos de penalidade para estes casos: censura, que tem uma ampla abrangência, indo desde a retirada de palavras do texto do discurso até advertência escrita ao deputado; suspensão temporária do exercício do mandato; e a perda do mandato. Nesta última hipótese, deve ser aprovada pelo plenário, com maioria mais um da Casa, ou seja, 240 votos.

OFÍCIOS

Ontem, começaram a chegar ao gabinete da Presidência da Câmara os ofícios ministeriais pedindo aten-

ção para o episódio Juruna. Até o final da tarde estavam protocolados os dos ministros Delfim Neto, Walter Pires, Délio Jardim de Matos, Maximiano da Fonseca, Rubem Ludwig, Leitão de Abreu, Danilo Venturini, Cesar Cals, Cloraldino Severo, Ibraim Abi-Ackel e Mário Andreazza.

O líder do PDS, deputado Nelson Marchezan, lembrou que ninguém gostaria que se dissesse que todos os deputados são ladrões, para assinalar que Mário Juruna foi extremamente infeliz na sua fala. Mas reconheceu a competência da mesa da Câmara para decidir sobre o caso, zelando também pela instituição. De acordo com Marchezan, o pedido dos ministros à Presidência da Casa é um fato inédito e prestigia a Câmara, pois lhe manifesta o repúdio ao conteúdo do discurso, mas deixa a uma decisão interna o desfecho do caso.

Segundo o líder pedetista, os deputados estão abusando da tribuna da Câmara, com um linguajar ofensivo e inadequado, cujas palavras depois são retiradas das notas taquigráficas a fim de publicar o conteúdo corrigido no Diário do Congresso.

Cacique aprendeu a usar a malandragem do branco

Respeitado pela maioria de seus colegas parlamentares, o cacique Mário Juruna, 40 anos, 10 filhos e um livro publicado, alcançou repercussão internacional quando presidiu, em 1980, o IV Tribunal Bertrand Russel, na Holanda. Eleito pelo PDT do Rio de Janeiro, o deputado cacique é tido, não só pelos companheiros de partido como pelas demais, como uma pessoa de excelente convivência. "É malandro como o branco", afirma a deputada Cristina Tavares.

Mário Juruna é um dos parlamentares mais procurados pelos visitantes do Congresso. A todos atende com atenção. Seus colegas afirmam que Juruna é um excelente contador de piadas e possui bom gosto na escolha de tecidos para roupas de mulheres. Sabe ser irônico quando provocado. Bocayuva Cunha, seu líder no PDT, narrou um episódio ocorrido com Juruna no final da campanha eleitoral do ano passado.

Em São Gonçalo, Estado do Rio, Mário Juruna participou de um churrasco em homenagem a Brizola,

quando foi abordado por um candidato a deputado federal, que sugeriu a Juruna ser candidato a senador. Irônico, Juruna respondeu: "No, Juruna bom deputado. Você é que é bom senador". O autor da proposta a Juruna ficou na terceira suplência. Bocayuva Cunha, que conviveu com Mário Juruna a campanha e hoje convive com ele no Parlamento, considera o deputado um homem sério, "profundamente preocupado em exercer a tarefa a que se propôs, a de ser realmente um representante das comunidades indígenas", e conclui: "É extremamente inteligente e tem jogo de cintura".

Enquanto a temperatura política atingia, na terça-feira, níveis elevados, com as ameaças de até perda de mandato, Mário Juruna circulava pelos corredores demonstrando tranqüilidade. A todos repetia que ainda não tinha tomado conhecimento oficial das representações contra a sua pessoa. Sempre que provocado a dar sua opinião sobre o episódio Juruna respondia: "Quem não deve não teme".

veículo: JORNAL DO COMÉRCIO
data: Recife, quinta-feira, 23.02.83
página: 1ª.

(quinta)

Juruna pode perder o seu mandato

A mesa da Câmara dos Deputados reúne-se segunda-feira para examinar os pedidos do presidente João Figueiredo e de diversos ministros de Estado, inclusive Walter Pires, Délio Jardim de Mattos, Delfim Netto, Leitão de Abreu, Rubem Ludwig e Danilo Venturini — para que seja declarada a perda do mandato do deputado Mário Juruna por abuso de suas prerrogativas.

No mínimo, o deputado-cacique será advertido publicamente pelo presidente da Câmara. Os ministros se consideram ofendidos com o pronunciamento do deputado, feito segunda-feira: "os ministros são ladrões", citando nominalmente Delfim Netto, do Planejamento.

Num improviso, Juruna declarou que "o Governo Figueiredo está roubando".

Associação de Jornalistas Sociais AOS

Veículo: DIÁRIO DE PERNAMBUCO

data: Recife, 29. de setembro de 1983.

página: 1ª.



O deputado Mário Juruna (PDT-RJ) pode ter seu mandato cassado por ofensa à honra dos ministros

BRASÍLIA - Onze ministros de Estado, com anuência do presidente Figueiredo, solicitaram, ontem, a Câmara Federal, a cassação do mandato do deputado-cacique Mário Juruna (PDT-RJ), em razão do discurso proferido pelo parlamentar pedetista, segunda-feira passada, no plenário daquela Casa do Congresso Nacional. Ele chamou todos os ministros de "ladrões, sem-vergonha e mau-caráter". As autoridades ofendidas invocaram o artigo 35, item II, da Constituição Federal.

O pronunciamento de Juruna irritou em primeiro lugar o chefe da Nação. O presidente Figueiredo, logo na manhã de terça-feira, após receber as credenciais dos novos embaixadores do Canadá e da Romênia, respectivamente srs. Anthony Tudor Eyton e Gheorghe Apostol, mostrou aos ministros Leitão de Abreu e Rubem Ludwig e ao assessor especial, Luiz Carlos Coutinho, um recorte do "Correio Braziliense" contendo o discurso do cacique.

O pedido de cassação do deputado foi discutido pelo presidente da República nas reuniões das 9 horas de terça-feira e de ontem com os chamados "ministros da casa". Daí saíram logo as solicitações de Leitão de Abreu (Casa Civil), Rubem Ludwig (Casa Militar) e Delfim Neto (Seplan).

Em aviso ministerial simples, variando um pouco a redação de alguns, os ofendidos pedem ao presidente da Câmara, deputado Flávio Marcílio, como fez o general Rubem Ludwig, o seguinte: "Em pronunciamento nessa Câmara dos Deputados, transcrito, em parte, na edição de 27 de setembro de 1983, do jornal "Correio Braziliense", o deputado Mário Juruna utilizou expressões altamente ofensivas e injuriosas ao referir-se ao Excelentíssimo sr. presidente da República e a todos os ministros de Estado e, conseqüentemente ao signatário do presente. Pelo exposto, dirijo-me a Vossa Excelência, a fim de solicitar as providências cabíveis, particularmente no que concerne ao item II do artigo 35 da Constituição. Apresento a Vossa Excelência os protestos de consideração e estima".

O dispositivo constitucional citado assinala que perderá o mandato o deputado ou senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes.

Ao ser indagado sobre o assunto, Mário Juruna afirmou: "Nunca vi homem bom ser cassado. O diabo nunca foi cassado, por que então vou ser cassado". O líder do Governo, Nelson Marchezan, disse que "todos os ministros têm o direito de defender a honra". **Mais notícias na página A-12**

Revista: JORNAL DO COMÉRCIO

Data: Recife, 29 de setembro de 1982

Página: 4 - NACIONAL

Mesa vai decidir se Juruna perde mandato

BRASÍLIA — A mesa da Câmara dos Deputados vai se reunir na segunda-feira, às 9 horas, extraordinariamente, para examinar os pedidos do presidente Figueiredo e de diversos ministros de Estado — entre os quais Walter Pires, Delfim Jardim de Matos, Delfim Netto, Leitão de Abreu, Rubem Ludwig, Danilo Venturini — para que seja declarada a perda do mandato do deputado Mário Juruna (PDT-JR), por abuso de suas prerrogativas. O deputado-cacique deverá, pelo menos, ser advertido publicamente pelo presidente da Câmara.

Os ministros se consideram ofendidos pelo pronunciamento do deputado Juruna, segunda-feira última. Alguns dos ofícios dirigidos ao presidente Flávio Marçílio pedem providências da mesa diretora e outros invocam o art. 35, item II da Constituição — perda do mandato do parlamentar, cujo procedimento foi declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes.

No seu discurso, Juruna disse que "os ministros são ladrões", citando nominalmente como "ladrão" o ministro Delfim Netto.

"O diabo nunca foi cassado, por que vou ser cassado?" — Perguntou ontem aos jornalistas o deputado Mário Juruna, quando questionado sobre o pedido de providências de ministros ao presidente da Câmara. Flávio Marçílio está desde terça-feira em Fortaleza e só retornará a Brasília sábado.

A mesa reteve dois pronunciamentos de Juruna, evitando a publicação no "Diário do Congresso Nacional". Um deles, por escrito, dado como lido, e outro, do registro das notas taquigrá-

ficas que ele pronunciou de improviso, no qual fez a acusação generalizada aos ministros. "O Governo Figueiredo está roubando" — disse ele no seu improviso. O vice-líder de plantão do PDS, deputado Siqueira Campos (GO), em aparte, contestou Juruna e defendeu o Governo Figueiredo.

Na presidência da sessão o deputado Walber Guimarães (PMDB-PR), 2º vice-presidente, não censurou o orador, apenas autorizou a publicação do discurso por escrito. Ontem, Walber Guimarães explicou que se interrompesse seria muito pior, "pois despertaria a atenção e o Juruna poderia discutir com a mesa". O deputado paranaense, porém, advertiu a secretária da mesa pelos termos usados pelo deputado Juruna.

Pelas informações das lideranças partidárias, o problema poderá ser minimizado. Juruna seria censurado publicamente pela presidência, conforme prevê o regimento. Há o receio generalizado de que o plenário não aprovaria a perda do mandato de Juruna — o que só poderá acontecer com o voto favorável de pelo menos 240 deputados — maioria absoluta.

Terça-feira à noite, o líder do Governo, deputado Nelson Marchezan, foi informado da decisão de vários ministros — inicialmente os do Exército, Aeronáutica, Planejamento e Casa Civil — de solicitar de Flávio Marçílio providências para punir internamente Juruna com a cassação do mandato. Marchezan manteve contatos com os líderes Freitas Nobre (PMDB) e Bocatuba Cunha (PDT), informando-os do problema.

Os líderes alertaram o deputado Marchezan, anteontem e ontem da gravidade da questão. O plenário não iria aprovar a declaração de perda do mandato de Juruna, o que provocaria nova derrota política do Governo Figueiredo. O assunto ganharia repercussão nacional e internacional, por se tratar do primeiro índio parlamentar do Brasil.

Veículo: "CORREIO"

Data: Paraíba, terça-feira, 20.02.83

Página: 1ª

As denúncias do cacique-deputado



Juruna levou suas denúncias ao Governador Wilson Braga no Palácio da Redenção...

Juruna: Funai vendeu terras dos Potiguara a fazendeiros

O cacique-deputado federal Mário Juruna (PDT-RJ) encerrou ontem sua visita à Paraíba, retornando a Brasília com alguns quilos a mais de denúncias e documentos contra a atuação da Funai na reserva indígena dos Potiguara, em Bals da Traição. A mais aguda flechada contra o organismo responsável pela política indigenista. Juruna reservou para o seu último dia neste Estado. Recebido pelo prefeito Oswaldo Trigueiro, pela manhã, e, à tarde, por deputados na Assembleia e pelo governador Wilson Braga no Palácio da Redenção, o representante dos cariocas na Câmara Federal aproveitou seus contatos com a imprensa para acusar a Funai de ter vendido a terra da reserva da Baía a fazendeiros da região de Rio Tinto e Mamanguape. Para tanto, a Fundação teria, inclusive, se utilizado de certidões falsas. Ao governador Wilson Braga, pediu empenho na solução dos problemas de seus irmãos de Raça na Paraíba. Garantiu que sua gente não deseja violência, mas medidas concretas das autoridades para que os direitos dos índios sejam respeitados. Em resposta, o chefe do Executivo prometeu agir em favor dos índios e pediu a Juruna para que tranquilizasse os habitantes da reserva. "Tudo se resolverá e muito em breve", previu o governador. O cacique-deputado foi a Palácio acompanhado pelos deputados peemedebistas José Maranhão e José Fernandes de Lima. Página 5



...reafirmadas antes em entrevista ao Informal da CORREIO

VOICU... "O NORTE" (PARAÍRA)

data: João Pessoa, 20 de setembro/83

página: 1-3

Juruna acha que só uma revolução poderia provocar mudanças no País

O deputado Mário Juruna (PDT-Rio de Janeiro) defendeu ontem, na Assembléia Legislativa, uma revolução como única forma capaz de produzir mudanças no país. Ele apresentou a revolução como saída quando discursava da Tribuna condenando toda a cúpula do Governo, considerada pelo cacique como "uma meladúzia que só tem compromissos com o Fundo Monetário Internacional e com os Imperialistas".

Ele disse que a maioria dos deputados que conhece são pessoas comprometidas com interesses contrários aos do povo, preocupados "em defender Delfim Netto, Andreazza, Figueiredo e outros ministros", pessoas que, segundo afirmou, são as responsáveis pela inflação, pela fome e quem as defende, concluiu Juruna, "não está comprometido com o povo".

Juruna começou o seu discurso fazendo um alerta aos que esperavam ver nele uma figura folclórica: "não sou palhaço e nem sou de brincadeiras. Quem quiser ver palhaços e artistas vá ao Rio de Janeiro", disse o cacique em resposta aos que não contiveram o riso ao escutar as suas primelras palavras.

Disse que não era o responsável pelas mentiras apregoadas pelo país afora e anunciou que se fosse uma autoridade policial não hesitaria em levar para a cadeia



O deputado-cacique Mário Juruna (PDT-RJ) pregou uma revolução no País como única solução para a crise

todos os responsáveis pela crise nacional. Em seguida lamentou que a prisão seja o destino das pessoas que falam com seriedade, ao considerar que "quem explora, quem expulsa os trabalhadores da terra e quem se apropria de bens públicos nunca foi preso".

O deputado Mário Juruna lamentou ainda a falta de credi-

bilidade de que desfruta o poder Legislativo ao dizer que "o Governo quer transformar os deputados em palhaços. Os deputados, afirmou, têm de aprovar projetos que vêm dos militares, os que vêm dos ministros e os enviados pelo presidente. Mas, continuou Juruna, os projetos dos deputados em favor do povo são engavetados pelo Governo".

Juruna fez ver aos que o escutavam que não foi eleito para brincadeiras, conforme anunciou, ao lembrar que na sua luta em defesa dos índios Xavantes sofreu várias ameaças, enfrentou invasores das terras indígenas e teve ainda confrontos com a própria Polícia Federal e Militar a serviço da Funai.

VISÃO: "O NORTE" (PARAÍBA)

Data: João. Pessoa, terça-feira, 20.09.83

página: 1a.



Portando arco e flecha, um grupo de índios ocupou as galerias da Assembleia, para ouvir o deputado Juruna

Um dia de arco e flexa na Assembleia

O deputado Mário Juruna (PDT-RJ) que veio à Paraíba para visitar os remanescentes dos índios Potiguara instalados na reserva da Baía da Traição, defendeu ontem, durante pronunciamento na Assembleia Legislativa, uma revolução como a única alternativa que conduzirá o País a mudanças que superem a atual crise.

Definiu os membros do Governo como "uma meia-dúzia que só tem compromissos com o Fundo Monetário Internacional e com os imperialistas". Para uma galeria ocupada por índios portando arco e flexa, o deputado e cacique Xavante acrescentou que "a maioria dos deputados que conheço são pessoas comprometidas com interesses contrários aos do povo, preocupados em defender Delfim Netto, Andreazza e outros ministros".

Mário Juruna advertiu os que riram

durante suas primeiras palavras: "Não sou palhaço e nem sou de brincadeiras. Quem quiser ver palhaços e artistas vá ao Rio de Janeiro".

Ele denunciou ainda, na Assembleia, a presença de policiais armados na aldeia Potiguara, em Baía da Traição, o que considerou uma forma de intimidar os índios que lutam contra a invasão das suas terras por latifundiários com interesses na área.

Garantiu que os problemas dos índios paraibanos — "muito sérios" — serão levados ao ministro extraordinário para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, ao Ministério do Interior e à Fundação Nacional do Índio — Funai.

Aos deputados paraibanos, Juruna solicitou empenho na defesa dos interesses e direitos dos índios Potiguara. Sugeriu à direção da Assembleia Legis-

lativa a criação de uma Comissão do Índio para acompanhar e intervir em favor das reivindicações dos índios paraibanos.

A saudação ao deputado xavante foi feita pelo deputado estadual José Fernandes de Lima (PMDB), que o considerou "o autêntico representante do povo brasileiro no Congresso Nacional".

— Suas palavras não têm o timbre do português correto mas é mais sincero do que a simples retórica a que estamos acostumados, enfatizou Fernandes referindo-se também à história dos índios que vivem na Baía da Traição e que "precisa ser contada para que se reitere o sofrimento, as perseguições e o descaso dos poderes públicos para com aquela comunidade".

(Página 3)

Veículo: "CORREIO 7"

Data: Paraíba, 20 de setembro de 1983

Página: "5"

Juruna: Funai tomou terras na Baía da Traição e deu certidões falsas

-O problema dos índios da Baía da Traição é um pouco diferente daqueles que encontramos noutras localidades, pois aqui foi a própria Funai, e não os aventureiros, que tomou as terras dos indígenas para vendê-las aos fazendeiros; com certidões falsas denunciou ontem o deputado Mário Juruna, na Assembleia Legislativa, durante entrevista à imprensa.

Ele disse que já tomou conhecimento de todos os problemas dos índios da Baía da Traição e ainda esta semana pretende reunir-se com o Ministro Danilo Venturini, de Assuntos Fundiários, para denunciar a ação inescrupulosa da Funai e pedir a volta das terras aos seus verdadeiros donos, "disse ao acusar o Governo de massacrar os índios e enganar o povo brasileiro".

EM PLENÁRIO

Convidados a presenciar a sessão da Assembleia Legislativa, o deputado Mário Juruna desceu até o plenário, recebendo a saudação de praxe por parte do deputado José Fernandes de Lima, escolhido para tal, por representar na Casa de Epitácio Pessoa uma área onde os índios habitam.

-Eu falo em favor do índio, dando maior destaque a esse problema, porque sou o único índio no Congresso Nacional. Para defender os brancos, há muita gente eleita pelo povo, mais de 400 deputados e senadores - disse ao justificar a insistência em abordar os assuntos ligados aos seus irmãos de sangue que enfrentam, no País, as maiores dificuldades, atualmente.

Da tribuna ele teceu severas críticas aos ministros Delfim Netto, Ernane Galvêas e Mário Andreazza, classificando-os por palavras anti-regimentais que depois, por sugestões do deputado Doca Gadelha, foram retificadas da Alta dos Trabalhos, com a anuência do presidente e da Mesa; deputado Judivan Cabral. O deputado Mário Juruna esteve na Assembleia Legislativa acompanhado de seus colegas Raimundo Asfóra e José Maranhão, e logo depois, seguiu para o Palácio, onde foi recebido pelo governador Wilson Braga.

NÃO É CANDIDATO

Ao revelar ontem que não pretende candidatar-se à Presidência da República, como informou a imprensa campinense após sua visita àquela cidade, o deputado Mário Juruna disse que os nomes cotados atualmente para as disputas no Colégio Eleitoral não atendem aos anseios do povo, "porque Andreazza, Maluf e Aureliano são muito perigosos, não entendem nada do povo e são comprometidos com os banqueiros do exterior".

-Todos são ruína, e o ministro Mário Andreazza, quando ocupava o Ministério dos Transportes, foi o grande responsável pela repetida invasão às terras dos índios para repassá-las aos brancos - disse Juruna ao condenar também a coordenação levada adiante pelo presidente Figueiredo, para a escolha do seu substituto. Ele acha que o Presidente deve mudar de ação e cuidar da fome do povo, "a começar pelo Nordeste, onde a televisão mostrou o povo morrendo de fome".

DO INDIO
Associação Social A.C.C.

Veículo: "O NORTE" (PARAÍBA)

Data: J. Pessoa, 20 de setembro de 1983

Página: "3"

Lider do PMDB saudou Juruna

Ao saudar o deputado-cacique Mário Juruna (PDT-RJ), ontem, na Assembleia Legislativa da Paraíba, durante visita do parlamentar carioca aos deputados paraibanos, o líder do PMDB, José Fernandes de Lima, o considerou "o autêntico representante do povo brasileiro no Congresso Nacional" afirmando, ainda, que "suas palavras não têm o timbre do português correto, mas são mais sinceras do que a simples retórica que estamos acostumados a ouvir".

Fernandes falou da luta dos índios Potiguaras da reserva de Baía da Traição, distante 100 quilômetros de João Pessoa, "cuja história precisa ser contada pos-

teriormente, para que se retrate o sofrimento, as perseguições e o descaso dos poderes públicos para com aquela comunidade". Dizendo que sempre esteve voltado para os problemas da reserva Potiguará, José Fernandes justificou suas declarações afirmando que "os grandes e poderosos já têm amparo, condições financeiras e os meios necessários para dispensar a assistência e proteção pública". Disse, ainda, que os Potiguaras reivindicam com toda razão as terras "que foram usurpadas pelos poderosos e, por isso mesmo, a Assembleia Legislativa compartilha e acompanha a luta de Juruna, que está autenticamente representando o povo brasileiro".

Índio quer liberdade e terra

— A miséria atinge muitos brasileiros, mas como só existe um representante dos índios é que dedico a eles toda a minha atenção. Assim justificou o deputado Mário Juruna a sua abnegada luta em defesa dos interesses dos remanescentes indígenas do Brasil que, segundo ele, atualmente precisam apenas de "liberdade, terra, saúde e educação".

Considerou que ele hoje é o único representante político dos indígenas, embora admita que foi eleito com os votos do povo carioca. Disse que todos os brasileiros precisam produzir e, tomando como parâmetro as reivindicações do seu povo, defendeu a distribuição de lotes de terra com agricultores, única forma deles usufruírem das riquezas do país.

Disse que tudo que conseguiu foi para defender o povo, missão que para ser cumprida, afirmou "precisa de abnegação e firmeza". Revelou que muitas vezes foi expulso de sua aldeia mas que resistiu e, por isso, hoje se sente a vontade para defender os interesses das comunidades indi-

Veículo: "CORREIO"

Data: Paraíba, 20 de setembro de 1983.

Página: "5"

NA PREFEITURA

Atendendo apelo do deputado Mário Juruna, durante visita que lhe foi feita pelo cacique xavante, na Prefeitura da Capital, o prefeito Oswaldo Trigueiro garantiu emprestar todo apoio à luta empreendida pelos índios remanescentes da tribo Potiguara, localizada na Baía da Traição, para a demarcação das terras, através da Funai. O deputado Juruna esteve às 10 horas de ontem com o prefeito Oswaldo Trigueiro, acompanhado dos deputados Raimundo Asfóra e José Maranhão, onde apresentou cerca de 20 índios representantes das 16 comunidades indígenas existentes na Baía da Traição, demorando-se por uma hora em conversa com o edil.

Juruna revelou que está realizando frequentes viagens a todos os Estados onde ainda existem remanescentes dos indígenas, para verificar a situação em que se encontram e encaminhar pedidos para a solução das dificuldades existentes, particularmente em relação à questão de terras. Ele agradeceu a hospitalidade do prefeito Oswaldo Trigueiro, de quem foi hóspede durante os dois dias que passou em João Pessoa, e solicitou especial atenção aos índios da Baía da Traição, em visita à João Pessoa, evitando que sofram qualquer perseguição.

O prefeito disse que dentro das possibilidades, nos limites do município, tudo fará em apoio aos índios, e sugeriu que o encontro com o governador Wilson Braga, as reclamações a respeito da demarcação das terras e perseguições fossem relatadas, para que as providências possam ser tomadas pela autoridade maior do Estado.



Trigueiro recebeu Juruna em seu gabinete

JURUNA - I

Quando chegou sexta-feira, pela madrugada, ao hotel Tropicana, o deputado Mário Juruna surpreendeu Toinho Cabral ao pedir um jantar, quando a cozinha já estava fechada e só havia um garçon atendendo à beira da piscina. Toinho, no entanto, pensou em mandar buscar a comida e indagou de Juruna se ele queria lagosta, camarão, strögonof ou outro prato, ao que respondeu o índio: quero jantar um copo de café e um pão. E subiu ao apartamento.

JURUNA - 2

Interpelado por um repórter em Campina Grande, sobre assuntos domésticos, em relação às três esposas que mantém, o deputado Juruna irritou-se, mas soube sair com inteligência, respondendo: "vida de Juruna é particular e não interessa você saber quantas mulheres ele tem, porque Juruna não quer saber quantos homens você tem".

veículo: "O NORTE" (PARAÍBA)

data: J. Pessoa, 20 de setembro de 1983

página: "3"

Policiais tentam intimidar índios da Baía da Traição

Mário Juruna denunciou que a presença de policiais armados no interior da aldeia dos Potiguaras na Baía da Traição, tem o objetivo de intimidar os índios da reserva que tentam impedir a ocupação de suas terras por latifundiários da agro-indústria do álcool.

O problema dos Potiguaras, segundo ele, é uma questão muito séria que será denunciada no Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, no Ministério do Interior e na própria Funai. Juruna considerou que, no caso da Baía da Traição, o erro não é do invasor dono da Agican, Belarmino Pessoa de Melo, que se aproveitou de irregularidades praticadas por representantes da Funai.

Disse que essa empresa, junto com outros proprietários, ocupou 20 mil hectares de terra pertencentes aos Potiguaras. A transferência dessas terras para o controle de particulares, segundo sua denúncia, foi feita com a aquiescência da Funai que concedeu certidões negativas de propriedade falsificadas, que permitem aos proprietários ocuparem as terras da reserva.

Solicitou dos deputados paraibanos empenho em defesa dos direitos dos Potiguaras e pediu que na Assembleia Legislativa seja criada uma Comissão do Índio, para defender os interesses de todos os marginalizados e contribuir com dados e informações para o trabalho desenvolvido pela Comissão do Índio da Câmara dos Deputados, presidida por ele.

Juruna denunciou a Funai como uma instituição que não está preocupada com os problemas do índio, lembrando que, em Baía da Traição, a demarcação feita pelos nativos não foi aceita pelo órgão. Segundo ele se a Funai quisesse resolver o problema do índio, ela aceitaria a demarcação da reserva depois de conferir a sua precisão.

PRESIDENTE E SUCESSÃO

O trabalho do presidente Figueiredo de coordenar o processo sucessório, a que tem se dedicado, representa, na opinião de Juruna, uma perda de tempo para o presidente e para os que com ele se encontram para tratar do assunto. O presidente, na opinião do deputado, deveria estar mais preocupado em resolver os problemas nacionais como o desemprego, a fome, a miséria e a inflação.

A escolha do candidato à presidência, argumentou, é uma tarefa que cabe ao povo. Para Mário Juruna falta autoridade a um presidente indicado por um grupo restrito, que não tem o apoio do povo. Um processo de eleição presidencial que restringe a participação de todos, na opinião de Juruna, está errado.

Disse que tem condições de ser presidente da República porque, argumentou, conhece os problemas do povo "ao andar de canto a canto do país". Revelou, no entanto, que só se lançaria candidato se fosse de forma definitiva e, como ele considera, seria porque, afirmou, "não falo nem tomo decisão por brincadeira".

Garante, porém, que continuará na política "para defender os interesses do povo" porque, segundo ele, "os brasileiros sempre foram enganados, não têm ainda consciência e votam sem saber". Prometeu lutar contra esse estado de coisas "para evitar, afirmou, que o país afunde mais ainda".

- O atual Governo não tem compromissos com os brasileiros, sentenciou Juruna ao considerar que os compromissos do presidente e de todos os seus ministros é com grupos estrangeiros, com o FMI e com potências multinacionais. Os responsáveis pelo Governo, disse Juruna, mereciam ir para a cadeia porque estão vendendo o Brasil, entregando nosso ouro e toda a nossa madeira.

O presidenciável Andreazza, na opinião de Juruna, não pode ser apoiado por ninguém porque, denunciou, ele foi um dos responsáveis pela invasão das terras indígenas, ao se omitir de resolver o problema da demarcação em várias reservas. "Se eleito, disse Juruna, ele representará uma ameaça para os fazendeiros porque do índio ele já tomou toda a terra".

É Andreazza, segundo Juruna, também o responsável pelos aumentos da prestação da casa própria, pela falta de recursos para a recuperação econômica do Nordeste, uma vez que o BNH e a Sudene estão subordinados ao seu Ministério, e, por isso, acredita que ele não merece nenhum apoio.

Ao ser indagado sobre o nome de Maluf, Juruna respondeu que "são todos do mesmo saco, muito espertos e bons de conversa. O que assumir vai entregar o resto do Brasil", concluiu. Juruna não isentou o presidente Figueiredo, considerado por ele como "da mesma panelinha, que protege Delfim e Andreazza".

PSS-481, p. 122/398
ACS

Veículo: "DIÁRIO DE PERNAMBUCO"

Cidade: Recife, sábado, 17 de setembro/1983

Página: 1ª página

Juruna: Funai deve dar lugar a outro órgão

O deputado-cacique Mário Juruna, de passagem para João Pessoa, concedeu rápida entrevista, ontem, no Aeroporto dos Guararapes, afirmando que a Funai deve dar lugar a outra repartição, pois ela não existe e, a exemplo de outros órgãos, só procura beneficiar os ricos e fazendeiros, "muitos deles amigos do ministro do Interior, Mário Andreazza".

Referindo-se à Comissão do Índio da Câmara dos Deputados, a qual foi escolhido para presidente, Mário Juruna assinalou que, agora, seu povo vai ter vez, já que sempre viveu isolado e a Funai não oferece proteção. O sociólogo Gilberto Freyre, que chegou ao Recife no mesmo avião em que viajava o parlamentar, disse que a Juruna "foi dado o direito de clamar por seus irmãos índios, e ele está realmente fazendo isso".

VEÍCULO: CORREIO DO ESTADO
DATA: 19.09.83
PÁGINA: 04

PSS-481, p. 123/398

Desassistidos, índios vivem em situação de miséria total

A crise econômica pela qual atravessa o País, a recessão e o desemprego, já vem atingindo até mesmo as comunidades indígenas que vivem no Mato Grosso do Sul. A situação é bem característica em Campo Grande, onde vivem mais de 1.000 famílias indígenas, principalmente terenas, em favelas ou sub-habitações, cujos chefes estão desempregados ou vivendo de biscates.

A solução encontrada por essas famílias é a de continuar fabricando potes e panelas de barro, atividades exercidas pelas mulheres, para que as famílias possam ser, precariamente, sustentadas. Mas mesmo esse tipo de trabalho está sendo realizado com muitas dificuldades, por um simples motivo: em toda Campo Grande, as índias não conseguem barro que permita fazer os utensílios com boa qualidade. O barro próprio para a fabricação dessa cerâmica peculiar só pode ser encontrado na Aldeia Cachoeirinha, em Miranda, mas os índios não têm condições de ir até lá para buscar a matéria-prima, essencial para a sobrevivência das famílias.

Exemplo dessa situação é a família dos terenas Augustin Muchacho e Adélia Polidoro, casados e com cinco filhos. Eles enfrentam muitos problemas, pois Augustin está doente, sem poder trabalhar, e sua mulher, ceramista desde os 15 anos, não consegue barro para seu artesanato. "aqui em Campo Grande, não existe barro bom", diz ela.

Mesmo assim a terena ainda consegue produzir algumas peças que são comercializadas através da Casa do Artesão. Os objetos fabricados pelos terena é de alta qualidade, de fabricação custosa, difícil e demorada. Mas o resultado é considerado dos melhores possíveis: depois de prontas, as vasilhas podem ir ao fogo ou à geladeira.

- Nunca comi um feijão tão gostoso como o que é cozinhado nas panelas de Adélia - diz, orgulhoso, o seu marido, Augustin.

Mesmo fabricando utensílio de tão boa qualidade, a família de Augustin e Adélia atravessa sérias dificuldades financeiras. Todos os cinco filhos são menores, ele inválido e ela não consegue dinheiro para uma pas-

sagem até Cachoeirinha, onde poderia buscar o barro que necessita para a sobrevivência de todos.

Nessa situação também estão mais de mil famílias terena (80% do total), guarani e kadiwéu. Nenhum deles recebe qualquer assistência da Fundação Nacional do Índio - Funai - à exceção quando adoecem, mesmo assim ainda tem que entrar na fila, pois o hospital da Casa do Índio vive superlotado de nativos que deixam suas aldeias para buscar assistência em Campo Grande. Muitos deles acabam ficando por aqui mesmo, e passam a viver em favelas.

A situação é bem caracterizada nessa família. Augustin tem um sério problema nas pernas - de musculatura ou de estrutura óssea, ainda não se sabe ao certo - que não permite que fique de pé e o impede de trabalhar; Adélia, aos 40 anos, ceramista altamente qualificada está quase cega, por causa de seu trabalho no forno.

Essas mais de mil famílias indígenas, favelados, são um sério problema, e a Funai, simplesmente, desconhece o caso.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Assessoria de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: _____ CORREIO DO ESTADO

DATA : _____ 19.09.83

PÁGINA : _____ 01

**Na Capital,
índios passam
dificuldades**

Mais de 1.000 famílias indígenas vivem, hoje, em Campo Grande em condições sub-humanas, habitando favelas ou sub-habitacões. Muitos índios não tem como manter suas famílias, pois não encontram serviço e vivem de biscates. Nesta edição o CE mostra a dura realidade de uma família de índios terena, onde o chefe é doente das pernas, a mãe fabrica peças de barro, embora tenha dificuldade para encontrar a matéria-prima para o serviço.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO

Assessória de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: CORREIO DO ESTADO

DATA: 20.09.83

PÁGINA: 02

EDITORIAL

Uma aldeia bonita (e turística) para os kadiweus

O advogado Mário Perón, Secretario do Prefeito da Capital, contou-nos algo sobre a impressão turística de um posto indígena na Flórida, perto do Everglades. Um aldeamento bonito, de casas sofisticadamente selvícolas, onde um grupo de índios exhibe suas danças típicas, oferece seus pratos tradicionais e vende os seus artesanatos.

Isso nos fez lembrar a grande possibilidade (e a grande atração turística que constituiria) de ser criada, pela FUNAI, para os kadiweus, alguma coisa assim, no coração da Bodoquena.

Para começar, achamos que a FUNAI não vêm exercendo seu papel de amparar a comunidade indígena. Parece até que não deseja tirá-los da situação humilhante em que se encontra, de menores, irresponsáveis ou pródigos, que são as figuras legais de quem não tem o direito de auto-direção, ou de dispor dos próprios bens.

Pensamos assim porque estamos vendo, tanto aqui como em pequenas cidades de nosso Estado, indígenas vivendo em situação precária, até aflitiva, como é o caso dessa família dos terena Agostinho Machado e Adelina Polidoro, casados e com cinco filhos, ele desempregado e doente e ela sustentando a família precariamente, à custa de sua habilidade em fazer objetos de barro, para a qual nem barro bom obtém.

Além disso, não sabemos porque não conseguem, como bons tutores que deviam ser, que a área dos kadiweus se torne produtiva e rentável a ponto de fazer de seus proprietários um núcleo sadio, forte e gozando de bem estar e de progresso.

Não pregamos que se tire dos kadiweus, como de qualquer comunidade indígena, sua identidade racial e cultural, mas que se faça deles, aproveitando suas habilidades naturais, cidadãos úteis, orgulhosos de sua ascendência, capazes de absorver o que houver de bom na cultura ocidental sem perder seu caráter, suas tendências, suas habilidades.

O que estamos vendo, atualmente, é justamente o contrário. Os pobres indígenas, quando entram em contacto com a nossa civilização, esquecem ou perdem tudo quanto têm de bom (altivez, habilidade, saúde, identidade com a natureza, força física) e adquirem os vícios e mazelas dos brancos, mulatos e pretos.

Grande número de índios que vivem em nossas comunidades se tornaram alcoólatras, desfibrados, vencidos, furtando e mentindo como os piores dos nossos cidadãos. Muitas de suas mulheres se fazem promíscuas, fáceis. E a raça vai caindo, dia a dia, dos seus padrões físicos e morais, tornando-se simples caricatura daquela gente brava, forte, indomável, que jamais alienou sua liberdade e vendeu muito caro seus direitos a uma terra que fôra sempre sua e da qual fez o palco de uma resistência homérica, que não foi mais profícua em razão de não haver, entre eles, uma união capaz de transformar-se em força.

Se é verdade que, em certos aspectos, o indígena americano vivia, pelo seu isolamento e rivalidades tribais, uma cultura primitiva e, em termos de desenvolvimentos, na idade da pedra póliada, também é verdade que eles, bem ou mal, conheciam e

desenvolviam um artesanato com muito de arte, que faziam agricultura, domesticavam e criavam animais, tinham princípios de conduta estabelecidos, adotavam processos de ética e guardavam concepções e atitudes positivas.

Não se diga que se tornaram viciados porque antes não conheciam a bebida. Ao contrário, sempre souberam fabricar bebidas alcoólicas. Faziam-nas do milho, da mandioca, domananás e outras frutas, de brotos e inflorescências de palmeiras e até de bromeliáceas nativas, como a agavê e a pita (México). O cauim, o pulqué e dezenas de outras bebidas fortes eram fabricadas pelos índios, mas eles somente abusavam delas nas comemorações das grandes festas.

Hoje já não merecem o respeito que nos impuseram no passado. Perderam ou perdem pouco a pouco suas boas qualidades, ao passo que adquirem as piores que lhes trouxemos. E quando tentam sobreviver com um trabalho manual respeitável e útil como o dessa pobre Adélia Polidoro, que comercializa sua produção de peças de barro através da casa do artesão, não encontra sequer quem lhe forneça o material necessário para um bom trabalho, o qual não existe nas proximidades desta Capital.

Ficamos imaginando o que faz a FUNAI. E pensando que, se qualquer fazendeiro sobrevive e até economiza com áreas de terras que correspondem a uma milésima parte das chamadas "terras dos índios", porque ela não faz render, dar bons frutos esse enormíssimo latifúndio que é a terra dos kadiweus. E porque, ao invés das míseras e inexpressivas aldeias em que hoje vivem seus pupilos, ela não constrói uma bonita e sofisticada vilazinha que venha a ser, mais tarde, uma cidade indígena, em um lugar bonito e fértil da área da Reserva. Uma vilazinha com habitações de material durável, mas no estilo tradicional, que fosse dirigida por eles próprios, com escolas e muitas coisas úteis de nossa civilização, mas também com tudo de bom lembrando e conservando sua cultura.

Essa vila, que poderia ser projetada por um grande artista, seria administrada pelos kadiweus (com supervisão da Fundação), os quais constituiriam o núcleo central, mas nela viveriam outras comunidades indígenas de nosso Estado, que hoje vegetam, marginalizadas, nas nossas cidades.

Teria uma rústica mas bem montada indústria de tijolos e telhas, uma fábrica de instrumentos de cerâmica e outros artesanatos indígenas e o indispensável para sua comodidade e sobrevivência.

Pequenas indústrias de benefícios dos próprios produtos agrícolas seriam criadas para os kadiweus, a quem, pouco a pouco, seriam entregues o uso-fruto de seu imenso patrimônio.

Uma vilazinha assim, encravada no coração da Bodoquena, bonita e agradável, além de resolver muitos dos problemas dos kadiweus e outras tribos remanescentes, os prepararia para mais tarde dirigir seus próprios destinos, além de fazer de nosso Estado um grande centro de atração turística e de elevar e revelar as qualidades positivas de um povo que entrou em uma franca decadência.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Assessoria de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: CORREIO DO ESTADO

DATA: 22.09.83

PÁGINA: 06 (SEIS)

DIÁLOGO

■ Através da coluna "Panorama", o colunista Nilson Pereira abriu discussões para tentar chegar a um toponímico para quem nasce no Mato Grosso do Sul. Agora, aparecem os que defendem a tese de que deveríamos ser os guaicurús, bororós, xavantes e outros índios mais. Não faltam os que defendam que tenhamos de ser pantaneiros, o que poderia equivaler a uma perereca civilizada. Nós, por aqui, já sabemos, há muito tempo o que somos: matogrosseses. Adotamos o toponímico matogrossês e fim de conversa, antes que nos enfiem numa dessas tribos que circulam por aí.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO

Assessória de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: JORNAL DA MANHA

DATA: 22.09.83

PÁGINA: 03 (três)

"Se querem ajudar, muito bem, vamos estudar a fundo a questão, ao lado do Terrasul, e tentar resolver o problema", disse o governador Wilson Barbosa Martins a uma comissão de aproximadamente 30 pessoas denominada de Movimento dos Sem Terra. Nessas palavras, inclusive pode ser notado um alerta para o grupo que comumente lota ônibus de trabalhadores ameaçados de despejos e, em Campo Grande, promove um autêntico "carnaval" sem resultados práticos."

E certo que o Governo do Estado ainda não agilizou medidas concretas para atender os posseiros e recentemente Wilson Barbosa Martins declarou ser um problema mais da área federal do que propriamente da administração estadual. Ainda na mesma época o secretário de Justiça Juarez Marques Batista, afirmou que os levantamentos sobre as terras devolutas existentes em Mato Grosso do Sul não estavam concluídas e isto era um dos motivos que não permitiam a transferência dessas centenas de famílias.

O que nunca se justificou, por outro lado, foi o posicionamento desse grupo do Movimento dos Sem Terra que mais utilizavam os colonos do que principalmente faziam alguma coisa para auxiliá-los. Pois se na realidade quisesse ajudar, nunca permitiria que, todas as vezes, aquelas centenas de posseiros passassem fome alojados na UCE sem nenhum tipo de conforto.

Se tivessem também alguma coisa mais prática voltada para beneficiar essas pessoas, o Movimento deveria, até mesmo por uma questão de bom senso, tê-la apresentada ao Governo do Estado. O que se questionou no caso é justamente a finalidade do trabalho de tais elementos - alguns inclusive funcionário do próprio Governo - pois não apresentaram nada de positivo até hoje a não ser estimular os colonos a exigirem terras e terras, o que é muito cômodo.

Mas, a partir do momento que Wilson Barbosa Martins exigiu que pelo menos apresentasse sugestões acreditasse agora que o Movimento dos Sem Terra realmente justifique suas atividades pois, caso contrário, não só cairá no descrédito como também ficará demonstrado que apenas servia-se dos colonos para pressionar o Governo.

Mais terra, uma reforma agrária que permita atender os colonos, de maneira satisfatória, segurança, projetos para fixar o homem a terra, enfim, tudo isso pode ser alegado como reivindicações do Movimento. Mas está na hora de que mostre também como, quando, de que forma isso poderia ocorrer.

Apresentar uma estatística é muito

fácil. O Movimento entregou um documento demonstrativo da situação das famílias que estão proibidas de permanecerem nas terras que ocupavam anteriormente. De acordo com o documento, onde o Movimento esclarece que os números citados correspondem a 60 por cento das famílias sem terra dos municípios relacionados, o quadro é o seguinte: 298 famílias em Glória de Dourados, 256 em Deodápolis, 120 em Jatei, 765 em Fátima do Sul, 243 em Angélica, 269 em Taquarussu, 1.200 em Navirai, 2.478 em Eldorado, 681 em Caarapó, 203 em Camapuã e 780 em Três Lagoas.

Como colaboração ao Governo do Estado foi bom pois, ao que parece, o chefe do Executivo Estadual não tinha em mãos esses dados. Mas, tudo fica aí no papel e também chega a ser até infantil um levantamento dessa natureza quando se sabe que agora o Governo Federal já cuida do problema.

Conforme Wilson Barbosa Martins explicou à esta comissão, foi feito ainda ontem um contato com o gabinete do ministro para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, oportunidade em que foi informado sobre a viabilidade de se legalizar as terras que foram sugeridas pelo Governo de Mato Grosso do Sul para assentamento das famílias dos colonos, e que o representante do Estado, para esta questão em Brasília, Euclides de Faria, diretor Geral do Terrasul, prestou informações valiosas para que os trabalhos de reapropriação das terras fossem encaminhados.

LEI

O governador quando questionado sobre qual a posição que os trabalhadores rurais deveriam adotar e sobre definição em termos de datas, disse que a questão tem que ser resolvida através das leis vigentes no País, e que "tudo o que o Governo Federal me pediu que fizesse eu fiz. Não pouparei esforços e aceito sugestões, se vocês as tiverem, que possam me ajudar. O ministro Venturini assumiu, inclusive, a responsabilidade de ajudar o Estado, junto aos juizes, nas decisões de retardar os prazos dos despejos. Não é de vontade dele, segundo me informou, que as pessoas sejam retiradas desse para outro estado. Me compete, como governador, tentar resolver o problema pelo que manda a Lei. O meu Governo sou eu e o povo, e qualquer responsabilidade que eu assumir estará estendida também as vocês. Este problema é do Brasil, eu estou fazendo o que posso, mas tenho limitações. Em nenhum momento usei uma palavra sequer de demagogia com vocês". A demagogia, ao que parece, está partindo desse Movimento dos Sem Terras.

**Movimento dos sem terra
convidado a dar sugestões**

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Assessoria de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: DIARIO DA SERRA

DATA: 27.09.83

PÁGINA: 03 (TRÊS)

Irmãs na Bodoquena

As missionárias de Madre Laura, congregação sediada na Colômbia, estão interessadas em trabalhar na reserva indígena da Bodoquena. Na semana passada, vieram a madre-geral, Imelda Hernandez, e a provincial da Venezuela, Elvia Zapatta, tendo mantido reunião com o bispo de Jardim, dom Onofre Cândido Rosa, e com outros representantes da Igreja na região. Elas vieram a convite do padre Roosevelt Sá Medeiros, ex-prefeito de Bonito, que tomou conhecimento da congregação, voltada a atendimento em regiões indígenas, ao participar de congresso na Colômbia. As Missionárias de Madre Laura hoje somam mais de duas mil, espalhadas pela Ásia, África e América Latina.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO

Assessoria de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: DIÁRIO DA SERRA

DATA: 28.09.83

PÁGINA: 05

Juruna pode apoiar Maluf

«Se Batista indicar Andreazza para sucedê-lo, vou percorrer o país apoiando a candidatura Maluf, não por simpatia mas para evitar que sejamos todos exterminados, assim como ele já exterminou os índios, quando chefe dos Transportes e agora como ministro do Interior».

A declaração é do deputado Mário Juruna (PDT-RJ) ao comentar as consultas que o Presidente Figueiredo vem fazendo em torno da sucessão presidencial. Em sua opinião, «Batista deve ampliar o leque, ouvindo toda a sociedade, através das eleições diretas, única forma de se obter o consenso».

Juruna mostra-se muito assustado com a possibilidade do ministro Andreazza vir a ser o sucessor de Figueiredo. «Se — como para evitar isto, a única forma for a candidatura Maluf, não vejo outra solução se não sair pelo país afora denunciando as atrocidades do ministro do Interior, invadindo as terras dos índios e permitindo o nosso, quase, extermínio».

O ex-chefe indígena, contudo não acredita que o Presidente Fi-

gueiredo termine optando por essa candidatura, «até porque os militares já se manifestaram contra, não pelo que fez contra nós e sim porque não aceitam bater continência para um subordinado».

— Terei a maior satisfação em apoiar um candidato que se comprometa em realizar uma ampla reforma agrária e que assegure ao índio o direito de continuar vivendo — afirmou.

Juruna, por outro lado, vem insistindo para que o presidente da Câmara, deputado Flávio Marçilio, aceite disputar a Presidência da República, «abrindo mão da vice-presidência em meu favor». Segundo ele, esta seria a melhor chapa para disputar a sucessão de Figueiredo e Aureliano.

— Meu nome foi lançado para a Presidência. Mas, eu abro mão em favor de Flávio, desde que ele indique meu nome para seu companheiro de chapa. Faremos um bom governo, porque estarei ao seu lado, defendendo e lutando por reformas de base, a começar pela agrária.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Assessoria de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: DIÁRIO DA SERRA

DATA: 28.09.83

PÁGINA: 03

Posseiros

Com abertura à colonização das seis áreas sugeridas ao Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, o Governo do Estado, através do Terrasul, juntamente com o Incra, poderá dar solução ao problema atual de posseiros em Mato Grosso do Sul. A opinião é do presidente da empresa estadual, Euclides de Faria, ao comentar o andamento do assunto em Brasília. Especificamente sobre os conflitos da Bodoquena, no momento «em estado de trégua», afirmou que «o Terrasul está propugnando que seja dada à Funai as suas divisas certas, segundo aquela medição de 1900 feita por José Barros Maciel, conforme documentos históricos que fizemos entrega ao senhor coronel Carlos Eduardo de Miranda Lisboa, assessor do senhor ministro, específico para esse assunto da reserva Kadiwéu». Diante disso, com renovada esperança aguarda-se para breve a solução do caso da reserva indígena da Bodoquena.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Assessoria de Comunicação Social - ACSVEÍCULO: DIÁRIO DA SERRADATA: 28.09.83PÁGINA: 03

Deputados querem nova demarcação: Kadiwéus

Nova demarcação para a reserva indígena dos Kadiwéus, no Município de Bodoquena, foi pedida ontem pelo Deputado Jonatan Barbosa através de indicação apresentada em conjunto com Roberto Djalma Barros à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. Os parlamentares querem que seja enviado expediente ao Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, solicitando o encaminhamento de estudos nesse sentido. Eles citaram o Decreto Presidencial nº 88.110, que «dispõe sobre o processo administrativo de demarcação de terras indígenas» e prevê o envolvimento de um grupo de trabalho composto de representantes do Ministério do Interior e de todos os órgãos federais e estaduais envolvidos na questão.

«A nova demarcação que pretendemos ver realizada impõe-se também pelas flagrantes contradições e irregularidades constatadas na demarcação realizada sob a inspiração da Fundação Nacional do Índio», salientam os Deputados na justificativa da indicação, lembrando que «o motivo da apresentação da presente proposição é o agravamento das tensões sociais na região da Bodoquena em consequência dos critérios e da demarcação definida pela Funai».

Ao defenderem a iniciativa de uma nova demarcação, os parlamentares afirmam que ela «tem embasamento no espírito que norteia o que dispõe o decreto 88.11.83, publicado no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 1983».

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Assessoria de Comunicação Social - ACS

VEÍCULO: CORREIO DO ESTADO

DATA: 28.09.83

PÁGINA: 05

Deputados pedem nova medição para a reserva de Bodoquena

O ministro Extraordinário Para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini deverá receber uma indicação subscrita pelos deputados Roberto Djalma Barros, do PDS, e Jonathan Barbosa, do PMDB, solicitando nova demarcação na Reserva Indígena dos Kadiwéus, Município de Bodoquena, de acordo com o que preceitua o Decreto Lei 88.110, que prevê a participação de representantes do Ministério do Interior e de todos os organismos federais envolvidos na questão.

Segundo os dois deputados o "agravamento das tensões sociais na região da Bodoquena" justifica a indicação, apresentada ontem na Assembleia Legislativa. Eles lembram que a polêmica sobre a legitimidade das 165 mil hectares que a Funai diz pertencerem ao patrimônio indígena, surgiu em 1982, depois que a Funda-

ção decidiu "reaviventar" os marcos da demarcação, mas acabou, segundo afirmam, imprimindo conceitos próprios e determinando uma área de 538 mil hectares, quando a medição feita por José de Barros Maciel em 1900, apontou uma área de 373 mil hectares.

- Esta diferença foi motivada por alguns equívocos na delimita-

ção, considerando pontos de referencial geográficos com localização diferenciada de conceitos tradicionais. Isto acabou comprometendo inúmeros lotes da Colônia Bodoquena e fazendas particulares, que se encontram instaladas e em franca atividade, concorrendo para a economia regional -, frisam os dois deputados, na justificativa.

Veículo: "CORREIO"

Data: Paraíba, terça-feira, 20.09.83

Página: 1ª.

Juruna

As denúncias do cacique-deputado



Juruna levou suas denúncias ao Governador Wilson Braga no Palácio da Redenção...

Juruna: Funai vendeu terras dos Potiguara a fazendeiros

O cacique-deputado federal Mário Juruna (PDT-RJ) encerrou ontem sua visita à Paraíba, retornando a Brasília com alguns quilos a mais de denúncias e documentos contra a atuação da Funai na reserva indígena dos Potiguara, em Baía da Traição. A mais aguda flechada contra o organismo responsável pela política indigenista. Juruna reservou para o seu último dia neste Estado. Recebido pelo prefeito Oswaldo Trigueiro, pela manhã, e, à tarde, por deputados na Assembleia e pelo governador Wilson Braga no Palácio da Redenção, o representante dos cariocas na Câmara Federal aproveitou seus contatos com a imprensa para acusar a Funai de ter vendido a terra da reserva da Baía a fazendeiros da região de Rio Tinto e Mamanguape. Para tanto, a Fundação teria, inclusive, se utilizado de certidões falsas. Ao governador Wilson Braga, pediu empenho na solução dos problemas de seus irmãos de Raça na Paraíba. Garantiu que sua gente não deseja violência, mas medidas concretas das autoridades para que os direitos dos índios sejam respeitados. Em resposta, o chefe do Executivo prometeu agir em favor dos índios e pediu a Juruna para que tranquilizasse os habitantes da reserva. "Tudo se resolverá e muito em breve", previu o governador. O cacique-deputado foi a Palácio acompanhado pelos deputados psimedebistas José Maranhão e José Fernandes de Lima. Página 5

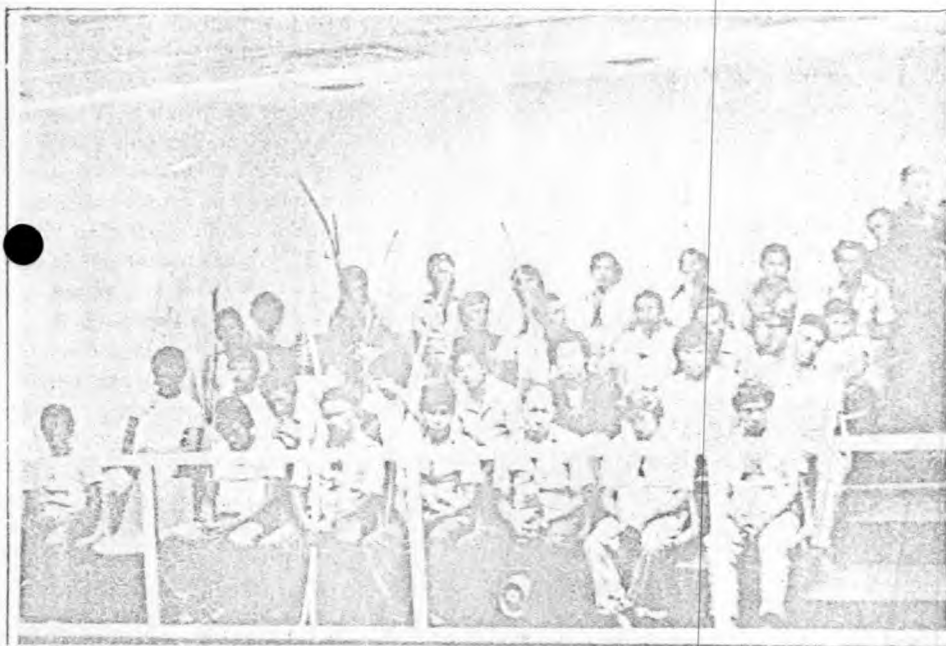


... reafirmadas antes em entrevista ao Informal da CORREIO

Veículo: "O NORTE" (PARAÍBA)

Data: João Pessoa, terça-feira, 20.09.83

Página: 11



Portando arco e flecha, um grupo de índios ocupou as galerias da Assembleia, para ouvir o deputado Juruna

Um dia de arco e flecha na Assembleia

O deputado Mário Juruna (PDT-RJ) que veio à Paraíba para visitar os remanescentes dos índios Potiguara instalados na reserva da Baía da Traição, defendeu ontem, durante pronunciamento na Assembleia Legislativa, uma revolução como a única alternativa que conduzirá o País a mudanças que superem a atual crise.

Definiu os membros do Governo como "uma meia-dúzia que só tem compromissos com o Fundo Monetário Internacional e com os imperialistas". Para uma galeria ocupada por índios portando arco e flecha, o deputado e cacique Xavante acrescentou que "a maioria dos deputados que conheço são pessoas comprometidas com interesses contrários aos do povo, preocupados em defender Delfim Netto, Andreazza e outros ministros".

Mário Juruna advertiu os que riram

durante suas primeiras palavras: "Não sou palhaço e nem sou de brincadeiras. Quem quiser ver palhaços e artistas vá ao Rio de Janeiro".

Ele denunciou ainda, na Assembleia, a presença de policiais armados na aldeia Potiguara, em Baía da Traição, o que considerou uma forma de intimidar os índios que lutam contra a invasão das suas terras por latifundiários com interesses na área.

Garantiu que os problemas dos índios paraibanos — "muito sérios" — serão levados ao ministro extraordinário para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, ao Ministério do Interior e à Fundação Nacional do Índio — Funai.

Aos deputados paraibanos, Juruna solicitou empenho na defesa dos interesses e direitos dos índios Potiguara. Sugeriu à direção da Assembleia Legis-

lativa a criação de uma Comissão do Índio para acompanhar e intervir em favor das reivindicações dos índios paraibanos.

A saudação ao deputado xavante foi feita pelo deputado estadual José Fernandes de Lima (PMDB), que o considerou "o autêntico representante do povo brasileiro no Congresso Nacional".

— Suas palavras não têm o timbre do português correto mas é mais sincero do que a simples retórica a que estamos acostumados, enfatizou Fernandes referindo-se também à história dos índios que vivem na Baía da Traição e que "precisa ser contada para que se retrate o sofrimento, as perseguições e o descaso dos poderes públicos para com aquela comunidade".

(Página 3)

Juruna: Funai tomou terras na Baía da Traição e deu certidões falsas

Publicado: "CORREIO Y"

Cidade: Paraíba, 20 de setembro de 1983

Página: " 5 "

PSS-481, 1.135/398

-O problema dos índios da Baía da Traição é um pouco diferente daqueles que encontramos noutras localidades, pois aqui foi a própria Funai, e não os aventureiros, que tomou as terras dos indígenas para vendê-las aos fazendeiros; com certidões falsas denunciou ontem o deputado Mário Juruna, na Assembleia Legislativa, durante entrevista à imprensa.

Ele disse que já tomou conhecimento de todos os problemas dos índios da Baía da Traição e ainda esta semana pretende reunir-se com o Ministro Danilo Venturini, de Assuntos Fundiários, para denunciar a ação inescrupulosa da Funai e pedir a volta das terras aos seus verdadeiros donos. "disse ao acusar o Governo de massacrar os índios e enganar o povo brasileiro".

EM PLENÁRIO

Convidados a presenciar a sessão da Assembleia Legislativa, o deputado Mário Juruna desceu até o plenário, recebendo a saudação de praxe por parte do deputado José Fernandes de Lima, escolhido para tal, por representar na Casa de Epitácio Pessoa uma área onde os índios habitam.

-Eu falo em favor do índio, dando maior destaque a esse problema, porque sou o único índio no Congresso Nacional. Para defender os brancos, há muita gente eleita pelo povo, mais de 400 deputados e senadores - disse ao justificar a insistência em abordar os assuntos ligados aos seus irmãos de sangue que enfrentam, no País, as maiores dificuldades, atualmente.

Da tribuna ele teceu severas críticas aos ministros Delfim Netto, Ernane Galvêas e Mário Andreazza, classificando-os por palavras anti-regimentais que depois, por sugestões do deputado Doca Gadelha, foram retificadas da Ata dos Trabalhos, com a anuência do presidente e da Mesa, deputado Judivan Cabral. O deputado Mário Juruna esteve na Assembleia Legislativa acompanhado de seus colegas Raimundo Astôra e José Maranhão, e logo depois, seguiu para o Palácio, onde foi recebido pelo governador Wilson Braga.

NÃO É CANDIDATO

Ao revelar ontem que não pretende candidatar-se à Presidência da República, como informou a imprensa campinense após sua visita àquela cidade, o deputado Mário Juruna disse que os nomes cotados atualmente para as disputas no Colégio Eleitoral não atendem aos anseios do povo, "porque Andreazza, Maluf e Aureliano são muito perigosos, não entendem nada do povo e são comprometidos com os banqueiros do exterior".

-Todos são ruína, e o ministro Mário Andreazza, quando ocupava o Ministério dos Transportes, foi o grande responsável pela repetida invasão às terras dos índios para repassá-las aos brancos - disse Juruna ao condenar também a coordenação levada adiante pelo presidente Figueiredo, para a escolha do seu substituto. Ele acha que o Presidente deve mudar de ação e cuidar da fome do povo, "a começar pelo Nordeste, onde a televisão mostrou o povo morrendo de fome".

Veículo: "O NORTE" (PARAÍBA)

data: J. Pessoa, 20 de setembro de 1983

página: "3"

Políciais tentam intimidar índios da Baía da Traição

Mário Juruna denunciou que a presença de policiais armados no interior da aldeia dos Potiguaras na Baía da Traição, tem o objetivo de intimidar os índios da reserva que tentam impedir a ocupação de suas terras por latifundiários da agro-indústria do álcool.

O problema dos Potiguaras, segundo ele, é uma questão muito séria que será denunciada no Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, no Ministério do Interior e na própria Funai. Juruna considerou que, no caso da Baía da Traição, o erro não é do invasor dono da Agican, Belarmino Pessoa de Melo, que se aproveitou de irregularidades praticadas por representantes da Funai.

Disse que essa empresa, junto com outros proprietários, ocupou 20 mil hectares de terra pertencentes aos Potiguaras. A transferência dessas terras para o controle de particulares, segundo sua denúncia, foi feita com a aquiescência da Funai que concedeu certidões negativas de propriedade falsificadas, que permitem aos proprietários ocuparem as terras da reserva.

Solicitou dos deputados paraibanos empenho em defesa dos direitos dos Potiguaras e pediu que na Assembleia Legislativa seja criada uma Comissão do Índio, para defender os interesses de todos os marginalizados e contribuir com dados e informações para o trabalho desenvolvido pela Comissão do Índio da Câmara dos Deputados, presidida por ele.

Juruna denunciou a Funai como uma instituição que não está preocupada com os problemas do índio, lembrando que, em Baía da Traição, a demarcação feita pelos nativos não foi aceita pelo órgão. Segundo ele se a Funai quisesse resolver o problema do índio, ela aceitaria a demarcação da reserva depois de conferir a sua precisão.

PRESIDENTE E SUCESSÃO

O trabalho do presidente Figueiredo de coordenar o processo sucessório, a que tem se dedicado, representa, na opinião de Juruna, uma perda de tempo para o presidente e para os que com ele se encontram para tratar do assunto. O presidente, na opinião do deputado, deveria estar mais preocupado em resolver os problemas nacionais como o desemprego, a fome, a miséria e a inflação.

A escolha do candidato à presidência, argumentou, é uma tarefa que cabe ao povo. Para Mário Juruna falta autoridade a um presidente indicado por um grupo restrito, que não tem o apoio do povo. Um processo de eleição presidencial que restringe a participação de todos, na opinião de Juruna, está errado.

Disse que tem condições de ser presidente da República porque, argumentou, conhece os problemas do povo "ao andar de canto a canto do país". Revelou, no entanto, que só se lançaria candidato se fosse de forma definitiva e, como ele considera, séria porque, afirmou, "não falo nem tomo decisão por brincadeira".

Garante, porém, que continuará na política "para defender os interesses do povo" porque, segundo ele, "os brasileiros sempre foram enganados, não têm ainda consciência e votam sem saber". Prometeu lutar contra esse estado de coisas "para evitar, afirmou, que o país afunde mais ainda".

O atual Governo não tem compromissos com os brasileiros, sentenciou Juruna ao considerar que os compromissos do presidente e de todos os seus ministros é com grupos estrangeiros, com o FMI e com potências multinacionais. Os responsáveis pelo Governo, disse Juruna, mereciam ir para a cadeia porque estão vendendo o Brasil, entregando nosso ouro e toda a nossa madeira.

O presidenciável Andreazza, na opinião de Juruna, não pode ser apoiado por ninguém porque, denunciou, ele foi um dos responsáveis pela invasão das terras indígenas, ao se omitir de resolver o problema da demarcação em várias reservas. "Se eleito, disse Juruna, ele representará uma ameaça para os fazendeiros porque do índio ele já tomou toda a terra".

É Andreazza, segundo Juruna, também o responsável pelos aumentos da prestação da casa própria, pela falta de recursos para a recuperação econômica do Nordeste, uma vez que o BNH e a Sudene estão subordinados ao seu Ministério, e, por isso, acredita que ele não merece nenhum apoio.

Ao ser indagado sobre o nome de Maluf, Juruna respondeu que "são todos do mesmo saco, muito espertos e bons de conversa. O que assumir vai entregar o resto do Brasil", concluiu. Juruna não isentou o presidente Figueiredo, considerado por ele como "da mesma panelinha, que protege Delfim e Andreazza".

ANTONIO CARLOS DE MOURA A. C. S.

Veículo: "DIÁRIO DE PERNAMBUCO"

Data: Recife, sábado, 17 de setembro/1983

Página: 1ª página

Juruna: Funai deve dar lugar a outro órgão

O deputado-cacique Mário Juruna, de passagem para João Pessoa, concedeu rápida entrevista, ontem, no Aeroporto dos Guararapes, afirmando que a Funai deve dar lugar a outra repartição, pois ela não existe e, a exemplo de outros órgãos, só procura beneficiar os ricos e fazendeiros, "muitos deles amigos do ministro do Interior, Mário Andreazza".

Referindo-se à Comissão do Índio da Câmara dos Deputados, a qual foi escolhido para presidente, Mário Juruna assinalou que, agora, seu povo vai ter vez, já que sempre viveu isolado e a Funai não oferece proteção. O sociólogo Gilberto Freyre, que chegou ao Recife no mesmo avião em que viajava o parlamentar, disse que a Juruna "foi dado o direito de clamar por seus irmãos índios, e ele está realmente fazendo isso".



FOLHA DE JORNAL "O LIBERAL".....

DATA :... 22.09.83.....

PÁGINA:.... 16-19. CADERNO.....

Juruna culpa Funai pelo surgimento dos conflitos com índios

BRASÍLIA (AE) — O deputado Mário Juruna entregou um documento ao ministro Danilo Venturini, de Assuntos Fundiários, responsabilizando a Funai pelo atraso na demarcação das reservas indígenas, o que favorece o surgimento de conflitos de terras, principalmente em função de invasões por parte dos brancos. Juruna trouxe o documento em atendimento a pedido do presidente Figueiredo, durante audiência há duas semanas.

Juruna comentou que existem 443 reservas indígenas no país e somente 246 foram demarcadas até hoje, sendo que em 225 delas existem sérios conflitos gerados por invasões. A culpa do atraso no trabalho de demarcação é da Funai, segundo o deputado do PDT, frisando que o desempenho do órgão em seus 16 anos de existência é negativo. Mário Juruna pediu também ao ministro Venturini solução sobre o caso dos Pataxós, na Bahia, que segundo ele enfrentam problemas há mais de 50 anos para a legalização de suas terras.

REUNIÃO

Fazendeiros do sul da Bahia, região onde índios da tribo Pataxós Ha-Ha-Hae tomaram fazendas e expulsaram os antigos ocupantes, reuniram-se ontem na cidade de Pau-Brasil para adotar medidas visando retomar as fazendas das mãos dos indígenas e proteger as outras contra possíveis novas invasões. Vários fazendeiros, que já estão armados com capangas para proteger as terras que ocupam com título de posse doados pelo governo estadual, vão propor o uso da violência, se for necessário, para recuperação das áreas.

Segundo o advogado dos fazendeiros de Pau-Brasil e de Camaca que disputam as terras com os índios, Altamirando Marquês, os agricultores estão insatisfeitos com a atitude do governo, que vem se omitindo de solucionar o problema e tem feito apenas negociações consideradas estereis.

Enquanto isso, o cacique Nailton Muniz, que lidera o grupo dos Pataxós dissidentes, responsáveis pela invasão das fazendas Providência e Bom Jardim, em Camaca, na semana passada, continua intransigente: "Não há nenhuma possibilidade de negociação", diz ele, argumentando que "aquelas terras fazem parte da reserva indígena Paraguaçu-Caramuru, criada por lei federal em 1926".

Ministério do Interior
Fundação Nacional do Índio
Ass. Comunicação Social

Suma

NOTICIÁRIO
DO DIA

29/09/83

n: 143

[Signature]

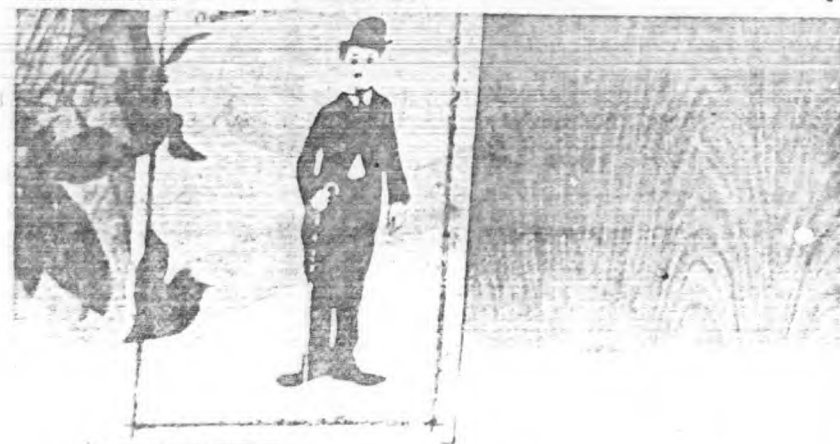
[Signature]

ACS

Governo “Ó” em Juruna

Nada menos que 11 ministros de Estado pediram, ontem, com a anuência do Presidente da República, a cassação do mandato do deputado federal Mário Juruna, pelo discurso feito no último dia 26, em plenário, no qual disse que “todos os ministros são ladrões”, entre outras acusações. O pronunciamento de Juruna foi parcialmente publicado por um único jornal: o CORREIO BRAZILIENSE. O mais irritado com o discurso do cacique do PDT foi o próprio presidente Figueiredo que na manhã de terça-feira, durante solenidade de entrega de credenciais de novos embaixadores, no Planalto, mostrou aos ministros Leitão de Abreu e Rubem Ludwig o recorte do CORREIO e, em seguida, guardou-o novamente no bolso. O presidente da Câmara, Flávio Marcellio, já convocou para segunda-feira reunião extraordinária da Mesa da Câmara para examinar as representações dos ministros. (Página 5)

WILSON PEDROSA



Acima, o último discurso de Chaplin. Será também o de Juruna?

Governo pede cassação de Juruna

Figueiredo
foi quem se
irritou mais

Uma fonte palaciana informou, terça-feira, que a matéria jornalística recortada pelo presidente Figueiredo e mostrada, com expressões de irritação, aos ministros Leito de Abreu e Rubem Ludwig, era relacionada com uma suposta tentativa do ministro Andreazza para pedir coroa ao Chefe do Governo na sua viagem para São Paulo, ontem à tarde.

Mas a fonte se enganou: o que provocou no Presidente um sentimento de revolta, a leitura dos jornais na manhã de terça-feira, foi a matéria estampada na sexta página do **C O R R E I O BRAZILIENSE**, sob o título "Juruna acusa todo Ministério".

Figueiredo, nervoso e irritado, exibiu seguidamente o recorte, que ele mesmo tirou do jornal, aos dois ministros e a seu secretário especial, o coronel Luis Carlos Coutinho, após a solenidade de entrega de credenciais de dois novos embaixadores.

Naquela mesma noite, o ministro Walter Pires, já associado à revolta do Presidente, procurava por telefone o presidente da Câmara, Flávio Marçilio, para lhe consultar a respeito das providências já em curso pelo governo: processar o deputado Juruna.

CECE



Juruna, tranqüilo, não acredita em cassação, sustenta o que disse e se defende: "Quem não deve, não teme"

veículo: CONHECIMENTO
data: 29.09.83
página: 05

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
Assessoria de Comunicação Social - ACS

955.481, 8.141/398

02

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

Assessoria de Comunicação Social / A C S

03

veículo: CORREIO BRAZILIENSE

data: 29.09.83

página: 05

Aparecido pede mais prudência

O deputado mineiro José Aparecido de Oliveira do PMDB, acha que o episódio do pedido de cassação do deputado Juruna é acontecimento político aparentemente sem importância, mas revestido da maior gravidade, porque se insere dentro de um quadro dos mais delicados, sujeito a acidentes de todo tipo e natureza. Segundo Aparecido, as sucessões presidenciais no Brasil sempre se constituíram em maus exemplos no decorrer de toda a nossa história desde Deodoro da Fonseca. Para o parlamentar mineiro é necessário nesta hora que as principais lideranças políticas, do Governo e das Oposições, se conduzam com a maior noção de equilíbrio e bom senso, a fim de evitar surpresas com fatos desagradáveis. Lembra que as Oposições brasileiras exercem hoje papel influente e decisivo sobre parcelas significativas da vida nacional, pois governam 70% da população brasileira, sendo que em vários casos no comando de Estados de importância decisiva. Nesse sentido, entende que o governador Tancredo Neves, de Minas Gerais, vem se portando com grande clareza e senso de responsabilidade histórica.

Aparecido declara que fala com a responsabilidade de quem já assistiu, sofreu, testemunhou e participou de acontecimentos históricos decisivos. Recorda a deposição do Presidente João Goulart, em 1964, quando era deputado federal, como agora, e teve o seu mandato cassado. Vinte e um anos depois de sua cassação está de retorno à Câmara dos Deputados. E há fatos que no seu modo de ver estão interligados como o pedido de cassação do mandato do Juruna e a recente votação no Congresso do Decreto-lei 2.024. Visitou ontem o senador Nilo Coelho, presidente do Senado, e comentou com ele todos os fatos ocorridos durante a votação do Decreto-lei 2.024. De acordo com Aparecido, opinião que transmitiu ao presidente do Congresso, ao fim da votação do Decreto-lei 2.024 ele, Aparecido, viu Nilo Coelho não como o orador que expressou suas opiniões da tribuna do Congresso, mas como alguém que se inseria numa página da própria história republicana.

VARGAS

Lembra que em 54 Getúlio Vargas deu um tiro no peito, suicidando-se. Mas antes dele houve fatos aparentemente desprovidos de significação, mas que viriam mais tarde a adquirir coerência com tudo o mais, como o Inquérito parlamentar levantado a respeito dos empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil à "Última Hora", de Samuel Wainer, ou o, soco com que o colce-de-mula, um policial, assassinou um jornalista no desvão de uma delegacia policial. De acordo ainda com Aparecido, é preciso não esquecer também a repercussão em 68 do ato provocado pelo discurso do ex-deputado Márcio Moreira Alves, o qual iria desaguar na edição do Ato Institucional nº 5.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

04

veículo: CORREIO DE MINAS

data: 22.09.83

página: 05

Um político polêmico, mas respeitado

ZANONI ANTUNES
Da Editoria de Política

Respeitado pela maioria de seus colegas parlamentares, o cacique Mário Juruna, 40 anos, 10 filhos e um livro publicado, alcançou repercussão internacional quando presidiu, em 1980, o IV Tribunal Bertrand Russel, na Holanda. Eleito pelo PDT do Rio de Janeiro, o deputado cacique é tido, não só pelos companheiros de partido, mas pelos demais parlamentares como uma pessoa de excelente convivência. "É malandro como o branco" — afirma a deputada Cristina Tavares.

Mário Juruna é um dos parlamentares mais procurados pelos visitantes do Congresso. A todos atende com atenção. Seus colegas afirmam que Juruna é um excelente contador de piadas e tem bom gosto na escolha de tecidos para roupas de mulheres. Sabe ser irônico quando provocado. Bocaluva Cunha, seu líder do PDT, narrou um episódio ocorrido com Juruna no final da campanha eleitoral no ano passado. Em São Gonçalo, Estado do Rio, Mário Juruna participava de um churrasco em homenagem a Brizola, quando foi abordado por um candidato a deputado federal que sugeriu a Juruna ser candidato a Senador. Irônico, Juruna respondeu: "Não Juruna bom deputado. Você é que é bom senador". O autor da proposta a Juruna ficou na 3ª suplência.

JOGO DE CINTURA

Bocaluva Cunha, que esteve com Mário Juruna durante a campanha e hoje convive com ele no Parlamento, considera o deputado um homem sério, "profundamente preocupado em exercer a tarefa a que se propôs: a de ser realmente um representante das comunidades indígenas", concluiu. "É extremamente inteligente e tem jogo de cintura".

O deputado José Genoino, vice-líder do Partido dos Trabalhadores, já participou de duas caravanas com Mário Juruna, ao Araguaia e ao Nordeste. "É um excelente companheiro e dono de uma grande sensibilidade humana e política". Para o parlamentar, "a sua ingenuidade está embutida por um grande senso de responsabilidade política".

TRANQUILIDADE

Enquanto a temperatura política atingia ontem níveis elevados, com as ameaças de até perda de mandato, o deputado Mário Juruna e sua longa cabeleira, circulavam pelos corredores demonstrando absoluta tranquilidade, como se o episódio não lhe dissesse respeito. Com paciência, Juruna atendia a todos que desejavam maiores detalhes da sua possível cassação. Bem vestido e usando uma gravata Pierre Cardin, o cacique repelia a todos que ainda não tinha tomado conhecimento oficial das representações feitas contra a sua pessoa, 11 ao todo. Ele passou todo o dia de ontem entre o seu gabinete, a comissão do Índio, da qual é presidente e o plenário da Câmara, palco, aliás, do seu discurso polêmico.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

05

veículo: (CARTÃO DE ENTREGA)

data: 29.09.83

página: 05

Onze ministros de Estado, com a anuência do presidente Figueiredo, solicitaram ontem ao Congresso Nacional a cassação do mandato do deputado federal Mário Juruna (PDT-RJ) em razão de discurso do parlamentar proferido no plenário na segunda-feira e publicado parcialmente com exclusividade pelo **CORREIO BRAZILIENSE**, na terça-feira. O pronunciamento de Juruna irritou em primeiro lugar o presidente Figueiredo, que logo na manhã de terça-feira, quando recebia as credenciais dos novos embaixadores do Canadá e Romênia — Anthony Tudor Elyton e Gheorghe Apostol —, com o recorte do **CORREIO BRAZILIENSE** no bolso, dirigiu-se aos ministros Leitão de Abreu e Rubem Ludwig e ao assessor especial Lutz Carlos Coutinho, mostrando-lhes a matéria e, em seguida, guardando-a novamente no bolso.

O pedido de cassação do deputado federal foi discutido pelo Presidente da República na reunião das nove horas de terça-feira e na de ontem com os "ministros da casa". Daí saíram logo as solicitações de Leitão de Abreu, do Gabinete Civil, Rubem Ludwig, do Gabinete Militar, e Delfim Netto, do Planejamento.

O PEDIDO

Em Aviso ministerial simples, variando um pouco a redação de alguns, os ministros pedem ao presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marcellino e a Rubem Ludwig, o seguinte: "Em pronunciamento nessa Câmara dos Deputados, transcrito em parte na edição de 27 de setembro de 1983 do jornal **CORREIO BRAZILIENSE**, o deputado Mário Juruna utilizou expressões altamente ofensivas, injuriosas ao referir-se ao Excelentíssimo Presidente da República e a todos os Ministros de Estado e, conseqüentemente, ao signatário do presente. Pelo exposto, dirijo-me a Vossa Excelência a fim de solicitar as providências cabíveis, particularmente no que concerne ao item II do artigo 35 da Constituição. Apresento a Vossa Excelência os protestos de consideração e estima".

O dispositivo da Constituição Federal citado afirma que "perderá o mandato o deputado ou senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou "tentatório das instituições vigentes". Até ontem haviam chegado ao Congresso os pedidos dos ministros Delfim Netto, do Planejamento, Maximiliano da Fonseca, da Marinha, Walter Pires, do Exército, Dello Jardim de Mattos, da Aeronáutica, Cesar Cals, das Minas e Energia, Octávio Medeiros, do

Serviço Nacional de Informações, Leitão de Abreu, do Gabinete Civil, Rubem Ludwig, do Gabinete Militar, Danilo Venturini, dos Assuntos Fundiários, Ibrahim Abi Ackel, da Justiça e Cloraldino Severo, dos Transportes.

Ontem o porta voz do Palácio do Planalto, Carlos Atila, ao ser indagado sobre a atitude do Governo não iria criar um impasse institucional e até mais uma dificuldade para a aprovação do Decreto Lei nº 2045, que diminui o reajuste salarial dos trabalhadores, declarou que "as consequências políticas de um ato dessa natureza ocorrerão, mas se trata de um procedimento absolutamente correto, pois a Constituição põe que esta inclusive fundamenta todos os seus artigos".

No seu entender, trata-se do funcionamento normal do regime democrático. "O que os ministros estão fazendo é recorrer a um direito que a Constituição lhes assegura".

O porta voz não soube informar se os ministros além do pedido de cassação do mandato de Mário Juruna, também o processarão na Justiça, como já ocorreu outras vezes em que autoridades, julgando-se ofendidas por parlamentares, até pediram enquadramento de alguns na Lei de Segurança Nacional.

Para explicar a nova atitude do governo, a praxe de pedido de punição a parlamentares era pela via judiciária. Atila observou que "o Presidente da República e os ministros devem entender que o comportamento desse deputado já compromete a própria instituição parlamentar e a dignidade da atividade política. Não se trata do caso específico apenas do insulto em si, mas ele se insere dentro de um contexto comportamental".

Punição não amedronta cacique

O diabo nunca foi cassado, por que eu então vou ser cassado? Essa foi a reação do deputado Mário Juruna ao responder a uma indagação se tinha medo de ser cassado. Afirmando ser um homem de vida revolucionária, o ex-cacique xavante lembrou que era "um homem como os ministros, sou homem brasileiro, não sou homem nomeado" e acrescentou: "É a verdade que que machuca, é a verdade que dói".

Mário Juruna demonstrava tranquilidade quando fez essas afirmações, ressaltando que não sabia de nada, até aquele momento, sobre os ofícios dos ministros pedindo providências à Mesa da Câmara. "Não tenho nada para dizer, só soube comentá-los", afirmou. Sobre as versões de sua cassação, Mário Juruna ironizou: "É aquela conversa de branco", e concluiu: "Não deve nada a ninguém, devo ao povo".

Um discurso do tipo "kamikaze"

O discurso do deputado Mário Juruna tinha como mote a defesa da propriedade indígena em terras da Bahia. Estimulado por apais, o deputado foi se exaltando alterando o tom da voz e carregando nos adjetivos, até chegar às acusações que lhe custaram o processo.

Logo no início de sua fala, ele disse que o ministro do Interior não tem coragem de defender os índios "e tem coragem para roubar terra do índio", acrescentando que "parece que toda autoridade aqui no Brasil é toda comprometida com fazendeiro", e emendando com "autoridade que não presta, autoridade que não vale nada, que puxa saco de fazendeiro, autoridade que é mau-caráter", para encerrar o trecho afirmando que "é preciso revolução para acabar com esse pessoal".

Após um aparte do deputado Mansueto de Lavor (PMDB-PE), Juruna reiniciou sua fala e suas críticas começaram pelo Marechal Rondon "que desprezava índio" e que "todos esses milicos, como Mário Andreazza, como o Presidente da República", não olham para o índio. Reclamando que ninguém atenta para o problema do índio, o deputado pelo Estado do Rio foi violento: "Não tem ministro nenhum que presta. Para mim todo ministro é corrupto, todo ministro é ladrão, todo ministro é sem-vergonha, todo ministro é mau-caráter" e "todo ministro é o mesmo saco que aproveita o suor do povo trabalhador".

Referindo-se ao Presidente, o deputado Mário Juruna diz que "o Presidente da República não está enxergando, mas quando vem dolar do estrangeiro ele tira areia dos olhos". E logo em

O líder do partido, deputado Bocayuva Cunha, ao defender o deputado afirmou que se deveria levar em consideração as palavras de Juruna. "A semântica dele é diferente da nossa". Bocayuva Cunha fez essa declaração momentos antes de se reunir, juntamente com os demais líderes oposicionistas, com o deputado Nelson Marchezan, líder do PDS. Segundo Bocayuva Cunha, Marchezan comunicou-lhe por telefone, na noite de terça-feira última, que o discurso de Juruna não havia agradado ao Palácio do Planalto.

Ao comentar o episódio, o líder do PDS na Câmara disse lamentar que o deputado Mário Juruna fizesse o discurso que fez. "Acho que os ministros têm todo o direito de defender a honra", acrescentou esclarecendo que o discurso do parlamentar do PDT "não se coaduna com a ação parlamentar".

seguida voltou ao ministro Andreazza, "o ministro da Funai, o ministro do empresário, e ainda está querendo ser Presidente da República". O "benefício do brasileiro o Governo já tem trazido", continuou Juruna: "A miséria, a fome, o preço do BNH, da gasolina", acrescentando logo após que "o Governo está resolvendo é pra matar nossa raça, nosso povo, roubando a terra do índio, entregando nossa pátria", e, quase em seguida, "quem está vivendo muito bem é doze ministros com o Presidente da República".

Com relação ao ministro do Planejamento, o deputado federal Mário Juruna disse que "não é só Delfim que é ladrão. Não é só Delfim que está roubando a terra no Brasil. São todos os ministros, aquela meladuzia, aquela panelinha, todo esse pessoal está roubando. Se tivesse só o ministro Delfim Netto roubando o dinheiro da nação ele já tinha sido demitido há muito tempo, e como o Presidente da República, como outros ministros também estão roubando, é o mesmo problema".

O deputado pedetista não perdoou nem a polícia, ao dizer que "todo Polícia Militar está tomando porre, tomando pinga e caindo no chão". Cedeu um aparte ao deputado José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE) e voltou para encerrar garantindo que vai continuar sua luta, que não pretende deixar o País, porque "Juruna não quer Nova York, Juruna não quer Paris. Quem quer Paris é o Delfim, o João Baptista, o Mário Andreazza, o Ministro da Justiça, o Ministro do minério".

06

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: COMUNICADO

data: 29.09.83

página: 01

Repercussão preocupa parlamentares

O presidente da Câmara, deputado Flávio Marcellio (PDS-CE), convocou para a próxima segunda-feira uma reunião extraordinária da Mesa a fim de examinar as representações de ministros de Estado contra o deputado Mário Juruna (PDT-RJ), que os acusou de desonestos. O presidente do Senado, Nilo Coelho (PDS-PE), saiu do Congresso mais cedo porque não aguentava a repercussão do caso. "Ate de Paris me telefonaram", disse.

Os ministros pretendem que a Câmara explique o art. 35, item II, da Constituição, que prevê a cassação de mandato por falta de decoro parlamentar. A Mesa da Câmara tende, no entanto, a adotar a pena de censura, prevista no art. 260 do Regimento Interno, porque Mário Juruna é considerado primário, ou seja, não foi punido antes.

No Congresso havia ontem, à tarde, muita tensão porque se atribuía ao ministro do Exército, General Walter Pires, a seguinte afirmativa: "Se ele é irresponsável não pode ser deputado. Se ele é responsável tem de ser cassado". Os outros dois ministros militares concordavam com este posicionamento.

PREOCUPADO

O presidente do PDS, senador José Sarney (MA), manteve de morado encontro com o líder do Governo na Câmara, deputado Nelson Marchezan (PDS-RS), para examinar a situação. Sarney, que há tempos reuniu-se com os presidentes do Senado, Nilo Coelho (PDS-PE), e da Câmara, para lhes demonstrar a necessidade de providências contra os abusos em plenário, considera necessária uma reunião dos líderes da Câmara para contenção dos deputados.

Para Sarney, "é impossível viver com esta incontinência de linguagem e comportamento que não ajudam a democracia e desfiguram a imagem do Congresso. Os líderes oposicionistas têm de controlar, policiar, seu parlamentares porque se não passarem a ser responsáveis e solidários".

Contendo, também, as acusações contra familiares de ministros e até mesmo do presidente da República, o que demonstra a existência de uma campanha contra o governo.

IRRITAÇÃO

O discurso de Mário Juruna irritou a todo o Ministério. Na última terça-feira, segundo as informações, no Congresso, o Presidente da República tomou conhecimento através do noticiário do CORREIO BRAZILIENSE, que lhe foi entregue pelo ministro Leônidas de Abreu, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Pela manhã, após examinar os termos de Juruna com o ministro Leônidas de Abreu, Marchezan telefonou ao presidente Flávio Marcellio, que se encontrava em Fortaleza. Disse-lhe que o PDS não admitiria mais o uso de palavras anti-regimentais e ofensas sucessivas às autoridades. Ele queria maior rigor da Mesa para conter os abusos.

Ainda na parte da tarde, da terça-feira, os ministros Walter Pires e Delfino Jardim de Mattos, da Aeronáutica, estiveram no Congresso. Também estavam

CAUTELAS

A noite, o ministro Leônidas de Abreu reuniu-se com os líderes do Governo na Câmara e no Senado. Foi debatido o discurso de Juruna e suas consequências. Os dois líderes reconheceram a necessidade de providências para contenção da linguagem, examinando-se fatos recentemente ocorridos.

Propôs Marchezan resolver a questão Juruna com a Mesa da Câmara e os outros líderes partidários. Reconhecia o direito de magoa dos ministros de Estado, mas lembrou que o discurso havia sido respondido e já estava retido por ordem da Presidência da Câmara. Outra ponderação sua foi a circunstância de ser o deputado Mário Juruna, que tem características próprias.

Dispôs-se o líder Marchezan, a defender essa sistemática junto ao Presidente da República. O seu receio era de que o processo contra Mário Juruna pudesse afetar a imagem do Governo. A audiência com o Presidente Figueiredo foi marcada para às 11h30min, mas perdeu o sentido com a chegada, às 9h10min, do primeiro oficial, assinado pelo ministro Danilo Venturini, dos Assuntos Fundiários. Logo depois foi entregue o do ministro Octávio Medeiros, do Serviço Nacional de Informações.

ADVERTÊNCIA

Na manhã de ontem, o líder Marchezan encontrou-se com o deputado Bocayuva Cunha (RJ), líder do PDT, a quem já havia advertido por telefone. Na noite de terça-feira, sobre as consequências do discurso, Bocayuva Cunha ponderou-lhe que Mário Juruna, pelas suas condições, tinha uma linguagem peculiar, mas prometeu tomar providências.

Encontrou-se, também, com o 1º vice-presidente da Câmara, Paulino Cicero (PDS-MG), que acentuou as preocupações da Mesa para impedir os excessos verbais. Quem estava presidindo a sessão da Câmara durante o discurso de Juruna era o deputado Walber Guimarães (PMDB-PR), 2º vice-presidente.

A vários deputados oposicionistas, Walber disse que o tratamento dispensado a Juruna tem de ser diferente. E precisa ter maior flexibilidade. Lembrou, também, que normalmente Juruna faz um discurso e encaminha outro para publicação. Não deu maior importância ao seu pronunciamento, que foi respondido pelo vice-líder em exercício do PDS, deputado Silveira Campos (GO), em tom jocoso.

Ha quatro meses Walber Guimarães teve sério problema com Mário Juruna quando o impediu de entrar no plenário em manga de camisa. Juruna brigou com vários seguranças e foi contido com muita dificuldade.

PROTESTO

Até às 18h30min, de ontem, haviam sido entregues na Câmara os ofícios dos seguintes ministros de Estado: Planejamento, SNI, Assuntos Fundiários, Marinha, Aeronáutica, Minas e Energia, Exército, Transportes, Casa Civil, Gabinete Militar, Transportes e Justiça. Todos os ofícios foram man-

grada pelos deputados: Flávio Marcellio, Paulino Cicero, Walber Guimarães, Fernando Lyra (PMDB-PE), 1º secretário, Ari Kfury (PDS-PE), 2º secretário, Francisco Studar (PTB-RJ), 3º secretário e Amaury Muller (PDT-RS), 4º secretário.

O art. 35, item II da Constituição, invocou pelos ministros, e o seguinte: "Perderá o mandato o deputado ou senador" — item II — "cujo procedimento foi declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes".

O ato da Mesa enquadrando o parlamentar neste artigo terá de ser aprovado pelo Plenário da Casa, em escrutínio secreto, presente a maioria absoluta, ou seja, 240 deputados.

IMPASSE

Nessa exigência do Regimento da Câmara (arts. 253 e 265) começam as dificuldades do Governo e o impasse político. O PDS tem apenas 235 deputados, contra 244 das Oposições. Há também, uma longa tradição do Parlamento de votar contra qualquer tentativa de processar um de seus integrantes. Por isso tem-se como certo que, havendo votação, o Governo perderá.

Para evitar novo choque entre a Câmara e o Executivo — na última semana foi rejeitado o decreto-lei 2.024 — está sendo articulada uma solução conciliatória. Esta seria a aplicação da censura, prevista no art. 260 do Regimento Interno da Câmara que estipula:

"O deputado que abusar das prerrogativas inerentes a seu mandato, ou praticar ato que afete a sua dignidade, está sujeito às seguintes medidas: I — censura; II — suspensão do exercício do mandato; III — perda do mandato".

Art. 261 — A censura constituir-se-á em: I — verbal; II — escrita.

Art. 262 — A censura será aplicada aos que: I — praticarem transgressão reiterada aos preceitos do Regimento Interno; II — perturbarem a ordem das sessões da Câmara ou das reuniões das Comissões; III — usarem, nos discursos ou pareceres, de expressões ofensivas a membros do Poder Legislativo ou às autoridades constituídas dos demais Poderes da República.

A censura seria justificada pelo fato de Mário Juruna ser primário, ou seja, não ter ainda sofrido outra punição.

CORRUPÇÃO

O líder Nelson Marchezan manteve, ao final da tarde, encontro com os líderes das Oposições. O líder do PDT reiterou sua defesa de que Juruna tem dificuldades de expressão, não devendo ser julgado como os outros. O líder do PMDB, deputado Freitas Nobre (SP), disse que seria melhor o Governo abrir inquérito administrativo para apurar as denúncias divulgadas diariamente na imprensa sobre desmandos econômicos e corrupção.

Marchezan defendeu os ministros de Estado e o Governo das acusações e ponderou que os parlamentares licitariam irritados se alguém dissesse que todos "os deputados são ladrões".

Ao deixar o Congresso por volta das 18h, o presidente do Senado, Nilo Coelho (PDS-PE),

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: CORREIO BRAZILIENSE

data: 29.09.93

página: 05

ÍNDIO

Quem é esse?

Não é hoje que se vai resolver o desencontro da colonização com os interesses naturais deste solo chamado Brasil. Quem quiser entender a tese que preste atenção aos pronunciamentos do Deputado e Cacique Juruna. No seu "sem jeito para a democracia" detestado até pelo humorista do Soares justificando quadro de seu programa de TV, da pra descerrar a figura de brasileiro, esse colírio que não se sabe de verdade se ainda somos quando começamos a caminhar. Quando se fala em "democracia" com o "sem jeito" amarelo de quem não sabe o que é a democracia no palácio sem saber o que é a democracia na floresta.

Deveria de fato a pretensão por si só falida - de querer saber o que vai na cabeça dos parlamentares (nome justíssimo como parlamentares parlam e lamentam) a nível político partidário, dá pra arrepiar quando Juruna acusa de cor-

rupção. Atira em 360 graus com uma espécie de dignidade que só ingênuos costumam ter. O que absolutamente não vem ao caso do resto do dito parlamento. Juruna não tem papas na língua e talvez isso lhe valha a "incompreensão" dos democratas tipo do Soares.

Os índios receberam Pedro Álvares Cabral de braços abertos e, no entanto, ninguém reconhece a nossa luta no passado preferindo nos chamar de "vagabundos" e "subversivos". Mas somos os índios, muito melhores que os "brancos" que para os índios é uma imitação do Brasil.

A fala do Cacique me lembra o que aprendi na escola: índio é "asilado" e "vagabundo". Nunca gostou de trabalhar, etc. E nós, nessa história, quem somos? De que lado estamos? Talvez seja mais fácil achar ridículo o "índio". Uma expressão, aliás,

CECE



que sempre serviu para classificar vagabundo, burro, inculto e marajá.

Ridículo, inclusive na sua pretensão de chegar ao poder, como quer Juruna. E talvez até elegendo Presidente da República um ministro que conse-

guir elevar pra muito alto a civilização da Amazônia implantando uma estrada que levou grana mas não integrou nada. E cuja história se repete agora na Cuiabá, Porto Velho, que vai rasgar ao meio Parques Nacionais, reservas ecológicas e terras indígenas.

veículo: CORREIO JUBATITINGA

data: 29.09.83

página: 04

POLÍTICA ALÉM DA NOTÍCIA

Opções dramáticas

A obscuridade do governo, no atual momento, embora tragado pela sucessão presidencial, e a aprovação do Decreto 2.045, que delimita uma questão de honra para uma estrutura de poder que se julga mal compreendida pelo poder parlamentar, que estaria incorporando a sua luta por autonomia e desejo de não colaborar com o Poder Executivo na forma da corresponsabilização em decisões críticas que afetam a sociedade.

O fato de pelo menos, com parlamentares do PDS, já terem manifestado a tendência de votar contra o decreto lei incrimina o governo, deixa-o em situação de alimentar maus presságios econômicos, sociais e institucionais. O governo - uma entidade normalmente fria e ática, apesar de muitos de seus executivos serem sensíveis e éticos - observa a reação latente do Congresso como enfrentamento e falta de visão histórica.

Argumentam os formuladores palacianos que a sociedade, para se recuperar do caos econômico instalado nas relações financeiras e comerciais, deverá enfrentar conjuntamente a crise, através de uma aceitação expressa do momento de dificuldades, no caso, apoiando a aprovação do Decreto-lei 2.045 que terá vigência de dois anos - até que contiga, com seus instrumentos corretivos, recuperar a curva ascendente da economia nacional.

Sem o decreto, ou o seja rejeitado pelo Congresso, voltar-se-á a situação criada pelo ministro Murilo Macedo, que, se era válida para a conjuntura do começo da década, já não o será para tempos de hoje, em que foram precipitados fatores adversos ao crescimento do País, além dos problemas climáticos sofridos pelo Sul e pelo Nordeste.

Esses formuladores temem o que poderá vir a ocorrer, sem que o Decreto lei 2.045 seja aprovado, e temem ainda mais pela falta de habilidade de parceiros internacionais, que a guisa de conscientização da dramaticidade de nossa situação, fazem por dificultar ainda mais a questão política em torno da aprovação da matéria.

O governo, segundo essas mesmas vozes, mantém-se imbuído do dever de não pressionar o Congresso, não utilizar argumentos suasorrios nem lançar mão de conchavos para sensibilizar os parlamentares. Quer o governo - entenda-se aí, o Presidente da República - jogar com os dados da abertura, e de seus filhos

mais conhecidos, o diálogo e a conciliação, para situar o Congresso no nível da grande opção que se prepara para o próximo mês.

O Governo reconhece a fragilidade de seus coordenadores. A autocrítica tem sido feita a nível do Presidente, com seus ministros em longo exercício retórico. Pelo menos o Governo fala, tem procurado buscar no fundo do poço do seu desalento uma ponta de verdade, e qualquer luz ao final do túnel. O estado de espírito governamental não é bom, mas não é derrotismo. O está irritado e sobretudo magoado pelo que diz ser falta de solidariedade e compreensão no momento histórico brasileiro. Cobram-lhe sucessos, e ele sofre com a recessão.

INCOMUM

O que aconteceu ontem - o ministro Leitão de Abreu chamar ao palácio o vice-presidente Aureliano Chaves - é um fato incomum. Mais por Aureliano ter aceitado.

IRRITAÇÃO

O problema com deputado Mario Juruna deixou o presidente Figueiredo tão irritado que, ontem, após ter chamado o deputado Nelson Marchezan para uma conversa fora de agenda, acabou por não poder conversar com seu líder na Câmara.

HISTÓRIA REPETIDA

Era lembrado, ontem, a propósito do que hoje se afirma do deputado Paulo Maluf, o que Otávio Mangabeira, a seu tempo, dizia de Getúlio Vargas: "Não se candidata. Se se candidatar, não ganha. Se ganhar, não toma posse. Se tomar posse, não termina o mandato". Getúlio cumpriu todas essas etapas.

O próprio presidente Figueiredo, no começo de seu governo, era também brindado com essas previsões: "Não faz a anistia. Se fizer, os anistiados não desentram no Galeão. Se desembarcarem, não voltam à vida política. Se voltarem, não se candidatam. Se se candidatarem, não se elegem. Se ganharem, não tomam posse". Figueiredo cumpriu todas as suas promessas.

Agora, mais uma vez, a história poderá repetir-se.

LEONARDO MOTA NETO

veículo: JORNAL DE BRASÍLIA
data: 29.09.83
página: 01

JURUNA

Insulto pode tirar-lhe o mandato

Por decisão do presidente Figueiredo, os quatro ministros do Palácio do Planalto — Leitão de Abreu, Rubem Ludwig, Delfim Neto e Danilo Venturini — pediram ontem o enquadramento do deputado Mário Juruna (PDT-RJ) no artigo 35 da Constituição que prevê a perda de mandato do parlamentar por ter dito, entre outras coisas, que "não é só Delfim que é ladrão. São todos os ministros, aquela meia dúzia, aquela panelinha, todo esse pessoal está roubando". Juruna fez as declarações em plenário, na última segunda-feira, e assim que Figueiredo tomou conhecimento do discurso, através da imprensa, na terça, reuniu os chamados "ministros da casa". O "caso Juruna" tomou conta, ontem, do Congresso. O líder do PDT, Bocayuva Cunha, disse que o partido está solidário com o parlamentar que "antes de ser deputado, é um índio. Para ele, todo branco é ladrão", o que, no seu entender, torna a questão semântica. Juruna, por suavez, justificou-se: "Falei de forma bem geral. Se estão dizendo que é mentira, podem me procurar para reunião ou discussão" (Página 3)

Marcio di Pietro



Deputado Mário Juruna: Falei de forma bem geral. Mas podem me procurar para reunião ou discussão

veículo: JORNAL DE BRASÍLIA

data: 29.09.83

página: 03

PSS-481, p. 149/398

Governo manda cassar Juruna

Marcio di Pietro

Incentivados pelo presidente João Figueiredo, os ministros Leitão de Abreu, chefe do Gabinete Civil; Rubem Ludwig, chefe do Gabinete Militar; Delfim Netto, do Planejamento; e Danilo Venturini, de Assuntos Fundiários, pediram ontem ao presidente da Câmara dos Deputados o enquadramento do deputado Mário Juruna no artigo 35 da Constituição Brasileira que prevê: perderá o mandato o deputado ou senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes. Cinco outros ministros, inclusive o presidenciável Mário Andreazza, do Interior, também enviaram ontem ofícios à Câmara.

O governo, segundo o secretário de imprensa, Carlos Atila, considerou o discurso pronunciado pelo deputado Mário Juruna, no dia 26 último, na Câmara, "atentatório das instituições vigentes", já que ministros de Estado "são instituições". Juruna, entre outras coisas, afirmou que "não é só Delfim que é ladrão. Não é só Delfim que está roubando a terra no Brasil. São todos os ministros, aquela meia dúzia, aquela panelinha, todo esse pessoal está roubando. Se tivesse só o ministro Delfim Netto roubando o dinheiro da Nação ele já tinha sido demitido há muito tempo. E, como o presidente da República, outros ministros também estão roubando".

O presidente Figueiredo, assim que tomou conhecimento do deputado Mário Juruna, através da imprensa, terça-feira última, reuniu com os chamados "ministros da casa".

Nervosismo

No Congresso Nacional, o dia de ontem foi praticamente voltado para o já apelidado "Caso-Juruna". Na noite de anteontem, o líder do governo, deputado Nelson Marchezan, procurou o líder do PDT, Bocariva Cunha, para lhe comunicar "a grande irritação" que o discurso do deputado pronunciado 2ª feira havia causado no Palácio do Planalto.

Em função deste fato, desde as primeiras horas de ontem, várias reuniões foram realizadas, sempre de forma nervosa, principalmente nos gabinetes dos líderes do PDT e do PDS. Todas tinham o mesmo objetivo: analisar os possíveis desdobramentos políticos do discurso do deputado — "índio Mário Juruna, onde ele afirmou: 'Para mim, todo ministro é corrupto, todo ministro é ladrão, todo ministro é sem vergonha, todo ministro é mal-caráter'".

O presidente da mesa na Câmara, deputado Paulino Ckero (PDS-MG), que estava substituindo o deputado Flávio



Juruna: discurso atentatório

Alta pressão

A inédita situação de um deputado estar sob ameaça de julgamento pela Mesa da Câmara a pedido de nove ministros de estado indica que a paciência do Palácio do Planalto esgotou-se. Nove pedidos simultâneos para processar Mário Juruna não acontecem por acaso, mas ao contrário demonstram que as relações entre Legislativo e Executivo estão no nível máximo de tensão permitido pelas circunstâncias do momento. Outro aspecto do mesmo fenômeno está na punição exemplar aplicada ao Senador Carlos Alberto. Ele que pediu a exoneração do Ministro Leitão de Abreu, já não é mais vice-líder. A rejeição do 2.024 espalhou tensão pela praça dos Três Poderes.

Marcílio na presidência, tinha em seu poder no final da manhã, quatro ofícios dos ministros ligados diretamente ao Palácio do Planalto: Leitão de Abreu, Danilo Venturini, Delfim Netto e Ruben Ludwig. Paulino Cicero leu, pelo telefone, para o deputado Flávio Marcílio, que está em Fortaleza, o ofício do ministro chefe da Casa Civil, onde ele pede que a Mesa da Câmara examine a possibilidade de enquadrar o deputado Juruna nos artigos 32 e 35 da Constituição.

Por estes artigos e também pelo Regimento Interno da Câmara, Mário Juruna pode ter o seu mandato cassado por falta de decoro parlamentar. Mais tarde chegaram mais cinco ofícios: dos ministros do Exército, Aeronáutica, Marinha, Minas e Energia e também do Interior.

No início da tarde, após inúmeras negociações, ficou decidido que a Mesa da Câmara se reunirá na próxima segunda-feira para examinar a questão. Segundo o líder do PDS, depu-

tado Marchezan, "quem vai decidir se Juruna terá ou não o seu mandato cassado será a Mesa, que poderá levar a questão a plenário".

Precaução

Marchezan explicou que, ainda na terça-feira à tarde, manifestou ao presidente da Câmara, Flávio Marcílio, sua preocupação diante dos termos usados por Mário Juruna em seu pronunciamento, quando então Flávio Marcílio pediu que a publicação do discurso fosse sustada, até que ele examinasse o seu teor. No final da tarde — relata ainda Marchezan — ele teve notícia de que alguns ministros já haviam tomado a decisão de encaminhar representação junto à Câmara contra o parlamentar, o que, segundo o líder do governo, pode ser interpretado como um gesto de confiança das autoridades em relação à Casa, "já que todos pensávamos que os ministros fossem recorrer ao Poder Judiciário".

Questão semântica

Após uma longa reunião entre todos os líderes dos partidos atuantes do Congresso, o líder do PDT, Bocariva Cunha, deu uma entrevista afirmando que "o partido estava solidário com o deputado Juruna" e que não houve nenhuma "tentativa de desrespeito ao Executivo" no seu pronunciamento.

Antes de ser deputado, Mário Juruna é um índio. Para ele, o Brasil pertence aos índios. Para ele, todo branco é ladrão, porque rouba as terras dos índios. Tudo isto é uma questão semântica.

Segundo o líder do PDT, tudo será feito para que o mal-entendido venha a ser resolvido dentro do próprio Congresso Nacional.

Conversa de branco

Muito tranquilo, o deputado Mário Juruna deu ontem a seguinte entrevista:

"Não sei de nada e nada tenho para dizer. Tudo isso é conversa de branco. Ministro que se cuide primeiro. Quero que autoridade dê bom exemplo, nada mais. Se existe lei, tem que cumprir lei. Não disse nada oficial, contra ninguém. Falei de forma bem geral. Se estão dizendo que é mentira, podem me procurar para reunião ou discussão. Sou homem de peito. Sou homem e sou autoridade. Fui eleito pelo povo e não nomeado. A verdade machuca. Se eu fosse para plenário contar piada, todo mundo vinha me abraçar. Cristo foi pregado na cruz e foi sacrificado. Querem me sacrificar. Ninguém pode ficar contra gente séria, gente boa. Tenho que cumprir minha missão, sou homem revolucionário. Medo de ser cassado? Nunca tive medo. O Diabo nunca foi cassado, porque que eu vou ser".

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

Assessoria de Comunicação Social - ACS

veículo: OJTIMA HORA DA BRASILEIRA

data: 29.09.83

página: 04

SIROBA



APARTE Papagaio na linha

Guilherme Lotula

O deputado Mário Juru-
na, em sua inegável condi-
ção de tribuna simplório,
que usa a espontaneidade e
inocência da mata, pode ter
exagerado, chamando "to-
dos" os ministros de deso-
nestos. Mas este foi talvez
um dos menores pecados da
vida pública, neste ano de
grandes saturnálias. Muita
imoralidade rolou pela fo-
lhinha, nestes nove meses
de gestação política do
aborto da abertura:
Decretos-Leis tiraram fat-
ias dos nossos salários, an-
tes mesmo de ouvidos nos-
sos representantes, no Par-
lamento, a soberania nacio-
nal sofreu grandes arran-
hões, nesse nefasto
"rendez-vous" com o FMI;
o Nordeste foi lembrado co-
mo o esmoler da Nação; e
até apareceu o partido do
Governo contando como do
Senado o quórum da Câma-
ra. Perto de tudo isso, Juru-
na é apenas um papagaio
saltando a língua.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social / A C S

veículo: ÚLTIMA HORA DE BRASÍLIA

data: 29.09.83

página: 01

JURUNA, Ó!

Ministros, ofendidos, pedem à Câmara punição para o cacique-deputado

Previsão é de que o deputado pelo partido de Brizola possa ser enquadrado no artigo 35 da Constituição, que manda cassar o mandato por falta de decoro. É a reação ao fato de Juruna ter acusado os ministros de "corruptos, ladrões e sem-vergonhas". Líder do PDT disse não acreditar na cassação e Juruna afirmou: "Nunca vi homem de bem ser cassado". Pág. 3



Mário Juruna, depois de saber do pedido dos ministros, conversa com deputados de sua bancada na Câmara

Od

veículo: ÚLTIMA HORA DE BRASÍLIA

data: 29.09.83

página: 03

Ministros ameaçam Juruna

Querem enquadramento de deputado que pode perder mandato

SÉRGIO MARQUES



O deputado Mário Juruna (E), do PDT, discutindo com parlamentares da oposição na Câmara

Em procedimento inédito, todos os ministros de Estado decidiram ontem oficiar à Câmara dos Deputados pedindo providências contra o deputado Mário Juruna (PDT-RJ) que acusou-os generalizadamente "corruptos, ladrões, sem vergonhas e mau caráter" ao ocupar a tribuna na última segunda-feira para criticar o Governo e o presidente Figueiredo. O presidente da Câmara Flávio Marçilio, que se encontra em Fortaleza, já convocou a Mesa da Casa para reunir-se na próxima segunda-feira, às 9h30min, e decidir sobre a matéria.

Os ofícios encaminhados pelos ministros - até à noite de ontem eram doze, dos chefes da Casa Civil e Militar, Planejamento, Assuntos Fundiários, Exército, Marinha, Aeronáutica, Minas e Energia, SNI, Justiça, Transportes e Interior - pediram providências à Câmara baseados no artigo 35, § 2º da Constituição Federal que afirma que "perderá o mandato o deputado ou senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes". Até hoje deverão chegar os ofícios dos demais ministros.

A decisão de oficiar contra Juruna através da Câmara e não através da Justiça caracteriza um abrandamento em relação a casos anteriores de iniciativas contra parlamentares, mesmo que a soberania do Congresso seja sempre muito grande nesta matéria conforme lembrou o vice-presidente Paulino Cícero. O caso do deputado do PDT do Rio, será apreciado pela Mesa da Câmara de acordo com o Regimento Interno, que regula sua atuação nos artigos 260 e 261.

Por estes artigos, Juruna está sujeito a três tipos de punição, que deverão ser definidas pelos integrantes deste colegiado: censura (verbal ou escrita); suspensão do exercício do mandato por até 15 dias e perda do mandato. A impressão reinante na Câmara é que o presidente Flávio Marçilio utilizará seu poder de censura a discursos pronunciados naquela Casa - suprimirá todas as expressões mais fortes da fala do deputado. Feito isso, dará o caso por encerrado.

Regimentalmente, o procedimento da Mesa da Câmara deve ser o seguinte: constituição de uma Comissão Especial para analisar o caso e decidir sobre ele. Isso não impedirá a Mesa de

da Comissão de Constituição e Justiça que julgará a legalidade e a juridicidade dos ofícios dos ministros como o artigo da Constituição invocado pelos ministros determina, em seu § 2º, que "a perda do mandato será declarada pela Câmara dos Deputados mediante provocação de qualquer de seus membros da respectiva Mesa ou de partido político", é pouco provável que algum deputado provoque este fato. O mandato de Juruna será certamente preservado.

Ontem, o vice-presidente Paulino Cícero chamou o deputado Mário Juruna e recomendou-lhe cautela nesta situação para não complicar uma situação que, em seu entender, já é complicada. O deputado Theodorico Ferraz (PDS-ES) considerou "infeliz" a generalização de Juruna sobre a corrupção dos ministros de Figueiredo e lembrou que nas acusações que tem feito ultimamente acusou somente dois ministros, Delfim Netto e Ernane Galvães.

Um deputado lembrou, para exemplificar que o que se fala da tribuna nem sempre é feito com má intenção; que há tempos, dois deputados - Oscar Correa e Arruda Câmara - em pronunciamentos inflamadíssimos chingavam-se mutuamente com palavras do mais baixo calão. Encerrada a discussão, os dois iam até à taquigrafia e cada um revia o discurso do outro, suprimindo estas palavras.

Ao voltar este sábado de Fortaleza, Flávio Marçilio dará início aos pedidos dos ministros e certamente conversará com o deputado Mário Juruna.

AVISOS

Os avisos enviados pelos ministros Ludwig e Leitão dizem o seguinte: "Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados:

O discurso proferido pelo deputado Mário Juruna na tribuna da Câmara dos Deputados, sessão de ontem, dia 26 do corrente, além de gravemente ofensivo à honra do Senhor Presidente da República e dos Ministros de Estado, caracteriza procedimento que incorre na regra estabelecida no artigo 35, item II, da Constituição Federal.

Solicito, por isso, a Vossa Excelência, diante da gravidade do fato, as providências que o caso impõe.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais alto apreço.

PSS-481, P-152/398

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: ÚLTIMA HORA DE JUAZUÍ

data: 29.09.93

página: 03

SERGIO MANUELO



Bocaiuva Cunha: "Juruna não desrespeitou"

Líder nega desrespeito e é solidário

Se ele é responsável tem que ser cassado, se é irresponsável não pode ser deputado - esta frase atribuída a altas patentes militares, circulou ontem na Câmara como o principal indício de que o trato do episódio Juruna mereceria da mesa da casa um exame mais apurado.

De acordo com alguns parlamentares, se a frase foi realmente pronunciada nos meios militares indica um clima de mal estar que precisa ser debelado logo. Talvez por este motivo, o líder do PDT, Bocaiuva Cunha, defendeu enfaticamente que a questão não tomasse dimensão maior do que merecia.

De acordo com o líder pedetista, o problema do deputado Mario Juruna é "antônico". Citou um exemplo da dificuldade dele no uso da língua portuguesa: ele costuma dizer que o Brasil era do índio, e que chegou o branco aqui e tomou as terras. Portanto, branco é ladrão de índio - conclui. Para Bocaiuva Cunha, Juruna não praticou nenhum ato de desrespeito e por isso o PDT lhe é solidário.

Pedetista diz que só a verdade machuca

"Só a verdade dói e machuca. Nunca vi homem bom ser cassado. O diabo nunca foi cassado. Jesus é que foi para a cruz." Assim reagiu, ontem, o deputado Mario Juruna (PDT-RJ) ao saber que todos os ministros do presidente Figueiredo pediram providências à Câmara contra seu discurso. "Eu fui eleito para defender povo, e vou defender povo", concluiu.

Um pouco tenso diante de informações desencontradas que circularam por todo o dia na Câmara, Juruna não abrandou suas posições em relação ao que havia dito. "Não sou assassino, homem que mata, homem que rouba ou homem que engana aos outros. Só quero ajudar meu povo. Vim aqui para trabalhar representando meu povo".

"Sou homem do campo, também já fui cassado da minha terra - acrescentou o deputado do PDT - e não vim aqui só para elogiar, vim para ajudar o povo. O deputado foi eleito pelo povo e tem que me respeitar. Não quero que me ajudem, quero que ajudem ao povo".

Por fim, lembrou o deputado: "O tempo do

Deputado tem presença constante no plenário

Um dos mais assíduos deputados no plenário da Câmara, Mario Juruna tem marcada sua atuação por pequenas comunicações, muitos apartes e uma interpelação ao ministro Mario Andreazza. Sempre se designa como defensor eleito dos interesses do povo brasileiro e um dos seus temas prediletos é criticar a atuação da Funai e, por extensão, do Ministério do Interior. Sua iniciativa principal foi a proposta da Comissão Permanente do Índio, instalada recentemente e da qual foi eleito presidente. Uma das suas características tem sido invocar sua condição de caique e detentor de mandato parlamentar para exigir respeito.

Mario Juruna fez até agora dois discursos de grande expediente, um dos quais o que provocou a representação dos ministros de Estado, pequenas comunicações, muitos apartes e a interpelação ao ministro do Interior. Ao todo, durante este ano, 18 intervenções, enquanto na sua fala predominam as denúncias sobre corrupção, documentos administrativos e temas correlatos.

Além do ministro Mario Andreazza, seu alvo preferido, o ministro Delfim Netto é o segundo da lista e nunca escapa da mira de Mario Juruna, um crítico da política econômica do Governo. Mas, um outro assunto aborrece o índio-deputado: o quadro do programa do humorista Jo Soares em que um índio aparece caracterizado com trejeitos e qualquer coisa faz o.

No discurso de segunda-feira, o deputado Mario Juruna critica o presidente da República por jogar areia nos olhos para não enxergar os problemas do povo brasileiro e os ministros de Estado. Na sua opinião: "Não tem ministro nenhum que presta. Para mim, todo ministro é corrupto, todo ministro é ladrão, todo ministro é sem-vergonha, todo ministro é mau caráter".

Juruna não é 1964, é outro. Se o diabo nunca foi cassado porque vou ser? A verdade é que machuca e dói.

Levantou-se a possibilidade de, por ser índio e portanto tutelado, Juruna não poder ser processado, mas esta hipótese foi descartada já que seu suposto delito foi praticado como deputado.

PDI E MARCHEZAN

O PDT apóia o deputado Mario Juruna, segundo o líder Bocaiuva Cunha, e pretende defender perante a Mesa da Câmara que o episódio envolvendo um dos membros da bancada que circunscreto ao âmbito político e não se transforme em problema nacional nem ganhe importância maior do que a real.

Já o líder do PDS, Nelson Marchezan, ouviu suas ponderações e disse que Juruna tora extremamente infeliz, pois ninguém gostaria que se dissesse que todos os deputados são ladrões. Mas reconhece ser competência da Mesa deliberar sobre a questão.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - ACS

04

veículo: OJTIMA DEPA DE BRASILIA
data: 29.09.83
página: 03

Ministros ameaçam Juruna

Querem enquadramento de deputado que pode perder mandato

RENZO MANGUE



(1) deputado Mário Juruna (PDT), discutindo com parlamentares da oposição na Câmara

Em procedimento inédito, todos os membros de Luso decidiram ontem utilizar a Câmara dos Deputados para pedir providências contra o deputado Mário Juruna (PDT-RJ) que acusou-os generalizadamente "corruptos, ladrões, sem vergonha e mau caráter" ao ocupar a tribuna na última segunda-feira para criticar o Governo e o presidente Figueiredo. O presidente da Câmara Flávio Marinho, que se encontra em Fortaleza, já convocou a Mesa da Casa para reunir-se na próxima segunda-feira, às 9h30min, e decidir sobre a matéria.

Os ofícios encaminhados pelos ministros - até à noite de ontem eram doze, dos chefes da Casa Civil e Militar, Planejamento, Assuntos Fundamentais, Estado, Marinha, Aeronáutica, Minas e Energia, SNI, Justiça, Transportes e Interior - pediram providências à Câmara baseados no artigo 35, § 2º da Constituição Federal que afirma que "perderá o mandato o deputado ou senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes". Até hoje deveriam chegar os ofícios dos demais ministros.

A decisão de oficiar contra Juruna através da Câmara e não através da Justiça caracteriza um abrandamento em relação a casos anteriores de incontinência contra parlamentares, mesmo que a soberania do Congresso seja sempre muito grande nessa matéria conforme lembrou o vice-presidente Paulo Cícero (1) caso do deputado do PTB do Rio será apreciado pela Mesa da Câmara de acordo com o Regimento Interno, que regula sua situação nos artigos 260 e 261.

Por estes artigos, Juruna está sujeito a três tipos de punição, que deverão ser definidas pelos integrantes deste colegiado: censura (verbal ou escrita) suspendendo do exercício do mandato por até 15 dias e perda do mandato. A imprensa reinante na Câmara é que o presidente Flávio Marinho utilizará seu poder de censura a discursos pronunciados naquela Casa e suprimirá todas as expressões mais fortes da fala do deputado. Pelo isso, dará o caso por encerrado. Regionalmente, o procedimento da Mesa da Câmara deve ser o seguinte: constituição de uma Comissão Especial para analisar o caso e decidir sobre ele. Isso não impedirá a apreciação

da Comissão de Constituição e Justiça e julgar a legalidade e a juridicidade dos ofícios dos ministros como o artigo da Constituição invocado pelos ministros determina em seu § 1º que "a perda do mandato será declarada pela Câmara dos Deputados mediante provocação de qualquer de seus membros da respectiva Mesa ou de partido político", e pouco provável que algum deputado provoque esse fato. O mandato de Juruna será certamente preservado.

Ontem, o vice-presidente Paulo Cícero chamou o deputado Mário Juruna e recomendou-lhe cautela nesta situação para não complicar uma situação que, em seu entender, já é bem complicada. O deputado Thomaz Faria (PDS-ES) considerou "infeliz" a generalização de Juruna sobre a corrupção dos ministros. Figueiredo e lembrou que nas acusações que tem feito ultimamente acusou somente dois ministros, Delfim Netto e Ernane Galvão.

Um deputado lembrou, para exemplificar o que se fala da tribuna nem sempre é feito com má intenção, que há tempos dois deputados (Omar Brito e Airaldo Lima) em pronunciamentos inflammasíssimos chegavam-se, muitas vezes com palavras do mais baixo calão. Encerrada a discussão, os dois iam até a sacristia para um reva o discurso do outro, suprimindo as palavras.

Ao voltar este sábado de Fortaleza, Flávio Marinho dará início aos pedidos dos ministros certamente conversará com o deputado Mário Juruna.

AVISOS

Os avisos enviados pelos ministros Lacerda e Lacerda dizem o seguinte: "Excmo. Sr. Senador Presidente da Câmara dos Deputados".

O discurso proferido pelo deputado Mário Juruna na tribuna da Câmara dos Deputados, ontem, das 20h do corrente, após de governo, ofereceu a honra do Senhor Presidente da República e dos Ministros de Estado, canescença procedente que incute na regra estabelecida no artigo 35, item da Constituição Federal.

Soleno por isso, a Vossa Excelência, diante da gravidade do fato, as providências que o caso impõe. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência as protestos do meu mais alto apreço e consideração.

05

veículo: ÚLTIMA HORA DE BRASÍLIA

data: 29.09.83

página: 03

PSS-481, p.155/398

Figueiredo apóia iniciativa, diz Átila

A iniciativa dos chefes dos gabinetes Civil e Militar, ministro Leitão de Abreu e general Rubem Ludwig, de pedirem à presidência da Câmara a inclusão do deputado Mário Juruna (PDT-RJ) no artigo 35 da Constituição, que pode resultar na cassação do seu mandato, contou com todo o apoio do presidente João Figueiredo, revelou o porta-voz palaciano, Carlos Átila. Acrescentou que o tema foi objeto de duas reuniões de Figueiredo com Ludwig e Leitão e possivelmente o ministro Danilo Venturini, de Assuntos Fundiários, e outros que assim o desejem, poderão enviar idêntica solicitação ao presidente da Câmara.

Consequências políticas ocorrerão, inevitavelmente, conforme admitiu o assessor palaciano, Carlos Átila, frisando que o comportamento dos ministros foi compatível com os termos da Constituição. Indagado se o processo poderá dificultar o relacionamento do Executivo com o Legislativo, o assessor palaciano disse não po-

der antecipar conclusões sobre o julgamento do caso.

FIGUEIREDO

O presidente Figueiredo reexaminou ontem, amplamente, na reunião das nove horas com os chamados ministros da casa, a medida que o Governo deveria tomar em relação ao discurso proferido pelo deputado Mário Juruna.

Anteontem o presidente tomou conhecimento do discurso e aprovou a decisão do ministro-chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, de enviar um aviso ao presidente da Câmara pedindo a cassação do mandato do deputado com base na Constituição, art. 35, item II. Figueiredo examinou o aviso, cuja cópia, distribuída ontem, à imprensa, tem a data de 27, enquanto o do ministro Ludwig tem a data de ontem, 28.

O porta-voz não especificou porque o Governo desta vez não se utilizou da Procuradoria Geral da República para processar o parlamentar, como fez em casos anteriores.

Marchezan critica excesso nos discursos

O líder do PDS, deputado Nelson Marchezan, denunciou ontem o excesso verbal que vem caracterizando os discursos dos parlamentares na Câmara, criticando o linguajar inadequado e a atitude dos autores, que, depois, limpam as notas taquigráficas para sair uma publicação "bem educadinha" no Diário do Congresso, enquanto aparecem como heróis na imprensa, que registra todas as letras do pronunciamento.

E revelou que desde terça-feira, portanto um dia depois da fala do deputado Mário Juruna, procurou o presidente Flávio Marcílio para falar de sua preocupação com os termos usados pelo pedetista do Rio. Marcílio não só concordou com suas ponderações como proibiu a publicação do discurso pois estava fora das normas parlamentares. E prometeu examinar melhor a questão. Mas, na mesma noite, Marchezan tomou conhecimento da representação que os ministros de Estado apresentariam à Câmara.

De acordo com Marchezan, a atitude de Mário Juruna, chamando todos os ministros de ladrão, se, a vergonha e mau caráter "é inusitada,

inaceitável e não se coaduna com o parlamento". Mas reconheceu que caberá à mesa da Câmara analisar a representação dos ministros e adotar providências. E elogiou a decisão dos atingidos em solicitar à casa, com base no artigo 35, parágrafo 2º da Constituição, providências para o excesso verbal do pedetista do Rio.

No final da tarde, Marchezan recebeu todos os líderes de oposição que lhe foram entregar carta remetida por eles ao ministro Saraiva Guerreiro repudiando as declarações do secretário do Tesouro norte-americano a respeito da situação econômica brasileira. E trataram do affair Juruna, cabendo ao líder pedetista informar ao do PDT da representação dos ministros. E ouviu de Bocaiuva Cunha uma defesa baseada no argumento das dificuldades para o índio-deputado usar a semântica. Já o líder do PMDB, Freitas Nobre, preferiu dizer que era melhor o Governo abrir inquérito administrativo para apurar as denúncias divulgadas diariamente na imprensa sobre desmandos econômicos e corrupção.

Junina

Ministério do Interior
Fundação Nacional do Índio
Ass. Comunicação Social

NOTICIÁRIO
DO DIA

29.09.83

n: 144

[Signature]

ACS

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: JORNAL DA TARDE - O JORNAL DO RIO DE JANEIRO
 data: 22.02.82
 página: 01 e 07



"Ladrão", gritou Juruna. Agora, ele pode perder seu mandato. Página 7.



Juruna ameaçado pelos ministros

Ele xingou muita gente de "ladrão". Agora está sendo pedido seu enquadramento e ele pode até perder o seu mandato.

— O diabo nunca foi cassado, por que vou ser cassado? Como repórter, diga a Juruna, sem piada: o que acontece no Brasil está certo? Não estão roubando muito?

Foi essa a reação, ontem, do deputado Mário Juruna (PDT-RJ), ao pedido de vários ministros — entre eles, os chefes do Gabinete Civil, João Leitão de Abreu, e do Gabinete Militar, general Rubem Carlos Ludwig — para que o presidente da Câmara, Flávio Marçílio, o enquadre no artigo 35, item II, da Constituição Federal, o que poderá resultar na perda do mandato do cacique xavante.

Segunda-feira, em discurso de improviso, na Câmara, Mário Juruna acusou os ministros, todos, de "ladrões", citando nominalmente o ministro do Planejamento, Delfim Neto, que foi um dos que pediram a cassação do seu mandato. O discurso provocou inclusive duas reuniões no Palácio do Planalto, quando o próprio presidente Figueiredo apoiou o pedido de cassação de Juruna, diante de Ludwig, Leitão e do ministro para Assuntos Fundiários e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, general Danilo Venturini.

A Mesa da Câmara vai-se reunir nesta segunda-feira, às 9 horas, para examinar os pedidos dos ministros — incluindo também os do ministro do Exército, Walter Pires, e da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos. Mas a própria liderança do governo está informada de que será muito difícil o plenário do Congresso aprovar a cassação de Juruna, como querem os ministros e o presidente da República. As lideranças partidárias não escondem inclusive que o mais provável é que a Câmara aplique dispositivos mais brandos do regimento interno, que prevêem censura pública ao deputado faltoso ou mesmo a suspensão do mandato, que não poderia ultrapassar 15 dias. Mesmo porque, argumentavam ontem líderes oposicionistas, Mário Juruna já é conhecido internacionalmente e uma punição mais drástica poderia ter repercussões indesejáveis. O próprio Nelson Marchesan, líder do PDS, assumiu o compromisso de "negociar" com o governo uma punição mais branda, logo depois de reunir-se com o líder do PDT, Bocalúva Cunha.

Cunha esteve também reunido com outros líderes da oposição, além de Mário Juruna, a quem tentou explicar que não mais deveria acusar ministros de "ladrões", genericamente e sem ter provas. "A lei dos brancos não é igual à lei dos índios", disse o pedetista José Frejat a Juruna, enquanto um dos participantes da reunião lembrava ser o caso parecido com o de Marcio Moreira Alves, que deu origem e pretexto ao AI-5, em dezembro de 1968. No Congresso também circulou a informação de que o general Walter Pires teria comentado que "se Juruna é irresponsável, não pode ser deputado, e se ele é responsável, deve ser cassado pelo que disse".

De qualquer forma, é consenso entre os deputados que Juruna ofendeu mesmo normas do regimento e da Constituição. Tanto é que a Mesa reteve os dois pronunciamentos do deputado, evitando sua publicação no *Diário do Congresso*. Um deles, por escrito, foi dado como lido, e o outro, registrado nas notas taquigráficas e feito de improviso é o que continha as ofensas. "O governo Figueiredo está roubando", disse Juruna num trecho, o que levou o porta-voz do Planalto, Carlos Atila, a comentar que não foi essa a primeira vez que Juruna "investe grosseiramente" contra o governo, no que poderia ser classificado de "crime continuado".

Os membros da Mesa da Câmara receberam, no final da tarde de ontem, as cópias do improviso de Juruna, mas já censuradas, segundo um deles. Por exemplo, onde Juruna, referindo-se a Delfim, dizia "ministro ladrão" ficou "ministro que deixou roubar".

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: O ESTADO DE SÃO PAULO

data: 29.09.83

página: 01

Planalto pede punição severa para Juruna

A Mesa da Câmara dos Deputados estará reunida extraordinariamente segunda-feira para examinar pedidos de perda do mandato de Mário Juruna (PDT-RJ), por ter afirmado da tribuna que "os ministros são ladrões". Os pedidos foram enviados ontem pelo presidente Figueiredo e por diversos ministros — entre eles Walter Pires, Délio Jardim de Mattos, Leitão de Abreu e Delfim Netto, este citado nominalmente por Juruna —, mas a punição deve ser atenuada, adotando-se outra das medidas previstas no regimento — censura pública ou suspensão do mandato —, pois o Congresso dificilmente aprovaria sua cassação. O deputado pedetista afirmou ontem que é um homem bom e sério, "mas sem papas na língua".

Página 5

Juruna sob a ameaça de punição

Da sucursal de BRASÍLIA

A Mesa da Câmara dos Deputados vai reunir-se, extraordinariamente, segunda-feira, às 9 horas, para examinar os pedidos do presidente Figueiredo e de diversos ministros de Estado — entre os quais Walter Pires, Délio Jardim de Mattos, Delfim Netto, Leitão de Abreu, Rubem Ludwig e Danilo Venturini — para que seja declarada a perda do mandato do deputado Mário Juruna (PDT-RJ), por abuso de suas prerrogativas. O deputado deverá, pelo menos, ser advertido publicamente pelo presidente da Câmara.

Os ministros se consideram ofendidos pelo pronunciamento de Juruna, feito da tribuna nesta segunda-feira. Alguns dos oficiais dirigidos ao presidente Flávio Marcello pedem providências da Mesa Diretora e outros invocam o Artigo 35, item II da Constituição — perda do mandato do representante cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes.

Em seu discurso, Juruna disse que "os ministros são ladrões", citando nominalmente o ministro Delfim Netto.

"O diabo nunca foi cassado, por que vou ser cassado?" — perguntou ontem aos jornalistas o deputado, quando questionado sobre o pedido de providências dos ministros. Marcello está desde terça-feira em Fortaleza e só retornará a Brasília sábado. Informado do problema por sua assessoria, ele determinou a convocação da Mesa Diretora para segunda-feira.

A Mesa reteve dois pronunciamentos de Juruna, evitando a publicação no Diário do Congresso Nacional. Um deles, por escrito, dado como lido, e outro do registro das notas taquigráficas, de improviso, no qual fez a acusação generalizada aos ministros. "O governo Figueiredo está roubando", disse ele no improviso. O vice-líder de plantão do PDS, deputado Siqueira Campos (GO), em aparte, contestou Juruna e defendeu o governo.

Na presidência da sessão, o deputado Walber Guimarães (PMDB-PR), 2º vice-presidente, não censurou o orador, apenas autorizou a publicação do discurso por escrito. Ontem, Walber Guimarães explicou que se interrompesse seria muito pior, "pois despertaria a atenção e o Juruna poderia discutir com a Mesa".

Segundo informações das lideranças partidárias, o problema poderá ser atenuado: Juruna seria apenas censurado publicamente pela presidência, conforme prevê o regimento. Há também o receio generalizado de que o plenário não aprovaria a perda do mandato de Juruna — o que poderá acontecer com o voto favorável de pelo menos 240 deputados — maioria absoluta.

Os líderes Freitas Nobre (PMDB) e Bocayuva Cunha (PDT), porém, alertaram o governista Nelson Marchezan, anteontem e ontem, para a gravidade da questão: o plenário não iria aprovar a declaração de perda do mandato de Juruna, o que provocaria nova derrota política do governo Figueiredo; além disso, o assunto ganharia repercussão nacional e internacional, por tratar-se do primeiro índio parlamentar do Brasil.

"BODE EXPIATÓRIO"

Após reunir-se ontem reservadamente com o líder do PDT, Marchezan admitiu as dificuldades para uma punição drástica a Juruna e assumiu o compromisso de "negociar" com o governo uma punição mais branda — censura ou suspensão do mandato.

No gabinete de Bocayuva reuniram-se ontem deputados do PDT, do PMDB e do PT, para discutir o problema. A preocupação maior foi explicar a Juruna que não deveria mais acusar os ministros de "ladrões", genericamente, sem possuir provas. "A lei dos brancos não é igual à lei dos índios" — disse-lhe José Frejat (PDT-RJ).

Juruna, por sua vez, afirmou aos jornalistas que é um homem bom e sério, "mas sem papas na língua". E sempre perguntava: "Como repórter, diga a Juruna, sem piada: o que acontece no Brasil está certo? Não estão roubando muito?"

No "pinga-fogo" de ontem na Câmara, José Fogaça (PMDB-RS) observou que "o gesto dos ministros, se confirmado, não será contra Mário Juruna, mas sim o de procurar um bode expiatório, uma atitude de represália contra o Parlamento, uma vingança pela rejeição maciça do Decreto 2.024".

O líder governista Nelson Marchezan procurou atenuar as repercussões dos gestos dos ministros declarando à imprensa que eles "estão no direito de defender sua honra. O que todo mundo pensava é que recorressem ao Judiciário; preferiram que a Câmara decidisse" — acentuou.

No caso de se adotar uma punição branda pelo regimento interno da Câmara, Juruna está sujeito às seguintes medidas: censura, suspensão do mandato, perda do mandato. A censura poderá ser verbal ou escrita, enquanto a suspensão do mandato, aplicada pelo plenário, não poderá exceder 15 dias, aberta ao acusado a oportunidade de ampla defesa. Já a perda do mandato, pode ser invocada por qualquer parlamentar, dependendo porém do voto favorável da maioria absoluta da Câmara.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: O ESTADO DE SÃO PAULO

data: 29.09.93

página: 12

Pataxós dissidentes

temem ser destruídos

Da sucursal de
SALVADOR

O cacique Nafilton Munis e o capitão de grupo Samado Santos, líderes dos índios dissidentes da nação pataxó ha-ha-hae, denunciaram ontem, em Salvador, que estão ameaçados de morte e que seus 80 índios poderão ser destruídos por outro grupo, liderado pelo cacique Nelson Saracura, na Fazenda São Lucas, para onde foram levados após o despejo da Fazenda Providência. Nafilton Munis e Samado Santos foram a Salvador tentar uma audiência com o cardeal d. Avelar Brandão Vilela e com o juiz da 2ª Vara da Justiça Federal, Lázaro Guimarães, a quem pretendem pedir uma área de terra para o grupo, longe da Fazenda São Lucas.

Segundo o cacique Nafilton, os dissidentes pataxó ha-ha-hae, instalados na gleba sul da Fazenda São Lucas — porque o cacique Saracura impediu a entrada pelo portão principal —, estão famintos e sentindo frio, porque as duas únicas casas da área são insuficientes para abrigar a todos. Além disso, o clima é bastante tenso, uma vez que os policiais federais se retiraram do local e eles temem ser atacados pelos adeptos do cacique Saracura, "já que não têm como se defender, uma vez que a polícia recolheu bordunas, lanças e facões".

Para Nafilton Munis, mais cedo

ou mais tarde Saracura irá pressionar os dissidentes da tribo para abandonar a Fazenda São Lucas. "Ele, inclusive, já deixou isso claro para o delegado da Funai, coronel Estácio Machado. Pediu que a Funai leve meu grupo para a Fazenda Providência ou outro local, mas que tire de perto dele. Parece que a Funai deu carta branca para ele."

Nafilton Munis e Samado Santos denunciaram que a Funai e a Polícia Federal impediram os dois de acompanharem o grupo na transferência para a Fazenda São Lucas. O juiz Lázaro Guimarães, que irá julgar a ação da Funai contra o governo do Estado e fazendeiros da área, no entanto, explicou que isso se deu por motivo de segurança. Nafilton Munis é irmão de Higino Munis, o índio que matou o cacique Edízio, em junho último, o que agravou a dissidência na tribo. Caso Nafilton fosse para a fazenda, poderia ser morto por parentes do ex-cacique.

Ontem à noite, os líderes dos dissidentes Pataxó ha-ha-hae, junto com Álvaro Sampalo, da nação tucano (Amazonas), e Ailton Lacerda, Crenak (Minas Gerais) e mais cinco líderes pataxós da aldeia de Barra Velha, em Porto Seguro, viajaram para Mirandela, no Norte do Estado, onde se reunirão hoje com os índios quiriri, para discutir a atuação da Funai e as agressões que estão sofrendo.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: JORNAL DE SÃO PAULO

data: 29.09.83

página: 01 e 04

Ministros pedem cabeça de Juruna

Através de ofícios individuais enviados à presidência da Câmara Federal, onze ministros — inclusive os militares e os chamados "da Casa" — pediram providências em relação ao comportamento do deputado Mário Juruna (PDT-RJ), baseados no artigo 35, item 2, da Constituição Federal, que prevê a cassação do mandato parlamentar.

A reação dos ministros ocorreu depois que Juruna, ao discursar segunda-feira em plenário, afirmou que "todos os ministros são ladrões, os militares e o Presidente também". Ao saber do pedido, Juruna disse: "Quando governo der terra para os trabalhadores, quando índio for respeitado, quando povo não estiver mais passando fome, aí Juruna pára de falar."

PÁG. 4



Juruna reiterou o que disse, afirmou que vai continuar a falar e lembrou que não citou nomes

Ministros querem Parlamento cassando mandato de Juruna

Onze ofícios chegam à Câmara pedindo providências contra discurso do deputado

BRASÍLIA — Onze ministros de Estado, entre os quais todos os ocupantes de Pastas militares e os chamados ministros da Casa (Planejamento, Gabinete Civil, Gabinete Militar, Assuntos Fundiários e SNI), encaminharam ontem, individualmente, ofícios ao presidente da Câmara Federal, deputado Flávio Marçílio (PDS-CE), solicitando "providências em relação ao comportamento do deputado Mário Juruna (PDT-RJ), especialmente com vistas ao disposto no Parágrafo 2.º do Art. 35 da Constituição".

Estes foram os ministros que pediram providências contra Juruna: Leitão de Abreu, do Gabinete Civil; Rubem Ludwig, do Gabinete Militar; Delfim Neto, do Planejamento; Danilo Venturini, Assuntos Fundiários; Délio Jardim de Matos, da Aeronáutica; Válio Pires, do Exército; Maximiano da Fonseca, da Marinha; César Cals, Minas e Energia; Cloraldino Severo, dos Transportes; Mário Andreazza, do Interior; e Abi Ackel, da Justiça.

Juruna, em discurso proferido em plenário, disse que "todos os ministros são ladrões, os militares e o Presidente também".

O dispositivo invocado pelos ministros estabelece que "perderá o mandato o deputado ou senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes".

Na terça-feira, o presidente Figueiredo — logo após receber os prefeitos que foram ao Planalto pedir a reforma tributária — mostrou a Leitão de Abreu um recorte do jornal "Correio Braziliense" que transcrevia o discurso de Mário Juruna no dia anterior. À noite, o ministro do Exército, Válio Pires, telefonou para Fortaleza, no Ceará, onde se encontrava o deputado Flávio Marçílio, e advertiu sobre a si-

Leitão e Ludwig citam a Constituição

Os documentos enviados pelos ministros Ludwig e Leitão dizem o seguinte: "Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados:

"O discurso proferido pelo deputado Mário Juruna na tribuna da Câmara dos Deputados, sessão de ontem, dia 26 do corrente, além de gravemente ofensivo à honra do Senhor Presidente da República e dos ministros de Es-

tado, caracteriza procedimentos que incorrem na regra estabelecida no Artigo 35, Item 2, da Constituição Federal.

"Solcito, por isso, a Vossa Excelência, diante da gravidade do fato, as providências que o caso impõe.

"Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais alto apreço e consideração."

tuação. Pires ponderou o que poderá representar a falta de rigor por parte do Legislativo em relação ao caso.

Pela Constituição, no caso, a perda de mandato seria declarada pela Câmara de Deputados (ou pelo Senado, se o parlamentar fosse senador), mediante pedido de qualquer de seus membros, da respectiva Mesa ou de partido político.

Juruna tranquilo

As 18 horas, no gabinete da Comissão do Índio da Câmara dos Deputados, Mário Juruna ainda não sabia quais eram os ministros que haviam pedido providências contra seu discurso. Informado por um repórter dos nomes, apenas indagava, "esse também?", e se disse tranquilo com a ameaça de perder o mandato.

"Quando governo der terra para os trabalhadores, quando índio for respeitado, quando povo não estiver mais passando fome, aí Juruna pára de falar. Enquanto não acontecer nada disso, podem até tirar mandato que eu vou continuar falando, denunciando, e todos vão me ouvir."

Acompanhado por um de seus assessores e pelo xavante Tibúrcio, Ju-

runa recebeu telefonema de sua esposa, que queria saber do problema, e explicou: "O governo deve entender que eu não aponte nome de ninguém. Estou querendo trazer união para comunidade. Não posso afobar e estou tranquilo. Sempre fui homem perseguido, visado, porque falo a verdade. Se eu não falar a verdade, quero que venham me dizer, 'olha Juruna, você está mentindo', mas agora falo a verdade. Isso que está acontecendo é da lei do branco: quem fala a verdade pode ser preso e quem rouba está solto, não acontece nada."

Juruna disse ainda que, durante seu discurso, quase chorou. "porque estava falando da barbaridade que estão fazendo com os Pataxós. Como é que se trata assim o índio? Onde está o tutor?" — indagou.

Em face da ausência do deputado Flávio Marçílio, coube ao primeiro vice-presidente da Câmara, deputado Paulino Cícero, do PDS mineiro, receber as primeiras representações dos ministros. Paulino se comunicou com Marçílio, no Ceará, e este, incontinentemente, convocou uma reunião extraordinária da Mesa diretora da Câmara para segunda-feira próxima.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: JORNAL DO Povo

data: 29.09.83

página: 04

Marcílio examinará o caso só na segunda-feira

FORTALEZA — “Eu sempre defendi o Parlamento em tudo o que é necessário. Segunda-feira terei uma reunião com a Mesa da Câmara dos Deputados que já está convocada para examinar o problema do deputado Mário Juruna.” A declaração foi feita à “Folha”, ontem à noite, pelo deputado Flávio Marcílio (PDS-CE), presidente da Câmara.

Marcílio afirmou ainda que “minha primeira providência foi determinar que o discurso do deputado Mário Juruna não fosse publicado no “Diário do Congresso”. Marcílio não quis mais adiantar que quer outra posição em relação ao problema, dizendo que “somente após a decisão da Mesa é que definirei a medida a ser adotada”.

A tarde, falando a um jornalista de Fortaleza sobre problemas do Congresso, Marcílio respondeu à seguinte pergunta: “Presidente: o sr. tem feito um esforço muito grande para devolver ao Legislativo as suas prerrogativas. Mais, V. Exa. tem encontrado, também, alguns percalços dentro da própria casa como o comportamento

do deputado Agnaldo Timóteo, que tem propiciado cenas de efeitos publicitários muito grandes gerando, em determinadas ocasiões, uma imagem negativa para o poder que o sr. preside. Como o sr. vê esse comportamento?”

“Vejo — disse Marcílio — como um fato natural em toda associação que represente um corte da sociedade brasileira. Então tem gente de todo comportamento. O que não se pode é julgar o Parlamento por um membro do Parlamento. Mais pelo conjunto do que esse Parlamento realiza.”

O repórter insistiu: “Mas dizem que o sr. já fez advertências severas ao deputado Agnaldo Timóteo.”

“Isto é obrigação minha. Não só chamarei a atenção do deputado Agnaldo Timóteo, como de qualquer outro que mereça ser chamado a essa atenção. Agora, o que eu afirmo é que a instituição não pode ser julgada pelo comportamento de um dos seus membros. Ela deve ser julgada é pelo que realiza. É pelo que ela faz. Pelo que ela representa.”

Marchezan quer Mesa agindo com mais rigor

BRASÍLIA — O líder da maioria na Câmara, deputado Nelson Marchezan, do PDS do Rio Grande do Sul, admitiu ontem em entrevista à imprensa, que a Mesa daquela Casa deve agir com mais rigor, no tocante aos discursos que se fazem em plenário, para coibir os excessos dos congressistas e evitar a radicalização política. Para o líder do PDT na Câmara, deputado Bocaiúva Cunha, o episódio que envolve o deputado Mário Juruna “é apenas uma questão de semântica”. Segundo o líder, para Juruna, ladrão é todo mundo que não presta. Ele raciocinaria sempre em termos de que o Brasil era a terra do índio e que foram os brancos que tomaram essa terra. “Portanto — explica Bocaiúva Cunha —, o branco é o ladrão do índio.”

O próprio Juruna lembrou ontem que, ao assumir seu mandato, manifestou o desejo de falar em sua própria língua, alegando que não conseguiria expressar-se bem em português.

O líder do PMDB na Câmara, Freitas Nobre, afirmou “preferir que o governo tivesse aberto inquérito para apurar as muitas denúncias de corrupção que têm surgido, sem que qualquer providência seja adotada”.

“Que autoridade alguém que representa contra um parlamentar com reconhecidas e naturais dificuldades de se expressar pode ter para tomar essa iniciativa, se não adota as providências que lhe competem para a apuração de irregularidades denunciadas?” — indagou Freitas.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: JORNAL O GLOBO

data: 22.09.82

página: 27

Dez ministros pedem à Câmara providências contra Juruna

BRASILIA — Dez Ministros de estado haviam encaminhado até as 20 horas, à Mesa da Câmara dos Deputados, pedidos de providências contra o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), pelo discurso em que ele, indiscriminadamente, considerou todo o Ministério de Figueiredo "ladrão, corrupto, sem-vergonha e mau-caráter". Os demais Ministros deverão encaminhar hoje pedidos idênticos.

Dos Ministros, apenas o da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, não pediu a cassação de Mário Juruna (os outros invocaram o artigo 35, item 2º, da Constituição, que prevê a cassação por procedimento atentatório "das instituições vigentes"). Abi-Ackel disse que o caso não merece "medidas extremas", pedindo "medidas cabíveis".

A Mesa da Câmara reúne-se segunda-feira para examinar os ofícios dos Ministros e tem três alternativas de enquadramento de Mário Juruna: censura, suspensão do exercício do mandato ou perda do mandato.

CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS

O Porta-Voz do Palácio do Planalto, Carlos Atila, disse que a decisão dos Ministros de Estado "está fundamentada nos artigos da Constituição, de forma que se trata do funcionamento normal do regime democrático".

— O que os Ministros estão fazendo é recorrer a um direito que a Constituição lhes assegura — disse o Porta-Voz, admitindo, em seguida, que "as consequências políticas de um ato dessa natureza ocorrerão".

Carlos Atila disse que o pedido de providências contra o Deputado Mário Juruna foi feito pelos Ministros com a aprovação do Presidente Figueiredo. Disse, ainda, que foi a publicação do discurso do Deputado — que o Governo considerou ofensivo — pelo jornal "Correio Braziliense" que provocou a ação do Governo.

Na manhã de terça-feira, durante a solenidade de entrega das credenciais do novo Embaixador do Canadá, o Presidente Figueiredo tirou do bolso um recorte de jornal e mostrou aos Ministros Leitão de Abreu e Rubem Ludwig. O Presidente demonstrava grande irritação e pediu ao Ministro Leitão que tomasse providências.

DIFICULDADE SEMÂNTICA

Depois de uma reunião com o Líder do PDS, Nelson Marchezan, na qual tomou conhecimento oficial do pedido de providências contra o Deputado Mário Juruna, o Líder do PDT, Bocayuva Cunha, disse que "há uma dificuldade semântica para se entender a linguagem do Deputado Mário Juruna", que, como índio, tem o português como sua segunda língua:

— Como índio, ele sempre disse que "branco rouba o índio", ao descobrir e tomar posse do Brasil. As suas palavras, se proferidas por outro Deputado, teriam uma conotação diferente, mas, por sua condição de índio, devem ter um entendimento especial.

A explicação do Líder do PDT é compartilhada pelos Líderes dos outros partidos da Oposição, que tomaram parte na reunião com Marchezan.

O Líder Nelson Marchezan esclareceu também que antes de chegar à Câmara os pedidos dos ministros, ele já tomara a iniciativa de telefonar

ao Presidente da Casa, Flávio Marcílio, em Fortaleza, pedindo a não publicação do discurso de Juruna para exame da mesa diretora. Na entrevista que teria ontem com o Presidente Figueiredo, o Líder do PDS trataria desse assunto, mas diante do fato consumado — a chegada dos pedidos de providências — ele cancelou a audiência.

A defesa

— Eu estou falando linguagem nacional. Não estou apontando o dedo a ninguém. Mostro que há fome, miséria e repressão no Brasil, e acho que a autoridade tem poder para resolver estes problemas, disse ontem Mário Juruna, que se mostrou tranquilo quanto à reação de Ministros ao discurso que fez na Câmara.

Afirmou ele, ainda:

— Não fui nomeado, fui eleito pela população do Rio de Janeiro, cidade importante. Sempre fui homem de falar a verdade. Prova de que não minto é a situação do Brasil, que está afundando.

Mesa da Câmara examinará os ofícios segunda-feira

A Mesa da Câmara dos Deputados reúne-se segunda-feira, às 9 horas, para examinar os ofícios de Ministros pedindo providências contra o Deputado Mário Juruna.

Segundo o dispositivo constitucional invocado, "poderá perder o mandato o Deputado ou Senador" cujo "procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes", mas caberá, neste caso, à Câmara, um dos três procedimentos previstos no seu Regimento Interno: censura, suspensão do exercício do mandato ou perda do mandato.

Ausente de Brasília, o Presidente da Câmara, Flávio Marcílio, foi avisado dos ofícios encaminhados por Ministros de Estado, pelo Vice-Presidente da Casa, Deputado Paulino Cicero, e através dele mandou marcar a

reunião para a apreciação dos ofícios.

Caso a Câmara pretenda acolher a solicitação dos Ministros, uma comissão especial com o fim de apreciar os pedidos será formada, e a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara consultada sobre a constitucionalidade do pedido.

Até as 19 horas de ontem, a Mesa da Câmara havia recebido nove pedidos de providências, por parte dos seguintes Ministros: Leitão de Abreu (Gabinete Civil), General Rubem Ludwig (Gabinete Militar), General Danilo Venturini (Assuntos Fundiários), Delfim Netto (Planejamento), General Walter Pires (Exército), Almirante Maximiano Fonseca (Marinha), Brigadeiro Délio Jardim de Mattos (Aeronáutica), César Cals (Minas e Energia), e General Octávio Medeiros (Serviço Nacional de Informações — SNI).

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: O GLOBO

data: 29.08.82

página: 07

'Todo Ministro é corrupto'

BRASILIA — "Não tem Ministro nenhum que presta. Para mim, todo Ministro é corrupto, todo Ministro é ladrão, todo Ministro é sem-vergonha, todo Ministro é mau-caráter".

Essas frases foram ditas em discurso, segunda-feira, no plenário da Câmara, pelo Deputado Mário Juruna, e publicadas apenas no jornal "Correio Braziliense", citado nos ofícios dos Ministros como fonte para provar as declarações do Deputado.

A tônica do discurso de Mário Juruna, ocupando horário do PDT, foi protestar contra o descaso das autoridades governamentais diante da situação do índio brasileiro. Logo de início, ele afirmava que não sabia para que existem, o Ministro do Interior e a Funai.

Mário Juruna acusava também, no seu discurso, que "autoridade não presta, não vale nada, autoridade puxa-saco de fazendeiro" contra os interesses indígenas. Em outro trecho, dizia:

-- Todos esses milicos, como Mário Andreazza, como o Presidente da República, não estão olhando o pobrezinho, o índio inocente. Este Presidente da República devia tomar conhecimento para queimar todo lixo, queimar toda sujeira que não presta para nós aqui no Brasil.

Senador culpa Leitão por deixar de ser Vice-Líder

BRASILIA — "Fui destituído da Vice-Liderança porque critiquei publicamente o Ministro Leitão de Abreu. Se ele continuar na coordenação política, o Governo irá ao caos" — afirmou ontem o Senador Carlos Alberto (PDS-RN), ao tomar conhecimento de que, duas horas antes, o Líder do PDS, Aloysio Chaves, havia comunicado à Mesa do Senado que ele, Carlos Alberto, renunciara à Vice-Liderança.

Carlos Alberto chegou a conversar durante 15 minutos com o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, que lhe pediu — e foi atendido — para cancelar um pronunciamento que faria da tribuna ontem mesmo, denunciando o que considera a "grave crise de relacionamento entre o Palácio do Planalto e o partido do Governo". O pronunciamento, informou o Senador, será transformado em documento a ser entregue pessoalmente ao Presidente Figueiredo, "se o Dr. Leitão assim o permitir".

Surpreso com a atitude do Senador Aloysio Chaves, Carlos Alberto encanou sua destituição da Vice-Liderança — que exerceu desde a abertura desta legislatura — como "uma punição" pelas acusações que fez ao Chefe do Gabinete Civil da Presidência num artigo assinado pu-

blicado anteontem pelo "Correio Braziliense".

Terça-feira à noite, quando ainda preparava o discurso que ainda faria hoje no plenário para denunciar a falta de coordenação política do Governo, o Líder do PDS convocou-o para pedir o cancelamento do discurso, advertindo-o para o fato de que, como Vice-Líder do Governo, não podia escrever "artigos nos jornais contra a política do Governo". Carlos Alberto disse que seu Líder o chamou de "intempestivo" e mostrou irritação com o artigo publicado no jornal de Brasília.

Ainda como Vice-Líder, o Senador acatou a ponderação de Aloysio Chaves e decidiu não discursar. O mesmo pedido lhe foi feito ontem pelo Ministro Abi-Ackel, que considerou inoportuno o pronunciamento contra Leitão de Abreu, por ser necessário preservar a imagem do Presidente Figueiredo.

Carlos Alberto — um dos principais defensores do Presidente Figueiredo — reteceu, após receber a notícia de sua destituição, que considera indispensável a saída do Ministro Leitão de Abreu da coordenação política do Governo para que haja melhoria do relacionamento entre o PDS e o Governo.

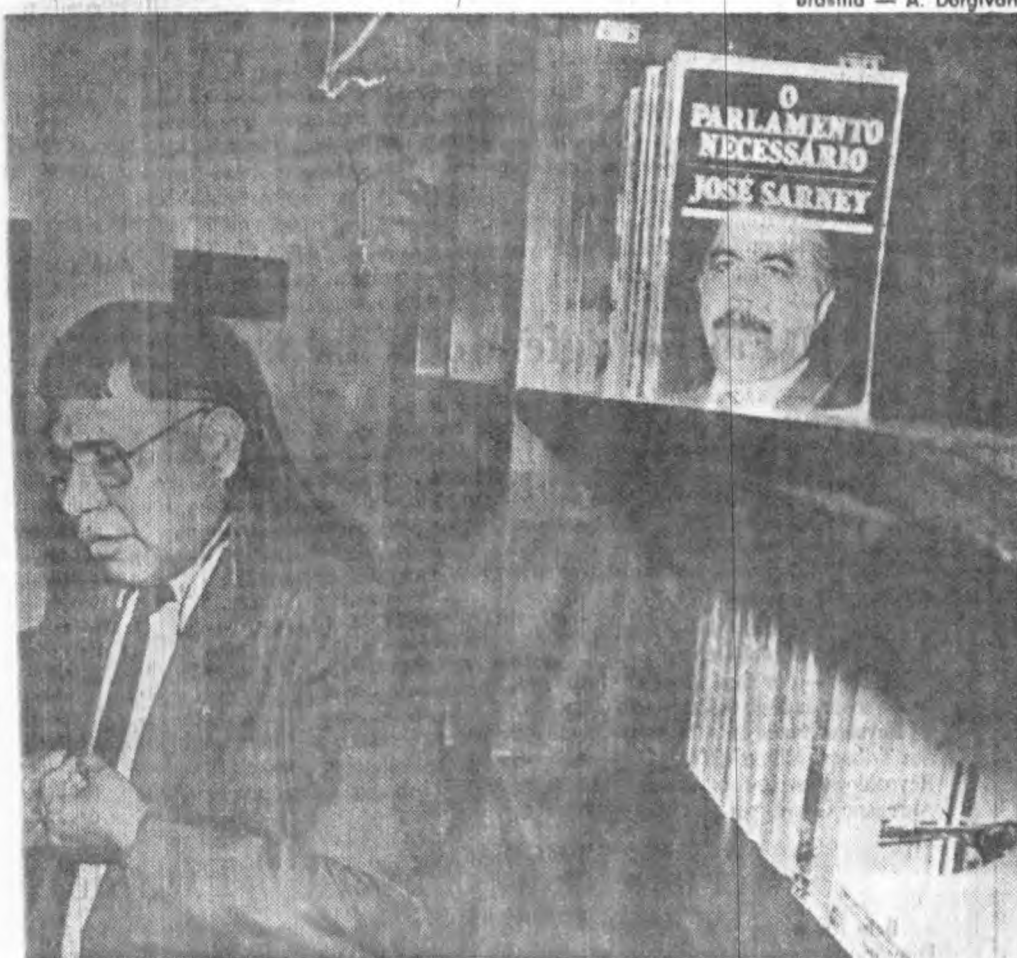
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - ACS

veículo: JORNAL DO BRASIL

data: 29.09.83

página: 01

Brasília — A. Dorgivan



na acha que "contra gente boa sempre acontece coisa ruim"

Ministros pedem punição para Juruna na Câmara

O Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Leitão de Abreu, pediu à mesa da Câmara a punição do Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), por ter proferido, segunda-feira, discurso considerado "gravemente ofensivo à honra do Presidente da República e dos Ministros de Estado". Doze Ministros enviaram à Câmara pedido semelhante.

A maioria dos Ministros, no pedido de punição, cita o Artigo 35 da Constituição, que prevê a cassação do mandato. A decisão de pedir a punição de Juruna foi tomada pelo Presidente João Figueiredo, por inspiração dos Ministros do Exército, Walter Pires, e da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos. Juruna, ao saber dos pedidos, afirmou: "Contra gente boa sempre acontece coisa ruim." (Página 4)

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: JORNAL DO BRASIL

data: 29.09.83

página: 04

Ministros de Figueiredo pedem a punição de Juruna

Brasília — A punição do Deputado e ex-cacique xavante Mário Juruna (PDT-RJ) foi pedida ontem à Mesa da Câmara pelo Ministro Leitão de Abreu, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Juruna, segundo o Aviso nº 462/83, assinado por Leitão, pronunciou um discurso, segunda-feira, considerado "gravemente ofensivo à honra do Senhor Presidente da República e dos Ministros de Estado".

Em seu discurso, de improviso, Juruna disse que "todo Ministro é ladrão" e que "parece que o Presidente da República não está enxergando". A decisão de pedir a punição do Deputado foi tomada no fim da tarde de anteontem pelo Presidente João Figueiredo, por inspiração dos Ministros Walter Pires, do Exército, e Délio Jardim de Mattos, da Aeronáutica. Até ontem à noite, pelo menos 12 ministros enviaram à Câmara avisos semelhantes ao de Leitão.

Cassação

A maioria dos ministros, no pedido de punição, mencionou o Artigo 35, item II, da Constituição, que prevê a cassação do mandato. Os Ministros Délio Jardim de Mattos, da Aeronáutica, e Ibrahim Abi-Ackel, da Justiça — segundo informações de assessores — não citaram o Artigo 35. Mas o porta-voz palaciano, Carlos Átila, afirmou que o pedido é para cassar o mandato de Juruna. "O Artigo 35", explicou, "diz que perderá o mandato o parlamentar que insultar as instituições nacionais. Os Ministros são instituições."

O líder do PDS, Deputado Nelson Marchezan, sabia do episódio desde terça-feira e tentou, por duas vezes, contorná-lo no Palácio do Planalto, com a ajuda do Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel. Ontem, Marchezan contou a um amigo que o Ministro Leitão de Abreu também menosprezou a importância das acusações de Juruna, argumentando com o Ministro Walter Pires, do Exército, que ele é um índio e não sabe direito o que está falando. "Então não pode ser Deputado", teria respondido o General Pires, segundo a versão.

Os avisos de Ministros começaram a chegar à Câmara na noite de terça-feira, quando às 19h foi entregue o do Ministro Delfim Neto. Ontem de manhã, chegaram mais quatro, dos chamados Ministros da Casa (Rubem Ludwig, Leitão de Abreu, Danilo Venturini e Otávio Medeiros). Hoje, mais alguns deverão pousar na mesa do presidente da Câmara, Deputado Marclio, que está em Fortaleza e marcou uma reunião da mesa da Câmara para segunda-feira, às 9h.

O líder Marchezan afirmou ontem que já estava preocupado com o discurso de Juruna antes mesmo de saber da reação do Planalto. Às 12h de terça-feira, recebeu um telefonema de Leitão de Abreu, que previu problemas com o discurso. Ele então procurou o presidente da Câmara, Flávio Marclio, e este, de Fortaleza, decidiu suspender a publicação do Discurso — na versão pronunciada — No Diário do Congresso Nacional.

Quando Juruna falou, na tarde de segunda-feira, o Deputado Walber Guimarães (PMDB-PR), que estava na presidência, pensou em interrompê-lo e adverti-lo dos termos pouco protocolares:

— Mas fiquei receoso, porque ele sempre se irrita. Então, pensei: ele sempre traz um discurso escrito e fala outra coisa. Mas o que vale é o que está escrito. Então resolvi que orientaria a taquigrafia para validar, na hora da publicação, somente a parte escrita explicou Guimarães.

Marchezan, quando soube do pedido de punição a Juruna, na noite de terça-feira, imediatamente comunicou o fato ao líder do PDT, Bocayuva Cunha. E se disse surpreendido porque os Ministros não quiseram processar Juruna diretamente, preferindo a via do pedido à Câmara. "É uma atitude nova, uma demonstração de confiança na Câmara", disse ele ontem à tarde.

Mas um membro da direção nacional do PDS admitiu que o episódio estabelece uma espécie de confronto entre o Executivo e o Legislativo e que o Executivo pode ter decidido cobrar uma punição à Câmara exatamente para criar um impasse. Outros líderes do PDS reconhecem, entretanto, que é quase impossível que a Câmara casse o mandato do Deputado-Índio.

Negociação

Tudo, segundo outro dirigente do PDS, terá de ser habilmente negociado até segunda-feira, porque as informações recebidas do Palácio do Planalto dão conta de que o Presidente Figueiredo exige uma punição. Não se sabe, todavia, se ele absorveria a fórmula da censura. De todo modo, informou um Ministro, o Governo entende que as críticas das Oposições, no Congresso, estão atingindo uma contundência que se aproxima mais da injúria do que da crítica parlamentar. E o discurso de Juruna, informou, teria sido "a gota d'água".

Ontem à noite, os líderes dos cinco Partidos — Srs Nelson Marchezan (PDS), Freitas Nobre (PMDB), Bocayuva Cunha (PDT), Celso Peçanha (PTB) e Ailton Soares (PT) — se reuniram por duas horas no gabinete do primeiro. À saída, Bocayuva Cunha minimizou o problema:

— Expliquei que há um problema de semântica. O Juruna sempre diz que o Brasil pertence aos índios e que os brancos roubaram o país deles. Com o Juruna, a coisa tem de ser diferente. Ele é um digno representante da raça indígena.

Marchezan observou que, pessoalmente, relevaria as palavras do Deputado carioca. Mas justificou o comportamento dos Ministros: "Lamento, mas cabe a eles defenderem sua honra." Já o Deputado Juruna não se mostrou impressionado com o movimento em redor dele:

— Nunca vi o diabo ser cassado. Porque sou um homem bom, vou ser cassado? Os Ministros não deviam ter feito isso. Se eu falei mentira, marca reunião pra discutir de homem pra homem. Contra gente boa sempre acontece coisa ruim — desculpou-se.

Uma fonte do Palácio do Planalto disse que o Tribunal Regional Eleitoral do Rio errou ao aceitar a candidatura de Juruna a deputado e muito mais ao diplomá-lo. Ele não sabe ler nem escrever e, analfabeto, além de expressar-se muito mal em português, não poderia ser eleito e diplomado.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: JORNAL DO BRASIL

data: 29.09.83

página: 04



Ferraço(E), dissidente do PDS, procurou consolar Juruna

Artigo 35 prevê perda do mandato

Brasília — O Artigo 35, item II, da Constituição, no qual se fundamenta a maioria dos Ministros de Estado na representação encaminhada ao Presidente da Câmara contra o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), dispõe que "perderá o mandato o deputado ou senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes".

Ressalva, contudo, a Constituição, no parágrafo 2º do mesmo artigo que "a perda do mandato será declarada pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, mediante provocação de qualquer de seus membros, da respectiva Mesa ou de Partido político".

De acordo com o Regimento Interno da Câmara (Artigo 17, item 14) compete ao presidente da Mesa nomear a comissão especial, cujo número de membros ele fixará no ato de sua constituição, destinada a dar parecer sobre o processamento da representação; sobre perda de mandato por falta de decoro parlamentar; ou por procedimento atentatório às instituições vigentes.

A comissão especial, ainda de acordo com o Regimento da Câmara (Artigo 262), poderá recomendar à Mesa a aplicação da pena de censura ao deputado que "usar, nos discursos ou pareceres, de expressões ofensivas a membros do Poder Legislativo ou às autoridades constituídas dos demais Poderes da República". A censura, conforme o Regimento, será verbal ou

escrita. Noutra hipótese, de conformidade com o resultado da investigação, a Mesa poderá sugerir a suspensão do mandato. Essa penalidade é prevista para os reincidentes dos atos que implicaram censura.

Segundo o Regimento, a penalidade de suspensão, que não poderá exceder a 15 dias, será aplicada pelo plenário, aberta ao acusado a oportunidade de ampla defesa". Para decretar a suspensão do mandato do parlamentar, é necessário o voto favorável da maioria absoluta da Câmara (240 deputados). O PDS tem 235 deputados e a Oposição, reunida, 244.

Prevê ainda o Regimento que a perda de mandato por procedimento incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes, por proposta da comissão especial, dependerá da maioria absoluta da Casa.

A comissão especial, se for designada pelo Deputado Flávio Marçílio na próxima segunda-feira, terá representação proporcional ao número de integrantes das bancadas, a exemplo do que ocorre na Mesa Diretora e em todas as comissões permanentes, especiais e de inquérito.

Ontem à noite, um assessor do presidente da Câmara disse que o Deputado Flávio Marçílio, ao tomar conhecimento oficial das representações dos Ministros contra o Deputado Mário Juruna, poderá simplesmente mandar retirar do discurso, antes de mandar publicá-lo no Diário do Congresso, as expressões ofensivas às autoridades e encerrar o assunto.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

04

veículo: _____

data: 20.02.87

página: 04

As ofensas do Deputado

Brasília — "Para mim todo Ministro é corrupto, todo Ministro é ladrão, todo Ministro é sem-vergonha, todo ministro é mau caráter". Este é um dos trechos do discurso pronunciado segunda-feira pelo Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), que provocou a reação dos Ministros e os levou a pedir providências contra o parlamentar à mesa da Câmara.

Juruna falou a um plenário quase vazio — havia menos de 20 dos 479 Deputados — e começou por atacar a Funai e o Ministério do Interior, ao tratar da briga entre índios pataxós e posseiros, no Sul da Bahia. Passou depois a generalizar os ataques aos Ministros e ao Presidente Figueiredo. "Como o Presidente da República, como outros Ministros estão roubando", afirmou.

A linguagem

Estes são alguns dos principais trechos do discurso:

— Este Presidente da República devia tomar conhecimento para queimar todo lixo, queimar toda sujeira que não presta para nós aqui do Brasil. Parece que este Presidente da República também ele é contra a nação indígena, ele é contra o povo. Se fosse Presidente bom, tinha tomado atitude do que está acontecendo com o índio.

— Não tem Ministro nenhum que presta. Para mim todo Ministro é corrupto, todo Ministro é ladrão, todo Ministro é sem-vergonha, todo Ministro é mau caráter. (...) Ninguém pode dizer que Juruna não presta. Quem não presta é todo Ministro, quem não presta é todo milico, esse pessoal que tira a polícia no quartel contra índio.

— Onde está o direito do índio? Onde está o direito do ser humano? Só tem direito ser humano milico. Não tem direito ser humano gente pobre. Onde está o direito do povo? Aqui não tem direito nenhum, porque aqui direito do povo é fome, direito do povo é injustiça. O direito do povo é a miséria. Esse é o direito do povo. Mas não tem direito do povo para viver, para respirar, para comer, para cantar, para abraçar outro.

— Aqui no Brasil precisa ter gente. O Brasil precisa ter homens de capacidade, homens de coragem, homens que prestam.

Esse pessoal, eu não estou muito satisfeito com esses milicos. Estou muito chateado porque a guerra está aí, a fome está aí, expulsão está aí, injustiça está aí.

— Parece que o Presidente da República não está enxergando. Quando vem dólar do estrangeiro, ele tira areia dos olhos. Quando está acontecendo aqui no Brasil, ele pega a areia e joga nos olhos dele. Quando vem dólar do estrangeiro, faz a limpeza, mas a pobreza do povo ninguém enxerga.

— Queremos mudar o Brasil, o Brasil está precisando mudar. Não preciso do Brasil como está hoje.

— O Ministro Mário Andreazza está acabando com a gente. Como já disse, ele foi chefe do transporte e foi quem acabou terra do índio. Ele é responsável. Foi quem fez estrada na terra do índio. Em Waimiri-Atroari, na Amazônia, para fazer estrada, o índio chegava para defender sua terra. Mandava Exército matar índio, jogava bomba para cima do índio.

— O Ministro da Funai é Ministro do empresário e ainda está querendo ser Presidente da República e por quê?

— O Brasil, comparação, é como canoa que vai vazia. Canoa vai em cima da água e vai e encosta muito bem no barranco. Em volta vem muita gente em cima da canoa e canoa afunda até embaixo da água. O piloto sai, o resto morre. Então é mesma coisa com o Brasil, que está afundando. Como esse presidente do Banco Central, que saiu e não conseguiu tirar mais a canoa. Entregou a canoa para Pastore. Mas ele não vai conseguir tirar.

— Todos nós estamos chamando o Ministro Delfim Neto de ladrão, o pior que existe no Brasil. Não é só Delfim que é ladrão, não é só Delfim que está roubando a terra do Brasil. Se tivesse só o Ministro Delfim Neto roubando o dinheiro da nação, ele já tinha sido demitido há muito tempo. E como o Presidente da República, como outros Ministros também estão roubando. É o mesmo problema. É difícil. O Ministro não vai sair.

— Eu, Juruna, não quero Nova Iorque. Juruna não quer Paris. Quem quer Paris é o Delfim, o João Batista, o Mário Andreazza, o Ministro da Justiça, o Ministro do Minério...

O ESTADO DE SÃO PAULO

2/10/83

"O caso está criado", admite Curió

Da sucursal de
BRASÍLIA

A posição do ministro Walter Pires, de não abrir mão da cassação do mandato do deputado Mário Juruna (PDT-RJ), manifestada ontem pelo chefe de Comunicação Social do Exército, general Octávio Rezende, significa que "o caso está criado", segundo comentário do deputado Sebastião Curió (PDS-PA), a propósito da possibilidade de um confronto de poderes como o de 1968, quando o Congresso negou licença para processar o então deputado Márcio Moreira Alves e o desfecho foi AI-5.

Para Curió, "pode-se aceitar o sotaque xavante de Juruna, mas não se pode aceitar o que ele disse dos ministros, que estão, realmente, profundamente ofendidos". O deputado pedetista não se mostrou surpreso com a manifestação do Centro de Comunicação Social do Exército, pois "o ministro Walter Pires é homem de uma palavra só e não volta atrás".

José Fogaça (PMDB-RS), por sua vez, acredita que a obstinação do ministro do Exército é um indício de que o governo, deliberadamente, está conduzindo o processo político para uma situação de impasse, "ao transformar um episódio menor em crise institucional de dimensão nacional e repercussão internacional". Ele entende que "é um absurdo utilizar o aparato da máquina do Estado e os requintes repressores para subjugar o filho mais ilustre de uma raça contra a qual vem sendo praticado um genocídio histórico".

Já o líder de plantão do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, disse que o comentário do general Octávio Rezende "é um pretexto para encurralar o Legislativo". Ressaltou, entretanto, que "nenhum ministro é parte legítima para tanto", argumentando que o artigo 35, item II da Constituição, invocado pelos ministros, afirma que a perda do mandato de parlamentar deve ser declarada pela Câmara e pelo Senado "mediante provocação de qualquer de seus membros, da respectiva Mesa ou de partido político".

Além disso, tanto a suspensão do mandato quanto a cassação de Juruna somente poderiam ser aplicadas por decisão majoritária do plenário em voto secreto, caso a Mesa decida que o deputado é culpado das acusações, conforme lembrou o 2º vice-presidente da Casa, Walber Guimarães (PMDB-PR). Desse modo, acrescentou, a única punição possível para Juruna, sem a intervenção do plenário, será a advertência. Quanto ao comunicado do general Octávio Rezende, Walber Guimarães acentuou que, como integrante da Mesa, vai votar de acordo com sua consciência: "Não aceito pressões de nenhuma espécie, nem do meu partido".

"IMPROVÁVEL"

O senador Marco Maciel (PDS-PE), no entanto, considera "bastante improvável" a cassação de Juruna, pois acredita que "tudo se processará dentro da lei" e, apesar das pressões do governo, "seja qual for a decisão do Congresso, ela será acatada".

Ainda no Senado, Hélio Gueiros (PMDB-PA) pediu ao governo que seja generoso e compreensivo com o deputado pedetista, levando em consideração que suas críticas aos ministros devem ser encaradas sobretudo do ponto de vista da linguagem e semântica usadas nas várias regiões do País. Mas essa argumentação, utilizada por diversos políticos para defender o cativeiro-deputado, mereceu reparos do presidente do PDS, senador José Sarney: "Se o Juruna não fala português e não tem capacidade legal, não pode ser deputado. Considero o deputado Mário Juruna um parlamentar igual aos outros, que, como tal, deve ser julgado pela Mesa da Câmara. O Congresso não pode ser lugar de bravatas nem de valentia".

O 1º vice-presidente da Câmara, Paulino Cícero (PMDB-MG), entretanto, foi evasivo ao comentar as declarações do general Octávio Rezende: "Entre a consideração devida ao deputado Mário Juruna e o respeito que nutre pelas autoridades constituídas, a Câmara agirá com muita competência política e ciosa de sua soberania".

Para o cacique-deputado, no entanto, o comunicado do Exército é incompreensível. "Deus é quem sabe", desabafou ele ontem na Câmara perguntando aos jornalistas: "Por que essa antecipa contra mandato de Juruna?" Informou também que já recebeu muitas mensagens de solidariedade de nações indígenas e telegramas de autoridades da Holanda, Venezuela, Canadá e Peru.

JURUNA

Uma grave questão cultural

Roberto DaMatta

A estamos acostumados a falar de índios como problemas que queimam a consciência e arrepiam reacionários de todos os matizes. Por quê? A resposta é: e todos os antropólogos preocupados com as relações entre poder, cultura e democracia onhecem-na muito bem. É que até hoje o país ainda não conseguiu tratar o diferente e o estrangeiro como algo que faz parte da vida de uma sociedade moderna, continental e confiante. É a mesma. De fato, se há uma lição que tenho aprendido com meus estudos sobre a sociedade brasileira, é essa incrível e virulenta incompatibilidade de raiz no que diz respeito ao tratamento do outro. Como se o exótico e o não-familiar fossem o inimigo, o criminoso em potencial, a ameaça à subversão em figura de gente.

Assim, o diferente é sempre classificado como algo perigoso que deve ser exorcizado ou é incrivelmente superior; ou naturalmente inferior. Não sabemos e não temos nenhuma consciência da possibilidade de tratar o diferente como um igual! E aí está para todos os olhos: os defensores do Deputado Mário Juruna dizendo que ele é uma criança porque é índio, e, sendo índio, é tutelado e inferior. Naturalmente. A intenção pode ser ótima. Mas o argumento é péssimo. Dizer que um Deputado brasileiro é uma criança é equivalente a aceitar a ideia de que o Congresso Nacional é um Jardim de Infância. É usar um canhão para matar um mosquito... Mas esse é apenas um lado do problema.

Disse que o diferente pode ser também enquadrado como superior. Quem não se lembra do beijo na mão de Eisenhower? E se o Juruna se chamasse Jean-Jacques Larosière, tivesse ascendência, educação e um leve, mas chique, sotaque francês? Em francês, mesmo um discurso agressivo é considerado um elogio. Lembro que De Gaulle nos insultou a todos, coletivamente e irremediavelmente, dizendo que não éramos um país sério (o que não é verdade: veja-se o carnaval, o futebol, o jogo do bicho, a semana da Pátria, a igreja, a umbanda, os almoços de domingo, a amizade, o jeitinho, etc...) e ninguém achou que estava sendo desonrado. Em francês e em inglês, as agressões tornam-se bênçãos. Colocam o país na órbita da "civilização". Mas em língua portuguesa com sotaque xavante, tudo muda de figura.

Por quê? Porque o índio é inferior por definição. É tutelado, é criança, tem estruturas mentais diferentes, é primitivo. Isso, sim, é insulto e desonra. Isso, sim, é que é tragédia. Isso, sim, é que é ser reacionário. E, o que é pior, ser reacionário sem saber. Pois bem, é preciso dizer com todas as letras que o Deputado Mário Juruna é muito precioso para que com ele se crie um novo caso Márcio Moreira Alves, desviando a atenção de dois problemas muito mais graves: a sucessão presidencial e as dívidas. E por que o Deputado Juruna é importante? Precisamente porque ele é o primeiro caso de um estrangeiro que ocupa uma cadeira na Câmara dos Deputados. Sendo um membro da nação Xavante, tendo sido socializado numa sociedade diferente, lendo o mundo por meio de um sistema de valores alternativos e tão bom



Deputado-cacique Mário Juruna. É preciso respeitar as diferenças

quanto o nosso, o Deputado Juruna fala uma outra língua que necessariamente enquadra as coisas, as pessoas e a sociedade por um outro ângulo.

Não creio que se possa dizer nos limites de um artigo de jornal como é a sociedade Xavante, mas é bom que se diga que, entre os grupos de língua e cultura Jê (os quais eu tenho estudado como profissional), a oratória existe e os discursos são "duros". Lá também existe um Senado onde se fala seriamente sobre as questões da sociedade. Só que lá o Poder Executivo não foi deformado. E não há polícia para censurar o discurso dos outros. Não se pode realmente entender o caso do Deputado Mário Juruna sem ter esses dados em mente. Sua importância jaz exatamente no fato de que ele revela a necessidade de abrir a sociedade brasileira e o Congresso Nacional para as minorias estrangeiras, todas essas pessoas que falam uma outra língua e evidentemente podem ser mal interpretadas porque estão usando um idioma que não dominam de modo completo.

Não nego que o Deputado exagerou. Mas isso apenas nos previne da urgente necessidade de criar no Congresso um sistema de acolhimento para a língua de um dos seus membros. Está na hora de repensar, e repensar seriamente, a exclusão sumária de todos os "estrangeiros" de cargos eletivos, como se todos os "diferentes" fossem leprosos e indignos e como se patriotismo fosse uma questão de hierarquia: os nascidos no País sendo mais brasileiros do que os outros. Essa é uma noção antidemocrática e hierarquizada de Pátria. Uma noção incompatível com um Brasil contemporâneo que fala de si mesmo

por meio de muitas vozes, credos, ideologias e esperanças.

Ter um índio no Congresso é importante, porque permite que se enxergue tudo isso. Agora, já não se trata mais de simplesmente ouvir o Juruna. Temos que ouvi-lo na sua própria língua e de acordo com seus próprios conceitos. Se todos os membros de elite brasileira desfrutaram de tantas benesses, porque não se consegue um tradutor para que se possa ter finalmente um Congresso Nacional pluralista? Um Congresso que comece a discutir a questão da igualdade?

Para mim, situar o caso como uma troca de insultos e ofensas, é desviar a atenção de problemas maiores e mais profundos.

Espero, portanto, que tanto os membros do Poder Executivo que se sentem ofendidos, quanto os membros do Poder Legislativo que têm a obrigação de defender o Deputado Juruna possam ver além do mero insulto para compreender que temos aqui uma grave questão cultural. Há uma diferença de língua e de cultura. Há uma diferença de estilo parlamentar. E há também uma diferença de modalidades de exercer o poder. Mas, por trás de tudo isso, está enterrada a questão gravíssima de uma sociedade que é profundamente antiigualitária, uma sociedade que tem horror do diferente e do estrangeiro. Uma sociedade, enfim, que para minha triste surpresa, é muito mais reacionária do que eu pensava...

Roberto DaMatta, antropólogo, é professor do programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional — UFRJ.

Ministério do Interior
Fundação Nacional do Índio
Ass. Comunicação Social

Juruna

NOTICIÁRIO
DO DIA

03.10.83

[Signature]

nº *159*

acs

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: FOLHA DE SÃO PAULO

data: 03.10.83

página: 2

Dever e intimidação

O caso Juruna está perfeita e integralmente identificado como artificiosa montagem, a partir das destrambelhadas declarações do deputado, para pressionar o Congresso e criar um confronto entre o Legislativo e a instituição militar.

Sabe-se que pelo menos alguns dos ministros fardados deram pouca importância ao episódio, mas foram formalmente solicitados pelo general Figueiredo a agirem como passaram a agir. Verificou-se, também, que a posição do ministro do Exército alterou-se, para pior, passando o general Otávio Resende a seguir a voz de comando do diplomata Carlos Átila, possivelmente um reservista de quarta categoria. Quanto aos civis com pastas ministeriais, estão, quase todos, no pleito para enfeitar o buquê, embora sejam bem pouco decorativos. A manobra concebida não se sabe por quem, embora seja fácil de imaginar os cérebros de que pôde sair, precisava, a fim de tentar salvar aparências, despersonalizar-se, isto é, incluir todos os ministros, para que o famoso xavante pudesse ser acusado de atentar contra as instituições.

Tudo isso é simplesmente ridículo e indica o grau de subserviência de titulares tangidos como colegiais, cumprindo o que a maior parte deles considera exagero, mas não os impede de "fazer tudo que seu mestre mandar". Como disse o senador Nilo Coelho, acusações muito mais graves têm sido proferidas nas tribunas legislativas, sem que delas se procurasse extrair iguais consequências. O motivo é, porém, bem simples: o governo entrara, agora,

Rio de Janeiro

em um processo de rápido isolamento e de desagregação nas próprias fileiras, e se encontra na expectativa de rude derrota parlamentar no caso do decreto-lei 2.045. Tenta, por isso, reorganizar suas hostes a qualquer preço, ainda que isso possa custar o aumento da influência dos autoritaristas em desespero.

Cabe à Câmara dos Deputados recusar, redondamente, a injustificável cassação de Mário Juruna e enfrentar com firmeza as consequências desse ato de soberania que lhe é imposto por seus próprios deveres constitucionais. Será aceitável, por outro lado, que aplique ao deputado faltoso punição que não seja meramente simbólica, em vista da gravidade do seu destempero, e, sobretudo, pela necessidade política de anular os efeitos do toque de reunir do Planalto. Pessoalmente, Juruna já amorteceu a investida, dando aos que de fato se sentiram insultados satisfação que seria tida como boa em qualquer pleito judiciário.

Depois disso e de uma atitude compatível da mesa da Câmara, nada mais caberá reclamar ou postular que não seja diretamente voltado a intimidar o Congresso. Então, se esse ceder será muito pior. O artifício do caso Juruna permite verificar, outra vez, que a liberalização e a democratização do País só podem subsistir como conquistas e jamais como dádivas. (Newton Rodrigues)

Salvar a pele do índio

Voltando ao caso Juruna, alvo da revolta coletiva do Olimpo nacional, convém dar um bom puxão de orelhas no PDT, um partido que levou às urnas um índio xavante e não tratou de ensinar a ele as regras de como viver bem em sociedade de branco (mas não muito). Levar ao Congresso representantes das minorias raciais acarreta alguns ônus que nenhum partido tem o direito de ignorar. No caso em tela, o PDT já deveria ter ensinado o mínimo indispensável para que um índio sobrevivesse na "jungle" de uma abertura claudicante, uma espécie de beabá ao estilo Mobral. Tivesse feito isso e Juruna não estaria hoje na iminência de ter o seu mandato cassado, uma vez que, falando mal o português, chamou cidadãos probos de ladrões. Pudessem ele falar a sua língua da tribuna da Câmara, isso seria evitado, pela simples razão de que ninguém entende xavante, nem existem tradutores para tal língua.

Perante a opinião pública que assiste o espetáculo, Juruna — o lado fraco da corda — é o mocinho e o Ministério — o lado forte — é o bandido. Não por endossar o que teria dito o índio, mas pela diferença de tratamento que ele vem tendo, talvez por ser índio, por parte das mulheres de César. O PDT possui em seus quadros grandes mestres de ciências políticas,

Porto Alegre

pedagogos e parlamentares veteranos. Assim, conseguindo Juruna sair da entaladela em que se encontra, devia ser instruído quanto à maneira de dizer as coisas.

Há temas que poderão ser abordados por ele, se sair com vida das setas oficiais, sem o menor perigo. Para citar alguns, já que não dispomos do espaço de uma Enciclopédia Britânica, Juruna poderia levar para sua tribuna o caso das polonetas, assunto que foi exaustivamente abordado pela imprensa, repleto de documentos e provas que sustariam qualquer sentença em contrário de um tribunal dos tempos da Inquisição. O caso Capemi, por exemplo, onde as provas superam os crimes. A madeira de Tucuruí. O caso do Riocentro. Da bomba na OAB. O caso Brastel-Correa. Os negócios plenos de lisura da Delfin. E assim por diante.

Aprendendo a linguagem dos brancos, seus senhores, Juruna vai conseguir chegar ao fim de seu mandato, sem raios nem trovoadas. Um pouco do "Essai de Semantique", do frei Michel Breal, vinha a calhar para que um índio saísse com vida do "saloon". (Josué Guimarães)

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo:	FOLHA DE SÃO PAULO
data:	03.10.83
página:	02

Frases

M.A.E.

De hoje

"Querem desestabilizar o meu governo, mas daqui eu só saio morto."

(João Baptista Figueiredo, presidente da República)

"A solicitação da cassação do deputado Juruna está servindo de pretexto para desviar a atenção da opinião pública dos problemas e dos escândalos nacionais."

(Paulo Brossard, ex-senador)

"O interesse na cassação do deputado Juruna faz parte do contexto de intimidação geral contra o Congresso, com vistas à aprovação do decreto 2.045."

(Teotônio Vilela, vice-presidente do PMDB)

"O que está provocando desarmonia não é a fala de Juruna mas declarações como as de Delfim Neto, quando afirma que há muito vagabundo falando em nome do operariado."

(Francisco Pinto, deputado pela Bahia, secretário-geral do PMDB)

"A cassação do mandato do deputado Juruna é extremamente improvável."

(Marco Antônio Maciel, senador por Pernambuco, PDS)

"Eu sou o homem mais livre deste País."

(Juruna)

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: O GLOBO

data: 03.10.83

página: 02

AURELIANO

1 O Presidente do PDS de Minas Gerais, Deputado Cristovam Chiradia, levará hoje ao Presidente João Figueiredo um quadro amplamente favorável à candidatura do Vice-Presidente Aureliano Chaves à sucessão presidencial.

Convocado ao Palácio do Planalto, Chiradia acredita que o tema da conversa que terá com o Presidente da República será a sucessão presidencial.

— E mesmo que não seja — advertiu — vou dizer ao Presidente que Aureliano Chaves tem a maioria dos convencionais mineiros, vindo a seguir o

Ministro Mário Andreazza e o Deputado Paulo Maluf.

2 A candidatura do Vice-Presidente Aureliano Chaves continua a crescer entre os convencionais do PDS de Pernambuco. Essa preferência por Aureliano ainda não se tornou ostensiva, segundo fontes do PDS local, por conta da ainda viva candidatura do Senador Marco Maciel.

Estão a favor do Vice-Presidente o próprio Governador Roberto Magalhães e o Senador Aderbal Jurema.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: O GLOBO

data: 03.10.83

página: 01

Mesa da Câmara deverá punir Juruna com pena de censura

O Presidente da Câmara, Deputado Flávio Marcílio, disse ontem a vários parlamentares que a tendência da Mesa Diretora da Casa é aplicar ao Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) a punição de censura pública pelo discurso em que usou expressões consideradas ofensivas pelos Ministros de Estado. Para encaminhar a decisão, que será tomada em reunião da Mesa às 9 horas de hoje, Marcílio reuniu-se ontem com o 2º Vice-Presidente Walber Guimarães (PMDB), 2º Se-

cretário Ary Kfury (PDS) e 1º Secretário Fernando Lyra (PMDB) e falou por telefone com o 1º Vice-Presidente Paulino Cícero (PDS), 3º Secretário Francisco Studart (PTB) e 4º Secretário Amaury Muller (PDT). À noite, Marcílio reuniu-se com os Líderes do PMDB, Freitas Nobre, e do PDT, Bocayuva Cunha, para assegurar o respaldo da Oposição à decisão da Mesa, impedindo que o problema vá a plenário.

veículo: O GLOBO

data: 03.10.83

página: 03

PSS.481, p.176/398

PRESIDENTE DA CÂMARA ARTICULA APOIO DA OPOSIÇÃO

Marcílio a Deputados: Juruna deve sofrer pena de censura

BRASÍLIA — O Deputado Mário Juruna deverá sofrer uma censura pública pelas ofensas que dirigiu aos Ministros de Estado e o texto do seu discurso irá à publicação oficial sem os trechos considerados injuriosos.

Esta tendência, que esgotaria o incidente no âmbito da Mesa da Câmara, ficou clara, ontem, durante as conversas do Presidente da Casa, Deputado Flávio Marcílio, com os colegas que vão decidir a questão, segundo ele mesmo informou a parlamentares durante o dia de ontem.

Para encaminhar as providências, o Deputado Flávio Marcílio reuniu-se, pela manhã, com o 2º Vice-Presidente da Mesa, Walber Guimarães (PMDB-PR), o 2º Secretário Ary Kfury (PDS-PR), e o 1º Secretário Fernando Lyra (PMDB-PE), que se encontravam em Brasília.

Pelo telefone, Marcílio conversou com o 1º Vice-Presidente Paulino Cócero (PDS-MG), o 4º Secretário Amaury Muller (PT-RS) e o 3º Secretário Francisco Studart (PTB-RJ).

A noite, Marcílio reuniu para um jantar, em sua casa, os líderes do PMDB, Freitas Nobre, e do PDT, Bocayuva Cunha, com o objetivo de assegurar o respaldo das oposições às medidas que forem adotadas na reunião da Mesa marcada para as 9

horas de hoje, impedindo que a questão vá ao Pleno.

O Deputado Fernando Lyra acha que a decisão será tomada por unanimidade e o mesmo afirma o Deputado Walber Guimarães. O Deputado Ary Kfury disse que o Deputado Flávio Marcílio garantiu que a Mesa estará inteiramente livre para decidir.

— Sou por uma medida que imponha o respeito pelas autoridades do Executivo e também pelo Legislativo. As oposições, em maioria na Câmara, precisam entender a gravidade da situação e evitar posturas intransigentes — disse Kfury.

O Deputado Amaury Muller, colega de legenda de Juruna, disse que não gostaria de punir de nenhuma maneira. Acrescentou, entretanto, que a ação da Mesa, dos partidos e de todos os setores interessados na saída para a crise deve ter como meta minimizar o episódio, evitando desdobramentos capazes de levar a impasses ou a prejuízos ao processo de abertura democrática.

O Deputado Walber Guimarães manifestou-se favorável à não punição do Deputado Mário Juruna, pois acha que ele "não se expressa bem e se soubesse avaliar corretamente o sentido de suas palavras não teria dito o que disse."

A palavra de Leitão

BRASÍLIA — O Chefe do Gabinete Civil, Ministro Leitão de Abreu, disse ser "um problema da mesa diretora da Câmara", sobre o qual não dispõe de elementos para avaliar, uma censura pública ao Deputado Mário Juruna, tendência manifestada ontem pelo Presidente da Casa, Deputado Flávio Marcílio (PDS-CE).

— Não posso responder, no momento, se uma censura pública satisfaz o Governo. Não há ainda um fato consumado em torno do episódio do Deputado Mário Juruna sobre o qual eu possa me posicionar. Só depois de tomada a decisão da Mesa Diretora é que haverá condições para podermos nos pronunciar.

Por sua vez, o Porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, disse não ter condições de afirmar se a censura pública irá satisfazer o Governo, que continua esperando a cassação de Juruna, com a aplicação do artigo 35 da Constituição.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

volume: 01

data: 03.10.73

página: 02

Nilo: crise pode ser evitada com repreensão

BRASILIA — O Presidente do Congresso, Senador Nilo Coelho, disse ontem que a Mesa da Câmara — que se reúne hoje para apreciar o caso Juruna — tem uma alternativa válida se quiser evitar o agravamento da crise política: a repreensão do Deputado Mário Juruna.

Segundo o Senador Nilo Coelho, a decisão de repreender Juruna pelo discurso ofensivo aos Ministros de Estado, é simples, pois compete apenas à Mesa da Câmara. O Regimento Interno não determina o envio da questão ao plenário.

EVITAR ATRITO

Já uma outra alternativa — a de pedir a suspensão de Juruna — poderá, na opinião de Nilo Coelho, provocar um atrito entre os poderes Legislativo e Executivo, além de aumentar as cisões no PDS. O Presidente do Senado explicou que a decisão de suspender Juruna é mais complicada que a de simplesmente repreendê-lo pois pelo Regimento do Congresso, a suspensão só poderá ser colocada em prática caso a maioria absoluta da Câmara votar a favor. E isso, segundo Nilo Coelho, não ocorrerá.

Segundo Nilo Coelho, caso a questão seja levada a plenário, o mais provável será que a Oposição, junto com alguns dissidentes do PDS, vote contra a medida. A rejeição da suspensão torna-se ainda mais provável a partir do momento em que o Regimento Interno do Congresso não determina se a votação é secreta ou não.

— Se for secreta — explicou o Senador — não há forma de controlar os votos do PDS.

Sendo rejeitada a suspensão de Juruna, ele ficaria isento de qualquer punição e isso — na opinião de Nilo Coelho — acabaria sendo interpretado como uma afronta ao Governo, já que os Ministros de Estado pediram a cassação do deputado. Nesse caso, ficaria claro que há um confronto entre os poderes Legislativo e Executivo, o que em si caracteriza uma grave crise política.

PREOCUPAÇÃO

Segundo Nilo Coelho, que ontem ofereceu um almoço de despedida ao Embaixador da Alemanha Oriental, Günther Severin, com a presença dos embaixadores de oito países do Leste europeu, a imprensa internacional só tem uma preocupação no momento: o caso do Deputado Mário Juruna.

O Senador contou que, durante todo o almoço, repórteres de jornais americanos e europeus ligaram para a sua casa querendo saber se Juruna seria cassado ou não.

— Ninguém — disse Nilo Coelho — se preocupou em saber das negociações entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou da crise financeira. O interesse principal dos jornalistas internacionais é o futuro do primeiro índio a se tornar deputado no Brasil.

Freitas Nobre: Cassação seria uma violência

BRASILIA — “A cassação do mandato do Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) seria uma violência, mas ninguém acredita que o objetivo seja realmente esse” — afirmou ontem o Líder do PMDB, Deputado Freitas Nobre, ao chegar a Brasília, no fim da tarde, para um encontro com o Presidente da Câmara, Deputado Flávio Marcellio, e o Líder do PDT, Deputado Bocayuva Cunha.

Segundo Freitas Nobre, “não teria sentido utilizar esse episódio para criar um impasse entre o Executivo e o Legislativo, destruindo os objetivos da própria abertura democrática que o Governo vem desenvolvendo com uma reação desse nível”.

— Se este caso, que é isolado, evoluísse para um confronto entre o Governo e o Congresso, ficaria demonstrado que houve uma provocação premeditada da parte do Executivo, o que não se pode acreditar — disse o Líder.

— A linguagem de Juruna — acrescentou Freitas Nobre — obriga a uma análise diferenciada da questão, porque tem toda uma especialidade. E preciso lembrar que o próprio Deputado Mário Juruna, ao assumir o mandato, pediu para falar na língua xavante, e em seguida pediu um intérprete, alegando que suas palavras, em português, não significariam exatamente o que ele quer dizer.

veículo: O GLOBO
data: 03.10.83
página: 03

Secretários de Justiça pedem isenção a Marcílio

Foi enviada ontem ao Presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marcílio, uma carta assinada por oito Secretários de Justiça de Governos eleitos pelos partidos de Oposição, manifestando a certeza de que o Poder Legislativo agirá com independência no episódio do Deputado Mário Juruna.

Redigida ao final do encontro que reuniu em Curitiba os Secretários de Justiça dos Estados do Paraná, Orlando Santanelo; Mato Grosso do Sul, Carlos Juares; Minas Gerais, Sílvio Abreu;

São Paulo, José Carlos Dias; Rio de Janeiro, Vivaldo Barbosa; Goiás, Antônio Magalhães; Amazonas, José Cardoso Dutra; e Espírito Santo, Mário Alves, a carta diz que "os ideais de Justiça impõem que a Câmara encare a manifestação do ilustre Deputado Mário Juruna dentro da dimensão de sua origem étnica, seu ambiente cultural e suas limitações lingüísticas". E conclui: "Estamos certos de que a Nação espera que a Câmara saberá agir com serenidade para que não haja punição que fira nossos anseios de Justiça".

JURUNA CALADO

BRASILIA — O Deputado Mário Juruna foi orientado pela Liderança do PDT para evitar qualquer contato com a imprensa, até que a Mesa Diretora da Câmara examine o pedido de punição. Temem os líderes do partido que, instado a comentar o episódio, Juruna preste declarações que possam complicar a situação.

Sábado, Juruna saiu de manhã e só retornou ao seu apartamento, na Superquadra 202 Norte, depois das 20 horas. Ontem ele saiu antes das 7 horas e só voltou à noite.

BRIZOLA

Sobre o episódio Mário Juruna, disse ontem o Governador do Estado do Rio, Leonel Brizola:

— Penso que este episódio vai marcar uma elevação do nível e um amadurecimento de todos nós. As instituições democráticas vão ganhar, quer dizer, o processo de abertura vai avançar, porque não é de esperar-se que venha a ocorrer uma decisão drástica a respeito do discurso de Juruna, que deve ser encarado em condições especiais: ele é um índio, que formou sua mente não em uma Universidade mas dentro de um ambiente que vem de séculos, considerando muito mal a nós brancos, que tomamos as terras indígenas.

Antropólogos esperam tolerância

O Presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Gilberto Velho, divulgou nota da entidade em apoio ao Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), na qual afirma que com um pouco de tato e tolerância questões e problemas novos introduzidos pela presença do cacique xavante (que "não é criança, não deve ser paternalizado; mas não pode expiatório") no Congresso poderiam ser contornados. Diz a nota que "cabe encontrar um modus vivendi entre as tradições parlamentares e novas realidades que surjam da incorporação de representante cujos comportamento e atitude não se enquadrem literalmente nas normas habituais".

veículo: FOLHA DE SÃO PAULO

data: 03.10.83

página: 01

PSS.481, p. 179/398

Juruna deve ser advertido por escrito

Difícilmente a Mesa da Câmara dos Deputados proporá a cassação do mandato do deputado Mário Juruna (PDT-RJ), após a reunião que fará hoje de manhã para examinar o assunto, conforme observa nosso repórter Nélcio Lima. O parlamentar é acusado de ofender os ministros, os militares e o presidente da República, em discurso que pronunciou há uma semana.

Uma média das opiniões na Câmara mostra que Juruna deverá no máximo receber uma advertência por escrito, além de ter seu pronunciamento censurado.

O presidente da Câmara, Flávio Marçílio, já iniciou contatos sobre o caso e se reuniu com os deputados Ari Kfoury (2.º secretário), Fernando Lira (1.º secretário) e Válber Guimarães (2.º vice-presidente), que concordaram, em princípio, que a advertência deve ser a punição ao deputado.

PAG. 4

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

vol/culo: FOLHA DE SÃO PAULO

data: 03.10.83

página: 04

Mesa da Câmara não deve propor cassação de Juruna

Deputado deverá ser advertido por escrito, após a reunião que será realizada hoje de manhã para examinar seu discurso
NÉLIO LIMA

BRASÍLIA — Não há clima e nem motivos para um processo de cassação do mandato do deputado Mário Juruna, de acordo com a média das opiniões na Câmara dos Deputados — inclusive entre os membros da Mesa diretora. Na reunião extraordinária da Mesa, hoje pela manhã, quatro deputados oposicionistas e três do partido do governo procurarão fazer uma análise política do episódio, tendo como objetivo uma decisão também política. Mas é pouco provável que cheguem ao extremo de remeter o assunto ao plenário, dentro da perspectiva de cassação, ou mesmo de suspensão do mandato.

Depois de retornar a Brasília, anteontem, no fim da tarde, o deputado Flávio Marcílio, presidente da Câmara, dedicou-se ao estudo do assunto e deteve-se na avaliação das alternativas levantadas por sua assessoria. Mas ocupou-se também dos contatos de natureza política, inclusive junto a altos escalões governamentais. Ontem pela manhã, Marcílio reuniu-se com os deputados Ari Kfuri (2.º secretário), Fernando Lira (1.º secretário) e Válber Guimarães (2.º vice-presidente). Pelo que se soube, os três concordaram, em princípio, em que o discurso pronunciado há uma semana pelo deputado Juruna deve ser censurado, retirando-se dele as expressões que possam ser interpretadas como injuriosas a autoridades e membros do governo. Quanto à sanção, consistiria em fazer uma advertência escrita ao parlamentar.

É preciso ter em conta que Marcílio, seja pela sua postura pessoal, seja pelas ligações políticas que mantém com algumas das forças que atuam no processo sucessório, não está interessado em permitir que o episódio Juruna ganhe dimensão maior do que a que já alcançou. As especulações de que o presidente da Câmara se inclinaria a designar uma comissão especial interpartidária pa-

Átila aguarda a decisão para comentar

BRASÍLIA — Argumentando que não raciocina sobre hipóteses, o porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, não quis fazer ontem nenhum comentário sobre qual poderá ser a reação do governo se a decisão da Mesa da Câmara no caso Juruna lhe parecer insatisfatória.

"Somente após o fato acontecer, e se acontecer, é que posso comentar. Não posso me antecipar aos acontecimentos. Para isso sou o porta-voz", disse.

Carlos Átila acentuou que o governo, através de seus ministros, ao se di-

rigir à Mesa da Câmara, pedindo a aplicação do Artigo 35, Item 2, da Constituição, contra o deputado Mário Juruna, praticou "um ato que demonstra que está agindo exata e estritamente dentro da lei".

Para o porta-voz, o governo espera que o seu pedido seja atendido, que Juruna tenha seu mandato cassado por falta de decoro parlamentar, conforme prevê a Constituição, e essa posição, frisou, é de todos os ministros que nesse sentido se manifestaram.

ra analisar o caso não têm assim muita consistência. De qualquer modo, as informações e ponderações que ele levará para a reunião de hoje serão muito importantes para direcionar e orientar a decisão dos integrantes da Mesa.

Em princípio, é possível prever quais serão as posições dos sete integrantes da Mesa diretora. Marcílio, como presidente, deverá abster-se de votar, só intervindo em caso de empate, como é natural. Já o 1.º secretário Paulino Cícero (PDS-MG) se inclina pela advertência formal a Juruna. Eventualmente, diante de um quadro mais dramático, aceitaria a suspensão do mandato do deputado — mas esta é uma sanção prevista para reincidente, o que não é o caso do parlamentar do PDT.

O 2.º vice-presidente, Válber Guimarães (PMDB-PR) ficaria entre a negativa da sanção e a advertência verbal ou por escrito. Um voto provavelmente idêntico ao do 1.º secretário Fernando Lira (PMDB-PE). Outro pedessista, Ari Kfuri (PR) apoiaria a suspensão do mandato por 15 dias, o que implicaria que fosse ouvido o plenário. Mas a suspensão, repita-se, é para casos de reincidência.

Também o petebista Francisco Studart (RJ), 3.º secretário, poderia chegar a essa posição, em caso extremo. Mas seu voto mais certo será pela advertência formal. Por fim, o 4.º secretário Amauri Muller (PDT-RS), por ser do partido de Juruna e até por já ter sido cassado (em outras circunstâncias e por força de atos institucionais) está disposto a rejeitar qualquer proposta de sanção. No máximo, seria convencido a aceitar uma advertência.

Nessas condições, o mais provável é que Juruna seja advertido por escrito. Está fora de dúvida, porém, que a Mesa buscará uma forma não ortodoxa para levar o deputado a ter um comportamento de maior prudência daqui por diante. Juruna será chamado às falas, em particular, pelo presidente Flávio Marcílio, como já está sendo, aliás, pela liderança do PDT e até pelo cacique do partido, governador Brizola.

É bem possível também que, daqui por diante, os pronunciamentos do deputado sejam antes submetidos ao líder Bocaliúva Cunha e que Juruna adote, se não a prática no discurso escrito, pelo menos o roteiro básico previamente discutido com a liderança.

veículo: FOLHA DE SÃO PAULO

data: 03.10.83

página: 04

PSS. 481, p. 181/398

Brizola acredita que episódio fortalecerá democracia e espera generosidade

RIO — "As instituições democráticas vão ganhar e, com isso, o processo de abertura vai avançar. Estou certo de que o presidente Figueiredo, seus ministros e o Congresso irão assimilar o episódio e proceder como espera o povo brasileiro, com amadurecimento e generosidade." Dizendo-se confiante, é assim que o governador Leonel Brizola prevê o desfecho do caso Juruna.

"Não se tomará nenhuma decisão drástica", disse ele ontem, ao participar da Festa de Nossa Senhora da Penha, no Rio. "Penso que este episódio vai marcar uma elevação do nível e um amadurecimento de todos nós. Certos assuntos não podem ser considerados como se fora o procedimento de qualquer um de nós que cursou a universidade. Trata-se de um índio, alguém que formou sua mente dentro de um ambiente que vem de séculos,

considerando a nós brancos, muito mal, porque aqui estamos, fomos tomando as terras deles. Quando usam certas palavras, o conceito deles é outro. É o mesmo que nós, quando dizemos grileiros. Não queremos dizer que são pessoas que criam grilos ou vivem com grilos."

"Temos que compreender o que está no fundo da significação das palavras do deputado Mário Juruna", afirmou Brizola. "Acho que tudo vai ser resolvido com amadurecimento. É a construção da democracia, na qual todos estamos trabalhando, vai ganhar mais um tijolo em seu alicerce, com a solução positiva desse episódio."

Corrupção

O deputado federal Eduardo Mata-

razzo Suplicy (PT-SP) disse que "o ministro do Exército espera a perda do mandato do deputado Mário Juruna, enquanto o que a Nação espera do ministro Válder Pires é que ele e os demais ministros não sejam coniventes com a corrupção e o desvio dos recursos públicos".

"Se o governo — afirmou — quer ver as provas de como tem sido conivente com respeito ao desvio de recursos públicos em benefício de muitos que estão no partido governamental, ele as terá. No início da semana apresentarei da tribuna da Câmara, em ofício ao presidente da República e em depoimento à Justiça, as provas de extraordinário desvio de recursos do povo de São Paulo, em benefício do PDS, aceito de bom grado e sem protesto ou averiguação alguma por parte do governo federal."

Peemedebistas se solidarizam com o deputado e criticam governo

"O Executivo está mergulhado em mar de lama; os escândalos continuam e, em vez de se apurar as denúncias, procura-se cassar um deputado que faz protestos em sua linguagem própria", disse o deputado Freitas Nobre, líder do PMDB na Câmara, ao defender Mário Juruna (PDT-RJ), durante o seminário peemedebista realizado no fim de semana na Assembléia Legislativa de São Paulo (veja noticiário nesta página).

Vários outros políticos, presentes ao seminário, também se pronunciaram em favor do deputado, que chamou os ministros de Figueiredo de "ladrões".

"Há uma crise de legitimidade. Nós

do PMDB sabíamos disso, mas agora o povo já sabe", observou o senador Fernando Henrique Cardoso, presidente regional do PMDB. "Quando Juruna chama a todos de ladrões, expressa o que o povo sente. Não sou favorável a generalizações, mas a revolta é tanta que se prefere a generalização popular."

"O que ofende mais?", perguntou em seguida Fernando Henrique: "Um cacique, que na sua tradição cultural não sabe distinguir e generaliza, ou um ministro que, na sua tradição cultural, como economista, não sabe distinguir e também generaliza, quando diz que os políticos que falam pelos trabalhadores são vaga-

bundos? Quem ofende mais é o ministro."

Ulisses Guimarães disse que o PMDB está solidário com Juruna e que, pessoalmente, não vê cabimento numa medida como a cassação do mandato do parlamentar.

O senador Severo Gomes disse, por sua vez, que está havendo "incompreensão para com um deputado que é um índio, cujos primeiros contatos com a civilização ocorreram quando era adolescente, e que não domina muito o português. Custou muito termos um índio no Parlamento. É preciso ter compreensão e tolerância. E a Câmara deve agir com clareza."

Tese da incapacidade relativa gera controvérsias

BRASÍLIA — Se o deputado Mário Juruna fosse levado à presença de um juiz que devesse julgar sobre se ele é ou não "relativamente incapaz", de acordo com o Código Civil brasileiro, provavelmente o veredicto seria "sim". O deputado e ex-cacique não consegue exprimir-se direito em português e fica difícil conversar com ele. Disso são testemunhas os seus próprios colegas deputados e mais do que eles, os taquígrafos da Câmara.

O próprio presidente da Câmara, deputado Flávio Marcellio, ao chegar sábado de Fortaleza, lembrou as condições especiais de Juruna, ao declarar que ele "é um índio, um silvícola, e é definido pelo Código Civil do Brasil como um homem relativamente incapaz". Marcellio lembrou até que existe um acórdão do Tribunal Federal de Recursos que reconhece a incapacidade relativa do índio, acrescentando:

"Ninguém vai acreditar que pessoa alguma se sinta injuriada por uma declaração de Juruna."

A questão tem outro ângulo, porém. Ao eleger-se deputado federal, Juruna colocou-se exatamente na mesma situação que seus outros 478 colegas da Câmara dos Deputados. Antes de mais nada, para tirar o seu título de eleitor ele teve que provar que é alfabetizado. Para candidatar-se, precisou atender ao dispositivo constitucional que exige, como condição básica, estar o cidadão no pleno gozo de seus direitos políticos. Ora, a mesma Constituição diz que os "relativamente incapazes" não gozam de direitos políticos plenos. Mais ainda: ao empossar-se como deputado federal, o ex-cacique passou a gozar da plenitude das atribuições conferidas aos integrantes do Poder Legislativo. Ele po-

de votar a descoberto ou em sessões secretas, tem a cobertura de todas as imunidades parlamentares, recebe normalmente todos os subsídios pagáveis aos deputados e tem direito a foro privilegiado.

Nessas condições, qualquer julgamento do caso Juruna terá de levar em conta três aspectos igualmente importantes: o político, que envolve as relações entre Executivo e Legislativo; o legal, que exige a interpretação dos textos constitucionais, do Código Civil e do Regimento Interno da Câmara e, por fim, o lado humano.

Afinal, e agora todos passaram a lembrar-se disso, o processo de aculturação do cacique Juruna começou quando ele tinha 20 anos de idade. Quando pediu para falar em xavante, com tradutor, nas sessões da Câmara, ele já sabia das dificuldades que teria de enfrentar.

N.L.

Regimento permite que presidente da Câmara censure pronunciamentos

BRASÍLIA — O presidente da Câmara pode, a qualquer momento, durante as sessões ou depois delas, censurar os pronunciamentos dos deputados. Para isso não precisa consultar sequer seus companheiros da Mesa diretora. Uma simples decisão desta pode resultar em advertência (verbal ou escrita) a todo parlamentar que tiver comportamento inadequado, por atos ou palavras. Mas aí se es-

gota a competência da Mesa e do presidente para ditar sanções.

A cassação do mandato de um deputado é processo mais longo e difícil. A Mesa pode apreciar qualquer pedido nesse sentido, e até apoiá-lo, mas cabe ao Plenário a decisão final. O parlamentar acusado goza de amplo direito de defesa, que pode ser feita em plenário ou perante uma comissão es-

pecialmente designada pelo presidente da Câmara.

Mesmo nos casos de suspensão temporária do mandato (por um período máximo de 15 dias), o plenário tem que ser ouvido. E a Câmara só pode cogitar de suspensão de mandato nos casos em que o acusado já tenha sido advertido verbalmente ou por escrito. Isto é, seja reincidente.

veículo: JORNAL DO BRASIL

data: 03.10.83

página: 03

PSS.481, p.182/398

01

Mesa da Câmara pode optar pela censura a Juruna

Brasília — A mesa da Câmara dos Deputados deverá limitar-se, na sua reunião de hoje, a aplicar a pena de censura pública ao Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), por ter-se referido de maneira desrespeitosa e antirregimental ao Presidente da República e aos Ministros de Estado, em discurso pronunciado da tribuna, na segunda-feira da semana passada.

Um dos membros da Mesa revelou que ouviu do Deputado Flávio Marçílio (PDS-CE), presidente da Câmara, esse prognóstico, observando que, numa atitude conciliatória, ele poderia chegar até a sugerir a suspensão do mandato do Deputado Mário Juruna por cinco dias. Essa posição mais dura, contudo, teria que primeiro ser votada pela Mesa, onde o PDS é minoritário (detém três cargos num total de sete), e em seguida pelo plenário, onde o Partido do Governo é também minoria (235 deputados contra 244 dos partidos de oposição). A fonte acrescentou que o Deputado Flávio Marçílio não cogita da cassação do mandato do Deputado Mário Juruna.

A um vice-líder do PDS, o presidente da Câmara disse que pretende resolver o problema definitivamente na manhã de hoje, durante a reunião que terá às 9h com todos os integrantes da Mesa. Ele fará uma breve exposição, com seu ponto-de-vista sobre a extensão política do caso.

Na sessão vespertina da Câmara, ocupando a presidência, o Deputado Flávio Marçílio conclamará os deputados a defender a instituição pelo respeito às normas internas que asseguram o convívio dos contrários de forma respeitosa, e principalmente pelo respeito às autoridades constituídas. O presidente da Câmara pretende discursar qualquer que seja o resultado da reunião desta manhã.

De acordo com a fonte, seu discurso advertirá o plenário em tom grave, ressaltando que a Mesa não transigirá no cumprimento do seu dever de censurar e punir, de acordo com a Constituição e o Regimento, aqueles que adotarem comportamento incompatível com o decoro parlamentar.

Pedessista é a favor de punição

Brasília — Dos sete deputados que compõem a Mesa da Câmara — três do PDS e quatro das oposições — só um deles, o Deputado Ary Kfury (PDS-PR), 2º-secretário, é declaradamente favorável à punição do Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), acusado de ter feito discurso ofensivo ao Presidente da República e aos Ministros de Estado.

Os outros dois deputados do PDS que compõem a Mesa são o presidente Flávio Marçílio (CE) e Paulino Cícero, 1º-vice-presidente, de Minas. Ao retornar a Brasília, sábado à noite, o Deputado Flávio Marçílio declarou que levará em conta a condição de índio do Deputado Mário Juruna, considerando-o "relativamente incapaz". O Deputado Paulino Cícero não revelou seu voto.

Os dois membros da Mesa pertencentes ao PMDB — Walber Guimarães (2º-vice-presidente), de Minas Gerais e Fernando Lyra (1º-secretário), de Pernambuco — são contra a punição. O mesmo acontece com o 4º-secretário, Deputado Amauri Muller (PDT-RS). O outro deputado de oposição da Mesa é Francisco Studart (PTD-RJ), que ocupa a função de 3º-secretário. Até ontem à noite ele estava fora de Brasília e não havia se manifestado.

— Sou pela punição de Juruna — afir-

mou, ontem de manhã, o Deputado Ary Kfury, depois de participar de um encontro com o presidente Flávio Marçílio, do qual participaram também os Deputados Fernando Lyra, e Walber Guimarães. "É preciso preservar a instituição. Quem não se lembra da barbaridade que ocorreu na Câmara durante a votação do Decreto-Lei 2024? É necessário que se respeite os Ministros e o Presidente da República" — acrescentou o deputado paraense.

"O presidente da Câmara nos deixou à vontade, ele não pretende exercer qualquer tipo de influência sobre nós", informou o Deputado Ary Kfury. Ele anunciou que pedirá a suspensão do mandato do Deputado Mário Juruna pelo prazo maior: 15 dias.

— A solução será a mais compatível com o momento. No máximo, Juruna será punido com uma advertência — afirmou o Deputado Fernando Lyra.

O Deputado Walber Guimarães lembrou que o encontro de ontem com o presidente Flávio Marçílio "foi incompleto, pois faltaram outros quatro membros da Mesa", mas acrescentou: "Trocamos idéias e concluímos que a decisão não será partidária. Será uma decisão da instituição, serena e justa. A Mesa vai agir à luz dos fatos".

FUNDAÇÃO Assessoria

veículo: JORNAL DO BRASIL
data: 03.10.83
página: 03

Recife — O 1º secretário da Câmara, Deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) adiantou que, na reunião da Mesa convocada para hoje, defenderá a tese de que os Ministros de Estado não têm competência para pedir a cassação do Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), que em discurso chamou os Ministros do Governo Figueiredo de "ladroes".

No voto que dará por escrito, o Deputado Fernando Lyra vai assinalar que o Artigo 35 da Constituição — que dispõe sobre a perda de mandato parlamentar — é explícito, em seu parágrafo 3º, item IV: "A perda de mandato será declarada pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal mediante provocação de seus membros, Partido político ou primeiro suplente do Partido."

O Artigo 35 foi invocado pela maioria dos

Ministros, nos pedidos de punição contra o Deputado Mário Juruna enviados à Câmara. Para o Deputado Fernando Lyra, o caso Juruna foi mal encaminhado do ponto-de-vista jurídico e precisa ter uma solução política.

Referindo-se ao discurso que motivou os pedidos de punição, o 1º secretário da Câmara disse que deve ser examinado politicamente e com cautela. "Temos que levar em consideração a precariedade do vocabulário do Deputado Mário Juruna, e observar a forma como ele aprendeu a ver os brancos," lembrou.

Para o Deputado Fernando Lyra, "faltou ao pronunciamento o chamado *animus injuriandi* (intenção de injuriar)", porque "se assim fosse, o Deputado Mário Juruna teria declinado os nomes dos Ministros que considera desonestos. Houve apenas generalização."

Nobre quer que índio deponha

Brasília — Durante jantar na residência do Deputado Flávio Marcílio, no Lago Sul, o líder do PMDB na Câmara, Deputado Freitas Nobre, propôs ao Presidente da Câmara que ouça o depoimento do Deputado Mário Juruna, antes que a Mesa decida sobre o pedido dos Ministros para punir o representante do PDT fluminense.

— A proposição é democrática — justificou o líder do PMDB. O Deputado Freitas Nobre aproveitou para hipotecar a solidariedade do seu Partido ao líder do PDT, Deputado Bocaiúva Cunha, que também participou do jantar. Os líderes dos outros dois Partidos de oposição, PT e PTB — Deputado Airton Soares e Deputada Ivete Vargas, não compareceram ao jantar porque estão viajando. O Deputado Airton Soares foi para Seul, Coreia, numa missão parlamentar. A Deputada Ivete Vargas foi para os Estados Unidos para exames médicos.

O jantar começou depois das 21 horas, pois tanto o Deputado Freitas Nobre quanto o Deputado Bocaiúva Cunha se encontravam em seu Estado e só chegaram em Brasília por volta de 19h30m. Antes que fosse servido um filé acompanhado de arroz, os três deputados — Flávio Marcílio, Freitas Nobre e Bocaiúva Cunha — se afastaram para o quintal e, ao lado da piscina, iniciaram as conversações sobre o caso Juruna.

A preocupação do líder Freitas Nobre era convencer o Deputado Flávio Marcílio —

segundo ele próprio informou — a ouvir o que o Deputado Juruna tem a dizer. "É interessante os deputados saberem o que Juruna tem a falar" — completou o líder do PMDB. O Deputado Flávio Marcílio reafirmou que uma solução sobre o caso só sairia depois da reunião dos sete membros da mesa, a se iniciar às 9 horas de hoje, na Câmara.

Bocaiúva

"Esperamos a compreensão da Casa", afirmou o líder do PDT na Câmara, Deputado Bocaiúva Cunha, antes de participar do jantar com o presidente Flávio Marcílio e o líder do PMDB, Freitas Nobre. Os três marcaram o jantar para discutir o caso Juruna. "É importante que construamos juntos o balanço de tudo", acrescentou o deputado pedetista.

— Não vou falar mais nada, a não ser amanhã (hoje), depois da reunião dos membros da Mesa — afirmou o Deputado Flávio Marcílio. O presidente da Câmara recebeu diversos deputados durante o dia, na sua mansão do Lago Sul. Ele garantiu que o jantar foi pedido pelos Deputados Freitas Nobre e Bocaiúva Cunha.

O líder Bocaiúva Cunha trouxe do Rio o ponto-de-vista de sua bancada — segundo declarou: "Uma decisão que exprima a vontade da Câmara. As vozes das lideranças significam essa decisão".

Brizola demonstra otimismo

O Governador Leonel Brizola disse ontem, na Festa da Penha, que "o episódio do Deputado Mário Juruna vai marcar uma elevação de nível e de amadurecimento para todos nós, um avanço no processo de abertura". Segundo ele, o assunto não pode ser tratado como um caso normal, porque Juruna é um índio: "Até poucos anos atrás, ele nunca tinha visto um branco, que para ele representou sempre um usurpador de terras".

Na opinião do presidente nacional do PDT, Doutel de Andrade, "todos os esforços devem ser desenvolvidos para que não se construa em cima de Juruna uma crise nacional". Doutel considerou as declarações do presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marcílio — "O Deputado Mário Juruna é um silvícola, definido pelo Código Civil como um homem relativamente incapaz" — "muito realista".

— Juruna é um Deputado, foi eleito com mais de 30 mil votos, mas é um Deputado com uma etnia diferente. Representa o primeiro, entre 5 milhões de índios que nunca tiveram voz neste país, a chegar ao Congresso. Deve, portanto, ser tratado dentro da realidade na-

cional, como um índio — ressaltou, refutando a idéia de que as alegações quanto a um tratamento diferenciado para Juruna possam mais tarde reverter contra ele.

— Existe um prazo legal para apresentação de inelegibilidade. Ninguém levantou a hipótese de que Juruna não poderia se candidatar por ser índio — concluiu Doutel, esperando da reunião da Mesa Diretora da Câmara, hoje em Brasília, "uma solução de bom senso, que poderia ser uma advertência ao Deputado Mário Juruna".

Durante as comemorações do dia de Nossa Senhora da Penha, o Governador Leonel Brizola acrescentou que "o Presidente Figueiredo, seus Ministros e o Congresso tratarão de absorver o caso, com amadurecimento e generosidade". Brizola, que tem amanhã um encontro com o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, em Brasília, negou que a votação do Decreto-lei 2045, no fim do mês, seja o tema principal da conversa:

— O PMDB e o PDT são, por princípio, contrários a esse decreto. Sobre ele não há muito o que discutir.

Pedetistas confiam em Marcílio

O vice-presidente regional do PDT, Jonas Baiense, num encontro com parlamentares do partido, ontem, em Niterói, afirmou que a questão Juruna "servirá, naturalmente, para mostrar que o Brasil amadureceu, o projeto de abertura política é permanente e que os Poderes Executivo e Legislativo voltaram a ser independentes".

Do encontro participou, também, o líder do PDT na Assembleia Legislativa, Deputado José Gomes Talarico. Para o líder pedetista e o vice-presidente do partido "qualquer decisão a ser tomada, hoje, pela Mesa da Câmara, deve ser acatada por todos os setores da sociedade, porque ela expressará a vontade soberana do Legislativo".

Coisas da política

Pranto xavante

Marcos Sá Corrêa

INDIO tem pouca palavra. Branco tem muita. Índio erra com frase curta. Branco erra com frase comprida. Deputado Mário Juruna enche a boca em microfone e diz: "Ministro é ladrão". Está errado. Juruna ofende Governo. Todo mundo quer pegar Juruna, cassar Juruna, fazer muita crise política para aplacar os deuses da crise econômica, oferecer sacrifício de Juruna ao FMI.

Aí porta-voz Carlos Átila também enche a boca em microfone e diz: "Os ministros são instituições". Está errado. Átila ofende sociedade. Se Presidente João Figueiredo pensa que ministro é instituição e por isso não pode demitir ministro, Presidente Figueiredo está enganado. Átila fala demais, fala grande bobagem, provavelmente bebeu muito cauim. Mas ninguém quer pegar Átila, cassar Átila.

Branco antigamente era cara-pálida. Agora é cara-de-pau. Tem ministro bronzado. Não é cara-pálida, nem instituição. Átila fala pelo governo. Juruna tem gravador, grava o que Átila diz. Ele diz uma coisa, acontece outra. Governo, pela boca cheia de Átila diz coisa errada, mas coisa errada não ofende Governo, não ameaça instituições. Só palavra errada.

Curumim pode querer comprar casa de três milhões de dólares. Instituições não se importam. Tribo viaja, volta com peito forte. Funcionário da Receita Federal sobe em avião para ver a carga, encontra motocicletas para homem branco montar, aparelhos de videocassete para homem branco brincar, muita conta de vidro para homem branco contar. Funcionário desce do pássaro de ferro apavorado. Mas insti-

tuições não se abalam. Instituições são muito fortes.

Para homem branco as coisas não têm significado. Só têm significado as palavras e as instituições. Por isso ele criou muitas palavras e muitas instituições. Os Ministros são instituições e a sociedade não deve tocar. Juruna pede a assessor parlamentar para ler dicionário. O livro dos brancos fala para Juruna: "Instituições são leis fundamentais que regem uma sociedade política". Fala também que são também "o conjunto de estruturas sociais estabelecidas pela tradição, especialmente as relacionadas com a coisa pública".

É muito complicado para Juruna entender. De repente, Ministros Andreazza, Galvêas, Delfim, a taba inteira dos caciques, são leis fundamentais. Tem até lei fundamental que Presidente

Figueiredo chama de "Gorilão-Mor". Figueiredo conhece língua de branco. Juruna não. Pede a assessor de novo para ver dicionário. Livro diz: "Mamífero da ordem dos primatas". Não serve. Ministro não é primata, é instituição. Assessor procura mais. Encontra: "Militar, geralmente de direita, que toma poder por golpe, ou que é defensor dessa prática".

Mas Governo não se ofende. Só quando Juruna fala errado porta-voz Carlos Átila diz que "está havendo desgaste da dignidade da função pública". Para branco, dignidade da função pública é muito esquisita. Tem hora que Juruna pensa: dignidade foi para beleléu e ela não vai. Dignidade espera índio, para empurrar sem saber até beleléu.

Política de branco é difícil. Juruna acha: "Aqui no Brasil

precisa ter gente". Tem muita instituição e pouca gente. Tem instituição financeira: Capemi, Halles, Delfin, Coroa-Brastel. Instituição quebra, dá prejuízo de bilhões de cruzeiros. Povo fica na rua pedindo dinheiro de volta. Dinheiro não volta. Para isso, xavante tem palavra dura — roubar. Mas branco não gosta de roubar. Não gosta da palavra, prefere usar muitas palavras para não dizer nome feio, que ofende Governo. Diz: "Apurar as responsabilidades", "intervenção do Banco Central". E muito mais bonito, mas enrola língua na boca do índio.

Agora Juruna entende por que branco não bota ninguém na cadeia. No Brasil não tem gente. Tem instituição. E instituição não rouba, não erra, não muda, instituição é para sempre. Governo não pode mandar instituições para cadeia. Juruna está

muito triste, muito arrependido. Corrige discurso. Governo quer punir Juruna, mas Juruna não quer punir Governo.

Vai na taquigrafia da Câmara e muda texto. Tira "ministro é ladrão". Põe "ministros deixam roubar". E assim guerreiro que em volta do fogo do churrasco, em Brasília, andou dizendo mesma coisa tem que perdoar Juruna. Porque guerreiro também pensa que ministro deixa roubar. Não fala em microfone, mas fala em ouvido. E ouvido ouve, passa adiante. Até cochicho chegar ao governo. Mas cochicho não ofende governo nem desgasta dignidade da função pública.

Juruna desafia: se algum guerreiro não pensa como ele que atire a primeira flecha.

Marcos Sá Corrêa é jornalista, colaborador da revista Veja e do JORNAL DO BRASIL.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: JORNAL DO BRASIL

data: 03.10.83

pagina: 02

Do juízo final a Juruna

Ricardo Noblat

Brasília — Apelidado, por um político que o manuseou, de "a crônica do juízo final", um conciso documento de três páginas, redigido em estilo direto, seco, carrega o carimbo de *secreto* e repousa em invioláveis fundos de gavetas de importantes personagens da República. O primeiro exemplar do documento foi entregue ao Presidente João Figueiredo. Os três seguintes, aos Ministros militares. Escasas cópias foram vistas em mãos de burocratas do primeiro escalão da área econômica do Governo. Escrito sob a supervisão direta do Ministro Delfim Neto, o documento descreve o que acontecerá com o Brasil no dia seguinte à rejeição, pelo Congresso, do Decreto 2 045, que limitou em 80% do INPC os reajustes do salário, do aluguel e da prestação da casa própria. Está dito nele que o Brasil será obrigado a declarar a moratória unilateral. Virá, de imediato, a nacionalização dos bancos, para evitar o confisco dos seus bens no exterior, e o racionamento de combustíveis. O país sofrerá o constrangimento de assistir ao aprisionamento de aviões e navios, bem como deixará de receber cargas já embarcadas que serão tomadas em pagamento de dívidas. O quadro sombrio descrito no documento se completa com a informação de que não bastam ao Brasil os 11,5 bilhões de dólares atualmente negociados com os credores para fechar as contas de 83/84 — é necessário mais, bem mais do que isso. Algo, por baixo, em torno de 20 bilhões de dólares. Medra, entre auxiliares diretos do Presidente, a idéia de levá-lo a convocar uma cadeia de rádio e televisão para falar ao país à véspera da votação do 2 045. "A crônica do juízo final" poderá, então, servir de mote para o discurso do Presidente.

Difícilmente dará certo. Cristalizou-se no Congresso, mesmo dentro do PDS, o forte sentimento de que o Decreto 2.045 de pouco ajudará o país a sair do buraco em que se meteu. Quem sepultou um decreto mais ameno como o 2.024 não está disposto a colaborar para que passe um sucedâneo. Salvo se o Governo esconde no bolso algum trunfo capaz de virar o jogo, o melhor que poderia fazer seria negociar uma fórmula intermediária entre o que diz que precisa e o que o Congresso está disposto a conceder. Caso contrário, amargará uma derrota a mais que irá engordar sua extensa lista de insucessos. Um deles, por sinal, deverá ser colhido hoje, quando a Mesa da Câmara examinará o *affaire* Juruna.

Razão esquecida

O emocional governa o país, embaralha a antevisão do fato político e produz episódios aparentemente sem nexos. Um discurso que não mereceu, sequer, registro nos grandes jornais, irritou o Presidente da República, obrigou Ministros a pedirem o que não queriam e gerou um clima de confronto entre o Executivo e o Legislativo. O pedido de cassação do mandato do Deputado Mário Juruna não encontra amparo no Regimento Interno da Câmara e politicamente não tem cabimento. O Regimento prevê uma gradação de penas, que vai da advertência à perda de mandato. Juruna é primário — aliás, em todos os sentidos. Caberá, no caso, a pena de advertência, exceto se a Mesa da Câmara curvar-se às pressões que emanam do Palácio do Planalto e que não encontram guarida nem na Esplanada dos Ministérios nem no Setor Militar Urbano da Capital. A linguagem parlamentar deve conter-se nos limites da civilidade, do bom senso e do respeito às autoridades dos outros poderes. O Presidente e seus Ministros têm o direito de exigir providências contra o desrespeito, o achincalhe e a injustiça. *Juruna*, que estaria mais à vontade entre seus irmãos xavantes, ultrapassou a margem do tolerável e deve receber uma reprimenda. A alegação de que, como índio, é incapaz, não pode servir para assegurar-lhe, a um só tempo, o mandato e a impunidade. Mas é só. Mais que isso seria a Mesa da Câmara lavrar um atestado de que a emoção que transpira do Governo e dita alguns dos seus atos começa a se infiltrar, perigosamente, pelas frestas do Congresso.

Artigo errado

O primeiro ofício enviado pelo Ministro Leitão de Abreu à Câmara dos Deputados pedindo a punição do Deputado Mário Juruna foi devolvido por citar o artigo errado da Constituição. O Ministro refez o ofício e tornou a enviá-lo à Câmara. Foi aceito.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: JORNAL DO BRASIL

data: 03.10.83

página: 03 caderno B"

PSS. 481, p. 186/398

Zózimo

De fora

- Ao reconhecer ontem, durante a festa da Penha, a conveniência de algum tipo de punição para o cacique-deputado Mario Juruna, o Governador Leonel Brizola fez naufragar a última tábua de salvação que o parlamentar ainda esperava encontrar boiando à sua frente.
- O Governador, ao afirmar que Juruna precisava conscientizar-se de que estava vivendo num mundo de brancos, deu a entender que o deputado não deveria esperar apoio seu pelo menos nesse atual affair em que se envolveu até o pescoço.
- Nem seu nem do Estado — só do partido, e olhe lá.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: JORNAL DA TARDE—O ESTADO DE SÃO PAULO

data: 03.10.83

página: 01 e-08 %

A Câmara examina hoje o caso Juruna, mas já está praticamente decidido: ele será punido com uma suspensão de 15 dias, ou com uma séria advertência. Não se fala em cassação. Nem em retrocesso político. Pág. 8.



Decidido: Juruna será punido

Já está decidido. O deputado-cacique Mário Juruna (PDT-RJ) terá de sofrer punição pelo que disse da tribuna, na última segunda-feira: "os ministros são ladrões". Terá o mandato suspenso por 15 dias ou será advertido. Não há condições da mesa diretora da Câmara propor e o plenário aprovar a perda do mandato. Mesmo na remotíssima hipótese da mesa da Câmara tomar tal decisão, em reunião extraordinária marcada para hoje, a partir das 9 horas, o plenário a rejeitaria. Para apoiar a cassação do mandato seriam necessários pelo menos 240 votos a favor (maioria absoluta) — em votação secreta. E isso é considerado impossível pelos próprios integrantes da mesa diretora e pelos líderes partidários.

Ontem, em sua residência oficial, o presidente da Câmara, Flávio Marçílio, manteve encontros informais com membros da mesa, com vários parlamentares e com assessores. À noite, reuniu-se com líderes partidários. As conversas giraram em torno do "caso Juruna". Se não há clima favorável



Mas a punição deverá limitar-se a uma "censura" ou à suspensão do mandato por, no máximo, 15 dias. O plenário da Câmara não aprovaria a cassação definitiva.

a uma punição drástica — a perda do mandato —, há, porém, a disposição de muita gente, da situação e da oposição de restabelecer um ambiente de respeito no plenário, em eventuais críticas e denúncias às autoridades do Executivo e, também, no relacionamento entre parlamentares.

A pena de suspensão do mandato de Juruna, pelo prazo

máximo de 15 dias, está sendo examinada pelos membros da mesa. Se o PMDB com 200 deputados, aceitar esta punição, ela poderá ser aplicada, já que depende de deliberação do plenário. Diante das esperadas resistências da maioria do PMDB e das bancadas do PDT e do PT, a mesa deverá optar, hoje pela "censura" ao deputado-cacique. Seria aplicada a partir da presidência, pelo deputado Flávio Marçílio, sob alegação de "abuso de prerrogativas". Feito isso, só restará ao Congresso aguardar as reações "do outro lado da rua".

Endurecimento

Membros da mesa da Câmara não escondem sua preocupação diante dos sinais captados de que há setores influentes do governo favoráveis ao "endurecimento". Esta tendência se justificaria, principalmente, para dar condições ao governo de impor modificações na política salarial — diante da evidente resistência da maioria do Parlamento.

O "caso Juruna" seria um pretexto para ser utilizado pe-



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: JORNAL DA TARDE-O ESTADO DE SÃO PAULO

PSS. 481, p. 188/398

data: 03.10.83

página: 08

los "duros". Por isso mesmo, a Câmara não ficaria indiferente às pressões — se não puder suspender o mandato de Juruna por duas semanas, o deputado-cacique deverá ser, pelo menos, advertido publicamente. Para os líderes políticos que já se encontram em Brasília desde ontem, a decisão da Câmara deverá ser acatada pelo Executivo.

Otimista, o governador do Rio, Leonel Brizola, não acredita na hipótese de fechamento do regime. Pelo contrário, acha que o presidente Figueiredo, os ministros e o Congresso assimilarão o episódio Juruna "e procederão como espera o povo brasileiro: com amadurecimento e generosidade". Brizola acha que, "finalmente", esta construção da democracia, pela qual estamos todos trabalhando, vai ganhar um alicerce, mais um tijolo com este episódio.

O governador, que falou aos repórteres durante a Festa da Penha, ontem de manhã, afasta a possibilidade de o governo vir a tomar uma "decisão drástica" no caso: "As institui-

ções democráticas vão ganhar e o processo de abertura vai avançar". Juruna é um índio, e, por isso, diferente dos demais, na opinião de Brizola: "Certos assuntos não podem ser considerados como se fora o procedimento de qualquer um de nós que cursou universidade. Trata-se de um índio, alguém que formou sua mente dentro de um ambiente que vem de séculos, considerando a nós, brancos, muito mal, porque aqui estamos e fomos tomando as terras deles. Quando usam certas palavras, o conceito deles é outro".

Apesar de tudo, os deputados do PDS, Amaral Neto (RJ) e João de Carli (PE), detectaram tendências punitivas nos meios militares, neste final de semana. Amaral Neto, por exemplo, disse que, até quinta-feira, havia uma disposição mais amena "nesses meios com relação à punição de Juruna, disposição que o próprio Amaral Neto notou ter mudado a partir de sexta-feira, "sem que eu saiba as razões". Mesmo assim, ele não acredita em cassação de mandato de Mário Juruna, mesmo

porque "a crise do País é tão grave que o problema é pequeno para tanto suspense". Já João de Carli, frontalmente contra a cassação, acha que "o governo está procurando um confronto com o Congresso", ao jogar "tudo contra o Legislativo", não utilizando a via legal, que seria o Supremo Tribunal Federal.

Em Brasília, porém, atribui-se o pedido do governo para que a própria Câmara puna Juruna, e não o STF, à nova interpretação do Supremo no caso da aplicação da Lei de Segurança Nacional em episódios de crime contra a honra. O Planalto, segundo as fontes, examinou minuciosamente a questão, antes de requerer a punição à mesa da Câmara, e concluiu que o encaminhamento dos pedidos dos ministros ao procurador-geral da República poderia resultar na paralisação do processo do STF, ou na absolvição de Juruna, desde que, seguindo a nova evolução para uma linha liberal, o STF não considerasse o discurso do deputado como atentado aos valores expressos na LSN.

Justiça
Juruna

CONGRESSO NACIONAL DO INDIO
Associação Social ACS

Veículo: JORNAL DO BRASIL

Data: 05.10.81

Página: 03

Estratégia gera tumulto, mas dá bom resultado

A estratégia de ganhar tempo, posta em prática pela cúpula do PDS, deu certo. Durante a reunião das nove no Planalto, o presidente Figueiredo finalmente aceitou as ponderações dos políticos e concordou com a aplicação pela Mesa da Câmara de punições mais brandas ao deputado Mário Juruna — a censura e a reeração do parlamentar. A esboçada crise entre os poderes Executivo e Legislativo estava superada.

A reunião das nove — encontro matinal entre o presidente Figueiredo e os ministros que lhe assessoram diretamente — foi interrompida três vezes. O ministro Leitão de Abreu, por telefone, conversava com o líder do Governo na Câmara, deputado Nelson Marchezan, em busca de uma solução e transmitia as suas ponderações ao Presidente. Nas duas primeiras tentativas, Figueiredo manteve-se irredutível, exigindo pelo menos a suspensão do mandato de Juruna. Na terceira, concordou com a censura acompanhada da retratação.

Em permanente contato com os integrantes da Mesa e as lideranças oposicionistas, Marchezan constatou a inviabilidade de uma decisão do plenário da Câmara em votação secreta. O Governo, certamente, seria derrotado, alimentando-se a crise entre os dois poderes. Ele falou com Leitão de Abreu reiterando que era um grave erro político levar o problema ao plenário, onde o PDS é minoria, exceto se houvesse uma intenção não declarada de provocar um confronto com o Legislativo.

O ministro Leitão de Abreu prometeu rediscutir o assunto ontem pela manhã com o presidente Figueiredo. O prazo para a concretização do entendimento desejado e proposto pela cúpula era às 10 horas, quando se iniciaria a reunião da Mesa. Pouco antes das 10, Figueiredo aceitou a solução dos políticos, previamente acertada com o próprio PDT. Marchezan, aliviado, comunicou a decisão a Flávio Marcílio. A Mesa reuniu-se, tomou suas decisões, certa de que mais uma crise política, envolvendo o Congresso Nacional, foi superada. Mais tranquilos, os políticos voltaram novamente suas atenções para o Decreto-lei 2.045. A vida continua.

Otimismo toma conta de Sarney e de Andreazza

"A solução foi honrosa e boa". Foi o comentário otimista feito ontem pelo presidente do PDS, Senador José Sarney, logo após saber da decisão da Mesa da Câmara dos Deputados, a propósito do caso Mário Juruna.

O dirigente partidário, que não escondia seu temor da reedição de um conflito institucional, semelhante ao de 13 de dezembro de 1968, que resultou na edição do AI-5, disse, ainda, que "evitou-se o que se devia evitar, o conflito entre o Congresso e o governo e a desarmonia entre os poderes".

Sarney afirmou que "realmente o deputado Mário Juruna se excedeu, mas a censura da Câmara e sua retratação foram uma boa solução. Os ofendidos estão desagravados".

O ministro do Interior, Mário Andreazza, recebeu "com grande satisfação" a decisão da Mesa da Câmara que optou por censurar e repreender o parlamentar, ao invés de tomar uma medida mais severa. Para ele, o fato é "uma prova cabal de que o compromisso do presidente Figueiredo de fazer deste país uma democracia continua de pé".

O governo federal respeitou a decisão do Parlamento em toda a sua extensão, garantindo sua soberania e fazendo prevalecer a harmonia entre o legislativo e o executivo", disse o ministro.

Censura pública a Juruna

Juruna



Juruna é cumprimentado por parlamentares, após a decisão da Mesa

Cacique-deputado aceita e faz desafios

Por considerar a advertência escrita e a censura a seu discurso medidas normais dentro da Câmara, o deputado Mário Juruna (PDT-RJ) não se insurgiu contra a punição que sofreu, mas foi bastante claro ao afirmar que "para eu mudar de linguagem é melhor que arranquem a minha língua". O cacique xavante acrescentou que nos comícios que pretende fazer pelo País — já tem três marcados para Rio, São Paulo e Santos — "ninguém vai censurar Juruna".

— A gente nasceu para morrer, para falar e para xingar — disse o pedetista. — Quando Jesus Cristo nasceu, há séculos, ele foi pregado na cruz sem motivo. Tiradentes foi "matado" sem necessidade. Mas hoje Juruna quer que Governo respeite povo, garanta terra para povo. Nós somos representantes do povo e é por ele que falamos. Muita gente estava contente com minha saída, queria impor na marra. Mas hoje não é mais 64.

Mário Juruna fez questão de elogiar três pessoas pela conduta que tiveram na tenta-

tiva de cassação de seu mandato: o governador Leonel Brizzola, o presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marçilio e o presidente do Senado, Nilo Coelho, a quem chamou simplesmente de "Coelho". "Esses são madeira que ninguém vai tirar" — elogiou. Disse, também, que não alterará seu comportamento, no que não vê nada de estranho.

— Eu continuo a minha missão, se não pode falar na Câmara, fala em comício para camponês e lavrador. Não adianta mais mudar pra trás, eu não tenho três caras como branco. Não posso mais mudar linguagem. Tenho muito prazer de anunciar mais ainda o problema do povo brasileiro. Estamos vivos ainda, não aconteceu nada. E se acontecer muita gente iria morrer. Por isso tenho fé em Deus, o barco não vai afundar. Não é Juruna que quer atrapalhar o Brasil, é o 2045 — completou o cacique, que volta à tribuna da Câmara dia 28 deste mês, sem querer, no entanto, adiantar o que falará nesta data.

Para o Planalto assunto está encerrado

O porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Atila, afirmou ontem que o caso Mário Juruna "está encerrado" e que os ministros e o Governo se deram por satisfeitos com o desfecho do caso. Segundo Atila, "o presidente e os ministros consideram o caso encerrado".

Indagado se restava alguma sequelha do episódio, Atila respondeu: "Eu creio que de tudo resta a convicção de que realmente o exercício da função pública e o decoro parlamentar devem ser preservados, acreditamos inclusive que o próprio deputado Mário Juruna, com sua carta de retratação reconhece isso".

Para Atila, a decisão da Mesa da Câmara atingiu o objetivo do Governo que, segundo ele, "é fortalecimento das instituições democráticas e a preservação do respeito à Constituição".

O porta-voz ressaltou que "apesar dos rumores infundados que foram levantados nesses dias, o Governo continua pautado pelas normas constitucionais brasileiras", e negou, Atila, que Figueiredo tenha feito qualquer comentário.

O deputado José Lourenço, do PDS-BA, e integrante do grupo "Participação", após audiência com o presidente Figueiredo dis-

se que "o presidente está satisfeito com o resultado do caso Juruna".

O deputado baiano destacou que em sua conversa com o chefe do Governo ficou acertado que Figueiredo conversará com outros integrantes do grupo "Participação", como Tomás Nonó e Israel Pinheiro.

SARNEY

"A solução foi honrosa e boa". Foi o comentário otimista feito pelo presidente do PDS, senador José Sarney, logo após saber da decisão da Mesa da Câmara dos Deputados a propósito do caso Mário Juruna.

O dirigente partidário, que não escondia seu temor da reedição de um conflito institucional, semelhante ao de 13 de dezembro de 1968, que resultou na edição do AI-5, disse ainda:

"Evitou-se o que se devia evitar, o conflito entre o Congresso e o Governo, a desarmonia entre os poderes".

Sarney afirmou ainda que "realmente o deputado Mário Juruna se excedeu, mas a censura da Câmara e sua retratação foram uma boa solução. Os ofendidos estão desagravados".

Volume: JORNAL DA TARDE

Data: 04.11.83

Página: 04

Por que o "ó" do cacique fez tanto barulho assim?

O clima político que o Brasil vive neste momento dá a impressão de um fim de feira: barulhento, confuso e um tanto deprimente. É a hora do exagero, do último lance, da derradeira tentativa e, com frequência, da retórica inútil. A importância atribuída a um episódio apenas singular, por envolver a figura pitoresca do cacique-deputado Mário Juruna, constitui um bom exemplo de irrealismo e de caos a tomar conta de Brasília e do País, quando temos tantos problemas graves a enfrentar com a maior urgência.

Houve quem atribuisse ao caso as dimensões daquele episódio, não menos risível se os tempos fossem outros, envolvendo o deputado Márcio Moreira Alves, em 1968, que culminou com o fechamento do Congresso e com o fim das esperanças de abertura política logo após o governo do general Costa e Silva. O que veio, então, foi o período de maior repressão política dos últimos 20 anos, sob o general Garrastazu Médici.

O Brasil atual não está livre de um fechamento, mesmo porque as Forças Armadas, segundo palavras de advertência recentes do ministro Walter Pires, apenas se estão afastando do poder para, se for necessário, voltar a intervir "em momentos decisivos". Mas nada indica que o episódio Juruna poderia assumir, em qualquer de seus aspectos, desde o início, as mesmas proporções daquele confronto entre, de um lado, o governo e mais particularmente as Forças Armadas e, no outro extremo, o Legislativo, que hoje busca retomar sua autonomia e uma parcela substancial de seu poder.

A repercussão inicial das palavras do ministro do Exército, o general Pires, que chegou a pedir uma punição severa para o cacique-deputado, como a perda definitiva de seu mandato, foi desfeita quando o seu porta-voz, general Luiz Octávio de Rezende, chefe do Centro de Comunicações Sociais do Exército, veio a público para esclarecer, no fim de semana, que o ministro queria "providências legais, mais nada". Com a explicação, ficou evidenciado que o ministro não encarava a questão como uma afronta à honra das Forças Armadas, nem que desrespeitava os limites entre os poderes impostos pela Lei.

O temor exagerado revelado por figuras do próprio Congresso, como se já estivessemos à beira do fechamento do Legislativo e do fim da abertura política, deveu-se mais à recente rejeição do Decreto-Lei nº 2.024, de autoria do Executivo, que caracterizou, esta sim, uma nítida oposição às decisões governamentais, sem que nada de mais grave tivesse acontecido. Se o governo pôde absorver a rejeição de seu decreto-lei, matéria mais grave e séria do que simples palavras de um cacique, que, de acordo com a lembrança oportuna do humorista Jô Soares, é mais bravo até do que qualquer general, mesmo porque se sente mais importante do que qualquer general, não haveria motivo para acreditarmos em desdobramentos funestos do caso, até prova em contrário.

O Congresso tratou do assunto dentro de seu âmbito, pois esse era o procedimento mais adequado, e tudo indica que se chegou a uma solução na qual foi observado o procedimento possível inter pares: a advertência e censura, para que a eloquência, em português, não mais repita o que o chefe pensa em xavante.

É verdade que o chefe Juruna nada disse que 120 milhões de brasileiros não estejam repetindo, todos os dias, secreta ou mesmo publicamente. Os próprios porta-vozes do governo, não ousaram desmenti-lo no conteúdo de sua afirmação, quando declarou que "os ministros são corruptos e ladrões", mas limitaram-se a censurar a falta de decoro parlamentar, a falta de provas e, principalmente, a generalização feita. Ou seja, é possível admitir até que haja ladrões entre os ministros, mas não se aceita que todos o sejam. Fim de feira é assim: as acusações mais inconsequentes podem virar um caso de polícia, pois os nervos de todos estão sensíveis demais.

É verdade que o deputado Juruna não discriminou nomes de ministros, mas a questão no Brasil de hoje é saber quem tem condições de decidir, em sua consciência, quais são os verdadeiros responsáveis pelos escândalos e casos escabrosos de corrupção administrativa que chegam ao público, em parte pela própria natureza da crise atual, na qual se instaurou um clima de "salve-se quem puder".

De certo modo, o cacique Juruna fez um pouco o papel daquele outro chefe aborígene, vindo da Polinésia, que passou alguns anos na civilização branca, a civilização do Papalagui (homem branco), descrevendo-lhe os hábitos e costumes numa espécie de relato antropológico às avessas, que acabaria por se revelar uma denúncia dos nossos absurdos e da nossa loucura. É também a função da criança cuja sinceridade, naquela história do rei que mentia aos seus súditos e os fazia só enxergar o que queria, levou-a a dizer: "O rei está nu".

O cacique tinha suas responsabilidades como deputado e não poderia escapar sem nenhuma admoestação sequer. Não seria possível que apenas ameaçasse, como a sua caricatura na TV: "Índio faz ó", e que ninguém revidasse, fazendo "ó" para ele.

Os líderes do Congresso, a começar pelos presidentes das duas Casas, encontraram a solução possível, pois não haveria número sequer para impor uma suspensão do mandato do deputado Juruna. Agora cabe ao governo demonstrar que, nos desdobramentos do episódio, não haverá nenhuma razão para apreensão de todos os brasileiros, uma vez que há assuntos muito mais urgentes a exigir a ação dos ministros e do presidente da República do que tomar ao pé da letra o raciocínio do chefe xavante. Um deles é prosseguir a abertura política em paz.

Se a repercussão do caso já foi longe demais, revelando a psicose em que vivemos nesta fase que exige serenidade, seria a loucura total se o governo quisesse fazer ó para o Congresso.

JORNAL DA TARDE
04.10.83
08

Veículo: JORNAL DA TARDE
data: 04.10.83
página: 08



A Mesa da Câmara discute Juruna



Marcílio e Sarney: distensão.

— Os poderes são independentes e harmônicos. Por isto, a Câmara deve tomar a decisão soberana, mas preservar a harmonia.

Até se chegar a essa declaração do porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, a respeito do pedido de cassação do deputado Mário Juruna feito pelo governo, o Congresso viveu ontem um dia de grande tensão. O ambiente estava tão carregado que o vice-presidente Aureliano Chaves, que deveria vir a São Paulo, adiou a viagem:

— Acho que não posso me afastar de Brasília nessas 48 horas, até a decisão da Câmara dos Deputados — explicou.

A Mesa da Câmara, de adiamento em adiamento, transferiu sua decisão sobre o caso para hoje. Na primeira reunião de ontem, marcada para as 9 da manhã, o deputado Amaury Muller (PDT-RS) pediu vistas do processo, alegando não conhecer direito as representações dos ministros de Figueiredo que querem a cassação de Juruna.

Transferida a decisão para nova reunião, às 14 horas foi a vez de o deputado Francisco Studart (PTB-RJ) pedir vista. E, assim, adiar a decisão.

A iniciativa desses adiamentos partiu do presidente do PDS, José Sarney, e do líder governista Nelson Marchezan, na tentativa de obterem tempo para negociar uma solução com o Palácio do Planalto que evite o confronto entre o Legislativo e o Executivo. E foi muito

O CASO JURUNA
A decisão ficou para hoje. Com grandes chances de uma solução conciliatória.

bem recebida pelo presidente da Câmara, deputado Flávio Marcílio (PDS-CE):

— O pedido de vista pode ser útil à distensão. A corda estava muito esticada e não poderia esticá-la ainda mais. Com mais algum tempo para gestões poderemos encontrar a melhor solução.

Emoções

Durante todo o dia, o líder Nelson Marchezan circulava de um lugar para outro afirmando que o governo não se contentaria com uma simples advertência da Mesa ao deputado Juruna. Mas encontrava as mais variadas reações, a começar pelo senador Nilo Coelho (PDS-PE), presidente do Congres-

so, que em mais um gesto inesperado justificou inteiramente o discurso do deputado-cacique contra o governo:

— Os Cr\$ 500 milhões investidos pelo governo na Coroa-Brastel seriam suficientes para a perenização de quatro rios em Pernambuco e para a solução do problema de sobrevivência de 500 mil habitantes do Oeste do Estado.

Ele justificou Juruna alegando que o deputado estava sob "violenta emoção" ao pronunciar seu discurso, pois havia acabado de saber que as terras dos índios pataxós na Bahia estavam sendo invadidas. E, referindo-se às críticas que ele mesmo fez ao governo pela falta de respostas às denúncias de corrupção, perguntou aos jornalistas: "Vocês acham que eu exorbitei?"

— Desde que cheguei aqui — continuou — fui tratado como uma espécie de Juruna, porque não me conformei quando ouvi do então ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, que somente no atendimento a três ou quatro financeiras do Rio o governo despendera Cr\$ 17 bilhões, enquanto reservara apenas Cr\$ 14 bilhões para o Finor. Então era assim que se tratava nove Estados da Federação, onde o governo tinha sustentação?

Nilo Coelho lembrou que Juruna estava "nervoso" pela expulsão dos índios, tanto que muitas de suas palavras nem puderam ser entendidas. "O que ele disse, mui-

DIÁRIO NACIONAL DO INDÍO DIÁRIO NACIONAL DO INDÍO Social A.C.S.

Artigo: JORNAL DA TARDE

Data: 04.10.83

Página: 06



Os índios com Leite: bordunas.

tos de nós têm dito com maior veemência ainda."

O vice-presidente Aureliano Chaves também não considerou justa a reação "desproporcional" dos ministros ao discurso de Juruna — embora faça a ressalva de que não concorda com os termos usados pelo deputado.

O deputado João Cunha (PMDB-SP), ao justificar Juruna, deu prova da veemência a que se referiu Nilo Coelho: "A Nação discute hoje se Juruna deve ser punido ou não. Mas a Nação também está indagando qual a punição que deve ser aplicada ao ministro do Exército, Walter Pires, que negou à CPI da Dívida Externa a entrega devida e exigível do relatório Saraiva. É inadmissível que o Estado-Maior do Exército guarde no cofre documentos da corrupção".

Cunha leu ainda, da tribuna, uma declaração do general Antônio Carlos de Andrada Serpa, que considera o caso Juruna simples pretexto para pressionar o Congresso ou provocar uma crise:

— Velho soldado, embora na reserva, previno a meus antigos camaradas e aos jovens militares que não se deixem envolver em novas aventuras liberticidas. Dita-dura nesse quadro de recessão e fome levará o País à guerra civil. Mantenham-se no cumprimento de seus deveres constitucionais e se unam, acima das ideologias, na defesa da soberania nacional.

Sintomaticamente, e como de costume, o senador Dinarte Mariz (PDS-RN) fez previsões sombrias: "Golpe militar, não. Mas o estado de emergência poderá ser implantado a curto prazo no País, como condição necessária à manutenção da ordem pública e garantia da tranquilidade social".

No Palácio

O ambiente começou a se desanuviar depois que uma comissão de caciques indígenas, que esteve no Palácio do Planalto conversando com o ministro Leite de Abreu — e deixando bodurnas de presente para ele e para o presidente Figueiredo —, saiu com a notícia de que "o governo acatará a decisão soberana da Mesa da Câmara", conforme lhes disse o chefe do Gabinete Civil.

O índio Taokani relatou ter o ministro comentado que Juruna não será cassado, mas apenas advertido segundo o Regimento Interno.

Boca se usa para falar

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, em sua reunião extraordinária de hoje, resolveu aplicar ao Senhor Deputado Mário Juruna, nos termos dos artigos 260 e 262, III, do Regimento Interno, a pena de censura escrita, em razão da linguagem usada em seu discurso proferido na Sessão Ordinária de 26 de setembro do corrente ano, considerada imprópria, descortês e ofensiva às autoridades constituídas da República.

Sala da Reunião da Mesa, em 4 de outubro de 1983

FLÁVIO MARCÍLIO
Presidente

PAULINO CÍCERO DE VASCONCELOS
1º Vice-Presidente

WALDIR GUTMANN
2º Vice-Presidente

FERNANDO LARA
1º Secretário

ABY KUTUBI
2º Secretário

FRANCISCO STUART
3º Secretário

AMARILY DILLER
4º Secretário

Assinado em nome do Presidente da Mesa, em 4 de outubro de 1983.

O deputado Mário Juruna (PDT-RJ) aceita a decisão da Mesa da Câmara dos Deputados em censurá-lo e adverti-lo, mas não pretende calar a boca. "Boca se usa para comer, beber e também para falar. E a única maneira de calar a boca de Juruna é arrancar a língua".

Juruna disse que "quando deputado fala, fala pelo povo brasileiro" e que está na Câmara para cumprir uma missão. E entre essas atribuições, segundo ele, está a defesa do povo. O deputado acredita, inclusive, que seu discurso provocou "grande revolta" porque "é verdade o que disse e verdade machuca".

Pedir desculpas ou fazer qualquer espécie de retratação pelo que disse não é cogitado pelo deputado. "Pedir desculpa de quê? Não roubei, não matei". Ele explicou que a carta encaminhada ao presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marcílio, mostra apenas a diferença no uso da linguagem, entre o índio e o branco. "Na cidade usa corrupto, no sertão usa ladrão ou gato".

Ele considera que uma medida mais forte por parte da Mesa da Câmara traria problemas e mais confusão.

Salientou que quando não puder mais falar na Câmara o que pensa "e que coração sente", irá para a praça pública e fará comícios denunciando o que considera errado. Nesse aspecto não tem faltado convites vindos de diversas partes do país para falar a camponeses e trabalhadores. Falar da tribuna da Câmara ele não sabe ainda

quando volta, mas quando a ocasião surgir ele fala o que tiver de falar porque o sofrimento do povo brasileiro precisa ser denunciado. "A gente nasce para morrer, para falar e para xingar", afirmou.

O deputado Mário Juruna ressaltou que o fato de ser índio tem contribuído para que as pessoas queiram reprimi-lo, mas que isso não incomoda. "Essa repressão sobre o índio já vem de muito tempo e ainda hoje continua. Mas não vai ser isso que vai impedir Juruna de dizer as verdades" e que seu jeito de falar será o mesmo.

Por último, o deputado-cacique citou os exemplos de Cristo e Tiradentes, "perseguidos injustamente", e afirmou "quem prejudica o povo brasileiro não Juruna e sim o 2.045, que é pior do que Juruna". A íntegra da carta de Juruna a Flávio Marcílio é a seguinte:

"Comunico a Vossa Excelência que o discurso por mim proferido na sessão de 26 de setembro último, que está sendo objeto de exame por parte da Mesa da Câmara dos Deputados, trata da situação do indígena brasileiro, quando assiste suas terras sendo objeto de invasão e de ocupação indevida.

As palavras por mim usadas num discurso de improviso, de forma alguma visaram atingir a honrabilidade de quaisquer ministros de Estado e, muito menos, do excelentíssimo senhor Presidente da República.

A expressão apontada como insultuosa caracterizava apenas a tomada da terra do índio pelo branco".

INSTITUTO NACIONAL DO INDÍO
 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL A C S

Artículo: JORNAL DO BRASIL
 Data: 05.10.83
 Página: 03

Juruna não quer rancor de Figueiredo

Ainda emocionado com a decisão da Mesa da Câmara em aplicar-lhe tão-somente a pena de censura escrita pela linguagem do discurso do último dia 26, "considerada imprópria, descortês e ofensiva", o deputado Mário Juruna anunciou que pedirá audiência ao presidente Figueiredo para tratar de problemas do interesse das comunidades indígenas e de seus eleitores. Juruna argumenta que Figueiredo é o pai de todos nós e portanto não pode guardar rancor de nenhum brasileiro.

Juruna enviou ontem carta ao presidente da Câmara, Flávio Marcílio, afirmando que não teve a intenção de ofender a ninguém. Dos sete membros efetivos da Mesa da Câmara somente o 3º secretário, deputado Francisco Studart (PTB-RJ), votou contra, sob a alegação de que Juruna não deveria sofrer qualquer tipo de punição. "O Studart fez média com a opinião pública" — comentou o 4º secretário Amaury Muller (PDT-RJ). "O deputado Studart votou para a imprensa, só para aparecer" — disse o 1º secretário, Fernando Lyra (PMDB-PE).

Mesa livre

"A Mesa da Câmara é livre e responsável. O nosso papel é fortalecer a instituição e o sistema democrático". Com essas palavras, o presidente da Câmara, deputado Flávio Marcílio (PDS-CE), encerrou o longo comunicado que fez para um batalhão de repórteres, ontem pela manhã, ao anunciar o resultado da reunião extraordinária dos sete membros da Mesa. Embora "livre e responsável", a Mesa da Câmara decidiu pela solução para a qual estava inclinada desde o último fim de semana, após quase 48 horas de negociação com o Palácio do Planalto. Ontem mesmo, antes da decisão final, houve mais uma rodada de negociação entre o líder do governo, deputado Nelson Marchezan (PDS-RS) e o ministro da Casa Civil, Leito de Abreu. Até as 11 horas, o Palácio do Plo alto relutou em aceitar somente "uma censura escrita". Os ministros da área militar, segundo parlamentares envolvidos na negociação, queriam no mínimo uma suspensão de 15 dias, no final, aceitaram a censura, desde que o deputado Mário Juruna se "retratasse" através de uma carta de teor público.

Acalmar os ânimos

A carta atendia aos objetivos de Marcílio e, pelas informações recolhidas do Planalto, poderia "acalmar" as autoridades que se sentiram ofendidas. O difícil foi fazer com que Juruna concordasse com os termos da declaração, entendesse a intenção da presidência da Câmara e, finalmente, desse sua assinatura.

Na véspera Juruna enviou longa carta a Flávio Marcílio, que foi considerada "insatisfatória" e de clareza duvidosa. No lugar de manifestar que não teve a intenção de atingir a honra dos ministros e do general Figueiredo, o deputado do PDT preocupou-se mais, seguindo orientação de seus assessores, em defender os índios Pajaxós e os camponeses explorados pelos brancos.

Marcílio pediu ao líder do PDT, deputado Bocaíuva Cunha, e ao secretário-geral da presidência, Paulo Afonso Martins de Oliveira, que tentassem mostrar a Juruna que deveria enviar outra carta.

O encontro foi realizado na manhã de ontem no apartamento de Juruna e o deputado não escondia seu desagrado diante da presença do líder do seu partido. Mas, depois de três ou quatro leituras do texto de apenas nove linhas, Juruna acabou concordando, "em homenagem a Flávio Marcílio", e assinou o documento, logo depois apresentado pelo presidente da Câmara na reunião da Mesa.

A obtenção de nova carta assinada por Juruna atrasou por mais de uma hora o início da reunião da Mesa. Enquanto a providência estava sendo tomada fora da Câmara, no gabinete de Marcílio, na sala da presidência, os membros da Mesa realizaram uma reunião informal, trocando idéias e impressões sobre o episódio.

Do lado de fora muitos deputados e jornalistas faziam a mesma coisa. Ao contrário da véspera, o clima não era de apreensão, mas de expectativa de que tudo acabaria bem, sem traumas, nem retrocessos.

Advertência formal

As 11 horas terminou a reunião informal, iniciando-se a reunião formal. Alguns membros da Mesa, como Fernando Lyra (1º secretário) e Amaury Muller (4º secretário), disseram que a nova reunião seria apenas homologatória. "A decisão está tomada: advertência formal a Juruna" — confirmou o 1º vice presidente Paulino Cicero.

Mas a reunião formal demorou mais do previsto. O motivo soube-se em seguida: surpreendendo a todos, o 3º secretário Francisco Studart (PTB-RJ) apresentou voto discordando da "censura" e optando por nenhuma sanção a Juruna. Alegou que os pedidos dos ministros eram impertinentes e não deveriam ser acolhidos. Foi voto vencido.

Studart — que na véspera atendera ao presidente e ao líder do PDS pedindo vistas do processo para forçar o adiamento da decisão colocou-se ontem contra o governo e contra seus companheiros de Mesa compreendendo a posição de Amaury Muller, companheiro de Partido de Juruna, o presidente Flávio Marcílio fez questão, na reunião, de exaltar o voto do deputado gaúcho.

Dentro de alguns dias, "depois que baixar a poeira", Flávio Marcílio vai se reunir com os líderes do PDT, do PMDB, do PTB e do PT, para discutir a linguagem parlamentar e a atuação da Mesa. Os abusos de linguagem serão coibidos na hora e quaisquer desvios censurados à publicação". Prevenir é melhor do que remediar" — disse ele.

Átila não vê "sequelas"

"O episódio Juruna está encerrado e não deixa sequelas" — foi o que afirmou ontem o secretário de Imprensa da Presidência, ministro Carlos Átila, embora ressaltando que "a decisão fica aquém daquilo que o governo solicitou, mas o Poder Executivo respeita a decisão".

Segundo Carlos Átila, a Câmara é parte do Poder Legislativo, que é um Poder independente e autônomo, tomou a decisão sobre sua responsabilidade e, quando o Poder Executivo promover o pedido de enquadramento do deputado no inciso II do art. 35 da Constituição "estava agindo dentro da Constituição e continua assim".

Punição e retratação

O presidente da Câmara leu a seguinte decisão da mesa:

"A Mesa da Câmara dos Deputados em sua reunião extraordinária de hoje resolveu aplicar ao senhor deputado Mário Juruna, nos termos dos artigos 260 e 262, item III do Regimento Interno da casa, a pena de censura escrita em razão da linguagem usada em seu discurso proferido na sessão ordinária de 26 de setembro do corrente ano, considerada imprópria, descortês e ofensiva às autoridades constituídas da República. Sala da reunião da Mesa, 4 de outubro de 1983. Assinado: Flávio Marcílio, presidente; Paulino Cicero de Vasconcelos, 1º vice-presidente; Walber Guimarães, 2º vice; Fernando Lyra, 1º secretário; Ary Kiffouri, 2º secretário; Francisco Studart, 3º secretário - vencido, com uma declaração de voto

em separado; Amaury Muller, 4º secretário - com declaração de voto".

Depois, divulgou o conteúdo da carta de retratação de Juruna:

"Comunico a V. Excelência que o discurso por mim proferido na sessão de 26 de setembro último, que está sendo objeto de exame por parte da Mesa diretora da Câmara dos Deputados, trata de situação do indígena brasileiro quando assiste suas terras sendo objeto de invasão e ocupação indevida. As palavras por mim usadas num discurso de improviso de forma alguma visaram atingir a honorabilidade de quaisquer ministros de Estado e muito menos do Excelentíssimo Senhor presidente da República. A expressão apresentada como insultuosa visava apenas a tomada da terra do índio pelo branco. Cordialmente, Mário Juruna".

Titulo: JORNAL DE BRASÍLIA

Data: 05.10.83

Página: 03

Sinceramente, se fez justiça - exclamou ontem o presidente Flávio Marcílio, ao anunciar a decisão da mesa da Câmara, punindo com censura pública o deputado Mário Juruna, que em discurso no dia 26 de setembro disse que todo ministro é corrupto, ladrão, sem vergonha e mau caráter. À tarde, durante Ordem do Dia, e quase que solenemente, Marcílio informou ao plenário a decisão, tendo a seu lado todos os membros da mesa e cerca de 80 deputados presentes. Juruna foi punido também com a não publicação de seu discurso nos anais da Câmara.

Apesar de não ter sido expressa com todas as letras, a Câmara desconhecendo as representações dos ministros de Estado contra o deputado Mário Juruna porque entendeu que eles não têm legitimidade para uma ação dessa natureza, já que o artigo 35 da Constituição diz que é direito privativo da mesa, dos partidos e dos deputados representar contra um integrante da casa. E preferiu agir como autodisciplinadora, cobrando o excesso verbal de um de seus membros.

A decisão da mesa não foi unânime, porque o 3º secretário, Francisco Studart, votou pela absolvição e acabou vencido pelos outros seis, que concordaram pela censura pública. A reunião durou pouco mais de uma hora e meia. Eram 11h40min da manhã quando a porta do gabinete de Flávio Marcílio foi aberta e ele leu para a imprensa o ato da mesa, punindo Juruna. Em seguida, procedeu da mesma forma com a carta recebida pelo índio-deputado relatando não ter ele tido a intenção de atingir a honorabilidade de quaisquer ministros de Estado e muito menos do Presidente da República. Diz Juruna que "a expressão apontada como insultuosa visava apenas a tomada da terra do índio pelo branco".

No momento em que comunicou os fatos ao plenário, o deputado Flávio Mar-

cílio aproveitou para, antes, fazer uma preleção sobre o acontecimento desde o início.

Depois, o presidente frisou a reprovação aos termos usados por Juruna, reconhecendo a necessidade de preservar a harmonia entre os poderes. Mas adiantou que a mesa da Câmara levou em conta a incapacidade relativa do índio, seu não acultramento e, por consequência, sua inexistente compreensão dos termos aplicados na tribuna.

O deputado Flávio Marcílio se irritou quando indagado se a decisão da Câmara fora comunicada ao Governo. A decisão, disse, foi proferida livremente pela mesa e tomada agora. Também não gostou da pergunta se foi avaliado o risco de um possível impasse do Legislativo com o Executivo, já que este desejava a cassação.

O presidente da Câmara foi categórico: "Fizemos o que nos competia fazer. Temos a compreensão exata das nossas obrigações e o nosso papel é fortalecer as instituições, para que alcancemos acima de tudo a estabilidade democrática do País, acima de todo e qualquer interesse de ordem pessoal. Num momento como este, valem os interesses nacionais".

- Creio que o presidente Figueiredo desempenhou papel conciliador no episódio, e também a mesa da Câmara, de modo especial o presidente Flávio Marcílio - disse o líder do PDS, Nelson Marchezan, ao revelar seus contatos telefônicos nas vinte e quatro horas que antecederam a decisão do caso Juruna. Para ele, ela visou preservar a autonomia do Legislativo sem estremecer as relações com o Poder Executivo. "Este é um caminho a ser seguido sempre que haja problemas maiores, acima de interesses pessoais". Depois destacou a participação do ministro Leitão de Abreu, que na sua versão se empenhou para uma solução satisfatória.

Deputados aplaudem decisão

A Câmara não deve estar a oferecer pretextos para virar a mesa, e por esse motivo, uma expressiva maioria de deputados considerou ótimo o desfecho do caso Mário Juruna, inclusive porque serviu de exemplo ao que vem usando linguagem antiparlamentar e fazendo acusações impróprias ao decoro. Além disso, apontaram a preservação das relações do Legislativo com o Executivo como o ponto principal do encaminhamento do proble-

ma envolvendo o índio-deputado.

Até mesmo integrantes da bancada do PDT, portanto colegas de partido do Juruna, defenderam a solução, dizendo que algo precisava ser feito para acabar com a linguagem insólita que vem sendo utilizada com frequência na Câmara. Para eles, a crítica dura deve ser dura, mas há de preservar a instituição e esta precisa ser uma preocupação de todos.

Carta alterou as opiniões

"O PDS mineiro funcionou bem". Com esta expressão, o paranaense Walber Guimarães (PMDB), segundo vice-presidente da Câmara, definiu a decisão da mesa daquela Casa, que precisou agir com muita paciência para conseguir adotar uma posição independente no caso Juruna. Paciência para dobrar a intransigência do Governo em só aceitar a cassação do deputado e independência que refletisse o espírito da própria Câmara, onde grande parte dos parlamentares sequer admitia a advertência.

O único a não entender o espírito das articulações feitas foi o terceiro secretário Francisco Studart (PTB-RJ) que não preservou a unidade da decisão da mesa e deu voto contrário. A impressão dos demais membros, é de que Studart no seu íntimo defendia a mesma posição do Palácio do Planalto, a cassação. Vendo que toda a mesa decidia pela simples advertência, Studart resolveu fazer "bravata" e votou pela ausência de qualquer punição.

Isto irritou inteiramente seus colegas - a exemplo do que ocorrera no dia anterior quando pediu vista do processo - principalmente o gaúcho Amaury Muller, único membro do PDT, na

mesa. Amaury realmente defendia que não se punisse Juruna de qualquer maneira, no sentido de preservar a unidade da decisão da mesa no entanto, votou pela advertência e foi surpreendido pela posição de Studart.

O próprio Walber Guimarães fez um apelo a Studart para que acompanhasse a decisão da mesa, ao invés de dar seu voto em separado. Este no entanto, não aceitou. Também o deputado Ary Kiffouri (PDS-PR) recuou em seu voto para atender à necessidade de uma posição unitária da mesa diretora: ele queria que Juruna fosse suspenso por 15 dias, mas aceitou a advertência.

Para o vice-presidente Paulino Cicero (PDS-MG) "numa Casa nova como é esta, o episódio deixa a pedagogia dos termos adequados e um saldo muito grande de que a Câmara sabe agir politicamente e com competência". Ary Kiffouri, categórico, disse que "a crise está encerrada", enquanto Fernando Lyra espera que os radicais estejam contidos com a decisão. Já Walber Guimarães anunciou que renunciaria a seu mandato se a mesa decidisse levar o assunto a plenário, para suspender ou cassar Juruna.

INSTITUTO NACIONAL DO INDIO
Associação Social A.C.S.

Veículo: JORNAL DE BRASÍLIA

Data: 05.10.83

Página: 03



"A Mesa da Câmara é livre e responsável", declarou Flávio Marcílio ao anunciar a decisão final

Studart nega punição por ver ilegitimidade

"Não aplico nenhuma medida disciplinar contra o deputado Mário Juruna, principalmente porque sinto no fundo e no profundo do coração que a Nação brasileira não nos oferece respaldo e apoio para tanto, ao contrário, ele espera da Câmara dos Deputados coragem, compreensão e generosidade", foi o que disse ontem o deputado Francisco Studart (PTB-SP), em voto contrário a qualquer medida de punição contra Juruna.

Além de não reconhecer ilegitimidade por parte dos ministros que alegaram quebra do decoro parlamentar para punição a Juruna, Studart classificou as iniciativas processuais de inconsistentes, e pediu que fossem relevados os conceitos e expressões usadas pelo parlamentar no discurso de 26 de setembro.

Francisco Studart, 3º secretário da Câmara, salientou estar convencido de que o deputado Juruna não pode ser acusado de dolo, ânimo caluniar, injúria e

difamação às autoridades do País. "Seu discurso — disse Studart — é mais um grito da sua raça em extinção."

O discurso de Juruna, além de uma peça de significado sociológico, etnológico, político e humano, é "aquela santa indignação que a gente encontra no cativo do povo hebreu, que só Deus pôde resgatar. É a reação de quem, sendo minoria, em extinção, chega a um grande fórum de poder e percussão para gritar o grito do desespero, da inconformação, da dor e da morte próxima, não para salvar a si, mas para preservar o que restou de uma civilização nativa".

As inconveniências do discurso de Juruna, para Studart, decorrem de um problema cultural, de questionamento antropológico e, portanto, de indagação científica. Juruna, na concepção do deputado paulista, "é um homem extremamente sério, que inspira respeito, que sente e sabe muito bem as coisas, mas sabe e sente diferente, porque é uma pessoa diferente, no seu organismo psicológico."

Suma

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
Associação de Comunicação Social A.C.S.

veículo: FOLHA DE SÃO PAULO

data: 05.10.83

página: 02

OS BRASILEIROS

O INDÍO

Relativamente
incapaz *



* Segundo o Código Civil

O BRANCO

Absolutamente
incapaz *



* Segundo a opinião pública

Ministério do Interior
Fundação Nacional do Índio
Ass. Comunicação Social

NOTICIÁRIO
DO DIA

01 e 05 / 10 / 83

nº 158

acs

UNION NACIONAL DO INDIO
 Comunicação Social A.C.S.

Artículo: O CLOVO

Data: 05.10.83

Página: 04

DEPUTADO MANDA CARTA PARA EXPLICAR QUE NÃO QUIS OFENDER

Mesa da Câmara pune Juruna com censura escrita

BRASILIA — O Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) foi punido ontem pela Mesa da Câmara com a pena de censura escrita. Ao mesmo tempo, ele enviou à Mesa carta explicando que seu pronunciamento do dia 26 de setembro não visava a ofender nenhum Ministro do Governo.

A fórmula de solução para o caso Juruna, delineada segunda-feira através de negociações sucessivas, foi finalmente acertada na manhã de ontem, quando o Presidente Figueiredo a aceitou, em reunião com o Ministro Leitão de Abreu, que em seguida se comunicou com o Presidente do PDS, Senador José Sarney, e com o Líder do partido na Câmara, Deputado Nelson Marchezan.

O trecho do ato da Mesa com a punição de Juruna tem apenas oito linhas.

Invoca o Regimento Interno da Casa para aplicar a Juruna a censura escrita — que é lida em plenário e transcrita no Diário do Congresso — pelo uso de linguagem "imprópria, descortês e ofensiva às autoridades constituídas da República". A resolução da Mesa foi tomada em reunião realizada às 11 horas e comunicada ao plenário durante a ordem do dia da sessão da tarde.

TRES VERSÕES

Depois de obtida a concordância do Governo, foram necessárias ainda três versões da carta para que Juruna aceitasse assiná-la. A primeira versão, redigida pelo Líder do PDT, Bocayuva Cunha, desagradou a Juruna por falar em retratação. A segunda foi rejeitada pelo Presidente da Câmara, Flávio Márcilio — ele achou que determinadas expressões não seriam aceitas pelo Governo. Ao apresentar a versão final aos demais membros da Mesa, Márcilio teria feito o seguinte comentário: "O Deputado Juruna é um homem de grande dignidade. Não se retratou nem se retratará".

Flávio Márcilio teria ainda confirmado aos demais membros da Mesa

que o adiamento da decisão de segunda para terça-feira foi o que possibilitou o êxito das negociações com o Governo, dando a entender que a mesma decisão, se tomada na véspera, não seria acatada pelo Governo. A carta de Juruna à mesa dando explicações que permitiram a aceitação da punição pelo Governo foi a parte da solução negociada no final da tarde de anteontem.

UNANIMIDADE QUEBRADA

A reunião formal da Mesa só começou às 11h, quando chegou às mãos de Márcilio a versão final da carta de Juruna. Ele propôs então a punição com a censura, e leu a carta do Deputado. Um a um, os Deputados foram dando seus votos, dizendo que acompanhavam o Presidente da Câmara: o Vice-Presidente, Paulino Cícero (PDS-MG), o Segundo-Vice, Walber Guimarães (PMDB-PR), o Primeiro-Secretário, Fernando Lyra, (PMDB-PE), e o Segundo-Secretário, Ary Kfury (PDS-PR) — este, ressaltando que seguia o Presidente para manter a unidade da Mesa, pois sua posição inicial era pela suspensão de Juruna.

Votou em seguida o Terceiro-Secretário, Francisco Studart (PTB-RJ), que quebrou a unanimidade da Mesa, de forma surpreendente até mesmo para seus próprios pares, que até o momento de nada sabiam. Ele votou contra a punição e trouxe seu voto já escrito. O último voto foi o do Quarto-Secretário Amaury Müller (PDT-RS), que em declaração de voto explicou ser pessoalmente contra qualquer tipo de punição a Juruna, mas que votaria com o Presidente por saber que a essa altura seu voto nada alteraria.

Depois da reunião, Müller demonstrou sua contrariedade com o fato de o Líder de seu partido, Bocayuva Cunha, ter anunciado no programa da Rede Globo de Televisão "Bom dia, Brasil", às sete da manhã, a solução do caso, que ainda não havia sido comunicada sequer aos membros da Mesa.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Secretaria da Comunicação Social / A C C

Foto de Luiz Antonio

Veículo: O GLOBO

Data: 05.10.83

Página: 01



Flávio Marcílio, na Presidência da Mesa, recebe o cumprimento de Juruna

Mesa pune Juruna com censura e Governo aceita

A Mesa da Câmara decidiu ontem aplicar ao Deputado Mário Juruna a punição de censura escrita, depois que negociações mediadas pelo Líder do PDS, Nelson Marchezan, evidenciaram a disposição do Governo de aceitar tal decisão. O Presidente Flávio Marcílio lembrou, ao ler a decisão da Mesa, que o discurso de Juruna do dia 26 de setembro já merecera a sanção de não ser publicado, e destacou a condição de indígena do Deputado para minimizar o episódio. O ex-Cacique

mandou uma carta a Marcílio explicando que não quis ofender nem os Ministros, nem o Presidente da República, mas insistiu que não cometera nenhum crime. Ele disse que pedirá audiência ao Presidente Figueiredo. O Ministro da Aeronáutica, Délio de Mattos, destacou a independência dos Poderes da República, enquanto o Porta-Voz do Planalto, Carlos Atila, disse que o Governo esperava a cassação, mas considera o caso encerrado.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
 Serviço de Comunicação Social - A C S

veículo: O GLOBO

data: 05.10.83

página: 04

Juruna pedirá audiência ao Presidente

BRASÍLIA — Depois da decisão da Mesa, o Deputado Mário Juruna afirmou, em entrevista, que vai solicitar uma audiência ao Presidente Figueiredo para esclarecer melhor o episódio em que foi envolvido. Juruna disse ter certeza de que o Presidente não se recusará a recebê-lo.

— Se você tem filho — explicou Juruna —, é porque não deve ter raiva de filho. Figueiredo não pode ter raiva e vingança de Juruna. Figueiredo é juiz do povo, juiz do Brasil, e Juruna não é estrangeiro, Juruna é filho do Brasil. Acho que o próprio Figueiredo vai me chamar. Eu não estou com raiva dele.

O Deputado repetiu na entrevista que não teve objetivo de ofender nenhuma

autoridade do Governo e muito menos o Presidente da República. Recorreu aos argumentos de seus defensores sobre sua peculiaridade de índio para explicar:

— Na cidade tem palavras diferentes do que na fazenda, no sertão. Na fazenda, criança também chama outro de ladrão. Corrupto é linguagem de branco. São duas coisas diferentes: corrupto na cidade e ladrão da fazenda. Corrupto não existe para nós. A gente aprende essas linguagens na cidade.

RETRATAÇÃO

Juruna disse que a carta que enviou ao Presidente da Mesa, por recomendação do Líder de seu partido, Bocayuva Cunha, não teve

nenhum sentido de "retratação" — palavra usada por um repórter e repetida por ele com voz pausada, o que deu a impressão de que desconhecia o verdadeiro significado do termo.

— O senhor pede desculpas na carta? — perguntou um repórter.

— O que é isso? Eu roubei? Juruna matou? Não matei ninguém. Juruna não tem que pedir desculpas para linguagem de branco. Juruna não está provocando ninguém. Branco é que deve pedir desculpas, vai fechar minha boca com esparadrapo? Pra que a gente tem boca? E pra comer, pra beber e pra falar. Fiz meu dever, minha obrigação de Deputado. Autoridade está trazendo sofrimento pro povo. Juruna gostaria de

juntar todo o povo brasileiro e lutar contra miséria. Não é a primeira vez que autoridade é criticada, mas Juruna não sabia que chamar autoridade de corrupto era coisa só de branco. Juruna não provocou Ministro do Brasil. Eu não quero mais usar essa palavra — corrupto. Lá no mato, no sertão, a gente fala ladrão. Vou falar só ladrão.

O Presidente nacional do PDT, ex-Deputado Doutel de Andrade, chegou ontem a Brasília depois da decisão da Mesa da Câmara e foi imediatamente ao gabinete do Deputado Mário Juruna fazer uma visita de solidariedade. Segundo o dirigente, "o PDT jamais abandonou Juruna", tendo o próprio Governador Brizola falado duas vezes com o Deputado ao longo da crise.

4

FRONTEIRA NACIONAL DO INDIO
Associação de Comunicação Social A.C.S.

Titulo: ...

a: 05.10.83

pagina: 04

A decisão da Mesa da Câmara

"1) O Discurso proferido pelo Deputado Mario Juruna, na sessão ordinária da Câmara dos Deputados do dia 26 de setembro do corrente ano foi, de logo, considerado por esta Presidência fora dos limites dos termos parlamentares, inadmissível, e, por isso mesmo, foi-lhe aplicada a sanção de não publicação, prevista no parágrafo 10 do artigo 110, do Regimento Interno, e parágrafo único, letra B, do art. 30, da Constituição Federal.

"Regimento Interno da Câmara dos Deputados (...) Art. 110 (...) Parágrafo 10. As decisões do presidente da câmara sobre questões de ordem serão, juntamente com estas, registradas e indexadas em livro especial e, ao final de cada sessão legislativa, publicadas em suplemento do Diário do Congresso Nacional. No mesmo livro serão registrados os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, a que se refere o parágrafo 6º deste artigo, com as decisões de plenário respectivas, quando for o caso."

"Constituição da República Federativa do Brasil (...) Art. 30.

Parágrafo Único (...) B) Não será autorizada a publicação de pronunciamentos que envolvam ofensas às instituições nacionais, propaganda de guerra, de subversão da ordem política ou social, de preconceito de raça, de religião ou de classe, configurarem crimes contra a honra ou contiverem incitamento à prática de crimes de qualquer natureza".

"2) Esta decisão do Presidente, tomada de imediato, caracterizou, bem expressamente, a nossa reprovção ao pronunciamento do Deputado Mario Juruna.

"3) Posteriormente, recebeu esta Presidência ofícios dos senhores Ministros de Estado, vazados em termos diferentes, mas em conjunto, pedindo aplicação de medidas legais ao Deputado Mario Juruna, face ao discurso proferido.

"4) Tendo em vista a atitude dos senhores Ministros e a consideração que todos nos merecem, bem como a fixação mais objetiva do reconhecimento necessário de harmonia entre os poderes, sob a garantia das Forças Armadas, guardiãs das nossas instituições e cujos Ministros também assinaram as representações, esta Presidência, que já aplicara uma sanção, na forma descrita, convocou extraordinariamente a Mesa Diretora da Casa, para apreciação dos fatos, cujo exame é de sua competência.

"5) Reunida a Mesa, na manhã de hoje, 4 de outubro de 1983, decidiu aplicar ao Deputado Mario Juruna a pena de censura es-

crita, prevista no Regimento Interno, art. 261, II (ato da Mesa).

"Regimento Interno da Câmara dos Deputados (...) Art. 261. A censura constituir-se-á de: (...) II — Escrita.

Art. 262. A censura será aplicada aos que: (...) III — Usarem, nos discursos ou pareceres, de expressões ofensivas a membros do Poder Legislativo ou às autoridades constituídas dos demais poderes da República."

"6) A Mesa levou em consideração a qualidade de indígena do Deputado Mario Juruna, a sua incapacidade relativa, o seu não acultramento ao meio em que vive e, consequentemente, a sua não exata compreensão de responsabilidade, infringindo, porém, como Deputado, normas regimentais das quais não pode ficar livre, embora em apreciação primária.

"Por outro lado, foi nosso propósito manifestar inteira discordância com os termos do discurso em exame, de linguagem inadmissível, e ofensiva à dignidade das autoridades constituídas, extrapolando mesmo a pessoa do Presidente da República, que, além de merecer o apreço de todos nós, se impõe ao reconhecimento nacional, não apenas pelo cargo que exerce mas, sobretudo, pela condução firme do processo democrático, que faz com despreendimento, e cuja plenitude todos nós desejamos alcançar.

"A decisão tomada reflete, além do mais, a nossa firmeza em não alimentar crises. Desejamos, exatamente, seja alcançada a estabilidade democrática, num clima de liberdade com responsabilidade e respeito mútuo.

"Os momentos difíceis que estão sendo vividos pelo País exigem compreensão e despreendimento, com a prevalência absoluta dos interesses nacionais. Asseguremos, pelo nosso esforço, compreensão e despreendimento, posição firme com responsabilidade, a marcha ascensional da procura da estabilidade democrática, valorizando o nosso poder.

"E o dever que se nos impõe e sob este ângulo seremos julgados.

"A Mesa da Câmara dos Deputados, em sua reunião extraordinária de hoje, resolveu aplicar ao Senhor Deputado Mario Juruna, nos termos dos artigos 261, II, e 262, III, do Regimento Interno, a pena de censura escrita, em razão da linguagem usada em seu discurso proferido na sessão ordinária de 26 de setembro do corrente ano, considerada imprópria, descortês e ofensiva às autoridades constituídas da República."

A carta do Deputado Juruna

"Senhor Presidente Deputado Flávio Marçillo, "Comunico a Vossa Excelência que o discurso por mim proferido na sessão de 26 de setembro último, que está sendo objeto de exame por parte da Mesa da Câmara dos Deputados, trata da situação do indígena brasileiro, quando assiste suas terras sendo objeto de invasão e de ocupação indevida.

"As palavras por mim usadas,

num discurso de improviso, de forma alguma visaram atingir a honrabilidade de quaisquer Ministros de Estado e, muito menos, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

"A expressão apontada como insultuosa caracterizava apenas a tomada da terra do índio pelo branco.

"Cordialmente,
Deputado Mario Juruna."

REPUBLICA NACIONAL DO INDIO
 Associação de Comunicação Social A C S

Titulo: 11.01.00

Data: 05.10.83

Página: 04

Convencer Leitão de Abreu, primeiro passo para solução

A solução para a crise começou a ganhar nitidez na noite de segunda-feira. No Palácio do Planalto, Marchezan e o Presidente do PDS, Senador José Sarney, conseguiram convencer o Chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, de que o melhor desfecho para o caso seria esgotá-lo numa decisão da Mesa da Câmara.

O Ministro, convencido pelos argumentos dos dois políticos, consultou o Ministro do Exército, Walter Pires, que telefonara de Caracas, e obteve a sua anuência para encaminhar a solução junto ao Presidente Figueiredo e aos demais Ministros.

A evolução positiva do caso, da parte do Governo, permitiu ao Pre-

sidente do Congresso, Senador Nilo Coelho, tranquilizar o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, que no final da noite de segunda-feira lhe telefonou apreensivo com a péssima qualidade das relações do Congresso com o Governo.

— Podemos dormir tranquilos — informou Nilo —. O ambiente se desanuviou.

Os entendimentos, no entanto, só seriam encerrados ontem pela manhã. Marchezan foi cedo ao gabinete do Ministro Leitão de Abreu. Antes da reunião da Mesa, às 10hs, já estava em seu gabinete discutindo o assunto com o Presidente da Câmara, Flávio Marçílio.

No Palácio do Planalto tinha lugar a reunião do Presidente Figueiredo com os Ministros da Casa, às 9 horas, interrompida três vezes por ligações do Líder do PDS. Figueiredo aceitou a censura a Juruna, condicionando-a à retratação do Deputado.

— No terceiro telefonema ficou tudo resolvido — contou Marchezan depois de proclamada a decisão da Mesa. — Ontem à tarde — prosseguiu — isso não seria possível. Do episódio acho que ficou uma lição para todos nós, no sentido de que é preciso haver um mínimo de respeito, de urbanismo, de regras a serem observadas para que funcionem harmonicamente os poderes da República.

Délio destaca independência dos poderes

BRASÍLIA "Cabia ao Congresso decidir, ele decidiu. Isto é independência de poderes". Este foi o comentário do Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, sobre a decisão da Mesa da Câmara em relação ao Deputado Mário Juruna (PDT-RJ).

No Exército, o Ministro Interino, General Túlio Chagas Nogueira, preferiu não fazer comentários. Pela manhã, durante a instalação da Diretoria de Informática do Exército, o General Túlio, abordado por jornalistas, negou-se a falar sobre o assunto, dizendo: "Sou apenas o assunto".

Na Marinha, auxiliares do Ministro Maximiano Fonseca Informaram que ele ficou "satisfeito" com a decisão tomada pelo Congresso.

Átila: Governo esperava cassação, mas caso acabou

BRASÍLIA — O Porta-Voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, disse ontem que a decisão da Mesa da Câmara de censurar por escrito o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) ficou aquém do que o Governo pediu (a cassação do mandato), mas que o Presidente Figueiredo vai respeitar a decisão e já considera o caso encerrado.

Para o Porta-Voz, o episódio envolvendo o Deputado Mário Juruna representa "mais um passo" no aprimoramento do regime democrático, na medida em que "desde o primeiro momento até o final, o comportamento do Executivo e do Legislativo se pautou estritamente pelas normas constitucionais vigentes".

E, ainda, segundo ele, porque a decisão do Legislativo, através da mesa da Câmara, censurou o parla-

mentar por reconhecer que o seu comportamento não era adequado.

— Isso representa também, moralmente, uma satisfação para a posição do Executivo — afirmou.

— Fica alguma seqüela do episódio? — perguntou um repórter.

— Eu creio que de tudo resta a convicção de que realmente o exercício da função pública e o decoro parlamentar devem ser preservados. Acreditamos, inclusive, que o próprio Deputado Mário Juruna, com sua carta de retratação, reconhece isso, e, no fundo, o objetivo do Governo — que é o fortalecimento das instituições democráticas e a preservação do respeito à Constituição — foi também atingido com essa decisão. De forma que o episódio está encerrado para o Governo — respondeu.

Marcílio: Decisão reflete disposição de evitar crise

BRASÍLIA — O Presidente da Câmara, Deputado Flávio Marcílio, disse ontem, ao ler a decisão da Mesa de punir com censura escrita o Deputado Mário Juruna, que "A decisão tomada reflete a nossa firmeza em não alimentar crises".

Embora Flávio Marcílio não tenha dado conhecimento do fato ao plenário da Câmara, o Deputado Mário Juruna lhe encaminhou uma carta de três parágrafos em que comunica que o discurso proferido na sessão

do dia 26 de setembro, "que está sendo objeto de exame por parte da Mesa da Câmara, trata da situação do indígena brasileiro, quando assiste suas terras sendo objeto de invasão e de ocupação indevida".

Foi um Mário Juruna sorridente, — logo ele, que sempre foi de poucos sorrisos que aplaudiu junto com os companheiros de todos os partidos as palavras do Deputado Flávio Marcílio.

Veículo: O Globo

Data: 05.10.83

Página: 04



Após a reunião da Mesa da Câmara, o Presidente Flávio Marcílio lê o documento sobre a punição a Juruna

Integrantes da Mesa destacam caráter soberano da resolução

BRASÍLIA — Encerrada a reunião, o Presidente da Câmara, Flávio Marcílio, ressaltou que a decisão da Mesa fora tomada livremente, sem obedecer a pressões. Ele enfatizou que a Mesa assumiu a responsabilidade de atuar "segundo o seu papel de fortalecer as instituições, visando à estabilidade política".

Ao comentar a decisão, o Primeiro-Vice-Presidente Paulino Cicero disse que a decisão foi justa, porque

Juruna atingira os Ministros através de "crítica indiscriminada". Ele chamou a atenção para o fato de a decisão ter sido tomada "de ofício", sem referência aos pedidos feitos pelos Ministros, numa forma de resguardar a independência da Câmara em ocasiões futuras, porque é juridicamente discutível a iniciativa de membros do Governo de se dirigirem à Câmara pedindo a punição de um Deputado.

O Segundo-Vice, Walber

Guimarães, disse que a medida foi "justa, soberana e tomada sem nenhuma pressão". O Primeiro-Secretário Fernando Lyra disse que a Mesa havia demonstrado estar "em sintonia com a sociedade, atendendo as necessidades da escalada democrática no País". O Segundo-Secretário, Ary Kffury, afirmou que a decisão "encerra a crise: felizmente, acabou tudo bem".

O Terceiro-Secretário Francisco Studart, que vo-

tou contra a punição por considerá-la injusta, elogiou ainda assim a Mesa, por ter agido "com soberania". O Quarto-Secretário, Amaury Müller, era contra qualquer punição a Juruna e acredita que os Ministros não podiam representar diretamente à Câmara, e sim ao Supremo Tribunal Federal, através do Procurador-Geral da República. Entretanto, votou com a Mesa para cumprir compromisso com a unanimidade da decisão.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO

Assessoria de Comunicação Social A C S

Titulo: O CÍRCULO

Data: 05.10.83

Página: 04

REPERCUSSÃO

Marchezan: Figueiredo agiu como conciliador

O Líder do Governo na Câmara, Nelson Marchezan, atribuiu à boa vontade e ao espírito de transigência do Presidente João Figueiredo a superação da crise entre o Legislativo e o Executivo provocada pelo discurso do Deputado Mário Juruna.

— Foi uma solução negociada — confessou Marchezan — e nela o Presidente Figueiredo desempenhou o papel de conciliador. Ficou preservada a autonomia do Legislativo e o episódio não estremeceu em nada as relações entre os Poderes da República.

Aureliano Chaves: "A linguagem do Deputado Juruna foi exorbitante mas a Mesa da Câmara decidiu bem, nada mais poderia fazer. A meu ver, houve mais um crime de injúria do que ofensa ao decoro parlamentar. Se o Governo desejasse, poderia recorrer ao Supremo Tribunal Federal".

José Sarney: "A decisão da Mesa da Câmara foi amadurecida, tendo evitado que se aprofundasse uma crise entre Executivo e Legislativo, cuja harmonia é a essência do regime democrático. Na realidade, Juruna usou de linguagem incompatível com a tribuna parlamentar mas a Câmara foi generosa, desagravando o Poder Executivo e ao mesmo tempo levando em consideração as condições étnicas do Deputado".

Mário Andreazza: "O desfecho do caso foi uma prova cabal de que o compromisso firmado pelo Presidente Figueiredo no sentido de fazer deste País uma democracia está e continuará de pé. O Governo Federal respeitou a decisão da Câmara em toda a sua extensão e soberania".

Hélio Beltrão: "Considero que o episódio teve, como deveria ter, uma solução política, simples e rápida. Minha solidariedade foi ao Presidente da República. Pessoalmente, como Ministro, nunca me senti atingido".

Rancredo Neves: "O episódio Juruna teve uma solução alta, compatível com as tradições políticas e culturais do Brasil. A decisão da Mesa da Câmara não deixa sequelas entre o Executivo e o Legislativo porque foi tomada na base de um entendimento entre os dois Poderes".

Leonel Brizola: "O caso teve uma conclusão feliz, encerrando uma grande lição do nosso amadurecimento político. A meu ver, nós do PDT erramos ao não lutarmos pela mudança do Regimento da Câmara para que Juruna pudesse discursar em xavante, com tradução simultânea. Se isso tivesse ocorrido, o problema teria sido evitado".

Roberto Magalhães: "Para todos os brasileiros foi muito bom que este episódio tivesse sido encerrado em nível político. Felizmente, está tudo superado, Juruna se retratou, e agora vamos para a frente, pois há muita coisa mais importante a tratar".

Antônio Carlos: "A Mesa da Câmara encontrou uma solução política para o caso em que a ação do Executivo foi prestigiada sem que houvesse qualquer despreço ao Congresso. Particularmente, entendo que Juruna tem contribuído de modo negativo na fase de abertura democrática, seja com insultos graves às autoridades, seja ocupando a cadeira do Governador Leonel Brizola. Penso que nada disso é espontâneo e, sim, tem por objetivo desmoralizar a estrutura de poder".

FUNDACÃO NACIONAL DO INDÍO
Instituto de Comunicação Social - A C S

Título: JORNAL DO BRASIL

Data: 05.10.93

Página: 01

Governo dá por encerrado o episódio Mário Juruna

— O episódio está encerrado — declarou o porta-voz da Presidência da República, Carlos Atila, sobre a decisão da Mesa da Câmara, que puniu o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) com censura escrita, por ter ofendido, em discurso, o Presidente Figueiredo e seus Ministros. “A decisão foi aquela do que o Governo tinha pedido, mas o Presidente a acata”, completou Atila.

— A Mesa da Câmara decidiu bem — comentou o Vice-Presidente Aureliano Chaves, que considerou injurioso o discurso de Juruna. “Estamos num processo de abertura democrática e isso é liberdade de poderes”, opinou o Ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos. O Senador José Sarney disse que se evitou “uma crise entre Legislativo e Executivo”.

Iniciada às 11h, a reunião da Mesa terminou 40 minutos depois, com o resultado de seis votos a favor e um contra — do Deputado Francisco Studart (PTB-RJ) — a punição de Juruna. As 15h45min, o presidente da Câmara, Flávio Marcílio, comunicou a decisão ao plenário e elogiou Figueiredo “pela condução do processo democrático, o que faz com desprendimento”.

De sua casa, Juruna enviou à Mesa uma carta de retratação. À tarde foi ao plenário ouvir a leitura da censura e retirou-se sem nada dizer. Depois, em entrevista, afirmou: “Essa censura é normal na Câmara, mas ninguém vai amarrar a boca de Juruna.” E concluiu: “Muita gente *tava* contente com minha saída, mas hoje não é 64. Hoje é 83.” (Página 3 e editorial *Tensões Ociosas*)

Brasília/A. Dorgivan



Depois de censurado, na Câmara, Juruna cumprimentou Fernando Lyra

FUNDACAO NACIONAL DO INDIO
Sociedade de Desenvolvimento Social A.C.S.

vôculo: JORNAL DO BRASIL

data: 05.10.83

página: 03

Intenção da Mesa foi não alimentar crises

Brasília — Ao anunciar para o plenário a aplicação da pena de censura ao Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), o Presidente da Câmara, Deputado Flávio Marcílio, afirmou que "a decisão tomada reflete, além do mais, a nossa firmeza em não alimentar crises". E acrescentou que faz parte do desejo de que "seja alcançada a estabilidade democrática, num clima de liberdade com responsabilidade e respeito mútuo".

Segundo o Sr Flávio Marcílio, "os momentos difíceis que estão sendo vividos pelo país exigem compreensão e desprendimento, com a prevalência absoluta dos interesses nacionais". Ele fez o anúncio às 15h45min, para um plenário onde havia 88 deputados, 36 dos quais do PDS.

Harmonia dos Poderes

Tendo ao seu lado cinco membros da Mesa — só o Deputado Walber Guimarães sentou-se no plenário — o Sr Marcílio leu um texto em que afirmou ter aplicado a sanção de não publicação do discurso do Deputado Mário Juruna. Mas "tendo em vista a atitude dos Senhores Ministros e a consideração que todos merecem, bem como a fixação mais objetiva do reconhecimento necessário à harmonia entre os Poderes, sob a garantia das Forças Armadas, explicou que havia convocado a Mesa para, extraordinariamente, apreciar os fatos.

Em seguida, leu a resolução de oito linhas em que a Mesa aplica a pena de censura ao Deputado Mário Juruna, com voto contrário do Deputado Francisco Studart (PTB-RJ), 3º secretário. O Deputado Flávio Marcílio manifestou, ainda, "inteira discordância com os termos do discurso" do representante do PDT fluminense, acentuando que o Presidente Figueiredo, "além de merecer o apreço de todos nós, se impõe ao reconhecimento nacional, não apenas pelo cargo que exerce, mas, sobretudo, pela condução do processo democrático, que faz com desprendimento, a cuja plenitude todos nós desejamos alcançar".

Sentado no plenário entre os Deputados José Colagrossi e Jacques Dornelas, ambos do PDT do Rio de Janeiro, o Deputado Juruna fazia com os dedos o V da vitória, quando os fotógrafos e cinegrafistas assstavam sobre ele os refletores.

Leia editorial Tensões Ociosas

Montoro enaltece o ato do Legislativo

São Paulo — "A Câmara cumpriu com o seu dever e agiu sem se submeter às pressões", afirmou, ontem, o Governador Franco Montoro, ao analisar o caso Juruna, após presidir na sede da FIESP-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a posse das novas diretorias do Sindicato e da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica.

O presidente da FIESP, Luís Eulálio de Bueno Vidigal, ponderou que, como empresário, "prefiro não opinar sobre o caso do Deputado Juruna". Acrescentou, contudo, que, em conversa informal com o Governador Montoro, concordei, com ele, que após a decisão da Câmara, não haverá nenhum desfecho político negativo. Tudo está mesmo superado".

Parlamentar procurou explicar o discurso

É a seguinte a retratação de Juruna:

"Comunico a Vossa Excelência que o discurso por mim proferido na sessão de 26 de setembro último, que está sendo objeto de exame por parte da Mesa da Câmara dos Deputados, trata da situação do indígena brasileiro, quando assiste suas terras sendo objeto de invasão e de ocupação indevida.

As palavras por mim usadas num discurso de improviso, de forma alguma visaram atingir a honrabilidade de quaisquer ministros de Estado e, muito menos, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

A expressão apontada como insultuosa caracterizava apenas a tomada da terra do índio pelo branco".

Regimento Interno permitiu decisão

A decisão do Legislativo foi a seguinte:

"A Mesa da Câmara dos Deputados, em sua reunião extraordinária de hoje, resolveu aplicar ao Senhor Deputado Mário Juruna, nos termos dos artigos 260 e 261, III, do Regimento Interno, a pena de censura escrita, em razão da linguagem usada em seu discurso proferido na sessão ordinária de 26 de setembro do corrente ano, considerada imprópria, descortês e ofensiva às autoridades constituídas da República".

FUNDACÃO NACIONAL DO INDÍO
Associação de Comunicação Social - A.C.S.

Titulo: JORNAL DO Povo

Data: 05.10.83

Página: 03

Governo afirma que episódio Juruna está encerrado

Brasília — "O episódio está encerrado." Essa foi a reação do porta-voz da Presidência da República, Carlos Atila, à decisão da Mesa da Câmara que, por seis votos a um, puniu ontem o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) com uma censura escrita. "No fundo, o objetivo do Governo, que era o fortalecimento das instituições e o respeito à constituição, foi atingido", acrescentou o Sr. Carlos Atila.

O Deputado Mário Juruna acusou os Ministros de "ladrões e corruptos", num discurso pronunciado no dia 26 de setembro. Os ministros pediram a punição do parlamentar pedetista. Alguns pedidos, como o do Ministro Leitão de Abreu, Chefe do Gabinete Civil, chegaram a invocar o Artigo 35, item II, da Constituição, que prevê cassação de mandato. "A decisão foi aquela do que o Governo tinha pedido, mas o Presidente a acata", acrescentou o porta-voz Carlos Atila.

"Liberdade de poderes"

A ecitação do Presidente Figueiredo foi manifestada na reunião das 9h com os Ministros Octávio Medeiros (SNI), Rubem Ludwig (Gabinete Militar), Danilo Venturini (Assuntos Fundiários) e Leitão de Abreu. O Ministro Leitão de Abreu ponderou que o plenário da Câmara não aprovaria as penas de suspensão ou cassação do mandato. Assim, a única punição possível seria a de censura escrita, que a Mesa da Câmara poderia decidir sem consulta ao plenário.

"A Mesa da Câmara decidiu bem. Acredito, de acordo com minha experiência de deputado (oito anos) e com o conhecimento do Regimento, que não se poderia ir além da medida adotada. Acho, também, que não se poderia deixar passar em brancas nuvens o discurso do Deputado Mário Juruna", declarou o Vice-Presidente Aureliano Chaves. Ele considerou as palavras do Deputado Mário Juruna, no seu discurso, como "injúrias".

O Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, também disse que "o assunto está encerrado". Ao sair de seu gabinete, no fim da tarde, analisou: "Cabia ao Congresso decidir e ele decidiu. Estamos num processo de abertura democrática e isto é liberdade de poderes".

Irredutível

Até as 8h45min de ontem, o Ministro Leitão de Abreu tentou convencer o presidente da Câmara, Deputado Flávio Marcílio, por telefone, a aplicar uma pena maior do que a censura escrita. O Sr. Marcílio voltou a dizer que poderia até concordar com uma suspensão de cinco dias do mandato do Deputado Mário Juruna, mas lembrou que a decisão seria do plenário, onde o PDS tem 235 deputados contra 244 das oposições.

A reunião da Mesa da Câmara, que na véspera havia sido adiada duas vezes, começou às 11 horas. O Deputado Flávio Marcílio leu uma carta do Deputado Juruna, em que ele se retratou das acusações ao Presidente e aos Ministros, e propôs, então, a pena de censura. Argumentou com a condição de índio aculturado e relativamente incapaz do representante do PDS fluminense eram "atenuantes de seu comportamento", mas observou: "Ele é um deputado e, nessa condição, está sujeito às sanções regimentais".

Procedida, em seguida, a votação, acompanharam o presidente da Mesa os Deputados Paulino Cicero (PDS-MG), primeiro-vice-presidente; Walber Guimarães (PMDB-PR), segundo-vice-presidente; Fernando Lyra (PMDB-PE), primeiro-secretário; e Ary Kfury (PDS-PR), segundo-secretário. O Sr. Kfury ressaltou que preferiria uma punição mais severa, mas acompanharia o presidente Flávio Marcílio para que houvesse "uma decisão harmônica da Mesa".

O único voto contrário foi o do terceiro-secretário da Mesa, Deputado Francisco Studart (PTB-RJ). Ele argumentou que os pedidos de punição não podem partir do Executivo, pois cabem ao Legislativo. O Deputado Francisco Studart foi o autor do pedido de vistas que adiou a reunião da Mesa para ontem.

O último membro da Mesa a dar seu voto foi o Deputado Amaury Muller (PDT-RS), que acompanhou a posição da maioria, pela censura escrita ao Deputado Mário Juruna, mas deixou claro: "Sou contrário a qualquer punição e meu posicionamento é em unidade com a maioria da Mesa, para o fortalecimento das prerrogativas do Poder Legislativo". A reunião foi encerrada às 11h40min. O Sr. Flávio Marcílio elogiou a posição da Mesa e estranhou a atitude isolada do Deputado Francisco Studart.

Alívio

Anteontem à noite, o presidente do PDS, Senador José Sarney, e o líder do Partido na Câmara, Deputado Nelson Marchezan, ficaram na casa do Sr. Flávio Marcílio até 21h30min. Tentaram convencê-lo a mudar sua posição e optar pela suspensão do mandato do Deputado Juruna. Os dois temiam — segundo relatou depois um deles — que houvesse um impasse institucional, pois o Palácio do Planalto poderia não aceitar apenas uma censura escrita.

Ontem, contudo, o Senador Sarney disse que a decisão do Congresso "foi amadurecida e evitou que se aprofundasse uma crise entre o Legislativo e o Executivo". E completou: "Agora vamos enterrar o episódio." O Deputado Marchezan, na mesma linha, elogiou a decisão da Mesa:

— Foi uma solução que preservou a autoridade do Poder Legislativo e não estremeceu em nada a autoridade do Poder Executivo. Estou convencido de que o Presidente Figueiredo exerceu um papel conciliador no Poder Executivo e que a Mesa da Câmara, particularmente o Deputado Flávio Marcílio, foi sensível a isso.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Revista de Antropologia Social A C S

Titulo: JORNAL DO BRASIL

Data: 05.10.83

Página: 03

Ex-cacique diz que não amarrarão a sua boca

Brasília — "É melhor então que amarem minha língua. Em censura é normal na Câmara, mas ninguém vai amarrar boca de Juruna. Minha boca tá sempre aberta", respondeu o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) quando perguntaram se ele pretendia moderar sua linguagem. Em entrevista coletiva, duas horas depois da decisão da Mesa da Câmara, ele pediu compreensão, reiterou que "branco rouba terra de índio" e deu explicações sobre o que significa chamar Ministro de ladrão.

"Chamar ladrão é mais usado no sertão, na fazenda, no interior. A linguagem corrupta é de quem vive na cidade. O problema é que linguagem é dividido. Ladrão não é só eu que falo. Não é linguagem de cidade, mas não é só eu que falo. Eu posso chamar gato, que é linguagem de cidade. Então eu chamo gato, então eu chamo corrupto, então eu chamo ladrão", afirmou. A entrevista foi também marcada por queixas: "Muita gente tava contente com minha saída, mas hoje não é 64. Hoje é 83. E também a gente nasceu foi pra morrer, a gente nasceu foi pra falar, a gente nasceu foi pra singrar."

Indagado se repetiria suas acusações ao Governo, o Deputado Mário Juruna explicou: "Não é só Juruna que tá dizendo que Ministro é ladrão. Acredito todo povo prova isso. Não foi branco que acabou terra de índio? Que adianta autoridade ficar revoltada contra verdade? Não é só eu que pode provar o que tá acontecendo." Ainda sobre a ofensa aos Ministros, ofereceu um exemplo: "Você tem cinco mulher. Eu tiro uma mulher. Você fica bravo. Se eu digo que você tá errado, você me mata. Porque verdade é que machuca gente."

O Deputado Mário Juruna foi informado da solução dada a seu caso ao meio-dia, sem saber que a missão mais delicada cumprida para o desfecho se passou. Não no Congresso Nacional, mas no seu apartamento. Às 10h da manhã chegava a sua casa o secretário-geral da Mesa da Câmara, Paulo Afonso Martins de Oliveira, incumbido pelo Deputado Flávio Marcílio de convencê-lo a assinar uma terceira carta de justificação do seu discurso considerado ofensivo ao Governo.

A primeira carta havia sido redigida segunda-feira pelo Deputado Flávio Marcílio. Tinha dois parágrafos e o segundo dizia: "As palavras por mim usadas num discurso de improviso, de forma alguma visavam atingir a honorabilidade de quaisquer Ministros de Estado e, muito menos, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República". O Deputado Mário Juruna se recusara a assiná-la, alegando que estava sendo "embrulhado".

A segunda carta foi redigida pelos Deputados Freitas Nobre (PMDB-SP) e Bocayuva Cunha (PDT-RJ). Para atender à vontade do Deputado Mário Juruna, foram acrescentadas oito linhas ao texto anterior, para argumentar que, no discurso, ele extravasara sua ansiedade, ao ver os índios paraxós tendo suas terras invadidas na Bahia. Essa carta foi entregue à Mesa da Câmara às 10h da manhã de ontem, mas, a exceção do Deputado Amaury Muller (PDT-RS), nenhum membro a aceitou. O Deputado Flávio Marcílio riscou tudo o que considerava impropriedades, mandou que a carta fosse novamente datilografada e incumbiu o secretário-geral da Mesa de convencer o Deputado Mário Juruna a assiná-la.

"Uma missão difícilíssima, porque já imaginou eu voltar sem essa carta assinada?", comentou o Sr Paulo Afonso ao voltar da casa do Deputado. Ali encontrou o Sr Mário Juruna descalço, vestindo short e uma camiseta esportiva, e profundamente fechado a conversas. Depois de uma hora de entendimento, o parlamentar assinou a carta, mas, segundo o secretário-geral da Mesa foi preciso um último argumento: "Juruna, você é um cacique-chefe. Você tem que entender que essa decisão é política. E você, como cacique-chefe, tem que decidir isso sozinho". Lembrando a confiança que deposita no Sr Paulo Afonso, o Deputado, relutantemente, assinou o documento.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

Assessoria de Comunicação Social - A.C.S.

veículo: FOLHA DE SÃO PAULO

data: 02.10.83

página: 02

Cotidiano

Dia do índio

Já celebrado politicamente, graças à sua eleição para deputado, quando pela primeira vez um índio tem voz no Congresso, e ainda popularizado pelo humorismo de TV, uma das maiores mídias brasileiras, Juruna agora torna-se herói nacional. Embora erre ao fazer acusações grosseiras aos ministros, hoje manifestantes já gritam: "Juruna tem razão..." D.N.

Frases

M.A.E.

De hoje

"O governo federal está tentando criar uma crise artificial com o chamado caso Juruna e o que se pretende na verdade é encurralar o Congresso Nacional para votar o decreto 2.045."

(Brandão Monteiro, deputado pelo Rio de Janeiro, PDT)

"Quem faz aviso tão sério como esse, espera a mais séria medida, que, no caso, seria a perda do mandato. Isso está implícito."

(General Otávio Luís Resende, porta-voz do Exército, sobre o ofício que o ministro Váler Pires enviou à Câmara Federal)

"Sobre todo esse cenário patético escorre um glacé do passado, do final dos anos sessenta, quando por um outro discurso, construiu-se um pretexto para a implantação da ditadura."

(Paulo Sérgio Pinheiro, professor de Ciência Política da Universidade de Campinas, SP)

"Juruna nunca quis prejudicar ninguém, muito ao contrário, sempre se esforçou na defesa de idéias quase puras, na prática de um discurso repleto de expressões ingênuas."

(Bocaiuva Cunha, deputado pelo Rio de Janeiro, líder do PDT na Câmara Federal)

"Eu não tem intenção de ofender ninguém."

(Mário Juruna, cacique xavante, deputado pelo Rio de Janeiro, PDT)

"Foram necessários 482 anos para que um índio legítimo tivesse voz no Congresso"

(Newton Rodrigues, jornalista)

"Não se pode esquecer que a presença de Juruna como índio no Parlamento resalta o Brasil na história dos povos."

(Bocaiuva Cunha)

"Juruna, por sua etnia, é uma figura singular no Parlamento. Representa o resgate de uma população de cinco milhões de pessoas."

(Doutel de Andrade, presidente nacional do PDT)

De ontem

"Este pessoal do Ministério não sabe mais trabalhar, não sabe mais atender as pessoas, este pessoal tem que ser aposentado."

(Mário Juruna, 21/10/83)

Juruna, corrupção e crise moral

Recife

arrasta-se sem conclusões. Ai no Sul, sucedem-se Capemi, Coroa, Delfin, polonetas etc... A não apuração pode beneficiar um ou outro: o denunciado culpado ou o denunciante leviano. Mas com certeza ninguém ganha. Não ganha o governo, porque passa-se a não se distinguir os honestos dos corruptos. Os responsáveis, dos irresponsáveis — corrói-se a credibilidade do todo, em nome de salvar a parte que eventualmente errou.

Pior ainda. Não ganha a Nação porque o exemplo vem de cima. Dissemina-se a crença generalizada na impunidade e no não funcionamento das instituições. Expressa-se uma crise moral muito mais ampla, que extrapola o limite de um problema setorial. Atinge o governo em seu todo e solapa a moral da Nação. De uma forma tosca, imprópria e injusta, Juruna pode estar expressando um sentimento a favor de um padrão de moral que independe de inquéritos não concluídos. Baseia-se no senso comum. (Joaquim Falcão)

Existem pelo menos três grandes evidências neste caso Juruna. Primeiro, é evidente que nada justifica o comportamento do deputado. É evidente também que para Juruna, como lembrou o governador Tancredo Neves, o peso das palavras é outro. Não é igual ao nosso. Não é preciso ser sociólogo ou antropólogo para constatar. Sua formação, seus valores, seu raciocínio são outros. Mas é evidente, também, que a cada dia crescem as denúncias de corrupção, sobretudo a nível do Executivo Federal.

Se essas denúncias não são suficientemente esclarecidas, dissemina-se, perigosamente, a crença em sua veracidade. A questão fundamental não são as denúncias. É a não apuração suficientemente esclarecedora. Seja para punir o denunciado ou o denunciante leviano. O fato é que os inquéritos instaurados, os processos abertos e os desmentidos oficiais não estão convencendo o público de nada. Ao contrário, a crença generalizada é que são abertos para apenas cumprir formalidade. E adiar o problema. Até que a imprensa esqueça ou surja outro escândalo.

Assim tem sido. Aqui por cima, o escândalo da mandiocca, com fraude e assassinato,

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: FOLHA DE SÃO PAULO

data: 02.10.83

página: 02

Pressões artificiais

Além do espírito de gen. Custer — aquele caçador de índios americanos — que baixou no Ministério do gen. João Batista Figueiredo, contra o deputado Juruna, o Congresso não precisa rezear nenhuma pressão anormal em favor da aprovação do decreto-lei 2.045.

Os ministros da área econômica e o presidente da República dão grande importância ao decreto. Por isso, aliás, alguns parlamentares pedessistas fazem o "lobby" do 2.045, espalhando boatos perturbadores, em torno do assunto.

Insinuou-se que a rejeição da iniciativa governamental faria com que a Cavalaria marchasse contra o Congresso, a fim de fechá-lo. Em tal hipótese, decretado o recesso do Poder Legislativo, a rejeição do decreto seria anulada e o 2.045 continuaria vigorando.

Pois todos os rumores alarmistas são improcedentes, segundo os desmentidos oficiais do governo a noticiário tão desabonador, interna e externamente, para a imagem do País. Afinal, se atuassem de acordo com o desejo dos lobistas do 2.045, as Forças Armadas estariam investindo frontalmente contra um dos poderes constituídos da República.

Já tivemos, no passado recente, casos de intervenção militar do tipo que agora preconizavam os defensores mais radicais do 2.045. Mas, o Brasil, em meio a uma crise econômico-financeira sem precedentes, embora sob a vigência daquele diploma, definiu-se pelo viver democrático, por entender que pode e deve fazê-lo. Assim, no

Brasília

caso da adoção de represálias contra o Legislativo, estaríamos, outra vez, frustrando a perspectiva de aperfeiçoamento político dos brasileiros e comprometendo o futuro, pela repetição dos erros do passado.

Não há, pois, perigo de retrocesso. Na verdade, em relação ao decreto-lei 2.045, o PDS concentra seus esforços e esperanças no trabalho de uma comissão partidária de alto nível, que elabora alternativas ao decreto de política salarial.

Quase todos os integrantes da comissão estão convencidos de que a proposta do 2.045, por incidir basicamente sobre os trabalhadores, é injusta e contrária ao espírito do programa do PDS. Em lugar desse diploma, a agremiação de que o gen. Figueiredo é presidente de honra pretende oferecer — ao governo, aos pedessistas, às oposições e aos trabalhadores — medidas econômico-financeiras mais abrangentes, mas que distribuem melhor os sacrifícios indispensáveis à recuperação nacional.

Esta, sim, é a saída natural da crise. Impor a aprovação do 2.045 através de ameaças que comprometam a normalidade institucional constitui duplo crime: contra o País, que merece a democracia, e contra as Forças Armadas, que não merecem o papel de gendarmes que seus falsos amigos pretendem atribuir-lhes. (Rubem de Azevedo Lima)

Sigilos e confrontos

O ministro do Exército comunicou à Câmara dos Deputados que não lhe pode enviar o chamado "relatório Saraiva", por tratar-se de documento sigiloso e, como tal, de divulgação proibida. Poderia acrescentar que a classificação é passível de ser alterada, quando o tempo transcorrido deixe de justificar o segredo ou os interesses gerais o exijam. Nada disso, porém, tem muita importância. O papel enviado às autoridades pelo ex-adido militar em Paris, já produziu os principais efeitos que dele se poderiam esperar, uma vez que se conhece o teor das principais acusações ali contidas e sua existência está mais que confirmada oficialmente.

O texto completo, embora útil, não constituiria peça essencial ao deslindamento da rede de corrupção, sendo ingênuo supor que os fatos nele apontados pudessem estar amparados por provas irrefutáveis, raramente encontráveis em operações comissionadas do gênero das que se tornaram usuais na pátria de Macunaíma e em seus negócios internacionais. Além disso, a regra é que beneficiários e prejudicados não falem publicamente por isso, o que desqualificaria no futuro para operações semelhantes. Esse o

Rio de Janeiro

motivo da norma de silêncio que protege os canais de negociatas, raramente desvendadas até o último detalhe. Se a palavra é de prata, o silêncio é de ouro, sobretudo em negócios ilícitos.

A CPI da dívida externa está fazendo um bom trabalho e pode continuar a fazê-lo, mesmo sobre o relatório Saraiva, sem necessidade de insistir na entrega oficial dessa peça arquivada. É essencial, portanto, que seus membros não percam a objetividade, nem reiterem uma solicitação que já lhes foi recusada, fornecendo um elemento de conflito direto, desnecessário e prejudicial, entre a Câmara e o Ministério do Exército.

Dar a Delfim Neto o benefício de um confronto de tal natureza, no momento em que contra a sua orientação se acumula a quase totalidade da opinião do País (inclusive possivelmente a do general Válder Pires), será tolice demais. (Newton Rodrigues)

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

volume: FOLHA DE SÃO PAULO
 data: 02.10.83
 página: 02

Freud explica

Porto Alegre

A Câmara parece tentar assumir o papel da "Grande Funai" com relação ao cacique Juruna. Os ministros, com destaque para os da área militar, querem assumir o papel dos "coronéis eternos" da mesma Funai. Figura folclórica que se outros méritos não tivesse teria o de haver entrado para a história do Brasil como o primeiro silvícola a ocupar uma cadeira no Congresso. Juruna tem sido levado na galhofa por quase todos, exceção feita quando incomoda ou quando quebra algumas regras ditas civilizadas.

Os ministros querem que a Câmara puna de maneira exemplar o índio arrogante que os teria ofendido. O senador José Sarney apressa-se a defender sanções morais a Juruna, que tanto podem constituir-se num puxão de orelhas como na suspensão de seu mandato. Trata-se do decoro daquela casa, quem sabe até do decoro do Senado, a velha instituição nacional que abriga ainda em seu seio, sentando nas mesmas cadeiras, os famosos senadores biônicos, isto é, senadores artificiais que não foram eleitos, mas simplesmente nomeados e impostos.

No entendimento primário do deputado Juruna, isto seria uma imoralidade inominável e que deveria ser enquadrada na perda dos mandatos dos usurpadores. Mas ele fala

xavante e seu português se presta para distorções e confusões, a mais das vezes engraçadas. Naquela sua rude franqueza, o índio vem incomodando muita gente tida como conspícua e extremamente zelosa de sua moral. Não deve ser levada em conta a posição assumida por essas vestais na defesa do imoralíssimo 2.045, tampouco os métodos que vêm utilizando para intimidar o Congresso, ao lado de papel idêntico que vem desempenhando o governo norte-americano.

Os novos membros da Grande Funai querem castigar o índio que se atreveu a disputar pelo voto um lugar no Congresso, atingidos que teriam sido por uma expressão grosseira. Tais figuras são as mesmas que criticaram a passividade do governador Leonel Brizola ao não punir Juruna quando o índio assumiu sua cadeira e por ele despachou. A posição do governador carioca não serviu de lição, como compreensiva e altaneira. O Ministério em peso quer a cabeça do índio que afinal chegou onde está pela mão do povo, pelo voto, e não por uma simples canetação de um amigo simpático. Freud explica. (Josué Guimarães)

Pesos diferentes

São Paulo

A sexta-feira em São Paulo foi um dia significativo. A cidade está com medo. Um fato de rotina — ação de trombadinhas no centro velho — logo se transforma em rumor de saques e portas de ferro das casas comerciais baixam.

O fenômeno não é apenas um reflexo do temor gerado pela multiplicação de saques na periferia da metrópole paulistana. Antes, reflete o clima de insegurança produzido pelos desacertos econômicos (quando é que vão acertar, pelo menos, as contas externas?) e o ambiente de incerteza política, intensificado pelo visível propósito de se criar um confronto entre Executivo e Legislativo (o caso Juruna aparentemente está sendo manipulado para se enfiar goela abaixo do Congresso o decreto-lei 2.045).

Em momentos como estes, torna-se necessário tentar olhar além do horizonte deste cenário. Uma das debilidades do governo Figueiredo é agora uma aguda ausência de credibilidade. Mais do que isto, na cidadania aumenta a suspeita — em algumas áreas sociais, há a certeza — de que o governo federal trata diferentemente os diversos segmentos da sociedade, privilegiando uns em detrimento de outros.

Para escapar ao impasse econômico, ninguém ignora, há a necessidade de sacrifi-

os. Todavia, o governo Figueiredo mostra plena incapacidade e total incompetência em, ao menos, dar uma pálida idéia que está agindo com equanimidade.

Claro, tentar impor um decreto-lei, como o 2.045, que pune a massa dos assalariados com um rebaixamento de 20% em seus ganhos, torna transparente este impulso governamental, principalmente da equipe econômica, em ter na repressão salarial um mecanismo para superar o imbroglio econômico. Enquanto isto, medidas — quase sempre burláveis, em função das frestas do nosso sistema fiscal — que beliscariam o fator capital são apenas anunciadas como balão-de-ensaio e, em seguida, o governo recua.

Em síntese, enquanto medidas que exigiam sacrifício do fator capital não passam do plano de intenção, as que impõem sacrifícios ao fator trabalho já entram em vigor mesmo antes de votação pelo Congresso, como é o caso do decreto-lei 2.045. Não há argumento sobre a possível equanimidade governamental que sobreviva a prova dos fatos. (Galeno de Freitas)

veículo: JORNAL DA TARDE - O ESTADO DE SÃO PAULO

data: 05.10.83

página: 2 e 6



Marcílio: a decisão da Câmara.

“O índio ou o caboclo do mato não conhece a palavra corrupto. Nós dizemos ladrão ou gato, mas falando o que eu falei não quis provocar ninguém.”

Deputado Mário Juruna



Juruna: a entrevista coletiva.

O governo federal e os líderes de todos os partidos do Congresso — à exceção do PT — estão satisfeitos com o desfecho do caso Juruna, punido ontem com a pena de advertência pela Mesa da Câmara, por ter-se excedido ao classificar todos os ministros do governo Figueiredo de “ladrões”.

Após ter recebido uma carta do deputado-cacique afirmando que não teve a intenção de ofender ninguém, a Mesa da Câmara tomou sua decisão por seis votos a um. Imediatamente, o porta-voz Carlos Átila anunciou, em nome do presidente Figueiredo, que o governo acata e respeita a decisão da Câmara e que “o caso está encerrado, sem maiores seqüelas”, com a satisfação da honrabilidade dos ministros e a preservação da dignidade das instituições.

— A censura feita ao deputado, apesar de ter sido uma pena aquém daquela requerida pelos ministros, significa que a respeitabilidade do cargo e a harmonia de poderes foi preservada. Com isso, ganhou o projeto de abertura do presidente João Figueiredo.

Para Carlos Átila, a preservação da harmonia entre os poderes exige respeito recíproco. “Acreditamos mesmo que o próprio deputado Mário Juruna, com a sua carta de retratação, reconhece isso e, no fundo, o objetivo do governo — que é o fortalecimento das instituições democráticas — foi também atingido com essa decisão. O episódio está encerrado para o governo.”

Na impressão generalizada do Congresso, três políticos saíram engrandecidos: o deputado Flávio Marcílio, presidente da Câmara, o deputado Nélson Marchezan, líder do governo, e o senador Nilo Coelho, presidente do Senado, por trabalhar em busca do entendimento.

Não foi fácil fazer com que Juruna concordasse com os termos da carta que enviou à Mesa da Câmara, que entendesse a intenção do presidente da Câmara e, finalmente, desse sua assinatura. E não foi fácil convencer o presidente Figueiredo a se contentar apenas com a retratação de Juruna e a advertência feita pela Mesa ao deputado. Ele queria a cassação do mandato de Mário Juruna.

Comentava-se até que o ministro Leitão de Abreu, do Gabinete Civil, que ajudou muito a encontrar uma solução política para o impasse, chegou a colocar o cargo à disposição do presidente Figueiredo diante

JURUNA

Caso encerrado. E todas as instituições estão preservadas.

de sua resistência a uma solução “negociada”. Mas líderes do PDS negaram a existência desse episódio.

Carta

Juruna já havia enviado uma longa carta a Flávio Marcílio, que foi considerada “insatisfatória” e de clareza duvidosa. No lugar de manifestar que não teve a intenção de atingir a honra dos ministros e do presidente Figueiredo, o deputado se preocupou mais em defender os índios pataxós e os camponeses explorados pelos brancos.

“Em homenagem a Flávio Marcílio”, mas visivelmente contrariado, Juruna acabou por assinar o texto da nova carta, em nove linhas, que lhe foi apresentada pelo líder de seu partido, deputado Bocaiuva Cunha (PDT-RJ).

Nessa nova carta, ele afirma que seu discurso tratava da situação do índio brasileiro, “quando assiste suas terras sendo objeto de invasão e ocupação indevida”.

“As palavras por mim usadas — continua — num discurso de improviso, de forma alguma visaram a atingir a honrabilidade de quaisquer ministros de Estado e, muito menos, do exmo. sr. presidente da República. A expressão apontada como insultuosa caracterizava apenas a tomada da terra do índio pelo branco.”

A obtenção da nova carta atrasou por mais de um hora o início da reunião da Mesa.

Língua

O deputado Mário Juruna estava sorri-

dente e feliz ao entrar no plenário para ouvir a decisão da Mesa da Câmara, que ele já conhecia de antemão. Tomou a iniciativa de cumprimentar o líder de plantão do PDS, deputado José Lourenço (BA) e deputado Curió de Moura (PDS-PA). Depois, subiu até a Mesa para cumprimentar todos os seus integrantes.

Anunciada formalmente a decisão, Juruna deu uma longa entrevista garantindo que “a censura é normal na Câmara, mas não cala a boca de Juruna”.

— Boca se usa para comer, beber e também para falar e a única maneira de calar Juruna seria arrancar a língua.

O deputado explicou que não fez retratação nem manifestou arrependimento pelo discurso e que sua carta apenas mostra a diferença no uso da linguagem entre o índio e o branco. Observou que a palavra “corrupto”, amplamente utilizada pelo branco, não é conhecida do índio ou do caboclo do mato.

— Nós dizemos ladrão ou gato, mas falando o que eu falei não quis provocar ninguém. Não posso me arrepender do que falei porque não tenho duas caras e meu jeito de falar será sempre o mesmo. A gente nasce para morrer, para falar e para xingar.

Juruna disse que gostaria de reunir todo o povo brasileiro para ouvir manifestações sobre o governo e comprovar se só ele tem palavras um pouco mais duras para definir o sentimento nacional em relação à equipe econômica. E ressaltou que se suas palavras provocaram revolta, certamente foi por ser verdadeiro o que disse: “A verdade machuca”.

— Quem prejudica o povo brasileiro não é o Juruna e sim o 2.045, que é pior que o Juruna.

Voto

O único voto discordante da aplicação da advertência a Juruna, na Mesa, foi do representante do PTB, Francisco Studart, que não queria penalidade alguma. Sua atitude foi muito criticada pelos companheiros de Mesa, pois até mesmo o representante do PDT, Amaury Muller, mesmo a contragosto, votou pela advertência como uma forma de preservar e fortalecer o Poder Legislativo. “O Studart fez média com a opinião pública”, reclamou Muller. “Ele votou para a imprensa, só para aparecer”, constatou Fernando Lyra, do PMDB.

FUNDAÇÃO NACIONAL

Assessoria de Comunicação

veículo: JORNAL DA TARDE—O ESTADO DE SÃO PAULO

data: 05.10.83

página: 06



Gen. Cruz

Gen. Beckmann

MILITARES

Preso o general Etchegoyen. Por criticar o general Cruz.

— Parabéns, estou mais orgulhosa ainda — disse a filha Maria Lúcia ao pai, general Leo Etchegoyen, quando este entrava, brincalhão, no carro em que era levado preso pelo seu amigo, colega de turma e sucessor no cargo de chefe do Estado Maior do III Exército, general Décio Barbosa Machado. A prisão de seis dias — ordenada pelo também amigo do general Leo, o comandante do III Exército, general Henrique Beckmann Filho — ocorreu às 22h35 de ontem e decorreu da confirmação, através de relatório entregue à tarde, das críticas do general Leo ao general Newton Cruz, comandante militar do Planalto, por este ter determinado a prisão de seu filho, capitão Sérgio.

O capitão Sérgio divergira do general Cruz, quando este, em uma reunião de oficiais, criticou os militares da reserva (caso do general Leo) que fizeram declarações sobre o relatório Saraiva, que continha informações sobre atos de corrupção do ministro Delfim Neto. Ontem, familiares do capitão Sérgio confirmaram, em Brasília, que o oficial, preso no 32º Grupamento de Artilharia de Campanha, terá de cumprir mais 15 dias de prisão, além dos seis dias inicialmente determinados pelo general Newton Cruz.

No final da noite de ontem, em Porto Alegre, tão emocionada quanto a filha, a esposa do general Leo, d. Lúcia, comentou: "Estamos todos, toda a família, muito orgulhosos pelo que está acontecendo". O general Leo encontrava-se em companhia de amigos e familiares, em sua residência, acompanhado ainda de fotógrafos e jornalistas. Muito brincalhão, nem parecia que ia ser preso. Logo que chegou o general Décio, ele brincou: "Somos vampiros, Décio; vamos embora logo". Perguntado se sua prisão seria por seis dias mesmo, como se anunciou, o general Leo continuou brincando: "Vamos ver; por enquanto é isso, não é?"

Durante todo o dia, no apartamento 402 do Edifício Catedral, no número 1.208 da rua Duque de Caxias, a residência do general Leo, seus familiares mantiveram em sigilo a notificação da prisão, que ele recebeu tão logo entregou o relatório ao Comando do III Exército, em que confirmava as críticas ao general Newton Cruz. O general Leo, até ordem em contrário, deverá cumprir pena de seis dias no Quartel General do III Exército, à rua dos Andradas.

A tarde

O relatório foi solicitado pelo general Beckmann quando Etchegoyen, chamado ao QG para prestar esclarecimentos sobre as declarações, confirmou-as todas. Beckmann não quis, ontem, dar qualquer informação sobre a convocação do general Leo e sobre seu relatório, entregue pessoalmente no meio da tarde. Mas o general Décio Barbosa Machado, o autor da prisão do general Leo, informou, no final da tarde, que o documento estava sendo analisado e que hoje seria anunciada uma decisão sobre ele. Naquele momento, o general não explicou qual seria a decisão, nem confirmou se havia a ordem de prisão e muito menos se o general Beckmann se negara e cumpri-la.

No entanto, um assessor direto do general disse que essa negativa não existiu, mas naquele instante não foi tão categórico quanto à ordem de prisão. Fontes do III Exército também não desmentiram essa decisão, preferindo porém insistir para que o general fosse ouvido. Este, mesmo permanecendo em sua residência, não quis atender aos repórteres quando voltou do QG. E sua esposa, por telefone, não confirmava nem desmentia a ordem de prisão.

De qualquer forma, o relatório de Leo Etchegoyen não foi revelado e segundo ele próprio não o será por ser reservado. Tudo indica, no entanto, que seu teor deve repetir inclusive declarações publicadas domingo por O Estado, em que o general diz que a prisão de seu filho, por ordem do general Cruz, "foi um ato lamentável e o que tem a pior em seu bojo é a sua premeditação. O general Newton Cruz pretendeu atingir o capitão, criando um ambiente de agressão aos oficiais da reserva que pudessem vir a depor no Congresso sobre o relatório Saraiva".

General Serpa

No final da tarde de ontem, o Centro de Comunicação Social do Exército, além de informar que nada sabia sobre a prisão do general Leo, acrescentou que "o Exército não tem conhecimento de nenhuma punição ao general Andrada Serpa", diante de notícias de que este general teria sido punido com três dias de prisão domiciliar por seu novo manifesto, publicado ontem pela imprensa.

Antes, porém, uma alta fonte militar esclareceu que o manifesto do general Serpa, lido por parlamentares da oposição no Congresso, e em que se solidarizava com o deputado Mário Juruna, está sendo estudado, mas a tendência não é punir o ex-chefe do Departamento Geral do Pessoal do Exército. No caso estão sendo considerados dois aspectos: se houve intenção do militar de ser punido, o que causaria uma repercussão política maior do que seu pronunciamento; e o fato do pronunciamento ter perdido impacto após o anúncio da Mesa da Câmara de que o caso Juruna teria uma solução normal e após o Exército ter desmentido pressões do ministro Walter Pires a favor da cassação de Juruna.

No caso, segundo a fonte, haveria duas saídas: não punir, considerando-se que o manifesto não apresenta muitos dados novos, em comparação a outras manifestações do general, evitando-se assim maior repercussão política; ou punir suavemente, sem dar ao caso um tratamento que o promova.

Exército deseja a cassação de Juruna

O porta-voz Otávio Resende afirma que "a perda do mandato é o que se espera contra quem caluniou"



No ofício, Pires classificou o discurso de Juruna de "agressão criminosa"

Cruz pune capitão com oito dias de prisão

BRASÍLIA — O capitão Sérgio Etchegoyen, subcomandante do Esquadrão de Cavalaria Mecanizada de Brasília e filho do general-da-reserva Léo Etchegoyen, está cumprindo prisão de oito dias num quartel da Capital Federal, determinada diretamente pelo comandante militar do Planalto, general Newton Cruz, "por grave insubordinação".

Essa "grave insubordinação" ocorreu quarta-feira passada, quando o oficial interrompeu uma exposição que o general Cruz fazia a 200 oficiais de Brasília, discordando de suas críticas a oficiais da reserva que estão depondo nas Comissões Parlamentares de Inquérito do Congresso.

"Dá licença, o senhor está tecendo considerações grosseiras e agredindo a honra do meu pai" — interrompeu o capitão, estabelecendo um diálogo que culminou com a ordem de prisão, executada ali mesmo.

O incidente

Segundo informações transmitidas à imprensa, o general Newton Cruz, nessa palestra, criticava a ação dos políticos, dizendo que "as CPIs do Congresso só querem escândalos que provoquem a desestabilização do governo", estendeu essas críticas aos militares da reserva que estão comparecendo para depor nessas comissões.

O capitão Sérgio, cujo pai deverá depor na CPI da Dívida Externa, para falar sobre o "Relatório Saraiva", imediatamente perfilou-se e formalizou seu protesto.

Surpreso, o general Cruz disse que não sabia que o general Léo Etchego-

yen seria um dos próximos depoentes. Descontrolado, o capitão retrucou: "Pois o senhor deveria saber, já que essa notícia saiu em todos os jornais."

Foi aí que recebeu a ordem de prisão, sob o argumento de que estava se dirigindo a um superior ferindo o Regulamento Disciplinar do Exército. O capitão Sérgio foi detido por um major e levado às dependências do 32.º Grupamento de Artilharia de Campanha, onde ficará detido até a próxima quarta-feira.

Insensibilidade

Ontem, em Brasília, depois de visitar o filho na prisão, o general da reserva Léo Etchegoyen disse:

"Eu vejo este episódio como fruto da falta de postura e de compostura de quem dirigiu uma reunião em que havia cerca de 200 oficiais. Falta-lhe acuidade, sensibilidade e equilíbrio para, no momento em que um jovem, diante das palavras grosseiras e ofensivas que eram dirigidas a oficiais que compareceram às CPIs do Congresso, levantou-se, e, de maneira disciplinada, educada e ponderada manifestou sua inconformidade com os conceitos que haviam sido expedidos, porque atingiam a honra e a dignidade do seu pai."

Etchegoyen acha que faltou sensibilidade ao general Cruz para contornar o episódio.

No Ministério do Exército o episódio foi minimizado pelo porta-voz daquela força, general Otávio Luís Resende. "Não é o primeiro, nem será o último capitão a ser punido. É coisa de rotina, e nós nem tomamos conhecimento desse fato" — disse ele.

BRASÍLIA — "A perda do mandato é o que se espera contra quem caluniou" — disse ontem o porta-voz do Exército, general Otávio Luís Resende, ao revelar trechos do ofício que o ministro Válder Pires encaminhou à presidência da Câmara Federal, solicitando a punição do deputado Mário Juruna (PDT-RJ), por seu discurso de críticas aos ministros de Estado.

No ofício — cujo teor completo não foi divulgado —, o general Pires manifestou seu repúdio — "a essa agressão gratuita, insólita e criminosa" de Juruna, pedindo que a Mesa da Câmara tome "as providências legais que se fazem necessárias, em nome da harmonia e do respeito que devem existir entre os poderes da República".

Segundo revelou o porta-voz do Exército, no documento o ministro não faz qualquer referência ao Artigo 35 da Constituição, que prevê a pena de cassação do mandato. E explicou: "Quem faz um aviso tão sério como esse — disse referindo-se ao ofício — espera a mais séria medida, que, no caso, seria a perda do mandato. Isso está implícito."

Ainda de acordo com o general Resende, os ministros não procuraram encaminhar a questão pela via do judiciário, como tem ocorrido até aqui, por um motivo simples: "Foi uma de-

monstração de consideração ao Poder Legislativo" — frisou.

O general Resende disse, por último, que estão levando longe demais um assunto que deveria estar sendo tratado apenas no Congresso. Mas recusou um tratamento mais condescendente ao deputado-cacique: "Não estamos tratando de um índio, mas de um deputado federal, até porque no Brasil não há distinção entre índios, brancos e negros, pois são todos brasileiros".

Valdir envia ofício

Também o ministro-chefe do Emfá, brigadeiro Valdir de Vasconcelos, encaminhou ontem ofício à Câmara pedindo a punição de Juruna por causa do discurso, "com expressões altamente ofensivas às autoridades constituídas e, indistintamente, a todos os ministros de Estado".

O brigadeiro disse aos jornalistas que ficou "muito indignado" ao tomar conhecimento do pronunciamento. Na sua opinião, Juruna está investido na figura de congressista, e portanto "tem que respeitar as regras do jogo". "Ele não é mais um incapaz, pois afinal de contas foi eleito pelo Rio de Janeiro, aliás um Estado que não tem índios" — disse, para salientar que cabe ao Congresso definir as medidas a serem tomadas.

"Eles que decidam" — acrescentou.

PSS-481, p.216/398

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

Associação de Comunicação Social - A.C.S.

Vetículo: FOLHA DE SÃO PAULO

data: 01.10.83

pagina: 04

Bocaiúva lembra episódio de 68

RIO — O líder do PDT na Câmara Federal, deputado Bocaiúva Cunha, admitiu ontem que "o episódio Juruna parece tentar repetir o de Márcio Moreira Alves, em 1968, quando o Congresso foi fechado e saiu editado o AI-5. Mas, desta vez, isso não se repetirá porque não há apoio político para qualquer tipo de golpe, nem dentro nem fora do País. O que nós todos precisamos é de ajudar o Brasil a sair da crise".

Bocaiúva, que esteve reunido com o governador Leonel Brizola, no Palácio Guanabara, negou a convocação extraordinária da bancada federal para discutir o caso do parlamentar indio. "O partido só poderá tomar alguma decisão depois que a Mesa da Câmara se tiver reunido e comunicar qual a sua deliberação a respeito do assunto", explicou ele, acrescentando:

"Fui convidado para ir amanhã (hoje) a Brasília, o que é fora do meu habitual, para jantar com o presidente da Câmara, deputado Flávio Marçilio, que quer trocar impressões comigo a respeito do problema. E segunda-feira a Mesa se reúne, em caráter extraordinário, para examinar o pedido de enquadramento do nosso deputado no artigo 35 da Constituição Federal, que prevê ad-

vertência, suspensão e cassação de mandato."

Em sua análise da situação, o líder pedetista acha que "se tenta utilizar a ingenuidade política do Juruna para desviar a atenção da opinião pública de questões realmente graves como a fome".

Segundo Bocaiúva, "todo esse caso reflete um problema semântico. O Juruna sempre declarou, por exemplo, que o branco chegou ao Brasil e aqui já encontrou o índio, dono das terras. Ai o branco roubou as terras do índio, e por isso todo homem branco é ladrão. Ora, esse é o raciocínio intrínseco de sua raça, tão explorada e destruída pelos brancos, que somos nós".

Diante dessa realidade é que o líder do PDT não acredita que a Mesa decida pela cassação, e finaliza: "Nós, do Congresso, que convivemos permanentemente com o Juruna, sabemos da sua linguagem habitual, e da honestidade de suas intenções. Ele nunca quis prejudicar ninguém, muito ao contrário, sempre se esforçou na defesa de idéias quase puras, na prática de um discurso repleto de expressões ingênuas. E, por isso mesmo, aparentemente agressivas. Não se pode esquecer que a sua presença como índio no Parlamento ressalta o Brasil na história dos povos."

Brizola e Ulisses vão encontrar-se 3.ª-feira

RIO — O governador Leonel Brizola, do PDT, e o presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães, vão encontrar-se, finalmente, na próxima terça-feira, em Brasília, conforme revelou ontem o líder pedetista na Câmara, deputado Bocaiúva Cunha, que acrescentou não haver ainda apenas o local e a hora exatas para a reunião, cujo tema será a campanha pelas eleições diretas para a sucessão presidencial. Três fatores impediram Brizola de realizar esse encontro na última quinta-feira, também na Capital Federal, como havia sido previamente combinado: o retoque final na proposta orçamentária que seria enviada ontem à Assembleia Legislativa; a vinda do presidente Figueiredo ao Rio e o desdobramento inesperado do discurso do deputado Márcio Juruna (PDT-RJ) na Câmara Federal.

Tancredo fala em Recife

RECIFE — "Temos que encontrar, no consenso das forças políticas, os meios hábeis para o restabelecimento das eleições diretas para a Presidência da República e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte" — advertiu o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, ao pronunciar conferência na Fundação Joaquim Nabuco, no seminário "As eleições e o processo político brasileiro". Muito aplaudido e aguardado com curiosidade, Tancredo Neves por diversas vezes foi obrigado a esquecer o tema principal da sua exposição, para responder a indagações sobre o consenso.

Violência contra garçom

BRASÍLIA — O filho do ministro da Justiça, Paulo Abi Ackel, 20 anos, agrediu há dias o garçom do Ministério. Jair Ferreira Pena, de 52 anos. Ele irritou-se com um atraso de 35 minutos no atendimento de um pedido de café e água e recebeu aos gritos o funcionário à porta de seu gabinete, no 3.º andar da sede do Ministério, empurrando-o violentamente para o corredor. "Quem manda aqui é meu pai e depois sou eu" — esbravejou Paulo Abi Ackel, segundo depoimento de testemunhas. Duas funcionárias presenciaram a cena e ouviram do filho do ministro da Justiça a ameaça de botar o funcionário "no olho da rua".

Defesa poderá ser feita por Brossard

PORTO ALEGRE — O ex-senador Paulo Brossard (PMDB-RS) disse ontem em entrevista coletiva ter sido "sondado" pelo PDT para fazer a defesa do deputado Márcio Juruna e que aceitará com satisfação este trabalho, mas que espera um convite oficial da agremiação. O jurista gaúcho não quis adiantar as bases em que fará a defesa, explicando que aguarda algumas peças do caso, como o discurso do deputado Juruna, que conhece "apenas pela imprensa". Brossard, no entanto, revelou que a decisão da Mesa da Câmara será irrecorrível e disse estranhar que o pedido de cassação apareça "exatamente no momento em que o secretário do Tesouro norte-americano, Donald Regan, investe contra o Congresso brasileiro".

"É uma coincidência curiosa, observou o ex-senador, que pode ser somada ao episódio do relatório Saraiva, ao caso das polonetas e à declaração de Jacques de Larosière, diretor do FMI, de que o Brasil pode desaparecer no ralo. Creio que a solicitação da cassação do deputado Juruna está servindo

de pretexto para desviar a atenção da opinião pública destes problemas".

No seu entender, a falta de investigação de casos de corrupção envolvendo autoridades federais termina por gerar "uma complacência da qual resulta a opinião de que os homens públicos são desonestos."

Caso aceite fazer a defesa de Juruna, este será o primeiro trabalho jurídico de Brossard para o PDT dentro do convite já feito pelo governador Leonel Brizola para que ele auxilie o partido em diversas questões. A partir de ontem, o ex-senador passou a acompanhar detalhadamente o assunto.

Por sua vez, o presidente nacional do PDT, Doutel de Andrade, disse ontem que a Câmara Federal saberá analisar "em alto nível" a questão da cassação de Juruna, "de forma a não violentar a sua soberania". Segundo o dirigente, "Juruna, por sua etnia, é uma figura singular no Parlamento. Não é um deputado qualquer e representa o resgate de uma população de cinco milhões de pessoas".

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
 Associação de Comunicação Social - A C S

veículo: FOLHA DE SÃO PAULO

data: 01.10.83

página: 04

Deputados oposicionistas dizem que governo ameaça o Congresso

BRASÍLIA — As declarações dos porta-vozes do Palácio do Planalto, Carlos Átila, e do Ministério do Exército, general Otávio Resende, salientando o interesse na cassação do mandato do deputado Mário Juruna, foram consideradas por parlamentares oposicionistas como parte do "contexto de intimidação geral contra o Congresso, com vistas à aprovação do decreto-lei 2.045", segundo as palavras do 1º vice-presidente do PMDB, Teotônio Vilela. No PDS, a cassação foi considerada extremamente improvável pelo senador Marco Antonio Maciel.

Teotônio criticou não só essas manifestações oficiais, como também o próprio comportamento da oposição, que, no seu entendimento, deveria estar mais articulada e ser mais enérgica na reação "a essas pressões que estão surgindo de todos os lados". A crítica de Teotônio coincidiu com a ausência, em Brasília, ontem, de todos os líderes das bancadas oposicionistas, apesar dos desdobramentos do caso Juruna.

O secretário-geral do PMDB, Francisco Pinto, declarou: "Não é das atribuições do Ministério do Exército definir o que seja harmonia entre os poderes. O que está provocando desarmonia são declarações como as do porta-voz Carlos Átila ou do ministro Delfim Neto, quando afirma que há muito vagabundo falando em nome do operariado."

"É claro - prosseguiu Francisco Pinto - que nem todos os ministros são desonestos, mas na verdade o deputado Juruna nada mais fez que reproduzir acusações de que alguns ministros são corruptos."

Segundo o secretário-geral do PMDB, essas declarações "visam a influenciar o estado de espírito dos parlamentares menos resistentes, a

exemplo do que tem ocorrido em outras ocasiões."

Para o vice-líder do PDT, Brandão Monteiro, "o governo federal está tentando criar uma crise artificial com o chamado caso Juruna e o que se pretende na verdade é encurralar o Congresso Nacional nas proximidades da votação do decreto-lei 2.045."

No PDS

As declarações do porta-voz do ministro Válder Pires foram recebidas com naturalidade pelo líder do governo no Senado, Aloísio Chaves. "No caso, a exigência que se pode fazer é quanto a uma apuração dos fatos, competindo à Câmara dos Deputados tomar as providências necessárias. É assim que eu entendo essa manifestação em nome do ministro Válder Pires", disse Aloísio.

O líder, no entanto, considera muito graves as afirmações do deputado Mário Juruna. "Ele envolveu a todos na mesma acusação. Qualificou os ministros de ladrões e de outras coisas mais. O que pode ser mais grave do que isso?" - indagou.

Para Aloísio, a decisão da Câmara sobre o caso "será uma decisão política. A Câmara terá que fazer uma avaliação desse episódio". Ele acha necessário coibir certos abusos e prega maior autocontrole dos parlamentares.

Também o senador Marco Antônio Maciel abordou o assunto ontem e prognosticou: "A cassação do mandato do deputado Juruna é extremamente improvável." Ele descartou a hipótese de que o governo esteja pretendendo reviver o clima que marcou, em 1968, a cassação do deputado Márcio Moreira Alves e observou que o estágio político atual é totalmente diferente da daquela época.

Juruna

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍGENA Assessoria de Comunicação Social - A

Venculo: FOLHA DE SÃO PAULO

Data: 04.10.83

Página: 05

O deputado lamenta adiamento

BRASÍLIA — Juruna recebeu a notícia do adiamento no gabinete do deputado Amauri Muller (PDT-RJ), onde passou quase toda a tarde. Em silêncio, ouviu todos os comentários sobre os possíveis desdobramentos do caso e lamentou a espera de mais um dia: "Deviam resolver esse problema, não deixar para amanhã", disse, ao ouvir o relato feito por um colega de bancada.

Em seguida, Juruna lamentou ainda que em "toda essa história, esqueceram dos pataxós e foi por causa deles, pela exploração que está acontecendo com eles, que eu fiz o discurso. Eles estão sofrendo lá na terra, pode ter muita morte ainda dos índios e todos esqueceram isso". Lembrou o cacique que seu discurso do dia 26 de setembro foi feito logo após receber as notícias e fotografias da transferência dos pataxós, que estavam na fazenda Providência e foram levados para a fazenda São Lucas, dentro da reserva indígena de Caramuru-Paraguaçu, em Pau-Brasil (BA).

Nas fotografias, policiais militares comemoravam a transferência com bebidas alcoólicas, enquanto cerca de cem índios pataxós permaneciam na beira da estrada esperando decisão da Funai, que não sabia para onde levá-los. "Pobrezinhos — disse — estavam sem ter para onde ir e os outros comemoravam. E assim que sempre tratam os índios."

"Cabe apelarmos a V.Excia. em saber compreender que o Mário não quis ofender ninguém, mas procurou mostrar que enquanto V.Excia. busca no Palácio do Planalto ditar normas que acrescentem melhorias ao País, pessoas do 2º e do 3º escalão ficam a manchar o nome de seu governo, desviando objetivos propostos nas leis constituídas para favorecer interesses próprios ou daqueles que fazem valer seu poder de força em detrimento da justiça e do direito".

Este é um trecho do documento que caciques de três grupos indígenas entregaram ontem no Palácio do Planalto, dirigido ao presidente Figueiredo, em defesa do deputado Mário Juruna, ameaçado de perder o mandato por ter chamado, da tribuna, o Presidente e seus ministros de "ladrões".

Os caciques — Rugalo, dos calapalós, Aritana, dos iavalapitis, e Raoni, dos txucarramães — chegaram ontem a Brasília e reuniram-se com Juruna. O chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, leu o documento com atenção e, ao final, fez um único mas não muito estimulante comentário:

"O Presidente e os ministros não têm nada de pessoal contra o índio Juruna. E qualquer que seja o desfecho do episódio — que está entregue a decisão do Congresso — ele não afetará em nada o relacionamento do governo com a comunidade dos índios".

"Estou com a instituição"

Marchezan, ainda mais apreensivo, insistiu em sua tese e garantiu que faria todo esforço para o governo aceitar a suspensão de Juruna, arquivando qualquer possibilidade de confronto. "Acho que tenho condição para isso", afirmou o deputado governista. Mas outra vez um membro da Câmara tentou desmontar-lhe o argumento lembrando o seu mais recente insucesso em tentativa do gênero.

Na terça-feira passada, Marchezan, após avistar-se com o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência, João Leitão de Abreu, comunicou à Mesa da Câmara que o convencera a estancar na raiz o plano de envio à Casa de ofícios ministeriais pedindo a punição do deputado. Em contrapartida, a Mesa diretora assumira a iniciativa de censurar o parlamentar. Leitão de Abreu, de fato, pretendeu honrar o compromisso assumido, mas não contou com a aprovação do presidente Figueiredo e antes mesmo que pudesse dissuadir o chefe do governo foi atropelado pelo pedido encaminhado à presidência da Câmara pelo ministro Delfim Neto, que se antecipou em 24 horas a seus colegas, inclusive os ministros militares.

A conversa com os três integrantes da Mesa da Câmara acabou de forma seca e incômoda para o líder do governo. "Marchezan, o que eu quero saber é se você está do lado das pressões ou da instituição (o Parlamento)?", perguntou-lhe Fernando Lira. "Eu estou com a instituição", disse o deputado do PDS.

Pouco depois, Marchezan tentaria vender a sua tese aos líderes oposicionistas, também reunidos em seu gabinete. Em vão. O líder do PMDB, deputado Freitas Nobre, disse-lhe que o seu partido estará solidário com o PDT, que defende a pena de censura para o seu parlamentar, e advertiu o líder governista de que qualquer tentativa de suspender ou cassar o deputado será rachada pelo plenário da Câmara. Marchezan não se deu por vencido. Foi então que o presidente da Câmara, Flávio Marclio, que se encontrava presente, interveio de forma fulminante: "Tudo bem, você quer a suspensão. Mas eu pergunto: você acha que a sua bancada aprova?" Marchezan calou-se.

A tarde, indagado por jornalistas sobre o que poderá acontecer se o presidente Figueiredo — o principal interessado na cassação do deputado — não aceitar a decisão que a Mesa da Câmara tomará hoje, Marchezan foi reticente: "Eu não posso adivinhar", disse.

A essa altura, parlamentares pedessistas e da oposição, inclusive os líderes de partidos, já trafegavam pelos corredores da Câmara consultando o artigo 158 da Constituição, que prevê a decretação do estado de emergência. Afinal, o senador Dinarte Mariz já se encarregava de reforçar os temores, espalhando a notícia de que o decreto estaria redigido, sobre a mesa do Presidente.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: FOLHA DE SAO PAULO
 data: 04.10.83
 página: 05

Gen. Serpa lança manifesto

BRASÍLIA — O general da reserva Antônio Carlos de Andrada Serpa advertiu ontem aos seus companheiros de farda que "não se deixem envolver em novas aventuras liberticidas", pois "ditadura neste quadro de recessão e fome será levar o País à guerra civil".

Em manifesto à Nação, Serpa relaciona o chamado "caso Juruna" e as pressões que, a respeito, vem sendo feitas contra o Congresso Nacional, como mais uma das "muitas coincidências equivocadas neste momento: escândalos divulgados pelas CPIs, pressões externas e a imposição do Decreto-Lei 2.045, verdadeiro atentado contra a segurança nacional".

Diante desse quadro, que, na sua opinião, teria o caso Juruna como simples pretexto, Serpa proclama que "os militares não podem continuar sendo responsáveis pelas desgraças da hora presente: entrega das riquezas nacionais, negociação da soberania nacional, recessão, desemprego crescente, corrupção e fome do povo". O documento foi lido no plenário do Senado pelo senador Henrique Santilo (PMDB-GO).

O manifesto

É o seguinte o pronunciamento do general Andrada Serpa:

"Diante da tentativa de pressionar o Congresso Nacional, a pretexto de declaração feita da tribuna parlamentar, pelo deputado Mário Juruna — legítimo representante do povo e da sempre lesada comunidade indígena — cabe-me, como há dois

anos, quando da solução do IPM do Rio-centro, o dever de me dirigir a meus concidadãos.

"Há muitas coincidências equivocadas neste momento: escândalos divulgados pelas CPIs, pressões externas e a imposição do Decreto-Lei 2.045 — verdadeiro atentado contra a segurança nacional.

"Autoridade moral para pronunciar-se não me falta. Jamais fui omissa nas crises graves de nossa

evolução histórica, e jamais comprometi a união

das Forças Armadas na subordinação a seus chefes legítimos.

"Percorrendo o Brasil em todas as direções, nos últimos cinco anos, falando em defesa da Nação realmente ameaçada, em sua soberania e independência, tenho recebido o impacto dos auditórios mais diversos: intelectuais, classe média, empresários, universitários e operários.

"Todos atribuem a nós, militares, a responsabilidade das desgraças da hora presente: entrega das riquezas nacionais, negociação da soberania nacional, recessão, desemprego crescente, corrupção e fome do povo.

"Sendo inegável a responsabilidade das Forças Armadas, pelos atos governamentais nos dois períodos de nossa História, em que foram avalistas do poder — o Estado Novo e os últimos vinte anos — venho mostrando que o movimento de 1964 esgotou-se em seus propósitos, não mais existe, pertence à História e só por ela poderá ser julgado.

"O status quo atual — suicida obstinação em manter o modelo econômico falido, crescentemente perverso — está conduzindo o País ao caos social. Só interessa a seus atuais beneficiários: a oligarquia gasta e despreparada.

"Em todos esses auditórios, venho reafirmando que os militares são nacionalistas e patriotas por formação. Cumprem deveres no interior dos quartéis, sujeitos à dura disciplina castrense na subordinação a seus chefes legítimos. Não deliberam, mas continuam expressão do povo brasileiro, renovada anualmente pela conscrição de milhares de jovens brasileiros. Casta nunca o foram no Brasil.

"Os militares adquiriram maturidade na sofrida evolução da Pátria nos últimos 40 anos. Sentem, pois, que é chegada a hora do afastamento das responsabilidades diretas do poder, reconduzindo as Forças Armadas à sua vocação histórica.

"Assim, estou certo de ir ao encontro das suas aspirações, ao declarar que só a eleição direta do Presidente da República pelo princípio majoritário, constituindo ruptura pacífica com o passado revolucionário, será o instrumento de reconciliação do povo brasileiro.

"Diante de tudo o que está acontecendo, o caso Juruna seria um simples pretexto. Velho soldado, embora na reserva, previno a meus antigos camaradas e aos jovens militares que não se deixem envolver em novas aventuras liberticidas. Ditadura neste quadro de recessão e fome será levar o País à guerra civil. Mantenham-se no cumprimento de seus deveres constitucionais e se unam, acima das ideologias, na defesa da soberania e da independência do Brasil."

Governador do Rio pede amadurecimento a todos

RIO — "Seria ridículo pretender transformar esse caso numa crise nacional", afirmou ontem o governador Leonel Brizola, ao comentar a eventual negativa por parte da Mesa da Câmara Federal de atender o pedido de cassação do mandato do deputado Mário Juruna. E refutou a possibilidade do episódio repetir o fechamento do Congresso, como em 68: "Vivemos numa época muito diferente."

Segundo Brizola, "é preciso que todos dêem demonstração de amadurecimento nesta fase da abertura democrática, na qual deve prevalecer sempre o espírito de convivência. Qualquer critério mais drástico seria inconveniente para todos".

O governador do Rio embarca hoje à noite para Brasília, onde vai se encontrar com o presidente nacional do PMDB, Ulisses Guimarães, para "trocar idéias de como procedermos, como partidos de oposição, para corresponder aos anseios populares, nitidamente demonstrados na defesa pela volta do pleito direto".

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

Veículo: O GLOBO

Data: 04.10.83

Página: 01

Planalto insiste na suspensão do manda

Câmara adia para hoje decisão sobre Juruna

A deliberação da Mesa da Câmara sobre os pedidos feitos pelos Ministros do Governo Figueiredo para que a Casa puna o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) será tomada em reunião marcada para as 10 horas de hoje. Ontem, a Mesa adiou a decisão duas vezes: para o início da tarde e, então, para hoje de manhã. Enquanto isto, o Líder do Governo, Nélson Marchezan, trabalhava em duas direções: junto aos Deputados, para obter a suspensão do mandato de Juruna; junto ao Planalto, para que o Governo se contentasse com uma censura pública. A tendência dos integrantes da Mesa era, até a tarde de ontem, a de optar pela censura. O Secretário-Geral do PDS, Deputado Homero Santos, disse que a censura é suficiente, e que poderia mesmo ser substituída por uma retratação de Juruna. Caciques recebidos em audiência pelo Ministro Leitão de Abreu disseram ter ouvido dele que o Governo ficaria satisfeito com uma advertência.

Página 4



O Cacique Raoni entrega a Leitão uma borduna, na audiência em que os índios foram pedir por Juruna

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Banco de Comunicação Social A.C.S.

veículo: O GLOBO

data: 04.10.83

página: 04

**PLANALTO INSISTE NA SUSPENSÃO,
MARCHEZAN TENTA CONCILIAR****Mesa da Câmara delibera
hoje sobre caso Juruna**

A Mesa da Câmara adiou para hoje às 10 horas a decisão a respeito dos pedidos de punição do Deputado Mário Juruna (PDT-RJ). Até a tarde de ontem, prevalecia entre os membros da Mesa a tendência a optar pela censura pública. A reunião foi adiada duas vezes (a primeira vez, para o início da tarde de ontem) na tentativa de chegar a uma decisão unânime. Durante o dia todo, o Governo, através de seu Líder Nelson Marchezan, pressionou para conseguir pelo menos a suspensão do mandato

de Juruna, decisão que não pode ser tomada pela Mesa, sozinha, pois depende de votação em plenário. O Secretário-Geral do PDS, Deputado Homero Santos, disse que a censura pública é punição suficiente para Juruna, e que poderia mesmo se substituída por novo pronunciamento em que Juruna se retratasse. Aos caciques Raoni, Aritana e Rugalo, que recebeu em audiência no Planalto, o Ministro Leitão de Abreu teria afirmado que a punição do Deputado será uma advertência.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

Associação de Comunicação Social - A.C.S.

Veículo: O CIOLE

Data: 04.10.83

Página: 04

CIMI

Cimi lança nota denunciando 'clima de guerra'

BRASÍLIA — O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), divulgou nota ontem manifestando o seu repúdio "à pressão e ao clima de guerra que se instauraram contra o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ)" e também a sua estranheza diante da proporção que o caso está tomando.

"Consideramos a pressão que se instaurou contra o deputado índio mais um ataque à sobrevivência dos povos indígenas, que estão sendo espoliados desde a colonização, têm suas terras roubadas e, agora, sofrem mais esta ameaça que atinge seu legítimo defensor no Parlamento", acrescenta a nota, divulgada após uma reunião entre a Presidência, a direção e os conselheiros do Cimi.

Homero Santos: Basta censura ou retratação

BRASÍLIA — O Secretário-Geral do PDS, Deputado Homero Santos, disse ontem que a censura pública pela Mesa da Câmara, ou ainda um novo pronunciamento do Deputado Mário Juruna esclarecendo o anterior, seriam as melhores soluções possíveis para o problema, por significarem "um ponto de equilíbrio" entre Congresso e Governo.

Para Homero Santos, a cassação do mandato de Juruna não é solução adequada justamente porque seria uma radicalização, não atendendo ao objetivo de manter o equilíbrio.

— Acredito que a Mesa, com bom senso e elevação de propósitos, saberá encontrar um ponto de equilíbrio para a solução do problema, defendendo a soberania do Congresso e ao mesmo tempo dando uma satisfação aos senhores Ministros que foram injuriados pelo Deputado Juruna. Outra solução seria o Deputado fazer um novo pronunciamento dizendo que não teve a intenção de ofender.

Ulysses: Esclarecimento do Deputado era suficiente

BRASÍLIA — O Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, disse que "o caso Juruna preocupa o País, como preocupa também todo o desacerto na área econômica". Ele afirmou isso em resposta a uma pergunta dos repórteres sobre se não temia um retrocesso político diante do eventual confronto do Executivo com o Legislativo por causa da disposição do Governo em exigir da Câmara a cassação do mandato do Deputado do PDT.

— O caso Juruna — disse Ulysses — preocupa a todos em função do aproveitamento que estão fazendo desse pronunciamento, pois o episódio em si ficou superado a partir dos esclarecimentos do Deputado. Quem se sentiu caluniado deve ter ficado satisfeito com os esclarecimentos do Deputado Juruna de que não teve intenção de agredir e ofender ninguém.

TANCREDO

O Governador Tancredo Neves disse ontem, ao chegar ao Palácio das Artes, em Belo Horizonte, onde abriu a fase final do Congresso Mineiro de Educação, que o "caso Juruna é uma interferência lamentável, dentro de um contexto que não justifica nenhuma apreensão, nenhum alarme".

O Governador separou inteiramente o pedido de cassação do Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) do episódio ocorrido em 1969 com o então Deputado do MDB Márcio Moreira Alves.

— O caso Moreira Alves foi eminente e deliberadamente político, acrescentando que não sabe dizer se o caso Juruna poderá contribuir para a criação de uma crise institucional.

FUNDACAO NATURAL DO INDIO
Assessoria de Com.

Veículo: O GLOBO

Data: 04.10.83

Página: 04

Caciques: Leitão garantiu que pena será advertência

BRASILIA — Os caciques Raoni, Aritana e Rugalo esqueceram as rivalidades de suas tribos no Parque Xingu e marcharam juntos, ontem, para o Palácio do Planalto, com a missão de defender o mandato do Deputado Mário Juruna.

Recebidos no fim da tarde pelo Chefe do Gabinete Civil, Ministro Leitão de Abreu, ouviram a afirmação de que Juruna não será cassado e sofrerá apenas uma pena de advertência.

A informação foi dada pelo índio Taokani, da tribo dos Bakairi, estudante de Comunicação no CEUB (Centro de Ensino Universitário de Brasília) e funcionário da Assessoria de Imprensa da Funai, um dos três indígenas que acompanharam os caciques, ao lado de Mário Terena, da tribo terena, piloto da Funai, e de Curirrete, da tribo carajá, vestibulando de medicina em Brasília.

— Levamos ao Ministro Leitão — informou Taokani — a nossa preocupação quanto à cassação de Juruna. Ele disse que Juruna não vai ser cassado, mas vai ser aplicada uma pena, uma advertência, conforme o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O Porta-Voz do Palácio do Planalto, Carlos Atila, que levou os fotografos para registrarem o encontro de Leitão de Abreu com os índios — quebrando-se a tradição de não se permitir fotos de audiências do Chefe do Gabinete Civil no Planalto — disse não ter participado da reunião e não desmentiu a informação de Taokani.

— Pode ter ocorrido uma avaliação do Ministro Leitão de Abreu dos informes que tem recebido da Câmara — disse.

Mário Terena informou — o que desta vez foi confirmado por Atila — que Leitão de Abreu declarou que os problemas do Governo com o ex-cacique xavante dizem respeito ao Deputado e ao cidadão brasileiro e não ao índio Juruna, tratando-se de uma questão de disciplina do Congresso Nacional.

Segundo Terena, Leitão afirmou não ter nada contra Juruna. Trata-se de um caso de comportamento de um Deputado em relação ao Regimento da Câmara, que vai ser resolvido pela própria Câmara.

Raoni, Aritana e Rugalo, os três mais representativos chefes de tribos do Xingu, se disseram bastante satisfeitos com a audiência do Chefe do Gabinete Civil.

— Foi muito bom o encontro, porque estávamos preocupados com Juruna — observou Raoni, chefe dos txucarramaes.

Aritana, chefe da tribo yawalapiti, declarou que a audiência foi boa porque Leitão de Abreu ouviu o que os índios tinham a dizer.

— Gostamos muito, porque serviu para maior paz e respeito entre brancos e índios — disse Rugalo, chefe da tribo calapalo.

Raoni presenteou Leitão de Abreu com uma borduna txucarramae, enquanto Rugalo deu a Leitão, para entregar ao Presidente Figueiredo, uma borduna calapalo. O índio Mário Terena assinalou que as bordunas presenteadas demonstram fielmente o clima cordial da audiência, a que não faltou, inclusive, um pedido de Raoni para maiores verbas em 1984, destinadas à demarcação de terras indígenas.

O clima cordial reinante no fim da tarde no Planalto foi bastante diferente do clima estabelecido pela manhã, quando os caciques chegaram, e no início da tarde, quando retornaram ao Palácio, procurando falar com o Secretário do Presidente Figueiredo, Heitor de Aquino.

Os caciques foram ao Planalto por volta das 11h30m. Havia chegado a Brasília no sábado, num avião da Funai, sem permissão do órgão, depois de saberem, na quinta-feira, pelo Serviço de Rádio do Parque do Xingu, do pedido de cassação do Governo à Câmara.

Raoni disse, inclusive, que na sexta-feira havia tido um sonho no qual os deuses da tribo lhe pediam que ajudasse o ex-cacique Juruna.



Aritana (à esquerda), Marcos Terena e Raoni se solidarizam com Juruna (sentado) em seu gabinete

Reunião da Mesa foi adiada a pedido do Líder Marchezan

UNANIMIDADE

BRASÍLIA — A Mesa da Câmara deveria tomar uma decisão ainda na manhã de ontem, mas sua reunião iniciada às 9h10m, foi interrompida logo a seguir pelo Líder do Governo, que tinha feito contatos telefônicos com o Chefe do Gabinete Civil, Ministro Leitão de Abreu. A pretexto de que seria necessário ouvir todos os Líderes partidários, e que o Primeiro-Vice-Presidente, Paulino Cicero (PDS-MG), e o Terceiro-Secretário, Francisco Studart (PTB-RJ), não haviam lido os ofícios dos Ministros, o Presidente da Câmara, Flávio Marcellio, suspendeu a reunião, convocando outra para as 14 horas.

O Deputado Amaury Müller (PDT-RS), Quarto-Secretário, embora sendo contra qualquer tipo de punição a Juruna, demonstrou disposição de apoiar a censura pública, para não quebrar a unanimidade da mesa, segundo alegou. Já o primeiro-Vice-Presidente, Paulino Cicero, e o Segundo-Secretário, Ary Kffury (PDS-PR), têm apoiado, embora discretamente, a posição do Governo. O Terceiro-Secretário, Francisco Studart, não revelou sua posição, e estava sendo trabalhado por políticos do PDS, que tentam sua adesão à suspensão do mandato de Juruna.

Ao final da tarde, membros da Mesa admitiram que talvez venha a ser quebrada hoje a praxe de só tomar decisões importantes por unanimidade, praxe que Flávio Marcellio vinha tentando manter. O Deputado Fernando Lyra afirmava-se otimista quanto à possibilidade de consenso: segundo ele, o adiamento permitiria ao Senador Sarney e ao Deputado Marchezan demonstrarem ao Governo que a censura pública seria a melhor solução. A espera de uma contra-ordem do Palácio, porém, dirigentes do PDS pareciam dispostos a continuar tentando a solução exigida pelo Governo, e para isso era mantida uma estratégia de assédio aos membros da Mesa.

CONGRESSO É SOBERANO

No Palácio do Planalto, antes da reunião que teve com o Ministro Leitão de Abreu, com o Líder do PDS no Senado, Aloysio Chaves, e com o Presidente do PDS, José Sarney, o Líder do Governo na Câmara, Nelson Marchezan, disse que o Congresso é soberano para decidir sobre o caso do Deputado Mário Juruna, mas que o assunto ainda está sendo analisado.

— Deputado, o Governo aceita negociar a questão do caso Juruna? — perguntou um repórter.

— Isso é o que nós estamos tentando fazer — respondeu o Deputado, deixando entender que estava mostrando ao Executivo que o Congresso não decidirá pela cassação do Deputado.

— Eu tentei evitar esse episódio (o pedido de cassação do Deputado pelos Ministros) conversando com o Executivo. Mas também não vamos dizer que, só porque o Deputado Juruna é índio, ele pode usar a tribuna para dizer o que quiser. Em casos anteriores, os discursos foram censurados por antecipação e os parlamentares foram punidos — acrescentou o Deputado.

Irritado com a ponderação de um jornalista, que tentava explicar que Mário Juruna é tutelado e, portanto, não poderia ser cassado, o Deputado Marchezan encerrou a entrevista dizendo não estar ali para "agravar o Deputado Juruna".

ADIAMENTO

A reunião das 14 horas não durou mais do que meia-hora e nem chegou ao mérito da questão, pois, como era previsto, resolveu pelo adiamento — mas apenas até a manhã de hoje. Segundo fez questão de frisar Flávio Marcellio, não haverá mais possibilidade de protelar a decisão. O pedido de vistas foi feito pelo Deputado Francisco Studart, que negou ter atendido a apelo nesse sentido do Líder Nelson Marchezan. O próprio Studart disse que sua posição foi pessoal e não reflete uma orientação do PTB sobre o assunto.

Terminada a reunião, Flávio Marcellio conversou cerca de meia hora com José Sarney e o Presidente do Senado, Nilo Coelho, mas nenhum dos três comentou a conversa.

A censura pública é o único tipo de punição que pode ser decidido pela Mesa sem recurso ao plenário, necessário para a suspensão ou para a perda de mandato. Implica apenas a leitura da ata correspondente, em que se adverte o Deputado sobre seu comportamento, na primeira sessão subsequente. Esta opção teria a preferência do Presidente da Câmara, Flávio Marcellio, do Segundo-Vice-Presidente, Walber Guimarães (PMDB-PR), e do Primeiro-Secretário, Fernando Lyra (PMDB-PE). Para eles, é uma forma de atender à reclamação do Governo sem ouvir o plenário, alternativa que, segundo acreditam, resultaria na rejeição da punição pela Câmara e na criação de uma situação de confronto com o Executivo.

O Porta-Voz do Palácio do Planalto disse ontem que em relação ao caso Juruna o Congresso é soberano e que a decisão a ser tomada deve preservar a harmonia entre os poderes.

O Governo, segundo Carlos Atílio, estava dentro da Constituição quando pediu o enquadramento do Deputado com a perda de mandato (inciso 2 do art. 35.).

veículo: O GLOBO

data: 04.10.83

página: 04

Após o segundo adiamento, o xavante some de cena

FII
A

veículo: O CLOU
data: 04.10.83
pagina: 04

BRASÍLIA — Depois de ser informado de que a Mesa da Câmara adiará, pela segunda vez no dia, a decisão final sobre seu caso, o Deputado Mário Juruna seguiu os conselhos do Quarto-Secretário Amaury Müller (PDT-RS) e resolveu sair de cena, ficar em local fora do alcance de jornalistas e políticos. Segundo Müller, ele estava assustado com a gravidade do caso e consciente de que poderia ser "o pivô de uma crise muito mais séria".

Por que escolheram Juruna? — perguntou o ex-Cacique ao final da segunda reunião da Mesa, quando foi adiada a decisão para as 10 horas de hoje. Juruna já tomara conhecimento da insatisfação do Governo caso lhe fosse aplicada a simples advertência, recebera um enviado do General Andrada Serpa que lhe falou do manifesto de apoio que seria lido à tarde da tribuna e se reunira por quase uma hora com seis representantes da comunidades indígenas.

INQUIETAÇÃO

Ao sair de sua casa, antes das oito da manhã, Juruna estava tranquilo: "Espero justiça da Mesa". Logo depois, informado do primeiro adiamento, começou a ficar inquieto, desabafando na reunião com os indígenas. Para os Caciques Raoni e Aritana, que vieram do Xingu, e os representantes Marcos Terena, dos Terena, Estêvão, dos Bacairi, Milton e Urerretí, dos Carajás, Juruna disse:

— Que defeito tem Juruna? Já matou, já roubou ou foi quem fez dívida externa? Eu diz a verdade em defesa dos índios, em primeiro lugar, e do povo que sofre, em segundo lugar. Quem rouba terra de índio? E branco. Quem sobe custo de vida? E branco. Quem rouba madeira? E branco. Então, se não pode falar verdade, acabou Juruna. Não fique preocupados. Eu tá com vocês e vocês comigo.

Os representantes indígenas queriam entregar pessoalmente, ao Deputado Flávio Marçilio e ao Presidente Figueiredo, o documento de solidariedade que trouxeram. Aconselhado pelo próprio Marçilio ao telefone, Juruna decidiu: "Não vão não. Marçilio disse que situação tá ruim e pode criar mais confusão". Acompanhado do Deputado Gilson de Barros (PMDB-MT), ele foi pessoalmente a Marçilio, e ficou preocupado quando recebeu do economista Marco Antônio Martins uma cópia do manifesto do General Serpa: "Mais confusão?", perguntou a um de seus Assessores.

PDS a Líderes: Governo quer manter harmonia

BRASÍLIA — O Líder do PDS na Câmara, Deputado Nelson Marchezan, disse ontem aos líderes dos partidos de Oposição que o Governo espera da Mesa da Câmara uma decisão que preserve a harmonia entre os poderes da República e se declarou convencido de que o caso Juruna será superado.

— Não podemos permitir — disse — que tenham sucesso aqueles que desejam romper o equilíbrio entre os poderes e interromper o processo de abertura democrática. Acredito que a Mesa da Câmara está motivada para dar o problema uma solução elevada.

O Líder do PDS se negou a comentar possíveis desdobramentos da crise, caso o Governo e seus Ministros se sintam insatisfeitos com as medidas que a Mesa vier a adotar. Deu a entender, todavia, que o Palácio do Planalto não se inclina a aceitar passivamente qualquer solução.

— Aposto no entendimento, no diálogo e no bom senso — Aposto nisso porque é preciso crer na existência de uma saída. Se não for assim, estaremos concordando com a falência da nossa qualidade de parlamentares — disse.

Aos líderes do PMDB, Freitas Nobre; do PDT, Bocayuva Cunha; do PT, Eduardo Suplicy, e do PTB, Celso Peçanha, Marchezan, em longa conversa pela manhã, apresentou um quadro completo da situação e das expectativas do Governo. Demonstrou com argumentos que a decisão satisfatória seria no mínimo a suspensão do mandato de Juruna, ainda que por um período curto, uma vez que o Executivo tem consciência da inviabilidade da cassação do mandato do Deputado.

1

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
Arquivo da Comissão Nacional do Índio

Volume: CORREIO BRAZILIENSE

Data: 05.10.83

Página: 17

A SOMBRA DO DIA 13 **Juruna, dezembro de 68 e as tristes recordações**

2

COMUNICAÇÃO SOCIAL - A C S

Artículo: CONTEÚDO BRASILEIRO

Data: 05.10.83

Página: 17

MARCONE FORMIGA

Um ingênuo discurso, de um parlamentar inexperiente, o deputado Márcio Moreira Alves, no pinga-fogo da Câmara dos Deputados, incitando as "mocinhas casadoiras" a não dançarem com os cadetes e jovens oficiais, foi o pretexto para a edição do AI-5, no dia 13 de dezembro de 1968. Sentindo-se injuriado, e sob a pressão de militares, o governo resolveu processá-lo. A Câmara negou o pedido, em uma sessão histórica, marcada pela emoção, com muitas lágrimas, e os militares passaram a exigir uma resposta imediata para o que classificavam de ousadia do Legislativo. O presidente Costa e Silva, ameaçado de ser deposto, também decidiu não assinar nenhum ato naquele mesmo dia, para não caracterizar que estava agindo sob pressão. Agora, 15 anos depois, um outro discurso - o de Juruna - provoca reações, o pedido de cassação do deputado e leva os políticos a se lembrarem do dia 13 de dezembro de 68.

Costa e Silva já sabia exatamente o que iria propor seu ministro, por isso mesmo foi logo advertindo:

Eu não posso assinar nenhum ato, hoje. Não adianta insistir, ministro. Compreenda que se eu assim proceder me considero moralmente exonerado do cargo, porque estaria agindo sob pressão. E sob pressão eu não ajo, o senhor sabe muito bem disso. Além do mais se eu ceder agora, hoje, continuaria sendo pressionado.

Mais do que ninguém o presidente sabia que alguma coisa era preciso fazer para acalmar os ânimos dos militares informados com a decisão dos 216 parlamentares que votaram contra o pedido de licença para o STF processar o deputado Márcio Moreira Alves naquele dia (141 foram favoráveis e 12 se abstiveram).

Se alguma medida fosse tomada naquele mesmo dia 12 ficaria bem caracterizado que foi exercida uma pressão muito forte sobre ele, e a partir daí seria formado um governo paralelo. Se

Desolado, o presidente Costa e Silva estava trancado em seus aposentos no Palácio das Laranjeiras, no dia 12 de dezembro de 1968, e depois de muita insistência do auxiliar resolveu autorizar o acesso do ministro Gama e Silva, da Justiça, porta-voz dos militares que exigiam uma resposta imediata para a decisão da Câmara dos Deputados em negar o pedido de licença para o STF processar o deputado Márcio Moreira Alves, por injúria.

O ministro tinha chegado de Brasília, mas antes de ir ao encontro do presidente passou no Palácio da Guerra, onde ouviu dos militares que era necessário um instrumento para a retomada do processo revolucionário, uma vez que o governo tinha se enfraquecido com a decisão da Câmara.



Márcio Moreira Alves e Mário Juruna: dois discursos infantis de consequência explosiva

deixasse de dar uma resposta seria deposto, sem dúvida nenhuma - inclusive já havia articulação nesse sentido.

Afinal, o discurso pronunciado pelo deputado Márcio Moreira Alves, no pinga-fogo da Câmara dos Deputados, no dia três de setembro, era apenas um pretexto. Existia todo um clima estimulando o fechamento do regime, como greves, passeatas, pronunciamentos agressivos no Congresso, e o governo passando por um processo de desmoralização que exigia um instrumento de poder.

Inexperiente, o deputado aproveitou um espaço no

pinga-fogo para acusar as Forças Armadas de "valhaçouto de torturadores". Não satisfeito, e como estava se aproximando o dia da Independência, apelou que as mocinhas casadoiras não dançassem com cadetes e jovens oficiais nos bailes comemorativos da Independência, e que o povo não fosse assistir aos desfiles do Dia Sete.

Na mesma tarde cópias xerox do discurso circulavam em mãos de importantes militares de Brasília, e oficiais da linha dura passaram a pressionar o Palácio do Planalto, que resolveu processar o deputado por injúria.

Começava aí a crise que nos levou ao AI-5, editado no dia 13 de dezembro, depois que os parlamentares, em uma sessão histórica, com muitas e emocionadas lágrimas, Hino Nacional e tudo, decidiu não conceder a licença que não era pedida, mas praticamente exigida pelo governo (o deputado Djalma Maranhão renunciou à presidência da Comissão de Constituição e Justiça porque estava sendo pressionado a favorecer esse pedido, justificando seu gesto com a frase "ao meu rei dou tudo, menos a honra").

O presidente estava no Rio de Janeiro, e à noite, ao tomar co-

nhecimento da decisão do Congresso, preferiu ficar isolado, mas no dia seguinte, às 15 horas, assinava o AI-5 (instrumento jurídico que fulminou 1.577 políticos e institucionalizou a ditadura), um texto preparado pelo ministro Gama e Silva, com a devida supervisão dos três ministros militares, principalmente o general Aurélio de Lyra Tavares, Ministro do Exército, e principal defensor dessa fórmula.

As 20 horas, através de uma cadeia de emissoras de rádio e televisão, o locutor Alberto Curlia o texto do Ato Institucional e anunciava um pronunciamento do ministro Gama e Silva para explicar porque o governo havia resolvido editá-lo. Quando o ministro começou a falar o Congresso já estava fechado, e o Brasil iniciava uma das etapas mais tristes de sua vida republicana.

É fácil imaginar o que ocorreria se ao invés de incitar as mocinhas casadoiras a não dançar com cadetes e jovens oficiais o deputado Márcio Moreira Alves tivesse usado a linguagem do deputado Mário Juruna. Teríamos, além do AI-5, também o caos institucionalizado.

Fica bem evidenciado que os tempos são outros. Enquanto naquela época houve intransigência de parlamentares e militares (mais dos militares, vale acrescentar), que não buscaram um entendimento, não existem fatos que justifiquem a transformação de Juruna em uma versão nova (ingênuos os dois foram) de Márcio Moreira Alves.

Tirar do discurso do cacique-pedetista componentes de sinistrose política, ou a volta a 1963, é desejar que o Brasil volte a ter a mesma importância política que tem a tribo de onde Mário Juruna saiu para ser deputado.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo:	O ESTADO DE SÃO PAULO
data:	04.10.83
página:	1

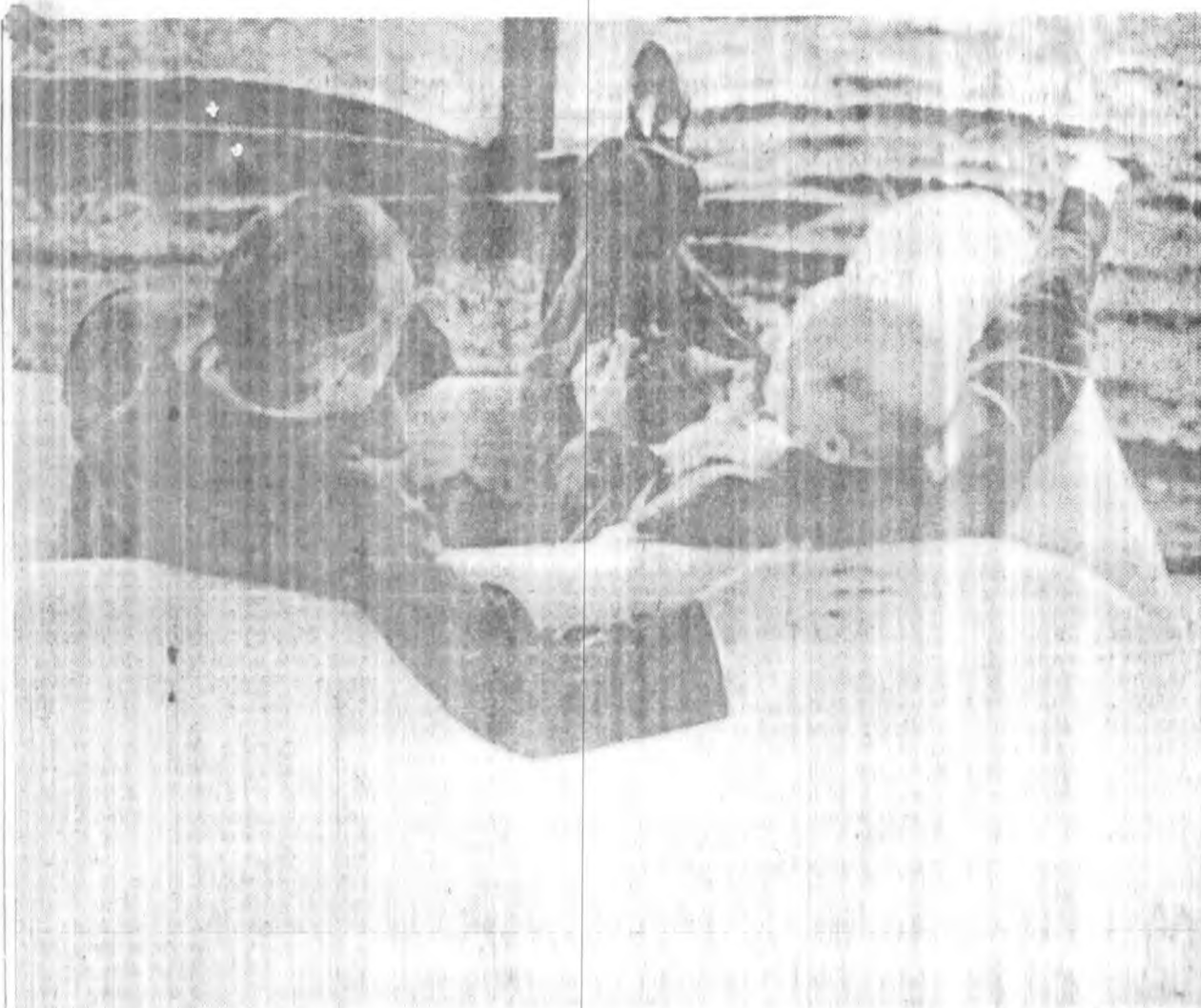


Foto Alencar Monteiro - Telefoto Estado

Sarney e Marcílio reuniram-se à tarde para discutir a forma de evitar um confronto

Decisão sobre o caso Juruna só sairá hoje

A Mesa da Câmara adiou para as 10 horas de hoje sua decisão sobre o caso do deputado Mário Juruna. Até lá, o senador José Sarney e o líder Nelson Marchezan tentarão negociar junto ao Planalto, para evitar uma confrontação entre o Executivo e o Legislativo. À tarde, Sarney tratou do assunto

com o presidente da Câmara, Flávio Marcílio. Entretanto, o ministro Leitão de Abreu garantiu a um grupo de índios que o governo acatará a decisão soberana da Câmara e o vice-presidente Aureliano Chaves adiou viagem a São Paulo para acompanhar os acontecimentos em Brasília.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: O ESTADO DE SÃO PAULO
data: 04.10.83
página: 4

Câmara vai decidir hoje o caso Juruna

Da sucursal de
BRASILIA

Por iniciativa do presidente do PDS, senador José Sarney, e do líder do partido na Câmara, deputado Nelson Marchezan, na tentativa de negociarem junto ao Palácio do Planalto uma solução capaz de evitar o confronto entre o Executivo e o Legislativo, foi adiada de ontem às 14 horas para hoje às 10 a decisão da Mesa sobre o episódio Juruna.

A posição da Mesa é a de advertir o deputado Mário Juruna (PDT-RJ), regimentalmente considerada como "censura" — que seria feita da presidência pelo deputado Flávio Marçílio, em termos enérgicos. Quaisquer outras sanções — suspensão do mandato pelo prazo máximo de 15 dias ou a cassação de mandato — dependem de deliberação do plenário — pelo menos 240 votos a favor, em votação secreta.

Desde domingo, Flávio Marçílio sentiu que não encontraria apoio da Mesa para uma possível pena de suspensão do mandato de Juruna. Apenas dois dos seis integrantes da Mesa o apoiaram na proposta — o 1º vice-presidente, Paulino Cicero (PDS-MG), e o 2º secretário Ary Kffuri (PDS-PR). Os demais só aceitariam a "censura" — Walber Guimarães (PMDB-PR), 2º vice-presidente; Fernando Lyra (PMDB-PE), 1º secretário; Francisco Studart (PTB-RJ), 3º secretário; e Amaury Muller (PDT-RS), 4º secretário. O sétimo membro da Mesa é o presidente Flávio Marçílio.

Além disso, a decisão de suspender o mandato de Juruna prolongaria o incidente e aumentaria a tensão entre o Legislativo e o Executivo. A decisão da Mesa abriria a Juruna o direito de ampla defesa e a matéria, submetida à decisão da maioria absoluta do plenário, continuaria acirrando ânimos no plenário, nas galerias e na opinião pública.

RETRATAÇÃO

A Mesa da Câmara espera receber, antes de sua reunião extraordinária desta manhã, ofício do deputado Mário Juruna endereçado ao presidente Flávio Marçílio, esclarecendo que no seu pronunciamento da semana passada não teve a intenção de atingir a honra de nenhum ministro de Estado, muito menos do presidente da República.

Em retratação de Juruna seria lida pelo presidente da Mesa e instruída o processo em exame, com os pedidos dos ministros de providências contra o parlamentar do PDT. Membros da Mesa acreditam que a iniciativa de Juruna poderá amenizar o ambiente e convencer o governo a aceitar a advertência formal da presidência da Casa.

Alguns deputados pedessistas foram informados pelos colegas que tiveram contato com o Planalto de que o ministro Leitão de Abreu, ao comentar o episódio Juruna teria dito que seria encerrado "com uma dura advertência da Mesa".

Ontem pela manhã, o líder Nelson Marchezan deixou claro nos seus contatos com o presidente Flávio Marçílio, com outros membros da Mesa e com líderes partidários que, para o Planalto, "a advertência não seria suficiente". Para tentar marcar a posição do PDS, os deputados Paulino Cicero e Ary Kffuri chegaram a admitir informalmente que dariam dois votos pela suspensão contra os quatro votos da oposição pela censura.

Na primeira reunião da Mesa, às 9 horas, Amaury Muller (PDT) alegou que não tinha conhecimento de todos os pedidos dos ministros, reclamando algum tempo para examiná-los. Marçílio concordou, transferindo a reunião para as 14 horas. No intervalo, iria conversar com os líderes em exercício do PTB e do PT — Celso Peçanha (RJ) e Eduardo Matarazzo Suplicy (SP) —, com os quais ainda não tinha discutido o assunto.

Suspensa a reunião, Nelson Marchezan — sempre alertando os líderes e parlamentares que o governo não considera suficiente apenas a censura ao deputado Juruna — manteve encontros reservados em seu gabinete com vários líderes — Pedro Simon, Freitas Nobre e José Fragelli, do PMDB; Celso Peçanha, do PTB; Bocayuva Cunha, do PDT; e Eduardo Matarazzo Suplicy, do PT. Por alguns momentos também participou da reunião o presidente da Câmara.

Também o presidente do PDS, José Sarney, entendia que a Mesa da Câmara deveria adiar sua decisão, a

fim de dar tempo a gestões político-parlamentares junto ao governo Figueiredo.

Num dos intervalos das reuniões, Fernando Lyra lembrou que não poderia a Mesa sugerir a pena drástica — cassação —, se Juruna não havia sido advertido, nem suspenso. "Aprendi nos meus tempos de CPOR que, antes de ser preso, teria de ser punido; antes de ser punido, teria de ser advertido pelo oficial superior" — disse ele.

Marçílio, sempre cercado de jornalistas, respondia sempre, ao ser perguntado: "Não estamos sob pressão. A Mesa não vai decidir sob pressão e nem iria permitir isso". Mas não escondia seu nervosismo.

Bocayuva Cunha, líder do PDT, ao ser informado por Marchezan de que o governo não se contentaria com a advertência formal, telefonou ao governador Leonel Brizola, colocando-o a par dos acontecimentos. O governador concordou que a suspensão, dependendo de deliberação do plenário, não seria a melhor solução. Até porque, segundo dirigentes e líderes do PDS, não haveria condições de o plenário aceitar a decisão, se a Mesa a chegasse a propor.

Segundo um parlamentar dos mais chegados a Marçílio, se a Mesa apresentasse ontem — ou vier a apresentar hoje — a pena de suspensão do mandato de Juruna e o plenário a rejeitar, "o presidente da Câmara renunciaria ao seu cargo". Mesmo assim, está sendo considerada remota a hipótese da suspensão, pois apenas dois membros da Mesa poderiam votar a favor e quatro votariam contra.

O pedido de vistas de todo o caso foi feito na segunda parte da reunião da Mesa por Francisco Studart (PTB-RJ) — depois de conversar com Sarney e Marchezan. Mesmo negando ter atendido a solicitações do presidente e do líder do PDS, o deputado Studart foi muito criticado na reunião pelos deputados Fernando Lyra, Walber Guimarães e Amaury Muller.

Após a reunião, Flávio Marçílio fez a comunicação à imprensa do adiamento da decisão para hoje, às 10 horas, devido ao pedido de vistas. Garantiu que Studart exerceu o seu direito, mas ele também exercerá o seu, de marcar nova reunião sem possibilidade de novo adiamento. "A decisão será dada na próxima reunião da Mesa" — garantiu o presidente da Câmara.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: O ESTADO DE SÃO PAULO

data: 04.10.84

origina: 4

Francisco Studart negou aos jornalistas a informação de que havia atendido a ponderações do PDS "Pedi vistas para dar meu voto livre e democraticamente. Pelo que ouvi, não há uniformidade nos pedidos dos ministros de providências contra o deputado Juruna. Agirei de acordo com minha consciência."

Depois de encerrada a reunião, Flávio Marçílio foi ao Senado falar com José Sarney. Pouco depois, o presidente do Congresso, senador Nilo Coelho, juntou-se a Marçílio e a Sarney. A alguns jornalistas, Marçílio admitiu: "O pedido de vista foi feito dentro das regras da Casa. Pode ser útil à distensão. A corda estava muito esticada e não poderia esticá-la ainda mais. Com mais algum tempo para gestões poderemos encontrar a melhor solução".

APOIO

Secretários de Interior e Justiça de oito Estados — todos com governadores oposicionistas — enviaram ofício ao presidente da Câmara, Flávio Marçílio, manifestando a certeza de que, no episódio Juruna, "o Poder Legislativo mais uma vez há de se firmar como Poder independente, autônomo, seguindo sua missão constitucional, mais viva ainda na atual fase da História brasileira".

Diz o documento: "Os ideais de Justiça impõem que a Câmara dos Deputados encare a manifestação do ilustre deputado Mário Juruna dentro da dimensão de sua origem étnica, seu ambiente cultural e suas limitações lingüísticas. Estamos certos de que a Nação espera que a Câmara sabará agir com serenidade, para que não haja punição que fira nossos anseios de Justiça".

Assinam o memorial os secretários de Justiça do Rio, Vivaldo Barbosa; de São Paulo, José Carlos Dias; de Mato Grosso do Sul, Carlos Juárez; de Goiás, Antônio Magalhães; do Amazonas, José Cardoso Dutra; de Minas, Silvio Abreu, e do Espírito Santo, Mário Alves. Deixaram de assinar os secretários de Justiça do Acre e do Pará.

Sarney e Marchezan buscam o entendimento

Das sucursais

O presidente do PDS, senador José Sarney, e o líder na Câmara, Nelson Marchezan, pediram ontem todo o empenho pela manutenção da harmonia e da independência entre os Poderes, no encaminhamento da solução para o caso do deputado Mário Juruna.

O senador dirigiu "apelo a todas as lideranças, que têm parcelas de responsabilidade, no sentido de que encontrem solução honrosa porque houve agressão violenta, injusta e indiscriminada contra todo o governo". Para Sarney, "deve-se buscar a harmonia entre os Poderes. O regime republicano se assenta em três Poderes harmônicos e independentes entre si. A harmonia é fundamental para sua sustentação".

Na mesma linha se pronunciou Marchezan: "Sou amplamente favorável à busca de entendimento para que não seja maior o atrito entre os Poderes". Ele aplaudiu a decisão da Mesa da Câmara de protelar a decisão sobre a matéria, "porque está procurando subsídios, mostra disposição de acertar".

O líder acredita que "vamos encontrar solução de consenso, atendendo aos valores que estão em jogo, e que será acatada por todos as partes envolvidas. Ninguém tem interesse em criar problemas que somente servem aos radicais, que querem torpedear o processo de abertura".

À noite, após contatos com o ministro-chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, o líder Marchezan disse que não havia novidades sobre o caso Juruna. "Vamos aguardar a decisão da Mesa", comentou. Ele também não confirmou a informação do presidente do PDS mineiro, Cristóvão Chiaradia, de que Leitão de Abreu opinara que o caso Juruna seria encerrado "com repreensão ao deputado".

O presidente nacional do PMDB,

deputado Ulysses Guimarães, por sua vez, disse ontem em Brasília que seu partido poderá concordar com a pena de "advertência" formal ao parlamentar, mas acrescentando que não há condições para suspender ou cassar seu mandato.

A exemplo da maioria do PMDB, Ulysses assegurou que a maioria do plenário não aceitará a suspensão do mandato, muito menos a cassação de Juruna. "É incrível tudo isso. Por que os ministros que se sentiram ofendidos não procuraram o Judiciário?" — indagou.

Na bancada pedessista, muitos comentaram que a melhor fórmula é anti-regimental — a suspensão do mandato de Juruna por ato exclusivo da Mesa. Esta sanção depende de deliberação da maioria absoluta do plenário. Há tempos o presidente Flávio Marçílio tentou mudar o regimento da Câmara, sem êxito. Pretendia dar competência à Mesa para suspender o mandato por até 30 dias, sem referendado do plenário. Hoje, esta poderia ser a solução capaz de evitar o confronto entre Legislativo e Executivo.

BRIZOLA

Já o governador Leonel Brizola afirmou, no Rio, que o caso Juruna não criará nenhum impasse institucional, "porque o processo de abertura exige tolerância e qualquer critério mais drástico, neste momento, seria inconveniente para a reconstrução democrática do País".

"Estou certo de que o presidente Figueiredo e todos os ministros vão entender que a decisão sobre o assunto pertence ao Congresso e que a ele caberá decidir com soberania. Seria ridículo fazer deste caso uma crise política, como pretendem alguns. Estamos vivendo uma época muito diferente de 1968: o caso Juruna não pode ser comparado com o caso Márcio Moreira Alves" — acentuou Brizola.



Marçílio e Sarney tentam solução que evite maior conflito

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

Assessoria de Comunicação Social / A C S

veículo: _____
 data: _____
 página: _____

Índios entregam apelo em favor do deputado

"Mário Juruna não quis ofender ninguém, mas procurou mostrar que, enquanto v. excia. busca ditar normas que acrescentem melhorias ao País, pessoas do segundo e do terceiro escalão ficam a manchar o nome do seu governo" — é o que afirma o documento enviado ontem ao presidente Figueiredo por um grupo de índios de várias tribos do Alto Xingu. O grupo, do qual faziam parte índios aculturados e já estudando em universidades, entregou o documento pessoalmente no Palácio do Planalto, a um funcionário do Gabinete Civil da Presidência. Outro documento foi entregue pelos índios ao presidente da Câmara, Flávio Marçílio.

Acentua o documento que tais pessoas desviam objetivos propostos nas leis constituídas para favorecer interesses próprios ou fazem valer seu poder de força em detrimento da justiça e do direito, como tem sido a questão dos pataxós, no Sul da Bahia. A esperança dos índios, conforme a carta enviada ao presidente Figueiredo, "é que esta mensagem possa restabelecer um relacionamento maior entre povo e governo, e que o episódio que provocou a situação de intrigas e aborrecimentos da parte do governo e dos índios seja superado com a compreensão e o sentimento de brasilidade, pois não podemos viver em clima de guerra com nós mesmos quando há o amanhã incerto a percorrer".

Liderados pelos caciques Raoni, aritana e Kugalo, oito índios chegaram ao palácio do Planalto pouco antes do meio-dia, e pediram para falar com o presidente Figueiredo. Eram representantes dos carajás, bacairis, terenás, txucarramaés, calapalos e auacadtis, todos se manifestando em solidarieda-

de a Juruna e acentuando que a sociedade tem de entender os valores de cultura de cada comunidade. Raoni, o único com "botoque" no lábio inferior, contou que há dias teve um sonho alertando-o para vir a Brasília, pois tanto Mário Juruna quanto João Figueiredo "estavam precisando de ajuda".

Os índios, tendo o terená Marcos, de nível universitário, como intérprete, esperaram a chegada de um assessor do Gabinete Civil para fazer a entrega do documento. Mais tarde o deputado Eduardo Matarazzo Suplicy (PT-SP), que chegava ao Palácio, falou com um dos assessores do ministro Leitão de Abreu e este informou que até o final da tarde eles saberiam se poderiam ser recebidos ou não pelo presidente.

O documento acentua que Juruna pôde se transformar em deputado graças ao projeto democrático do presidente Figueiredo, mas "ao mesmo tempo a figura desse deputado passou a fazer parte de piadas e gozações nos programas característicos, fomentando ainda mais o preconceito e o estereótipo do índio brasileiro junto aos demais brasileiros e principalmente nas crianças que serão o adulto de amanhã. fiabemoa — acrescenta ainda o documento — o quanto foi doído e desmoralizante para v. exa. e os ministros que compõem seu governo serem arrolados por adjetivos que feriram seu amor próprio. Porém, o que mais nos preocupou foi sabermos da irritação que provocaria em v. exa. o depoimento de Mário Juruna, homem simples por sua origem, onde não há burocracias e meias-verdades, mas acima de tudo a honradez e a dignidade".

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: O ESTADO DE SÃO PAULO

data: 04.10.83

página: 04



Fotos Adão Nascimento e Alencar Monteiro - Telefoto Estado

O cacique Raoni, um dos líderes dos índios que fizeram apelo em favor de Juruna

'Harmonia deve ser preservada'

Das sucursais

"Os poderes são independentes e harmônicos. Por isso, a Câmara deve tomar a decisão soberana, mas preservar a harmonia" — declarou ontem o porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, ao se referir ao caso Juruna. Por sua vez, o ministro-chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, garantiu que o governo acatará a decisão soberana da Mesa da Câmara sobre o assunto, ao receber, em seu gabinete, três caciques de várias tribos do Alto Xingu que estiveram no Palácio do Planalto pedindo compreensão para com o parlamentar do PDT. A saída, eles declararam-se tranquilos em relação à decisão que a Câmara deverá tomar hoje.

O porta-voz palaciano disse que os ministros de Estado foram convencidos a enviar o pedido de cassação do deputado Mário Juruna, depois que os ministros-chefes do Gabinete Civil e do Gabinete Militar o fizeram, pois o governo entendeu que a atitude do deputado configura o pedido de punição com base no artigo 35, item II, da Constituição Federal, que prevê perda do mandato.

Ainda assim, o porta-voz do Palácio do Planalto pediu encarecidamente aos repórteres que não lhe

atribuíssem pressões sobre o Legislativo para a cassação do deputado. Ele também acredita que o ato do deputado Mário Juruna não pode ser comparado ao episódio da cassação e fechamento do congresso do deputado Márcio Moreira Alves. "O caso atual é mais comparável ao caso do deputado Barreto Pinto (cassado em 1947 por falta de decoro parlamentar), e não ao episódio do Márcio Moreira Alves", afirmou Carlos Átila.

No encontro com Leitão de Abreu, o intérprete Marcos, índio aculturado da tribo Terena, frisou que, em função da posição do governo revelada por Leitão de Abreu, os índios deixaram de pensar em qualquer reação caso fosse determinada a perda do mandato de Juruna. Um documento dos índios foi entregue a Leitão de Abreu, que afirmou, ainda, não ter nada de pessoal contra o deputado. Segundo Taokani, da tribo dos Bacairis, o chefe da Casa Civil adiantou que Juruna não deverá ser cassado, mas terá contra ele a pena de advertência pelo regimento interno da Câmara.

Os índios apresentaram o presidente e o ministro-chefe da Casa Civil com duas bordunas.

O primeiro vice-presidente da Câmara, deputado Paulino Cicero

(PDS-MG), determinou a retirada das notas taquigráficas de alguns trechos de discursos de parlamentares que falaram ontem sobre o caso Juruna, como as expressões "ventre volumoso" e "estômago volumoso" com que o líder de plantão do PMDB, José Carlos de Vasconcelos (PE), se referiu a um ministro de Estado.

Foram cortados trechos do discurso de J.G. de Araújo Jorge (PDT-RJ) com referência às acusações de Juruna aos ministros, sobre o ministro Mário Andreazza e sobre o responsável pelo grupo Delfin, Ronald Levingson.

O governador do Pará, Jader Barbalho, evitou falar sobre as consequências do episódio, argumentando que o caso Juruna "é da alçada exclusiva do Congresso Nacional" e, mais precisamente, "da Mesa da Câmara". Disse, porém, não acreditar que haja uma pressão dos ministros, civis ou militares, para a punição de Mário Juruna.

Já o senador Dinarte Mariz (PDS-RN) previu ontem que o estado de emergência poderá ser implantado no País, a curto prazo, como condição necessária à manutenção da ordem pública e garantia da tranquilidade social.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo:	O ESTADO DE SÃO PAULO
data:	04.10.83
página:	04

Aureliano cancela viagem a SP

Da sucursal de
BRASILIA

O vice-presidente Aureliano Chaves cancelou ontem a viagem que faria a São Paulo, logo depois que a Mesa da Câmara decidiu adiar o exame do episódio Juruna, por entender que "não é hora de afastar-se de Brasília". Ele preferiu permanecer na Capital, acompanhando os fatos. "Acho que não posso deixar Brasília nestas 48 horas, esperando a decisão da Câmara dos Deputados no caso", explicou.

Políticos ligados a Aureliano comentaram que ele não concorda com os termos usados por Juruna, mas

considerou "desproporcional" a reação dos ministros, que pediram a cassação do deputado. Segundo esses políticos, o vice-presidente está muito preocupado com o clima de confronto criado em torno do assunto, "semelhante ao de 68, que culminou com o fechamento do Congresso".

Aureliano despachou normalmente, pela manhã, em seu gabinete na sede do Banco do Brasil, em Brasília. À tarde, retirou-se para o Palácio Jaburu, onde recebeu o senador Milton Cabral (PDS-PB) e o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), Ary Campista. O senador Cabral disse tê-lo

aconselhado "a organizar sua campanha à sucessão presidencial, para não ser atropelado pelo trabalho de outros candidatos". Cabral frisou ainda que as pessoas que apóiam o vice, como ele próprio, "devem começar a trabalhar sua candidatura".

Campista foi levado ao Jaburu pelo ministro Idelfonso Martins, do Tribunal Superior do Trabalho, e não quis antecipar sua preferência na sucessão. Aureliano deveria participar hoje, em São Paulo, da posse da diretoria do Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica e de um almoço na Câmara do Comércio Brasil/Estados Unidos.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo:	O ESTADO DE SÃO PAULO
data:	04.10.83
página:	04

"GUERRA CIVIL"

Em Brasília, o deputado João Cunha (PMDB-SP) e o senador Henrique Santillo (PMDB-GO) leram ontem na Câmara e no Senado um manifesto do general Antônio Carlos de Andrada Serpa em que o militar adverte que qualquer tentativa de lançar o País numa ditadura equivale a levá-lo à guerra civil. Denuncia também as pressões que têm sido feitas sobre o Congresso, tendo como pretexto o discurso do deputado Mário Juruna, os escândalos divulgados pelas CIPs e sua reação contra o Decreto-Lei nº 2.045.

Serpa acentua que "o status quo atual — suicida obstinação em manter o modelo econômico falido, crescentemente perverso — está conduzindo o País ao caos social, só interessa a seus atuais beneficiários: a oligarquia gasta e despreparada".

E observa que somente as eleições diretas para presidente da República, "pelo princípio majoritário, constituindo ruptura pacífica com o passado revolucionário, será o instrumento de reconciliação com o povo brasileiro".

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo:	O ESTADO DE SÃO PAULO
data:	04.10.83
página:	2

Índios repetem o que dizem as pedras

Sr.: Visto sem olhos em gaza, o discurso do índio-deputado Mario Juru-na nada tem a ver com o artigo 35, item II da Constituição e, muito menos, como a gota d'água, pois, até as pedras falam mal do homem branco. E se todos os índios do Brasil repetirem as palavras do cacique xavante? E, mais ainda, no pé em que as coisas estão, deve parecer a todo o brasileiro que é prudente não acender estopim curto, nem mesmo pavio comprido, em palol de pólvora. Num momento como este, qual é o brasileiro que não precisa pensar duas vezes antes de pressionar um Congresso que, por não ser só de índios, deve interpretar de outra forma o que é próprio dos índios? Quando mais não seja, no momento, há coisas mais claras e quem é que não quer ver? Por que só aquelas do índio-deputado devem ser vistas pelo Congresso?

Nem mesmo os insensatos, sem que

tivessem a repulsa de todos os quadra-dantes da Nação, a começar pelos quar-téis, se atreveriam a nos expor ao risco de que venha a se repetir o caso do deputado Marcio Moreira Alves. O jul-gamento das palavras proferidas por um índio-deputado e que, por ser índio deve ser deputado, é mais perigoso pa-ra a frágil estabilidade do regime de hoje do que aquelas daquele deputado no seu tempo. Ou será que o conceito de autoridade não é, para alguns, a resultante de um conjunto de atos equi-librados?

Como cidadão que ama o seu país, não devo julgar de outro modo o que a imprensa noticiou, por pensar que cabe a cada um daqueles cidadãos que to-maram tal iniciativa julgarem o que lhes é comum, aceitando o que o bom senso ditar, antes que, inexoravelmen-te, toda a Nação os julgue. Alcides Coelho Rosauro, Brasília.

Ministério do Interior
Fundação Nacional do Índio
Ass. Comunicação Social

Suma

NOTICIÁRIO
DO DIA

05 e 06 / 10 / 83

nº 157

acs

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
Associação de Comunicação Social A.C.S.

veículo: JORNAL DO BRASIL

data: 05.10.83

página: 03 caderno "B"

Zózimo

"Menu" especial

- Quem acusa os restaurantes do Rio de cobrar caro demais e oferecerem de menos, deve saber que o Cacique-Deputado Mário Juruna consegue driblar sabiamente as notas astronômicas.
- Há dias, escolheu o elegante Nino da cidade para jantar. Pediu um robusto prato de arroz, feijão e bife, tudo regado por uma garrafa de guaraná.
- Pagou Cr\$ 2.300,00.

FUNDACÃO NACIONAL DO INDÍO
Associação de Litteratura Social - A.C.S.

veículo: O ESTADO DE SÃO PAULO

data: 05.10.83

página: 04

Censura e desculpas: fim do caso Juruna

Da sucursal de
BRASÍLIA

Por seis votos a um, a Mesa da Câmara decidiu ontem aplicar ao deputado Mário Juruna (PDT-RJ) a pena de censura escrita, em razão da linguagem usada em seu discurso proferido na sessão do dia 26, "considerada imprópria, descortês e ofensiva às autoridades constituídas da República". Juruna enviou carta a Flávio Marcílio, afirmando que não teve a intenção de ofender ninguém.

Dos sete membros efetivos da Mesa diretora da Câmara, somente o 3º secretário, deputado Francisco Studart (PTB-RJ), votou contra, sob a alegação de que Juruna não deveria sofrer nenhum tipo de punição. "O Studart fez média com a opinião pública" — comentou o 4º secretário, Amaury Muller (PDT-RJ). "O deputado Studart votou para a imprensa, só para aparecer" — disse o 1º secretário, Fernando Lyra (PMDB-PE).

Em carta a Flávio Marcílio, o deputado Mário Juruna declarou:

"Comunico a vossa excelência que o discurso por mim proferido na sessão de 26 de setembro último, que está sendo objeto de exame por parte da Mesa da Câmara dos Deputados, trata da situação do indígena brasileiro, quando assiste suas terras sendo objeto de invasão e de ocupação indevida.

As palavras por mim usadas num discurso de improviso, de forma alguma visaram a atingir a honorabilidade de quaisquer ministros de Estado e, muito menos, do excelentíssimo senhor presidente da República.

A expressão apontada como insultuosa caracterizada apenas a tomada da terra do índio pelo branco."

A carta atendia aos objetivos de Marcílio e, pelas informações recolhidas do Planalto, poderia "acalmar" as autoridades que se sentiram ofen-

didas. O difícil foi fazer com que Juruna concordasse com os termos da declaração, entendesse a intenção da presidência da Câmara e, finalmente, desse sua assinatura.

Na véspera, Juruna enviou uma longa carta a Flávio Marcílio, que foi considerada "insatisfatória" e de clareza duvidosa. No lugar de manifestar que não teve a intenção de atingir a honra dos ministros e do general Figueiredo, o deputado do PDT preocupou-se mais, seguindo orientação de seus assessores, em defender os índios pataxós e os camponeses explorados pelos brancos.

Marcílio pediu ao líder do PDT, deputado Bocalúva Cunha, e ao secretário-geral da presidência, Paulo Afonso Martins de Oliveira, que tentassem mostrar a Juruna que deveria enviar outra carta.

O encontro foi realizado na manhã de ontem, no apartamento de Juruna, e o deputado não escondia seu desagrado diante da presença do líder do seu partido. Mas, depois de três ou quatro leituras do texto de apenas nove linhas, Juruna acabou concordando, "em homenagem a Flávio Marcílio", e assinou o documento, logo depois apresentado pelo presidente da Câmara na reunião da Mesa.

A obtenção de nova carta assinada por Juruna atrasou por mais de uma hora o início da reunião da Mesa. Enquanto a providência estava sendo tomada fora da Câmara, no gabinete de Marcílio, na sala da presidência, os membros da Mesa realizaram uma reunião informal, trocando idéias e impressões sobre o episódio.

Do lado de fora, muitos deputados e jornalistas faziam a mesma coisa.

As 11 horas, terminou a reunião informal, iniciando-se a reunião for-

mal. Alguns membros da Mesa, como Fernando Lyra (1º secretário) e Amaury Muller (4º secretário), disseram que a nova reunião seria apenas homologatória. "A decisão está tomada: advertência formal a Juruna" — confirmou o 1º vice-presidente, Paulino Cícero.

Mas a reunião formal demorou mais que o previsto. O motivo soube-se em seguida: surpreendendo a todos, o 3º secretário, Francisco Studart (PTB-RJ), apresentou voto discordando da "censura" e optando por nenhuma sanção a Juruna. Alegou que os pedidos dos ministros eram impertinentes e não deveriam ser acolhidos. Foi voto vencido.

A posição de Studart irritou aos demais integrantes da Mesa, principalmente dois que tinham anunciado antes sua posição — Ary Kffury (PDS-PR), que pretendia sugerir a suspensão do mandato, e Amaury Muller (PDT-RS), que defendia a tese de que não caberia nenhuma punição a Juruna. Ambos preferiram apoiar a posição de Flávio Marcílio, pela advertência.

Studart — que na véspera atendera ao presidente e ao líder do PDS, pedindo vistas do processo para forçar o adiamento da decisão — ontem se colocou contra o governo e contra seus companheiros de Mesa.

Compreendendo a posição de Amaury Muller, companheiro de partido de Juruna, o presidente Flávio Marcílio fez questão, na reunião, de exaltar o voto do deputado gaúcho.

Dentro de alguns dias, "depois que baixar a poeira", Flávio Marcílio vai reunir-se com os líderes do PDT, do PMDB, do PDS, do PTB e do PT, para discutir a linguagem parlamentar e a atuação da Mesa. Os abusos de linguagem serão coibidos na hora e quaisquer desvios censurados à publicação. "Prevenir é melhor do que remediar" — disse ele.

REVISTA NACIONAL DO INDIO
A Comunicação Social A C S

Titulo: O ESTADO DE SÃO PAULO

Data: 05.10.83

Página: 04

Aureliano nega clima de confronto

O vice-presidente Aureliano Chaves disse ontem em Brasília que a Mesa da Câmara "decidiu bem" o caso Juruna e negou que o episódio tenha criado um clima de confronto entre o Executivo e o Legislativo. Hoje, acentuou, existe no País "um esforço conjunto para superar dificuldades dentro do clima de convivência democrática".

Aureliano considerou a linguagem utilizada por Juruna "violenta e imprópria", mas reconheceu que não havia como caracterizar falta de decoro, como pretendiam os ministros.

Também o presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, considerou adequada a decisão da Mesa e confirmou que, nos seus contatos com líderes e dirigentes do PDS, insistira em que seu partido não apoliar a suspensão do mandato e muito menos a cassação de Juruna. Quanto à advertência, informou

que o PMDB seguiria a posição do PDT: "Se o PDT não aceitasse, teria nosso apelo". Quanto ao representante do PDT na Mesa, deputado Amaury Muller, sugeriu a indicação de um tradutor, "para que se possa ouvir Mário Juruna em sua própria língua e de acordo com seus próprios conceitos".

No Rio, um chefe militar de primeiro escalão considerou o desfecho do caso Juruna "apenas um acidente de percurso, mais um, mas que não vai impedir o prosseguimento do projeto de normalização política do País". Acentuou que as versões de maior impacto sobre uma reação do Exército carecem de fundamento, mesmo porque foram apresentadas sem que a própria Força fosse ouvida. Já um ministro militar afirmou que, apesar de todos os problemas que o País enfrenta, não há sentido em se falar em retrocesso político,

porque, ao invés de contribuir, causaria mais problemas.

O líder do PDT na Assembleia gaúcha, deputado Romildo Bolzan, por sua vez, acha que a Mesa da Câmara "perdeu uma grande oportunidade de se impor perante a Nação como Poder Independente". No seu entender, ao permitir que o discurso do deputado Mário Juruna fosse transcrito nos anais, "julga que não havia nada de anti-regimental". Agora, acentuou, "pela punição, a Mesa está-se contradizendo, comprovando que cedeu às pressões do Executivo".

CIDADÃO HONORÁRIO

O vereador Acilino Ribeiro (PMDB), da Câmara de Teresinha, apresentou ontem projeto concedendo a cidadania teresinense ao deputado Mário Juruna. Dos 19 vereadores, 14 subscreveram a proposição.

Mesa julgou o indígena e o deputado

Da sucursal de
BRASILIA

Ao decidir pela aplicação da pena de "censura escrita" ao deputado Mário Juruna, a Mesa da Câmara levou em consideração sua qualidade de indígena, mas também de deputado sujeito às normas regimentais e, ao mesmo tempo, quis "manifestar inteira discordância" com os termos do seu discurso, "de linguagem inadmissível e ofensiva à dignidade das autoridades constituídas". Além do mais, a decisão "reflete a firmeza (da Câmara) em não alimentar crises".

Essas foram, em resumo, as explicações dadas ontem, no plenário da Câmara, pelo seu presidente, Flávio Marçillo, ao anunciar a decisão tomada. Ao seu lado, estavam sentados todos os demais integrantes da Mesa com exceção do 2º vice-presidente, Walber Guimarães (PMDB-PR), que até pouco antes presidira a sessão.

A comunicação, aplaudida sem muito entusiasmo pelas bancadas do governo e da oposição, foi ouvida em silêncio pelo deputado Mário Juruna (PDT-RJ), sentado na terceira fila da bancada oposicionista. De terno bege, ele entrara em plenário um pouco antes, sorridente — o que é raro, pois em geral anda pela Casa de semblante fechado. Juruna atravessou o corredor central, cumprimentando e sendo cumprimentado por quase todos os colegas que encontrava pelo caminho. Tomou a iniciativa de cumprimentar o líder de plantão no PDS, José Lourenço (BA), e o deputado e

ex-coronel do Exército, Sebastião Curió (PDS-PA). Depois, subiu até a Mesa para cumprimentar os seus integrantes.

Marçillo começou então a ler sua comunicação, notando que no próprio dia em que o discurso de Juruna foi feito (26 de setembro), ele já o considerara "fora dos limites dos termos parlamentares, inadmissível". Por isso, aplicou a sanção constitucional e regimental de não autorizar a publicação. "Essa decisão, tomada de imediato — disse — caracterizou, bem expressamente, a nossa reprovação ao pronunciamento do deputado Mário Juruna."

Continuando a historiar os fatos, Marçillo falou dos ofícios dos ministros de Estado, vazados em termos diferentes, "mas, em conjunto, pedindo aplicação de medidas legais". Tendo em vista a atitude dos ministros, "a consideração que todos merecem" e "o reconhecimento de harmonia entre os poderes, sob a garantia das Forças Armadas (...) e cujos ministros também assinaram as representações", a Mesa foi convocada extraordinariamente para examinar os fatos.

A seguir, leu a nota emitida após a reunião da Mesa e explicou que se levou "em consideração a qualidade de indígena do deputado Mário Juruna, a sua incapacidade relativa, o seu não acautelamento ao meio em que vive e, conseqüentemente, a sua não exata compreensão de responsabilidade". Mas também o fato dele, como deputado, haver infringido "normas regimentais das quais não pode ficar livre".

A Mesa, ainda segundo Marçillo, teve o propósito de "manifestar inteira discordância com os termos do discurso em exame, da linguagem inadmissível e ofensiva à dignidade das autoridades constituídas, extrapolando mesmo a pessoa do presidente da República, que, além de merecer o apreço de todos nós, se impõe ao reconhecimento nacional, não apenas pelo cargo que exerce, mas, sobretudo, pela condução firme do processo democrático".

"A decisão tomada — acrescentou — reflete, além do mais, a nossa firmeza em não alimentar crises. Desejamos, exatamente, seja alcançada a estabilidade democrática, num clima de liberdade com responsabilidade e respeito mútuo."

E concluiu: "Os momentos difíceis que estão sendo vividos pelo País exigem compreensão e desprendimento, com a prevalência absoluta dos interesses nacionais. Asseguremos, pelo nosso esforço, compreensão e desprendimento, posição firme com responsabilidade, a marcha ascensional da procura da estabilidade democrática, valorizando nosso poder".

Logo depois, o deputado Eduardo Matarazzo Suplicy (SP), na condição de líder em exercício do PT, manifestou solidariedade a Juruna e discordância com a punição. Disse compreender a sua indignação diante da não apuração de denúncias e da "convivência das autoridades com respeito a tantas irregularidades". E acrescentou não concordar com a qualificação de "relativamente incapaz" conferida ao deputado.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO

AL. PSS. - da Comunicação Social - A L S

vôculo: O ESTADO DE SÃO PAULO

data: 05.10.83

página: 04

Átila: Figueiredo respeita a decisão

Da sucursal de
BRASÍLIA

O presidente João Figueiredo acata e respeita a decisão da Mesa da Câmara de punir o deputado Mário Juruna com a retratação e censura ao discurso que pronunciou da tribuna, mesmo considerando que a pena está aquém daquilo que foi pedido. A informação foi dada pelo porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, para quem os objetivos do pedido encaminhado pelos ministros de Estado (cassação do deputado) foram plenamente atingidos com a satisfação da sua honrabilidade e a preservação da dignidade das instituições, consideradas atingidas pelo discurso do deputado.

"A censura feita ao deputado, apesar de ter sido uma pena aquém daquela requerida pelos ministros, significa que a respeitabilidade do cargo e a harmonia de Poderes foi preservada. Com isto, ganhou o projeto de abertura do presidente João Figueiredo; com isto, o assunto está encerrado. Eu creio que de tudo resta a convicção de que realmente o exercício da função pública e o decoro parlamentar devem ser preservados. Acreditamos, inclusive, que o próprio deputado Mário Juruna, com a sua carta de retratação, reconhece isto e, no fundo, o objetivo do governo, que é o fortalecimento das instituições democráticas e a preservação do respeito à Constituição, foi também promovido e atingido com

essa decisão. De forma que o episódio está encerrado para o governo."

Para Carlos Átila, a preservação da harmonia entre os Poderes exige respeito recíproco. A iniciativa do Poder Executivo, segundo ele, estava fundamentada em fatos. Mas, como se tratava de uma penalidade, competia ao Poder Legislativo decidir. "O Executivo agiu dentro do seu âmbito de competência, pedindo a punição com base no artigo 35, item II, da Constituição. Então, o Executivo agiu dentro dos meios legais, e o Legislativo decidiu de maneira autônoma, como é próprio a um Poder constituído. De tudo resta a lição de que a abertura democrática do presidente João Figueiredo é fato" — concluiu o porta-voz.

"O Congresso tinha que decidir e decidiu. Isso é a liberdade dos Poderes" — disse, por sua vez, o ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos. Hoje, no boletim interno do Ministério da Aeronáutica, deverá ser publicada a íntegra da carta de Délio, na qual não solicita punição para Juruna e, afirmando que "onde todos são, ninguém é", solicita ao deputado que detalhe, dando nomes dos ministros que ele chamou de ladrões e corruptos ou se retrate publicamente.

O ministro interino do Exército, general Túlio Chagas Nogueira, não quis tratar do assunto, justificando, num rápido contato com os jornalistas, que a sua interinidade não lhe

permitia analisar o caso. E o almirante Maximiano da Fonseca, ministro da Marinha, que não assinou carta, pois estava no Peru, informou, por intermédio de seus assessores, que estava satisfeito com a decisão do Legislativo.

Para o ministro do Interior, Mário Andreazza, o fato de o Executivo ter acatado de forma plena a decisão da Mesa da Câmara "é mais uma prova cabal de que o compromisso do presidente Figueiredo de fazer deste País uma democracia está e continuará de pé".

"SOLUÇÃO NEGOCIADA"

Quanto ao presidente do PDS, senador José Sarney, o secretário-geral, deputado Homero Santos, e o líder Nelson Marchezan viram no desfecho do caso Juruna uma "solução negociada" com a colaboração do ministro Leitão de Abreu, da Casa Civil. "Foi uma decisão amadurecida do Congresso, evitando o aprofundamento da crise entre os poderes, cuja harmonia é essencial para o regime republicano" — comentou Homero Santos.

"Evitou-se o que se devia evitar, o conflito entre o Congresso e o governo, a desarmonia entre os poderes" — ponderou Sarney.

"A fórmula encontrada preservou a autonomia do Poder Legislativo e não afetou o relacionamento com o governo. É um caminho que deve ser seguido sempre que houver problemas" — frisou Marchezan.

FUNDAÇÃO
ALBERTO LOPES

Veículo: FOLHA DE SÃO PAULO

data: 05.10.83

página: 04



“Maneira de calar índio é arrancar sua língua”

Da sucursal de
BRASILIA

“A censura é normal na Câmara, mas não cala a boca de Juruna”, disse ontem o cacique Mário Juruna, depois de conhecer a decisão da Mesa da Câmara que lhe aplicou pena de censura devido ao discurso que pronunciou chamando ministros de ladrões. Juruna considerou uma vitória do Congresso a negativa de lhe impor suspensão ou cassação de mandato, conforme pedido do Poder Executivo, acrescentando que uma decisão mais drástica que a censura provocaria problemas e confusão, pois haveria protesto do povo. Disse que respeitará o regimento da Câmara e, quando não puder falar o que quer no Congresso, fará suas denúncias em comícios na praça pública. O primeiro deles poderá acontecer em São Paulo, de onde ele afirma ter recebido vários convites para falar aos camponeses e trabalhadores da cidade. Para o cacique, “boca se usa para comer, beber e também falar”, e a única maneira de fazer com que se cale seria “arrancar a língua”.

O deputado explicou que não fez retratação nem arrependimento pelo seu discurso e que sua carta apenas mostra a diferença no uso da linguagem entre o índio e o branco. Observou que a palavra “corrupto”, largamente utilizada pelo branco, não é conhecida do índio ou do caboclo do mato. “Nós, afirmou, dizemos ‘ladrão’ ou ‘gato’, mas falando o que eu falei não quis provocar ninguém.”

Juruna disse que gostaria de reunir todo o povo brasileiro para ouvir manifestações sobre o governo e comprovar se só ele tem palavras um pouco mais duras para definir o sentimento nacional em relação à equipe econômica. Disse que não pode arrepender-se do que falou porque não tem duas caras e que seu jeito de falar sempre será o mesmo. “Fico com o povo e tenho muito prazer em denunciar o sofrimento do povo brasileiro. A gente nasce para morrer, para falar e para xingar”, afirmou.

Mário Juruna lembrou que, quando um parlamentar fala, ele não deve externar apenas o seu sentimento mas sim refletir o sentimento do povo. Destacou que está na Câmara para cumprir uma missão e não pode abrir mão da tarefa de defender o povo que o elegeu. Ressaltou que suas palavras provocaram revolta certamente porque é verdade o que disse, pois “a verdade machuca”. Observou também que o fato de ser índio contribui para que as pessoas queiram reprimi-lo. “É verdade e dói”, frisou Juruna. Essa repressão sobre o índio, segundo o cacique, já vem de muitos séculos. Deu exemplo de homens que sofreram perseguições injustamente, como Cristo, que foi crucificado sem motivos, e Tiradentes, que foi executado porque queria a independência do Brasil. O deputado concluiu dizendo que “quem prejudica o povo brasileiro não é o Juruna e sim o 2045, que é pior que o Juruna”.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: JORNAL DO BRASIL

data: 05.10.83

página: 08

Chico



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: COPIADO BRASILEIRO

data: 06.10.83

página: 02

Juruna e as prerrogativas

JOSEMAR DANTAS
Da Editoria de Opinião

Por força desse episódio pouco edificante aos costumes políticos, em que se envolveu o Deputado Mário Juruna, é resposta em cena a questão das prerrogativas do Congresso Nacional. Desde quando, em 1968, o falecido Deputado Djalma Marinho se opôs à cassação do mandato de seu colega Márcio Moreira Alves, em parecer oferecido à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, esse problema vem rolando sem encontrar os termos definitivos de seu equacionamento legal. Naquela oportunidade, a resistência do Legislativo gerou patética situação de confronto entre Poderes, de que ele próprio foi o principal sacrificado.

A Emenda Constitucional de 29 de junho de 1982 tratou em parte, mas superficialmente, da matéria, deixando de regulamentá-la em toda sua extensão. As definições sobre inviolabilidade e imunidade processual ficaram aquém de justas e procedentes dúvidas, capazes de ensejar a perplexidade do Judiciário toda a vez em que for concretamente provocado. No caso da inviolabilidade, os parlamentares são considerados irresponsáveis "por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime contra a honra".

Todavia, outro dispositivo dessa Emenda, justamente a que reforma o parágrafo 5º da Constituição de 1969, tal como ficou conhecida a Carta de 67 depois de alterada pela Emenda de 17 de outubro daquele ano, estabeleceu a competência do Procurador-Geral da República para requerer a suspensão do exercício do mandato parlamentar "até a decisão final de sua representação pelo Supremo Tribunal Federal". Assim, o instituto da inviolabilidade restou submetido a dúbias interpretações, malgrado o dispositivo citado se aplique à eventualidade de crimes contra a segurança nacional.

Ora, os crimes contra a honra tanto podem ser enquadrados na Lei Comum quanto na Lei de Segurança Nacional, dependendo da qualidade do titular do direito atingido. Além disso a jurisprudência dos tribunais vem evoluindo no sentido de acolher as denúncias de violação da Lei de Segurança Nacional quando o delito imputado gerar perigo concreto à segurança das instituições, assim não ocorrendo, portanto, quando a lesão de direito só atingir especificamente a pessoa.

É fato que, quanto à imunidade processual, aplicável aos crimes praticados fora do exercício do mandato parlamentar, a Emenda nº 22 é muito clara, ao cometer à câmara respectiva o direito de decidir sobre a prisão, ainda que o processo penal possa correr independentemente de autorização legislativa. As dificuldades, pois, se situam no âmbito das definições sobre as prerrogativas constituídas no instituto da inviolabilidade, quando se crê, teoricamente, que o parlamentar é irresponsável "por suas opiniões, palavras e votos" proferidos em razão do exercício do mandato parlamentar.

A translúcida clareza do texto constitucional, que é exigência

fundamental para a segurança da ordem jurídica, inexistente no particular à questão da inviolabilidade e, por isso, responde pela crise aberta com as truculentas acusações formuladas pelo cacique Juruna. Não é por outra razão que alguns pronunciamentos da tribuna parlamentar seguem a linha sinuosa das metáforas, metonímias, hipérboles e outros blombos vernaculares para desarmar reações a injúrias às vezes mais graves do que as que estão sendo atribuídas ao cacique xavante.

Se, pelo menos, o Congresso Nacional houvesse regulado o Art. 145 da Constituição, através do qual se concede ao Poder Legislativo a prerrogativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, evidentemente nenhum parlamentar estaria praticando malabarismos retóricos para manifestar inconformidade e suspeita sobre determinadas decisões. Bastaria examinar esses atos concretamente e decidir sobre sua procedência e lisa das pessoas que os adotaram. Diga-se, contudo, que o Congresso ainda não está exercendo essa prerrogativa por sua própria culpa. E isso responde, em grande parte, pela crise causada por Juruna.



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social A C S

veículo: CORREIO BRAZILIENSE

data: 06.10.83

página: 07

Délio acusa Juruna de louco e leviano

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Délio Jardim de Matos, em sua carta enviada ao presidente da Câmara, Flávio Marçillo, pedindo o detalhamento da denúncia feita pelo deputado Mário Juruna - que em seu discurso do último dia 26 chamou todos os ministros de "ladroes" - destacou que "o deputado Juruna, com essas declarações, acrescenta agora, ao seu aculturado exotismo, uma falta de decoro inaceitável para o nível de responsabilidade a que a insensatez de muitos o elevou".

O ministro Délio, em sua carta, cuja íntegra foi publicada no noticiário da Aeronáutica, em sua parte dirigida ao público interno, acrescentou ainda que "condição de índio, ou melhor, de ex-índio, não é salvo-conduto e, muito menos, garantia de impunidade". E prosseguiu: "Quando todos são, ninguém é".

Na carta, o ministro da Aeronáutica dizia que o deputado deveria ser "instado por seus pares a detalhar a denúncia ou retratar-se dela porque não é

com loucos e oportunistas, aculturados ou não, que haveremos de encontrar a saída para o amanhã". O brigadeiro lembra também que tomou conhecimento das denúncias do deputado-cacique através do CORREIO BRAZILIENSE, no dia 27 e que, antes de qualquer atitude, procurou certificar-se da autenticidade das mesmas.

"Jamais deixei o Congresso sem resposta, fosse qualquer a acusação ou dúvida quanto aos meus procedimentos, - acentuou o ministro Délio em outro trecho da carta, justificando em seguida que crê na importância da crítica e no valor da denúncia, como instrumentos legítimos dos regimes democráticos. Mas, para ele, não é esse o caso pois, "o que se viu, a enxovalhar as tradições dessa Casa, foram palavras levianas de um irresponsável, atirando a esmo contra honras alheias, amparado na condescendência de uma platéia que aprecia esses espetáculos bufos que atentam contra a dignidade da instituição".

Brizola: caso foi positivo

Rio - Enquanto o governador Leonel Brizola chegava de sua viagem a Brasília, o deputado Mário Juruna (PDT-RJ) se dirigia ao Palácio Guanabara, sede do Governo. Ele queria agradecer ao governador o apoio recebido em defesa da causa indígena e quando foi informado de que Brizola seguiria do aeroporto diretamente para seu apartamento em Copacabana, decidiu encontrá-lo lá.

Esta arte de nós tolerarmos uns aos outros é que irá permitir a nossa construção democrática, disse o governador à imprensa ainda no Aeroporto Internacional, referindo-se ao encerramento do Caso Juruna. Ele garantiu que a decisão da Mesa da Câmara dos Deputados de apenas advertir o deputado, demonstra que o presidente Figueiredo e os minis-

tros de Estado não são intolerantes e estão preparados para a convivência democrática. E destacou que o Congresso Nacional funcionou à altura dos interesses do povo, tendo o episódio deixado saldo positivo para todos, inclusive para o deputado Juruna.

O deputado Juruna comentou que quer nova audiência com o presidente Figueiredo não para se desculpar do discurso, mas porque está procurando ajuda federal. Segundo ele, o chefe da Nação não pode guardar ódio, ele é o responsável de toda a nação brasileira. O Presidente tem que nos receber a todos sem se importar com a divisão dos partidos.

Sobre sua dificuldade em expressar-se em português, o cacique lembrou que seu primeiro contato com a língua foi aos 17 anos e "papagaio velho não aprende nada".

veículo: JORNAL DE BRASÍLIA
data: 06.10.83 Pss. 481, p. 247/398
página: 73

Caso Juruna deixou Figueiredo magoado

Mas admite que o episódio está superado

O presidente João Batista Figueiredo disse ontem, ao senador Otávio Cardoso, PDS-RS, que o episódio Mário Juruna está totalmente ultrapassado e que não guardava rancor. Mas, durante a conversa, o chefe do Governo confessou ter ficado amargurado com as colocações de Juruna.

"A gente às vezes fica amargurado, mas tem que compreender", disse Figueiredo ao ouvir do senador a ponderação de que

"como condutor do processo de abertura ele tem que aceitar esse tipo de coisa como decorrente da caminhada política".

Mas Figueiredo se queixou, dizendo que "nem sempre a reação dos políticos do PDS às acusações ao governo são imediatas". Otávio Cardoso explicou ao presidente que isso decorre, muitas vezes, dos parlamentares se instruírem para efetuar a defesa.

Studart explica voto contrário

O deputado federal Francisco Studart, do PTB do Rio de Janeiro, ao proferir o único voto contra qualquer tipo de punição a seu adversário político, deputado Mário Juruna, deixou o PDT, partido a que pertence o parlamentar-cacique, e seu chefe, o governador Leonel Brizola, em situação difícil.

Studart, que enfrentou Juruna nas urnas, nas últimas eleições e foi o penúltimo a votar, e o fez quando o placar já estava 5 a 0, poderia muito bem acompanhar a tendência e lavar as mãos, porque seu voto não alteraria o resultado final. Contrariamente a esta postura, o deputado Amaury Muller, do PDT do Rio Grande do Sul, fez questão de marcar sua posição — e a de seu partido — a favor da punição, quando poderia ter acompanhado Studart, que votara primeiro. Votando a favor, Muller interpretou também a posição do chefe, Leonel Brizola, a favor do castigo a seu companheiro de legenda.

Eis a íntegra do voto de Studart:

"Vivi, de ontem a esta parte do dia, momentos de consciência dos mais difíceis de quantos vivi nestes 50 anos de minha existência.

Ontem, ao pedir vista do dossiê Mário Juruna, ensinando o adiamento do exame da questão, arrotei com a incompreensão até de alguns colegas.

Necessitava, Sr. presidente, de um pouco mais de tempo para conhecer o processo Juruna e mais bem analisar o discurso que S. Ex^a pronunciou, ir fundo e profundo no texto; examinar, com acuidade, os vários expedientes dos Srs. ministros de Estado que se dirigiram à Câmara, ofendidos, segundo eles, pela fala do deputado, até porque essa múltipla correspondência não coincidia em forma, conteúdo e na visão de enquadramento se cotejado ofício por ofício.

Quanto ao discurso do deputado Mário Juruna, Sr. presidente, estou sinceramente convencido, por via de compreensão de todo o seu texto, que ao deputado não se lhe pode atribuir dolo, ânimo de caluniar, injuriar e difamar as autoridades do País.

Seu discurso é mais um grito da sua raça em extinção, esbulhada pelo "branco" há quase cinco séculos e, aí sim, selvagem é a cobra do "homem branco" sobre terras e bens.

Juruna fala que "está acabando com a nossa raça, está acabando a nossa fruta... está se acabando a fruta do Brasil...", referindo-se evidentemente às nações indígenas e aos meios de subsistência e sobrevivência.

Esse discurso, Sr. presidente, é uma peça de grande significado sociológico, etnológico, político e humano.



Francisco Studart, do PTB, explicou seu voto

Não é apenas o grito da MINORIA acuada, ou o "pranto xavante", como se referiu um ilustre jornalista, é mais: é aquela santa indignação que a gente encontra no cativeiro do povo hebreu, que só Deus pôde resgatar. É a reação de quem, sendo minoria em extinção, chega a um grande fórum de poder e percução para gritar o grito de desespero, da inconformação, da dor e da morte próxima, não para salvar a si, mas para preservar o que restou de uma civilização nativa que precede, em muito, à chegada do estrangeiro invasor.

Esse me parece ser o sentimento do deputado Mário Juruna.

Expressões injuriosas e incompatíveis com a linguagem parlamentar que saíram de sua boca têm o significado de esbulho, ou de má administração, ou de fracasso, ou de convicção, ou de fraqueza da autoridade, ou de incompetência, o "não resolver" para ele é a incompetência; ser "ministro do empresário" significa talvez ser mais ministro de nós outros do que ministro da Funai, como ele desejaria que fosse...

Ele revela mais adiante, dirigindo-se ao deputado Siqueira Campos: "V.Ex^a não é homem do campo, V.Ex^a é homem de escritório. Quem é homem do campo é Juruna, que conhece o problema de briga com a polícia, com a Funai, com o Exército, com o operário, é Juruna".

E arremata: "é Juruna que conhece muito bem, e conhece a cidade também".

Vejam V.Ex^{as} a seriedade do discurso. O deputado Juruna quer ser prevalentemente o porta-voz da comunidade indígena, neste discurso notadamente, mas diz-se conhecedor também da "cidade", isto é, dos problemas da sociedade brasileira, que ele e nós representamos em absoluto pé de igualdade.

É evidente que as inconveniências de seu discurso, as ofensas que ele contém, decorrem de um problema cultural, de questionamento antropológico cultural, portanto, de indagação científica.

Ter vivido 20 ou 30 anos em convívio com o "branco", como ele se refere a nós, não lhe anulou a textura genética, atávica e sensorial da sua personalidade de índio.

Mas Mário Juruna não é criança nem irresponsável. Pelo contrário, é um ho-

mem extremamente sério e compenetrado, que inspira respeito, muito respeito, que sente e sabe muito bem as coisas, mas sabe e sente diferentemente, porque é um ser diferente no seu organicismo psicológico.

Estranhei, Sr. presidente, que um dos senhores ministros de Estado, justamente um dos que pessoalmente mais admiro, haja se referido à "insensatez" de quantos contribuíram para a eleição do Sr. deputado Mário Juruna.

Estranho tal posicionamento porque se trata de um homem público da melhor formação cultural, profissional e política de nosso País.

S.Ex^a esqueceu-se talvez que o POVO é, na hierarquia humana, nos países democráticos, o valor mais alto, por isso dizer-se literalmente que acima do Povo vem apenas Deus.

Foi o povo que trouxe Mário Juruna a esta Casa. Era de todos sabido que era um índio. Os partidos políticos não lhe impugnam o registro; a Funai não excepcionou sua condição de tutelado; a Justiça Eleitoral não lhe opôs embargos. Essa mesma Justiça, encerrado o ciclo eleitoral, computados os votos, proclamaria eleito o candidato Mário Juruna, do PDT, e nenhum recurso foi interposto para impedir a diplomação do deputado.

A diplomação, Sr. presidente, é o pressuposto da legítima representação.

O Sr. Mário Juruna é um legítimo representante do povo brasileiro.

Vejo-o como tal; julgo-o como tal; seu exotismo é uma questão etno-antropológica, portanto científica e cultural.

Neste momento, quero encarar o episódio que ele representa sem abstrair-me um só instante da sua condição de parlamentar. Ser índio é uma circunstância. E ser o primeiro indígena a integrar um Parlamento no mundo é razão de justo orgulho. S.Ex^a é um deputado jurídica e politicamente completo. O que há de diferente nele, e temos isso a considerar, é a limitação instrumental que tolhe a capacidade de formular e expor o seu raciocínio, até porque, sabidamente, S.Ex^a pensa em língua xavante.

Quero considerar, Sr. presidente, que o decoro parlamentar é uma forma de comportamento que a Constituição Federal e o Regimento Interno nos atribuem privativamente de ajuizar. O tratamento e o costume parlamentares decorrem de uma tradição sedimentada no espírito da Instituição, historicamente, e a atenção, portanto; ao Decoro, passa a ser questão subjetiva desta Casa, no episódio em questão, ou do Senado Federal e da Câmara dos Deputados em tese.

Isto posto, com todo o respeito que me merece o Ministério do presidente João Figueiredo, não reconheço legitimidade às partes queixosas para argüírem junto à Câmara dos Deputados sobre a quebra de decoro parlamentar por parte de um dos nossos pares.

Em se tratando, pois, de iniciativas processualmente inconsistentes, e considerando a inexistência de representação de membro desta Casa, da própria Mesa ou de partido político, no sentido de sancionarmos a conduta do Sr. deputado Mário Juruna nos termos do Capítulo IV, Arts. 260, 261, 262, e seguintes, disciplinadores do Decoro Parlamentar, voto, o mais conscientemente quanto me autoriza a inteligência e minha consciência moral, porque sejam relevados os conceitos e expressões usados pelo deputado Mário Juruna no seu discurso de 26 de setembro último, e que o presidente da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições, haja por bem de escoimar e rever a oração do parlamentar para, só então, fazê-la publicar no Diário do Congresso Nacional.

Em conclusão, Sr. presidente, não aplico nenhuma medida disciplinar contra o eminente deputado Mário Juruna, primeiro pelos argumentos de ordem constitucional, regimental e processual, e, segundo, principalmente, porque sinto no fundo e no profundo do coração que a Nação brasileira não nos oferece respaldo e apoio para tanto, ao contrário, ela espera da Câmara dos Deputados coragem, compreensão e generosidade".

FUNDAÇÃO I

Assessoria de C

veículo:
 data: 06.10.83
 página: 04

CARLOS CHAGAS

Ninguém sai mais

Do recém-encerrado episódio Juruna tiraram-se vários ensinamentos. O primeiro, que o Governo, apesar de inicialmente caído em tentação, acabou fazendo uma mea culpa e, ao menos até o próximo confronto com o Congresso, terminou respeitando a Constituição e a independência entre os poderes. Falta-se em até o próximo confronto por causa do Decreto-Lei 2.045, que vem aí e poderá conduzir o Palácio do Planalto a novas incursões no plano das pressões e exigências contrárias ao sentimento majoritário no Legislativo.

A segunda lição, lateral no capítulo que envolveu o cacique, mas, nem por isso menos importante, é de que no Brasil, hoje, não sai mais ninguém.

No caso, trata-se de sair dos quartéis. Ou de não sair. O Governo não quis, mas, se quisesse, não conseguiria êxito em mobilizar seu antigo pano-de-fundo para aventuras ou concretização de objetivos institucionais menos sãos.

Ficou mais do que provado que ninguém mais poderá, tão cedo, contar com as forças armadas para quebrar a legalidade. Elas retornam aos quartéis como fruto de uma estratégia louável e aplaudida, do presidente João Figueiredo, ao promover a abertura política. Mas, também, por decisão e opção próprias, daquelas que se consolidam na vontade e na decisão do conjunto. Frustrar-se-ia qualquer dos auxiliares presidenciais de primeiro nível que tentasse movimentar o estamento castrense para transformar-se em avalista de interesses grupais ou massa de manobra de pressões.

Não há mais condições de fechamento do regime a partir da movimentação de militares. Não se usará de novo em vão o nome das forças armadas; por longa temporada ou até que surjam fatos relacionados com a preservação da ordem. Para concretizar ou satisfazer objetivos políticos menores e restritos, não mais.

Valem a repetição e a ressalva para continuarmos na análise de tema tão delicado: ninguém tentou, ao menos efetivamente, mas, se tentasse, não adiantaria. Surgiu cristalina a realidade de que a grande massa militar interessa mesmo refluir do palco para os bastidores, ocupando o lugar que a Constituição preceitua de mantenedora das instituições e da tranquilidade pública. E, isso, dos dois lados, pois se não houve correspondência ou clima para se mobilizar o sentimento castrense como reação aos destemperos verbais do aculturado exótico, também não se observou a menor sensibilidade militar para o absurdo manifesto do general Andrada Serpa, inutilmente buscando tornar-se depois da hora o campeão da democracia.

Houve um momento, no episódio Juruna, em que se temeu a encenação de um vídeo-tape de ocorrências anteriores, já relegadas ao lixo da História, e geradas pelo confronto entre Governo e Congresso. Afinal, nos últimos vinte anos, Castello Branco, Costa e Silva e Ernesto Geisel valeram-se do apoio e do prestígio das forças armadas para ameaçar a sociedade e golpear o regime por eles mesmo criado e modificado ao sabor de suas conveniências — ou dos grupos que os cercavam. Castello Branco, assinando o Ato Institucional nº 2 e estabelecendo a ditadura depois que Câmara e Senado lhe iam negar poderes extraordinários. Costa e Silva, retomando e ampliando a exceção, com o Ato Institucional nº 5, em seguida à Câmara dos Deputados haver negado aos três ministros militares licença para processar Márcio Moreira Alves, sob o pretexto de ofensa à hora das forças armadas. E Ernesto Geisel quando editou o "pacote de abril" de 1977 ao sentir que não passaria no Legislativo o seu projeto de reforma do Poder Judiciário. De Garrastazu Médici nem se fala, pois seu governo equivalia a um golpe permanente, com a marginalização completa da classe política e de seus valores.

Pois bem, desta vez, muitos chegaram a imaginar coisa parecida. Certas peças se encaixavam, principalmente depois que o Palácio do Planalto não só pediu à mesa da Câmara a cassação do mandato de um deputado por delito de opinião, mas, quando por seus porta-vozes, exigiu a degola de Mário Juruna, declarando insatisfatória qualquer outra medida porventura tomada por Flávio Marcílio e seus companheiros da Mesa da Câmara.

No fim, foi rebate falso, graças a Deus, mas naquele momento de apreensões e más lembranças, houve quem se dedicasse ao exame objetivo da conjuntura e dos fatores que poderiam levar a vaca para o brejo, isto é, à repetição dos lamentáveis retrocessos do passado. E o resultado foi surpreendentemente grato na medida em que revelou outra realidade. Não sairia ninguém, dos quartéis, caso engendrada a saída extemporânea.

Os militares não se prestariam ao papel de guarda pretoriana de interesses menores do Governo. Não só acatam a volta do País à democracia através da voz de comando de seu chefe maior como se integram na proposição. Concluem que depois de tanto tempo de intervenções em proveito de grupos restritos, simplesmente haviam servido de bionbo ou ariete para objetivos menores. Nada mudou, aliás, tudo piorou, apesar do apoio que deram à exceção, nas décadas de sessenta e setenta. Como e por que repetir a ladainha?

Credite-se essa mudança de concessão à própria democracia que começa a ser praticada, ao seu artífice e à natureza das coisas. Como, também, ao impasse dos dias atuais nos planos econômico, financeiro e social. As críticas, as denúncias, mesmo as mais virulentas, as radiografias e os debates realizados na imprensa, no Congresso, nas associações de classe e na opinião pública trouxeram em seu bojo essa singularidade: revelaram o País real, onde todos vivem, e sofrem, inclusive os militares, superior ao País fictício e distorcido que as intervenções teimavam em construir. Voltar ao passado e pretender abafar erros, distorções e favorecimentos em nome das instituições militares, não mais.

Tome-se um acontecimento, que nada teve a ver diretamente com o episódio Juruna, mas, coincidentemente, eclodido na hora em que se discutia a sorte do pescoço do cacique. O comandante militar do Planalto, general Newton de Oliveira e Cruz, de longa tradição no comando operacional da comunidade de informações, reuniu seus oficiais para a pregação de alguns conceitos de ordem política. Em suas palavras, segmentos do Congresso, da imprensa e de outros grupos tentavam desestabilizar o Governo, levantando acusações para ele infundadas de escândalos e de corrupção. Pois mais importante do que a reação de um jovem capitão, respectivamente sugerindo ao superior a leitura dos jornais do dia, foi o comportamento do auditorio. Depois de anunciar que estava prendendo por oito dias o menino que denunciou a nudez do rei, perdão, o capitão Sérgio Etchegoyen, o general Newton de Oliveira e Cruz facultou a palavra. E fez-se o silêncio constrangedor dos que nada tinham a comentar. Era a concordância surda, não com a tese, mas com o protesto.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: CORREIO BRASILEIRO

data: 06.10.83

página: 04

Presidente irritado com PDS
CASO JURUNA

O Chefe do Governo não ficou satisfeito com o fecho do processo contra o deputado Mário Juruna, embora haja reconhecido as dificuldades do líder Nelson Marchezan para obter punição mais forte. "O Juruna não tem condições de ser deputado. Quem diz isso, com todas as letras, não sou eu. É o presidente Flávio Marçilio, em seu discurso".

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo:	DIÁRIO EXPO DO BRASIL
data:	06.10.82
página:	04



Retrato falado

Ontem, no gabinete do presidente da Câmara, o comentário maior era o fim do caso de Juruna. Para alguns, a "relativa incapacidade" do índio era do Código Civil. Para outros, no Governo, a absoluta incapacidade era oriunda da opinião pública. O retrato falado era o de Delfim Netto.

Veículo: FOLHA DE SÃO PAULO

Data: 05.10.83

Página: 06

Juruna é punido apenas com censura

Após tensa negociação, a Câmara chega a acordo com o governo, que queria a cassação do deputado

Moreira Mariz



Juruna crê que a decisão foi a "melhor saída para não criar caso"

Honra ou carapuça?

SYLVIA CAIUBY NOVAES

...lá, por parte dos antropólogos, um grande silêncio face às repercussões do discurso do deputado Mário Juruna. Afinal, não se trata de uma questão a ser desvendada apenas pelos profissionais que se dedicam ao estudo da cultura. O fato assumiu proporções tais que superam em muito a sua real dimensão. E isso por várias razões.

Por mais precário que seja o domínio que Juruna tem de nossa língua, não creio que ele não soubesse o significado da palavra "ladrão". Na verdade, depois de tanto verem suas falas sendo há séculos espelhadas, a palavra é uma das primeiras palavras que os índios se vêem obrigados a aprender.

Por outro lado, creio que o discurso de Juruna deveria ter sido ouvido não o discurso de um chefe tribal se dirigindo indistintamente à sua comunidade, enfatizando a necessidade de seus membros se respeitarem, e terem "vergonha" (conceito-chave em inúmeras sociedades indígenas e que implica nas relações pessoais a partir de uma ética coletiva), de se ajudarem mutuamente, de falarem a verdade. A do chefe tribal, embora enuncie oficialmente cargos, não se dirige às coisas concretas que ocupam esses cargos. Nos discursos proferidos oficialmente, os chefes apenas mandam o seu recado. É um discurso de retórica e não de denúncia. E eles que estiverem em sua condição poderão dormir tranquilos. Eles que se sentirem atingidos

certamente irão tomar as providências cabíveis, que irão variar dependendo das circunstâncias.

Creio que é nesse contexto que deve ser entendida a fala de Mário Juruna. Certamente ele não pretendia ofender a honra pessoal de cada um que ocupa os cargos por ele enunciados e nem poderia prever as repercussões que seu discurso vem causando. Por outro lado, em termos genéricos, o que ele disse não constitui nenhuma novidade. As CPIs estão aí para provar metade do que se imagina que exista neste País em termos de corrupção e incompetência. Ocorre que as pessoas que denunciam a corrupção e a incompetência têm um melhor domínio do vernáculo e manobram eufemismos com mais facilidade que o xavantão Juruna (que por sinal muito lutou para que pudesse se expressar no Congresso em sua própria língua).

E de se perguntar, então, por que o Planalto se mostra tão ofendido pelo discurso de Mário Juruna. Seria essa atitude uma tentativa de desviar as atenções de problemas mais sérios que atormentam o ministério, como as imposições do FMI e a votação do DL 2.045?

Ou teria o discurso cristalizado todo o descrédito em que se vê o governo frente à população índia e não-índia? Mereceria o cacique-deputado uma advertência pela sua advertência? Neste caso, a advertência do Planalto parece se dirigir a todos que clamam contra a corrupção e a injustiça.

Sylvia Caiuby Novaes é presidente do Centro de Trabalho Indigenista e professora assistente da Universidade de São Paulo na área de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais.

BRASILIA — Depois de 12 horas de tensas gestões, a Mesa da Câmara dos Deputados chegou a um acordo com o Palácio do Planalto, decidindo apenas repreender o deputado Mário Juruna, por ter, em discurso, insultado o Presidente da República e seus ministros, chamando-os de "ladrões".

Juruna fez essa acusação no último dia 26, no plenário da Câmara, quando falava da situação dos índios brasileiros. Os ministros reagiram pedindo a cassação do mandato do deputado, com base no artigo 35, parágrafo 2º, da Constituição ("procedimento incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes"). No fim de semana, quando se pensou que o governo recuaria dessa posição, o Palácio do Planalto voltou a insistir que não abriria mão da cassação. Mas do aparente impasse passou-se à negociação, que resultou no abrandamento da punição a Juruna, conforme a "Folha" já noticiara.

Ao comunicar formalmente a decisão da Mesa — que fará uma censura escrita ao deputado — o presidente da Câmara, Flávio Marcellio, disse terem sido considerados "a qualidade de indígena do parlamentar, sua incapacidade relativa, seu não acultramento ao meio em que vive e sua não exata compreensão de responsabilidade, infringindo porém, como deputado, normas regimentais das quais não pode ficar livre, embora em apreciação primária".

Marcellio fez questão de assinalar que a decisão reflete "a firmeza da direção da Casa em não alimentar crises", acrescentando que "os momentos difíceis que estão sendo vividos pelo País exigem compreensão e desprendimento, com a prevalência absoluta dos interesses nacionais".

O presidente da Câmara frisou ainda que, antes da censura escrita, a Mesa já aplicara uma sanção ao deputado Juruna, retendo a publicação de seu discurso, e, ao decidir por essa nova punição, foi intenção da direção da Casa manifestar inteira discordância com os termos do pronunciamento.

Segundo disse, a linguagem ofensiva à dignidade das autoridades constitucionais extrapolou mesmo a pessoa do presidente Figueiredo, "que, além de merecer o apreço de todos nós, se impõe ao reconhecimento nacional não apenas pelo cargo que exerce, mas sobretudo pela condução firme do processo democrático, que faz com desprendimento, e cuja plenitude todos nós desejamos alcançar".

"Fez-se justiça"

"Sinceramente, fez-se justiça". Foi o comentário do deputado Flávio Marcellio, presidente da Câmara, logo depois que anunciou a aplicação de "censura escrita", ao deputado Mário Juruna, como sanção pelo seu discurso do dia 26 de setembro, da tribuna, no qual se referia aos ministros de Estado com termos que foram considerados injuriosos.

A decisão foi tomada após uma reunião de toda a Mesa da Câmara, que durou pouco mais de uma hora e meia. O 3.º secretário da Mesa, Francisco Studart, votou contra a aplicação de qualquer punição ao deputado. O 4.º secretário, Amauri Muller, colega de partido de Juruna, também dis-

Governo respeita decisão da Mesa, afirma Atila

BRASILIA — O porta-voz da Presidência da República, Carlos Atila, afirmou ontem que o governo respeita a decisão da Mesa "porque, dentro das normas constitucionais, a Câmara decidiu soberanamente e o Presidente e os ministros consideram o caso encerrado". O porta-voz adiantou que Figueiredo, logo pela manhã, já tinha sido informado de que a Mesa não puniria Juruna da forma solicitada.

Atila destacou que a retratação de Juruna "satisfaz" ao Presidente e aos ministros que se sentiram insultados com o discurso. E ressaltou que "o fato de a Mesa reconhecer, através de uma moção de censura, que o comportamento do deputado não era adequado representa, também, moralmente uma satisfação para a posição do Executivo".

Acentuou que a existência da harmonia entre os poderes requer de seus integrantes o respeito mútuo: "Nunca qualquer membro do Executivo se referiu ao Poder Legislativo ou a qualquer de seus membros nos termos em que o deputado Mário Juruna se referiu ao governo. Quer dizer, o governo aceita que sua iniciativa pedindo a punição se fundamentou em fatos".

Percebendo se a decisão não representava uma perda política do governo, Atila respondeu: "Somente se a decisão tivesse vulnerado um poder que a lei e a Constituição conferisse ao governo. O governo agiu estritamente dentro daquilo que a Constituição lhe faculta. A partir desse limite, onde começa a competência constitucional e legal da Câmara, ao governo não cabe ingerência. Por isso é que eu disse que em termo estrito, a decisão ficou aquém daquilo que o governo pediu."

cordou da sanção, mas acompanhou o voto da maioria. Explicou sua discordância num voto em separado. Todos os demais votaram a favor da censura escrita, considerando "imprópria, descortês e ofensiva" a linguagem utilizada por Juruna em seu pronunciamento.

Pela manhã, Juruna havia sido convencido pela Mesa e pelos líderes a fazer uma carta de retratação, na qual afirmara: "As palavras por mim usadas, num discurso de improviso, de forma alguma visaram atingir a honorabilidade de qualquer ministro de Estado e, muito menos, do excelentíssimo Senhor Presidente da República".

Na versão do líder do governo na Câmara, Nelson Marchezan, além da reunião que ele teve com o ministro Leitão de Abreu, segunda-feira à tarde, ontem houve telefonemas para o Palácio do Planalto, antes que afinal o presidente Figueiredo desse sua concordância para o tipo de solução encontrada.

"O Presidente concordou com a solução negociada — explicou Marchezan. Ele teve, no episódio, um papel conciliador. E a Mesa da Câmara, especialmente o presidente Flávio Marcellio, foi sensível. Assim chegamos à solução."

Leia a opinião da "Folha" no editorial "encerrado", na pág. 2

cullo: FOLHA DE SÃO PAULO

data: 05.10.83

pagina: 06

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: FOLHA DE SÃO PAULO

data: 05.10.83

pagina: 06

"Crime mesmo é roubar terras, é matar"

BRASÍLIA — Depois de receber um longo abraço do presidente nacional do PDT, Doutel de Andrade, e já refeito do susto de perder o mandato, o deputado Mário Juruna desabafou: "Isso de cassação já passou. Antigamente acontecia, mas agora não pode mais acontecer. Deputado representa o povo e assim não vão tirar representante do povo."

"Tem perigo de ser preso quando é cassado?" — perguntou. "Eu queria saber como deputado colega ia aceitar cassação. Acho que não aceitavam. Governo deve respeitar Câmara dos Deputados e os meus colegas assumiram com capacidade."

Ao se dirigir para o plenário, depois da coletiva, Juruna foi saudado com o "V" da vitória por deputados e pessoas que o aguardavam.

Ele acredita que a decisão da Mesa "foi a melhor saída para não criar caso", mas ao mesmo tempo espera que as denúncias feitas sobre "o roubo das terras indígenas", sejam apuradas.

Perguntado se faria retratação, Juruna respondeu: "Não sou homem

de duas caras. Eu queria saber qual é a diferença das palavras. No Interior, com a gente do mato, se usa sempre a palavra "ladrão". Na cidade, as pessoas falam mais difícil e dizem "corrupto". Eu quero saber se tem diferença entre "ladrão" e "corrupto". Qual a palavra melhor, ladrão, corrupto ou gato? Chamar uma pessoa de ladrão não é crime. Crime mesmo é roubar terra, é matar pessoas. Todo dia tem índio morrendo e ninguém está preso."

O deputado xavante voltará à tribuna no dia 28 de outubro. Ele continuará denunciando o problema dos pataxós há-hã-hães, cujas terras foram arrendadas para os cacauzeiros do Sul da Bahia e provocaram o discurso considerado "ofensivo". Antes disso, porém, Juruna, acompanhado pelos deputados da Comissão do Índio, visitará os pataxós que estão na ex-fazenda São Lucas, em Pau-Brasil (BA).

PRÉDIO NACIONAL DO INDIO Associação da Comunidade Social A.C.S.

Liminar mantém pataxós em suas terras

O Tribunal Federal de Recursos confirmou ontem, em Brasília, a liminar concedida pelo juiz federal Lázaro Guimarães, da 2.ª Vara da Bahia, que mantém os índios pataxós na fazenda São Lucas, em Pau Brasil, no sul desse Estado, pelo menos até que seja julgada a ação possessória movi-

da pela Funai para afastar da área Jener Pereira Rocha, que a vinha ocupando há alguns anos.

O julgamento da ação pelo juiz federal está próximo — informou a Funai — pois no dia 10 deste mês será realizada a audiência em que serão ouvidas as testemunhas.

Titulo: FOLHA DE SÃO PAULO

05.10.83

06

Janio de Freitas

O circuito não se fechou

As mesmas dificuldades aqui relatadas, em ocasiões recentes, para o restabelecimento do monolitismo das Forças Armadas na sustentação do regime e do governo, bloquearam a adesão de alguns polos de comando indispensáveis para que se gerasse o curto-circuito ao menos parcial da abertura, como desdobramento do produzido caso Juruna.

Assim se explica a distância a que as afirmações de intransigência ordenadas aos porta-vozes do governo terminaram ficando, em menos de 48 horas, da facilidade de entendimento entre o Planalto e os parlamentares que o procuraram para uma solução de acordo.

A redução dos riscos antepostos à abertura ainda não se fez, no entanto, em medida que autorize a minimizá-los para além do alívio episódico: a falta de condições que os sustentem no momento não se confunde com as razões que os erigiram, e prevalecem intactas. Sem encontrar no Congresso o apoio mínimo necessário, o qual já lhe falta até no próprio partido; em desvantagem na ocupação temática do espaço na imprensa importante; repellido pela

opinião pública indignada com o desastre administrativo sem igual, e sob declínio de prestígio nas bases que lhe deram vida, o isolado círculo central do governo não se resignaria ao fim melancólico dos entes desamparados.

Se aceita esta visão do quadro, tanto se entende que o caso Juruna foi um esforço de ofensiva para romper o cerco das opiniões, quanto se aceitará que a continuidade do esforço é indispensável ao governo. E, como demonstrou a rápida mutação do ministro do Exército no caso Juruna, o esforço é potencialmente capaz de alcançar, de repente, o êxito indesejado pela maioria, pela quase totalidade do País.

O êxito ou o seu oposto absoluto. Pois o que se instalou com a exigência e a resistência em torno da cassação de Juruna foi uma cena com todas as aparências e alguns componentes reais de um conflito entre poderes, no caso, o Executivo e o Legislativo; mas o que resultou da representação foi um conflito, se esvaziada a palavra das conotações de luta aberta, no âmbito de um só poder — o poder militar.

Cotidiano

Bye, Bye, Juruna

Agora precisa ensinar índio como faz para cassar ministro que chama críticos do 2.045 de vagabundos. J.R.

Frases

M.A.E.

De hoje

"O status quo atual — suicida obstinação em manter o modelo econômico falido, crescentemente perverso — está conduzindo o País ao caos social. Só interessa a seus atuais beneficiários: a oligarquia gasta e despreparada."

(General da reserva Antônio Carlos de Andrada Serpa, em manifesto à Nação)

"Juruna vem de uma sociedade celestial em que ninguém rouba nada de ninguém e em que tudo é de todos. Em sua língua não existe a palavra ladrão, até porque em seu povo não havia ladrões."

(Gerardo Mello Mourão, jornalista e escritor, em sua crônica na "Folha")

"Que defeito tem Juruna? Já matou, já roubou ou foi quem fez dívida externa? Eu diz verdade. Quem rouba terra de índio? É branco. Quem sobe custo de vida? É branco. Quem rouba madeira? É branco."

(Mário Juruna, cacique xavante, deputado pelo Rio de Janeiro, PDT)

"Juruna não teve intenção de ofender e agredir ninguém."

(Ulisses Guimarães, presidente do PMDB)

"Tive um sonho, deuses da tribo pediram para ajudar Juruna."

(Raoni, chefe da nação dos trucarramaes, ao apresentar com duas bordunas o ministro Leônidas de Abreu)

"Isto serve para maior paz e respeito entre índio e branco."

(Rugalo, chefe da nação dos calapalos)

"Seria ridículo fazer deste caso uma crise política, como pretendem alguns."

(Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro)

"O caso Juruna é uma interferência lamentável dentro de um contexto que não justifica nenhuma apreensão, nenhum alarme."

(Tancredo Neves, governador de Minas Gerais)

"O caso Juruna pode dar a sensação de que é um cala a boca, uma advertência de que é melhor não entrar nos casos de corrupção."

(Fernando Henrique Cardoso, senador por São Paulo, PMDB)

"O governo Reagan é o maior breque à prosperidade do capitalismo que já conheci em 31 anos de jornalismo."

(Paulo Francis, correspondente da "Folha" em Nova York)

De ontem

"Não sabeis o que o monstro procura? / Não sabeis a que vem, o que quer? / Vem matar vossos bravos guerreiros / Vem roubar-vos a filha, a mulher."

(Antônio Gonçalves Dias — 1823/1864 —, em "Canto do Piauí", quando o poeta sai em defesa dos índios contra a usurpação dos brancos)

"Só uma convulsão social poderá, realmente, trazer embaraços e obstáculos ao prosseguimento da abertura democrática."

(Tancredo Neves, 15/9/81)

"O País vive em regime democrático e deve-se compor com a oposição sempre que o interesse nacional estiver em jogo."

(Brigadeiro Délio Jardim de Matos, ministro da Aeronáutica, 17/11/81)

"O povo não pode deixar que Figueiredo caia do cavalo; ele está realmente interessado na abertura."

(Francisco Julião, ex-líder das Ligas Camponesas, 13/7/81)

FUNDAÇÃO NACIONAL

DE CULTURA E EDUCAÇÃO

Auto: JORNAL DE SÃO PAULO

Data: 05.10.83

Página: 02

Jarbas Passarinho

O xavante e o helenista

Felizmente o affaire Juruna parece concluído de modo satisfatório para todos. Mantém a mesa da Câmara a sua dignidade, sem arrogância. Arrogante seria se devolvesse as representações dos ministros, por considerá-las instrumento inadequado à reclamação da justiça, pois parece claro que, no caso, só haveria possibilidade de iniciativa da própria mesa, ou de um deputado, ou finalmente de um partido político nela representado. Haveria margem, e substancial, para que os dirigentes da Câmara de Deputados declarassem inepta, no sentido jurídico, a série de avisos ministeriais. Por seu turno, absorvem os ofendidos as palavras do cacique, mais tomadas como sendo do cacique que do deputado pelo Rio de Janeiro. É uma interpretação razoável, embora fique muito claro que se o sr. Mário Juruna não tivesse exatamente a noção do vocábulo ladrão, e o quisesse usar como um julgamento coletivo dos brancos, teria certamente dito: "Todo branco é ladrão", e não especialmente o sr. Delfim Neto, que coincidentemente é branco, bem assim o próprio presidente da República. A este, o governador do Rio sugeriu a benevolência, a generosidade. Não sei se ele é lido em Maquiavel, mas certamente conhece o remédio do florentino, para o príncipe, que ele preferia melhor ser temido do que amado. Mas, no meio termo recomendou: "O príncipe deve, todavia, fazer-se temer, de modo que, se não conquiste o amor, evite o ódio." Verdade é que Napoleão, ao comentar essa passagem do livro, escreveu, ao seu tempo de imperador, que isso é sumamente difícil...

Com efeito, foi excelente que se evitasse, através dos bons ofícios de muitos, um confronto entre o Legislativo e o Executivo, por motivo que pareceria à opinião pública, quase unânime, pequeno demais para justificar uma crise institucional.

Resta, agora, comparar a defesa que se fez do deputado, enquanto índio, com as palavras preferidas por "civilizados" não muito civis. Houve os que, desejando prestar solidariedade ao sr. Juruna, preferiram repetir suas acusações grosseiras, mas revestidas do manto protetor da ambiguidade. Houve, contudo, um, justamente o supostamente mais qualificado, pois presidente do maior partido de oposição, que preferiu conceder à frase de efeito, dizendo que em vez da coisa pública o que havia, no governo, era a coisa nostra.

É muito mais fácil entender generosamente a algaravia proferida pelo cacique-deputado, na tribuna da Câmara, do que a sentença sibilina do seu colega, a cuja reputação de homem culto se ofenderia gravemente se se dissesse que disse por que não sabe o que diz.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
Departamento de Comunicação Social - A C S

veículo: FOLHA DE SÃO PAULO

data: 05.10.83

página: 03

Painel

Mais brandos

Leonel Brizola e Mário Juruna deverão presenciar amanhã, em São Paulo, o ato de filiação do ex-deputado pedesista Ademar de Barros Filho no PDT.

A seção paulista do partido, ao lado de ex-pessepistas que Ademar também levará para o PDT, organizou o ato de tal forma que seja encerrado com uma espécie de comício diante de sua sede, no centro da cidade.

Haverá apenas uma diferença: os discursos, depois de dias tão agitados em torno do caso Juruna, serão bem mais brandos.

A Palavra do Leitor

Sobre a ameaça ao mandato de Juruna

"O Conselho do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP manifesta sua preocupação quanto ao encaminhamento do problema que coloca em risco o mandato do primeiro representante das comunidades indígenas no Parlamento, deputado Mário Juruna."

Sr. Carlos Guilherme Mota (chefe do Departamento de História).

Ministério do Interior
Fundação Nacional do Índio
Ass. Comunicação Social

juruna

NOTICIÁRIO
DO DIA 6 e 7/10/83

Nº 159-A

acs

VEICULO COPIADO BRASILENSE

DATA 07.10.83

PÁGINA 01 2º caderno

QUANDO ÍNDIO ERA SÓ MESMO ÍNDIO

“ Se um indivíduo der um grito no centro de São Paulo, uma radiopatrulha poderá levá-lo preso. Se um índio der um tremendo berro no meio da aldeia, ninguém olhará para ele, nem irá perguntar por que ele gritou. O índio é um homem livre. ”

-Orlando Villas Boas

Houve época em que os índios julgavam ser os brancos “os homens do céu” (koikuá kam kuben), não só porque os via cantando e orando para Deus, fazendo gestos com as mãos erguidas e os olhos súplices para o alto. Acreditavam que os homens tinham poderes sobrenaturais, tudo sabiam e possuíam tudo, tinham o dom de eliminar quaisquer doenças e que aquela parafernália de objetos todos que faziam parte de sua bagagem, artigos cuja fabricação não podiam sequer imaginar, só podiam, mesmo, é ter vindo do céu.

Mas, com o passar dos tempos, veio à tona a verdadeira imagem dos koikuá kam kuben, que aos índios trouxe desilusões, ou ao bem dizer, um rosário infundo de decepções. Quando os viram doentes, cansados, violentos e agressivos. A vitrola sem tocar porque quebrou a corda. O rádio parado, sem transmitir mensa-

gens, pela falta de pilhas novas. O barco potente e barulhento reduzido à uma simples canoa, qual ubá movida a remo e varas, porque avariou o motor de popa. E, contam-nos, que a grande decepção, a que acabou com todo o encanto, foi no dia em que os índios surpreenderam os brancos a se banhar no rio e viram que eles tinham umbigos; ali estava a prova incontestável de que aquelas criaturas não eram do Céu e, sim, de outra parte distante, estranha e submissa da Terra.

Depois desse tempo, cresceram os desgostos, os males advindos eram bem maiores e piores que o rosário comprido das decepções.

Os brancos cercavam as aldeias, cortavam estradas, ocupavam os rios, e queimavam e tomavam suas glebas de terra. A maldição que caía nos filhos e nas mulheres.

Ibinare, o demônio imbatível fez

correr sangue, mudando a cor das águas do rio, acabou com as festas e com os crédulos sorrisos e caminha, ainda hoje, gargalhando e pisando nos ossos de Uarrá, o pai-grande de todos os índios que agora está morando no alto de Landi, a árvore sagrada, qual um duende menestrel compondo canções de saudade, lembrando as conquistas passadas e as festas bonitas de Idiaçó.

Que é desse tempo longínquo que índio era só mesmo índio?

Tempo de Inan ou de Kayapó, de comida frouxa, à vontade, privilégio da gula sem freio; e na hora do calor meridiano, de mormaço impertinente, o deleite vadio sob as frondes do castanheiro gigante, o fazedor de sombras. Índio, corpo forte e preguiçoso, adormecido em sesta longa e macia.

Que é feito de Uereribó que cantava e dançava para afastar pra bem

longe o espírito de Latani, a divindade do mal. E que tocava a flauta mágica na floresta de Aruanã, invocando Canxiuê, o Deus do amor e da paz?

Onde encontrar de novo os Anumaniá, Arupatí, Maritsauá, Iarumá e Auatáta que faziam festas no Ixan, aldeia da bem-aventurança e Diadoman, a moça mais bela, andar de gazela e pele de jambo, olhos amendoados e cabelos longos, que preparava no terraço varrido e ornado de plantas: peixe assado e milho verde, macaxeira e calugi, o néctar dos encantados?

E os guerreiros de flexas douradas e corrotéis rijos, bordunas inquebrantáveis. Que tinham no rosto as omiriras azuis circuladas de branco, marcas tribais de uma raça leal e valente que venceu muitas guerras pela paz de sua gente?

E Matucari-Nadí, a velha mãe da aldeia remota, que depois das festas, vinha contar para os curumins as míticas histórias?

“A do Sol que era um índio valente que andava com a Lua um índio manso. E que um dia, depois que caçaram juntos, a Lua reclamou que o Sol tinha ficado com toda a gordura do alimento que os dois iam comer. O Sol ficou furioso e arremessou a comida quente na Lua, queimando-lhe a barriga volumosa, pois ela estava cheia. As cicatrizes da queimadura ainda hoje aparecem como manchas lunares. A Lua contrariada e muito triste fugiu da Terra e se instalou no Céu. O Sol, sempre valente e perseguidor, foi atrás dela, porém, até

agora, nunca conseguiu alcançá-la. Malogrados os seus propósitos de vingança contra a Lua, começou a perseguir os filhos da Terra, de preferência os que habitavam no nascente. Mandando um calor tão abrasador que os cabelos das criaturas daquela região ficaram da cor do fogo. Os guerreiros, em represália, atiraram muitas flechas ao Sol. E ainda podemos vê-las, são os raios solares, ao nascer e ao pôr-do-sol.”

Nunca mais foram vistos os ariões, crianças sadias e alegres, como pássaros errantes num bosque florido, que despertavam antes dos albos do dia, na esperança louça e faziam apostas, para quem iria ver primeiro Tainá-Rakan, a estrela-matutina que protege os meninos canoeiros, navegantes felizes que navegavam no Berô-kan, as águas azuis do rio Araguaia.

Ah! Que é desse tempo longínquo que índio era só mesmo índio?

Onde as promessas para Canxiuê? E os conselhos sábios de Uarrá? Só mesmo Uereribó que toca sua flauta mágica nas escarpas ásperas dos rochedos distantes, muito além das florestas queimadas e devastadas onde vagueiam os espíritos de Auatáta, Arupatí, Iarumá, Anumaniá e Maritsauá.

Dizem que Uereribó compôs uma canção muito triste. Uma nênia, uma endêcha, dessas que têm muitos ais, por não ver mais sobre a Terra, índio que é só mesmo índio. Como foram, desde os tempos mais remotos, todos os seus ancestrais.

Também, onde se encontra Uereribó, nunca que chegarão jornais.

VEÍCULO *ÚLTIMA HORA DE BRASÍLIA*

DATA 07.10.83

PAGINA 03

Lições do episódio Juruna

Jorge Boaventura

Segundo notícia a imprensa, encerrou-se o episódio Juruna com uma "punição" ao autor da brutal agressão dirigida aos ministros de Estado, ao presidente da República e aos militares em geral, consistente em censura por escrito, encaminhada ao referido autor pela mesa da Câmara.

Naturalmente que, a esta altura, multiplicam-se os elogios a tão exemplar iniciativa, e a conformidade com a mesma de vez que são muitos, numerosos e atuantes, os que se incumbem de promover a idéia acerca da beleza deslumbrante dos trajes e da elegância de uma dada rainha, entretanto, na realidade, nua ou má vestida.

A imagem que acabamos de fazer, para os leitores que não conheçam a narrativa a que ela se refere, aparece naquela narrativa como algo que se teria passado no reino de monarca muito vaidoso o qual, procurado por dois espertalhões que se diziam habilíssimos alfaiates, deixou-se convencer por eles de que seriam capazes de confeccionar-lhe, com fios de ouro, traje tão maravilhosamente belo e delicado, que somente as pessoas inteligentes e superiormente bem dotadas seriam capazes de enxergá-lo. Dali para diante, sucederam-se os pedidos de carreteis e mais carreteis de fios de ouro e as "provas" da estupenda roupagem, durante as quais o rei, em trajes menores, observava os gestos dos espertalhões que, fingindo segurar algo entre as mãos, elogiavam a maravilha que estariam produzindo. De sua parte o vaidoso, despido, para não passar por criatura inferior e pouco inteligente, concordava em que tudo, realmente, belíssimo.

A situação ridícula em pouco transpôs os muros do palácio e, no dia da grande solenidade pública em que o soberano iria estreitar a portentosa roupa, o povo se aglomerava nas calçadas, ansioso por ver a obra-prima e por estar a própria inteligência. Afinal, teve início o cortejo, abrindo o qual, o rei, em cuecas, caminhava, solene, sob pálido digno de sua condição. E eram de ouvir-se as exclamações de admiração pela delicadeza do corte, pelo elegantíssimo "caimento", pela trama dos bordados, de vez que ninguém queria passar por tolo, pouco inteligente ou mal dotado. E a absurda situação manteve-se até que uma criança, que do colo de sua mãe observava tudo, na sinceridade da inocência, afinal quebrou o encanto ao enunciar o que todo o mundo estava vendo: que o rei estava de cuecas.

No mundo dos nossos dias há dois "alfaiates" interessadíssimos em promover a formosura, as inatacáveis e insubstituíveis virtudes de uma dada rainha, tal e tantas, que, fora delas mesmo as tentativas de seu aperfeiçoamento

não passam de condenáveis disposições, no mínimo suspeitas e sempre anormais.

A referida rainha, geralmente conhecida como "normalidade democrática", tem a promovê-la, desde o século dezoito, o "alfaiate capitalismo, de ouro", tornados fáceis e acessíveis, sobretudo face a desordem que se instala sob a égide de tão magnânima rainha; o outro parceiro chegou mais tarde, a altura de meados do século passado, atraído pela referida desordem, não tanto por carreteis de ouro, mas com o objetivo de destronar a excelsa majestade valendo-se das facilidades que ela, em sua "sabedoria", se compraz em fornecer-lhe, por intermédio do conceito impreciso de liberdade que espousa, cuja imprecisão sempre, inevitavelmente e por toda a parte, como bem o atestam as sociedades do ocidente, acarreta a degradação daquele ideal em ostensiva e chocante licenciabilidade. E é tal a diligência dos dois espertalhões que, controlando, como controlam, colossal massa de veículos de comunicação, têm conseguido fazer com que a maioria das pessoas, tal como na história que relatamos de início, proclame a irretocável beleza do traje da "rainha", que se não está completamente nua, já o traz tão desgastado e roto pelo tempo que, com urgência, indicaria o seu estado a necessidade de reforma, inclusive para adequá-lo à moda exigida por nova época e por sociedade diferentes daquelas para as quais foi originalmente concebido e confeccionado.

Segundo dizem os entendidos em modas e em alta costura, por melhores que sejam os costureiros incumbidos da confecção, nenhum traje será belo e satisfatório se o molde básico não é bom ou contém falhas e erros graves. No do "traje" que estamos comentando, entre outras pode ser apontada a contradição que se encerra em afirmativas do tipos os três poderes devem atuar de maneira independente e harmônica.

Ora, qualquer pessoa razoavelmente sensata concorda com o fato de, ao assegurar-se, realmente, independência, honestamente não se pode garantir a harmonia.

O episódio Juruna, e as consequências que ele acarretou, são uma clamorosa evidência do que acabamos de afirmar.

Alguém, de boa fé, será capaz de dizer que houve, no desfecho do referido episódio, observância de equilíbrio harmonioso entre o poder injuriado e o que ensinou a injúria para, depois, "punir a"?

Diga-se o que se disser, o Sr. Juruna foi aceito candidato, proclamado eleito pela justiça eleitoral e empossado devidamente, passando a integrar o poder que acolheu como uma de suas partes; portanto, em termos de harmonia entre os poderes...

DTINGA-FOGO

Deputado
imita Juruna

O deputado estadual Liszt Vieira (PT) utilizou-se das recentes declarações do deputado federal Mário Juruna para novamente acusar o ministro Delfim Netto em inflamado discurso proferido da tribuna da Assembleia Legislativa para uma platéia de estudantes e professores universitários que lotavam as galerias. Para o deputado do PT fluminense, que era frequentemente incentivado por palmas dos assistentes, "Juruna disse o que todo o povo sabe: que Delfim é ladrão".

Mais tarde, e já mais calmo, Liszt Vieira admitiu para os jornalistas que não dispunha de nenhuma prova da acusação reiterada ao ministro do Planejamento, mas apenas de "indícios". E, embora insistisse em que não partira dele a iniciativa de retirar as expressões injuriosas das notas taquigráficas, admitiu a ainda que o discurso ficará bem sem elas.

VEICULO JORNAL DE BRASÍLIA

DATA 07.10.83

PAGINA 05

Juruna não pede desculpa

São Paulo — O deputado federal Mário Juruna (PDT-RJ) disse ontem que vai mesmo pedir audiência ao presidente João Figueiredo, mas não pretende desculpar-se por ter pronunciado o polêmico discurso que quase lhe custou o mandato. Frisou acreditar que o "pai da nação" (Figueiredo) não está com raiva dele porque "raiva se tem só na hora; quando ela passa volta a amizade e eu não matei ninguém". O telegrama ao Palácio do Planalto será enviado na próxima semana. Desta vez, Juruna disse que vai incluir na conversa o tema da sucessão presidencial.

Juruna disse também que não daria um cruzeiro ao FMI, que "índio já nasce socialista" e, comentando a insistência dos colegas na Câmara para moderar a linguagem e não xingar, assinalou que não faz isso — sob condição:

— Também não podem roubar. Se continuar, eu continuo fazendo até morrer.

Índios denunciam violência policial e ameaçam colonos

Os índios Apurinas, que residem no quilômetro 45 da rodovia que liga a capital do Acre ao município amazonense de Boca do Acre, estiveram ontem em Rio Branco para pedir providências ao governo do Acre contra a atitude arbitrária da polícia de Boca do Acre, que na última terça-feira derubou e queimou três casas indígenas.

Como a área conflitada se situa no Estado do Amazonas, o governo do Acre informou aos índios que nada poderia fazer. Os índios permanecem em Rio Branco dispostos a fazer represálias contra as famílias de colonos que se encontram dentro de suas áreas. Os índios Apurinas vivem numa área que se encontra em litígio entre a Funai e algumas famílias de posseiros do Sul do País.

O conflito que envolveu policiais do Amazonas começou quando alguns comerciantes de Boca do Acre, que alegam ter terras dentro da área indígena, pediram a ação da polícia para expulsar os mais de 120 índios da região.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: JORNAL DE JORNALISMO

data: 06.10.83

página: 05

Editorial

Lições verdadeiras de uma falsa crise

O episódio Juruna, que parecia destinado a criar uma fratura nas relações entre o Executivo e o Legislativo, encerrou-se de forma a estimular esperanças de que o regime está suficientemente maduro para absorver crises e eliminar tensões. Não há dúvida de que o governo, na sua totalidade, foi agredido pela irresponsabilidade verbal do deputado Mário Juruna. Raciocínios antropológicos à parte, não há como fugir à tese de um ministro: se ele é responsável para estar no Congresso, deve ser responsável por tudo o que faz ou diz. Desde que Juruna estava disposto a retratar-se, como de fato o fez, ele assumia a plena responsabilidade de desdizer-se e, portanto, de anular as ofensas que, antes formulara. Desaparecia, assim, a causa formal do pedido de punição formulado pelo governo à Câmara.

O que, ao longo de toda essa querela, parecia destinado a toldar o horizonte institucional, era a insistência dos recados, que diziam oriundos do Palácio do Planalto e do Ministério do Exército, dando conta de que o governo e os ministros militares exigiam a cassação do mandato do deputado. Criou-se a atmosfera do confronto

ou, para sermos mais exatos, do cerco ao Congresso. E este clima passou a justificar a revolta dos parlamentares de oposição.

Bastou que o porta-voz do ministro do Exército desfizesse esse equívoco e que o ministro Leitão de Abreu esclarecesse a exata posição do governo para que a representação contra o deputado Juruna se reduzisse à proporção de um pedido de providências da Casa contra falta de decoro de um de seus membros. Não se tratava mais de uma recaída do governo nos mecanismos psicológicos da repressão nem, como se chegou a pensar, numa perda de controle emocional dos altos escalões do Executivo.

Louve-se, no episódio, a serenidade firme da Mesa e, sobretudo, da presidência da Câmara. Em nenhum momento o deputado Flávio Marçílio deixou-se envolver pelo clima de intimidação que parecia exalar do Palácio do Planalto. Ele teve a necessária prudência e indispensável coragem de conduzir todo o problema dentro dos estritos limites do regimento da instituição, levando em conta o sentido de urgência que a situação reclamava. Se agisse muito rápido,

poderia ceder à impressão inicial de que o governo não admitia outra solução que não a cassação do mandato de Juruna. Se, pelo contrário, protelasse demais a questão, fatalmente alimentaria o caldeirão de equívocos que poluíam a paisagem política.

O País pode perfeitamente dispensar esse tipo de crise gerada pela incontinência verbal de alguns parlamentares. O deputado Mário Juruna não inventou a agressão gratuita, a acusação leviana, a incriminação injuriosa. Infelizmente, ele encontrou, no próprio Congresso, professores graduados na arte de acusar sem provas. Juruna deve ter achado que era "civilizado" agredir, "mandar brasa", difamar. Seguiu, nisso, um modelo tão antigo quanto o próprio Congresso, ao qual agregou, apenas, a sua indignação selvagem.

Passando tudo a limpo, ficou a lição de que o Congresso não se deixa intimidar, embora não esteja disposto a sancionar a levianidade ocasional de algum de seus membros. E ficou, sobretudo, a lição de respeito do Executivo a um outro Poder, num quadro de abertura política que é a marca, para a História, deste governo.

VEÍCULO JORNAL DE BRASÍLIA

DATA 06.10.83

PÁGINA 03

Decálogo

■ Fatos, personagens, bastidores

10 Outro é o quadro

De um atento analista do episódio Juruena, criticando todas as análises políticas feitas em cima desse fato:

— Esse caso está inserido no quadro psicanalítico, e deve ser entendido, visto dessa perspectiva.

VEICULO	CORREIO BRAZILIENSE
DATA	07.10.83
PAGINA	06

Délio:Cacique enxovalhou o Congresso

Ao tomar conhecimento, através do CORREIO BRAZILIENSE de 27/09/83, das acusações que o deputado Mário Juruna (PDT-RJ) havia feito na véspera ao Presidente da República e a Ministro de Estado, o brigadeiro Délio Jardim de Mattos, Ministro da Aeronáutica, enviou ao presidente da Câmara deputado Flávio Marçillo carta da qual publicamos trechos em nossa edição de ontem. A íntegra da correspondência é a seguinte:

"Senhor Presidente,

Tomel conhecimento, pela edição de 27 de setembro de 83, do CORREIO BRAZILIENSE, de declarações atribuídas ao deputado Mário Juruna.

Procurei certificar-me da autenticidade das mesmas, antes de pronunciar-me a respeito.

O deputado Juruna, com essas declarações, acrescenta agora, ao seu acultura do exotismo, uma falta de decoro inaceitável para o nível de responsabilidade que a insensatez de muitos o elevou.

Jamais deixei o Congresso sem resposta, fosse qualquer a acusação ou dúvida quanto aos meus procedimentos, porque creio na importância da crítica e no valor da denúncia, como instrumentos legítimos dos regimes democráticos.

Mas não é esse o caso. O que se viu, a enxovalhar as tradições dessa Casa, foram as palavras levianas de um irresponsável, atirando a esmo contra honras alheias, amparado na condescendência de uma platéia que precisa quanto antes dizer não a esses espetáculos bufos que atentam contra a dignidade da instituição.

A condição de índio, ou melhor, de ex-índio, não é salvo-conduto e, muito menos, garantia de impunidade.

Quando todos são, ninguém é. Assim sendo, o deputado Juruna deve ser instado por seus pares a detalhar sua denúncia ou retratar-se dela, porque não é com loucos e oportunistas, aculturados ou não, que haveremos de encontrar a saída para o amanhã.

Cordialmente,

Délio Jardim de Mattos, ministro da Aeronáutica".

VEICULO	CORREIO BRAZILIENSE
DATA	07.10.83
PAGINA	06

Aloysio diz que Juruna foi violento

O líder da maioria no Senado, Aloysio Chaves, disse ontem que a decisão de aplicar apenas uma censura ao deputado Mário Juruna resultou do equilíbrio da Mesa da Câmara e do espírito de renúncia, compreensão e tolerância política do presidente João Figueiredo e seus ministros.

Ao condenar o tom das críticas do deputado - que chamou o Presidente e seus ministros de ladrões - Chaves assinalou não ser fácil esquecer a calúnia, classificando o pronunciamento do parlamentar de "violento, descabido e insólito".

Aloysio Chaves condenou as palavras de Juruna, estendendo a sua crítica a outros parlamentares ao dizer: "São vozes isoladas, mas que causam grandes danos, agredem isoladamente, mas, quando chamados à responsabilidade, procuram defender-se em conjunto, atrás do escudo da solidariedade de seus pares".

No entender do líder, Figueiredo "reuniu todas as suas reservas espirituais, curvando-se à decisão da Câmara, embora inconformado com os ataques de Juruna".

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo:	FOLHA DE SÃO PAULO
data:	06.10.83
página:	29

Juruna, o humor do antropófago

INÁCIO ARAÚJO

O cacique Juruna frequenta, de duas maneiras, as telas de televisão: nos programas jornalísticos e nos humorísticos. Nos primeiros, desfila frases cortantes e sintéticas, comentando quase sempre com pasmo o Brasil-branco que lhe cabe habitar.

Durante o recente episódio em que foi ameaçado de cassação, inúmeros de seus colegas parlamentares saíram em sua defesa com a teoria de que, por ser índio, Juruna é parcialmente incapaz. Juridicamente, pode ser. Para os telespectadores, nunca. Nós o vemos como o estrangeiro capaz de nos trazer uma visão original. Quando Juruna passeava de lá para cá com seu célebre gravador debaixo do braço, a adocicada visão de um povo que miscigena as raças e que tem como valores nacionais a quebra dos preceitos instituídos ou a cordialidade, se desfez mais ou menos como nuvem: Juruna, estrangeiro que vem de dentro, fazia um seu limite da tecnologia branca e nos lembrava, antes de qualquer outra coisa, que a mítica elasticidade ética brasileira existe — em grandes linhas — para promover um mais eficaz controle das minorias étnicas (negros, por exemplo) ou à sua pura e simples aniquilação (caso dos índios).

O Juruna de gravador em punho — imagem tantas vezes ironizada nos canais de televisão — nos atualizava, dramaticamente, com o triste bacharelismo que domina a vida pública pátria: domínio onde se fala e fala para não dizer nada. Nós, brancos, já estamos acostumados. O índio, não: para ele, a palavra é materialização de uma idéia;

para o branco, algo que deve se perder "no éter". Juruna pôs em cena, no mais límpido estilo oswaldiano, a luta do índio eletrônico contra a tradição radiofônica.

O principal equívoco de João Soares ao satirizar o cacique-deputado em seu programa semanal é, sem dúvida, não ter percebido a modernidade de Juruna: sua capacidade — que o torna uma figura tão própria para a TV — de dizer muito em poucas palavras. É um personagem em parte humorístico porque, como os grandes comicos, nos joga de forma inesperada diante daquilo que, secretamente, nos incomoda. Ao contrário, o personagem de João Soares é chato por não se dar conta desse aspecto em Juruna. Impossível satirizar os humoristas. E como não registrar a rápida e cortante resposta de Juruna ao tipo criado por João: "Por que ele não satiriza também o Presidente da República?" Boa pergunta que ficará resposta. Pergunta de humorista.

O "caso Juruna", sua exploração pela TV, nos remete a outro estrangeiro que vem de dentro: Antônio Ermírio de Moraes. Direto e sem sutilezas, lembrou-nos recentemente que o Brasil tem um povo bom e trabalhador, mas uma elite — no mínimo — despreparada (poderia dizer predatória sem ser grandemente injusto). Cada um à sua maneira, esses personagens desafinam o coro dos contentes: lembram que nossa miséria vai muito além da atual crise econômica. Sair dela — a longo prazo e de forma consequente — exige no mínimo romper com as pequenas, cotidianas acomodações a que estamos tão bem acostumados.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social A C S

veículo: JORNAL DA TARDE- O ESTADO DE SÃO PAULO

data: 06.10.83

página: 11

ARTIGO II

Juruna: um conflito de linguagem.

Azembuja Leal

Juruna pelo crime de calúnia ou difamação, o que seria o caminho jurídico natural para ofensas contra a honra, pediram sua punição com base no artigo 35, parágrafo 2º da Constituição, que pune "procedimento incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes". Ora, como nenhum ministro se confunde ou pode ser confundido com "instituições vigentes" resta a hipótese de que estavam reclamando contra a falta de decoro, isto é, quanto ao tipo de linguagem. Fosse outra a linguagem de Juruna, tudo estaria bem, e eles não teriam porque reagir, como aliás não reagem a tudo o mais que a imprensa publica sobre assuntos que não são a questão de terras dos pataxós há-há-hães. Seria, portanto, o caso, de Juruna comprar um dicionário de sinônimos ou treinar-se na linguagem da imprensa.

Nós, os brasileiros, somos extremamente suscetíveis às questões de linguagem. O postulado geral do "jeitinho" comanda severamente nossa expressão verbal, dos ministros aos jornalistas. Fala-se em "negócios especiais", em "expurgo de índices", em "cosa nostra", em "pacotes", em "nomenklatura". Todos sabemos do que se trata. Entre amigos e dentro de casa, os vocábulos usados são outros, mas não se falam

palavrões em público. Pode-se dizer o que se queira. Mas, de público, imperam os eufemismos, as amenidades; em suma — como os ministros reivindicam pudicamente —, o decoro.

Embora os pataxós-há-há-hães sejam brasileiros, os brasileiros, os brasileiros, os brasileiros não somos... há-há-hães... pataxós. Como esclareceu Juruna, atuando como seu porta-voz, para o brasileiro-indio não totalmente capacitado nas etiquetas da civilizada selva do Planalto, "a gente nasce para morrer, para falar e para xingar". "Boca se usa para comer, beber e também falar." O que se fala "machuca". "A censura é normal na Câmara, mas não cala a boca de Juruna": a única maneira de fazê-lo calar-se "é arrancar a língua".

Trata-se, no fundo, como se vê, de um conflito entre dois estilos semânticos. Pode cada um pensar o que quiser. Isto está permitido. Mas, quanto ao falar, impõem-se duas linguagens: a que se usa em particular e a que se utiliza em público. A carta de princípios de Juruna quanto ao falar não combina com o léxico empregado pelos demais brasileiros. Podemos subscrever tudo quanto ele pensa. A gente, de fato, nasce para morrer, para falar e para xingar. Boca se usa para falar. Falar machuca. O jeito é arrancar a língua. Ou engoli-la. Ou manetrá-la.

Os pataxós-há-há-hães continuam sendo brasileiros; nós deixamos de ser pataxós há muito tempo, embora tenhamos conservado muito do... há-há-hães... É uma pena que, sendo pataxós há-há-hães na intimidade, de público continuemos sendo apenas... ahn? anh? — anhões?

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: JORNAL DO BRASIL

data: 06.10.83

página: 02

Presidente se queixa de que PDS não o defende das críticas na Câmara

Brasília — O Presidente João Figueiredo queixou-se amargamente, em audiências que concedeu ontem, em horários diferentes, aos Deputados pedessistas Oscar Alves (PR), Lúcio Alcântara (CE), Fernando Collor de Melo (AL), Nelson Marchezan (RS), Ademar Ghisi (SC), Antônio Maruzek (PR) e Oly Fachin (RS), da falta de solidariedade do seu Partido no Congresso.

Segundo o Deputado Oscar Alves, um dos integrantes do grupo dissidente Participação, o Presidente disse que a bancada não o defende das críticas e acusações que lhe fazem da tribuna da Câmara, nem mesmo de denúncias infundadas e injustas envolvendo a sua família. "O Presidente estava amargurado", contou o Deputado paranaense a um grupo de jornalistas.

No meio da conversa com o Sr Oscar Alves, o Presidente Figueiredo, ainda segundo o parlamentar, declarou que, apesar de estar muito insatisfeito com as incompreensões do PDS e da Oposição, só deixaria o Palácio do Planalto morto. O Deputado Oscar Alves sugeriu ao Presidente que se empenhasse pela aprovação do projeto de emenda constitucional que institui o regime parlamentar no país. O Presidente, revelou o Deputado, perguntou, irritado, se com essa fórmula teria de demitir os Ministros, como vivem lhe propondo Deputados de seu Partido. "Bem — respondeu o Deputado — O Sr nomearia os Ministros militares e o Primeiro-Ministro. Os demais Ministros seriam nomeados ou demitidos pelo Primeiro-Ministro, e seriam evitadas as crises institucionais". O Presidente, disse o Deputado Oscar Alves, então declarou: "Mas o Congresso não aprovaria o parlamentarismo". O Deputado contestou, assegurando que apenas os congressistas comprometidos com candidaturas a Presidente da República votariam contra. Acrescentou o deputado que, na sua opinião, a maioria dos oposicionistas votaria a favor. "O Presidente ficou de pensar no assunto" — completou Oscar Alves.

Aos Deputados Ademar Ghisi, Antônio Mazurek e Oly Fachin, que estavam acompanhados pelo líder Nelson Marchezan, o Presidente, conforme informações de um deles, lamentou as críticas do presidente do Senado, Sr Nilo Coelho, ao Governo. Citou a votação do Decreto-Lei 2.024, quando o presidente do Senado teria se comprometido a concordar com a questão de ordem sobre inexistência de quorum para deliberações — por não se encontrar no plenário o número mínimo de Senadores, 35 — e acabou decidindo a favor da Oposição, recusando-a.

O Presidente Figueiredo, segundo o mesmo parlamentar, criticou de passagem o presidente da Câmara, Sr Flávio Marcílio, por não ter concordado com a suspensão do mandato do Deputado Mário Juruna. Mas o Presidente absorveu o episódio, disse o mesmo Deputado. Ele ponderou, todavia — disse o Deputado —, que quando é para ofender a honra dele as pessoas sabem usar as palavras. Contudo, quando são chamadas à responsabilidade, não conhecem bem a língua, como ocorreu no caso do Deputado Mário Juruna.

Marcílio se irrita com entrevista de Juruna e diz que "assim não dá"

Brasília — "Olha aqui, Juruna. Se você voltar a se exceder na tribuna ou em declarações à imprensa, quem vai tomar a iniciativa de pedir a cassação do seu mandato sou eu." A advertência, em tom irritado, foi feita anteontem, à noite pelo Deputado Flávio Marcílio, presidente da Câmara, ao Deputado Mário Juruna (PDT-RJ).

A reação do presidente da Câmara, conforme ele confirmou ontem, foi provocada pela entrevista que o Deputado Mário Juruna, à tarde, deu após ter recebido censura da mesa por ter ofendido o Presidente e seus Ministros. Na entrevista, Juruna declarou: "O povo sabe que tem Ministro ladrão".

Marcílio tomou conhecimento das declarações de Juruna por volta das 19h e mandou um assessor chamá-lo a seu gabinete. Segundo relatou ontem ao Deputado Walbert Guimarães (PMDB-PR), 2º vice-presidente da Mesa, depois de avisar ao Deputado do PDT que tomaria a iniciativa de solicitar punição grave, caso ele reincidisse, mais calmo, o Deputado Flávio Marcílio começou a orientá-lo sobre como devia se comportar com os jornalistas.

— Juruna — disse Marcílio — de maneira coloquial esses carneiros (referindo-se aos repórteres) ficam lhe provocando para ouvir você dizer coisas que não deviam. Eles querem o seu couro. Só que quando você fala o que não deve, não é só o seu couro que fica em perigo. É o nosso também, de todo o Congresso. Somos todos seus amigos, mas assim não dá.

O Deputado Mário Juruna prestou atenção ao que lhe foi dito e respondeu ao presidente da Câmara: "Tá certo". Prometeu evitar os repórteres e cumpriu a promessa, pelo menos ontem.

No Rio

O Deputado Mário Juruna, enquanto aguardava o Governador Leonel Brizola, que vinha de Brasília, onde se encontrou com o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, comentou, no Palácio Guanabara, o seu problema para se familiarizar com a língua portuguesa. E desabafou: — Papagaio velho não aprende nada.

Juruna anunciou que vai pedir uma nova audiência ao Presidente João Figueiredo, não para se desculpar, "mas para cobrar do Governo Federal o problema do índio, do trabalhador, da fome e da miséria".

Juruna vai insistir, daqui em diante, para que a Câmara deixe que ele fale na língua xavante. Acha que se essa permissão lhe for concedida não será mais pivô de novos casos como o que redundou no seu pedido de punição por todos os Ministros.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: JORNAL DO BRASIL

data: 06.10.83

página: 03 - caderno "D"

Zózimo

Exemplo

- Antes da crise que envolveu o Deputado-Cacique Mario Juruna, o representante fluminense não tinha o apoio dos povos indígenas, apesar de nunca lhe ter faltado a solidariedade dos xavantes.
- Agora, Juruna conseguiu unir em torno de si as diferentes tribos.
- Uma lição para o homem branco do Planalto, combatido pelos dissidentes do PDS e em dificuldades para obter o consenso dos presidenciáveis.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: O ESTADO DE SÃO PAULO

data: 06.10.83

página: 06

Senador ouve desabafo sobre episódio Juruna

Da sucursal e
do correspondente

"A gente às vezes fica meio amargurado, mas tem que compreender". O desabafo, segundo o senador Octávio Cardoso (PDS-RS), foi feito pelo presidente Figueiredo, ao comentar o episódio envolvendo o deputado Mário Juruna (PDT-RJ) e a decisão da Mesa da Câmara que negou a pena de cassação do mandato do parlamentar pedida por todos os ministros de Estado.

O senador, que teve ontem uma audiência com o presidente da República, disse que o general Figueiredo lamentou ainda que políticos do PDS nem sempre tomem a iniciativa de defender o seu governo, quando surgem ataques no Legislativo por parte de parlamentares oposicionistas. Octávio Cardoso afirmou ter contraposto a Figueiredo que os políticos do PDS nem sempre possuem instrumentos para tomar a defesa do governo, por desconhecerem o teor das matérias do Executivo.

Durante a audiência, o senador elogiou a postura do Executivo de respeito à decisão da Mesa da Câmara, lembrando ao presidente da República que isso só foi possível graças à abertura política promovida pelo próprio Figueiredo.

O noticiário diário do Ministério da Aeronáutica, editado pelo seu Centro de Relações Públicas e destinado ao público interno, publicou a íntegra da carta que o ministro Delfo Jardim de Mattos enviou ao presi-

dente da Câmara, Flávio Marcello, criticando os termos do pronunciamento do deputado Mário Juruna.

Na carta, Delfo afirma que o parlamentar, com suas declarações, "acrescenta agora, ao seu aculturado exotismo, uma falta de decoro inaceitável para o nível de responsabilidade a que a insensatez de muitos o elevou".

O ministro observa que "quando todos são, ninguém é", referindo-se às declarações de Juruna de que todos os ministros "são ladrões". E acrescenta: "Assim sendo, o deputado Mário Juruna deve ser instado por seus pares a detalhar sua denúncia ou retratar-se dela, porque não é com loucos e oportunistas, aculturados ou não, que haveremos de encontrar a saída para o amanhã".

Em Mogi das Cruzes, o vereador peemedebista José Antônio de Figueiredo Caria acredita ter encontrado a fórmula mágica para resolver eventuais problemas que venham a ser causados pelo deputado Mário Juruna. Após "uma pesquisa feita a nível científico", e tendo recorrido a "postulados antropológicos", Caria concluiu que, assim como existe o Tribunal Militar para punir crimes militares, e tribunais religiosos para julgar os clérigos, deveria existir também um "Conselho de Caciques", formado pelas lideranças indígenas, para decidir sobre a sorte do índio infrator. Depois de apresentar à Câmara Municipal moção nesse sentido, ele foi convencido a retirar a sua sugestão.

Ministério do Interior
Fundação Nacional do Índio
Ass. Comunicação Social

Junina

NOTICIÁRIO
DO DIA

07. 10. 83

nº 160

acs

VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO
DATA 07.10.83
PÁGINA 01

01



A CAMINHO DO PDT

Após passear com o deputado Mário Juruna pelas ruas de São Paulo (foto) e com ele almoçar, o ex-deputado Ademar de Barros Filho formalizou sua filiação ao PDT, em uma "festacomício" realizada no início da noite, em frente à sede do partido, na rua Major Quedinho. O ato contou com a presença do governador Leonel Brizola, que finalizou seu discurso com a frase: "Vamos juntos que a coisa vai", como dizia o velho Ademar. No res-

taurante, Juruna declarou ao repórter Alexandre Kadunc que "índio nunca estudou socialismo e pratica socialismo antes de branco ter chegado aqui". Admitiu que o presidente Figueiredo poderia estar magoado com ele após o episódio que culminou com a censura do deputado pelo Congresso. "Mas zanga vai passar quando Juruna falar de coração aberto", completou.

02

VEÍCULO	FOLHA DE SÃO PAULO
DATA	07.10.83
PÁGINA	04

Juruna invoca a força dos seus ancestrais

Quando o garção caracterizado de gaúcho serviu o primeiro "naco" de carne do clássico rodízio, o deputado Mário Juruna comentou: "Gosto mais de carne de capivara". O cacique xavante comeu até se faltar e só abria a boca para mastigar. Já satisfeito, olha firme para o repórter da "Folha": "Bonito teu boné". O gravador é acionado, a luzinha vermelha se acende e a cabeça do solerte indígena também. Se a maioria está pensando que Mário Juruna está meio frouxo depois da tremenda gritaria que o envolveu, ledo engano.

A atração que ele sente por gravador já é antológica e está intacta. Mário Juruna verdadeiramente não tem osso na língua. Reproduziremos, sem correção gramatical, ou pronominal, as palavras despejadas em cascata espumante pelo fortíssimo personagem, que faz emanar de sua pessoa, poderosa energia: "Quando Juruna fala, ancestrais também falam. Vocês não estão vendo eles. Mas tá tudo aqui".

Pito

Juruna começou a se inflamar em pleno restaurante, galvanizando a atenção de todos os clientes e solicitamos a ele que, se possível, falasse

em idioma Xavante aquilo que ele disse em Português na Câmara dos Deputados e que tanto ofendeu o comando diretivo do País. O cacique comprimiu os olhos e deu-nos um pito: "Não corta o que Juruna tá pensando". E prosseguiu inflamado: "A nossa terra foi roubada. Era do índio. Quem roubou terra de índio é branco. Quem roubou comida de índio é branco. No Canadá índio pode andar 40 mil quilômetros e no Brasil índio não pode visitar aldeia vizinha. É tudo lei de branco contra o índio."

Perguntado se ele mantinha algum contacto com os índios norte-americanos, Juruna confirmou: "Sim. Índio lá também é sofrido, mesmo andando de caminhão pequeno (pick-up). Em todo resto América Latina índio é explorado pelo branco. Pelo espanhol. Pelo português."

O ex-prefeito de Porto Alegre, Mário Ramos, indaga de Juruna se, a exemplo do que acontece nos Estados Unidos, o índio brasileiro preferiria que suas terras fossem corretamente demarcadas, obedecendo a um comando indígena. Juruna responde: "Até podia ser. Mas aqui faz muita confusão. Branco gosta de confundir cabeça de índio. Mas índio não vai deixar mais. O governo brasileiro acha que o Brasil é dele. Mas não é. Brasil é de índio".

E num fôlego só, Mário Juruna prossegue: "Índio no Brasil é considerado de menor (menor), mas quando branco aqui chegou índio já era grande. Branco inventou tutela para provar que índio é criança, que índio é bobo, que índio não sabe o que faz. Branco não quer reconhecer que

índio é adulto, que é ser humano. Estatuto do Índio diz que índio não é capai. Como não? Eu sou capai. Eu sou chefe de comunidade. Eu sou capai. Branco só quer tratar índio como bijeto (objeto)".

FMI e natureza

E aí Juruna entra no terreno econômico e proclama: "Se eu é presidente do Brasil não pagava nada pro fimiu (FMI) e não deixava nunca mais estrangeiro levá dinheiro e ouro de nós para sua terra, deixando nós sem nada. Branco inventa muita lei. Branco todo dia inventa lei. Índio só inventa uma vez e vale pra sempre". Num rápido intervalo, para um gole d'água, enquanto a fita do gravador é virada, Juruna confirma que vai voltar a falar com o presidente Figueiredo: "Mas será que ele não está zangado com você, Juruna?". "Acho que sim. Mas zanga vai passar logo quando Juruna falar de coração aberto." E com o gravador já em rotação, o cacique manda bala: "Índio é tutelado pelo branco e branco é tutelado pelo milita" (risos na mesa). Branco sabe muito pouco. Branco não fala com natureza, índio sim. Índio nunca estudou socialismo e pratica socialismo antes de branco ter chegado aqui. Índio estuda com natureza e branco mata a natureza. Como branco pode sabê mais do que índio?"

E já no cafezinho, Juruna criticou Flávio Cavalcanti: "Juruna não vai no programa deste home que é amigo demais de quem manda lá em cima".

A.K.

VEÍCULO JORNAL DO PASTOR

DATA 07.10.93

PAGINA 03

Juruna capitaliza festa do ingresso de Adhemar no PDT

Ariovaldo dos Santos

São Paulo — Com elogios às Forças Armadas e ao Presidente Figueiredo, cujos "propósitos democráticos" disse reconhecer, o ex-Deputado Adhemar de Barros Filho, que se desfilou do PDS, ingressou ontem à noite no PDT, durante concentração popular de 1 mil 500 pessoas, no Centro de São Paulo.

O Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, e as principais lideranças nacionais do PDT estavam presentes, mas a festa foi capitalizada pelo Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), o mais aplaudido. Os populares gritavam, em coro: "Juruna tem razão". Em seu discurso, Juruna observou que "infelizmente quase aconteceu cassação contra Deputado Juruna. Mas com aquele que é contra povo, que faz roubalheira, nunca acontece nada."

Aliança renovada

Sob aplausos, a candidatura do Governador Brizola à Presidência da República foi lançada várias vezes. O Deputado Juruna lançou a do ex-



Adhemar de B. Filho

Deputado Adhemar de Barros Filho para Governador de São Paulo, em 1986.

No palanque — montado no Viaduto Major Quedinho — havia um grande poster do ex-Governador Adhemar de Barros (pai do ex-Deputado que se filiou ao PDT) ao lado do ex-Presidente Getúlio Vargas, selando um acordo político em 1950. Na parte de baixo,

outro poster, com o Sr. Adhemar de Barros Filho cumprimentando o Governador Brizola. O ex-Deputado justificou seu ingresso no Partido como o "reencounter de vertentes populares com raízes na história da República".

Adhemar disse que decidiu sair do PDS "quando o Governo se afastou do povo, que está hoje aflito e desesperado. Hoje, para ficar com o povo, é preciso estar na Oposição."

Último orador do comício, o Governador Leonel Brizola afirmou que o PDT se tornará "invencível" em São Paulo, com a entrada de Adhemar de Barros Filho. Acrescentou que a adesão representa "a união do povo trabalhador com a classe média".

Antes de Brizola, o Senador Saturnino Braga declarou: "Está nascendo o novo Presidente da República, Leonel Brizola, no Palácio do Planalto para comandar o Brasil." Brizola, porém, afirmou que quer, antes, organizar o Partido, "mas que irá com o povo até o fim".

VEÍCULO _____
DATA 07.10.82
PAGINA 02

Juruna confirma que deseja ir de novo a Figueiredo

SÃO PAULO — O Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) confirmou ontem que vai pedir audiência ao Presidente João Figueiredo, mas não pretende desculpar-se pelo discurso que pronunciou na Câmara.

— Acredito que o Pai Grande (Figueiredo) — disse — não está com raiva de Juruna. Raiva só na hora; quando passa, volta a amizade e eu não matei ninguém.

Juruna disse que o telegrama ao Palácio do Planalto será enviado na próxima semana e que desta vez vai incluir em sua conversa com Figueiredo o problema sucessório.

— Ele deu um passo na abertura ao deixar as eleições nos Estados. Quero conversar com ele para continuar e deixar as eleições de Presidente para o povo. O povo é que sabe quem quer para Presidente — disse.

De camisa esporte, sentado entre o Diretor do Bamerj, Virgílio de Goes, e o ex-Deputado Adhemar de Barros Filho, num almoço na churrascaria Eduardo's, Juruna conversou muito depois de comer. De madrugada, quando chegou, ele se perdeu dos amigos e não dormiu. O cacique-deputado saboreou três rodadas de churrasco,

repetiu três vezes a língua e descartou o galeto. Tomou água e guaraná.

As várias perguntas que respondeu disse que não daria um cruzeiro ao FMI, que "índio já nasce socialista" e, comentando a insistência dos colegas na Câmara para moderar a linguagem e não xingar, assinalou que faz isso sob condição:

— Também não podem roubar. Se continuar o roubo, eu continuo falando até morrer.

Sobre a Funai, afirmou Juruna:

— Autoridade da Funai vive no mesmo saco, mesma panelinha. Funai não tem moral porque é comprometida com branco. Não se pode fazer roubo de terra de índio. Homem ladrão é branco; homem picareta é branco. Índio, na tribo, não conhece corrupto, subversivo, inflação, ladrão. Não vou chamar homem de gato. Aqui no Brasil, homem branco não quer ouvir a verdade. Não é 20, é meia dúzia, esse pessoal comprometido com FMI, Nova York e Paris. Rouba o suor do povo em terra do povo.

O cacique Mário Juruna condenou o Estatuto do Índio, que considera os indígenas "relativamente incapazes" e sem maturidade.

VEÍCULO

JORNAL DA TARDE - O ESTADO DE SÃO PAULO

DATA

07.10.83

PÁGINA

02

E mais:

OS ÍNDIOS Apurina, que vivem na região do Boca do Acre, no sul do Acre, estão novamente em conflito com posseiros da região desde terça-feira, quando três casas dos índios foram incendiadas. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), teme que ocorram mortes na área, para onde a Funai já solicitou o reforço da polícia.

VEÍCULO

FOLHA DE SÃO PAULO

DATA

07.10.83

PÁGINA

03

Tendências / Debates

Os artigos publicados com assinatura dos autores não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

As razões de Mário Juruna

ORACY NOGUEIRA

Para se aquilatar a importância de se preservar o mandato parlamentar do índio Mário Juruna, convém tecer considerações sobre sua dupla representação e sobre sua situação cultural.

Em primeiro lugar, Juruna é um dos remanescentes de uma população nativa que, há quase cinco séculos, vem sofrendo um impiedoso genocídio, por parte do conquistador branco. Expulsão de suas terras, espolição, escravização, estupros, assassinios, doenças, destruição de seu habitat e de sua cultura, enfim, todas as desgraças que os homens podem infligir a seus semelhantes, compõem a experiência de vida dos índios, desde a chegada do conquistador europeu; e não são apenas lembranças esmaecidas do passado, uma vez que as gerações atuais de nativos continuam expostas à toda sorte de desventuras.

Na verdade, a situação das populações indígenas é, atualmente, mais desesperadora que no passado, visto não mais haver, no território nacional, espaços ainda não devassados e não visados pela expansão demográfica e econômica da população não indígena, onde se possam isolar.

A sociedade nacional desenvolveu dispositivos culturais ou ideológicos para se insensibilizar ante as desgraças dos indígenas. Assim, criou-se o estereótipo do índio agressivo, cruel, indolente e com quantas qualidades negativas que pudessem justificar sua dizimação. A própria história oficial do Brasil e da América abre-se com o capítulo sobre a "descoberta", deixando subentendido

que os índios não contavam como seres humanos, contribuindo para sua coisificação — sua transformação em obstáculo aos designios da sociedade nacional vai passando.

"civilizatórios" do branco, equiparados aos animais ferozes e à própria floresta intransponível. O horror ao índio e a dendrofobia são elementos xifópagos da cultura nacional.

Mais de um século e meio após a separação de Portugal, com Juruna pela primeira vez, o Brasil tem um representante político indígena a representar a toda a sociedade nacional — e de certo modo a toda a humanidade — em nome de sua gente massacrada. Seu açoitamento e sua incontinência verbal são explicáveis pelos séculos de represamento de ressentimento que precedeu sua ascensão à cena nacional. Com ele, pela primeira vez a sociedade nacional tem um índio como interlocutor não subalterno, o que é irrecusavelmente saudável para ela, pela autocritica e reconhecimento. O índio brasileiro, por que é levada pelo modo desinibido de desenvolvimento, por que é chamada a falarem destruí-la, tendo a humanidade pelos séculos acumulados de injustiça contra sua gente.

Por sua condição de índio e por sua auto-identificação, Juruna é um representante genuíno do segmento da população nacional de que faz parte; e representante não apenas no sentido de delegado, mas também como símbolo que representa esse segmento demográfico na consciência nacional.

Além de representante da população indígena remanescente, Juruna também o é daqueles brasileiros que, independentemente de sua genealogia, se identificam com a causa indígena e propugnam pela preservação dessa população e pelo respeito aos seus direitos. A sensibilização de um número sempre cres-



VEÍCULO	FOLHA DE SÃO PAULO
DATA	07.10.83
PAGINA	03

02

nesta fase da História, em que se está desenvolvendo uma consciência cada vez mais intensa e generalizada dos efeitos ecológicos catastróficos da expansão do capitalismo, a condição de guardiões ecológicos passa a ser um novo argumento em favor dos grupos indígenas com apelo ao egoísmo esclarecido de segmentos da população não indígena.

Quanto à situação cultural de Mário Juruna, não conhecendo sua biografia, apenas poderei fazer conjecturas com base em suas manifestações de domínio público.

Em primeiro lugar, ele é membro de um grupo em aculturação e desculturação, dois processos convergentes, porém, distintos. O primeiro consiste na troca de elementos culturais entre grupos em contato, troca que tende a ser assimétrica, uma vez que o processo é desencadeado pela penetração de representantes de um grupo invasor no habitat do grupo indígena. Este, como tradicionalmente tem ocorrido no Brasil, é levado a perder sua língua, sua religião, seus costumes, enfim, sua cultura, e a substituí-la pela do invasor. Isto implica, na melhor das hipóteses, em perda de autonomia e de auto-respeito pelo grupo indígena. Tal processo abre caminho para a destribalização, isto é, para a dispersão e perda de auto-identificação pela população

indígena. É a caboclicização do indígena, sua transformação em camada subalterna da população rural, destituída da terra e dos recursos de sobrevivência do indígena e, consequentemente, à mercê dos donos da terra.

Há anos, o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira caracterizou o índio destribalizado como "a verdadeira consciência infeliz".

Para se ter uma idéia dos efeitos da destribalização, basta contrastar o hígido, robusto e energético índio tribal com o caboclo desdentado, desnutrido e maltrapilho.

A deculturação consiste na perda sem compensação de elementos culturais. É o empobrecimento cultural pelo desaparecimento das condições em que os elementos culturais eram operacionais. Assim, privada de um território para a perambulação, rico de fauna para a caça e pesca e de flora para a coleta de frutos e de outros recursos vegetais, e forçada a uma vida sedentária, uma tribo está irremediavelmente condenada à deculturação.

Na prática, os efeitos da aculturação e da deculturação tendem a se confundir. Em geral, o caboclo é um índio aculturado, isto é, que foi levado a adotar a cultura do branco; e deculturado, porque perdeu elementos da rica cultura tribal sem lograr acesso a elementos correspondentes da cultura do dominador.

É possível que na personalidade do índio Juruna haja sequelas dos processos mencionados. Entretanto, o fato de falar bem a língua de seu grupo e mal a dos brancos sugere que foi socializado em condições de autonomia cultural, o que é reforçado pelo orgulho com que ostenta sua identidade étnica. É possível, também, que sua participação em ambas as culturas — a tribal e a do branco — tenha resultado ou venha a resultar, segundo a reflexão de Simmel, na dupla perspectiva do próximo e do distante que distingue os indivíduos que viveram em mais de uma cultura dos que sempre viveram na mesma cultura em que foram socializados. Ainda bem que os parlamentares brasileiros tenham tido o bom senso de não nos privarem das admoestações que ainda nos poderão advir desse desenvolvimento transculturalizado!

ORACY NOGUEIRA é professor titular de Sociologia e Antropologia da Universidade de São Paulo e autor de vários trabalhos nessas áreas.

JBr 09/10/83

Cineasta leva Juruna para a tela

Envolvido por um clima de tensão que poderia culminar no confronto entre Legislativo e Executivo, o julgamento do ex-cacique Xavante deputado Mário Juruna (PDT), em breve, será exibido nas telas de cinema. Hermano Penna — diretor do filme **Sargento Getúlio** —, de passagem por Brasília para participar de um ciclo de palestras sobre **Cinema no Processo Social**, deixou-se guiar pelo impulso e invadiu o Congresso Nacional para documentar o **affair Juruna**. Em entrevista exclusiva ao JBr, o cineasta fala, entre outras coisas, do que o levou a registrar o acontecimento, de sua posição diante da problemática indígena e do seu trabalho cinematográfico (Página 12)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL

Coordenação Regional do Arquivo Nacional no DF - COREG

Remissiva de arquivamento de documentos especiais

Notação:

BR. AN, 553. AAS. PSS, 481, p 279 / 398

Dados do documento especial

Característica:

PAGINA JORNAL

Conteúdo:

✓

Localização:

Dados da unidade de arquivamento de onde foi retirado o documento

Obs:

DOCUMENTO GRANDE FORMATO

Empresa nega questão com índios guaranis

A vistoria realizada na semana passada por representantes da Secretaria da Agricultura, Polícia Federal e Sudelma na área de propriedade do grupo Peralta, na praia de Boracéia, "não investigou a invasão de terras dos índios guaranis, pois seu objetivo foi verificar *in loco* se a execução do projeto agropecuário estava sendo feita conforme a autorização expedida pelos poderes competentes", segundo Armando Jorge Peralta, líder do grupo empresarial.

Preocupado com as repercussões da reportagem publicada por *O Estado*, na edição do último domingo, Armando Peralta disse que "os índios não estão e nunca estiveram em áreas da Boracéia pertencentes ao grupo" e atacou políticos do Litoral Norte e o *Centro de Trabalho Indigenista*, formado por professores e antropólogos da USP: "Acobertados sob o manto de defensores de direitos indígenas, eles estão pretendendo apossar-se de extensa área abrangendo parte da Barra do Una, da Juréia e da Boracéia", atualmente *sub judice*.

Peralta disse que o "aldeamento, cuja área não excede a 5 alqueires", localiza-se totalmente em terras de propriedade dos sucessores de José Bastos da Silva, no bairro da Juréia — "portanto, fora de nossas divisas".

Segundo ele, a médio prazo, o grupo Peralta não pretende implantar nenhum projeto imobiliário. Afirmou que nos terrenos pertencentes ao seu grupo, "cerca de 1.800 hectares de área plana", estão sendo implantados dois projetos agropecuários. O maior, numa extensão de 200 hectares, localiza-se no distrito de Bertoga, Santos. O menor, de 50 hectares, no distrito de Maresias, São Sebastião, encontra-se paralisado em razão de uma liminar. "Já que parte dessa área está sendo judicialmente questionada pelos índios".

EST-08/10/83

Líder pataxó denuncia expulsão de índios na BA

BRASÍLIA — Os caciques escolhidos pela Funai para a área dos pataxós há-há-hães de Barreira Velha, sul da Bahia, estão expulsando algumas famílias indígenas que vivem na reserva. A denúncia foi feita ontem pelo líder Firmo, que teme o surgimento de um novo conflito entre os pataxó, a exemplo do que ocorreu em junho passado na reserva Caramuru-Paraguaçu, quando o índio Higino matou o cacique Edisio. Disse ainda Firmo que 18 famílias já foram expulsas.

Esta denúncia, entretanto, é contestada pela Funai. Segundo informações do assessor de imprensa, Silvio Reiner, "alguns índios de Barreira Velha decidiram ocupar uma nova área, conhecida como Una. A área não é indígena". Os índios, disse ainda o assessor, "estão sendo insuflados por pessoas estranhas, ligadas às entidades de defesa e que serão retiradas de Barreira Velha após as investigações". A Funai nega também autoridade ao índio Firmo, dizendo que ele "se auto-intitula cacique, mas não foi eleito pelos índios".

De acordo com informações de Firmo, as famílias expulsas fazem oposição aos caciques escolhidos pela Funai e "agora não podem mais ficar na reserva".

Funai e Itaipu acusadas

CASCADEL — A Pastoral Missionária da Diocese de Foz do Iguaçu oficializou ontem denúncias que vinham sendo especuladas há vários dias, de que a Funai e a empresa binacional de Itaipu estão tentando deportar parte da tribo Avá-guarani instalada na região de Santa Rosa do Ocoi, município de São Miguel do Iguaçu, à beira do lago de Itaipu. A mesma denúncia foi apresentada na Assembleia Legislativa do Paraná, por deputados e representantes do Cimi e Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Curitiba.

A Funai é acusada também de provocar divisões entre os membros da tribo (seriam 25 famílias, no total), discriminar alguns no direito à ocupação da terra e até mesmo instituir regime militar entre os índios, criando "patentes" de capitão, tenente, sargento e outras. *F3P-8/10/83*

Folha S. Paulo - 09/10/83

Janio de Freitas

A origem de Juruna e outras origens

Três componentes da situação brasileira que se interligam, nesse momento, de maneira indissociável, constituíram as razões imediatas da iniciativa de atribuir a uma frase do deputado Juruna valor idêntico às conquistas da abertura. Tais componentes são os negócios realizados à sombra protetora do governo; o uso, ainda que limitado a uma parte da imprensa, da liberdade de informação e, fechando a corrente, o jeito indomável da sucessão.

Mesmo sob pena de violentar a necessidade (e facilidade) brasileira de esquecimento rápido, que já esfumou um caso desta semana como se a ação do tempo o tivesse erodido, a permanência intacta daqueles três fatores associados no episódio Juruna justifica a hipótese de que vale esmiuçá-lo. E até menos para examinar o que se passou do que com vistas a atos presentes e futuros.

A observação da cronologia do caso Juruna quase dispensaria acréscimos ulteriores à simples rememoração. No último dia 26, segunda-feira, escapolem da Justiça indicações, ainda sem pormenores, de que o processo da Capemi iria em breve ferir o âmago do governo e do setor mais incivil do "Sistema". Se mesmo onde o "Sistema" não tem o menor interesse os seus agentes sempre metem o bedelho, a medida judicial em um processo que o envolve por certo já estava, naquela segunda-feira, fotografada, taquigrafada, radiografada e revelada aos interessados do Planalto e adjacências inquietas. Chegava, pois, concomitantemente à informação a um coabitante do Palácio, o ministro Delfim Neto, das palavras que Juruna lhe dirigira na mesma segunda-feira, precipitando-as em extensão a todo o Ministério.

Conjugados, de início, apenas pelo acaso, os fatos não mais se separaram. Com a pressa de quem deseja antecipar-se enquanto é tempo, na terça-feira o Planalto se lançava à convocação dos ministros a se mostrarem espontaneamente indignados com o parlamentar índio que errara, no dizer distraído do próprio líder do governo, Nelson Marchezan, ao generalizar suas acusações.

A antecipação preventiva do Planalto frustrou-se, porém, ao con-

flitar com a decisão do curador da 7ª Vara de Falências e Concordatas do Rio de também antecipar, para aquele mesmo dia, o anúncio do seu pedido de indicição de 13 pessoas no processo da Capemi. Entre elas, um filho do Presidente e parentes do comandante militar do Planalto, que, àquela altura, pregava a 200 oficiais teses nada surpreendentes se consideradas suas origens. Ou propósitos.

O deputado Juruna já recebeu aos que lhe deram o voto. Sua acusação levou o governo a adotar como um pretexto que era apenas o raio à mão. Índio, símbolo das muitas ultrajadas e da mais ultrajada das minorias, Juruna acentuou às visões gerais a desproporção entre o seu ato e a reação, assim suscitando a imediata suspeita de que a cobrança pretendidamente moral fundava-se em objetivos descomprometidos desse valor.

O excesso de artificialismo da crise instaurada pelo Planalto, no entanto, assentou-se em motivos autênticos. Todos, uma vez que a crise não levou aos resultados que a inspiraram, ainda prevalecentes.

O primeiro desses motivos é o uso da liberdade de imprensa para a publicação de notícias e comentários sobre a corrupção. Daí que a primeira meta pretendida fosse o cerceamento à imprensa, que alguns julgavam possível pela decretação do Estado de Emergência em áreas determinadas e com a justificativa do controle das reações urbanas a medidas econômicas mais duras.

A partir deste cerceamento, criavam-se condições para purificar o noticiário também da sucessão. Na verdade, a difusão de notícias não tem sido discriminatória, mas o conteúdo do noticiário, desde a licença do general Figueiredo, tem servido muito mais às pretensões do vice-presidente Aureliano Chaves do que às do ministro Mário Andreazza, por motivos conhecidos.

A atribuição do episódio Juruna a uma "crise de mau humor do Presidente", como têm pretendido alguns pedessistas, não exclui os fins mas trai as origens da crise. Adequar aqueles e estas pode não ter maior utilidade, mas permite usar, ainda uma vez, um bem sob permanente ameaça nos governos que se ferem com a divulgação, não com os fatos.

Carta ao cacique Juruna

L. DE A. NOGUEIRA PORTO

Juruna, eu estou do seu lado. Neste país estrangeiro, mas que já foi seu e falando uma língua que nunca foi sua, você provocou, sem querer, uma crise no Governo; um conflito entre o Executivo e o Judiciário, cuja celeuma e alarido lhe devem estar causando grande surpresa. Tudo porque, sem saber, você infringiu o código de comportamento social do homem branco, usando um verbo com seu sujeito que são tabu no vocabulário parlamentar dele.

Como todo mundo você deve estar farto de ler, a cada dia em que abre o jornal, notícias desconcertantes (embora nem tanto surpreendentes) sobre estranhos casos de Del-fins (poupança), Capemis, Brasteis, Coroas e Polonetas, e tirado dessas leituras suas conclusões. Mas repare que você nunca viu impressas ou ditas no Congresso aquelas palavras proibidas: o verbo que no Brasil se conjuga desde os seus primórdios, em todos os modos e tempos e sobre o qual o Padre Antonio Vieira teria até escrito uma "Arte", e o sujeito dele, que dito ou escrito, em certas circunstâncias, pode mesmo dar cadeia. Porque, Juruna, graves não são tantos fatos, mas as palavras que ps nomeiam.

É bem provável ainda que você tenha presenciado nesse Congresso para o qual foi entrado um tanto à revelia (pois não me consta que dispusesse dos dispendiosos meios, embora de universal aceitação, para disputar nele, por conta própria, uma cadeira) a tantos e tantos empolgantes bate-bocas virulentos, a tantos destampatórios, agressões e tentativas, brigas para valer (ou para serem apartadas), que se deve

sentir bastante perplexo quanto ao sentido verdadeiro desse decoro parlamentar", agora invocada contra você.

Ameaçam-no até com a perda do mandato; não sei se v. perde com isso grande coisa, mas o Brasil certamente perderá, porque a sua presença no Congresso ajuda muito a embelezar a imagem dele no Exterior, onde se acredita que o índio está sendo exterminado, suas terras invadidas, sua cultura destruída. Foi dito até que o Itamaraty dispõe de um dossiê "contendo seguidas críticas à política indigenista brasileira, recolhidas pelas nossas embaixadas".

Pode haver alguma verdade nessas críticas, mas, ainda uma vez, o que importa, Juruna, são menos os fatos, reais ou supostos, do que o visual, a "imagem", e para ela você concorre com sua cadeira de deputado, muito mais do que outros que, além de tudo, nem sequer índios são.

É certo que v. cometeu falta grave acusando falsamente os ministros do grande cacique, quando, afinal, queria apenas, como todo mundo, falar mal do governo dele. O que me espanta é ver que esses ministros se tenham dado por tão ofendidos, mormente quando v. se desculpou, dizendo que, se tivesse falado em língua xavante, a expressão do seu pensamento teria sido "mais branda".

Acredito nisso, Juruna, porque o ato de lançar mão da coisa alheia deve constituir falta muito ventral na tribo, onde, segundo aprendi na escola, a propriedade não tem (ou não tinha?) a conotação capitalista que adquiriu no mundo de hoje. Não é certo que as coisas, as utili-

dades são (ou eram?) de uso comum lá na taba?

Por isso mesmo aquelas palavras tabus que você usou, caso existam em língua indígena, devem ter nela coloração bem diversa e mais suave. Lástima que você não as tivesse dito em xavante, porque na tradução soam mal, Juruna; soam muito mal.

Outro dia você entrou no Palácio, sentou na cadeira do governador e assumiu o governo (do Guanabara, não o do Estado do Rio), e o dr. Brizola nem se zangou por isso. Porque você, cacique, como brasileiro pré-cabralino, possui alguns direitos que não se reconhecem aos advenas deste país. E tanto não se zangou, ele que é amigo do governo, que disse tudo fará para ajudar Juruna neste episódio, acrescentando que o Congresso deve julgá-lo com "generosidade".

Para mim, generosidade não é bem o termo; eu antes diria com compreensão, e nisso estou com o dr. Tancredo, lá de Minas Gerais, que é do mesmo parecer.

O governo está furo com o Congresso; o porta-voz do Grande Cacique disse que você comprometeu a instituição parlamentar e a dignidade da atividade política, e tudo isso é muito grave.

Mas, no final das contas, acredito que esta equivocação termine, como na novela e em quase tudo no Brasil, com um final feliz. O que passou passou e no passado ficará; mas daqui para a frente, Juruna, muito cuidado com os tabus do homem branco, pois além daquelas outras palavras traidoras pode haver.

Garantia mesmo, para o futuro, será discursar só em xavante.



Remissiva de arquivamento de documentos especiais

Notação:

BR. AN, 3543. AAS. PSS 481, p 283/398

Dados do documento especial

Característica:

JORNAL

Conteúdo:

Localização:

P. Caixa

Dados da unidade de arquivamento de onde foi retirado o documento

Obs:

202 GDE FORMATO

VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO

DATA 09.10.83

PAGINA 01

Janio de Freitas

A origem de Juruna e outras origens

Três componentes da situação brasileira que se interligam, nesse momento, de maneira indissociável, constituíram as razões imediatas da iniciativa de atribuir a uma frase do deputado Juruna valor idêntico às conquistas da abertura. Tais componentes são os negócios realizados à sombra protetora do governo; o uso, ainda que limitado a uma parte da imprensa, da liberdade de informação e, fechando a corrente, o jeito indomável da sucessão.

Mesmo sob pena de violentar a necessidade (e facilidade) brasileira de esquecimento rápido, que já esfumou um caso desta semana como se a ação do tempo o tivesse erodido, a permanência intacta daqueles três fatores associados no episódio Juruna justifica a hipótese de que vale esmiuçá-lo. E até menos para examinar o que se passou do que com vistas a atos presentes e futuros.

A observação da cronologia do caso Juruna quase dispensaria acréscimos ulteriores à simples rememoração. No último dia 26, segunda-feira, escapolem da Justiça indicações, ainda sem pormenores, de que o processo da Capemi iria em breve ferir o âmago do governo e do setor mais incivil do "Sistema". Se mesmo onde o "Sistema" não tem o menor interesse os seus agentes sempre metem o bedelho, a medida judicial em um processo que o envolve por certo já estava, naquela segunda-feira, fotografada, taquígrafada, radiografada e revelada aos interessados do Planalto e adjacências inquietas. Chegava, pois, concomitantemente à informação a um coabitante do Palácio, o ministro Delfim Neto, das palavras que Juruna lhe dirigira na mesma segunda-feira, precipitando-as em extensão a todo o Ministério.

Conjugados, de início, apenas pelo acaso, os fatos não mais se separaram. Com a pressa de quem deseja antecipar-se enquanto é tempo, na terça-feira o Planalto se lançava à convocação dos ministros a se mostrarem espontaneamente indignados com o parlamentar índio que errara, no dizer distraído do próprio líder do governo, Nelson Marchezan, ao generalizar suas acusações.

A antecipação preventiva do Planalto frustrou-se, porém, ao con-

flitar com a decisão do curador da 7ª Vara de Falências e Concordatas do Rio de também antecipar, para aquele mesmo dia, o anúncio do seu pedido de indicição de 13 pessoas no processo da Capemi. Entre elas, um filho do Presidente e parentes do comandante militar do Planalto, que, àquela altura, pregava a 200 oficiais teses nada surpreendentes se consideradas suas origens. Ou propósitos.

O deputado Juruna já recebera aos que lhe deram o voto. Sua acusação levou o governo a adotar como bom um pretexto que era apenas o mais à mão. Índio, símbolo das mitrias ultrajadas e da mais ultrajada das minorias, Juruna acentuou às visões gerais a desproporção entre o seu ato e a reação, assim suscitando a imediata suspeita de que a cobrança pretendidamente moral fundava-se em objetivos descomprometidos desse valor.

O excesso de artificialismo da crise instaurada pelo Planalto, no entanto, assentou-se em motivos autênticos. Todos, uma vez que a crise não levou aos resultados que a inspiraram, ainda prevaletentes.

O primeiro desses motivos é o uso da liberdade de imprensa para a publicação de notícias e comentários sobre a corrupção. Daí que a primeira meta pretendida fosse o cerceamento à imprensa, que alguns julgavam possível pela decretação do Estado de Emergência em áreas determinadas e com a justificativa do controle das reações urbanas a medidas econômicas mais duras.

A partir deste cerceamento, criavam-se condições para purificar o noticiário também da sucessão. Na verdade, a difusão de notícias não tem sido discriminatória, mas o conteúdo do noticiário, desde a licença do general Figueiredo, tem servido muito mais às pretensões do vice-presidente Aureliano Chaves do que às do ministro Mário Andreazza, por motivos conhecidos.

A atribuição do episódio Juruna a uma "crise de mau humor do Presidente", como têm pretendido alguns pedessistas, não exclui os fins mas trai as origens da crise. Adequar aqueles e estas pode não ter maior utilidade, mas permite usar, ainda uma vez, um bem sob permanente ameaça nos governos que se forem com a divulgação, não com os fatos.

VEÍCULO JORNAL DE BRASÍLIA

DATA 09.10.83

PÁGINA 1 2º caderno

Cineasta leva Juruna para a tela

Envolvido por um clima de tensão que poderia culminar no confronto entre Legislativo e Executivo, o julgamento do ex-cacique Xavante deputado Mário Juruna (PDT), em breve, será exibido nas telas de cinema. Hermano Penna — diretor do filme *Sargento Getúlio* —, de passagem por Brasília para participar de um ciclo de palestras sobre *Cinema no Processo Social*, deixou-se guiar pelo impulso e invadiu o Congresso Nacional para documentar o *affair Juruna*. Em entrevista exclusiva ao JBr, o cineasta fala, entre outras coisas, do que o levou a registrar o acontecimento, de sua posição diante da problemática indígena e do seu trabalho cinematográfico (Página 12)

VEÍCULO JORNAL DE BRASÍLIA

DATA 09.10.83

PÁGINA 12

Expedito Filho

Todo o clima que envolveu o julgamento do ex-cacique Xavante-deputado Mário Juruna (PDT-RJ) foi documentado não apenas pelo factual intensamente divulgado por rádios, jornais e televisões. Rá-

pido como repórter, Hermano Penna — diretor de Sargento Getúlio, filme que representou o Brasil no Festival de Cinema de Moscou e a América Latina, em Montreal — que passava por Brasília para participar de um ciclo de palestras sobre Cinema no Processo Social, deixou-se levar pelo impulso e, como ajuda de amigos, invadiu o Congresso Nacional para documentar o affair Juruna.

Duas câmaras ballando, seus olhos, pelos corredores do Congresso captavam o clima de tensão, que poderia culminar no confronto entre Legislativo e Executivo. Mas, apesar de ser uma das cabeças afastadas pelas lâminas do AI-5, não foi apenas o aspecto de possível crise institucional que levou o cineasta a registrar o que ocorreu na última semana.

Sem o paternalismo oficial e sem os partenalismos que desenhavam a relação homem e índio, Hermano enxergou no processo Juruna a possibilidade de retrocesso cultural. A preocupação que se deve ao perigo que representou o caso Juruna, na medida em que a caçassão implicaria na retirada do porta-voz das reivindicações indígenas do plenário da Câmara.

A compreensão da problemática do índio tornou-se transparente no trabalho de Hermano Penna a partir de 1968, quando documentou a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito do Índio, o que lhe custou, após a edição do AI-5, a apreensão do filme e a demissão do emprego que tinha na Universidade de Brasília. Na sua concepção, "a questão do índio se cruza com o problema de democratização desse país e é determinante para o salto político da civilização brasileira."

Depois de seu primeiro filme (Smetak - 1967), Hermano Penna partiu para A Mulher do Cangaço, Folias do Divino, que formaram série para o programa Globo Repórter, da TV Globo. "Meu cinema — explica — foi sempre muito contido, uma vez que na televisão enfrentava três coisas: a autocensura, a censura e a vontade da televisão".

Mas em Sargento Getúlio ("documentei um livro", confessou), Hermano segue os passos da literatura de João Ubaldo Ribeiro, sem se preocupar na emissão de conceitos. A história é rica e vence a barreira do tempo, podendo ter acontecido no início dos anos 80, quando, com a abertura democrática, milhares de Sargentos Getúlios, criados pelos órgãos de repressão, vagavam pelo obscurantismo.

Porém não foi essa a preocupação de Hermano. Ele ressaltou que limitou-se a contar uma história ocorrida em 1940, embora reconheça que tais situações possam se repetir em outras épocas. "Não sou militante. Já fui, agora me recuso" — enfatizou.

Cinema para cineasta não faz a cabeça de Hermano. No caso de Sargento Getúlio, tem-se várias camadas integradas, permitindo leituras diversas: existencial, filosófica, psicológica e outra que surpreende na medida que expõe o inconsciente do homem nordestino.

JBr — Vivemos, na semana que passou, um clima até certo ponto alarmista em função das especulações formuladas em torno do caso Juruna. Era a radiografia do momento. Diante desse quadro, como é que você explica o seu interesse em documentar o episódio?

Hermano Penna — Não posso ficar falando que estou fazendo um filme sobre Juruna. Estou em Brasília por coincidência, uma vez que vim participar de uma série de conferências promovida pela classe cinematográfica e entidades privadas. Como qualquer criador, fui carregado pelo impulso. O caso Juruna representa, na minha especulação política, intelectual e social, uma questão fundamental. Sensibilizo-me porque localizo uma das questões básicas da história política deste País: os índios uma das populações mais marginalizadas.

Apesar de tutelado — existe muita confusão em cima dessa tutela —, através do Juruna, o índio avança e começa a se expressar dentro do Congresso. Talvez por acaso, ou por uma dificuldade de expressão, ou por provocação, se tentou caçar a voz de um povo. Não sou paternalista em relação ao problema do indígena, mas acho que ele se cruza com o problema de democratização deste País e do avanço da sociedade brasileira. Não sou militante. Já fui. Agora me recuso. A questão indígena faz parte daquela conjuntura de problemáticas que determinam o nosso salto político, pois o grande problema deste Brasil é ter seu povo sem voz. Ou se resol-

ve avançar politicamente ou a gente deixa a política como mero jogo de grupos econômicos e, mais uma vez, se estabelece o quadro de que a vida da Nação depende de poucos.

JBr — A possibilidade desse avanço pode ser concretizada com uma maior representatividade no Congresso Nacional? Ou seja, você acredita que essas melhorias serão conseguidas com uma participação mais ativa e representativa dos nossos parlamentares?

Hermano Penna — Eu acho que sim, pois a salvação deste País é a luta política. Essa é a luta que conduz à evolução sem grandes baixas sociais. Sou contra determinados radicalismos porque acho que o horizonte da evolução social tem que ser a política. O Congresso é hoje a Nação brasileira. Quando parti para filmar Juruna, lá encontrei um verdadeiro clima, com milhares de garimpeiros de Serra Pelada fazendo suas reivindicações. O nosso desafio é colocar em xeque o centralismo das decisões. Para isso, é preciso que o grau de representação cresça. A próxima luta é ter, dentro do Congresso, artistas mais comprometidos com a arte e menos com a política.

JBr — Na verdade — como você mesmo falou — documentar o caso Juruna foi fruto do acaso. Nessas circunstâncias, como é que você conseguiu arrumar filmes e câmaras, enfim, o equipamento necessário para o empreendimento?

Hermano Penna — Eu tive certa facilidade porque morei em Brasília durante muitos anos. Brasília consertou minha cabeça. É uma cidade que apaga o passado e joga a pessoa para o futuro. Na Bahia, você é filho de fulano de tal e irmão de fulano. Brasília, só pergunta o que você quer fazer e isso é muito bonito. Devo a Brasília a minha realização no cinema. Comecei aqui. Então, tinha uma relação muito grande com as pessoas, que foram despertadas a partir de Sargento Getúlio.

VEÍCULO JORNAL DE BRASÍLIA

DATA 09.10.83

PÁGINA 12

**«O grande problema
deste país é ter
seu povo sem voz»**

quando levantei a bandeira e disse: "amanhã vou filmar o Juruna"; uma porção de gente mostrou-se disposta a colaborar. Foi assim que consegui.

JBr — A sua exposição sobre o caso Juruna foi muito clara. Mas outros filmes já abordaram a questão do índio? Quando foi isso?

Hermano Penna — Cheguei aqui em 1965 e fiquei até 1974. Já trazia na bagagem uma expressão artística com o cinema que me levou à Universidade de Brasília. Fotografava filmes de amigos. Até que pintou o AI-5, que modificou não só o panorama nacional, como também a vida de qualquer um. Acho que ninguém saiu diferente a partir do AI-5. O rico ficou mais rico, e o pobre mais pobre. Ocorreram, ainda, uma série de outras coisas que a gente sabe muito bem. Mas, antes disso, comecei a trabalhar um novo filme que documentava a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a questão indígena e que extrapolava os limites físicos do Congresso. Eu achava o trabalho muito importante, pois seria o primeiro filme da filmografia indígena brasileira a tratar do problema social do índio. Até então, a filmografia brasileira era etnográfica, cuidava apenas de documentar rituais.

Bom, aí eu comecei a trabalhar, com a colaboração de um amigo, e o filme começou a sair. Cheguei, inclusive, a viajar para algumas regiões. O filme já estava completo. Mas veio o AI-5, traçou boa parte da CPI, me expulsou da Universidade de Brasília e ainda levou os negativos.

JBr — Onde andam esses negativos?

Hermano Penna — Finalmente consegui. Nunca entreguei os pontos. Fiquei em cima, durante, dez anos. Me devolveram em péssimo estado, boa parte deles cortada. No entanto, consegui refazê-los. Eu não estava preocupado com o fato político de uma CPI, mas com a situação dos índios. Todo o filme girava em torno do problema do índio e não do ato político do Congresso Nacional. Portanto, tive até conflitos com deputados, que diziam: "você não me filma". Eu respondia: "deputado, não vim lhe filmar". Coisas desse tipo, eu transava numa boa.

Depois de reaver os negativos, montei um material de memória que tem o nome de CPI do Índio. Não é um filme. Não o considero assim, devido a precariedade em que ficou. Eu o guardo como a CPI sobre o problema indígena. Ficou como memória e termina assim: "E veio o AI-5".

JBr — A preocupação com o índio transparece no seu trabalho como uma preocupação antiga?

Hermano Penna — Muito antiga. Eu tenho outro filme sobre os índios, Índios e os Direitos Históricos. Não é um filme de minha autoria, mas eu coordenei o projeto. E o meu segundo filme sobre o índio. O problema do índio me levou a uma consciência tal, que nunca deixo de lembrar as pessoas que o Serviço de Proteção ao Índio foi criado por brasileiros humanistas,

como Rodolfo Rocha Miranda, ex-ministro da Agricultura. O SPI nasceu da discussão do problema agrário nacional que até hoje se escamoteia e causa maior tumulto.

JBr — Fugindo dessa questão do índio, como você classifica o seu cinema? Ele somente passa a existir a partir de Sargento Getúlio?

Hermano Penna — Existe muito antes. Porém, me liguei, durante um determinado momento da minha vida cinematográfica, na televisão brasileira. Trabalhei muito em documentários para televisão, participei muito do programa Globo Repórter com temas voltados às raízes culturais do Brasil, aos problemas sociais à questão de resgate da história do povo brasileiro. Por exemplo, fiz para televisão o Raso da Catarina, a Mulher no Cangaço e Folias do Divino.

Como todo cineasta brasileiro, como todo homem de cultura deste País, apesar de toda energia para continuar meu trabalho, não realizei quase nada do meu potencial cinematográfico, do que quero contar sobre o que aprendi nas minhas andanças, nas minhas leituras pelo País, da minha vivência. Meu cinema — é dramático dizer isso — não é nem 10 por cento daquilo que sinto ser capaz. Se você perguntar a qualquer outro cineasta do Brasil, ele vai lhe responder a mesma coisa. A estrutura para fazer cinema no Brasil é muito injusta, muito absurda. É algo resultante do descaso do que significa conhecimento, cultura.

É preciso estabelecer um programa nacional mínimo, calcado em três coisas: comida, saúde e cultura. A fome tem que ser eliminada, a saúde tratada, e cultura é permanência, a melhoria da nossa cabeça. É uma tristeza você ver a criação de artistas brasileiros numa disputa por migalhas. Então, como qualquer cineasta brasileiro, me sinto roubado. Sargento Getúlio foi um sucesso nacional, premiado lá fora, ganhou Leopardo de Bronze em Locarno. Foi respeitadíssimo em Moscou. Representou a América Latina no Canadá, no festival de Montreal, embora não tenha concorrido. Mas, mesmo assim, me sinto roubado, no sentido de que não realizei um décimo do meu potencial. Meu cinema sempre esteve ligado à realidade nacional, mas nem sempre teve uma realidade compensatória. Não quero contestar ninguém, não quero ser contra alguém vir dizer: "olha, a história não foi bem assim..." Eu acho que tenho um papel político, social, cultural, não reconhecido pela crítica. Meu espaço não se situa nem na cinematográfica, nem no consumismo de uma mitologia, no que seja um homem de cinema, porque boa parte dela estaria inserida no contexto de televisão.

JBr — Sargento Getúlio, o filme, abre um leque de interpretações. Numa delas, tem-se a impressão que a história mais uma vez se repete, na medida em que a miopia política demonstrada pelo Sargento lembra o processo vivenciado pelos agentes da repressão, durante os primeiros sinais de abertura democrática. Houve a intenção de fazer essa comparação entre um momento e outro?

Hermano Penna — Não. A respeito do Sargento Getúlio muitas coisas me passaram pela cabeça. Eu seria mentiroso se dissesse que pensei nisso ou naquilo. Sargento Getúlio é um filme que se recusa a uma significação dirigida. É um filme aberto. O problema político de Sargento Getúlio está na cabeça de quem viu, o fil-

VEÍCULO JORNAL DE BRASÍLIA

DATA 09.10.83

PAGINA 12

me. Eu simplesmente conto a história de um personagem. Não procuro fazer uma metáfora da situação brasileira. É um filme político que poderia ter acontecido na Grécia da Idade Média, no Brasil de 1964, no Brasil de 1968 ou no Brasil de 1983. Seria muito injusto se eu desse um significado para o Sargento Getúlio. Primeiro porque não é um personagem meu. É de João Ubaldo. Vou lhe contar um fato interessante. Nem eu, nem João Ubaldo sabemos, por exemplo, se Sargento Getúlio morre no final da história.

Sargento Getúlio tem várias leituras: política filosófica, psicologia e uma sobre o inconsciente do homem nordestino. Você pode até fazer uma metáfora do poder policial que o poder político não controla mais. É uma continuidade. Claro, que há referências claras a acontecimentos que vivemos hoje.

JBr — O filme é isso mesmo. É muito um livro, uma mistura de linguagem literária e cinematográfica. Não pinta com você a preocupação de fazer um cinema calcado em linguagens de vanguarda? Tipo cinema para cineasta?

Hermano Penna — Não. Isso se deve a uma razão muito simples. Fui um cineasta muito contido no meu trabalho porque fazia filmes para televisão. Três coisas me continham: a autocensura, a censura e a

"Cabe ao cineasta
levantar o nível
de compreensão"

vontade da televisão, já que é um meio de comunicação no qual as pessoas estão diretamente ligadas. Eu me policiava muito para emitir conceitos que as pessoas não entendessem. Acho que cabe ao cineasta levantar o nível de entendimento e compreensão.

Nos meus filmes, quando entrevisto um personagem, no Nordeste ou em São Paulo, falo na minha linguagem para que a resposta ocorra nesse mesmo nível. A população não consegue manipular conceitos eruditos, mas, nem por isso, rebaixo um filme ao nível do populareSCO. Procurei extravazar de lado da poesia e não da política. Nas minhas criações, parto para coisas loucas, e, nesse momento, é minha alma que se expressa. A Mulher no Cangaço nasceu de uma música; Folias do Divino partiu de uma mentira. Em Sargento Getúlio, procurei documentar um livro.

JBr — A versão original de Sargento Getúlio apresentada no Masp, em São Paulo, não corresponde à versão que você exibiu em Gramado. Houve uma remontagem?

Hermano Penna — Existe apenas uma pequena diferença. No Masp, a cópia apresentada era de 16 mm por se tratar de uma cópia única. Na primeira cópia, como toda primeira cópia, há a necessidade de uma série de correções técnicas. Em Gramado, apresentei a versão em 35 mm. Além de corrigir algumas deficiências, cortei também de cópia de 16 mm em determinadas sequências em que detectei alguma redundância.

JBr — E a Embrafilme? A quantas anda essa polêmica relação entre cineastas e Embrafilme?

Hermano Penna — A Embrafilme foi criada depois de uma grande luta travada pelos cineastas, principalmente, por aqueles que queriam fazer um cinema diferente em relação às regras do mercado. Esses cineastas tinham seus projetos recusados pelo livre comércio. A sociedade brasileira é contraditória no seguinte sentido: ao mesmo tempo em que vive do livre mercado capitalista, o Estado, por sua vez, também participa. A Embrafilme surgiu na tentativa de sufocar a dominação do produto brasileiro pelo mercado externo. Toda cinematografia brasileira não tinha condições de disputar o livre mercado.

Diante disso, a Embrafilme surgiu com as melhores intenções de manter esse cinema cultural. Mas a relação é muito dolorida, sofrida, complexa e, às vezes, neurótica e, até mesmo histérica. Fora isso, a Embrafilme, como qualquer órgão governamental, sofre a pressão dos lobbys de grupos bem situados politicamente. Esses cineastas que fazem um cinema mais livre, consequentemente, sofrem pressões do Estado. A Embrafilme é um saco de pancadas e está aí desorganizada. Alguns cineastas resolvem a coisa na base da amizade. O meu filme vai sair porque o cara é meu amigo. O que ocorre é um processo dialético que deforma as relações, com cumplicidade da classe cinematográfica.

JBr — Apesar disso, você já pensa em um novo projeto? Um novo filme ou vai parar para refletir?

Hermano Penna — Ainda não havia falado isso para ninguém. Mas, na verdade, já tenho o projeto para o próximo filme, que contará a história do beato Zé Lourenço, ocorrida na minha cidade de Crato. Será a vez do Caldeirão, título do filme.

VEICULO	JORNAL DE BRASÍLIA
DATA	09.10.83
PAGINA	12

x 5



"É melhor que amarrem minha língua. Boca se usa para comer, beber e também para falar. E a única maneira de calar a boca de Juruna é arrancar a língua". Esse foi o desabafo do deputado Mário Juruna, logo após tomar conhecimento da resolução da Mesa da Câmara, que impôs censura ao discurso proferido pelo parlamentar

Ponto de Vista

Associação Brasileira de Antropologia
Seção DF — Caixa Postal 15-2867
CEP 70.919

Quem rouba índio não é ladrão

Para o bem de todos e felicidade geral da nação, encerrou-se na terça-feira passada o "caso Juruna". Com a censura da Mesa da Câmara e a "carta de retratação" assinada pelo Deputado Mário Juruna, foi sustada uma crise que ameaçava deflagrar um conflito entre os poderes Executivo e Legislativo. Todos, aparentemente, se deram por satisfeitos, mesmo aqueles que tanto haviam insistido na cassação sumária do Deputado Juruna. Essa satisfação geral deixa pairando no ar a pergunta do por quê, afinal, pouco diferia de outros anteriores pronunciados pelo Deputado Juruna e que passaram em brancas nuvens. Esta pergunta, por conter sentidos múltiplos, presta-se a uma grande variedade de interpretações e não é minha intenção explorá-las aqui. O que quero ressaltar são apenas dois aspectos da "carta de retratação".

O primeiro é a própria necessidade de uma tal retratação. No noticiário dos primeiros dias de outubro, lemos várias vezes que alguns dos implicados, por exemplo, o Ministro dos Transportes, dar-se-iam por satisfeitos se o Deputado Juruna pedisse desculpas publicamente àqueles que se sentiram atingidos por seu discurso. Isso só pode ser visto como uma tentativa de "dobrar" esse parlamentar indígena, que se tem destacado na Câmara por sua integridade e empenho em defender os interesses dos desfavorecidos; dobrá-lo, porque o Deputado Juruna põe o seu compromisso com o povo indígena e brasileiro acima dos interesses do governo ora constituído.

Com uma retórica oscilando entre o paternalismo condescendente (é índio, portanto, não é responsável pelo que diz) e o autoritarismo declarado (ofendeu o governo, deve ser sumariamente punido, independentemente das normas internas da Câmara), os representantes do governo inflaram desproporcionalmente a importância do discurso de Juruna para, ao que tudo indica, dar uma lição no Legislativo: dobrando-se Juruna, outros parlamentares poderiam, também, ser dobrados. Foi a estratégia de um governo em desespero de causa, assistindo à derrota de seus decretos e ao desvelamento de escândalos envolvendo representantes seus (apontados, por exemplo, pelo Senador Fernando Henrique Cardoso, em sua declaração ao Jornal de Brasília de 1º de outubro, página 2: "Com essas iniciativas o Governo tenta encobrir e evita responder às inúmeras acusações de negociatas e irregularidades denunciadas exaustivamente pela imprensa com a divulgação de farta documentação").

VEÍCULO JORNAL DE BRASÍLIA
DATA 08.10.83
PAGINA 15

O segundo aspecto da "carta de retratação" do Deputado Juruna diz respeito ao seu conteúdo. Dois pontos se destacam aí: um, que o parlamentar não quis ofender nenhum membro do governo pessoalmente. Como esta declaração já havia sido feita publicamente por Juruna e amplamente divulgada na imprensa, supõe-se que não deve ter sido o fator de maior peso da carta. O outro ponto, este sim, é, a meu ver, crucial. Diz a carta que o discurso proferido por Juruna a 26 de setembro "trata da situação do indígena brasileiro, quando assiste a suas terras sendo objeto de invasão e de ocupação indevida. (...)

O que significa isto? Quem se deu conta das implicações subjacentes ao fato de que uma tal "retratação" satisfaz, não só aos membros ofendidos do governo, mas a todo mundo? Por que, do momento em que a ênfase do discurso de Juruna foi deslocada da massa desprovida de brasileiros para a população esbulhada de índios, o que era ofensa deixou de sê-lo e tudo ficou em paz? O que quer dizer isso, sendo que roubar índio não é roubo, é a prática normal (e aceita, ao que parece) da nossa sociedade? Que consciência "civilizada" é essa que se sente desagradada com a acusação de estar tomando o que não é seu, desde que o expropriado seja índio?

Imaginemo-nos no lugar do Deputado Juruna, assinando a carta. Será, realmente, uma "retratação"? Qualquer índio que se vê expulso de sua terra, como no atual caso dos Pataxó da Bahia, tem nessa carta a plena confirmação do que disse o Deputado Juruna em seu discurso de 26 de setembro. Só os brancos não vêem isso, pois há muito assumiram o papel de "ladrões de terras indígenas". Roubar os cofres públicos e roubar o patrimônio indígena são vistos pelos ditos "civilizados" como coisas totalmente distintas, incomparáveis. O primeiro é crime, o segundo é prática consagrada. Daí, o alívio geral com a carta de retratação, pois, se roubar índio não é crime, então esvazia-se a acusação que o Deputado fez ao governo. Será que se esvazia?

Alcida Rita Ramos

VEÍCULO	ÚLTIMA HORA DE BRASÍLIA
DATA	08.10.83
PÁGINA	04

QUADRO GERAL



Juruna no Planalto

Mário Juruna, após solucionar seu problema, quer agora uma nova audiência com o Presidente, a quem entende "não deve guardar rancor". Vai explicar tudo que quis dizer sobre as terras dos índios e, assim, mostrar que tem respeito pelo Presidente. Resta saber se sua audiência será marcada. Como estamos em tempo de diálogo, poderá sair até na próxima semana. O deputado-cacique confirma que "não tô mais borrecido. Já passou".

Vice do Legislativo

O presidente da Câmara, deputado Flávio Marçilio, com as posições adotadas em torno do caso Juruna e de friccionalismos que têm surgido no plenário, sempre em defesa do Legislativo, vem se transformando no candidato de muitos parlamentares à vice-presidência. Por isso mesmo, Marçilio já comunicou que vai disputar na convenção independentemente de qualquer candidato. Sua candidatura estará acima das facções, porque pretende ter votos de todas as tendências.

VEICULO JORNAL DO BRASIL

DATA 10.10.83

PAGINA 02

Os limites da negociação

Ricardo Noblat

Brasília — Começa a semana sob o signo da negociação proposta pelo Presidente da República no seu competente discurso da última quarta-feira. "Minha consciência democrática aponta o caminho do diálogo, da sensibilidade à sugestão, da busca do entendimento sobre as melhores opções", anunciou o Presidente, 24 horas após a Câmara Federal ter-lhe negado a cassação do mandato do Deputado Mário Juruna. O comando do PDS exultou — e com razão. A Oposição, pega de surpresa, murmurou qualquer coisa e descobriu-se desequipada para a negociação que tanto prega. O discurso foi confeccionado sob medida, para mostrar que o Governo não está tão fraco quanto aparenta; que pode, ainda, quando quer, recuperar a ofensiva política; e que, ao fazê-lo, deixa os adversários a reboque, comendo a poeira da distância. O laboratório de medidas econômicas gerido pelo Ministro Delfim Neto combinou idéias próprias com outras sopradas pela Comissão de Notáveis do PDS e está pronto a servir à Nação um novo pacote — desta vez para ser examinado, debatido, melhorado, e não para ser imposto garganta abaixo. De sua parte, o partido oficial deve responder com o seu próprio pacote, também sujeito, como o outro, à negociação. E a Oposição, mas especificamente o PMDB, o que fará? Salvo colocar-se contra o Decreto-Lei 2.045, o que terá a propor? Os próximos dias o dirão. A recente conversão do Governo à fórmula do entendimento deve ser louvada, mas merece ser posta nos seus devidos termos. Ela se deu ante a inevitabilidade da rejeição, pelo Congresso, do Decreto-Lei 2.045 — poderoso instrumento de implementação da política ditada pelo Fundo Monetário Internacional. Substituir pura e simplesmente o 2.045 por outro decreto seria afrontoso ao Congresso e repercutiria mal no exterior. Os nossos credores exigem o aval do Congresso à política acertada pelo Governo com o FMI para só depois reabrir a torneira dos empréstimos e, pelo menos, ajudar o País a sair do sufoco financeiro. Assim, a disposição para o diálogo deverá servir para recosturar a unidade perdida pelo PDS, atrair a boa vontade algumas parcelas da Oposição e fazer passar pelo Congresso o que antes não passaria nem mesmo pela Executiva de 121 membros do partido oficial. Nada faz crer que a postura do Governo, favorável ao entendimento, abranja mais coisas que a política salarial ora em foco. Vencida a batalha do 2.045, o Governo concluirá a renegociação da dívida até novembro e poderá, depois, respirar um pouco mais aliviado. Jorrará dinheiro para acertar as contas de 83 e 84. A sucessão presidencial, por seu turno, se encarregará de preencher o espaço político tornando, o resto, secundário. O Presidente João Figueiredo caminha para passar o bastão a seu sucessor sem realizar a reforma constitucional que o País exige nem a mudança de política econômica que tantos pedem. Não que lhe falte tempo.

Juruna I

Na noite de sexta-feira, dia 30, recolhido para dormir num chalé no meio das dunas da cidade de Parnaíba, no Piauí, o Ministro Hélio Beltrão foi retirado do seu sossego por um telefonema de Brasília. Do outro lado da linha, o Ministro Leitão de Abreu informava que o *Affaire Juruna* crescera e que Beltrão era o único ministro que ainda não encaminhara à Câmara seu pedido de punição contra o deputado. Em telex curto e grosso, despachado no dia seguinte, Beltrão solidarizou-se com o Presidente da República — mas nem pediu punição para o deputado nem registrou que se sentira ofendido com seu discurso.

Juruna II

De um acurado observador do que se passa na Corte:

— O Ministro Walter Pires viajou a Caracas no auge do Episódio Juruna. Ajudou a aliviar a tensão e mostrou que tinha a exata noção da dimensão da crise. Ponto para o ministro. O Vice Aureliano Chaves, na mesma ocasião, cancelou uma viagem que faria a São Paulo. No mínimo, imaginou que a crise poderia ser maior do que foi. Ponto contra o Vice.

Encontro

O ex-Deputado Adhemar de Barros Filho e o Senador Itamar Franco poderão se reunir, nesta ou na próxima semana, em Brasília, para discutir a proposta de *socialismo moreno* do PDT. Adhemar, na condição da mais nova estrela da equipe do Governador Leonel Brizola. Itamar, na de um ambicionado reforço pretendido pelo PDT.

Crítica e autocrítica

O Deputado Fernando Lyra fará, amanhã, da tribuna da Câmara Federal, uma análise contundente da organização e do comportamento do seu partido, o PMDB. Dirá, em síntese, que o partido não se equipou para enfrentar a abertura política; que a estrutura do seu comando é autoritária; e que os governadores que elegeu em novembro estão marginalizados das suas decisões. Lyra, há 10 dias, informou o Governador Tancredo Neves sobre os principais pontos do seu discurso. Hoje, por telefone, o informará de alguns detalhes finais. O deputado considera inevitável que se bata chapa pelo comando do PMDB na sua próxima convenção.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: JORNAL DO DIA.

data: 30.09.83.

página: 01; 03; 05.

do alac. de Curitiba, Paraná, ...

Denúncias

JD 300983
1ª PG

Um deputado do PMDB prometeu formalizar denúncias de corrupção contra funcionários da Funai em Mato Grosso, por escrito, mas até agora não cumpriu o prometido. (Boca Livre, página 5)

rio

JURUNA I

É delicada a situação do deputado Mário Juruna que dias atrás, da tribuna da Câmara Federal, ofendeu os ministros do presidente Figueiredo. Sentindo-se ofendidos, nove ministros, entre os quais três da área militar enviaram ofício ao presidente Flávio Marcílio pedindo enquadramento do deputado Juruna, no artigo 35 da Constituição, que trata do decoro parlamentar. Defende a cassação do mandato do deputado que nesses últimos tempos vinha criticando acerbamente os membros do atual sistema. É de se prever uma grande refrega entre Legislativo e Executivo em torno da questão que deverá anteceder a votação do decreto 2045.

JURUNA II

Se de um lado o cacique Juruna não tinha o direito de usar expressões tão contudes contra os membros do primeiro escalão do governo, também não se admite que o ministro Delfim Netto classifique de vagabundos aqueles que estão se posicionando em favor dos trabalhadores. Isto porque a recíproca é verdadeira, em razão disto tudo o que ocorrer daqui para o futuro é uma consequência da falta de serenidade daqueles que tem obrigação de serem cometidos em seus pronunciamentos. Quer sejam eles ministros ou deputados, tanto da situação como da oposição. Assim sendo, todas as atenções do País voltam para Brasília, onde uma nova batalha deverá galvanizar os políticos.

lar.

DENÚNCIAS

Falando em denúncias, vai de novo uma "cobrantina" no denúncias do peemba debista Kazuho Sano: e aquela denúncia de corrupção, por escrito, prometida contra determinados funcionários da Delegacia Regional da Funai em Mato Grosso, vai ficar somente na promessa? Não se pode esquecer que uma CPI a respeito do assunto foi prometida caso as denúncias por escrito viessem realmente a se materializar.

JD CGB 300983
5 PG

JD CGB 300983
PG 3

JURUNA

A TARDE — QUINTA-FEIRA, 13 DE OUTUBRO DE 1983;

Juruna não veio e tensão já aumentou

(Pág. 2)

Juruna não veio mas o clima continuou tenso

Pau Brasil (Dos enviados especiais Josémaria Luna e Luiz Concelção, texto e Renato Almeida, fotos) — o deputado Mário Juruna não veio conversar com os índios pataxós há-há-há na Fazenda São Lucas, em Pau Brasil. A visita, anunciada há mais de 15 dias, foi cancelada na terça-feira pelo deputado-índio que alegou, até mesmo, questões de segurança pessoal já que corriam boatos de que pairavam sobre o deputado Juruna, ameaças de morte. Mesmo assim, durante todo o dia de ontem, o clima esteve muito tenso na área onde os índios e fazendeiros disputam 36 mil hectares de terra, responsáveis por uma produção de 400 mil arrobas de cacau e com um rebanho estimado em 100 mil cabeças de gado.

O clima de nervosismo que toma conta da região desde que um grupo de índios dissidentes, liderados pelo Cacique Nailton e pelo "capitão" Samado, invadiu, há cerca de um mês, a Fazenda Providência, com a simples notícia de que Mário Juruna, acompanhado de vários deputados integrantes da Comissão do Índio da Câmara Federal, ficou ainda mais tenso. Um forte contingente policial foi deslocado para as cidades de Camacá, Pau Brasil e Taju do Colônia, com ordens de intervir ao primeiro conflito.

O comandante do destacamento militar, capitão Almeida, afirmava que fora deslocado para a área, a fim de manter a ordem pois a visita de Juruna (não havia, ainda, sido informado que fora cancelada) poderia causar sérios transtornos. Ao delegado da Funai para a Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, Eustáquio Machado, o capitão Almeida disse, apenas, que sua missão tinha caráter puramente preventiva.

Na área da reserva, o clima era de aparente calma. O acesso à Fazenda São

Lucas foi interditado e ninguém que não o pessoal autorizado teria acesso, nem mesmo a imprensa. A Funai, apesar de ter emitido parecer contrário à vinda de Juruna a Pau Brasil, armou um esquema especial para recebê-lo, juntamente com os demais deputados integrantes da Comissão do Índio. Até mesmo um relatório sobre as atividades da Fundação nos quase dois anos de atuação na Fazenda São Lucas, foi elaborado. Nele constavam desde o número de pessoas mantidas no posto até os gastos com alimentação, remédios, vestuário e combustível, detalhados por exercício. O relatório incluía, também, os gastos com aviões utilizados para transporte de pessoal e, até quanto foi gasto com diárias dos agentes da Funai e do Departamento de Polícia Federal.

De acordo com o relatório, no exercício de 1982 a Funai gastou para a manutenção do posto Cr\$49.682.933. Já no exercício de 83, somente no período de janeiro a setembro, os gastos da Funai foram de Cr\$71.629.431. No total, as despesas com a manutenção do posto da Fazenda São Lucas já atingiu a cifra de Cr\$121.311.8924. Somente com vãos dos aviões da Funai para a reserva Caramuru-Paraguaçu, foram gastos Cr\$14.041.500.

AGUARDA PERFURATRIZ

Com o objetivo de supervisionar e fazer um levantamento sobre os possíveis locais para perfuração de poços artesianos, a fim de garantir o abastecimento de água na reserva indígena Caramuru-Paraguaçu, encontra-se em Pau Brasil o engenheiro assessor da Funai, Heráclides Macedo. Ele está de posse de um estudo estatístico e um trabalho completo de levantamento de solo e aguarda, apenas, a chegada de uma perfuratriz da Sudene para iniciar a abertura dos poços. A Perfuratriz deveria ter chegado na semana passada



Delegacia esteve reforçada

mas, até agora, a Sudene não cumpriu sua promessa de enviá-la para a área da reserva.

Heráclides Macedo diz que existem boas possibilidades de se encontrar água de boa qualidade na região e afirma que sua presença ali, quando se anunciava a visita dos deputados integrantes da Comissão do Índio, liderados pelo deputado Mário Juruna, deve-se, apenas, a uma coincidência. Ele lembrou que o maior problema enfrentado pelos 800 índios que vivem na Fazenda São Lucas é a água para o consumo. Hoje, os indígenas bebem água de um barreiro situado em área próxima à reserva, mas com água de péssima qualidade.

VEÍCULO ÚLTIMA HORA DE BRASÍLIA

DATA 15.10.83

PÁGINA 03

- PINGA-FOGO

**Juruna é
candidato**

Santo André - Defendendo a eleição direta para Presidente da República, e dizendo-se candidato, se uma pesquisa nacional apontar, o deputado federal pelo PDT do Rio de Janeiro, cacique Mário Juruna, chegou ontem a São Bernardo do Campo e hospedou-se no Hotel Binder, onde almoçou, a convite do Pára-Clube ABC, que promove o primeiro salão de aeronáutica de marinha desportiva, no parque "Duque de Caxias", em Santo André. O programa do deputado ainda não está definido, mas hoje ele deverá visitar a exposição e proferir palestra.

Juruna criticou a Funai, por ter obrigado os seis índios Bororós do posto indígena "Gomes Carneiro", do Mato Grosso, que estiveram no ABC, no final do mês passado, a retornarem antes de cumprirem o programa da campanha "nossa criança conhece o índio brasileiro".

VEÍCULO	JORNAL DA TARDE	- O ESTADO DE SÃO PAULO
DATA	15.10.83	
PAGINA	02	

-E mais:-

O INDIO potiguara Tuiré, sua mulher e um filho de dois anos foram seqüestrados na quinta-feira por três agentes da Polícia Federal, em João Pessoa, Paraíba. Os três foram levados a um terreno baldio, onde o índio foi seviciado pelos agentes na presença da mulher, também ameaçada, e do filho. A denúncia foi feita, em Brasília, pelo Conselho Indigenista Missionário, pelo deputado Mário Juruna.

VEÍCULO	FOLHA DE SÃO PAULO
DATA	14.10.83
PÁGINA	04

Área de tensão pataxó repele visita de Juruna

SALVADOR — "O índio Juruna é um homem que fala a linguagem da solução pela força, o que tornaria ainda mais inconveniente a sua vinda a esta região." Foi assim que reagiram os fazendeiros de Camaca, Pau Brasil e Itaju da Colônia, quando o deputado Mário Juruna ameaçava desembarcar na região em companhia de mais oito parlamentares da Comissão do Índio, para conhecer os problemas vividos pelos 800 pataxós que vivem na fazenda São Lucas.

O clima tenso vivido nos últimos dias só começou a relaxar quando fazendeiros receberam a notícia de que Juruna não mais visitaria a reserva indígena com os oito deputados federais.

VEÍCULO	JORNAL DA TARDE - O ESTADO DE SÃO PAULO
DATA	14.10.83
PÁGINA	04

O fenômeno Juruna

Azambuja Leal

Adirto o leitor que este artigo está fora do nosso estilo. Vai sair desafinado. O tema é ambíguo. Pode-se em tom jocoso tratar de coisas sérias. Algumas coisas sérias ficam jocosas, quando tratadas a sério. Mas que estilo usar para coisas ambíguas? Coisas jocosas tratadas a sério ficam sérias ou jocosas? Como olhar o fenômeno Juruna?

Juruna está-se destacando entre os homens brasileiros. É um fato inegável, intrigante, merecedor das mais profundas indagações etnológicas, psicanalistas, culturais e até mesmo metafísicas.

A continuar as coisas como vão, se chegarmos a eleições diretas, entre Maluf e Andreazza ele poderá ser o *tertius* da opção popular. E por que não? Quem é capaz de afirmar que o que aí está — seja como povo ou elite — é melhor que Juruna? Ou, se se quiser encarar sob outro ângulo, se depois de toda a degeneração civilizatória em que mergulhamos não seria salutar uma volta às origens em busca dos valores humanos elementares que perdemos? A franqueza, a verdade, a coragem são imprescindíveis e valiosas em todas as épocas; a civilização, sem elas, é um ouropel. O povo prefere um homem de verdade, seja ele um índio, a um civilizado de mentira. Nisto não há diferença entre uma tribo e uma nação. E quem foi que disse que ultrapassamos na política — e demais setores — a fase tribal?

Toda a questão consiste em se saber se Juruna é esse homem ou se são tantos os homens de mentira no País que sua figura se engrandece pela pequenez e baixaza dos demais.

Embora pareça absurdo, estamos falando a sério. Juruna, o "aculturado", como se passou a discriminá-lo, contrariamente ao espírito e letra da Lei Arinos, saiu vencedor de todos os confrontos que teve com os "civilizados". E não saiu de gatinhas, mas "deu a volta por cima", confundindo com sua perspicácia, correção e propriedade de atitudes os que tentaram embarcá-lo com molecagens ou casuísmos ultracivilizados. Em vários episódios deu lições de civilidade a pseudocivilizados. No último episódio embrulhou todos os ministros em um único pacote, tanto na entrada, como na saída. E, se como "aculturado" prontificou-se a assinar os papéis de declaração que colocaram à

sua frente, como índio reteve sua liberdade fundamental de homem, lembrando algumas verdades que são consenso de todas as eras: "Vive-se para morrer, para falar e para xingar". "O jeito de fazer calar é arrancar a língua." — E ponto final.

Quem não está de acordo com isso? Quem não considera a verdade um valor superior ao decoro? Quem não acha que falar e xingar faz parte, não apenas dos direitos fundamentais do cidadão, mas dos deveres elementares do homem? Quem não sente que no momento brasileiro a carência maior é da fala e do xingo? Da fala que fale a verdade e do xingo que eleve o protesto a níveis de audição dos que se recusam a escutar?

Possivelmente ainda restam no Brasil outros varões além de Juruna. Ainda não chegamos, quicá, à penúria de precisarmos recorrer a Evitans ou Thatchers. É uma hipótese. O fato inegável é que no cenário público Juruna tem subido aos ombros dos que se põem à sua frente. Os "bocas-moles" e os "bocas-falsas" vêm sendo deixados para trás. E, afinal, se a culpa de tudo o que acontece (como sapientemente nos advertiu quem tem obrigação de saber o que fala) é de Pedro Álvares Cabral, por que não tentar um retorno com o "bom selvagem" rousseauiano? Se alguém duvida da capacitação cultural de Juruna, basta confrontar o que ele tem dito com o que se tem ouvido de "civilizados" colocados nos mais altos postos. O nível de civilização do cacique é bem mais alto do que o dos demais caciques desta república tupiniquim — para nada se falar do nível de moralidade.

Juruna sai de uma tribo, é verdade. Mas de onde vieram algumas das mais altas figuras da política na história mundial quando os "civilizados" desceram abaixo da condição humana "natural"? E, se isso parece excessivo, de onde veio a maioria dos grandes figurões da hora presente?

Verdade? Ou mentira? Tomara Juruna não seja um "fajuto" como outros politiqueros que já fizeram furor no cenário político brasileiro para se revelarem os "vira-bostas" e frutos do mar que na verdade eram.

Assim se poderá retomar a História antes de 1500 e refazer os erros praticados de Pedro Álvares Cabral aos dias de hoje.

VEÍCULO	FOLHA DE SÃO PAULO
DATA	14.10.83
PAGINA	05

** Censura libera marcha de
Carnaval sobre Juruna*

BRASILIA — "Só vai dar Juruna no Carnaval", afirmou ontem o assessor do parlamentar, Porfirio Carvalho, ao ser informado da liberação da marcha carnavalesca "Depuíndio", de Vevé Calazans e Dito, pelo Conselho Superior de Censura (CSC), após uma discussão que durou mais de 40 minutos. Por satirizar a atuação do deputado Mário Juruna na Câmara, a canção teve voto contrário de três conselheiros que propuseram uma consulta prévia do parlamentar para saber se ele se sentiria ofendido com a letra.

Ao contrário desses conselheiros que viram até a possibilidade de órgão vir a ser processado por Juruna, o deputado achou a letra da marcha muito engraçada, fazendo restrições apenas aos versos: "E tome Ô / de penacho e paletó". O relator do processo, Osvaldo Degrazia, e os conselheiros Abel Rafael e Renato Antunes consideraram a música "injuriosa e difamante contra o deputado, que merece todo o nosso respeito".

Depois de liberar a marcha "Depuíndio", o CSC vetou a música de Rita Lee e Roberto de Carvalho "Arrombou o cofre", com estrofes como "Maluf se cala mas Lutfalla/Ivete dá bandeira que seu sonho é ser vedete/Filporquequilo Jânio é sempre o mesmo grilo/gala da várzea foi pro trono Andreazza".

VEICULO	FOLHA DE SÃO PAULO
DATA	15.10.83
PAGINA	03

Painel

Mal-estar

Esta semana, em Brasília, o deputado-cacique Mário Juruna sentiu uma forte dor no peito, seguida de dificuldades respiratórias.

O médico que o atendeu diagnosticou uma forte tensão nervosa, tendo como causa os recentes incidentes com o parlamentar. Mas, por precaução, Juruna viajou ontem para São Paulo, onde fará exames mais detalhados.

VEÍCULO	O GLOBO
DATA	15.10.83
PÁGINA	06

Juruna denuncia seqüestro de índio

BRASILIA — O Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) de São Paulo divulgaram notas ontem denunciando o seqüestro e tortura do índio potiguara Tiuré por três agentes da Polícia Federal em João Pessoa (PB). Na última quinta-feira. A ação policial foi presenciada pela mulher e pelo filho de Tiuré, que o acompanhavam à Clínica Procárdio, onde fora fazer um exame cardiológico e da qual saía quando houve o seqüestro.

O Deputado Juruna diz que se trata de mais uma medida contra os índios potiguara, que lutam pela demarcação de suas terras na Baía da Traição, no litoral paraibano, e cujo Cacique Severino Francisco foi preso em junho passado, acusado de invadir terras.

Na opinião do Cimi, "as prisões, as ameaças e as ações contra os potiguara fazem parte de um plano organizado para desestruturar essa comunidade indígena e impedir que seus integrantes se organizem para reconquistar suas terras invadidas".

AGITAÇÃO

José Humberto Nascimento, Tiuré, membro do Centro do Trabalho Indigenista (CTI) e um dos remanescentes dos índios potiguara que habitam a reserva de Baía da Traição, no litoral paraibano, disse em entrevista que foi torturado pela Polícia Federal sob a acusação de promover agitação em uma área que os índios disputam com fazendeiros e agroindústrias.

A Polícia Federal, por sua vez, disse que a prisão de Tiuré foi motivada pelo fato de haver sido ele flagrado com um cigarro de maconha. Tiuré foi liberado ontem, depois de assinar um termo de declaração diante de representantes do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de João Pessoa e do advogado Geraldo Beltrão.

A Superintendência de Polícia Federal prometeu abrir sindicância para apurar as denúncias de tortura feitas por Tiuré, a depender dos resultados de exames de corpo de delito, no Instituto de Medicina Legal do Estado, a que ele deverá se submeter.

MINTER - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RÁDIOTELEGRAMA RECEBIDO

PSS. 481, p. 302/398

DE SAULO NR 30 PLS 100 DT 18.10 HS 10.00

RECEBIDO DE AS101053 POR AND MF

ENDERCO ACS ATT SP. SIDNEI RIBEIRO BSB CONFIDENCIAL

CONTROLE Nº 929

TEXTO E ASSINATURA

571/POXIN DE 18.10.83 PT COMPARECI SANTO ANDREH VG JUNTAMENTE DINCO IN-
DIOS PRESTIGIAR GINCANA PT FOMOS ATENDIDOS DE FORMA EXCELENTE PARTE SP PRES-
CLUBE PARA LUEDISTAS PT NAO HOUE GINCANA ET NADA FOI ARRECADADO PT PESSOAL
QUE ME ACOMPANHOU RECEDEU COMO PRESENTE VG DUAS PECAS DE TECIDOS ET ALGUMAS
CAMISETAS DE PROPAGANDA DO SALAO DE AERONAUTICA ET MARINHA PT INDIO XAVANTE
MARIO JURUNA ESTAVA EXIGINDO GRANDE QUANTIDADE BALA 22 HO QUE NAO FOI ATEND
DO VG CAUSANDO ALGUM ABORRECIMENTO POR PARTE DOS ORGANIZADORES DO EVENTO PT
DEF SILVICOLA DEIXOU SANTO ANDREH DOMINGO BEM CEDO PT SDS

POXIN

ASI/FUNAI

Nº/385183

EM 18/10/83

VEÍCULO _____ O ESTADO DE S. PAULO

DATA _____ 18.11.83

PÁGINA _____ 19

Na Funai, o protesto dos índios

Das sucursais

Os 23 índios xavantes que chegaram a Brasília para protestar contra o decreto presidencial que permite a entrada de empresas de mineração nas áreas indígenas foram recebidos por um pelotão de choque da PM e agentes da Polícia Federal, ontem, na sede da Funai. O presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, chamou a polícia, temendo que o prédio fosse novamente invadido. Os índios, armados com bordunas, ficaram irritados com a presença dos policiais, mas reuniram-se com representantes da Funai.

O deputado Mário Juruna (PDT-RJ) pediu ontem ao presidente da Câmara, Flávio Marçílio, e aos líderes dos partidos que rejeitem o decreto presidencial que permite a entrada de empresas particulares de mineração nas áreas indígenas: "O decreto fere a Constituição e deve ser revogado imediatamente, sob pena de assistirmos ao extermínio das comunidades indígenas".

Juruna garante que antes de o decreto ser assinado representantes de empresas de mineração já negociavam com os dirigentes da Funai a exposição de motivos que gerou o decreto. "Inclusive já havia na Funai — acentuou —, à espera da assinatura do decreto, cerca de 50 processos de empresas particulares requerendo a concessão de lavra nas reservas."

Pataxós

Os índios Nailton Muniz e Samedo Santos, líderes do grupo dissidente dos pataxós denunciaram ontem, em Salvador, que estão sendo ameaçados de morte por fazendeiros do Sul da Bahia que ocupam as terras originariamente pertencentes à reserva pataxó ha-ha-há. Os dois alegam que sequer podem fixar residência com medo das ameaças de vingança e pretendem pedir garantias de vida à Justiça Federal.

FUNAI-ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

VEÍCULO- JORNAL DA TARDE

DATA 18.11.83

PÁGINA 02

Índios contra mineração

Dois protestos foram feitos ontem em Brasília, contra a permissão para que empresas particulares explorem a mineração nas reservas indígenas. Um, o do deputado Mário Juruna, do PDT fluminense. Outro, o de 23 índios xavantes que foram queixar-se à Funai.

Para o deputado Juruna, "o decreto fere frontalmente a Constituição e deve ser revogado imediatamente, sob pena de assistirmos ao extermínio das comunidades indígenas, que serão afetadas pelos malefícios levados pelas empresas de mineração".

— Desde o início do ano, afirmou Juruna, "venho denunciando a omissão da Funai com relação às invasões de terras indígenas por garimpeiros. E agora, a Funai entrega as terras dos índios para as empresas".

Os xavantes que foram à Funai tinham à sua espera uma equipe da PM e agentes da Polícia Federal, chamados pelo presidente da entidade, Otávio Ferreira Lima. Mesmo assim, passada a irritação, os índios reuniram-se durante várias horas com dirigentes da Funai e alertaram para o risco que essa mineração representa para os indígenas: "esses grupos nacionais e internacionais são destituídos de qualquer escrúpulo", disse em nome do grupo o cacique Aniceto.

PROBLEMAS DA FALA E INIBIÇÃO

Prof. Simon Wajntraub — RJTel. 236-5223 FILIAIS SP 258-7833, DF 226-5751, BH 221-3321, GO 223-4708 e SALVADOR 247-1044

WILSON PEDROSA



O novo Código Civil torna o índio brasileiro incapaz e vai prejudicar Juruna

Novo Código Civil vai cassar Juruna

Se o novo Código Civil em tramitação na Câmara dos Deputados for aprovado amanhã e não sofrer qualquer alteração em seu artigo 3º, o índio brasileiro passará a ser considerado como uma pessoa "absolutamente incapaz" e não mais poderá assumir compromissos enquanto cidadão. A denúncia foi formulada ontem na UnB em um rápido seminário, do qual participaram os deputados Mário Juruna (PDT-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), Haroldo Lima (PMDB-BA), além de representantes da Associação Brasileira de Antropologia, Conselho Indigenista Missionário e Ordem dos Advogados do Brasil — seção Distrito Federal.

O Código Civil brasileiro, que vigia desde 1916, estabelecia claramente que o índio era uma pessoa considerada "relativamente incapaz" para determinados atos. Desta forma, o governo criou a Fundação Nacional do Índio-Funai para desenvolver todo um trabalho de tutela. Com a aprovação do novo dispositivo, a Funai alteraria as suas funções iniciais e passaria a ter o papel de representação dos indígenas em todas as instâncias da sociedade.

Conforme entendimento de todos os presentes ao seminário, a nova redação do Código Civil é tão perniciososa à comunidade indígena que, se aprovada, retirará das mãos de deputado Mário Juruna o seu mandato parlamentar, o mesmo

ocorrendo com os outros representantes de tribos juntos às câmaras de vereadores nos diversos estados brasileiros.

SURPRESA

O representante do Cimi no Distrito Federal, Paulo Machado, reconhece que o dispositivo inesperado do Código Civil brasileiro pegou todos os segmentos da sociedade de surpresa, incluindo os parlamentares da oposição. O projeto do novo Código está em tramitação na Câmara há 8 anos e, segundo o regimento, o prazo para a apresentação de emendas terminou em 1975.

Entretanto, com a descoberta do ardil jurídico, conforme entendem os defensores dos interesses indígenas no País, o presidente da Comissão Especial que estuda a proposta do novo Código, o peemedebista Pimenta da Veiga, resolveu abrir por conta própria um prazo para algumas emendas, mas esta atitude não estava amparada no Regimento da Casa.

As esperanças da comunidade indígena, agora, estão depositadas em um possível acordo entre as lideranças dos partidos com representação na Câmara no sentido de, pelo menos, fazer constar no Código a formulação anterior. Se estas iniciativas não alcançarem sucesso, restará então aos indígenas e aos partidos de oposição recorrer ao Senado Federal, que ainda deverá apreciar a matéria.

DEPUTADOS

O deputado Eduardo Suplicy criticou a redação do Código Civil, em especial o artigo terceiro que impede o índio de votar e ser votado e também de constituir advogado. "Juruna — disse Suplicy — é a prova mais clara de que o índio tem todas as condições para manifestar e defender seus pensamentos e interesses. E foi justamente por esta capacidade que o Governo tentou cassar o mandato do deputado Mário Juruna".

Arrancando calorosos aplausos da grande plateia presente no anfiteatro 10 da UnB, Mário Juruna denunciou que os índios brasileiros estão passando por um dos momentos mais críticos de toda a sua história. Para justificar esta colocação, o deputado cacique detalhou a existência de três projetos perniciosos ao seu povo: o da emancipação, a abertura das terras indígenas para mineração a empresas privadas e o novo Código Civil.

Após afirmar que o branco jamais terá cabeça, independente de ser senador ou ministro, Juruna pediu o apoio decisivo dos estudantes para ajudar a derrubar os dispositivos ruins do novo Código Civil. Ao finalizar o seu discurso, o deputado ironizou as pressões que recebeu recentemente por acusar alguns ministros brasileiros de atos de corrupção: "Eu não posso falar muito se não os homens vão querer me cassar o mandato outra vez".

Antropólogos denunciam “incapacidade” do índio

A Associação Brasileira de Antropologia-DF, o CIMI e o grupo feminista Brasília Mulher lançaram uma nota sobre a votação no Congresso do novo Código Civil, amanhã, denunciando um grave retrocesso no tratamento da questão indígena. Eis a íntegra da nota:

“Na próxima quinta-feira, dia 25, será votado na Câmara dos Deputados o novo Código Civil. Tem sido divulgado pela imprensa que o mesmo representa um avanço do ponto de vista legal. Porém, se considerarmos a questão indígena, vemos nele um grave retrocesso.

De fato, no código vigente, o índio é “relativamente incapaz” de exercer certos atos, ficando sujeito a um regime de tutela especial, estabelecido no Estatuto do Índio, promulgado há dez anos atrás.

Com a aprovação do novo Código Civil (Projeto de Lei 634-A/1975), o

índio se tornará **absolutamente incapaz**. A consequência prática desta aprovação é que ele perderá toda possibilidade de exercer diretamente seus direitos, isto é, ficará totalmente à mercê da Funai sem que sua vontade tenha qualquer peso para decidir sobre seu destino.

A Funai terá, assim, poderes ilimitados para “representar” os índios no exercício da ação tutelar que, aliás, tem-se mostrado infiel.

Junte-se a isto uma série de decretos do governo, por exemplo, abrindo as áreas indígenas à mineração, tentando emancipar os índios, compulsoriamente e até mesmo com uma possível alteração do próprio Estatuto do Índio.

Tudo isso está ocorrendo justamente neste ano em que se comemora dez anos de vigência do Estatuto do Índio que, apesar de tudo, vem garantindo aos povos indígenas um mínimo de defesa de seus direitos”.

CORREIO BRAZILIENSE

23-11-83

Juruna fala em língua xavante no Congresso

"Isto é um crime, uma covardia. Minha eleição foi apenas uma mostra da capacidade do índio", afirmou ontem o deputado Mário Juruna (PDT-RJ), em língua xavante, durante a reunião que promoveu, na Câmara dos Deputados, com mais de 20 xavantes da reserva de São Marcos, Mato Grosso, para discutir o projeto do novo Código Civil que torna o índio "absolutamente incapaz", equiparando-o a um menor de 16 anos, a um enfermo grave, a um retardado e aos incapazes de exprimir sua vontade.

Apesar de o novo Código Civil dispor que o silvícola é incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, o mandato parlamentar conquistado em novembro do ano passado pelo deputado Mário Juruna não corre riscos. Dois ministros do Tribunal Superior Eleitoral afirmaram que o novo código só se aplicará para as futuras candidaturas de índios e que mesmo assim a justiça levará em conta o grau de aculturamento que eles apresentarem.

Aculturamento

Esses mesmos juízes explicaram que assim como um menor adquire sua maioridade aos 21 anos, um enfermo recupera-se e torna-se apto, o silvícola pode adquirir a condição de capaz para a vida civil no momento em que se aculturar. Um dos juízes esclareceu que a justiça eleitoral examina esses casos como matéria de fato, isto é, dá prioridade à situação na sociedade do índio que pleiteia tratamento igual ao do branco. E ele está integrado à civilização, é alfabetizado, tem título de eleitor e até passaporte, como o deputado Mário Juruna, naturalmente a justiça não pode impedi-lo de exercer qualquer ato da vida civil.

O movimento dos xavantes na Câmara dos Deputados começou às 10 horas, quando o deputado Mário Juruna abriu os trabalhos da comissão do índio, da qual é o presidente, sem a presença de nenhum outro parlamentar. Os xavantes foram convidados por ele a ocupar as cadeiras destinadas aos deputados. "Já que estamos entre irmãos posso falar em tupi", afirmou Juruna que durante 20 minutos falou e gesticulou muito, sem ser interrompido, para a pequena platéia que o entendia.

Com a chegada de três membros da comissão, deputados Marcio Santilli (PMDB-SP), Dante de Oliveira (PMDB-MT) e João Paganella (PDS-SC), o deputado Mário Juruna voltou a falar em português, para dizer que estavam ali reunidos, para "enterrar" o que classificou de "provocação do governo" contra o índio brasileiro. Além da alteração do Código Civil que será votado amanhã, na Câmara dos Deputados, os índios manifestaram-se contrários ao decreto-lei que autoriza a mineração por empresas privadas em reservas indígenas e ao projeto sobre a emancipação do índio.

Nervoso e com muita dificuldade em se expressar em português, Juruna chegou a confundir os três itens em debate: "O projeto é contra a nação indígena. O branco tá ficando doido e não quer ver o índio senador. O presidente tem de garantir o índio e não a mineração. O índio tem direito de explorar a sua terra e não pode ser emancipado porque não fala ainda a língua do branco. Esse decreto é o fim do mundo. É o fim da picada".

O novo Código Civil e a situação dos índios está tratado também na página 5

J. Brasília - 23.11.83

4 Juruna, enfim, conseguiu

O deputado Mário Juruna reuniu na Comissão do Índio três caciques (Simão, Aniceto e Cipriano) e mais dezessete índios rasos, e passou horas discutindo com eles o decreto que trata da mineração em áreas indígenas e o dispositivo do Código Civil que torna os índios de relativamente a absolutamente incapazes.

Toda a reunião foi em xavante.

Jornal de BS
23.11.83



Afinal, no rumo certo

E significativo o endosso que o Senador Roberto Campos acaba de apresentar à política econômica do Governo, na palestra que pronunciou em Porto Alegre aos empresários gaúchos. O ex-Ministro do Planejamento, apesar de membro do PSD, nunca foi de aplaudir rumos determinados à economia nacional pelas autoridades do setor. Ao contrário, em seus pronunciamentos e escritos na imprensa nota-se a mesma independência de atitudes que sempre o caracterizou, inclusive apresentando críticas e alternativas quando entende necessário.

Na capital gaúcha, comentando as últimas iniciativas do Governo, o senador nato-grossense elogiou a prioridade dada ao combate à inflação que, a seu ver, é o problema número um, inclusive por impedir os investimentos, que, por sua vez, ajudarão o país a sair da recessão. Campos vê, agora, o que não estava vendo antes: o Governo, isto é, "um programa articulado de comba-

te à inflação". Segundo ele, houve muita mudança na política oficial, e essas mudanças retardaram de fato a queda do processo inflacionário.

Roberto Campos considerou também como essencial, no êxito dessa política antiinflacionária, que a opinião pública acredite realmente na sua validade. E a velha questão da credibilidade e da confiança, fatores psicológicos fundamentais para que um programa governamental de luta contra a inflação de fato se viabilize e apresente resultados concretos.

Não há dúvida de que o Senador Roberto Campos tem razão também nesse aspecto. Sem que os empresários, os trabalhadores, as donas-de-casa e, acima de tudo, o próprio Governo, como um todo, acreditem na eficácia da nova política econômica, não há empréstimo-jumbo e nem renegociação da dívida externa que possam produzir o milagre de baixar a elevada taxa inflacionária brasileira.

Debatendo com os opositores

O Ministro do Interior, Márcio de Souza, tem hoje um importante auditorio ao qual

Núcleos de resistência

O senador Fernando Henrique Cardoso está convencido de que a consolidação do pro-

PS-481, p. 308/398

Lopes



Em tempos de crise...

É difícil, quase impossível, encontrar neste País quem seja contra a reforma tributária destinada a aumentar a quantidade de recursos aos estados e municípios. Sendo matéria de quase unanimidade nacional, fica fácil entender a receptividade que tenha qualquer iniciativa destinada a melhorar a distribuição dos fundos federais para os governos estaduais e prefeituras. E o caso da emenda constitucional que hoje será votada pelo Congresso, com esse mes-

adverteu que se a emenda for aprovada hoje, no Legislativo, o Governo terá de majorar impostos para obter os 2,5 trilhões de cruzeiros necessários ao cumprimento da nova determinação legal.

A questão é complexa, na medida em que as gritantes necessidades dos municípios e dos estados - inclusive dos estados mais ricos da Federação - não podem ser postergadas indefinidamente à espera do dia em que o Tesouro Na-

A culpa não é da ciência

AUSTREGESILIO DE ATHAY

Em carta enviada de Rio de Janeiro, Carlos Chagas Filho, presidente da Pontifícia Academia de Ciências, e hoje um dos grandes nomes da cultura científica do Brasil, manda-me breve notícia de um discurso que João Paulo II dirigindo-se aos membros do Pontifício Conselho, exorta-os a abandonarem as pesquisas de laboratório que podem conduzir à destruição e à morte. A linguagem do Santo Padre e seus frequentes contatos com os homens de ciência, católicos ou de outras religiões, têm sido sempre liberais e compreensivos que nenhum ou de seus antecessores manifestou no sentido de que não seja criada a mínima limitação não apenas de curiosidade como ao direito fundamental do espírito de expansão e conhecimento. A reabilitação de Galileu Galilei foi um gesto que enaltece a Igreja como fonte de sabedoria e justiça. E o julgamento do Papa sobre Martinho Lutero remove as últimas barreiras a um ecumenismo realmente apoiado no valor da fé posta acima de uma ortodoxia. Às vezes incoerente.

Num dos grandes momentos de sua oração, João Paulo dirigiu um apelo aos cientistas para que "abandonem os laboratórios e oficinas da morte pelos laboratórios da vida". Não é uma atitude utópica que revele da parte do Santo Padre inocência ou ingenuidade em face das realidades que conduzem as grandes e poderosas nações a mobilizar o máximo de recursos e potencialidade no sentido de garantir a supremacia do seu poder. Na verdade, os cientistas não trabalham com um fim determinado de descobrir novas fontes de energia para apli-

Associação indígena pede rejeição do Código Civil

Porto Alegre — A Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai) considera que o Novo Código Civil, que será votado pela Câmara hoje e amanhã, coloca os indígenas como "absolutamente incapazes". Por isso, em documento enviado a todos os líderes de bancada na Câmara dos Deputados, a entidade reivindica a rejeição da parte do projeto que trata da questão indígena: o inciso IV do artigo terceiro.

No documento, a Anai explica que o atual Código Civil já situa os índios como relativamente incapazes. E, agora, o projeto do novo código os transforma em absolutos incapazes, pois por ele os índios brasileiros estarão impedidos de manifestar sua vontade, que passará a ser integralmente exprimida pela Funai. Diante disto, segundo alerta a associação, restará como única forma de garantir aos indígenas condições para se expressar e agir em defesa dos seus direitos à emancipação, "que virtualmente se imporá, com os ônus dela ocorrentes".

Mais protestos

Com a aprovação do novo Código Civil os poucos índios que ainda conseguem sobreviver ficarão impossibilitados de exercer seus direitos diretamente, já que a Funai terá poderes ilimitados para "representá-los". Tal interpretação também foi dada em nota oficial assinada pela Associação Brasileira de Antropologia, seção DF, Cimi — Conselho Indigenista Missionário — e o Grupo Brasília Mulher. Na mesma nota as entidades repudiam ainda o Decreto 88.985, de 10 de novembro de 83, que dispõe sobre a abertura das áreas indígenas ao garimpo, para empresas de mineração nacionais. As instituições se mostram apreensivas com a situação do índio, que de "relativamente incapaz", passará a ser "totalmente incapaz". É o seguinte, na íntegra, o texto da nota de repúdio:

"Na próxima quinta-feira, dia 25, será votado o novo Código Civil, na Câmara dos Deputados. Tem sido divulgado pela imprensa que o mesmo representa um avanço, do ponto de vista legal. Se considerarmos, porém, a questão indígena, vemos nele um grave retrocesso.

"De fato, no Código vigente, o índio é considerado "relativamente incapaz" de exercer certos atos, ficando sujeito a um regime de tutela especial, que foi estabelecido no Estatuto do Índio, promulgado há exatos dez anos.

"Se for aprovado o projeto de lei 634-A/1975, do novo Código Civil, o índio se tornará absolutamente incapaz. A con-

sequência prática desta alteração é que ele perderá toda possibilidade de exercer diretamente seus direitos, isto é, ficará totalmente à mercê da Funai, sem que sua vontade tenha qualquer peso para decidir sobre seu destino.

"A Funai terá, assim, poderes ilimitados para "representar" os índios, no exercício da ação tutelar, em que, aliás, tem-se mostrado infiel.

"Junte-se a isso uma série de decretos do governo, por exemplo, abrindo as áreas indígenas à mineração, tentando emancipar os índios compulsoriamente e até mesmo com uma possível alteração do próprio Estatuto do Índio.

"Tudo isso está ocorrendo justamente neste ano em que são comemorados dez anos de vigência do Estatuto do Índio — lei que apesar de tudo, tem garantido aos povos indígenas um mínimo de defesa de seus direitos".

Exploração

Tanto as cláusulas contidas no novo código, quanto o decreto sobre mineração, além da tentativa de emancipação, podem apressar a exterminação dos índios, na opinião de Priscila Faulhaber Barbosa, membro da Associação Brasileira de Antropologia e integrante da Comissão de Movimentos Sociais, daquela instituição. Ela garante que pelo menos 30 empresas mineradoras já apresentaram projetos à Funai, desde que o decreto foi assinado. Os projetos, segundo Priscila, são destinados à exploração de áreas indígenas nos Estados do Maranhão, Pará, Roraima, e Amapá, pertencentes a várias tribos, entre elas, Tembê, urubu-caiapó, xincrim, oiempi, e yanomani. "Os maiores interesses são em relação aos territórios indígenas, os mais cobiçados, porque não foram ainda explorados", revela a antropóloga. Ela acrescenta que tais territórios representam 10 por cento do território nacional. "Por trás de tudo isso nota-se uma mudança qualitativa da política indigenista", afirma.

Sem direitos

A seu ver o índio agora, mais do que antes, se vê acossado de várias formas. Com a reativação do projeto de emancipação, o índio "que já conhece o jogo do branco", perde o direito de se defender contra atitudes que vão de encontro ao seu próprio interesse. Já os que ainda não tiveram contato com o homem branco serão prejudicados pelo novo código civil, pois a tutela da Funai se vê fortalecida.

JORNAL DE BRASILIA - 23-11-83

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

<u>CATEGORIA FUNCIONAL</u>	<u>FREQ.</u>	<u>REMUNERAÇÃO (milhões)</u>
Área de Saúde		
- Atendente de Enfermagem	249	39,3
- Auxiliar de Enfermagem	13	3,1
- Enfermeiro	24	13,0
- Laboratorista	18	4,4
- Médico	20	14,7
- Monitor de Saúde	57	6,1
- Odontólogo	18	10,5
T O T A L ...	399	91,1
Área de Educação		
- Auxiliar de Ensino	171	24,4
- Monitor Bilingue	65	10,0
- Professor de 1º Grau	10	2,4
- Programador Educacional	11	5,2
T O T A L ...	257	42,0
Área de Apoio		
- Chefe de Posto Indígena	224	117,9
- Tratorista	63	6,7
- Motorista	103	17,1
- Técnico de Agricultura e Pecuária	44	9,9
- Sertanista	11	4,3
- Antropólogo	10	4,9
- Sociólogo	02	0,9
- Engenheiro	10	4,9
- Assistente Social	13	7,1
- Auxiliar de Sertanista	31	3,2
T O T A L ...	511	176,9
T O T A L G E R A L ... (1.167)		310,0
		x 13
		4.030,0

Cabe acrescentar, que além das transferências consignadas no Orçamento da União, a FUNAI vem buscando assegurar

30/12/83

PSS. 481, p. 310/398

Funai tira 'demarcação' do orçamento de 1984

"A direção da Funai tirou do seu orçamento de 1984 a rubrica "Demarcação de Terras indígenas" para não criar embaraços ao presidenciável Mário Andreazza na sua campanha de colher votos dos convencionais do PDS, que representa na maioria, os interesses de latifúndios e de invasores das terras indígenas". A afirmação é da assessoria do deputado Mário Juruna, em levantamento realizado sobre as atividades do órgão tutelar, que é vinculado ao Min-ter.

— A falta de demarcação e de expulsão dos invasores das terras indígenas foi o principal motivo que provocou na administração Mário Andreazza, a morte e o assassinato de 17 índios, sendo que só neste ano de 1983 foram assassinados 13, denuncia o documento. "Todos eles assassinados por invasores de suas terras ou por conflitos provocados por ingerência da própria Funai".

Segundo o documento, a Funai, com 16 anos de existência só demarcou 31 áreas indígenas das 440 existentes neste País. Destas, 215 foram demarcadas pelo extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e 194 nunca foram demarcadas. "Entre as áreas demarcadas pelo SPI e Funai, 226 apresentam problemas de invasão e de discordância dos índios quanto aos seus limites.

Orçamento

De acordo, ainda, com ele, o orçamento de 1983 da Funai, no valor de Cr\$ 15 bilhões ficou quase que completamente comprometido com a atividade-meio do órgão, e não com a atividade-fim, e exemplifica:

— Para a rubrica "despesa com pessoal" — dois mil e 300 funcionários — foram destinados mais de Cr\$ 8 bilhões. Para a assistência aos índios — cerca de 200 mil — apenas Cr\$ 2 bilhões e 509 milhões e 485 mil, sendo o restante aplicado em construções e compra de veículos, diz o levantamento.

Para os assessores de Mário Juruna, "é um verdadeiro disparate" a distribuição dos recursos pois dessa forma, a Funai gasta com funcionário a importância anual de Cr\$ 3 milhões, 972 mil e 250 e, com cada índio, "a irrisória quantia" de Cr\$ 12 mil e 548 no mesmo período.

O estudo diz, também, que o orçamento da Funai de 1984, de mais de Cr\$ 16 bilhões novamente será empregado, prioritariamente, com funcionários e administração, estando destinados a essa área quantia superior a Cr\$ 13 bilhões e para a assistência aos índios, apenas Cr\$ 2 bilhões e 813 milhões, "aumentando muito mais a diferença entre o custo funcionário/ano e custo índio assistido, o que demonstra realmente quais as intenções da Funai com relação aos seus tutelados".

Cabide de emprego

A assessoria de Juruna, diz que hoje a Funai, com a saída dos coronéis, transformou-se de quartel em grande loja maçônica, com 25 maçons em cargo de chefia. Ela estranha o fato daquele órgão manter em seu quadro um veterinário com atuação em Brasília, uma vez que não há, na Funai, trabalho para esse tipo de profissional.

— A Funai mantém 13 economistas em cargos DAS, cujo custo de seus salários equivale a 65 atendentes de enfermagem, profissionais carentes nas aldeias indígenas, além de 25 engenheiros, quando em todo o órgão só existem 24 médicos. Dos dois mil e 300 funcionários, mil e 200 são funcionários burocráticos e mil e 100 trabalham em atividades-fins, o que é um absurdo, considera o documento.

Juruna recebe explicações

O presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki, encaminhou, ontem, carta ao deputado Mário Juruna, em que justifica a explosão de bombas de dinamite em área indígena ocorrida no mês passado, afirmando que o ato foi realizado em local onde não havia silvícolas e com o objetivo de proteger trabalhadores da empresa que atuavam na cabeceira do Rio Jandiatuba (AM) e se sentiam ameaçados pelos índios, que, inclusive, já haviam ferido um deles. A carta é uma resposta ao deputado que no último dia cinco solicitou esclarecimentos ao Governo Federal sobre o ocorrido.

Ueki afirma que às 14 horas do dia 17 de novembro após um operário, que tamponava furos junto com outros dois colegas, ter sido flechado e enca-minhado ao hospital mais próximo, seus companheiros agruparam-se no acampamento sendo novamente atacados pelos índios, sem no entanto, terem sido feridos.

Ele, sem ser muito claro, diz em sua carta que "embora tenham sido vistos apenas três índios, supõe-se que o grupo era maior em função da quantidade e intensidade dos grupos ao redor do acampamento. Para evitar maiores consequências os operários detonaram, no chão da clareira, onde não havia índios, duas cargas moldadas. Com o estam-pido da explosão das cargas, os índios imediatamente abandonaram o cerco ao acampamento".

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

MINUTA

1-ORÇAMENTO

O Nobre Deputado MÁRIO JURUNA, menciona que a FUNAI conta com Orçamento da ordem de Cr\$ 7,5 bilhões, sendo "Cr\$ 6,5 destinados à manutenção da estrutura e somente 1,0 bilhão destinados à assistência ao índio propriamente dito".

Cabe à atual Administração da Fundação apresentar as seguintes ponderações:

- O Orçamento da União para 1983, aprovado pela Lei nº 7.053, de 6 de dezembro de 1982, aprovou para a FUNAI a importância de Cr\$ 8.067,7 milhões.
- A mencionada importância tem a seguinte finalidade:
 - Custeio de pessoal Cr\$ 5.243,2 milhões
 - Custeio Administrativo (Regional e Sede) . Cr\$ 771,0 milhões
 - Pacificação de tribos arredias Cr\$ 140,0 milhões
 - Custeio assistencial Cr\$ 1.311,0 milhões
 - Demarcação de terras Cr\$ 420,0 milhões
 - Projetos comunitários Cr\$ 100,0 milhões
 - Outras atividades Cr\$ 82,5 milhões

Como se verifica, os números mencionados não espelham com fidedignidade a realidade, haja vista que o dispêndio com a área de assistência direta ao indígena monta a Cr\$ 1.971,0 milhões.

A aparente elevada participação dos gastos com pessoal no total dos recursos ordinários da União aprovados em favor da FUNAI, se explica pelo grande contingente de servidores assistindo diretamente ao índio, dado o grau de dispersão das comunidades indígenas por todo o território nacional.

O custo com o pagamento desses servidores está orçado em Cr\$ 4.030,0 milhões conforme quadro ilustrativo abaixo:

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

recursos extra-orçamentários que a possibilitem melhorar o atendimento assistencial específico para determinadas áreas afins ou regiões geográficas, cabendo relacionar as seguintes fontes de receitas:

- POLAMAZÔNIA: implantação de infra-estrutura física junto aos Pos tos Indígenas localizados em determinadas áreas da Amazônia.
- POLONOROESTE: demarcação e regularização das terras; assistência as comunidades indígenas localizadas ao longo da BR-364 (MT e RO).
- CARAJÁS: assistência as comunidades indígenas localizadas na área de influência da Rodovia Ferro Carajás (MA, GO e PA).
- FAS: projetos de desenvolvimento de comunidades indígenas.
- CONVÊNIO COM A SUFRAMA: projetos comunitários e equipamentos dos PIs.
- CONVÊNIO COM O BANCO DO NORDESTE: implantação de sistemas de aba tecimento d'água e perfuração de poços artesianos em vários PIs do Nordeste.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Esclarecimentos sobre a carta de Sua. Excia. Deputado MÁRIO JURUNA, enviada ao Exmo. Senhor Presidente da República.

02. ÍNDIOS WAIMIRI/ATROARI

Quando da edição dos documentos que definiam os limites da Área Indígena WAIMIRI/ATROARI, não se tinha um pleno conhecimento, como até hoje, do seu território de ocupação. A medida que se vai conhecendo-o melhor, vai-se adequando os limites de maneira a assegurar à comunidade indígena o espaço físico julgado mais conveniente. Assim ocorreu em várias Áreas Indígenas que através de Decretos alteraram limites, antes fixados, também por Decretos, sendo um exemplo típico várias áreas Xavante, a cuja comunidade pertence sua Excelência o Deputado MÁRIO JURUNA.

O Decreto nº 68.907, de 13.07.71 que criava a Reserva Indígena WAIMIRI/ATROARI, com área de 1.661.900 ha foi alterado pelos Decretos nºs 74.463, de 26.08.74 e 75.310, de 27.01.75 e pelo mais recente nº 86.630, de 23.11.81 que estabelece uma área de 1.850.000 ha, portanto superior a original, adequando os limites de forma a abranger os sítios de ocupação e perambulação dos WAIMIRI/ATROARI.

Esse Decreto nº 86.630, que revoga os demais sobre o assunto, define uma área interditada para os Grupos Indígenas WAIMIRI/ATROARI e assegura-lhes a posse tranquila daquelas terras. O efeito desse Decreto não subtrai os WAIMIRI/ATROARI as terras que lhes pertencem, não havendo a razão portanto de sua revogação, pelo menos enquanto o estágio cultural desses grupos indígenas não permitir a fixação dos limites definitivos para a Área Indígena e sua posterior demarcação.

02. ÍNDIOS YANOMAMI

Há tempos atrás, a FUNAI com a colaboração da Polícia Federal e Forças Armadas, fez desativar um garimpo na Serra do SURUCUCU, no território YANOMAMI, com grande repercussão de ordem social e econômica no Território Federal de Roraima.

Os garimpos em terras indígenas tem sido motivo de especial atenção por parte da FUNAI na busca de uma solução que satisfaça aos interesses indígenas

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

nas e também seja legal. O problema é realmente muito complexo e por envolver interesses de outros Órgãos o assunto vem sendo estudado em conjunto.

04. ÍNDIOS BORORO

A informação de que as Áreas Indígenas dos BOROROS encontram-se totalmente invadidas e de que em muitos casos é pago uma taxa de arrendamento por parte do invasor à FUNAI carece de veracidade tanto para uma como para outra afirmação. Sabe-se de apenas uma área BORORO, a Área Indígena JARUDORE, que está grandemente invadida e a FUNAI tem, em andamento, estudos para solucionar a situação.

05. ÍNDIOS KAIAPÓ

A Área Indígena KAIAPÓ teve sua demarcação iniciada em 1979 mas devido algumas alterações reivindicadas pelas comunidades indígenas foi paralizada em 1980. O limite sudeste da Área, por apresentar forte tensão de frentes pioneiras, foi definido com o acordo dos índios e participação do GETAT, FUNAI e CSN, em 1982.

A FUNAI não se omitiu ante as frentes de garimpeiros que adentraram na Área Indígena KAIAPÓ. Para o garimpo CUMARÚ que tem uma pequena parte incidente na Área Indígena, foi firmado convênio com a Cia. Vale do Rio Doce, estipulando as condições de acordo com legislação vigente e com pleno assentimento da comunidade indígena. Para os garimpos de Rio Branco e Nova Olinda, a FUNAI retirou uma empresa privada que atuava irregularmente na área. Após a retirada dessa Empresa o líder indígena local, consentiu que garimpeiros voltassem a atuar nos garimpos mediante condições impostas pelo próprio líder indígena e a revelia da FUNAI, que está montando um plano objetivando exercitar o controle sobre a área, de acordo com a legislação.

Quanto a Fazenda GRAN-REATA, mencionada pelo Deputado MÁRIO JURUNA , não limita com a Área Indígena KAIAPÓ mas tem implicações com a ÁREA INDÍGENA CATETÉ, já demarcada, com superfície de 439.150 ha, cuja ação tramita na justiça . Não é do conhecimento da Administração da FUNAI que haja arrendamento; a denúncia será apurada.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI06. ÍNDIOS PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃ

Está na Justiça Federal a ação que vai decidir sobre as terras dos PATAXÓ HÃ HÃ HÃ. A FUNAI conseguiu a primeira vitória na justiça quando foi assegurada a permanência dos índios na Fazenda São Lucas. A FUNAI está atenta ao problema e espera uma decisão favorável da Justiça que venha assegurar aos PATAXÓ as terras que de direito lhes pertencem.

A FUNAI não interfere nos costumes e nem nos assuntos pertinentes a eleição de caciques dos PATAXÓ ou de qualquer outra comunidade indígena. Dada a situação singular dos PATAXÓ, muitas entidades e pessoas que se dizem ou se consideram comprometidas com a causa indígena, procuram atuar, muitas vezes de forma subretícia, junto à comunidade, levando a desarmonia.

07. ÍNDIOS JAVAÉ

As afirmativas feitas pelo Deputado nesse item representa a realidade e não há como contestar, entretanto pode-se dizer que a FUNAI estuda uma solução para o assunto.

- que a estrada não ensejará a entrada de mais invasores, porque será muito bem controlada;
- qualquer prejuízo as roças dos índios, causadas pela construção da estrada, será indenizado;
- é de se supor que a técnica utilizada na construção da Estrada, tenha sido considerada a sua perfeita drenagem.

08. DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

A FUNAI vem trabalhando na Demarcação das Terras Indígenas de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros. A título de informação, está em processo de demarcação as Áreas Indígenas PIRINEUS DE SOUZA, ANDIRÁ-MARAU, RIO BRANCO, RESERVA PARECI, TIRECATINGA, UTIARITI, VALE DO GUAPORÉ, SARARÉ e RANCHO JACARÉ, perfazendo um total de 2.467.846 ha, cuja conclusão dos trabalhos deve se dar brevemente. Várias outras áreas estão prontas para serem demarcadas, na dependência de recursos.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

O Nobre Deputado MÁRIO JURUNA, menciona que a FUNAI conta com Orçamento da ordem de Cr\$ 7,5 bilhões, sendo "Cr\$ 6,5 destinados à manutenção da estrutura e somente 1,0 bilhão destinados à assistência ao Índio propriamente dito".

Cabe à atual Administração da Fundação apresentar as seguintes ponderações:

- O Orçamento da União para 1983, aprovado pela Lei nº 7.053, de 6 de dezembro de 1982, aprovou para a FUNAI a importância de Cr\$ 8.067,7 milhões.
- A mencionada importância tem a seguinte finalidade:
 - Custeio de pessoal Cr\$ 5.243,2 milhões
 - Custeio Administrativo (Regional e Sede) Cr\$ 771,0 milhões
 - Pacificação de tribos arredias Cr\$ 140,0 milhões
 - Custeio assistencial Cr\$ 1.311,0 milhões
 - Demarcação de terras Cr\$ 420,0 milhões
 - Projetos comunitários Cr\$ 100,0 milhões
 - Outras atividades Cr\$ 82,5 milhões

Como se verifica, os números mencionados não espelham com fidedignidade a realidade, haja vista que o dispêndio com a área de assistência direta ao indígena monta a Cr\$ 1.971,0 milhões (~~exclusive os gastos com pessoal que atua diretamente jun~~to às comunidades indígenas).

* A aparente elevada participação dos gastos com pessoal no total dos recursos ordinários da União aprovados em favor da FUNAI, pode ser assim explicada:

- A Fundação responde diretamente pelas várias áreas afins: saúde, educação, agricultura, postos indígenas, necessitando assim de contar com grande número de servidores, considerando, inclusive, a grande dispersão das comunidades indígenas por todo o território nacional;
- Nesse sentido, cabe ilustrar que a FUNAI conta em seus quadros de pessoal com cerca de 400 servidores ligados diretamente à área de saúde, de 260 atendendo no setor educacional e com cer

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

~~ca de 430 atuando junto às comunidades nos postos indígenas e no setor agropecuário (custo assistencial).~~

Cabe acrescentar, que além das transferências consignadas no Orçamento da União, a FUNAI vem buscando assegurar re cursos extra-orçamentários que a possibilitem melhorar o atendimento assistencial específico para determinadas áreas afins ou regiões geográficas, cabendo relacionar as seguintes fontes de receitas:

- POLAMAZÔNIA : implantação de infra-estrutura física junto aos Postos Indígenas localizados em determinadas áreas na Amazônia.
- POLONOROESTE : demarcação e regularização das terras; assistência as comunidades indígenas localizadas ao longo da BR-364 (MT e RO).
- Carajás : assistência as comunidades indígenas localizadas na área de influência da Rodovia Ferro Carajás (MA, GO e PA).
- FAS : projetos de desenvolvimento de comunidades indígenas.
- Convênio com a SUFRAMA : projetos comunitários e equipamento dos PIs.
- Convênio com o Banco do Nordeste : implantação de sistemas de abastecimento d'água e perfuração de poços artesianos em vários PIs do Nordeste.

Pronunciamento do Deputado JOÃO
BATISTA FAGUNDES (PDS-RR) em 19
de outubro de 1983.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. JOÃO BATISTA FAGUNDES (PDS-RJ)

Pronuncia o seguinte discurso) --

Senhor Presidente, Srs.

Senhores Deputados,

Em recente pronunciamento, o nobre Deputado

MOZARILDO CAVALCANTI defendeu, nesta tribuna, a elevação do
TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA à categoria de ESTADO.

Com o entusiasmo costumeiro como vem defen-
dendo sua tese, o parlamentar Roraimense interpretou a jus-
ta aspiração daquele laborioso povo, no tocante ao desejo de
sua autodeterminação.

Contudo, na condição também de representa-
nte daquele TERRITÓRIO, não posso calar-me ante duas afirma-
tivas do nobre Deputado que, no meu entender, contém uma /
gritante injustiça.

A primeira diz respeito à atuação da FUNAI,
que, na condição de órgão de tutela, por imperativo consti-
tucional, é a responsável pelos assuntos pertinentes à po-
pulação indígena do TERRITÓRIO. A FUNAI tem sido duramente
criticada por algumas parcelas desavisadas da população bra-
sileira, por omissão ^{na} defesa da causa indígena. Agora o
nobre Deputado MOZARILDO CAVALCANTI acusa aquele órgão de /
"decisão unilateral atentatória aos superiores interesses
do povo Roraimense".



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Homem afeito a equilibrar a balança da imparcialidade com a espada da Lei, gostaria de registrar mais uma vez, que não é a FUNAI que cria "decisões unilaterais", mas a legislação paternalista que rege a matéria no BRASIL, e que está a exigir uma completa adequação à realidade nacional.

A segunda injustiça que desejo reparar no aludido pronunciamento, diz respeito à presença de militares da FORÇA AEREA BRASILEIRA em funções no Governo do TERRITÓRIO RIO, o que, somado à atuação "totalitária e duvidosa da FUNAI", mereceu do nobre Deputado a qualificação de "duplo entrave ao desenvolvimento do Território".

Não é preciso proclamar a ação desbravadora e pioneira da FORÇA AEREA BRASILEIRA, principalmente nos pontos mais distantes da Região Amazônica.

Conduzidos por mãos hábeis e voando na rota sempre bem orientada, os aviões da FAB traçaram uma luminosa trajetória nos céus da Amazônia, que ficaram mais amplos e mais brasileiros, com o roncar dos motores que impulsionaram cada vez mais alto a Bandeira do Brasil.

Não foi apenas o TERRITÓRIO DE RORAIMA que foi integrado ao BRASIL pela FAB. Mas o próprio sentimento nacional brasileiro foi semeado em todos os pontos do BRASIL, principalmente naqueles recantos esquecidos, onde a po



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3
C-605

pulação é rarefeita e a segurança nacional é precária, pela ausência de população.

Muito antes da construção da rodovia BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, o avião era o único meio de ligação com o Sul do País. E agora, diante do elevado índice pluviométrico a danificar a conservação daquela rodovia, seria impossível aspirar a emancipação política de um novo ESTADO sem o integral apoio de uma infraestrutura aeronáutica.

Vem daí a presença histórica da FAB no TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA, que a ele tem se devotado integralmente, retirando de seus quadros homens do mais alto gabarito, para fazer na terra a dimensão da grandeza que a FAB faz nos céus.

Não é por outra razão que o MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA está iniciando em RORAIMA a construção de uma base aérea que aumentará, com a simples presença de uma unidade da FAB naquela região, a proteção e a segurança que nunca negou ao povo Roraimense, sob suas asas abençoadas, generosas e fartas.

A nomeação do Governador do Território decorre de um imperativo constitucional (art. 17, § 2º) e jamais representou "uma ofensa ao povo roraimense", como afirma o Deputado. Antes, porém, é uma homenagem àquele valoroso povo, que acolhe com tanto carinho brasileiros de todas as o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

rigens e que sempre encontrou nos integrantes da FAB um socorro pronto, enérgico e seguro, em todas as ocasiões de crise, angústias e incertezas.

Queira DEUS que breve tenhamos naquele pedaço do BRASIL Setentrional mais um ESTADO da Federação Brasileira.

E queira DEUS que nunca falte ao Governador eleito pelo povo para dirigir os destinos políticos do novo ESTADO o apoio da FORÇA ARMADA BRASILEIRA, dirigida por mãos hábeis, firmes, lúcidas e limpas, sempre orientadas na rota certa.

Os Deputados

DATA: 21 SET 83

ASSUNTO: DENÚNCIAS DO DEPUTADO MÁRIO JURUNA AO MINISTRO DA JUSTIÇA

ANEXOS: NOTA DA FUNAI, DE 01 JUL 83.

RECORTE DO JORNAL DO BRASIL, DE 03 JUL 83.

OFÍCIO 678/PRES-FUNAI, DE 27 JUN 83.

-
1. Em 30 JUN 83, o líder Xavante e Deputado Federal MÁRIO JURUNA enviou carta ao Ministro da Justiça com o objetivo de denunciar supostas irregularidades praticadas contra os índios em diversas regiões do país.
 2. Com referência a apreensão de um avião de propriedade particular pelos índios Kayabi, do PARQUE INDÍGENA DO XINGU (PQXIN), a FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIOS (FUNAI) distribuiu nota à imprensa, em 02 JUL 83, esclarecendo que o incidente não teve ligação com a presença dos servidores da FUNAI, ROBERTO GUARANYIS, IVAN ZANO NI HAUSEN e WALDEMAR FERREIRA, na área. Outrossim, não é verdade que tenha morrido qualquer índio do PQXIN por falta de atendimento.

Em 18 AGO 83, a aeronave foi liberada pelos índios, após conversações com as lideranças da comunidade.

A FUNAI, entretanto, deveria levar em consideração algumas reivindicações dos grupos indígenas da área do Posto Indígena Diauarum, do PQXIN, o que está sendo desencadeado pela Presidência da FUNAI.

3. Quanto ao grupo de índios Xavantes que esteve na FUNAI no dia 23 JUN 83, ao contrário do que foi relatado na carta ao Ministro da Justiça, tratou-se de uma invasão articulada pelo pró-prio MÁRIO JURUNA e outros parlamentares opositores que, manobrando os citados silvícolas, procuraram levar a insegurança e a intranquilidade às dependências da FUNAI.

Observando-se o desencadeamento dos fatos ocorridos, nota-se um movimento organizado, para desacreditar perante a opinião pública o órgão tutelar dos índios.

4. A respeito dos demais eventos narrados por MÁRIO JURUNA, a DOPS/CCP/DPF firmou o parecer 040/83, em 15 JUL 83, no qual informa as providências policiais e/ou judiciais adotadas por órgãos governamentais que demonstram a improcedência das citações do referido Deputado.
5. A preocupação demonstrada pelo líder Xavante e Deputado MÁRIO JURUNA através das acusações contra a FUNAI, deixa clara a manipulação de dados que envolvem a entidade, com o objetivo explícito de criticar a condução da política indigenista por este órgão.
-



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
3ª DELEGACIA REGIONAL

Juruna FPA 3

1359183
07/10/83

Recife - PE

Em 30.09.83

MEMO Nº 239/3ªDR/83.

Do Delegado Regional

Ao Sr. Assessor Chefe da ASI/FUNAI.

Assunto Ref. rdg nº 288/ASI de 22.09.83.

Senhor Assessor:

Cumprimentando V.Sª., estamos encaminhando - em 'atenção ao rdg. nº 288/ASI de 22.09.83, relatório do Chefe do PI Potyguara, sobre os aspectos e repercussão da visita do deputado Mário Juruna na área Potyguara.

Atenciosamente,

DINARTE NOBRE DE MADEIRO
Delegado Regional.

1. Telefone Clidaco
2. Defensor ASI (exceto)

Em 07 Out 83

An. 3.

Inf. An 2.

GVM/acvm.

RELATÓRIO APRESENTADO PELO SERVIDOR WILK CÉLIO FERNANDES DA SILVA, CHEFE DO PI POTYGUARA, REFERENTE A VISITA DO DEPUTADO FEDERAL MARIO JURUNA, À ÁREA INDIGENA POTYGUARA.

Quando da visita de Mario Juruna a reserva Indígena Potyguara, precisamente a aldeia São Francisco, no dia 17 do corrente, acompanhado do Deputado Federal José Maranhão e dos Deputados estaduais José Fernandes e Raimundo Asfóra, todos do PMDB, acessaram diretamente por membros do CIMI, capitaneados por José Humberto Costa do Nascimento, vulgo "TIURÉ", não foi permitido o acesso dos líderes de outras aldeias, os ~~quais~~ na maioria nem sabiam da referida visita, programada que fora, por elementos da Diocese da Paraíba e partidos da oposição.

Ao chegar a aldeia São Francisco, o Deputado em Epígrafe, proferiu um discurso, por sinal o já costumeiro, no qual chamou todos os integrantes do ÓRGÃO de incompetentes e ladrões, dizendo que o motivo de existirem destilarias de álcool, projetos agro pecuários e outros, em terras indígenas, eram devido a desonestidade de funcionários da FUNAI, que tinham vendido terras a estrangeiros, entre outra série de asneiras, agrediu com palavras injuriosas, os senhores Ministros da Área Econômica, do Interior e sua excelência o senhor Presidente da República.

Logo após discursar para os membros da comunidade e presentes, foi arrastado por TIURÉ, para a casa do cacique SEVERINO FERNANDES, onde nem os políticos tiveram acesso, quando foi entregue a Juruna, uma pasta bastante grossa, contendo denúncias e solicitações, documentação essa, segundo informações colhidas, elaborada pela Igreja e sem que a própria comunidade indígena tivesse conhecimento de seu conteúdo, o que gerou um clima de protestos e indignação por parte de índios não partidários do grupo de SEVERINO.

Sua visita a aldeia São Francisco, durou uma hora quando foi à cidade de Baía da Traição, para o almoço, oferecido pelo candidato a prefeito pelo PMDB, derrotado na última eleição.

A referida visita veio tumultuar ainda mais a tão conturbada área, no tocante a aldeia São Francisco, onde praticamente incentivou a baderna, dizendo que índio não poderia ser preso, o culpado era o ÓRGÃO, que funcionário da FUNAI, é empregado do índio e por conseguinte tem que fazer o que o índio quer.

cont.

Após uma visita dessa espécie, onde foi pregada abertamente a subversão, ou seja, o incitamento a desordens e sedobediências, e tendo na pessoa do indivíduo JOSÉ HUMBERTO COSTA DO NASCIMENTO(TIURÉ) o maior incentivador de badernas na área indígena, que acobertado por SEVERINO FERNANDES, se faz passar por índio Potyguara, inclusive morando na própria aldeia São Francisco, ao lado da casa de SEVERINO, quando sabemos ser o mesmo natural de São José do Mipibú, no Rio Grande do Norte,; Entendemos que enquanto referido indivíduo, altamente pernicioso, permanecer na área, os problemas serão infidáveis, pois todos os problemas causadess na região, tem a sua acessoria.

PI POTYGUARA(PB), 27 de setembro de 1983



WILK CÉLIO FERNANDES DA SILVA
CHEFE DO PI POTYGUARA

DIÁRIO OFICIAL

Seção I - Pág. 20.814

DATA: 12 DEZ 83

Instituto Juruna

EXTRATO DA ATA DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO JURUNA

Ao primeiro dia do mês de dezembro de 1983, às 20,00 horas, reuniram-se na SDS Bloco P nº 36, sala 310, em Brasília-DF, os senhores Mario Juruna, Leonardo Urêbête Juruna, José Maria Tsê-ênhodi Paratsê, Olair Maricciri Moura, Daniel Cabrocha Terena, Odenir Pinto de Oliveira e José Porfírio Fontenele de Carvalho, brasileiros, residentes e domiciliados em Brasília - DF, com o objetivo de fundar uma instituição destinada a assistência aos índios de um modo geral. Como todos concordaram com a proposta, foi colocado em votação a denominação de INSTITUTO JURUNA para a entidade ora fundada, tendo sido aprovado por unanimidade. Em seguida foi apresentado o projeto dos Estatutos. Foi o mesmo colocado em discussão sem que houvesse manifestação dos presentes. Encerrada a discussão foi o projeto dos Estatutos submetidos a votação sendo aprovado por unanimidade. E com fundamento no artigo 22 dos Estatutos que acabam de ser aprovados, foi realizada a eleição da Diretoria, que após apurados os votos, verificou-se o seguinte resultado: MARIO JURUNA Presidente, Vice Presidente ODENIR PINTO DE OLIVEIRA, 1º Secretário OLAIR MARICCIRI MOURA, 2º Secretário LEONARDO URÊBÊTE JURUNA, 1º Tesoureiro José Porfírio Fontenele de Carvalho e 2º Tesoureiro Daniel Pereira Cabrocha Terena. A Diretoria foi imediatamente empossada. E nada havendo mais a tratar, foi encerrada a Assembleia de Fundação do INSTITUTO JURUNA, da qual foi lida e lavrada a presente ata. Brasília 01 de dezembro de 1983. Assinado: MARIO JURUNA --Presidente.

(Nº 14.120 de 9-12-83 - Cr\$ 21.000,00)

EXTRATO DO ESTATUTO

Denominação: INSTITUTO JURUNA

Fins: Prestar assistência de qualquer natureza, de preferência a índios e pessoas necessitadas; instalar e manter escolas de qualquer grau, inclusive de artes e ofícios, teatro e cinema educativos, campos de desportos e parques de recreação, hospitais, maternidades, ambulatórios, lactários, alojamentos e gabinete dentários, serviço de assistência jurídica, serviço de assistência a velhice e a menores desamparados, serviços de assistência social em geral; Promover a divulgação da cultura indígena em geral. Sem fins lucrativos.

Sede e Foro: Sua sede é na SDS Bloco P nº 36 sala 310 em Brasília-DF, Foro em Brasília-Distrito Federal.

Duração: Por tempo indeterminado:

Categoria dos Associados: Os sócios são classificados nas categorias - Fundador, Contribuinte e honorários.

Órgão de Direção: São a Assembleia Geral e a Diretoria constituída pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, eleitos para um mandato de 4 (quatro) anos podendo ser reeleitos.

Assembleia Geral: Compete eleger a Diretoria e preencher os cargos que vagarem durante o mandato, apreciar o balanço financeiro e o relatório das atividades; Decidir por dois terços dos sócios presentes sobre a reforma dos estatutos; Decidir sobre a dissolução da sociedade.

Patrimônio Social: Será constituído por dotações de entidades públicas, doações, legados e heranças, de contribuição dos sócios, de rendas;

Disposições Gerais: Todos os cargos de direção serão exercidos sem qualquer remuneração, bem como não serão distribuídos lucros ou dividendos aos seus associados, mantenedores e detores sob nenhuma forma.

A extinção da sociedade poderá ser resolvida por dois terços dos associados e o patrimônio reverterá para outra instituição filantrópica com gênero que esteja registrada no Conselho Nacional do Serviço Social ou para a UNIÃO. Brasília, 01 de dezembro de 1983.

Assinatura: MARIO JURUNA - Presidente

(Nº 14.121 de 9-12-83 - Cr\$ 30.000,00)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI

N.º 661-A, de 1983

(Do Sr. Mário Juruna)

Dá nova redação ao art. 4.º da Lei n.º 5.371, de 5 de dezembro de 1967, que autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda e voto em separado do Sr. Valmor Giavarina; e, da Comissão do Interior, pela aprovação, com emenda.

(Projeto de Lei n.º 661, de 1983, a que se referem os pareceres.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 4.º da Lei n.º 5.371, de 5 de dezembro de 1967, que "autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências", com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 423, de 21 de janeiro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4.º A Fundação tem sede e foro na Capital Federal e se regerá por Estatutos aprovados pelo Presidente da República.

§ 1.º A Fundação é administrada por um Conselho Diretor composto por pessoas apontadas por comunidades indígenas e que sejam índios ou pessoas reconhecidamente indigenistas e conhecedores da situação do índio no Brasil.

§ 2.º Para fiscalização dos atos do Conselho Diretor, é criado um Conselho Indígena composto por 5 (cinco) líderes índios.

§ 3.º Para fiscalizar os atos dos representantes regionais da Fundação, é criado, em cada unidade, um Conselho

Indígena composto por 5 (cinco) membros apontados pelas lideranças indígenas da região."

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O art. 4.º da Lei n.º 5.371, de 5 de dezembro de 1967, que "autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências", com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 423, de 21 de janeiro de 1969, estabelece:

"Art. 4.º A Fundação terá sede e foro na Capital Federal e se regerá por Estatuto aprovado pelo Presidente da República.

Parágrafo único. A Fundação ficará vinculada ao Ministério do Interior nos termos do Decreto-lei n.º 200/67."

2. Estamos apresentando proposição com o objetivo de modificar referido artigo, de modo que a Fundação Nacional do Índio — FUNAI, seja administrada por um Conselho Diretor composto por pessoas apontadas por comunidades indígenas e que sejam criados conselhos indígenas para fiscalização da administração.

3. Entendemos que, com a alteração proposta, serão criados novos aspectos de integração entre brasileiros índios e não-índios.

De fato, a solidariedade e a participação são características que pertencem às duas comunidades e podem representar um caminho cada vez maior para compreensão entre elas.

19

Neste sentido de participação, pensamos que a maior atividade das lideranças indígenas, dentro da administração da FUNAI, contribuirá cada vez mais para a realização das aspirações e potencialidades das comunidades indígenas e para sua aproximação da realidade nacional.

Em nossa opinião, além de expressar o desejo das lideranças indígenas, nossa proposição harmoniza-se com o Estatuto do Índio, principalmente quando este documento se refere à preservação dos direitos fundamentais do índio como pessoa humana, como brasileiro, e à necessidade de promover seu desenvolvimento com sua colaboração.

As aspirações das comunidades indígenas são mais do que aquelas relacionadas com suas necessidades básicas. Na verdade, entre estas aspirações de nível mais elevado, encontra-se a de um convívio sempre mais favorável entre as comunidades indígenas e todos os brasileiros, estimulando o desenvolvimento de cada uma das comunidades, de sua integração e do Brasil, pátria de todos nós.

Esperamos que o projeto receba o apoio dos nobres colegas parlamentares.

Sala das Sessões, de de 1983. —
Mário Juruna.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELO AUTOR

LEI N.º 5.371, DE 5 DE
DEZEMBRO DE 1967

Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Governo Federal autorizado a instituir uma fundação, com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado, nos termos da lei civil, denominada "Fundação Nacional do Índio", com as seguintes finalidades:

I — estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista, baseada nos princípios a seguir enumerados:

a) respeito à pessoa do índio e as instituições e comunidades tribais;

b) garantia à posse permanente das terras que habitam e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nela existentes;

c) preservação do equilíbrio biológico e cultural do índio, no seu contacto com a sociedade nacional;

d) resguardo à aculturação espontânea do índio, de forma a que sua evolução sócio-econômica se processe a salvo de mudanças bruscas;

II — gerir o Patrimônio Indígena, no sentido de sua conservação, ampliação e valorização;

III — promover levantamentos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre o índio e os grupos sociais indígenas;

IV — promover a prestação da assistência médico-sanitária aos índios;

V — promover a educação de base apropriada do índio visando à sua progressiva integração na sociedade nacional;

VI — despertar, pelos instrumentos de divulgação, o interesse coletivo para a causa indigenista;

VII — exercitar o poder de polícia nas áreas reservadas e nas matérias atinentes à proteção do índio.

Parágrafo único. A Fundação exercerá os poderes de representação ou assistência jurídica inerentes ao regime tutelar do índio, na forma estabelecida na legislação civil comum ou em leis especiais.

Art. 2.º O patrimônio da Fundação será constituído:

I — pelo acervo do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) e do Parque Nacional do Xingu (PNX);

II — pelas dotações orçamentárias e créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

III — pelas subvenções e doações de pessoas físicas, entidades públicas e privadas nacionais, estrangeiras e internacionais;

IV — pelas rendas e emolumentos provenientes de serviços prestados a terceiros;

V — pelo dízimo da renda líquida anual do Patrimônio Indígena;

§ 1.º Os bens, rendas e serviços da Fundação são isentos de impostos federais, estaduais e municipais, de conformidade com a letra c, item III, do art. 20 da Constituição.

§ 2.º O Orçamento da União consignará, em cada exercício, recursos suficientes ao atendimento das despesas da Fundação;

§ 3.º A Fundação poderá promover a obtenção de cooperação financeira e assis-

tência técnica internas ou externas, públicas ou privadas, coordenando e adequando a sua aplicação aos planos estabelecidos.

Art. 3.º As rendas do Patrimônio Indígena serão administradas pela Fundação tendo em vista os seguintes objetivos:

- I — emancipação econômica das tribos;
- II — acréscimo do patrimônio rentável;
- III — custeio dos serviços de assistência ao índio.

Art. 4.º A Fundação terá sede e foro na Capital Federal e se regerá por Estatutos aprovados pelo Presidente da República.

§ 1.º A Fundação será administrada por um Conselho Diretor, composto de pessoas de ilibada reputação, representantes de órgãos públicos ou entidades interessadas e escolhidas na forma dos Estatutos.

§ 2.º A Fundação ficará vinculada ao Ministério do Interior, ao qual caberá promover o ato de sua instituição, nos termos da Lei.

Art. 5.º A Fundação, independentemente da supervisão ministerial prevista no Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967 prestará contas da gestão do Patrimônio Indígena ao Ministério do Interior.

Parágrafo único. Responderá a Fundação pelos danos que os seus empregados causem ao Patrimônio Indígena, cabendo-lhe ação regressiva contra o empregado responsável, nos casos de culpa ou dolo.

Art. 6.º Instituída a Fundação, ficarão automaticamente extintos o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) e o Parque Nacional do Xingu (PNX).

Art. 7.º Os quadros de pessoal dos órgãos a que se refere o artigo anterior serão considerados em extinção, a operar-se gradativamente, de acordo com as normas fixadas em decreto.

§ 1.º Os servidores dos quadros em extinção passarão a prestar serviços à Fundação, consoante o regime legal que lhes é próprio, podendo, entretanto, optar pelo regime da legislação trabalhista, a juízo da Diretoria da Fundação, conforme normas a serem estabelecidas em decreto do Poder Executivo.

§ 2.º O tempo de serviço prestado à Fundação em regime trabalhista, na forma do parágrafo anterior, será contado como de serviço público para os fins previstos na legislação federal.

§ 3.º A Fundação promoverá o aproveitamento em órgãos federais e, mediante convênios, nos Estados e Municípios, dos servidores referidos neste artigo, que não forem considerados necessários aos seus serviços, tendo em vista o disposto no art. 99 do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 8.º A Fundação poderá requisitar servidores federais, estaduais e municipais, inclusive autárquicos, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. Os Servidores requisitados na forma deste artigo poderão optar pelo regime trabalhista peculiar à Fundação, durante o período em que permaneçam à sua disposição, contando-se o tempo de serviço assim prestado para efeito de direitos e vantagens da função pública.

Art. 9.º As dotações orçamentárias consignadas ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI), ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) e ao Parque Nacional do Xingu (PNX), no Orçamento da União, serão automaticamente transferidos para a Fundação, na data de sua instituição.

Art. 10. Fica a Fundação autorizada a examinar os acordos, convênios, contratos e ajustes firmados pelo SPI, CNPI, e PNX, podendo ratificá-los modificá-los ou rescindi-los sem prejuízo ao direito adquirido por terceiros, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada, nos termos do art. 150 e §§ 3.º e 22 da Constituição do Brasil.

Parágrafo único. ... VETADO ...

Art. 11. São extensivos à Fundação e ao Patrimônio Indígena os privilégios da Fazenda Pública, quanto à impenhorabilidade de bens, rendas e serviços, prazos processuais, ações especiais e executivas, juros e custas.

Art. 12. Cumpre à Fundação elaborar e propor ao Poder Executivo anteprojeto de lei, a ser encaminhado ao Congresso, sobre o Estatuto Legal do índio Brasileiro.

Art. 13. No prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei, o Ministro do Interior, ouvida a Procuradoria-Geral da República, submeterá ao Presidente da República o projeto dos Estatutos da Fundação Nacional do Índio.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de dezembro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República. — A. COSTA E SILVA — Afonso de A. Lima.

DECRETO-LEI N.º 423,
DE 21 DE JANEIRO DE 1969

Dá nova redação ao art. 4.º da Lei
n.º 5.371, de 5 de dezembro de 1967.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1.º do art. 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968 e tendo em vista o Ato Complementar n.º 38, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º O art. 4.º, e seus parágrafos, da Lei n.º 5.371, de 5 de dezembro de 1967, que autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4.º A Fundação terá sede e foro na Capital Federal e se regerá por Estatutos aprovados pelo Presidente da República.

Parágrafo único. A Fundação ficará vinculada ao Ministério do Interior, nos termos do Decreto-lei n.º 200/67."

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de janeiro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República. — A.
COSTA E SILVA — Afonso A. Lima.

PARECER DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

I — Relatório

Com a presente iniciativa, o nobre Deputado Mário Juruna intenta dar nova redação ao art. 4.º da Lei n.º 5.371, de 5 de dezembro de 1967, com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 423, de 21 de janeiro de 1969, relativamente à administração da Fundação Nacional do Índio.

Segundo o próprio autor do projeto, a modificação é no sentido de que a FUNAI seja administrada por um Conselho Diretor composto por pessoas apontadas por comunidades indígenas e que sejam criados conselhos indígenas para fiscalização da administração. Entende o nobre Deputado que, com a alteração proposta, serão criados novos aspectos de integração entre brasileiros índios e não-índios.

É o relatório.

II — Voto do Relator

Do ponto de vista constitucional cabe-nos examinar a matéria sob quatro aspectos: competência legislativa da União, poder de

iniciativa, atribuição do Congresso Nacional e conformidade com outros dispositivos da Lei Maior.

Dispõe o Estatuto Básico que compete à União legislar sobre o cumprimento da Constituição (art. 8.º, item XVII, alínea "a"). A Lei Política reserva o poder de iniciativa concorrente ao Deputado, Senador, qualquer Comissão das Casas Legislativas, ao Presidente da República e aos Tribunais Federais com jurisdição em todo o território nacional (art. 56). Excetua-a, porém, nos arts. 57, 65 e 115, II, dentre outros que, todavia, não podem ser aplicados à matéria em debate.

Quanto à conformidade com as diretrizes fundamentais, o exame evidencia que nada existe que incompatibilize o projeto com outros princípios constitucionais expressos.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade do Projeto de Lei n.º 661, de 1983. lativa do Projeto de Lei n.º 661, de 1983.

Sala da Comissão, 12 de maio de 1983. —
Otávio Cesário, Relator.

III — Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião plenária realizada, hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, do Projeto de Lei n.º 661/83, nos termos do parecer do relator. Voto em separado do Deputado Valmor Giavarina.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Bonifácio de Andrade, Presidente; Brabo de Carvalho, Vice-Presidente; Jorge Carone, Armando Pinheiro, Valmor Giavarina, Otávio Cesário, Gorgônio Neto, Nilson Gibson, Rondon Pacheco, Gomes da Silva, Francisco Amaral, Djalma Bessa, João Gilberto, Osvaldo Melo, Egidio Ferreira Lima, Guido Moesch, Jorge Arbage, Pimenta da Veiga, Gerson Peres, José Gonoloin, Hamilton Xavier, José Tavares, Joacil Pereira, José Burnett, Elquisson Soares Plínio Martins, Nelson Morro, José Melo, Roberto Freire, João Cunha, Aluizio Campos, Luiz Henrique, Sarney Filho, Leorne Belém, Gasthoney Righi, Afrisio Vieira Lima, Theodoro Mendes e Arnando Maciel.

Sala da Comissão, 18 de maio de 1983. —
Bonifácio de Andrade, Presidente — Otávio Cesário, Relator.

EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO

Dê-se ao texto projetado, pelo art. 1.º do projeto, para constituir o § 1.º do art. 4.º da Lei n.º 5.371, a seguinte redação:

"§ 1.º A Fundação é administrada por um Conselho Diretor composto por pessoas apontadas por comunidades indígenas e que sejam reconhecidamente indigenistas e conhecedoras da situação do índio no Brasil."

Sala da Comissão, 18 de maio de 1983. —
Bonifácio de Andrada, Presidente — Otávio
Cesário, Relator.

**VOTO EM SEPARADO
VALMOR GIAVARINA****Relatório**

O nobre Deputado Mário Juruna pretende, com este projeto de lei, alterar a redação do art. 4.º da Lei que institui a Fundação Nacional do índio para o fim de:

— estabelecer que a FUNAI será administrada por um Conselho Diretor composto por pessoas apontadas por comunidades indígenas e que sejam índios ou pessoas reconhecidamente indigenistas e conhecedoras da situação do índio no Brasil.

— criar um Conselho Indígena, composto por cinco líderes índios;

— criar um conselho Indígena, composto por cinco membros apontados pelas lideranças indígenas da região para fiscalizar os atos dos representantes regionais da Fundação.

Na justificativa, o nobre autor acentua que as alterações propostas criarão novos aspectos de integração entre brasileiros índios e não-índios, pois a solidariedade e a participação são características que pertencem às duas comunidades e podem representar um caminho para cada vez maior compreensão entre elas.

Nesta nossa Comissão, o nobre Deputado Otávio Cesário ofereceu Parecer em que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da proposição.

Nos termos do art. 49, § 15, do Regimento Interno, solicitei vista. Após bem examinar a proposição, passo a expender o meu voto.

Voto

Chamou-me a atenção a redação do texto projetado para ser o § 1.º do art. 4.º da Lei n.º 5.371, na parte em que declara que a Fundação será administrada por um Conselho Diretor composto por pessoas apon-

tadas por comunidades indígenas e que sejam índios ou pessoas reconhecidamente indigenistas e conhecedoras da situação do índio no Brasil.

É que a administração da FUNAI, através de seu Conselho Diretor, necessariamente não poderá ser integrada por índios não emancipados. Há necessidade de os índios serem emancipados para que, eventualmente, possam responder por seus atos, sejam na esfera criminal, civil ou administrativa.

Pensei haver solucionado o problema através de uma emenda aditiva: em vez de "índios", o texto passaria a referir-se a "índios emancipados".

Surgiu, então, outro impasse, eis que, em reunião com o autor do projeto, Deputado Mário Juruna e seus assessores, compreendi que a diferenciação entre "índio" e "índio emancipado", conduziria o debate a um terreno por demais delicado no seio da comunidade indígena.

Assim, após longa troca de idéias, alcançando o verdadeiro objetivo da proposta, concluímos, com a plena concordância do nobre Deputado Mário Juruna, que uma emenda supressiva compatibilizaria o espírito da proposta com os pressupostos legais a permitirem sua aprovação por esta Comissão Técnica.

Em face ao exposto, manifesto-me pela constitucionalidade, jurdicidade e boa técnica legislativa do presente projeto de lei n.º 661, de 1983, com a emenda anexa.

Sala das Sessões, 18 de maio de 1983. —
Valmor Giavarina.

EMENDA

Dê-se ao texto projetado, pelo art. 1.º do projeto, para constituir o § 1.º do art. 4.º da Lei n.º 5.371, a seguinte redação:

"§ 1.º A Fundação é administrada por um Conselho Diretor composto por pessoas apontadas por comunidades indígenas e que sejam reconhecidamente indigenistas e conhecedoras da situação do índio no Brasil."

Sala das Sessões, 18 de maio de 1983. —
Valmor Giavarina.

PARECER DA COMISSÃO DO INTERIOR**I — Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Nobre Deputado Mário Juruna, tem como objetivo modificar o art. 4.º da Lei n.º 5.371, de 1967, com a redação dada pelo Decreto-

lei n.º 423, de 1969, referente à administração da Fundação Nacional do Índio — FUNAI.

A alteração proposta visa determinar seja a FUNAI administrada por um Conselho Diretor composto por índios ou indigenistas indicados por comunidades indígenas e que sejam criados Conselhos Indígenas para fiscalizar a administração.

Na justificação que acompanha o projeto de lei, o ilustre Parlamentar ressalta que "a maior atividade das lideranças indígenas, dentro da administração da FUNAI, contribuirá cada vez mais para a realização das aspirações e potencialidades das comunidades indígenas e para sua aproximação da realidade nacional".

Lembra ainda o autor da proposição que sua iniciativa harmoniza-se com o Estatuto do Índio e expressa as aspirações das lideranças indígenas, entre as quais se destaca o desejo de um convívio cada vez mais favorável entre suas comunidades e todos os brasileiros.

A Comissão de Constituição e Justiça já se manifestou pela coconstitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto, com a adoção de emenda apresentada pelo nobre Deputado Valmor Giavarina. Através dela suprime-se a participação de índios do Conselho Diretor, continuando este a ser composto "por pessoas apontadas por comunidades indígenas e que sejam reconhecidamente indigenistas e conhecedoras de situação do índio no Brasil".

A principal razão apresentada pelo autor da emenda prende-se à real impossibilidade de ser a administração da FUNAI integrada por índios não emancipados, uma vez que estes não podem responder por seus atos nas esferas civil, criminal e administrativa. A iniciativa buscou, pois, compatibilizar o espírito da proposta original

A este órgão técnico compete a análise do mérito da questão, nos termos regimentais.

Entendemos que o projeto em exame é extremamente oportuno pela maior legitimidade que confere à administração da FUNAI, através da participação das comunidades indígenas na escolha de seus componentes. Destaque-se também a importância da atuação de indigenistas conhecedores da situação do índio no Brasil na direção do órgão oficial encarregado dos assuntos indígenas do país.

Ademais, entendemos que a existência de conselhos indígenas para fiscalizar a administração da FUNAI trará grandes vantagens ao país, um vez que propiciará maior integração entre brasileiros índios e não-índios, pela compreensão de sua singularidade cultural e étnica.

II — Voto do Relator

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 661, de 1983, nos termos da emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, congratulando-nos com o nobre Deputado Mário Juruna, pela oportunidade de sua iniciativa.

Sala da Comissão, 27 de junho de 1983. — Irma Passoni, Relatora.

III — Parecer da Comissão

A Comissão do Interior, em reunião ordinária realizada em 8 de junho de 1983, opinou, unanimemente, pela aprovação do Projeto de Lei n.º 661/83, do Sr. Mário Juruna, com adoção de Emenda oferecida pela Relatora — Deputada Irma Passoni.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Inocêncio Oliveira, Presidente; Evandro Ayres de Moura e Heráclito Fortes, Vice-Presidentes; Antônio Pontes, Orlando Bezerra, Dilson Fanchin, Albérico Cordeiro, Luiz Guedes, José Maria Magalhães, Luiz Baptista, Irma Passoni, Mário Juruna, Ra Ferraz, Mansueto de Lavor, Milton Brandão, Osvaldo Coelho, Alcides Lima, Paulo Guerra, Vingt Rosado, José Carlos Vasconcelos, Manoel Costa Júnior, José Maranhão, José Frejat, Carlos Cotta, Nylton Velloso, Gilton Garcia, Lúcio Alcântara, Orestes Muniz, Clarck Platon, Délio dos Santos, Augusto Franco, Manoel Novaes, Jackson Barreto e Ângelo Magalhães.

Sala da Comissão, 8 de junho de 1983. — Inocêncio Oliveira, Presidente — Irma Passoni, Relatora.

EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO

Acrescente-se à nova redação que é dada ao Art. 4.º da Lei n.º 5.371, o seguinte parágrafo 4.º:

"§ 4.º Fica a Fundação vinculada diretamente à Presidência da República."

Sala da Comissão, 8 de junho de 1983. — Inocêncio Oliveira, Presidente — Irma Passoni, Relatora.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

OE/CAP/Nº 04 87

BRASÍLIA, D.F. 01 DEZ 1983

Do Coordenador de Assuntos Parlamentares

Ao Secretário Geral Adjunto

Assunto Projeto de Lei nº 661/83

Ementa: "Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, que autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências."

Autor : Dep. Mário Juruna

Tendo em vista o telex nº 9386, de 25.11.83, da Subchefia do Gabinete Civil para Assuntos Parlamentares da Presidência da República - SUPAR, comunicando a aprovação do Projeto de Lei em epígrafe, Solicito a Vossa Senhoria novos subsídios sobre a matéria.

Encaminho junto ao presente, avulso da proposição e cópia do telex referido, bem como dos pareceres emitidos anteriormente.

Cordiais Saudações,

Hugo W. Braga

Coordenador de Assuntos Parlamentares



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PSS.481, p.336/398



REFERÊNCIA: OF/CAP/DAL/Nº 0487/83

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 661/83

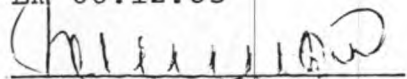
EMENTA: "Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, que autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências."

AUTOR: Dep. MÁRIO JURUNA.

À FUNAI

Solicitamos, de ordem, fornecer os subsídios requeridos pela SUPAR/PR.

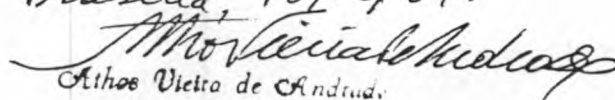
Em 06.12.83

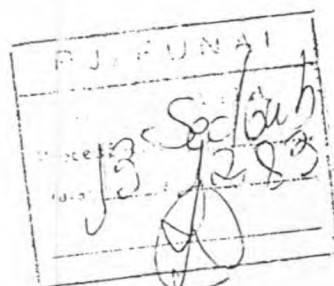

Alberto José Marques
Assessor SG/MINTER

AO SR. PROCURADOR GERAL, PARA O OBSÉQUIO DE EXAMINAR A SOLICITAÇÃO CONTIDA NO TELEX DA SUPAR E FORNECER-LHE, CASO OS TENHA, NOVOS SUBSÍDIOS SOBRE A MATÉRIA.

A TÍTULO DE ESCLARECIMENTO, INFORMO QUE O PROJETO SERÁ REMETIDO AO SENADO, PARA APRECIÇÃO E VOTAÇÃO, NO INÍCIO DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS DE 1984.

Brasília, 13/12/84.


Athos Vieira de Andrade
Assessor/FUNAI



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Ao Assessor Dr. Athos Andrade

Conforme entendimento já mantido com V.Sa. estou devolvendo o presente expediente, informando que esta P.J. já se pronunciou, anteriormente, através do Parecer nº 37/PJ/83 aqui anexado, não havendo nenhum fato novo que justifique qualquer outro pronunciamento.

Brasília, 14 de dezembro de 1983

Augusto
Augusto Augusto de Mota
Procurador Geral
da FUNAI

*Do Sr. Presidente, com a
memória solicitada.*

Brasília, 19-12-83
Athos Andrade
ASSESSOR

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

MEMÓRIA PARA O EXMO. SR. MINISTRO MÁRIO DAVID ANDREAZZA

PROJETO DE LEI Nº 661-B, DE 1983 (DO DEPUTADO MÁRIO JURUNA)

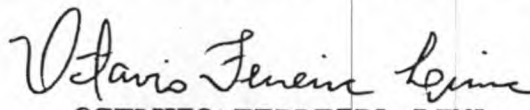
01. - O Sr. Deputado MÁRIO JURUNA apresentou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 661-B, de 1983, que
- "Dá nova redação ao Art. 4º da Lei nº 5.371, de 05.12.67, que autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio, e dá outras providências."
02. - Por esse Projeto,
- "§ 1º - A Fundação é administrada por um Conselho Diretor composto por pessoas apontadas por comunidades indígenas e que sejam índios ou pessoas reconhecidamente indigenistas e conhecedoras da situação do Índio no Brasil.
- "§ 2º - Para fiscalização dos atos do Conselho Diretor, é criado um Conselho Indígena composto por 5 (cinco) líderes índios.
- "§ 3º - Para fiscalizar os atos dos representantes regionais da Fundação, é criado, em cada unidade, um Conselho Indígena composto por 5 (cinco) membros apontados pelas lideranças indígenas da região."
03. - A Comissão do Interior adotou a seguinte emenda ao § 1º:
- " A Fundação é administrada por um Conselho Diretor composto por pessoas apontadas por comunidades indígenas e que sejam reconhecidamente indigenistas e conhecedoras da situação do Índio do Brasil."



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

= 02 =

04. - A Procuradoria Jurídica da FUNAI, ouvida a respeito desse Projeto, ofereceu o Parecer nº 37/PJ/83, contrário à sua aprovação.
05. - A Consultoria Jurídica do Ministério do Interior, através das Informações nº 106/83-C.J. e 133/83-C.J., também manifestou-se contrária à aprovação do Projeto.
06. - O Projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados.
07. - Ainda não foi aprovado em Redação Final.
08. - No próximo ano deverá ser encaminhado ao Senado Federal.
09. - Se rejeitado pelo Senado Federal, estará em harmonia com os pareceres das doulas Procuradorias Jurídicas do Ministério do Interior e da FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO.


OCTAVIO FERREIRA LIMA

AVA/rmc.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INFORMAÇÃO Nº 106/83-C.J.

Projeto de Lei nº 661/83

Senhor Consultor Jurídico:

Sob exame desta Consultoria Jurídica, projeto de lei nº 661/83 de autoria do Deputado Mário Juruna, que visa a alterar o artigo 4º da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, que "autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências", com a redação dada pelo Decreto-lei nº 423, de 21 de janeiro de 1969.

Em sua justificação entende, o Autor do Projeto, que serão criados novos aspectos de integração entre brasileiros índios e não-índios.

No âmbito da constitucionalidade e juridicidade da matéria em focada, não encontra esta Consultoria Jurídica nenhuma razão que sirva de fundamento à rejeição do projeto.

No tocante à oportunidade da formulação do projeto em epígrafe e de sua conveniência não nos cabe emitir manifestação, muito embora possamos entender que os princípios fundamentais da Convenção nº 107 aprovada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em sessão realizada em Genebra, de 27 de junho de 1957 e publicada no Diário Oficial de 20 de junho de 1966, restam íntegros pela Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, ao desenvolver programas coordenados e sistemáticos à proteção das populações in



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

dígenas e sua futura integração na comunidade nacional.

Em momento algum vem deixando a Fundação Nacional do Índio-FUNAI, entidade vinculada ao Ministério do Interior, de proceder o encontro das comunidades brasileiras de "índios" e "não-índios", como faz supor, o Deputado Mário Juruna, na sua proposição.

É o que compete informar.

Brasília, 15 de junho de 1983.

Fernando A. Grete de G...
Assessor

De acordo.

Restitua-se à Secretaria-Geral.

Em, 15.6.83

Wilton Lopes Machado
Wilton Lopes Machado
Consultor Jurídico



INFORMAÇÃO Nº 133/83-C.J.

Senhor Secretário Geral:

Sobre o assunto (Projeto de Lei nº 661-A, de 1983), esta Consultoria já se pronunciou.

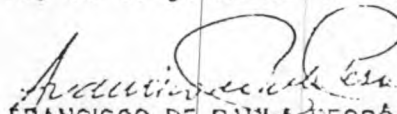
Na verdade, a emenda apresentada pouco altera o mérito da proposição.

O que se pretende, por meio do projeto em causa, é uma verdadeira heresia jurídica, porquanto iria se instituir, em relação aos silvícolas, a autotutela, desfigurando irremediavelmente o instituto da tutela.

A partir daí, quem sabe, poder-se-ia criar a não menos exdrúxula figura da autocuratela, permitindo-se aos pródigos a gestão do seu patrimônio e aos loucos a prática de todos os atos da vida civil.

É a informação.

Brasília, 25 de julho de 1983.


FRANCISCO DE PAULA PESSOA
Consultor Jurídico Subst.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PARECER Nº 57 /PJ/83

Ref: Projeto de Lei nº 661/83
do Dep. Mário Juruna.

Vem a esta Procuradoria Jurídica, para exame e pronunciamento, o Projeto de Lei nº 661/83, de autoria do Deputado Mário Juruna, objetivando alterar o artigo 4º da Lei nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967, que autorizou a instituição da Fundação Nacional do Índio, para estabelecer que referido órgão passe a ser administrado por um Conselho Diretor.

A Fundação Nacional do Índio, foi instituída por iniciativa do Governo Federal, com as finalidades fixadas no artigo 1º da Lei nº 5.371, de 05.12.67.

Assim o fez o Governo, para melhor proteger o silvícola brasileiro, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-lo, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional, garantindo-lhe, e de modo mais efetivo, a posse sobre as terras que habitam.

Dentre as finalidades para as quais foi criada a FUNAI, inclui-se o exercício dos poderes de representação ou assistência jurídica inerentes ao regime tutelar do Índio, na forma estabelecida na legislação civil comum ou em leis especiais, a exemplo da Lei nº 6.001, de 19.12.73, que, incontestavelmente se apresenta como o Estatuto exemplar diante de todas as legislações existentes, relativamente à defesa dos povos indígenas de todos os Países signatários da Convenção 107, de Genebra.

Vê-se pois, que a FUNAI se constitui num órgão governamental, que se mantém com Recursos da União, criado pela União, para proteger, assistir, orientar e fiscalizar os atos dos silvícolas nacionais, representando a União na condição de Tutora, sabido que os Índios são considerados relativamente incapazes.

Incabível, inaceitável e ilógico, pois, admitir-se que os tutelados venham a assumir a condição de TUTORES, passando a FUNAI para o lugar de tutelada, tendo os seus atos fiscalizados pelos Índios, e mais do que isso: os Índios na posição de seu próprio tutor !

MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

02

Com efeito, se o Índio, as lideranças indígenas podem participar do Conselho Diretor de que trata o Projeto de Lei, ou mesmo indicar seus representantes, estarão exercendo o poder de decisão. Poder de decisão e direção, de um órgão que o Governo criou para, traçando a sua política indigenista, assistir as comunidades indígenas.

A intervenção dos indígenas na administração da FUNAI, conforme prevê o projeto de lei do Dep. Mário Juruna é tão indêbita, tão esdrúxula quanto indêbita e esdrúxula seria a participação de diretores da FUNAI, de antropólogos ou pessoas por estes indicadas, para constituírem o conselho tribal de uma comunidade indígena !

Tem-se que convir que são duas sociedades diferentes, pelo menos na atualidade: a sociedade indígena, com seus usos, costumes e cultura próprios, e a sociedade envolvente, que do mesmo modo tem seus costumes, suas normas, suas leis, sua administração, em suma, uma sociedade evoluída, e que justamente se propõe trazer para o seu seio, para o seu convívio mais direto, aquela gente que merece de todos nós a admiração, o respeito e a ajuda fraternal, porque em verdade são nossos irmãos.

Quando chegarmos a um estágio em que os Índios possam se auto-administrar, possam agir independentemente da tutela da União, aí então terá desaparecido a razão de existência do Órgão Federal de Assistência ao Índio nos termos em que foi criado, porquanto os Índios já estarão convivendo com o não Índio em igualdade de condições, dispensando o tratamento especial que lhe concede a legislação, partindo do princípio de que, nos termos da Constituição Pátria, todos são iguais perante a lei.

É preciso ressaltar que a FUNAI foi instituída para absorver todos os encargos da assistência ao Índio, da gestão do patrimônio indígena e da concepção da política indigenista brasileira, objetivando, tendo como alvo a ser obtido, a plena integração do silvícola à comunhão nacional.

A curta experiência demonstrou a inviabilidade de ser a FUNAI administrada por um Conselho Diretor, mesmo composto de pessoas de ilibada reputação, representantes de órgãos públicos ou entidades interessadas, o que justificou a alteração do artigo 4º, e seus parágrafos, da Lei 5.371, de 05.12.67, pelo Decreto nº 423, de 21.01.67, fazendo desaparecer o Conselho Diretor.

Mais inviável ou mesmo impossível será conferir a um Conselho

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

03

integrado por indígenas, ou pessoas por estes indicadas, a direção da Fundação Nacional do Índio.

Se assim dizemos com relação ao Conselho Diretor, não será outro o entendimento quanto aos conselhos indigenistas previstos no Projeto de Lei em comento.

Seria o caos! Os inúmeros Conselhos Regionais, quase duas dezenas, compostos, cada um, de cinco indígenas a fiscalizarem um Conselho Diretor, também constituído por indígenas ou pessoas por estes indicadas, jamais permitiriam o funcionamento do órgão de assistência aos silvícolas.

Além do mais, não se justificaria que o Governo Federal, criador e mantenedor da Fundação Nacional do Índio, se despojasse de uma autoridade, de um direito que lhe é peculiar, de administrar o órgão assistencial.

Se a FUNAI não estivesse atendendo às finalidades para as quais foi criada, ou se as comunidades indígenas não mais precisassem da assistência, da tutela, da colaboração prestadas pela FUNAI, então seria o caso de sua simples extinção, cabendo às comunidades indígenas daí por diante, o mesmo tratamento dispensado aos demais brasileiros, sujeitos à legislação comum o que não acreditamos seja o desejo das comunidades indígenas que são aldeadas, que habitam as terras que lhes foram reconhecidas e asseguradas em lei.

É o nosso parecer.

Brasília, 31 de maio de 1983.

Romildo Carvalho

Romildo Carvalho
Assessor Jurídico
Procuradoria Jurídica - FUNAI

Decisão: Aprove o Parecer nº 37/PJ/83.

Brasília, 09.06.1983.

Abel

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

GABINETE DO PRESIDENTE

OFÍCIO Nº 069 /PRES - ASS

Brasília, 17 JAN 84

Do : Presidente da Fundação Nacional do Índio

Ao : Exmo. Sr. AUGUSTO CÉZAR DE SÁ DA ROCHA MAIA

Secretário Geral do Ministério do Interior

Ref.: OF/Nº 087/3a.SC/2962/83 - de 17.11.83 - Conselho
de Segurança Nacional

Por despacho de V.Exa., recebemos, para análise e providências adequadas, o Ofício nº 087, em referência, que lhe enviou o Senhor Chefe do Gabinete da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, acompanhado de cópia da carta de 12(doze) páginas que o Sr. Deputado Federal MÁRIO JURUNA enviou ao Exmo. Sr. Presidente da República, denunciando possíveis irregularidades que teriam sido ou estariam sendo praticadas pela administração da FUNAI.

Após ouvirmos os órgãos competentes desta Fundação, temos o prazer de encaminhar-lhe as informações necessárias e capazes de esclarecer todas as dúvidas levantadas por S.Exa. o Deputado Mário Juruna, contidas nos seguintes documentos que anexamos a este:

- I - Cópia do OF Nº 1413/PRES/83, de 09.12.83, enviado por esta Presidência ao Senhor Secretário de Controle Interno do MINTER, para atender diligência solicitada pelo Egrégio Tribunal de Contas da União, visando esclarecer "distorções administrativas e desvio nas finalidades da FUNAI", constantes de outra denúncia formulada pelo Deputado Mário Juruna.
- II - Cópia da exposição que preparamos, em seis(6) páginas, para responder as mesmas críticas feitas pelo Senhor Deputado Mário Juruna junto a outro órgão do Governo.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

GABINETE DO PRESIDENTE

= 04 =

Nesta exposição foram abordados os seguintes assuntos:

1. Orçamento
2. Índios WAIMIRI/ATROARI
3. Índios YANOMAMI
4. ~~Índios~~ BORORO
5. ~~Índios~~ KAIAPÓ
6. Índios PATAXÓ HA-~~QA~~-HÃE
7. Índios AAVAÉ
8. Demarcação das Terras Indígenas

III - Sobre os índios Pataxó, cabe-nos acrescentar uma cópia do Ofício-Circular que enviamos a várias entidades e pessoas, acompanhado do discurso proferido, na Câmara dos Deputados, pelo Sr. Deputado NOSSER DE ALMEIDA, e da Sentença Final de 1a. Instância, proferida pelo Meritíssimo Juiz Federal titular da 2a. Vara II do Estado da Bahia, julgando a causa a favor da FUNAI.

IV - Relação do pessoal admitido e dispensado por esta Fundação entre os meses de maio e julho de 1980.

Servimo-nos da oportunidade para renovar-lhe a expressão do nosso apreço.

Octavio Ferreira Lima
OCTAVIO FERREIRA LIMA
- Presidente -

AVA/rmc.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

GABINETE DO PRESIDENTE

OFÍCIO Nº 027/ASS/PRES

Brasília, - 5 JAN 84

Do : Presidente da Fundação Nacional do Índio

Ao : Ilmo. Sr. Dr. HUGO W. BRAGA

Coordenador de Assuntos Parlamentares - MINTER

Recebemos seu OF/CAP/Nº 3122, de 16.11.83, acompanhado do Of. nº 043/83-Pr, de 20.10.83, do Sr. Deputado Mário Juruna, presidente da Comissão do Índio, dirigido ao Exmo. Sr. Ministro do Interior, versando sobre a construção da estrada denominada Transaraguaia.

Em resposta, cumpre-nos prestar-lhe as seguintes informações:

1. Esta Fundação tem recebido muitas mensagens de várias origens, a respeito desse assunto. Acontece que o trajeto previsto para essa estrada não prevê sua passagem pelo Parque Indígena e sim pelo Parque Nacional que está sob a jurisdição do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF.

Apesar disso, temos procurado examinar a matéria, procurando preservar e defender os direitos da comunidade indígena localizada em região mais próxima do trajeto previsto.

2. As reuniões da Comissão do Índio tem contado, regularmente, com a presença do Assessor Parlamentar da FUNAI que, por sua vez, mantém permanente entendimento com a Assessoria Parlamentar desse Ministério.

Sempre que houver conveniência ou seja necessário, voltaremos à sua presença com novas informações sobre este assunto.

Atenciosamente,

Otávio Ferreira Lima
OCTAVIO FERREIRA LIMA
- Presidente -

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
GABINETE DO PRESIDENTE

CARTA Nº 036 /PRES - ASS

Brasília, 18 JAN 84

Exmo. Senhor
Deputado MÁRIO JURUNA
Câmara dos Deputados
70.060 - Brasília - DF

Respondendo sua carta s/nº, de 27.9.83, referente à demarcação das terras indígenas POTIGUARA, temos o prazer de transcrever as informações que, sobre o assunto, foram prestadas pela Diretoria do Patrimônio Indígena desta Fundação:

1. A FUNAI apresentou estudos de definição da terra indígena POTIGUARA, em 05.04.83, ao GT Dec. 88.118/83;
2. em 01.08.83, o referido GT emitiu parecer conclusivo, favorável à demarcação;
3. o assunto foi encaminhado à decisão final dos Exmos.Srs. Ministros de Estado do Interior e Extraordinário para Assuntos Fundiários, tendo sido aprovado, e o Exmo.Sr. Presidente da República declarou a área de ocupação dos silvícolas, através do Dec. nº 89.826/83, cópia em anexo.
4. a Diretoria do Serviço Geográfico do Exército iniciou os trabalhos de campo em Dezembro/83;
5. A Certidão Negativa nº 16/78 não incide nos limites da terra indígena Potiguara.

Aproveitamos da oportunidade para renovar-lhe a expressão do nosso apreço.

Octavio Ferreira Lima
OCTAVIO FERREIRA LIMA
- Presidente -

Vu nº 3060/83

JINTA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 1983

BRASÍLIA — DF

Parágrafo único - O disposto neste artigo abrange, inclusive, as operações realizadas posteriormente à decretação da intervenção, liquidação extrajudicial ou falência, referentes à efetivação da garantia de depósitos do público ou de compra de obrigações passivas das entidades, a que se aplica a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974."

Art. 29 - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de fevereiro de 1983;
1629 da Independência e 959 da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ernane Galvão

Mário David Andreazza

Delfim Netto

PÁGINA

3009

3012

3019

3019

3028

3028

3032

3035

3038

3038

3042

3042

3062

3086

Decreto nº 82.776, de 23 de fevereiro de 1983

Dispõe sobre o processo administrativo de demarcação de terras indígenas e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 19, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio).

DECRETA:

Art. 19 - As terras indígenas, a que se refere o artigo 17 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, serão administrativamente demarcadas por iniciativa e sob a orientação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de acordo com as normas deste decreto.

Art. 20 - A demarcação das terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, a que se refere o artigo 17, item I, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, será precedida de reconhecimento e delimitação das áreas.

§ 1º - A FUNAI, através dos seus técnicos e especialistas, procederá os levantamentos e estudos sobre a identificação e delimitação das áreas indígenas.

§ 2º - Concluídos os estudos preliminares e levantamentos de campo, a definição da área indígena levará em conta o consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação e a situação atual, indicando, quando for o caso, a presença de não índios na área proposta, bem como a existência de benfeitorias, povoados ou projetos oficiais.

§ 3º - A proposta da FUNAI será examinada por um Grupo de Trabalho, composto de representantes do Ministério do Interior, Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, Fundação Nacional do Índio e de outros órgãos federais ou estaduais julgados convenientes, que emitirá parecer conclusivo encaminhando o assunto à decisão final dos Ministros de Estado do Interior e Extraordinário para Assuntos Fundiários.

§ 4º - Aprovada a proposta, será encaminhada ao Presidente da República o projeto de decreto estabelecendo os limites da área indígena considerada, cuja demarcação far-se-á com base no ato homologatório.

Art. 3º - A demarcação das áreas reservadas de

cutivo

vol.

no artigo 19,
nº 1.477, de 26
76.

opública, no
5, item 21 de

Decreto-lei nº
7740, de 1983

Central de
entidades e
12/4, originá-
do, de refinan-
do, de cessão ou
duas hipotecas
Bancos ou de

Art. 4º - A demarcação das terras de domínio das comunidades indígenas ou de silvícolas, referidas no artigo 32, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, far-se-á com base nos títulos dominiais respectivos.

Art. 5º - A FUNAI providenciará o registro das terras indígenas em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União (SPU), e no livro do Cartório Imobiliário da comarca da situação das terras, tão logo concluídos os trabalhos demarcatórios.

Art. 6º - Não caberá a concessão de interdito possessório contra a demarcação promovida nos termos deste decreto, na conformidade do § 2º, do artigo 19, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº 76.999, de 08 de janeiro de 1976, e demais disposições em contrário.

Brasília, DF, 23 de fevereiro de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Mário David Andrenza
Dunilo Venturini

Decreto nº 88.119, de 23 de fevereiro de 1983.

Concede autorização ao navio de pesquisa norte-americano "COLUMBUS ISELIN" para realizar em águas brasileiras os serviços que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e de acordo com o Decreto nº 63.164 de 26 de agosto de 1968,

DECRETA:

Art. 1º - É concedida autorização ao navio de pesquisa norte-americano "COLUMBUS ISELIN" para, sob a supervisão da "North Carolina State University" dos Estados Unidos da América, realizar trabalhos de pesquisa científica em águas brasileiras, abrangendo a foz do rio Amazonas e o litoral do Território do Amapá.

Art. 2º - A autorização de que trata este Decreto compreende observações sobre a acumulação de sedimentos finos na plataforma adjacente ao rio Amazonas, com a participação de pesquisadores brasileiros, devendo subordinar-se aos requisitos previstos no art. 8º do Decreto nº 63.164 de 26 de agosto de 1968.

Art. 3º - A autorização a que se refere este Decreto terá validade durante o período compreendido entre os meses de maio e julho de 1983.

Parágrafo único - A data de início dos trabalhos a que se refere este artigo deverá ser previamente estabelecida pelo interessado

do junto ao Ministério da Marinha.

de coordenadas geográficas aproximadas 069 40' 34"S e 349 57' 16"WGr., situado na margem esquerda do Rio Sinimbu (trecho retificado); daí, acompanhando a margem esquerda do citado Rio, até atingir o Ponto 08 (oito) de coordenadas geográficas aproximadas 069 42' 11"S e 349 56' 25"WGr.

de coordenadas geográficas 719 55' 30" W, situado na cabeceira do Igarapé pelo citado Igarapé até a confluência pela sua sem denominação, no Ponto "2" de coordenadas geográficas 45" S e 719 49' 00" W; daí, segue-se por uma li

Ministério do Interior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 002, DE 17 DE MARÇO DE 1983

OS MINISTROS DE ESTADO DO INTERIOR e EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS FUNDIÁRIOS, no uso das suas atribuições, e com fulcro no Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983,

RESOLVEM:

Art. 1º - O Grupo de Trabalho a que se refere o § 3º do Art. 2º do Decreto nº 88.118/83, composto por representantes do Ministério do Interior, Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários e Fundação Nacional do Índio - FUNAI, terá os seus componentes indicados pelos dirigentes dos respectivos órgãos.

§ 1º - O Grupo de Trabalho reunir-se-á por solicitação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI e sob sua coordenação.

§ 2º - A indicação nominal dos componentes do Grupo de Trabalho não terá, obrigatoriamente, caráter de permanência.

Art. 2º - Ao Grupo de Trabalho incumbirá o exame das propostas de definição de áreas indígenas apresentadas pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, que deverão ser instruídas com levantamentos e estudos sobre a identificação e delimitação das áreas propostas.

Art. 3º - Ao examinar as propostas de definição de áreas indígenas o Grupo de Trabalho deverá considerar a situação atual e o consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação da área proposta, nos termos do Art. 25 do Estatuto do Índio, analisando as implicações da existência de benfeitorias, povoados ou projetos oficiais, na área sob exame.

Parágrafo Único - Em função do exame acima e levando em consideração o interesse público, os interesses indígenas, os problemas sociais e outros, o Grupo de Trabalho poderá sugerir o restituição da área proposta.

Art. 4º - O Grupo de Trabalho poderá, quando julgar conveniente, pedir a participação de outros órgãos federais, assim como de representantes estaduais na apreciação de áreas indígenas que lhe forem submetidas.

Art. 5º - O Grupo de Trabalho, após exame das propostas de definição de áreas indígenas, apresentadas pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, emitirá parecer conclusivo, submetendo-o à decisão final dos Ministros de Estado do Interior e Extraordinário para Assuntos Fundiários.

Art. 6º - Recomendar à Fundação Nacional do Índio - FUNAI, que assegure ao Grupo de Trabalho o apoio operacional e os recursos necessários ao desempenho das suas atividades, e aos demais órgãos e setores vinculados ao Ministério do Interior e Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários que complementem, quando solicitados, os recursos da FUNAI.

Art. 7º - A atuação do Grupo de Trabalho a que se refere esta Portaria, será por tempo indeterminado.

Art. 8º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

...situado na margem esquerda do Rio Sinimbū (trecho retificado); daí, acompanhando a margem esquerda do citado Rio, até atingir o Ponto 08 (oito) de coordenadas aproximadas 069 40' 34"S e 349 57' 16"WGr.,

...pelo citado Igarapé até a confluência pela sua sem denominação, no Ponto "2" de coordenadas geográficas 45° S e 719 49' 00" W; daí, segue-se por uma linha

Tereza Quincy Chaves,

deste Decreto: a) os
colas; b) as benfeitori
vel referido no artigo
lados com a sua regula
Colonização e Reforma
desapropriação do imo
forma prevista no De
agor na data de sua pu
lo.

de 1983; 162º da Inde

REDO

ai

o de 1983

dos silvícolas área de
os de Baía da Traição e
da Baía, e das outras

República, no

III, da Constituição e

X, 19 e 22 da Lei número

ação dos silvícolas para

terras localizadas nos Mu

Pa a, com a seguinte

anças, no tabuleiro das

41' 28"S e 359 05' 43"

e 6.562,00 m, por uma

co jardim, de coordena-

WGr., passando sobre mar

com azimute e distância

Ponto 03 (três) de coorde

10"WGr., situado na nas

do mesmo Córrego, até sua

uatro) de coordenadas geo

Do Ponto 04 (quatro) se-

Ponto 05 (cinco) de coor

50"WGr., situado na bar

nc) segue-se acompanhan

as geográficas aproxima

do Forte; daí, com azi

encontra-se o Ponto 07

34"S e 349 57' 16"WGr.,

ificado); daí, acompa-

rinho; daí, acompanhando a orla marítima, até o Ponto 10 (dez) de coordenadas geográficas aproximadas 069 45' 11"S e 349 56' 24"WGr., situado na foz do Rio Estiva, margem esquerda; daí, com azimute e distância aproximados 2189 58' 08" e 1.447,00 m, encontra-se o Ponto 11 (onze) de coordenadas geográficas aproximadas 069 45' 47"S e 349 56' 54"WGr., situado na margem esquerda do Rio Mamanguape, nas proximidades da Aldeia Tramataia. Do Ponto 11 (onze), com azimute e distância aproximados 2429 29' 17" e 811,80m, encontra-se o Ponto 12 (doze) de coordenadas geográficas aproximadas 069 45' 59"S e 349 57' 17"WGr., situado ainda, na margem esquerda do Rio Mamanguape; daí, com azimute e distância aproximados 2699 14' 17"S e 1.880,00 m, encontra-se o Ponto 13 (treze) de coordenadas geográficas aproximadas 069 46' 00"S e 349 58' 18"WGr., situado na localidade denominada Boi Choco; daí, com azimute e distância aproximados 2279 00' e 1.114,00 m, encontra-se o Ponto 14 (quatorze) de coordenadas geográficas aproximadas 069 46' 24"S e 349 58' 45"WGr., situado no Alagadiço do Brejinho; daí, com azimute e distância aproximados 2989 55' 489 e 1.788,00m, por uma linha seca e reta, passando sobre o Marco Brejinho, chega-se ao Ponto 15 (quinze) de coordenadas geográficas aproximadas 069 45' 56"S e 349 59' 36"WGr., situado num canto da cerca; daí, numa linha seca e reta, com azimute e distância aproximados 3059 56' 08" e 13.980,00 m, passando sobre o Marco de Marcação, até atingir o Ponto 01 (um), ponto inicial do presente descritivo.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo, denominada ÁREA INDÍGENA POTIGUARA, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 29. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de dezembro de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Mário David Andreazza
Danilo Venturini

Decreto nº 89.257, de 28 de dezembro de 1983

Declara de ocupação dos silvícolas área de terras, no Município de TARAUAÇA, no Estado do Acre, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal e tendo em vista o disposto pelos artigos 29, incisos V e IX, 19 e 22, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de ocupação dos silvícolas para os efeitos dos artigos 49, IV e 198, da Constituição Federal, as terras localizadas no município de TARAUAÇA, Estado do Acre, com a seguinte delimitação: Partindo do Ponto "1" de coordenadas geográficas aproximadas 89 26' 40" S e 719 55' 30" W, situado na cabeceira do Igarapé Carrapateira; daí, a jusante pelo citado Igarapé até a confluência pela sua margem esquerda com o Igarapé sem denominação, no Ponto "2" de coordenadas geográficas aproximadas 89 23'

21-01-84

Antropólogos rompem com a Vale em questão de índios

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) rompeu ontem convênio firmado com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para assessorar o atendimento aos índios — estimados entre 8 mil e 10 mil — radicados na área de construção da Estrada de Ferro Otaqui-Carajás. A ABA, que foi convidada pela CVRD para participar dos trabalhos por recomendação do Banco Mundial (BIRD), já vinha há dois anos fazendo relatórios e denúncias sobre a má aplicação dos 13 milhões 500 mil dólares, administrados pela Funai, para atendimento aos índios.

O presidente da entidade, Gilberto Velho, disse que os relatórios dos antropólogos vinham mostrando à CVRD que os recursos estavam sendo aplicados na compra de tratores ou até de lancha voadora, equipamentos que nem sempre atendem às necessidades dos índios. Isto em detrimento da aquisição de remédios e do tratamento médico, para controle de doenças como malária ou até gripes, que podem causar a morte os índios. A Funai não vinha demarcando as terras ou, se o fazia, era sem critério.

Luta pelo poder

— Foi a CVRD — explica Gilberto Velho — que nos contou. Sentimos que havia recomendações do BIRD que financiam parte do Projeto Carajás e é uma instituição muito preocupada com os direitos humanos e a ecologia. Embora tivéssemos severas restrições ao empreendimento (como a todas as obras desse tipo, Tucuruí, por exemplo) achamos que, neste caso, poderíamos dar contribuições para minorar os efeitos negativos que, sem dúvida, a construção da ferrovia acarretará às populações indígenas.

Ele conta — e destaca que esta posição está bem clara na carta que a ABA enviou ao presidente da CVRD, Eliezer Baptista — que a Funai, durante dois anos, pouco ou nada fez para melhorar a situação dos índios na região. Frisou que a gota d'água para o rompimento do convênio foi a proibição, pela Funai, da presença de antropólogos da ABA nas frentes de trabalho. Gilberto Velho classifica o veto como político e diz que o fato foi relatado à CVRD há dois meses, mas nada foi feito. Por isto, decidiram, definitivamente, se retirar do convênio e tornar públicas as denúncias.

— Sabemos que a Vale — diz — sempre esteve atenta às nossas denúncias e passou à Funai os relatórios. Mas, certamente, há uma disputa de poder entre os órgãos. Há meses, a Funai nos procurou acusando nossos antropólogos de "insuflarem" os índios contra a Fundação. Pediu-nos que indicássemos outros pro-

fissionais e que déssemos uma lista para escolha de novos nomes. Mas nos negamos a isto, seria imoral. Sentimos que a Vale está atenta ao problema, se bem não consiga, não possa ou não queira atuar contra a Funai.

Casos graves

Auxiliando Gilberto Velho, as antropólogas Ione de Freitas Leite (coordenadora da assessoria indígena da ABA) e Iara Ferraz (que esteve na frente de trabalho), contam que a Funai preparou um projeto único para implantar em todas as comunidades. Mas garantem que cada um dos dez grupos indígenas precisa de tratamento específico, pois tem cultura e realidade diferentes. Para os três antropólogos, o projeto é completamente inadequado.

— Estive com os paracanás — diz Iara Ferraz. — Como eles praticamente não tiveram contato com o homem branco, precisam de muita atenção. Morrem quando pegam uma simples gripe. Aí, se aparece um caso, a Funai administra altas doses de antibióticos, remédios que não são para o organismo deles. Houve uma epidemia de malária que atacou 208 dos 272 xicrins. Eles pegaram a doença de trabalhadores de uma olaria administrada pela Funai. O interessante é que nós, antropólogos, precisamos de fazer os mais variados exames de saúde para entrar nas áreas indígenas, enquanto os trabalhadores levam malária e outras doenças impunemente.

Ione de Freitas conta que entre os paracanás não existia a malária. Depois de abril do ano passado foram verificados entre três e quatro casos por dia, uma média de 100 mensais. "Por que, ao invés de comprar equipamentos agrícolas caros, a Funai não se preocupa em dedetizar as casas, instalar mosquiteiros e preparar uma pessoa para realizar exames de lâmina preventivos, que são exames simples de serem feitos?" — questiona.

— Os índios precisam participar das decisões sobre seu futuro — enfatiza Iara Ferraz. Os gaviões, por exemplo, autoadministram suas finanças, têm caderneta de poupança, no Banco do Brasil, e vendem castanhas. Mas a Funai não quer destinar recursos para eles mesmos executarem seus projetos. Há muitas incoerências: os xicrins tiveram suas terras demarcadas em uma área dominada por um grileiro poderoso, logo, são vítimas de violências. Os apinajés estão numa situação pior. Sua área é de maior conflito, recebem pressões de fazendeiros, grileiros e políticos do Norte de Goiás.

HELOISA MAGALHÃES

VEÍCULO- CORREIO BRAZILIENSE

DATA 07.02.84

PÁGINA 04

Nem o Brizola serve, garante Mário Juruna

A eleição direta para eleger o presidente da República depende unicamente da vontade do povo, e não da vontade dos políticos. Os políticos, quase todos eles "caindo aos pedaços" e comprometidos por todos os lados, não vão resolver nada, e para se chegar a um pleito direto só com uma manifestação popular bem ampla e em todos os sentidos.

A afirmação é do deputado Mário Juruna, que até agora não definiu qual seria seu candidato à Presidência, alegando que "nenhum desses que aí estão merecem a sua confiança". Juruna afirmou também que é francamente favorável às eleições diretas e embora ainda não tenha um nome para presidente, apoiaria a candidatura de Freitas Nobres, para ele um homem inteligente, experiente e muito conhecedor da política.

Mário Juruna, depois de uma audiência com o ministro da Previdência, Jarbas Passarinho, onde não se falou de política, disse que hoje não indicaria para uma eleição direta nem o governador Leonel Brizola, citado por muitos como o candidato ideal. "O Brizola me abandonou quando pediram minha cassação, e não vou ficar pendurado nele pedindo nada. Se ele achar que deve me procurar, que me procure", disse Juruna. Sobre Tancredo Neves, outro apontado como provável candidato às eleições diretas, Juruna disse que "ele também está muito próximo de João Baptista e a sua indicação seria uma farsa".

POLÍTICOS TÊM MEDO

O deputado Mário Juruna declarou aos jornalistas que esses políticos que prenderam e torturaram muitos brasileiros no passado são os mesmos que estão aí tentando impedir a eleição direta. Juruna disse que se o povo eleger um presidente pela eleição direta todos esses "torturadores" serão expulsos do País, os brasileiros "botariam eles pra fora". Juruna disse que não entende muito o que candidatos estão fazendo para chegar à Presidência, pois a cada dia "eles trocam de lado e um dia o Golbery apóia um nome, no outro é o Geisel que fala de outro nome e ninguém entende mais nada".

FUNAI-ASSESSORIA DE LEGISLAÇÃO

VEÍCULO JORNAL A CRÍTICA/MANAUS/AM

DATA 15.02.84

PÁGINA 06

Juruna reúne com**CIMI em Manaus**

O deputado Mario Juruna do PDT (RJ), aproveitará o convite para participar da manifestação pelas eleições diretas, no próximo sábado, na Praça do Congresso, a fim de contactar com as lideranças indígenas do Estado do Amazonas.

Juruna, que deverá trazer sua assessoria, chegará na sexta-feira à noite. No sábado, durante o dia, ele pretende se reunir na sede do Centro Indigenista Missionário (CIMI) com todos os caciques das nações indígenas.

Nesse encontro, o deputado federal Juruna colherá denúncias dos grupos indígenas, para — como representante da nação indígena do Brasil — apresentá-las na abertura dos trabalhos da Câmara dos Deputados.

Comunidades indígenas denunciavam perseguições para o cacique Juruna



Juruna na reunião de ontem no Cenesec

Numa reunião realizada, ontem, pela manhã, no Conselho Indigenista Missionário-CIMI, o deputado federal cacique Mário Juruna (PDT-Rio de Janeiro), manteve demorado encontro com os representantes das comunidades indígenas amazonenses, dos quais ouviu reclamos de toda ordem, principalmente contra o delegado regional da Fundação Nacional do Índio-Funai, Cazuto Kawamoto, acusado de perseguir os índios; Utilizar bombas nos territórios indígenas que matou quatro deles; além da invasão de suas terras.

Dentre os participantes dessa reunião estavam Lariano Vieira, da Tribo dos Tucanos; Alexandre Firmino, dos Ticuna, aldeia de Tabatinga; Raimundo Ferreira da Silva, capitão geral da Tribo Sateré-Mawé, localizadas nos municípios de Barreirinha e Maués e outros, que fizeram uma série de reivindicações e entregaram cartas para chegar ao conhecimento do presidente da Funai, Octávio Ferreira Lima.

FALTA DE APOIO

Em sua palestra, Mário Juruna afirmou que "as autoridades brasileiras não dão qualquer apoio ao índio. Estão matando e tomando as terras das comunidades indígenas, como se o índio não fosse também brasileiro".

O deputado cacique disse ainda que "nem o filho da terra tem direito a uma pedaço de chão para morar. Tem americanos, franceses e alemães com grandes propriedades no Brasil, inclusive ricas fazendas".

Continuando, salientou que esse problema não é só aqui no Amazonas. No Pará, Mato Grosso, São Paulo, Rondônia, Pernambuco e outros

Estados é a mesma coisa. "O branco tira a terra do índio, massacra-o e deixa-o morrer de fome, na miséria, muito embora suas terras sejam férteis."

Posteriormente, ele acusou duramente o ministro Mário Andreazza, do Interior, e o presidente da Funai, Octávio Ferreira Lima culpando-os pelo estado de penúria, de sobressalto e total desaparecimento dos seus irmãos indígenas.

— Andreazza, quando cra chefe dos Transportes, foi o responsável pela morte de vinte índios, e até hoje não mandou apurar esses desaparecimentos. Agora ele quer ser presidente por via indireta, porque sabe que, pelo voto do povo nunca poderia assumir o poder — frisou.

DENÚNCIAS

O cacique Mário Juruna durante esse encontro recebeu várias denúncias, inclusive com documentos, os quais serão entregues às autoridades competentes em Brasília, para posterior solução.

O representante da nação indígena do Alto Rio Negro, Manoel Fernandes Moura, entregou-lhe uma carta contendo um pedido de informação sobre um trabalho literário chamado de fábula, traduzido em português e publicado em 1981, mas os livros sumiram e até hoje não se sabe aonde se encontram.

Já o capitão da Tribo Sateré-Mawé, situada nos municípios de Barreirinha e Maués, Raimundo Ferreira da Silva, o Dico, fez uma grave denúncia contra o delegado regional da Funai, Kazuto Kawamoto, acusando-o de tentar dividir os integrantes dessa aldeia, numa afronta à comunidade indígena. Dico disse que, "a Funai é um órgão bom, mas o seus

administradores agem de maneira incorreta e corrupta. "Eu denunciei a utilização de dinamite no nosso território e nenhuma providência foi tomada. Digo a vossa excelência que precisamos de uma maior representatividade no Congresso Nacional, Assembléia Legislativa e Câmaras de Vereadores, no sentido dos nossos reclamos serem levados ao conhecimento público", frisou.

AUTORIDADES

Após falar de sua luta na Câmara dos Deputados, o cacique Mário Juruna afirmou que tem sido incansável na defesa desses problemas. Em nossa capital, segundo ele, desde ontem vem mantendo contatos com as autoridades objetivando garantir uma melhor assistência ao índio.

Salientou que conversou com o comandante Militar da Amazônia, general de exército Ademar da Costa Machado, a quem solicitou irrestrito apoio aos índios amazonenses, sobretudo no tocante às suas terras.

Ainda pela manhã, esteve em Palácio Rio Negro, em companhia do deputado estadual João Pedro (PMDB), e, numa conversa mantida com o governador Gilberto Mestrinho, pediu-lhe a máxima ajuda possível aos seus irmãos indígenas.

Finalmente, o deputado federal Mário Juruna criticou a assinatura de um contrato feito entre o ministro César Cals, das Minas e Energia e a firma Paranapanema, para essa empresa mineral explorar minério na região do Alto Rio Negro; mas precisamente no município de São Gabriel do Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, cortando a área indígena.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

OFÍCIO Nº 209 /84/PRES/PJ.

Brasília, 22FEV84

Do : Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Ao : Sr. Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da
Justiça
Assunto : Resposta à manifestação do Deputado Mário Juruna

O Deputado Mário Juruna queixa-se ao Exmo Sr. Ministro da Justiça, através do OF. Nº 00271, de janeiro do ano em curso, que encaminhou "denúncias das mais diversas à FUNAI, entre elas de alcance de dinheiro público por funcionários e de até assassinatos de índios, como foi o caso recente de dois Yanomami", e que "a direção da FUNAI, não tem respondido por escrito, as suas denúncias".

Devo esclarecer a V. Exa. que todas as denúncias do Dep. Mário Juruna, que nos chegam através da Mesa da Câmara dos Deputados, ou da Comissão do Índio, daquela Casa do Poder Legislativo, são por nós respondidas com o devido acatamento às normas regimentais.



Exmo. Senhor
Dr. EUCLIDES PEREIRA DE MENDONÇA
DD. Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça
Ministério da Justiça
Esplanada dos Ministérios
BRASÍLIA - DF

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

No Ofício a que nos referimos, dirigido ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, o Dep. Mário Juruna fala, genericamente, de "funcionários relapsos e corruptos" desta Fundação, sem nominá-los, o que inviabiliza uma resposta objetiva e dirigida a casos concretos.

Creio, entretanto, que o Dep. Juruna, ao referir-se a casos de corrupção, pretende reiterar acusações aos servidores Rodolfo Valentini Junior, ex-Chefe da Ajudância de Barra do Garças (MT) e Francisco Assis Silva, ex-Administrador do Parque Indígena do Xingu (PQXIN), formuladas a esta Presidência, em carta datada de 16 de agosto de 1983.

Como estas denúncias foram, paralelamente, apresentadas ao Exmo. Sr. Ministro do Interior, em 27 de setembro daquele mesmo ano (1983), o Sr. Secretário do Controle Interno do MINTER, solicitou, pelo OF/CISET/Nº 451/83, os esclarecimentos sobre as acusações do Dep. Juruna (cópia anexa).

Em 06 de outubro, respondemos ao Sr. Secretário do Controle Interno, através do OF. Nº 1158/PRES, com amplas explicações, e os mais completos esclarecimentos, todas as questões suscitadas pelo parlamentar (cópia anexa).

Creio que a Assessoria Parlamentar do Sr. Ministro do Interior, como do Tribunal de Contas da União - que também recebeu as mesmas denúncias - devem ter dado ciência ao Dep. Juruna, da resposta desta Fundação.

Como se pode verificar da documentação anexa, esta Fundação não deixou o parlamentar sem resposta, como alega.

Sobre a estabilidade de servidores desta Fundação, o próprio Deputado Juruna afirma que "a direção da FUNAI em 1980 demitiu cerca de 50 funcionários ..." ignorando a estabilidade hoje preconizada pela atual direção daquela Fundação.

É o próprio parlamentar, porém, quem junta ao seu expediente o Regulamento de Pessoal da FUNAI, de 1970, que assegura a estabilidade dos servidores, no seu art.28, e o recorte do Diário da Justiça de novembro de 1982, que reconheceu a estabilidade concedida.

Está claro, portanto, que somente em 1982, dois anos após as rescisões contratuais alegadas pelo Dep. Juruna, a Justiça reconheceu a estabilidade dos servidores da FUNAI, admitidos sob a vigência do Regulamento de Pessoal de 1970.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

Acresça-se, ainda, que os servidores ~~que~~ tiveram os seus contratos rescindidos em 1980 postularam na Justiça do Trabalho direitos que entendiam possuir e, na maioria dos casos, obtiveram êxito nos seus pleitos judiciais.

E o próprio Dep. Juruna tem um testemunho do que afirmamos, pois, um dos seus atuais assessores que teve o seu contrato rescindido em 1980, por justa causa, ingressou na Justiça do Trabalho e, logrando êxito, recebeu verbas indenizatórias reconhecidas pelo Judiciário, que não acatou a justa causa.

No caso, porém, do assessor do Dep. Juruna não houve reintegração porque, não havendo arguido a estabilidade na época própria, foi atingido pelo prazo prescricional.

Estes os esclarecimentos que tenho a oferecer, colocando-me à disposição de V. Exa., para outras informações que se façam necessárias.

Valho-me do ensejo, para reiterar a V. Exa. os meus protestos do mais elevado apreço.



OCTAVIO FERREIRA LIMA

Presidente/FUNAI

PJ/AAM/mlcro

6 Estão de S. Paulo - 23/02/84

Andreazza declarado "persona non grata"

Dos correspondentes
e da sucursal

O ministro e candidato Mário Andreazza foi declarado ontem **persona non grata** pelos vereadores de Fortaleza. A declaração foi requerida pelo vereador Juarez Leitão, do PMDB, e aprovada por 18 votos a 10, com o argumento de que Andreazza adotou "uma política de revanche e proselitismo político para com o Estado do Ceará". Em Brasília, o coordenador da campanha do ministro, o ex-deputado Paulo Pimentel, disse que Andreazza vai processar o deputado Mário Juruna (PDT-RJ), por ter afirmado que o candidato "matou muito índio, roubou muito, é ladrão, assassino e corrupto".

A revolta dos vereadores de Fortaleza contra Andreazza começou no episódio que envolveu a recusa de verbas federais para o Estado, depois que o governador Gonzaga Motta, do PDS, manifestou seu apoio a outro candidato, o vice-presidente Aureliano Chaves. Embora Andreazza tenha recuado e liberado os recursos para o abastecimento de água da capital cearense, a Câmara Municipal resolveu manter seu voto de repúdio à atitude atribuída ao ministro. O vereador Ernesto Gurgel Valente, do PDS, ainda tentou impedir a aprovação do requerimento, alegando ter sido "um mal-entendido", mas foi voto vencido.

"A sensibilidade do senhor ministro não vai além das estreitas fronteiras do interesse pessoal, tripudiando sobre a miséria de nossa gente, numa de calamidade pública e miséria permanente" — afirma o documento pelo qual vereador Juarez Leitão requereu a declaração de Andreazza como **persona non grata** para Fortaleza.

Outro vereador peemedebista, Manoel Aguiar Arruda, acrescentou: "Ao mandar rasgar o convênio entre o Ministério do Interior e o Dnocs, o

governador Gonzaga Motta resgatou toda a dignidade e a bravura de nossa gente". Ainda segundo Arruda, "sem colocar o Estado em leilão, ante o assédio de muitos presidentiáveis, Gonzaga Motta, depois de uma profunda avaliação dos nomes que se apresentam como candidatos, resolveu apoiar, corajosamente, a candidatura do vice-presidente Aureliano Chaves, cidadão que pode se apresentar ao julgamento popular de cabeça erguida".

JURUNA

No caso do deputado Mário Juruna, o ministro Andreazza considerou ofensivas as afirmações feitas à imprensa pelo parlamentar. "Comprovadas as declarações — disse o coordenador da campanha, Paulo Pimentel — o ministro do Interior tomará as providências legais para responsabilizá-lo pelas afirmações levianas." Pimentel disse que a ação será apresentada ao Supremo Tribunal Federal, através da Procuradoria-Geral da República. "O deputado vai ter de provar suas afirmações, senão será responsabilizado criminalmente por elas" — ressaltou Pimentel.

Antes da instauração do processo, o STF consultará a Câmara dos Deputados que, por maioria absoluta de votos, decidirá pelo seu prosseguimento ou interrupção. O deputado pode ser enquadrado por crime contra a honra, mas não por crime contra a segurança nacional. Em setembro, do ano passado, Juruna enfrentou ameaça semelhante, por ter dito em discurso na Câmara: "Não tem ministro nenhum que preste. Para mim, todo ministro é corrupto, todo ministro é ladrão, todo ministro é sem-vergonha, é mau caráter". Depois, assinou nota de retratação e escapou do processo. Ontem Andreazza estava em Manaus, acompanhando a visita de Figueiredo, e deixou as providências contra Juruna a cargo de sua equipe.

CB - 24/2/84

Juruna pode voltar a ser processado

O procurador-geral da República, Inocêncio Mártires Coelho, antes de examinar o pedido de processar o deputado cacique Mário Juruna, por declarações consideradas ofensivas à honra do ministro presidencial Mário Andreazza, deverá ouvir ou obter instruções do ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel.

Juruna seria processado perante o STF por declarações nas quais teria afirmado que Andreazza "é ladrão e assassino de índios". Por ser um caso com implicações políticas, no curso da apuração do delito de ofensa à honra do Ministro do Interior, é que o procurador-geral, antes do exame jurídico que o levaria a formalizar uma denúncia junto ao STF, ouviria o ministro da Justiça ou o Palácio do Planalto. Até agora a possibilidade real de processo contra Juruna está sob o exame ângulos jurídico e político.

VEÍCULO: CORREIO BRAZILIENSE

DATA: 24-02-84

PÁGINA: 05

Juruna pode voltar a ser processado

O procurador-geral da República, Inocêncio Mártires Coelho, antes de examinar o pedido de processar o deputado cacique Mário Juruna, por declarações consideradas ofensivas à honra do ministro presidenciável Mário Andreazza, deverá ouvir ou obter instruções do ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel.

Juruna seria processado perante o STF por declarações nas quais teria afirmado que Andreazza "é ladrão e assassino de índios". Por ser um caso com implicações políticas, no curso da apuração do delito de ofensa à honra do Ministro do Interior, é que o procurador-geral, antes do exame jurídico que o levaria a formalizar uma denúncia junto ao STF, ouviria o ministro da Justiça ou o Palácio do Planalto. Até agora a possibilidade real de processo contra Juruna está sob o exame ângulos jurídico e político.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Assessoria de Comunicação Social - A C S

veículo: DIÁRIO DE PERNAMBUCO

data: Recife, segunda-feira, 27.02.1984

página: A-3

39 D.R

2



Juruna teria ofendido moralmente a Andreazza

Juruna em novo processo

BRASILIA - O procurador-geral da República, Inocêncio Mártires Coelho, antes de examinar pedido de processar o deputado caciue Mário Juruna, por declarações consideradas ofensivas à honra do ministro-presidente Mário Andreazza, deverá ouvir ou obter instruções do ministro da Justiça Ibraim Abi-Ackel.

Juruna seria processado perante o STF por suas declarações em que teria afirmado que Andreazza "é ladrão e assassino de índios". Por ser um caso com implicações políticas no curso da apuração do delito de ofensa à honra do ministro do Interior, é que o procurador-geral, antes do exame jurídico que o levaria a formalizar uma denúncia junto ao STF, ouviria antes do ministro da Justiça ou o Palácio do Planalto. Até agora a possibilidade real de processo contra Juruna está sob o exame dos dois ângulos: o jurídico e o político.

FUNAI-ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

VEÍCULO	ULTIMA HORA DE BRASÍLIA
DATA	08.03.84
PÁGINA	02

JURUNA PREVÊ "CADEIA" PARA GOVERNANTES

Porto Alegre - Se para a sucessão de Figueiredo for eleito um presidente "bom, de coragem", através do voto direto, muitos membros do atual Governo, como os ministros do Planejamento, Delfim Netto, do Interior, Mário Andreazza, e das Minas e Energia, Cesar Cals, e o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, ou irão para a cadeia ou terão que fugir do Brasil. A afirmação foi feita ontem em Porto Alegre, em entrevista coletiva na Assembléia Legislativa gaúcha, pelo deputado cacique Mário Juruna (PDT-RJ) para quem os membros do atual Governo que saírem do Brasil não o farão "chorando" e sim até contentes, "porque já têm dinheiro reservado" em contas na Suíça.

Mário Juruna - que participará hoje de um comício pró-diretas na cidade de Cruz Alta, a 382 quilômetros de Porto Alegre - disse que, a exemplo do que está ocorrendo na Ar-

gentina com o presidente eleito pela via direta, "ninguém vai segurar o povo" no Brasil.

Indagado sobre quem correria o risco de ir para a cadeia ou ter de fugir do Brasil, Juruna respondeu: "Quem tá roubando, quem tá matando o povo, tem compromisso com FMI. Esse pessoal não vai valer mais nada, vai perder emprego, vai perder poder. Sai, mas não vai morrer de fome, ele já levou muito dinheiro, já está depositado o dinheiro na caderneta de poupança da Suíça, "enricando" (enriquecendo) à custa do povo brasileiro".

Os ministros Delfim Netto, Mário Andreazza e Cesar Cals e o presidente do Banco Central do Brasil, Affonso Celso Pastore, afirmou Juruna, "esse pessoal vai sumir fora do Brasil", para o deputado cacique uma vez eleito um "presidente de coragem" pela via direta, "a gente abre inquerito, processa, faz levantamento desse pessoal".

veículo: Zero Hora
data: 08.03.84
página: 13 13 = QR

PSS.481, p.366/398

Juruna critica Funai em Cruz Alta

"O caldeirão das diretas começa a ferver.

Índio não briga com índio. Os conflitos que têm ocorrido entre os índios na reserva de Miraguaí, Toldos de Guarita e São João do Irapuá é tudo culpa da Funai. Todos os fuxis são feitos pela Funai". Essas declarações são do deputado federal, cacique Mário Juruna, do PDT, que hoje à noite participa de um comício pelas eleições diretas para a presidência da República na praça General Firmino, no centro de Cruz Alta, organizado pela Frente Popular pró-Diretas.

Juruna chegou ontem pela manhã no município onde deu entrevista coletiva para a imprensa. Durante a entrevista, o deputado-cacique disse que ninguém pode segurar a vontade que o povo tem de votar. Novamente ele criticou a Funai pelos problemas que tem acontecido em reservas indígenas. "Com a Funai nós estamos perdidos", falou.

À tarde, ele esteve em Ijuí visitando o prefeito do município, Orlando Burmann, do PDT, juntamente com o deputado Amaury Müller.

POLÍTICA

Juruna acusa Governo de proteger minorias

De passagem por Porto Alegre, a caminho de Cruz Alta, onde participa do comício Pró-Diretas das oposições amanhã à noite, o deputado federal Mário Juruna, do PDT, condenou a "ganância de poder do PDS", acusou o governo de "defender os interesses de minorias", afirmou sua disposição de disputar sua indicação para a presidência da República, expressou sua confiança na aprovação da emenda Dante de Oliveira e atacou a Funai, afirmando que "sua função é acabar com o índio brasileiro". Acusou também a empresa petrolífera "Elf Aquitaine", da França, de haver "abandonado bombas em áreas cedidas pela Petrobrás através de contrato de risco, que agora estariam estourando nas mãos de índios Saterés e Mandurucus, no Baixo Amazonas, conhecendo-se até agora quatro vítimas fatais".

O deputado deu entrevista coletiva na Assembléia Legislativa, ontem à tarde, ocasião em que o deputado federal Amaury Müller enalteceu o esforço de Juruna em vir ao Rio Grande, cancelando ontem compromissos e comparecer ao comício de Cruz Alta. Segundo Amaury Müller, o representante pedetista "será, inclusive, atração maior

do que Brizola e Ulysses Guimarães, por sua fibra incomum, por suas manifestações em defesa das minorias oprimidas e também por sua condição de chefe indígena, que defende as populações nativas com toda sorte de dificuldades, inclusive de linguagem e raciocínio". Adiantou que Juruna talvez não possa ir a Miraguaí e Redentora, onde pretendia tratar de interesses dos índios caingangues, devido a compromisso já assumido em Brasília para o próximo domingo.

Presidenciável

Referindo-se à questão das eleições, Juruna disse que "ninguém pode segurar a vontade, a consciência do povo. Eu não posso aceitar que o Governo, ao terminar sua gestão, indique seu sucessor sem consultar mais de 100 milhões de brasileiros".

Em alusão à disputa dos quatro presidenciais do PDS, Juruna ironizou que o Governo deveria construir quatro palácios em Brasília, já que o PDS estaria "agarrado ao poder como um tamanduá". O deputado disse ainda que "se a eleição direta não sair, todo o Brasil vai afundar e apodrecer". No caso de vitória das oposições, "muita gente vai ter que sair do País, vai ser como na Argentina, pois o povo brasileiro, que é calmo, já não aguenta mais". Indagado se estaria disposto a disputar a presidência da República, Juruna afirmou que gostaria, "porque tenho a consciência limpa e iria botar muita gente que rouba na cadeia. A cada dia está aumentando mais a roubalheira. Se o Brasil tiver um presidente de fibra, quem vai fugir será o Delfim, o Pastore, que não prega a palavra de Deus, mas o dólar, e muita gente que anda com eles".

Para Juruna "não tem cabimento o presidente da Funai ser indicado pelo Governo, quando deveria ser indicado pelo próprio índio". Neste sentido, informou que seu projeto de lei introduzindo profundas modificações naquele órgão do Governo já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, esperando agora apenas a aprovação do Senado.



Juruna: ninguém segura a vontade do povo

PAG 13
Daniel de Andrade/ZH

Zero Hora - 08.03.84

Zero Hora 08.03.84

Pêlored Elaynd

13

34

Nº

18/9

O SR MÁRIO JURUNA (PDT-RJ. Sem revisão do orador)-

Sr.

Presidente, companheiro Deputados, tomei conhecimento do problema do delegado da FUNAI de Cuiabá, indicado pela bancada federal de Cuiabá. Hoje recebi toda a comunicação do chefe de comunidade do norte do Mato Grosso, de Cuiabá, e do delegado da FUNAI, que não estava agindo certo com aquele que índio precisava. Esse delegado da FUNAI foi indicado através do Deputado de Cuiabana, que pode administrar o delegado da FUNAI. Quero saber de V.Exa. como o Deputado

Silveira



e-452

PSS. 481; p. 368/398

(2)

_____/_____/198__

Uyara / Elaine (Cont.o Sr. Mário Juruna) _____ 13 36 Nº 19/1

De qualquer Estado do País tem obrigação para me atravessar e para poder indicar o Delegado da FUNAI. Hoje, eu é que represento todo o território do índio, ^o índio está na minha mão e, no Brasil, a FUNAI ~~pertence~~ ^{de} ao Deputado Juruna. Como é que parlamentar ^{de} Cuiabana tem brigado para indicar o Delegado da FUNAI para poder assumir interesse do particular?

Não achei muito justo. Eu não tive coragem para poder atravessar qualquer representante de empresário, para tomar conta da Fazenda, para tomar conta da Mineração, tomar conta de loja. Em tudo isso nunca atravessei a missão do companheiro. Não acho justo que cuiabano pode exigir ~~que~~ continuar como delegado. Como Deputado, quero — e até a comunidade indígena, como o chefe da comunidade — que o Presidente da FUNAI seja obrigado a assumir a comunidade indígena. A FUNAI não tem partido; a FUNAI não tem compromisso com partido; a FUNAI, chamada Fundação Nacional do Índio, dá proteção para comunidade indígena, e o Deputado não pode se meter na vida da comunidade indígena. ^{Este /} ~~meu~~ meu protesto.

Hoje, eu recebi comunicação. Liguei para o companheiro, o Deputado Federal, eleito por Cuiabá, Maçao Tadano. ~~Então~~ Então, ele me dá resposta: Deputado eleito pelo Rio de Janeiro não pode se meter no Cuiabá. ^{Eu não fui} ~~eleito~~ por ~~eleito~~ ^{fui} Cuiabá, eleito pelo Rio de Janeiro.



Cris, Nanyng conclui Mário Juruna, 13, 38, Nº 20/1

Como ²que Deputado sem cabeça ²sem consciência tem obrigação de me responder
isso? Esse Deputado ²japonês, esse Deputado não é brasileiro, esse Deputado
foi criado no Japão, ²Deputado do Japão, ele tem responsabilidade no Japão,
ele assume lá, ²mas quem assume aqui, no território do Brasil, ²O Deputado Juru
na, ²deve defender índio e deve acompanhar a administração da FUNAI. Este
meu protesto. Muito obrigado a V.Exa.^a

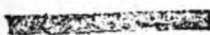
* X X

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

_____/_____/198__

Letícia, Gigi (_____) 13, 48 Nº 25/1

O SR. MÁRIO JURUNA (PDT-RJ. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente,  eu quero confirmar minha palavra ao companheiro Maçao Tadano, que encaminhou documento para a Mesa sem necessidade, sem fundamento. É uma campanha de perseguição contra o Deputado Juruna. 


S/ESTELA



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

14 / 11 / 1984

Estela / Gigi (cont. Mário Juruna) 13, 50 Nº 26/1

[Não é a primeira vez. ^{que} O companheiro Maçao Tadano pede, como também Presidente da Mesa. ^{haveria} Quando eu tomei posse aqui já ~~havia~~ tentado várias vezes — ~~pedindo a cassação~~, o afastamento ~~haveria~~ da Câmara dos Deputados. E ^{quem tem} ~~é~~ mais direito ^{aqui, na} ~~que~~ Câmara dos Deputados? Este caboclo, este fazendeiro que ocupa a terra do índio, este fazendeiro ^{que é} Deputado que mata índio, este fazendeiro que é Deputado e que rouba a terra do índio? Será ^{que} este homem, Deputado, o branco, tem capacidade para defender ^o povo brasileiro? Não acredito que ^{os} todos Deputados ^(defendem o) ~~defendem~~ povo. Acredito ^(existe) que Deputado que rouba a terra do pobrezinho, a terra do índio, a riqueza do índio. Não aceito. [Quero registrar esta minha palavra, não tenho medo de cassação, não tenho medo de perseguição, não tenho medo que gente encaminhe e entregue Deputado Juruna na tribuna da injustiça. Não tenho medo do branco. Eu quero morrer aqui na Câmara Federal. ^(morrer) Quero gritando, ~~quero~~ quero apanhar e ser enterrado também num buraco. ~~Quero~~ Deputado tem coragem também para ^{malhar} ~~malhar~~ ao Deputado Juruna, o Deputado eleito por Cuiabá já disse, japonês ^{que} e se ele quiser me cassar, se ele quiser brigar comigo, pode me procurar no meu gabinete. Ele não pode impedir presidente da Mesa.

Graça



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

14 / 11 / 1984

Graca / Gigi (cont. o Sr. Mário Juruna) 13, 52 Nº 27/1

~~N~~ ^(nada)inguém resolve no Brasil, ninguém resolve na Câmara, porque aqui existe
fofoqueiro, existe perseguição, existe ^(nada) ~~intriga~~, existe calúnia, ~~é~~ ^(é) por
que ~~pede~~ afastamento do Deputado Juruna, ^(Quem tem) ~~é~~ mais direito ^(2º) ~~o~~ Deputado
Juruna, ~~o~~ caboclo que representa a comunidade indígena, ~~o~~ caboclo que represen-
ta o Brasil. O Deputado, várias vezes ~~foi~~ eleito pelo povo, ~~o~~ representa ^(o) capi-
talista, representa ^(o) empresário, representa ^(o) fazendeiro, representa ^(o) estrangeiro,
representa ^(o) americano. ^(o) É porque ~~o~~ pede afastamento do Deputado Juruna. ^(Sr.) ~~o~~
^(Presidente) ~~o~~ agora quero pedir a V.Ex.^a ^(que) encaminhe este pedido do Deputado Maçao Ta-
dano ao Presidente da Mesa. Aqui, quem vai fazer a revolução contra o branco
é o Deputado Juruna, que está pronto para pegar a espingarda ⁽²⁾ ~~o~~ estou-
rar o Brasil.

Muito obrigado a V.Ex.^a.

o . . o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Senhor Presidente, Senhores Deputados, esse colega foi quase cassado recentemente, outro processo o envolve atualmente espero que a mesa o enquadre dentro das Normas Regimentais, da boa conduta, da ética e do decoro; na impossibilidade, talvez fosse prudente até mesmo a cassação, o que deixo a sugestão, antes que seus atos de irresponsabilidade provoque consequências catastróficas entre Parlamentares em demérito ao Egrégio Poder ao qual pertencemos.

Apenas a título de esclarecimento informo aos Nobres Pares que toda sua ira foi motivada quando não aceitando suas imposições provocativas e anti-éticas desliguei de pronto o telefone na manhã de ontem.

- Não preciso também de nenhuma medida para abrigar situações de "interesse particular" - isso só é comum para quem pensa assim - já que desonestamente deve assim fazê-lo - tentando levantar insinuações pueris sobre ontem;

- Felizmente tenho cabeça, penso, decido, não sou superdotado de inteligência mas o suficiente para não ser ludibriado por quem a tem - porém ôca e impensante!

- Quanto à minha consciência sei cuidar bem dela e sei que é ^{correta e não} ~~sã~~ ^{que} ~~padece~~ de mácula como a daquele que assim o afirma.

- Quanto a afirmação do Deputado Mário Juruna, requeiro a mesa na forma do regimento interno art.112 §10 a não publicação dos teores proferidos pelo Deputado faltante Mário Juruna, faltou com o Decoro Parlamentar, motivo porque requeiro seu enquadramento às sanções que a Mesa da Câmara assim entender conveniente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PSS. 481, p. 374/398

02.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não sei propor "maracutaias", não sei pedir dinheiro pelos corredores, nunca desacatei colegas, nem feri os princípios éticos e do decoro parlamentar.

Se tivesse partido do índio Mário Juruna tudo poderia passar despercebido, mas as provocações partiram do colega Dep. Mário Juruna, que das outras vezes medirá seus atos e palavras para que tais fatos não se repitam nessa Casa onde os atos conscientes e de responsabilidade devem ser a maior característica. O Deputado Mário Juruna precisa ouvir, aprender a ouvir e também analisar o que aqui será dito.

Aliás, sua característica é dizer que selvático não muda de posição como o branco - pura inverdade mesclada de infantilidade, e a verdade é uma palavra que ainda não conhece !

Fale de mim, cidadão brasileiro, maior, Deputado e responsável. Não queira criticar meus ancestrais ou meus pais - não tem moral para tanto!

Não fale sem saber dos japoneses, raça da qual sou originário com honra e orgulho, que admiro e respeito pela cultura, coragem e exemplo!

Não venha ensinar, se aprender não sabe, ou não quer meramente para esconder tanta falsidade.

- Nunca tive a pretensão hipócrita de que a FUNAI fosse meu Patrimônio;

- da mesma forma - as minhas mãos são pequenas, imaculadas e não pretenciosas como a daquele que afirma ter a FUNAI em suas mãos !

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Ref.: Cartão s/nº do Dep. MAÇAO TADANO de 22.11.84

De ordem.
A Asi.

BBB, 27/11/84

Rubens
Rubens *Paulo da Cruz Oliveira*
Assessor III

PSS.481, p.376/398

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 22 de novembro 1984

Com os cordiais cumprimentos,

FUNAI SEC/GAB	
38/6	
ENT <u>23.11.84</u>	EM <u>23.11.84</u>
SAÍDA <u>27.11.84</u>	EM <u>27.11.84</u>

MAÇÃO TADANO
DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER do P.D.S.

PSS. 481, P. 377/398

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 22 de novembro 1984

Com os cordiais cumprimentos,

FUNAI SEC/GAB

381/5

ENT. 11.11.84 - EM 23.11.84 MAÇAO TADANO

SAIDA 11.11.84 - EM 27.11.84 DEPUTADO FEDERAL

VICE-LÍDER do P.D.S.

GER 20.01.0013 0

Deborah Elaynd

13 34 Nq 18/9

O SR MÁRIO JURUNA (PDT-RJ. Sem revisão do orador)-

Sr. Presidente, do companheiro Deputados, tomei conhecimento do problema do delegado da FUNAI de Cuiabá, indicado pela bancada federal de Cuiabá. Hoje recebi toda a comunicação do chefe de comunidade do norte do Mato Grosso, de Cuiabá, e do delegado da FUNAI, que não estava agindo certo com aquilo que índio precisava. Esse delegado da FUNAI foi indicado através do Deputado de Cuiabana, que pode administrar o delegado da FUNAI. Quero saber de V.Exa. Sr. Presidente, como o Deputado

Salvador

Uyara / Elaine (Cont.o Sr. Mário Juruna) 13 36 Nº 19/1

De qualquer Estado do País tem obrigação para me atravessar e para poder
indicar o Delegado da FUNAI. Hoje, eu é que represento todo o território
do índio, ^o ~~o~~ índio está na minha mão e, no Brasil, a FUNAI ~~pertence~~ pertence
ao Deputado Juruna. Como é que parlamentar ^{de} Cuiabana tem brigado para
indicar o Delegado da FUNAI para poder assumir interesse do particular?
Não achei muito justo. Eu não tive coragem para poder atravessar qualquer
representante de empresário, para tomar conta da fazenda, para tomar conta
da Mineração, tomar conta de loja. Em tudo isso nunca atravessei a missão
do companheiro. Não acho justo que cuiabano pode exigir ~~o~~ continuar como
delegado. Como Deputado, quero — e até a comunidade indígena, como o chefe
da comunidade — que o Presidente da FUNAI seja obrigado a assumir a comu-
nidade indígena. A FUNAI não tem partido; a FUNAI não tem compromisso com
partido; a FUNAI, chamada Fundação Nacional do Índio, dá proteção para comu-
nidade indígena, e o Deputado não pode se meter na vida da comunidade indí-
gena. ^{Este /} ~~meu~~ meu protesto.

Hoje, eu recebi comunicação. Liguei para o companheiro, o
Deputado Federal, eleito por Cuiabá, Maçao Tadano. ~~Então~~ Então, ele me
dá resposta: Deputado eleito pelo Rio de Janeiro não pode se meter no
Cuiabá. ^{Eu não fui} ~~eleito~~ eleito ^{por} ~~eleito~~ Cuiabá, ^{fui} ~~eleito~~ eleito pelo Rio de Janeiro.

Cris, Nanyng conclui Mário Juruna 13, 38 Nq 20/1

Como ²que Deputado sem cabeça ¹sem consciência tem obrigação de me responder
 isso. ²Esse Deputado ¹japonês, esse Deputado não é brasileiro, esse Deputado
 foi criado no Japão, ¹Deputado do Japão, ele tem responsabilidade no Japão,
 ele assume lá, ¹mas quem assume aqui, no território do Brasil, ²Vo Deputado Juru
 na, ¹deve defender índio e deve acompanhar a administração da FUNAI. Este
 meu protesto. Muito obrigado a V.Exa. ¹

* X X

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

_____/_____/198__

Letícia, Gigi (_____) 13, 48 Nº 25/1

O SR. MÁRIO JURUNA (PDT-RJ. Sem revisão do orador) - Sr. Presiden-

te, [REDAÇÃO] eu quero confirmar minha palavra ao companheiro
Maçao Tadano, que encaminhou documento para a Mesa sem necessidade, sem fun-
damento. É uma campanha de perseguição contra o Deputado Juruna, [REDAÇÃO]

S/ESTELA

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

14 / 11 / 1984

Estela / Gigi (cont. Mário Juruna .) 13 , 50 Nº 26/1

[Não é a primeira vez. ^{que} O companheiro Maçao Tadano pede, como também Presidente da Mesa. ^{haveria} Quando eu tomei posse aqui já ~~havia~~ tentado várias vezes —

~~pedindo a cassação, o afastamento~~ da Câmara dos Deputados. E ^{quem tem} ~~é~~ mais direito, ^{aqui, na} ~~que~~ Câmara dos Deputados? ~~—~~

Este caboclo, este fazendeiro que ocupa a terra do índio, este fazendeiro

^{que é} Deputado ^e que mata índio, este fazendeiro que é Deputado e que rouba a terra do índio. ^{que} Será este homem, Deputado, o branco, tem capacidade para defender

povo brasileiro? Não acredito que ^{os} todos Deputados ^{defendem o} ~~defendem o~~ povo. ~~—~~

Acredito ^{existe} que Deputado que rouba a terra do pobrezinho, a terra do índio, a riqueza do índio. Não aceito. [Quero registrar esta minha palavra, não tenho

medo de cassação, não tenho medo de perseguição, não tenho medo que gente encaminhe e entregue Deputado Juruna na tribuna da injustiça. Não tenho

medo do branco. Eu quero morrer aqui na Câmara Federal. ^{morrer} Quero gritando,

~~—~~ quero apanhar e ser enterrado também num buraco. ~~—~~ Deputado

tem coragem também para ^{malhar} ~~malhar~~ ao Deputado Juruna, o Deputado eleito

por Cuiabá, já disse, japonês [—] e se ele quiser me cassar, se ele quiser brigar comigo, pode me procurar no meu gabinete. Ele não pode impedir presidente da Mesa.

Graça

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

14 / 11 / 198 4

Graca / Giqui (cont. o Sr. Mário Juruna) 13, 52 Nº 27/1

~~N~~ ^(nada)inguém resolve no Brasil, ^(nada)ninguém resolve na Câmara, porque aqui existe
fofoqueiro, existe perseguição, existe ^{intriga} ~~intriga~~, existe calúnia, ~~e~~ ^e por
que ~~pede~~ ^{Quem tem} afastamento do Deputado Juruna, ^é ~~é~~ mais direito ^é ~~é~~ Deputado
Juruna, ^é caboclo que representa a comunidade indígena, ^é caboclo que represen-
ta o Brasil. O Deputado, várias vezes ~~foi~~ ^{foi} eleito pelo povo, ~~que~~ ^é representa capi-
talista, representa ^é empresário, representa ^é fazendeiro, representa ^é estrangeiro,
representa ^é americano. ^é ~~é~~ porque ~~pede~~ ^{que} afastamento do Deputado Juruna. ^é ~~é~~ ^{Sr.}
^{Presidente} ~~agora~~ ^{que} quero pedir a V.Ex^a encaminhe este pedido do Deputado Maçao Ta-
dano ao Presidente da Mesa. Aqui, quem vai fazer a revolução contra o branco
é o Deputado Juruna, que está pronto para pegar a espingarda ~~estou~~ ^e estou-
rar o Brasil.

Muito obrigado a V.Ex^a.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Senhor Presidente, Senhores Deputados, esse colega foi quase cassado recentemente, outro processo o envolve atualmente espero que a mesa o enquadre dentro das Normas Regimentais, da boa conduta, da ética e do decoro; na impossibilidade, talvez fosse prudente até mesmo a cassação, o que deixo a sugestão, antes que seus atos de irresponsabilidade provoque consequências catastróficas entre Parlamentares em demérito ao Egrégio Poder ao qual pertencemos.

Apenas a título de esclarecimento informo aos Nobres Pares que toda sua ira foi motivada quando não aceitando suas imposições provocativas e anti-éticas desliguei de pronto o telefone na manhã de ontem.

- Não preciso também de nenhuma medida para abrigar situações de "interesse particular" - isso só é comum para quem pensa assim - já que desonestamente deve assim fazê-lo - tentando levantar insinuações pueris sobre ontem;

- Felizmente tenho cabeça, penso, decido, não sou superdotado de inteligência mas o suficiente para não ser ludibriado por quem a tem - porém ôca e impensante!

- Quanto à minha consciência sei cuidar bem dela e sei que é ^{correta e não} ~~sã~~ ^{padecer} de mácula como a daquele que assim o afirma.

- Quanto a afirmação do Deputado Mário Juruna, requeiro a mesa na forma do regimento interno art. 112 §10 a não publicação dos teores proferidos pelo Deputado faltante Mário Juruna, faltou com o Decoro Parlamentar, motivo porque requeiro seu enquadramento às sanções que a Mesa da Câmara assim entender conveniente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não sei propor "maracutaias", não sei pedir dinheiro pelos corredores, nunca desacatei colegas, nem feri os princípios éticos e do decoro parlamentar.

Se tivesse partido do índio Mário Juruna tudo poderia passar despercebido, mas as provocações partiram do colega Dep. Mário Juruna, que das outras vezes medirá seus atos e palavras para que tais fatos não se repitam nessa Casa onde os atos conscientes e de responsabilidade devem ser a maior característica. O Deputado Mário Juruna precisa ouvir, aprender a ouvir e também analisar o que aqui será dito.

Aliás, sua característica é dizer que selvático não muda de posição como o branco - pura inverdade mesclada de infantilidade, e a verdade é uma palavra que ainda não conhece !

Fale de mim, cidadão brasileiro, maior, Deputado e responsável. Não queira criticar meus ancestrais ou meus pais - não tem moral para tanto!

Não fale sem saber dos japoneses, raça da qual sou originário com honra e orgulho, que admiro e respeito pela cultura, coragem e exemplo!

Não venha ensinar, se aprender não sabe, ou não quer meramente para esconder tanta falsidade.

- Nunca tive a pretensão hipócrita de que a FUNAI fosse meu Patrimônio;

- da mesma forma - as minhas mãos são pequenas, imaculadas e não pretenciosas como a daquele que afirma ter a FUNAI em suas mãos !

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Ref.: Cartão s/nº do Dep. MAÇAO TADANO de 22.11.84

De ordem.

A Asi.

DSB, 27/11/84

Reuben Azeite

Ministério do Interior
Fundação Nacional do Índio
Ass. Comunicação Social

Juruna

Mauvais

NOTICIÁRIO
DO DIA

18 a 21/02/84

ueut
m

n: 029

acs

VEÍCULO JORNAL A NOTÍCIA/MANAUS/AM

DATA 18.02.84

PÁGINA 08

Mário Juruna tem reunião com os líderes indígenas

O ex-cacique Xavante e atual Deputado Federal pelo PDT do Rio de Janeiro, Mário Juruna reúne hoje, pela manhã, com os líderes indígenas do Amazonas. Durante o encontro, Juruna re-

completo sobre a situação dos povos indígenas que vivem neste Estado e que vai servir de subsídio a sua atuação política em 84.

Ontem, ao chegar em Manaus, Mário Juruna foi recepcionado pelo Capitão geral do povo Saterê-Mawê, Raimundo Ferreira da Silva (Dico) que, inclusive, sofreu **embaraços na porta da sala vip** - os funcionários não queriam deixá-lo entrar, porque estava com sandálias japonesas, sendo necessária a interferência do Deputado Federal, pelo PMDB/Amazonas, Arthur Netto, para que a sua entrada fosse liberada.

Juruna condenou o "processo de extermínio" dos povos indígenas e a "entrega aos estrangeiros" das terras secularmente ocupadas pelo indígena e interrogou: "Por que o Governo não defende o índio? Respondendo, logo em seguida, que é porque "o Governo é o principal culpado pela difícil

situação que as nações indígenas vivem".

- Não é justo que o índio continue morrendo pela ação do branco e é preciso que toda a comunidade consciente combata isso, declarou o Deputado. Segundo ele, a Funai hoje inexistente como órgão de proteção ao índio e não tem mais nenhuma competência, porque de um lado, se atrelou ao Ministério Especial de Assuntos Fundiários o poder de decisão quanto a demarcação das terras indígenas e, de outro, se abriu às empresas estatais e privadas as reservas indígenas para a exploração mineral. "Isso é o fim do mundo, pois não é só minérios que vão tirar, essa atividade significa morte para muitos dos meus irmãos", enfatizou. Mário Juruna também vai conversar com o Governador Mestrinho, oportunidade em que lhe fará algumas sugestões para que inclua em seu programa de Governo no que se refere às populações indígenas. O deputado defende a tese de que outros setores, os próprios Governos dos Estados possam contribuir de forma mais concreta na luta pela autonomia do índio.

VEÍCULO JORNAL A NOTÍCIA/MANAUS/AM

DATA 21.02.84

PÁGINA 05

Juruna

O deputado Mário Juruna foi o mais aplaudido orador do comício das diretas. O povo pouco se importou com o fato de que é difícil entender o que Juruna diz.

- Aplaudiu e se divertiu.

VEÍCULO JORNAL A CRÍTICA/MANAUS/AM

DATA 20.02.84

PÁGINA 03

PSS. 481, P. 390/398

Juruna foi um show à parte para o povo

Um dos mais festejados oradores acabou sendo o deputado Mário Juruna (PDT-RJ), que chegou ao palanque ao lado do ator Raul Cortez, sendo muito aplaudido pela multidão. Esperou algum tempo para falar, sucedendo ao deputado federal João Hermann, de São Paulo.

Definiu-se como "homem que não puxa saco de autoridade" e exigiu providências contra a empresa Elf Aquitaine, "a empresa do francês que está na terra dos índios enterrando bombas". Neste mesmo dia ele tinha examinado as bombas encontradas no território dos Saterê-Mawé, às quais já se atribuem quatro mortes.

Juruna não poupou críticas ao Ministro Mário Andreazza, do Interior, em função da repressão dirigida contra os índios em vários pontos do território brasileiro.

Depois disse o que achou do comício:

— Muito bom. O povo está muito esclarecido, está entendendo o sofrimento. Agora, quer eleição. Assim que eu gosto do povo. Vai ter liberdade.

Na agenda de Juruna também o comício de ontem à noite em Cuiabá. Antes, ao sair do palanque, teve de ser ajudado diante do grande número de pessoas que queriam vê-lo de perto e conseguir um autógrafo.

VEÍCULO: JORNAL A NOTÍCIA/MANAUS/AM

DATA: 18.02.84

PÁGINA: 02

PSS.481, p.391/398



O amazonense Almino Afonso chegou para participar do comício na P. do Congresso

Juruna, Almino, Cortez, Ruth Escobar falam das diretas

"Eleições diretas são vitaminas para o povo brasileiro". A frase, considerada a mais nova dentre tantas que tentam definir o desejo da população pelo restabelecimento das eleições diretas para Presidente, foi dita pelo deputado federal Mário Juruna ao desembarcar ontem, em Manaus, acompanhado do Secretário para Assuntos Metropolitanos de São Paulo, Almino Afonso, dos atores Ruth Escobar e Raul Cortez que vieram participar, hoje, do comício pró-diretas.

"É preciso — disse o Cacique — que o povo faça as eleições, porque não se pode mais aguentar a fome e o desemprego. As terras dos índios são invadidas. Isso não pode continuar".

O deputado cassado Almino Afonso, que é amazonense, descartou a possibilidade de uma negociação geral visando um candidato de consenso. Acha que pode até haver entendimentos entre os partidos oposicionistas para indicar um único candidato, porém é categórico quanto as diretas: "elas são inegociáveis".

— Parece-me ridículo que o Governo, diante do arrebatamento da economia, da destruição do parque industrial, da fome e do desemprego, ainda possa imaginar em eleições diretas só para 1990, declara Almino.

A retomada da coordenação do processo sucessório pelo Presidente Figueiredo, considerada por vários oposicionistas como um "retrocesso político", é, segundo o Secretário para Assuntos Metropolitanos de São Paulo, muito mais uma "prova incontestável de que a campanha pelas diretas está ganhando força e preocupando seriamente os defensores das indiretas". Segundo Almino Afonso, se a mobilização popular continuar no mesmo nível que o atual, "quando 92 por cento do povo brasileiro exige as eleições diretas, até o final deste ano teremos a aprovação da Emenda Dante de Oliveira". O secretário diz que não quer "nem pensar" em indiretas: "prefiro pensar e lutar pelas diretas e o farei até que se esgote o último dos últimos cartuchos".

Responsabilizar pelo caos

Para o ator Raul Cortez o povo brasileiro está pronto à indicar seu presidente porque "foi politizado da forma mais cruel possível, sentindo a miséria no bolso". A atriz Ruth Escobar, por sua vez, faz um alerta: "se as eleições diretas não saírem em 85, alguém vai ter que ser responsabilizar pelo caos em que se encontra o país. O que eu vejo hoje é uma situação muito crítica, 50 por cento da população

não come, nem trabalha".

Como um dos principais responsáveis pelas grandes mobilizações que tem se registrado em várias capitais brasileiras em prol das diretas, os artistas alegam que tal atitude é apenas um prolongamento da luta que vêm desempenhando há muitos anos". Os artistas sempre estiveram na vanguarda desses movimentos e por isso muitos de nós perdemos o emprego, fomos exilados, pagamos preços altos", disseram Ruth e Raul.

Mas, não é só isso, além de estarem a frente das mobilizações, os artistas também estão preparando um documento no qual estarão contidas inúmeras assinaturas e que vai ser entregue ao Presidente da República. É mais um endosso em favor das diretas.

Ainda ontem, chegaram a Manaus, também com a finalidade de participar do comício pró-diretas, a realizá-lo na Praça do Congresso, o ex-deputado Federal e Presidente Nacional do PDT, Doutel de Andrade, que veio representando o Governador Leonel Brizola e, o deputado federal João Hermam, do PMDB de São Paulo. Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB e a atriz Regina Duarte além de outros participantes da "caravana pró-diretas" chegam hoje, pela manhã.

VEÍCULO JORNAL A NOTÍCIA/MANAUAS/AM

DATA 19.02.84

PÁGINA 02

Juruna fala com saterês sobre bomba em reserva

Estiveram reunidos ontem pela manhã na sede do CENESC, para tratar de questões referentes à problemática indígena, o Deputado Federal do PDT, Mário Juruna, membros do CIMI — Conselho Indigenista Missionário — e líderes indígenas.

Antes o Deputado Federal, Mário Juruna foi à Polícia Federal tratar da questão das bombas de dinamite, encontradas recentemente na área dos Sateré-Mawé.

— Estive conversando com o Superintendente da Polícia Federal para saber quem está autorizando bombas na terra de índio", disse Mário Juruna. A bomba de fabricação nacional "foi jogada pela "ELF — Aquitaine", perfuradora de petróleo francesa, através dos chamados contratos de riscos" para exploração mineral, nas áreas dos "Sateré-Mawé" e "Mundurucu". Explicou Juruna. Calcula-se que foram jogadas cerca de 70 bombas de dinamite, das quais, muitas ainda se encontram enterradas, porque não dispararam no tempo previsto". Informou outro líder indígena.

Conforme revelações de Ademir Ramos, membro do CIMI, as bombas de dinamite já trouxeram acidentes que resultaram na morte de quatro índios e de pessoas feridas. Capitão Caron e tenente Nascimento, peritos que estão estudando a produção do material para apresentar um laudo à comissão do CIMI, disseram que, provavelmente, sejam compostas de nitro-glicerina, ou outro material, que ateste a finalidade da operação.

Produzida em São Paulo, pela fábrica "Piquet", de J. Armando, cujo C.G.C. corresponde a 54327028-001, sob a inscrição de número 2, as bombas da "Elf — Aquitaine" são mais recentes, conforme dados do relatório da FUNAI-RADAM, publicado em 76 constatou-se pela agrônoma Rita Closs e antropóloga Ana Maria Paixão, que a Petrobrás já vem lançando há muito, bombas nas áreas indígenas.

A reunião com o Deputado Federal, Mário Juruna, ex-cacique Xavante, transcorreu num clima de muita ansiedade. Diversos líderes indígenas se pronunciaram em favor de suas tribos, pedindo que a questão fosse encaminhada aos órgãos governamentais, de maneira que seus problemas fossem solucionados. Manoel Fernandes Moura, Tukano, na ocasião leu uma carta a todos os presentes, endereçada à Presidência da FUNAI, onde evidencia o caso da publicação de 150 fábulas, "com trechos dos grandes contos, de sua nação indígena, usado pela FUNAI regional, que sequer teve a coragem de

publicar sua autoria".

Raimundo Ferreira da Silva (Dico), por sua vez, denunciou o "mau tratamento que o delegado regional da FUNAI, Kasuto Kawamoto vem dispensando às lideranças e seus presentes". Na sua opinião, Kasuto, "deveria estar numa fábrica de fazer televisão, não num órgão que tem a finalidade de proteger o índio. Ele está usando a Polícia Federal e Militar, porque não tem o mínimo de indigenismo" esclareceu "Dico".

Dico explicou que a lei 6.001 do Estatuto do Índio, diz que "o delegado deve pedir a opinião do índio sobre os planos de trabalho a serem desenvolvidos, e disse até que o órgão seria bom, se fosse dirigido pelos próprios índios".

Mostrando-se favorável às eleições diretas, "Dico" afirmou que "os índios querem participar das eleições diretas, porque também são eleitores e precisam de mais deputados, vereadores e políticos, para que a voz do índio seja mais alta no Planalto".

Diante dos depoimentos sobre a situação de miséria em que vivem os índios da Amazônia, Mário Juruna, disse que tem gritado às autoridades brasileiras para olharem o problema do índio: "Tenho falado pra não invadir, retirar terra de vocês. O índio não tá sonhando.

Índio quer terra e garantia de sobrevivência. Todo índio brasileiro é comprometido da nossa terra. Foi tomada a riqueza do índio e agora o branco brasileiro também não tem terra.

É do estrangeiro. Quase não tem brasileiro que ocupe a terra de vocês. Tem fazenda francesa, alemã, americana. Parece ser sede do estrangeiro e não é." Falando sobre a repressão das nações indígenas, Mário Juruna disse que "não tem autoridade que assuma e defenda os direitos do índio." Não garante a vida. Não garante a terra. Não garante a Educação. A FUNAI não presta para índio, nem o Ministério do Interior".

Expressando sua opinião sobre as eleições diretas, Mário Juruna disse que não se lançou a candidatura, porque a eleição já está feita: "Eu quero primeiro que o povo civil ganhe eleição direta. Em 89, quando o povo brasileiro quiser, aí eu sou candidato. Dizendo que ainda não tem candidato, "só depois da Convenção, Juruna teceu comentários sobre a política que vem sendo feita ao índio".

A FUNAI para o Deputado Federal não tem validade, "porque está entregando tudo a fazendeiros, a empresários, que são os responsáveis pela tragédia nas terras indígenas.

VEÍCULO- ULTIMA HORA-BRASILIA

DATA 24-02-84

PÁGINA 04

POLITICA

Sílvio Leite

**Nova bobagem
contra Juruna**

É ridículo esse outro anunciado processo contra o deputado cacique **Mário Juruna**. Até passara despercebido ter ele chamado **Andreazza** de ladrão e recebedor de propina. Agora todo mundo vai comentá-lo com os inimigos do ministro do Interior, aproveitando para desancá-lo. Como esses candidatos são mal assessorados. No caso de **Andreazza**, quando não são os atrevimentos e perseguições de **Antônio Carlos**, são as declarações de **Paulo Pimentel**. Cada um aparece a sua maneira, enquanto o candidato desaparece.

Andreazza aceita quinto nome como mais uma opção

Manaus — "Eu aceito a hipótese de um quinto nome para ser submetido à convenção do PDS, no processo sucessório", disse ontem, em Manaus, o presidenciável Mário Andreazza, todavia, descartando a possibilidade de condicionar essa hipótese à retirada dos atuais presidenciáveis.

"Acatamos evidentemente" — disse ele, explicando: "É mais um nome a ser submetido à convenção e que aumenta o número de opções". Do palanque armado na Cidade Nova, onde foram inauguradas várias casas, Andreazza podia ler, perfeitamente, o que dizia uma das faixas ali colocadas: "Andreazza não é promessa, é certeza de bom governo". JBr 230284

Contra Juruna

O ministro Mário Andreazza, através de seu comitê eleitoral, vai impetrar um processo judicial contra o deputado Mário Juruna, por calúnia e difamação, cometidas, segundo os assessores do ministro, em sua declaração ao jornal **O Estado de São Paulo**, publicada ontem, em que disse: "Andreazza é inviável. Matou muito índio e roubou muito. É ladrão, assassino e corrupto".

A informação foi prestada ontem, à tarde, pelo coordenador do comitê pró-Andreazza, Paulo Pimentel, que argumentou ser sempre necessário a comprovação de uma denúncia, ainda mais se ela tem um grande peso:

*Aldeia**no de:--**Sebastião Pereira
Jury*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 16 de abril de 1.934.

Senhor Ministro,

Fui convidado pelas 17 lideranças do Parque Indígena do Xingu, para uma reunião na aldeia do Kretire, no dia 14 do corrente, uma vez que estas comunidades não puderam se fazer representar no II Encontro Nacional dos Povos Indígenas, ocorrido entre os dias 02 e 05 de abril, em consequência dos graves a-contecimentos envolvendo a questão da terra no Xingu e a omis-são da FUNAI na solução destes problemas.

Nesta reunião foram discutidos vários assuntos, cujas conclusões fui escolhido para ser o porta-voz junto a Vossa Excelência. As decisões tomadas pelas lideranças do Xingu são as seguintes:

- 1 - não aceitar mais, definitivamente, o Sr. Octavio Ferreira Lima como Presidente do Órgão que deveria responder pelos interesses dos índios, uma vez que já não o reconhecem como tal;
- 2 - só discutir a questão da terra e a liberação da balsa e dos refêns com o novo Presidente da FUNAI, que esperam seja uma pessoa capaz de compreender o problema do índio no Brasil e buscar juntamente com as comunidades indígenas uma solução para esses problemas;
- 3 - demarcar imediatamente os 40 Kms localizados na margem direita do Rio Xingu, área de ocupação tradicional dos Txu-carramãe, perdida com a construção da BR-080;
- 4 - mudar o percurso da BR-080, que atualmente corta suas terras ao meio, para o traçado original que margeava o Parque do Xingu. Todas as lideranças reunidas afirmaram que a estrada tem trazido somente malefícios para suas famílias e comunidades;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 5 - garantir a permanência do atual administrador do Parque, o Sr. Claudio dos Santos Romero, que reconhecidamente procurou evitar que o conflito tivesse proporções maiores, tais como persuadir os índios a não retomarem seu território à força e a aguardarem as soluções das autoridades competentes.

O que eu e o índio Marcos Terena, que me acompanhou na ocasião, podemos observar nessa visita foi o seguinte:

- 1 - o problema teve sua origem com a construção da BR-080 e consequente perda do território tradicional Txucarramãe;
- 2 - o conflito atual foi causado pela irresponsabilidade do Sr Otávio Ferreira Lima no trato das questões indígenas, quando se reuniu isoladamente com os fazendeiros da área do Xingu, traíndo assim a confiança dos seus tutelados, deixando-os propositadamente fora da negociação pela terra. Tendo tomado conhecimento desse fato, os índios marcaram uma reunião para o dia 24 de março, no Posto Indígena Kretire, entre as lideranças do Parque e o Sr. Otávio, a qual ele não compareceu. Sentindo-se mais uma vez traídos, os índios apreenderam a balsa que faz a travessia do Rio Xingu, interrompendo o tráfego da BR-080;
- 3 - a tensão vem aumentando a cada dia que passa sem uma solução para o problema e é agravada pela falta de assistência, suspensa pelo Coronel Hércio Cunha, causando a morte de várias crianças;
- 4 - em função do conflito e do permanente estado de tensão, os índios permanecem constantemente reunidos no Posto Indígena Kretire, abandonando por isso suas aldeias e suas roças, o que representa perda total da colheita de seus produtos e consequente escassez de alimento num futuro próximo. Outro fator que os faz permanecer em estado de alerta, segundo os índios, são os sobrevôos por aviões Búfalo, tão conhecidos por eles, por sua utilização para o treinamento de paraquedistas nos Cursos de Sobrevivência na Selva.

Tendo em vista os fatos acima mencionados e o que se



CÂMARA DOS DEPUTADOS

atropelamento de um índio idoso por um avião da FUNAI, pilotado pelo Comandante Wagner Carneiro da Cunha e a recusa de descer no Posto Indígena Diauarum pelo Cmte Antonio Benedito Pova, os índios disseram que só permitirão que pousem em todo território do Parque, as aeronaves pilotadas pelos Comandantes Marcos Tereza e Mauro de Castro Fonseca.

5 - A chegada imprevista de três funcionários da FUNAI (Lamartine Ribeiro, Superintendente Executivo; Carlos Grossi, Diretor do Departamento de Assistência ao Índio e Sidney Possuelo, Assessor da Presidência) que penetraram pelo Rio Xingu até a aldeia, sem terem sido convidados, causou um grande tumulto na área, quase ocasionando a morte dos mesmos. Revoltados com essa intromissão, os índios rasgaram suas roupas, quebraram seus óculos à bordunada e decidiram mantê-los como reféns até a solução do problema.

No meu entender a primeira medida para o reinício do diálogo será a nomeação de um novo Presidente para a FUNAI e o afastamento imediato do Coronel Hércio Cunha, Assessor de Segurança e Informação. Este último foi o responsável por uma série de medidas contra os índios (ex: a suspensão do fornecimento de alimentação, medicamentos e combustível ao Parque), bem como a divulgação, através da imprensa, de vários boatos falsos como a compra pelos índios de 9.6 milhões de cruzeiros em armamento e munição, que só serviram para tumultuar as negociações e espalhar pânico na população regional.

Gostaria de deixar claro, Senhor Ministro, que qualquer ato impensado, como por exemplo uma intervenção armada na área, poderá colocar em risco a vida dos dez reféns e ter consequências imprevisíveis para ambos os lados. Cabe ressaltar que compete exclusivamente a Fundação Nacional do Índio, na qualidade de Órgão tutelar, a retomada do diálogo e da confiança dos índios no Governo Federal.

Este não é o primeiro documento de denúncia sobre situação dos índios no Brasil que encaminho a V.Excia, espero que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

desta vez as sugestões nele contidas sejam consideradas, respeitadase acatadas por esse Ministério, uma vez que elas representam os legítimos anseios das lideranças do Parque Indígena do Xingu.

É importante lembrar que, por ocasião do II Encontro Nacional dos Povos Indígenas, foi encaminhado ao Presidente da República um documento contendo 460 assinaturas de lideranças de todo Brasil, pedindo a substituição do atual Presidente da FUNAI, tendo sido sugeridas três nomes para o eventual substituto.

Certo de poder contar com a colaboração de V.Excia, na busca de uma solução pacífica e imediata para questão do Xingu, subscrevo-me

Atenciosamente,

Mário Juruna

DEPUTADO MARIO JURUNA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DO ÍNDIO

A Sua Excelência o Senhor
MARIO DAVID ANDREAZZA
DD. Ministro do Interior
Brasília - DF